

Interfaces

ISSN 2179-0027

VOLUME 13 NÚMERO 4

Revista Interfaces

Editora

Dra. Maria Cleci Venturini

Conselho editorial

Dr. Adail Sobral (UCPEL)

Dra. Alice Atsuko Matsuda (UTFPR)

Dra. Amanda Eloina Scherer (UFSM)

Dr. Antônio Esteves (UNESP)

Dra. Aracy Ernest (UCPEL)

Dr. Antonio Escandiel de Sousa (Unicruz)

Dra. Carme Regina Schons (UPF) in memoriam

Dra. Eneida Chaves (Universidade Federal de São João Del Rey)

Dr. Eclair Antonio Almeida Filho (UNB)

Dr. Eduardo Pellejero (UFRN)

Dra. Elisabeth Fontoura Dorneles (Unicruz)

Dra. Ercilia Cazarin (UCPEL)

Dra. Gesualda dos Santos Rasia (UFPR)

Dra. Luísa Lobo (UFRJ)

Dra. Marcia Dresch (Universidade Federal de Pelotas/RS)

Dra. Maria da Glória Di Fanti (PUCRS)

Dra. Maria Cristina de Almeida Mello Laranjeira (Universidade de Coimbra)

Dra. Mary Neiva Surdi da Luz (UFFS/Chapecó)

Dra. Sonia Pascoalati (UEL)

Dra. Verli Petri da Silveira (UFSM)

Consultores ad doc, desta edição (Vol. 13, no. 01)

Adilson Carlos Batista

Alexandre Marcelo Bueno

Andriele Aparecida Heupa

Aline Venturini

Bárbara Del Rio de Araújo

Diego Barbosa da Silva

Diórgenes Buenos Aires de Carvalho

Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes

Ivaneide Gonçalves de Brito

Jéssica Klimaczewski
José Carlos Moreira
Kelly Fernanda Guasso da Silva
Leonardo Augusto Bora
Leandro Tafuri
Livia Leticia Belmiro Buscacio
Loremi Loregian-Penkal
Lucas Martins Flores
Lucirene Carvalho
Luciane Baretta
Luis Felipe Dias Lopes
Maraísa Daiana da Silva
Márcia Maria Medeiros
Maria Cláudia Teixeira
Marciele Cristina Coelho
Marilda Lachovski de França
Maristela Campos
Mariana Sbairaini Cordeiro
Marcus Vinicius da Silva
Mauri Cruz
Nádia Nelzira Lovera de Florentino
Natiele Luiza Branco
Neide Garcia Pinheiro
Pamela Tais Capelin
Patrícia Otoni Ribeiro
Priscylla Karollyne Gomes Dias
Rafael Adelino Fortes
Rafael Bento Fernandes
Rafael Silva Souto
Renata Adriana de Souza
Ruy Martins dos Santos Batista

Thais Fernandes dos Santos

Valéria Bergamini

Vaima Regina Alves

Verli Petri

Wendel Cássio Christal

Diagramação

Geovana Pauletti Scheidt

Sumário

Sobre ser INTERFACES: avanços e desafios

Maria Cleci Venturini, Marilda Lachovski

08-13

Artigos

A normalização dos discursos autoritários no Brasil contemporâneo: uma análise das ordens do dia do governo Bolsonaro sobre o “31 de março de 1964”

Kelen Vanzin Moura, Gesualda dos Santos Rasia (UFPR)

14-32

A Construção dos Sentidos na Minissérie Wandavision: uma abordagem Semiótica

Bruna Luquez Amaral, Fernando Moreno da Silva (UEN/PR)

33-47

Processo de (in)significação de corpos pretos no espaço digital

Thiago da Silva Lima, Débora Massmann (UFAL)

48-67

A (DES)CONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE NO ROMANCE SUÍTE TÓQUIO, DE GIOVANA MADALOSSO

Gabriel Silva de Mello

68-80

LETRAMENTO LITERÁRIO DE PROFESSORAS DE LÍNGUA PORTUGUESA NA FORMAÇÃO CONTINUADA

Antônia Maria Medeiros da Cruz, Lúcia de Fátima Santos

81-90

A ANCORAGEM REFERENCIAL DA PALAVRA VADIA: UM OLHAR PARA O MEMORÁVEL

Luciani Dalmaschio, Leânia Magalhães Ursine

91-110

DISCURSO, PANDEMIA E FAKE NEWS EM/NAS REDES: ENTRE OS EFEITOS DE VERDADE E OS CONFRONTOS DISCURSIVOS

Patricia Adriana Silva Freire, Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes

111-122

“PAPAI, EU QUERO UMA EMBAIXADA”: SOBRE A INDICAÇÃO DE EDUARDO BOLSONARO E AS RELAÇÕES ENTRE O JÁ-DITO E O EFEITO DE NOVIDADE

Daléxon Sérgio da Silva, Éderson Luís Silveira

123-135

UMA DISCUSSÃO SOBRE DISTOPIAS LITERÁRIAS: A INFLUÊNCIA DO SÉCULO XX NA CRIAÇÃO DO SUBGÊNERO

Sergio Schargel

136-148

Imbricamentos/disjunções de corpos (i)móveis em Aquarius

Thiago Henrique Ramari, Renata Marcelle Lara

149-160

LINGUAGEM: NOTAS DE PESQUISA DESCONTÍNUAS À LUZ DA ARQUEOLOGIA FOUCAULTIANA

Rafael de Souza Bento Fernandes

161-171

ANÁLISE DA ELEVAÇÃO DA VOGAL ÁTONA FINAL /O/ EM PRUDENTÓPOLIS E MALLET, PARANÁ

Lucelene Teresinha FranceschinI, Loremi Loregian-Penkal

172-186

O QUE FUI E O QUE SOU: A NARRATIVA “AUTOBIOGRÁFICA”, EM ROBERTO, COMO FORMA DE BUSCA MEMORIALÍSTICA E DESCOBERTA IDENTITÁRIA DE SÉRGIO MILLIET

Maria da Conceição SantoS, Elane da Silva Plácido

187-197

A formulação do sujeito missioneiro nas canções nativistas: espaço de história e de memória

Mirela Schröpfer Klein

198-209

**UMA ANÁLISE DO CORPO QUE NÃO SE TORNA ADULTO EM
CONTOS DE JOSEFINA PLÁ**

Betania Vasconcelos da Cruz, Altamir Botoso

210-223

**“EU? SOU MAIS O PRETO”: A DESCONSTRUÇÃO DOS PAPÉIS
SOCIAIS DE GÊNERO NA NARRATIVA INFANTIL CHEGA DE ROSA!
(2013), DE NATHALIE HENSE**

Yuri Pereira de Amorim

224-237

**“WHO ARE YOU WORKING FOR?”:
THE ROLE OF 24 VILLAINS FOR REINFORCING THE MASTER
NARRATIVE OF U.S.A EXCEPTIONALISM**

Davi Silva Gonçalves

238-249

**CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE E DA ANÁLISE DO DISCURSO
PARA RESSIGNIFICAR A LINGUAGEM E O SUJEITO COM SÍNDROME
DEMENCIAL**

Andreza Shirlene Figueiredo de Souza, Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo

250-261

**CADÊ A PALAVRA QUE ESTAVA AQUI? O IMPLÍCITO COMEU!
IMPLÍCITOS SEMÂNTICOS NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA
PORTUGUESA**

Joselias da Costa Matos, Sônia Maria Nogueira

262-273

“AI PALAVRAS, AI PALAVRAS... QUE ESTRANHA POTÊNCIA, A VOSSA!

Ev'Ângela Batista Rodrigues de Barros

274-294

**O CONTEXTO DE SITUAÇÃO E O CONTEXTO DE CULTURA NO
GÊNERO MEME**

Ana Paula Santos de Souza, Shemilla Rossana de Oliveira Paiva

295-302

SOBRE SER INTERFACES: AVANÇOS E DESAFIOS

Maria Cleci Venturini¹
Marilda Lachowski²

Se as ciências se constituem pressupondo uma certa noção de linguagem e de sujeito, é na transformação dessas noções que também está o deslocamento de seus (delas) limites e, conseqüentemente, de suas relações. (ORLANDI, 1996, p. 23)

A Revista Interfaces, da UNICENTRO, destaca as interfaces entre Língua e Literatura, mas aceita artigos também de História, de Ensino, de Psicanálise, de Artes, de Filosofia, de Comunicação e congrega diferentes campos teóricos que envolvam a linguagem ou pensem na/sobre suas diferentes manifestações. O Programa de pós-graduação em que a Revista se insere tem como eixos linguagens, memória, cultura e, por isso, defendemos que ‘ser’ interfaces não significa aceitar tudo, ser superficial, mas praticar a linguagem em sua pluralidade. As abordagens, o foco, a especificidade, os objetos de pesquisa e, obviamente, os objetivos, não são os mesmos, mas sempre as ciências e os saberes se fazem/constituem por linguagens. Então, a pergunta que não cessa de fazer eco é: como trabalhar com a língua – a gramática, a linguística e o mais que a envolve – deixando de lado a história, a psicanálise e outros campos do conhecimento afins? E no que tange à Literatura: como interpretar, sem considerar a história, as linguagens, a língua, os sujeitos e as ciências que buscam compreender esses sujeitos e as linguagens?

De acordo com Orlandi (1996), a linguagem tem como marca a incompletude que se constitui pelo que é silenciado, ao que não se fecha. Esse incompletude é que ancora a nossa tomada de posição, que considera, a interpretação, as disciplinas que não são positivas, como a história, por exemplo, que se constitui versões para acontecimentos, “construindo memórias” a partir de documentos e do que é compreendido como passível de ser comprovado, como nos ensinam Le Goff (ano), Henry (1997). Mesmo assim, as versões se centram em ‘horizontes de expectativa’ (KOSELLECK, 2006), a partir dos quais dotam a partir do passado, explicam o presente e constroem futuros para esse presente.

Henry (1997, p. 51-52) afirma “não há ‘fato’ ou evento histórico que não faça sentido que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e conseqüências”. Mas a interpretação se dá a partir de sujeito e esse sujeito a faz a partir de uma língua. O que dizem os historiadores vale para a psicanálise, igualmente, uma disciplina de interpretação, com suas especificidades, mas que não prescinde da língua e da linguagem.

Despedimo-nos de 2022 com a publicação do último número desse ano e já nos preparando para entrar para o décimo quarto ano de circulação ininterrupta da revista. Procuramos publicar artigos de mestrandos, mestres, doutorandos, doutores e de pesquisadores têm contribuído para a circulação e qualificação da revista Interfaces da UNICENTRO. Nesse último número, publica-

1 Doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Docente do Departamento de Letras (DELET/G) e dos Programas de Pós-graduação em Letras da UNICENTRO e da UFPR. Editora da Revista Interfaces.

2 Bolsista de pós-doutorado/CAPES no Programa de Pós-graduação em Letras, sob a supervisão de Maria Cleci Venturini.

mos um artigo a mais, destacando as presenças das seguintes Instituições de Ensino Superior do Brasil: UEM/PR, UFSM/RS, UFAL/AL, SEDUC/PE, UFPR, UENP/PR, UFMG/UFSJ, UFPB/PE, UESB/BA, UFSC/SC, USP/SP, UNICENTRO, UFS/SC, UFCAT/ , UCPE/PE, PUCMinas, UERN/RN, UEMASSUL com os artigos que apresentamos a seguir.

As pesquisadoras Kelen Vanzi Moura da Silva e Gesualda dos Santos Rasia, em “A normalização dos discursos autoritários no Brasil contemporâneo: uma análise das ordens do dia do governo Bolsonaro sobre o ‘31 de março de 1964’”, reflete como uma memória marcada na história da política brasileira e oposta à democracia pode ser reconfigurada, discursivamente, na conjuntura atual, com efeito de inscrição em práticas democráticas. A partir das análises de Ordens do Dia “alusivas ao 31 de março de 1964”, do governo Bolsonaro, 2019 a 2022, assinadas pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas Brasileiras, as autoras abordas as categorias de condições de produção dos discursos, formações ideológicas e discursivas e contradição, conforme a Análise de Discurso de Pêcheux (1990, 2014, 2014b; 2014c, 2015) e de Courtine (1999; 2014), em diálogo com a teoria materialista do Estado de Althusser (2008) e os pressupostos de Volochinov (2021) sobre língua e ideologia.

Em “A construção dos sentidos na minissérie wandavision: Uma abordagem semiótica”, Bruna Luquez Amaral e Fernando Moreno da Silva apontam para a minissérie WandaVision (2021), original Disney+ do Universo Cinematográfico da Marvel (UCM), baseada nos personagens Wanda Maximoff e Visão. Neste sentido, buscam pensar como os recursos são empregados para a produção dos sentidos na obra. Logo, amparados na semiótica greimasiana, os autores dão visibilidade às relações entre enunciador e enunciatário para a construção dos sentidos na minissérie. As análises revelam que, apesar de o enunciador ter preestabelecidas estratégias para

a enunciação do UCM, em WandaVision algumas delas são alteradas, principalmente em relação ao tempo na série, que se mostra diferente das outras produções.

Daniel Santos Oliveira e Débora Massmann, no artigo intitulado “Efeitos de sentidos a respeito da homossexualidade no discurso do Papa Francisco”, inscritos nas perspectivas dos estudos discursivos, tal como propostos por Pêcheux (2014a, 2014b, 2015a e 2015b) e Orlandi (1993, 2006 e 2020) investigam o processo de significação que se materializa por meio dos discursos do Papa Francisco no tocante às questões da/sobre a homossexualidade, que circularam na mídia como revolucionários. Neste sentido, refletem sobre o processo discursivo posto em funcionamento, suas condições de produção e, em especial, a atualização da memória discursiva de/sobre a homossexualidade no discurso da Igreja, no discurso do Papa Francisco.

Em “A (des)construção da maternidade no romance Suíte Tóquio, de Giovana Madalosso”, Gabriel Silva de Mello consideram a ambiência literária como um solo fértil para reflexão, disrupção e subversão de comportamentos há muito cristalizados. O artigo lança luz a uma possível leitura interpretativa do romance brasileiro Suíte Tóquio, de Giovana Madalosso, com intento de compreender a (des)construção da maternidade. O autor empreende esforços analíticos nas protagonistas do fato literário, Maju e Fernanda, uma vez que suas condutas e posições sociais acentuam performances identitárias que questionam o ideário social - espólio patriarcal - que considera a maternidade como um destino biológico a ser cumprido, ao imbricar o amor materno na Natureza mesma do ser-mulher. Para tanto, alude a Badinter (1985), Bourdieu (2012), Buttler (2003) e outros/as mais que possam somar na interpretação.

Antônia Maria Medeiros da Cruz e Lúcia de Fátima Santos no artigo “Letramento literário de professoras de língua portuguesa na formação continuada”, destacam a partir de um recorte da tese de doutorado, já concluída, uma

possibilidade de contribuição para não só para a reflexão e formação literária de professores, mas também como um subsídio para os desafios encontrados no letramento literário. O estudo foi elaborado a partir de oficinas e da metodologia da Dupla Conceitualização, pensando sobre como se dá a construção do conhecimento sobre o objeto de ensino e as condições didáticas para ensiná-lo.

Em “A ancoragem referencial da palavra vadia: um olhar para o memorável”, Luciani Dalmaschio e Leânia Magalhães Ursine refletem sobre o movimento de (re)significação da palavra vadia, a partir da Marcha das Vadias. Sob o aporte teórico da Semântica da Enunciação pensam sobre o domínio referencial que ancora a regularização do sentido dessa palavra, e, constituindo o corpus da pesquisa, por meio de buscas em plataformas virtuais, em torno de enunciados de ampla circulação social, compreendem que os efeitos de sentidos de vadia se configuram para além daqueles dicionarizados e se ancoram, em grande medida, em referenciais que constituem a representação social da mulher.

Patrícia Adriana Silva Freire e Geremice Ribeiro Oliveira Cortes, no artigo intitulado “Discurso, pandemia e fake news em/nas redes: entre os efeitos de verdade e os confrontos discursivos”, analisam como na pandemia da Covid-19 em 2020, abo mais problemático do novo coronavírus, a produção e circulação de notícias falsas – ou fake News – se intensificaram fortemente nas mídias digitais, causando também uma situação de infodemia. As autoras buscam analisar o discurso das fake news sobre uso de remédios caseiros para o tratamento da COVID-19. As análises, ancoradas na Análise do Discurso pêcheuxtiana, mostram que o discurso das fake news, afetado pelo discurso do senso comum, funciona em antagonismo ao discurso científico e produz efeitos de verdade e de eficácia dos remédios caseiros ao tratamento do vírus. As mídias digitais funcionam como aparelho de interpelação ideológica, com gran-

de adesão de internautas à posição-sujeito de defesa das fake news.

Em “Papai, eu quero uma embaixada”: sobre a indicação de Eduardo Bolsonaro e as relações entre o já-dito e o efeito de novidade”, Daléxon Sérgio da Silva e Éderson Luís Silveira, colocam em análise o vídeo intitulado “Papai, eu quero uma embaixada”, publicado no dia 14 de julho de 2019, no 26º episódio de “Isso a Globo Não Mostra”, um quadro de humor do Fantástico, em referência à indicação de Eduardo Bolsonaro para ser embaixador do Brasil nos Estados Unidos, feita pelo seu pai, o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. São mobilizados conceitos da Análise de Discurso como sujeito, ideologia, memória e formações discursivas, relacionando-os a partir do já-dito e do efeito de novidade, considerando-se as condições de produção e a inscrição dos sujeitos em determinada formação discursiva que determina o que pode e o que deve ser dito.

No artigo intitulado “Uma discussão sobre distopias literárias: a influência do século XX na criação do subgênero”, Sergio Schargel propõe-se discutir sobre a influência do contexto histórico e geopolítico na formação deste formato de uma literatura que se quer necessariamente política, tendo como marco teórico do clássico de Karl Polanyi. São colocados em questão dois dos maiores nomes da literatura distópica, George Orwell e Aldous Huxley, e busca-se então, uma reflexão sobre a importância da violência do real sobre a criação da violência do literário, e a relação simbiótica entre política e literatura.

Em “Imbricamentos/disjunções de corpos (i)móveis em Aquarius”, Thiago Henrique Ramari e Renata Marcelle Lara refletem sobre os imbricamentos e as disjunções que atravessam os laços que atam os corpos discursivos de um condomínio residencial, de uma moradora aposentada e do representante de uma construtora, na Recife contemporânea do longa-metragem Aquarius (2016). A partir da Análise de Discurso, os autores buscam compreender as relações de força que põem em confronto moradora e

construtora, em vista de uma possível demolição do prédio. O percurso analítico é composto por um gesto de interpretação que toma tais corpos como corpos (i)móveis, intrincados frente à relação constitutiva que se dá entre sujeitos e cidades.

Já em “Linguagem: Notas de pesquisa descontínuas à luz da arqueologia Foucaultiana”, Rafael de Souza Bento Fernandes propõe a discussão de alguns aspectos da Arqueologia do Saber de Michel Foucault, no que diz respeito à linguagem, apresentando a proposta de “teoria geral da descontinuidade”, o autor produz uma reflexão sobre o processo ininterrupto da pesquisa de desconfiar dos próprios agrupamentos na complexa tarefa de promover análises de “séries de séries” de enunciados. Finaliza defendendo a hipótese de que a pesquisa arqueológica rompe com a concepção de linguagem como forma ou ação ao adotar a dispersão como princípio metodológico.

Lucelene Teresinha Franceschini e Loremi Lorean-Penkal fazem uma “Análise da elevação da vogal átona final /o/ em Prudentópolis e Mallet, Paraná” e trazem, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008 [1972]) um estudo do processo de elevação da vogal média /o/, em posição postônica final, na fala em língua portuguesa de moradores da zona rural, descendentes de imigrantes eslavos das cidades de Prudentópolis e Mallet, Paraná. Como objeto, destacam 48 entrevistas sociolinguísticas estratificadas por sexo, duas faixas etárias, etnia e três níveis de escolaridade, pertencentes ao banco de dados do projeto Variação Linguística de Fala Eslava, VARLINFE, e consideram que os resultados obtidos apontam uma baixa ocorrência de elevação da vogal /o/ nas duas amostras analisadas.

Em “O que fui e o que sou?: a narrativa “autobiográfica”, em Roberto, como forma de busca memorialística e descoberta identitária de Sérgio Milliet”, Maria da Conceição Santos e Elane da Silva Plácido refletem sobre a autobio-

grafia como um gênero do discurso que apresenta inúmeros contornos e desdobramentos, o que torna a tentativa de uma definição fixa algo escorregadio e flutuante, analisado à luz do Pacto Autobiográfico, de Philippe Lejeune. É ponto central o primeiro capítulo da narrativa Roberto, “Infância”, as marcas autobiográficas que interseccionam Roberto a Milliet.

Em “Os processos de formulação do sujeito missioneiro nas canções nativistas: espaço de história e de memória”, de Mirela Schröpfer analisa o processo de formulação do sujeito missioneiro a partir do que se canta sobre as Missões do Rio Grande do Sul (RS), tendo como corpus alguns trechos das letras de músicas escritas pelos Quatro Troncos Missioneiros - Noel Guarany, Cenair Maicá, Jayme Caetano Braun e Pedro Ortaça. Amparadas na perspectiva da Análise de Discurso francesa, buscam pensar sobre a constituição do sujeito missioneiro, seu processo de identificação e também os espaços de memória e história que são referenciados.

O artigo intitulado “Uma análise do corpo que não se torna adulto em contos de Josefina Plá”, sob a autoria de Betania Vasconcelos da Cruz, propõe uma análise do corpo que não se torna adulto nos contos “Sisé”, “Cayetana” e “Siesta”, da escritora hispano-paraguaia Josefina Plá, dos livros Cuentos Completos I e II (2014). Assim, a partir da literatura, busca-se refletir sobre o corpo como uma rede de imagens que exhibe os dispositivos políticos e as séries históricas que o produzem e o transformam. Para tanto, as autoras se debruçam sobre o conceito de biopolítica de Michel Foucault (1987), e necropolítica do historiador político camaronense Achille Mbembe (2014, 2018). Finalizam, considerando que nas narrativas analisadas, a atmosfera doméstica é vista como espaço de violação e o corpo como um campo simbólico, habitado por representações históricas dramáticas de violência, silêncio, abandono e solidão.

Em “Eu sou o mais o preto: a desconstrução dos papéis sociais de gênero na narrativa infantil Chega de rosa! (2013), de Nathalie Hen-

se”, Yuri Pereira Amorim, apresenta uma leitura analítica da obra literária *Chega de rosa!* (2013), de Nathalie Hense. Como mote para a pesquisa, o autor busca investigar sobre a desconstrução dos papéis sociais de gênero praticada pela protagonista e seus colegas, Alberto e Carlos. Para concluir, destaca que a literatura pode ampliar a experiência ética e estética dos sujeitos leitores; e que o gênero não é algo rígido, estável e inato, pelo contrário, é construído socialmente, sofrendo modificações com o passar do tempo e nas diferentes sociedades (BUTLER, 2021).

Davi Gonçalves, em “Who are you working for?": The role of 24 villains for reinforcing the master narrative of U.S.A history; analisa alguns eventos que ocorrem no programa de televisão 24 Horas para identificar se e como eles respondem à narrativa mestra da história, valores e nacionalismo dos EUA. Mais especificamente, o estudo se concentra na representação de vilões árabes, russos e chineses para analisar como eles são construídos e, como tal, o que essas representações podem significar. A partir de Said (1979), entre outros, o estudo identifica como Jack Bauer, o herói da série, não é definido apenas por suas ações, mas como elas o diferem dos antagonistas, pensando-se como esse personagem significa na trama.

Em “Contribuições da psicanálise e da análise do discurso para ressignificar a linguagem e o sujeito com síndrome demencial”, Andreza Shirlene de Souza e Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo buscam compreender o sujeito de linguagem com síndrome demencial em detrimento da doença orgânica, propondo reflexões e rupturas de discursos perenizados acerca da demência. Para isso, embasam a escrita nas correntes teóricas na Psicanálise laciana e na Análise do Discurso Pêcheutiana. Logo, defendem a necessidade de se repensar acerca do sujeito com demência, não o anulando, nem focando na patologia, pois entre o sintomático e não-sintomático as fronteiras se entrecruzam, não havendo um lugar tão bem demarcado, já

que nada é completo e dominante.

Joselias da Costa Matos e Sônia Maria Nogueira, trazem em “Cadê a palavra que estava aqui? O implícito comeu! Implícitos semânticos no livro didático de Língua Portuguesa”, abordam o fenômeno semântico implícito em atividades no livro didático de língua portuguesa, verificando a presença de palavras ou ideias implícitas e identificando a contribuição do trabalho com implícito no livro didático Português Contemporâneo: diálogo, reflexão e uso, volume 1, 1º ano do Ensino Médio, de William Cereja, Carolina Vianna e Christiane Damien, (2016), PNLD 2018. Para os autores, nesse exemplar, as palavras ou ideias implícitas são abordadas de forma recorrente, e, sob a perspectiva da construção dos sentidos do texto e contribuem para a formação do leitor reflexivo e crítico.

Já no artigo “Ai palavras, ai palavras... que estranha potência, a vossa!” são colocadas em questão algumas concepções de graduandos do Curso de Letras do que sejam as palavras e suas potencialidades. O estudo foi desenvolvido a partir de quatro semestres de atividades letivas remotas, no período pandêmico (2020 a 2022), e 99 conceituações fornecidas – postadas no ambiente virtual de aprendizagem Canvas – à guisa de atividade de sondagem e/ou avaliativa. Pelo aporte teórico sociointeracionista e discursivo, a autora aponta que os estudantes procedem a escolhas (lexicais, do gênero, do estilo, etc.), e que, embora não consigam evidenciar um conceito cabal (e por vezes repetirem certas expressões formuladas nas concepções explicitadas), há uma elaboração, um ato de linguagem (nos moldes do que discute Charaudeau, 1983, 1995).

“O contexto de situação e o contexto de cultura no gênero meme” escrito por Ana Paula Santos de Souza e Shemila Rossana de Oliveira Paiva fecha a edição, trazendo um estudo de análise do Contexto de Situação e do Contexto de Cultura no gênero meme. A análise foi fundamentada na Gramática Sistêmico-Funcional (GSF), levando em consideração as ideias de-

envolvidas por Halliday e Matthiessen (2014), bem como pelas atualizações promovidas e apresentadas por Fuzer e Cabral (2014). Para concluir, as autoras apontam que o Contexto de Situação e o Contexto Cultural que se configuraram como importantes aliados no processo de construção de sentidos, deixando evidente que para que o uso social da linguagem ocorra é necessário ir além da materialidade linguística.

Assim, cumprimos mais essa etapa e encerramos 2022, dentro de 2023... com isso damos visibilidade ao modo como temos andando depois da pandemia e como nos debatemos com prazos, com rituais e com o muito a fazer. Damos continuidade aos trabalhos, dando a ver o trabalho realizado na pós-graduação brasileira e, principalmente, no Programa de Pós-graduação em Letras, da UNICENTRO.

Referências

ORLANDI, Eni. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

HENRY, Paul. A história não existe? In: ORLANDI, Eni, et al (Org.) Gestos de leitura: da história no discurso. Trad. Bethânia Sampaio Mariani [et al]. 2ª. Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

KOSELLECK, Reinhart (1979 [2006]). “Espaço de experiência e horizonte de expectativas”. In.: Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto. pp. 311-337.

A NORMALIZAÇÃO DOS DISCURSOS AUTORITÁRIOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE DAS ORDENS DO DIA DO GOVERNO BOLSONARO SOBRE O “31 DE MARÇO DE 1964”

Kelen Vanzin Moura da Silva¹
Gesualda dos Santos Rasia²

Resumo: Como uma memória marcada na história da política brasileira enquanto oposta à democracia pode ser reconfigurada discursivamente, na conjuntura atual, com efeito de inscrição em práticas democráticas. É o que se busca compreender neste estudo a partir de análises de Ordens do Dia “alusivas ao 31 de março de 1964”, do governo Bolsonaro, 2019 a 2022, assinadas pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas Brasileiras. A materialidade discursiva é abordada a partir das categorias de condições de produção dos discursos, formações ideológica e discursiva e contradição, conforme a Análise de Discurso de Pêcheux (1990, 2014, 2014b; 2014c, 2015) e de Courtine (1999; 2014), em diálogo com a teoria materialista do Estado de Althusser (2008) e os pressupostos de Volóchinov (2021) sobre língua e ideologia. Também fundamentam a pesquisa as teorias de Arendt (2011; 2012) sobre democracia e totalitarismo.

Palavras-chaves: Análise de Discurso; nazifascismo; ditadura militar; governo Bolsonaro.

LA NORMALISATION DES DISCOURS AUTORITAIRES AU BRÉSIL CONTEMPORAIN: UNE ANALYSE DES ORDRES DU JOUR DU GOUVERNEMENT BOLSONARO SUR “31 MARS 1964”

Résumé: Comme une mémoire marquée dans l’histoire de la politique brésilienne en tant qu’opposée à la démocratie peut être reconfigurée discursivement, dans la conjoncture actuelle, avec l’effet d’inscription dans des pratiques démocratiques. C’est l’objet de la compréhension de cette recherche à partir des analyses des Ordres du Jour “alusivas au 31 mars 1964”, du gouvernement Bolsonaro, 2019 à 2022, signés par le Ministère de la Défense et Les Forces Armées brésiliennes. La matérialité discursive est abordée dans les catégories de conditions de production des discours, formations idéologiques et discursives, contradiction selon l’analyse du Discours de Pêcheux (1990, 2014, 2014b; 2014c, 2015) et de Courtine (1999; 2014) en dialogue avec la théorie matérialiste de l’État d’Althusser (2008) et la théorie sur la langue et l’idéologie de Volóchinov (2021). Les études d’Arendt (2011; 2012) sont aussi fondamentales.

1 Doutoranda em Letras, Programa de Pós-graduação em Letras (UFPR). E-mail: kvanzin@gmail.com

2 Doutorado em Letras (UFRGS), docente do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFPR). Bolsista Capes. E-mail: gesa.rasia@gmail.com

Mots-clés: Analyse du discours ; nazifascisme ; dictature militaire ; gouvernement Bolsonaro

Em seu texto “O chapéu de Clémentis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político”, Courtine (1999) analisa uma anedota política de Milan Kundera, datada de fevereiro de 1948, envolvendo em cena um dirigente comunista chamado Klement Gottwald, da sacada de um prédio em Praga, na República Tcheca.

Nevava, estava frio e Gottwald estava com a cabeça descoberta. Clémentis, muito atencioso, tirou o seu chapéu de pele e o colocou na cabeça de Gottwald. O departamento de propaganda reproduziu centenas de milhares de exemplares da fotografia, de onde Gottwald com um chapéu de pele e rodeado por seus camaradas, fala ao povo. (...) Todas as crianças conheciam esta fotografia de tê-la visto em cartazes, nos manuais ou nos museus” (COURTINE, 1999, p. 15).

O chiste político, segundo Courtine (1999), marcaria o início da Boêmia comunista. Ocorre que quatro anos depois, Clémentis foi acusado de traição e enforcado. Foi então que o departamento de propaganda tratou de desaparecer com a fotografia que marcou a memória política da República Tcheca comunista. Desse modo, em nova versão dos cartazes, Gottwald aparecia sozinho na sacada e não mais acompanhado pela figura de Clémentis, que fora cortada em um gesto de apagamento da história. Courtine (1999) problematiza a memória no campo do discurso político, daquilo que não se estabelece na ordem do gramatical, mas sim do enunciável que, no caso em específico, abrange a “língua de estado”, ligada aos aparelhos ideológicos.

A passagem acima, citada por Courtine (1999), traz elementos para analisar o corpus da presente pesquisa, que abrange, como dito, as Ordens do Dia do governo Bolsonaro em relação ao “31 de março de 1964”. Da mesma forma como ilustrado na anedota, há a tentati-

va de apagar, de anular, de recontar a história de modo a trazer, em um jogo com as palavras e no processo discursivo, outros sentidos totalmente distintos e contraditórios. Como analisa Indursky (2022), em palestra proferida: “há um fantasma da memória que assombra os militares atualmente. Por essa razão tentam continuamente apagar, distorcer, reescrever, de-significar o que sucedeu naqueles anos de chumbo”. Conforme Orlandi (2015, p.55), os “processos de de-significação” ocorrem em meio a mecanismos de imposição, exclusão e de resistências em uma relação com a língua e com a história, onde se confrontam o simbólico e o político.

Face a esta materialidade discursiva, busco entender como uma memória marcada na história da política brasileira enquanto negativa para a democracia pode ser reconfigurada discursivamente, na conjuntura atual, com viés positivo, enquanto defesa da democracia. Alimenta a reflexão para possíveis respostas a este questionamento, a compreensão de Orlandi (2013, p. 10)³:

Se uma ditadura se apresentasse com a violência que lhe é própria, ela não se sustentaria. Mas o não se apresentar com a sua própria violência não significa que ela a esteja ocultando em qualquer lugar obscuro. Não. Ao contrário, o que a ditadura faz é justamente dizer-se cotidianamente como algo natural, familiar, sem constituir um período de exceção. É essa normalidade a sua maior violência. Sua violência simbólica. Sem altos nem baixos.

1. Ordens do Dia “alusivas ao 31 de março de 1964”

De acordo com o dicionário Houaiss, ordem do dia se refere a: (1) pauta ou agenda do que se pretende executar ou discutir num prazo ou numa sessão; (1.1) matéria de que uma reunião se deve ocupar; (1.2) (jurídico) conjunto

3 Apresentação de E. Orlandi à obra “A fala dos quartéis e as outras vozes”, de F. Indursky (2013).

das matérias previamente definidas que constituem objeto de debates ou votação de uma assembleia legislativa ou deliberativa; (1.3) (militar) publicação que o comandante do corpo faz a cada dia, com determinações e instruções diversas, e comentários em datas especiais”. Já ao pesquisar o glossário das Forças Armadas, não consta o verbete “Ordem do Dia”, assim, sigo a definição do dicionário Houaiss, conforme o item 1.3 e destaco “determinações e instruções diversas, e comentários em datas especiais”.

A primeira ordem do dia que compõe o corpus desta pesquisa foi lançada em março de 2019 por determinação do presidente Bolsonaro para “comemorações devidas” ao 31 de março de 1964, “patrocinadas” pelas Forças Armadas e pelo Ministério da Defesa. Estes órgãos, conforme Althusser (2008, p. 98), integram o aparelho repressor do Estado, de acordo com a teoria de Althusser (2008, p. 98). Dela, extraio a primeira sequência discursiva que será analisada. Os grifos são meus.

Sd1: “Como resultado do impacto político, econômico e social, a humanidade se viu envolvida na Primeira Guerra Mundial e assistiu ao avanço de ideologias totalitárias, em ambos os extremos do espectro ideológico. Como faces de uma mesma moeda, tanto o comunismo quanto o nazifascismo passaram a constituir as principais ameaças à liberdade e à democracia” (Ordem do dia, março de 2019).

No decorrer, a cada ano de seu governo, uma nova ordem do dia foi divulgada, marcando uma repetibilidade discursiva. São as demais SDs:

Sd2: “O Movimento de 1964 é um marco para a democracia brasileira. O Brasil reagiu com determinação às ameaças que se formavam àquela época” (Ordem do Dia, março de 2020).

Sd3: “O movimento de 1964 é parte da trajetória histórica do Brasil. Assim devem ser compreendidos e celebrados os acontecimentos daquele 31 de março” (Ordem do dia, março de 2021).

Sd4: “Cinquenta e oito anos passados, cabe-nos reconhecer o papel desempenhado por civis e por militares, que nos deixaram um legado de paz, de liberdade e de democracia, valores estes inegociáveis, cuja preservação demanda de todos os brasileiros o eterno compromisso com a lei, com a estabilidade institucional e com a vontade popular”.

Desde a redemocratização do país, com a Constituição de 1988, esta é a primeira vez que o período da ditadura militar brasileira (1964-1985) é “celebrado” a pedido de um presidente da República. Da mesma forma, o governo de Bolsonaro é o primeiro a comportar grande número de militares atuantes na política, com mais de 6 mil membros, distribuídos tanto na reserva quanto na ativa.

Em primeiro de janeiro de 2019, durante seus discursos de posse, o presidente Jair Messias Bolsonaro declarou que neste dia o povo começou a se “libertar da ideologia no governo”, a qual considerou inimiga e “nefasta”. Referia-se, na ocasião, à política de esquerda, particularmente, representada pelo Partido dos Trabalhadores e por suas gestões de mais de uma década no Poder de Estado.

Os discursos de posse reverberaram os de campanha a presidente da República e ainda os que marcaram os seus mandatos enquanto deputado federal. Piovezani (2021, p. 93) analisa que o então deputado federal Jair Bolsonaro desempenhou mandatos “mediócre”, fundamentados, em quase três décadas de mandatos, como defensor dos militares e da ditadura militar. “Bolsonaro deixa a condição de político insignificante e se torna porta-voz do pensamento reacionário no Brasil, graças ao substrato autoritário nas ações e no imaginário brasileiro”. Nesse sentido, corrobora a descoberta da pesquisadora especializada em grupos neonazistas no Brasil, Adriana Dias, da Unicamp, de uma carta do então deputado federal Jair Bolsonaro, publicada em três sites neonazistas do Brasil, em 2004, em que agradecia o apoio recebido: “todo retorno que tenho dos comunicados se transforma em

estímulo ao meu trabalho. Vocês são a razão da existência do meu mandato”.

Já, em 2018, no Acre, durante a campanha presidencial, o então candidato a presidente da República declarou: “vamos fuzilar a petralhada”. O enunciado à época já antecipava os abalos que a democracia brasileira estava prestes a sofrer com a vitória de Bolsonaro. Não demorou para que, no primeiro ano de seu mandato, em março, o presidente determinasse as “comemorações devidas” ao período de ditadura militar no Brasil e assim sucessivamente a cada ano. No decorrer, em seu terceiro ano de mandato, o presidente Bolsonaro aprofunda as relações com a extrema-direita mundial e chega a receber, no Brasil, a neta do ministro das Finanças de Adolf Hitler, Beatrix von Storch, em julho de 2021. Uma das líderes atuais do neonazismo na Alemanha, ela é investigada por propagar ideias xenofóbicas e extremistas. Ela é uma das principais líderes do partido nacionalista-conservador “Alternativa para a Alemanha” (AfD, na sigla em alemão). Seu propósito no Brasil, segundo ela mesma divulgou, é conquistar aliados para seu partido. Ao recebê-la, o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, além de se colocar como aliado, apresenta elementos da formação ideológica que o determina (Pêcheux, 2014), cujos laços se associam ao autoritarismo, à extrema-direita nazifascista.

2. Ideologia, lutas de classes nos discursos e no Poder de Estado

Pêcheux (2015, p. 122), ao tratar das relações entre linguística e outras ciências humanas, problematiza sobre a noção de fala e de língua. Ele destaca que a linguística exclui de seu campo as questões de sentido dos textos e que se associam às ciências sociais. Pêcheux (2015, p. 125) afirma que “o laço que liga as ‘significações’ de um texto a suas condições sócio-históricas não é, de forma alguma, secundário, mas constitutivo das próprias significações”. E ainda ressalta: “falar é totalmente diferente do que produzir um

exemplo de gramática”. Desta forma, a linguística exclui de seu campo as questões do sentido, da expressão das significações contidas nos textos, como analisa o autor. Ele propõe que todo discurso é concebido enquanto processo social e discursivo (processo de produção do discurso). Desse modo, em suas reflexões, o autor pontua que há uma oposição entre língua-fala. Ao falar o indivíduo se transforma em sujeito em um processo de interpelação ideológica, inconsciente e em dada conjuntura sócio histórica. “Em uma determinada época e em um ‘meio social dado’, a ‘fala’, sob suas formas políticas, literárias, acadêmicas, etc se organiza necessariamente em ‘sistemas’ regidos por leis”, sustenta Pêcheux (2015, p. 126). Por outro lado, o conceito científico de língua que abarca seus aspectos de fonologia (estudo dos sons); morfologia (estudo das formas) e sintaxe (modo como combinar as palavras) não compreende os aspectos da fala, observa Pêcheux (2015). Assim, há a necessidade de uma outra teoria, a do discurso, pois a base da linguística centra-se no funcionamento da língua em relação a si própria. Pêcheux (2015, p. 125), então, fundamenta uma teoria específica para o discurso com foco nas questões do sentido, da expressão das significações contidas nos textos.

O discursivo, segundo o autor, representa, no interior do funcionamento da língua, os efeitos da luta ideológica e, inversamente, manifesta a existência da materialidade linguística no interior da ideologia. Por conseguinte, os processos discursivos tornam-se possíveis pela própria estrutura da língua, lugar onde se marca a luta ideológica e política de classes. Tais pressupostos demarcam a teoria do discurso de Pêcheux enquanto uma teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Nela, a materialidade discursiva é concomitantemente linguística e ideológica, como destaca Indursky (2013, p.29). Logo, tal materialidade não pode ser analisada de modo positivista como ocorre na linguística, ressalta a autora, mas sim a partir de pressupostos histórico-materialistas. De acordo com

Pêcheux, a AD se interessa pelas representações feitas pelo homem no uso que este faz do léxico em sua prática discursiva, procurando examinar as transformações de sentidos e seus efeitos.

Ao abordar, em sua teoria do discurso, a relação entre sujeito, discurso e ideologia, Pêcheux (2014c) retoma os princípios de Althusser (2008) sobre a interpelação do sujeito pela ideologia e as teorias sobre poder de Estado e Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Pêcheux (2014c, p.1) destaca o primado da luta de classes em relação à existência das próprias classes e o primado do inconsciente sobre a consciência em uma imbricação com a ideologia. “Não é exagero dizer que todos os campos de jogos político-ideológicos, recobertos pela questão da ideologia e da luta ideológica de classes, ficam suspensos à posição adotada em relação a esse duplo primado: nós teremos mais de uma vez a oportunidade de constatar isso”, destaca Pêcheux (2014c, p.2).

Althusser (2008, p. 96) sustenta que toda luta política de classe gira em torno da disputa pelo domínio do Poder de Estado. “O objetivo da luta de classes diz respeito à posse do Poder de Estado e, por consequência, à utilização do Aparelho de Estado pelas classes (ou aliança de classes ou de frações de classes) detentoras do poder de Estado, em função de seus objetivos de classes” (ALTHUSSER, 2008, p. 97). Já cada aparelho ideológico de Estado, conforme o autor, corresponde a um sistema de instituições, organizações e práticas correspondentes, definidas. Neles operam diversas formações ideológicas e sucedem lutas por sua dominação. O autor cita como exemplos de AIEs: aparelho escolar, aparelho familiar, aparelho religioso, aparelho político, aparelho sindical, aparelho da informação, aparelho da edição-difusão, aparelho cultural. Pêcheux (2014c, p. 4) analisa que os AIEs constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção. As condições contraditórias ocorrem em um momento histórico dado e por uma formação social dada,

pelo conjunto complexo (relações de contradição-desigualdade-subordinação) dos AIEs que essa formação social comporta. “De fato, seria absurdo pensar que numa dada conjuntura, todos os AIEs contribuam de maneira igual para a reprodução das relações de produção e para sua transformação” (PÊCHEUX, 2014c, p. 4).

Ao se debruçar sobre a teoria de Althusser sobre Poder de Estado e de seus aparelhos ideológicos, Pêcheux (2014b, p. 131) argumenta que eles se constituem como “palco” de uma dura e ininterrupta luta de classes, que leva a cenas de desigualdade e subordinação no todo complexo dos aparelhos ideológicos. A partir de então, Pêcheux (2014, p.146) desenvolve o conceito do que denomina “o todo complexo das formações ideológicas” por meio de duas teses: (i) o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição não existe em si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual estão inseridas. Portanto, como argumenta o autor, as palavras, as expressões mudam de sentido conforme as posições sustentadas por aqueles que as empregam, e adquirem sentidos de acordo com as formações ideológicas. Elas se associam, por sua vez, conforme Pêcheux (2014b, p. 147), às formações discursivas que são designadas como: “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”.

Ao aprofundar a relação da linguística com a ideologia, como explica Zandwais (2009, p.28), Pêcheux concebe o discurso como um dos aspectos materiais da ideologia e assim, busca outras fontes, uma vez que a linguagem foi “superficialmente” abordada por Marx e por Althusser, mas já pensada por Volóchinov/Bakhtin, como aponta Zandwais (2009, p. 28), o que resultou em uma precursora teoria materialista. A autora explica que Volóchinov não dissocia língua e linguagem e sua relação com a ideologia, o que é próprio de uma teoria materialista. Diretamente, Pêcheux (1990, p. 245) menciona

Volóchinov ao salientar que:

Língua, ideologia e discurso nem Marx, nem Lênin, nem nenhum desses que se costuma chamar de ‘os clássicos do marxismo’ produziu qualquer estudo politicamente organizado sobre esse assunto. De fato, os pensadores políticos do marxismo-leninismo detiveram-se, nessa questão, em apontamentos de ordem muito geral (por exemplo, naquilo que podemos encontrar em Gramsci), de sorte que, depois de Voloshnov até os nossos dias, pode-se dizer que esta questão foi, e permanece sendo, essencialmente, objeto dos universitários progressistas (poucos linguistas, e, sobretudo dos historiadores e dos filósofos).

Volóchinov (2021), ao lançar seus estudos em 1929, foi um dos fundadores das teorias que relacionam língua e ideologia, de acordo com o materialismo histórico-dialético, cujos princípios embasam também os conceitos da teoria materialista do discurso de Pêcheux quarenta anos depois. Para Volóchinov (2021), o uso da palavra é um fenômeno ideológico por excelência. Em sua teoria dos signos, o autor sustenta que a palavra é um signo neutro, mas em seu funcionamento ela se torna um instrumento ideológico. Assim, ela funciona como elemento essencial que acompanha toda criação ideológica. O signo é ideológico e desse modo, é arbitrário, contraditório, fragmentado, instável. Ele reflete e refrata a realidade ao mesmo tempo que, por sua vez, não é transparente e tampouco diretamente acessível. Sendo assim, os signos ideológicos que se associam às palavras podem ser distorcidos no intuito de produzir outros efeitos de sentidos como, por exemplo, “campo de extermínio” nazista era identificado como o lugar onde o trabalho liberta e a “câmara de gás” como chuveiro, um eufemismo mortal. “O signo não é somente uma parte da realidade, mas também reflete e refrata uma outra realidade, sendo por isso mesmo capaz de distorcê-la, ser-lhe fiel, percebê-la de um ponto de vista específico e assim por diante”, explica Volóchinov (2021, p. 93). Desse modo, o campo ideológico

coincide com o campo dos signos. Eles podem ser igualados. Assim, o autor desenvolve uma ciência da ideologia.

O discurso como um dos aspectos materiais da ideologia ganha força na teoria materialista do discurso de Pêcheux. A este respeito, o autor estabelece a tese de que os indivíduos são interpelados em sujeitos de seu discurso pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes. Propõe também a segunda tese, a de que “toda forma discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com relação ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2014b, p. 148-149). Ao “todo complexo com dominante”, Pêcheux denomina como o interdiscurso, aquilo que pode e deve ser dito, aquilo que se refere a uma memória discursiva historicamente constituída, a algo que fala (ça parle) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, a um pré-construído, o que corresponde a um “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece e impõe a realidade e seu sentido. O interdiscurso é submetido à lei de desigualdade – contradição – subordinação que marcam o complexo dessas formações ideológicas. Pêcheux conclui afirmando que o funcionamento da ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos ocorre por meio do complexo das formações ideológicas e, especialmente, no interdiscurso intrincado nesse complexo.

O autor concentra no entendimento de como ocorre a interpelação do indivíduo em sujeito por meio da ideologia, e de como ela se materializa em seu discurso. Para tanto, busca em Althusser e em Lacan os fundamentos para elaborar a sua teoria. De acordo com premissa de Lacan de que o “sujeito só é sujeito por assujeitamento ao campo do Outro, o sujeito provém de seu assujeitamento sincrônico a esse campo do Outro”, Pêcheux (2014b, p. 150) busca a explicação para o assujeitamento ocorri-

do, que se apresenta sob a forma de uma autonomia dissimulada, na medida em que o sujeito não reconhece o seu submetimento à ideologia. Contudo, ele ocorre, segundo Lacan, a partir do EGO, ou seja, do imaginário do sujeito (onde se constitui para o sujeito a relação imaginária dele com a realidade) e do complexo com suas formações ideológicas. Assim, conforme as teorias lacanianas que embasaram Pêcheux (2014b), o sujeito se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina. Fundamentado nessas teorias, o autor desenvolve, então, que a interpelação de indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina que, por sua vez, é determinada por uma formação ideológica.

Nos discursos políticos, tema da presente pesquisa, as formações ideológicas são essenciais para a análise, bem como as formações discursivas que delas derivam e suas condições de produção. Courtine (2014, p. 53), ao tratar das condições de produção, retoma argumento para ilustrá-las, no caso dos discursos políticos, em sua característica relacionada à conjuntura, ao jogo das forças políticas, ao estudo de suas estratégias, de seus interlocutores. Entre os desafios de estudar o discurso político está o seu caráter bastante heterogêneo, instável e que se associa ao mesmo tempo ao empírico, ao situacional, ao conjuntural e às determinações históricas dos discursos em questão. Nele estão inerentes as contradições de classe que reverberam nos aparelhos ideológicos e no Poder de Estado como um todo. Dessa forma, neste estudo, nas análises, destaco o funcionamento do discurso da extrema-direita dominante no Poder de Estado na contemporaneidade brasileira e como a formação ideológica que o determina se manifesta no que tange às ordens do dia alusivas ao 31 de março de 1964, as quais compõem o corpus desta pesquisa.

3. A ideologia do Poder de Estado brasileiro na conjuntura atual

Em cerimônia de homenagem ao agronegócio, em Sinop-MT, em 18 de setembro de 2020, o presidente Bolsonaro declarou: “fincamos então, uma âncora no conservadorismo; (...) Deus, Pátria e família. Essa é a nossa base. (...) Eu sou empregado de vocês. Vocês são nossos patrões. A vocês nós devemos a lealdade absoluta. Por vocês nós lutamos”. Os ruralistas que integram o agronegócio brasileiro se materializam como os “vocês” do discurso do presidente Bolsonaro e são para o seu governo uma base crucial, apoiadores de primeira hora. Conforme analisou Indursky (2020, p.370), ao citar explicitamente quem são seus patrões, a quem deve lealdade e quais são seus princípios, o presidente Bolsonaro traz importantes elementos a respeito de sua própria ideologia e àquela que sustenta, atualmente, o Poder de Estado.

O lema “Deus, pátria e família”, mencionado reiteradamente pelo atual presidente, remonta ao início do século XX, período da II Guerra Mundial e de ascensão do nazifascismo. Em meio à turbulência da época, o escritor, jornalista e político brasileiro Plínio Salgado organizava um movimento de inspiração fascista, o integralismo, considerado por pesquisadores como Gonçalves e Caldeira Neto (2020, p. 9) como “o maior movimento de extrema-direita da história do Brasil”. Ele foi enunciado por Plínio Salgado, em sete de outubro de 1932, durante o Manifesto do movimento integralista, no Teatro Municipal de São Paulo, com o apoio de grande parte da intelectualidade nacionalista e admiradora do fascismo, conforme apontam os pesquisadores Gonçalves e Caldeira Neto (2020, p. 14). Por seu espectro abrangente de formações ideológicas e discursivas, o lema “Deus, pátria e família” percorre o tempo, distorcendo-se e adaptando-se às diferentes conjunturas. Em 31 de março de 1964, por exemplo, embalou as marchas “Família com Deus, pela Liberdade”, inclusive reverberado por seu

mentor, Plínio Salgado: “os grandes desfiles populares da família, com Deus, pela liberdade que têm levado às ruas das cidades brasileiras o clamor de um povo fiel às suas tradições cristãs e disposto a lutar para impedir que o escravizem” (GONÇALVES; CALDEIRA, 2020, p. 106). Durante a ditadura militar no Brasil, os integralistas assumiram cargos no governo e assim, integravam aparelhos ideológicos de Estado, bem como o Poder de Estado. Após mais de três décadas do fim do regime militar no Brasil, eis que o lema “Deus, Pátria e Família” retorna ao Poder de Estado com a eleição de Jair Messias Bolsonaro para presidente, em 2018, e chega, inclusive, à mesa da presidência da República, no Palácio do Planalto, afixado no computador de trabalho do presidente Bolsonaro.

No lema, o líder do movimento nazifascista no Brasil, Plínio Salgado, sintetizou os princípios fundamentais para aqueles considerados conservadores e nacionalistas, cujas formações discursivas constituem os saberes do patriarcalismo, do cristianismo, do nacionalismo e do autoritarismo. Em sua existência, o escritor adaptou o discurso tradicionalmente inspirado no nazifascismo à medida que este passava a ser severamente condenado na história e passou a distorcê-lo, de modo a ser amplamente aceito na sociedade. Então, usou como estratégia ressaltar a religião e a família. De forma semelhante, Bolsonaro, um conhecido político favorável à ditadura militar no Brasil e à tortura à época, quando deputado federal, como aponta Piovezani (2021), adapta o discurso, agora enquanto presidente da República, refratando, conforme os princípios da teoria de Volóchinov (2021), os horrores da ditadura militar, como por exemplo, vinte mil pessoas torturadas, mais de 400 mortos, de acordo ainda com números oficiais. Há notícias de que mais de 1000 ossadas da ditadura militar no Brasil necessitam de identificação. E, seguindo a teoria de Volóchinov (2021), reflete, no caso do objeto desta pesquisa, que foi um governo em favor da democracia, ao mesmo tempo em que naturaliza o discurso autoritário,

a exemplo das Ordens do Dia referentes ao “31 de março de 1964”. Assim, o funcionamento da categoria da contradição é constante no processo discursivo da extrema-direita, aqui analisado, que em função da tomada e permanência no domínio do Poder de Estado, em uma dada conjuntura sócio-histórica, reflete e refrata sentidos em conformidade com uma formação discursiva nazifascista que, como visto, remonta, entre suas marcas, ao lema integralista “Deus, Pátria e família”.

Em conjuntura parcialmente semelhante, ao analisar as condições de produção dos discursos, tanto naquela época de 1964 a 1985, quanto agora, na segunda década do século XXI, a luta de classes e seu domínio pelo poder de Estado (ALTHUSSER, 2008) traz elementos consonantes: em ambas as conjunturas, parte das classes média e alta apoiaram o golpe de 1964, assim como apoiaram a ascensão de Bolsonaro e o retorno da extrema-direita ao poder de Estado. Também como nos anos sessenta do século XX, havia um governo progressista que ocupava a presidência no Brasil, encabeçado pelo presidente João Goulart, o mesmo ocorreu, na contemporaneidade, com os governos do Partido dos Trabalhadores, liderados pelos presidentes Lula e Dilma Rousseff. No que se refere aos discursos, tanto os que corroboraram com a derrubada do governo de Goulart quanto do PT na história recente do país, assemelham-se em sua formação ideológica e formações discursivas. Eles se imbricam nas lutas de classe e nas condições históricas com similitudes conjunturais.

Soma-se ainda a esta análise a negação da ideologia, conforme posto por Althusser (2008), como sempre sendo a do outro e não a de si próprio. Em seus discursos de posse, o presidente Bolsonaro abordou “ideologias nefastas” que “destroem” valores, tradições, famílias. Essas eram relacionadas aos “inimigos da pátria”, e ressaltou ainda, durante sua posse em 2019, que o país estaria livre de “amarras ideológicas”. Discursos esses que se assemelham à lógica nazifascista de eleger e exterminar inimigos do po-

der e ideologias. Por outro lado, como já visto, de acordo com as teorias de Althusser (2008); Pêcheux (2014a; 2014b; 2014c), todo sujeito é submetido a uma ideologia, em uma dada conjuntura histórico-política, embora possua a ilusão de não o ser, de ser livre em seu discurso. Logo, é possível remeter, conforme as duas teses de Pêcheux (2014b) anteriormente citadas, ao funcionamento da formação ideológica de extrema-direita, autoritária, que glorifica a ditadura militar e estabelece o que pode e deve ser dito e o que não pode e não deve ser dito, constituindo, então, formações discursivas, plenas de saberes autoritários, conservadores, patriarcais, determinantes dos efeitos de sentidos relacionados às palavras empregadas. Por isso, nesse caso, o item lexical “democracia” passa a ser relativizado nas ordens do dia em estudo, que buscam ordenar à população a significação a este item de acordo com a ideologia do governo federal e dos militares que o integram, em um efeito autoritário e de modo a naturalizar os sentidos que dela emanam. Ainda, seguindo os princípios da teoria de Pêcheux (2014b), há a identificação da posição-sujeito presidente com a formação discursiva de extrema-direita e, por conseguinte, com a formação ideológica nazifascista que a domina. Aqui é fundamental a retomada da análise de Orlandi (2013, p. 10) de que “o que a ditadura faz é justamente dizer-se cotidianamente como algo natural, familiar, sem constituir um período de exceção. É essa normalidade a sua maior violência. Sua violência simbólica. Sem altos nem baixos”.

4. Para não esquecer: as atrocidades do totalitarismo

Orlandi (2015, p. 55) descreve a memória enquanto passível de esquecimentos, silêncios, não-ditos, silenciamentos, interditos, processos de de-significação, neste caso, inerentes à relação entre sujeito, língua e história, onde se confrontam o simbólico e o político, como explica a autora. Em análise de discurso, a memória é entendida no entrecruzamento dos sentidos das memórias mítica, social inscrita em práticas e

também daquela construída pelo historiador, conforme Pêcheux (2015, p. 44-46). O autor argumenta que a memória discursiva se estrutura face a uma dialética de repetição e regularização e reestabelece os implícitos, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos de que sua leitura necessita. A memória, sob um jogo de força diante do choque do acontecimento, esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase, o que gera efeitos de opacidade, segundo o autor. Assim, a memória é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização, desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos (PÊCHEUX, 2015, p. 50).

Desde a instauração do golpe militar no Brasil, em 31 de março de 1964, já se passaram quase 60 anos, sendo assim, as Ordens do Dia do governo Bolsonaro, que ordenam aos brasileiros que comemorem a ditadura militar, em sua estratégia discursiva, aproveitam-se da vantagem do tempo decorrido, dos lapsos, dos furos da memória do povo brasileiro. Elas oportunamente funcionam em seus discursos de modo a silenciar, apagar e interditar, em um processo de de-significação dos fatos históricos que marcaram a ditadura militar e seus horrores. Como alerta Arendt (2012, p. 435), os governantes totalitários geralmente iniciam suas carreiras vangloriando-se de “crimes passados e planejando cuidadosamente os seus crimes futuros”. Para tanto, é preciso organizar as massas, pois elas são a base do totalitarismo, como explica a autora: “somente onde há grandes massas supérfluas que podem ser sacrificadas sem resultados desastrosos de despovoamento é que se torna viável o governo totalitário, diferente do movimento totalitário” (ARENDT, 2012, p. 438). Nesse sentido, a autora explica que “potencialmente” as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto (ARENDT, 2012, p. 439).

A autora argumenta que foi durante a II Guerra Mundial, após as conquistas do Leste europeu, que se configuraram as grandes massas para que Hitler pudesse enviá-las aos campos de concentração. Por outro lado, situa que foi a partir do término da I Guerra Mundial e de suas consequências desastrosas como alta inflação, miséria, desemprego, desalento geral da população que os movimentos extremistas avançaram na Itália, França, Alemanha, Espanha. “Foi nessa atmosfera de colapso da sociedade de classes que se desenvolveu a psicologia do homem de massa da Europa” (ARENDT, 2012, p. 444). O foco era a mobilização das massas, resultantes dos fragmentos da sociedade, normalmente, apáticas politicamente, e que, assim, tornaram-se um laboratório para a introdução de métodos inteiramente novos de propaganda política, instrumentos que levavam à morte ao invés da persuasão e que traziam terror em lugar de convicção dominantes no totalitarismo. Eles refletiam as ilusões do sistema democrático. O insucesso em recrutar para a política membros dentre a geração mais jovem e a perda do consentimento e do apoio silencioso das massas desorganizadas fizeram com que, por meio da própria democracia, surgissem os meios necessários para o totalitarismo suprimi-la por meio das liberdades democráticas, de acordo com Arendt (2012).

Nos governos totalitários, o líder se coloca como “funcionário das massas”, em uma relação direta com elas e de total interdependência de outros poderes. Contudo, Arendt (2012) explica que a ideia de domínio, tanto de Hitler quanto de Stálin, era muito além do Poder de Estado, de sua máquina estatal, mas sim da dominação permanente de todos os indivíduos em toda e qualquer esfera da vida. Tal objetivo é “algo que nenhum Estado ou mecanismo de violência jamais pôde conseguir, mas que é realizável por um movimento totalitário constantemente acionado” (ARENDT, 2012, p. 456). Já o fascismo não chegava, segundo a autora, a objetivar tal domínio, e sim, o controle pleno do poder de

Estado e de sua máquina.

Esse resgate teórico às origens do totalitarismo suscita reflexões sobre a contemporaneidade brasileira. Chauí (2013, p. 6), ao analisar as jornadas de junho de 2013, destacou o enunciado “meu partido é meu país”, que circulava nas ruas à época para fundamentar um movimento emergente no Brasil com base, conforme a autora, na posição ideológica típica da “classe média que aspira por governos sem mediações institucionais e, portanto, ditatoriais, (...), ignorando talvez, que essa foi uma das afirmações fundamentais do totalitarismo”. Naqueles acontecimentos, as grandes capitais do país foram tomadas por movimentos diversos, antagonistas entre si e que se intitulavam apartidários, partidários, antipartidários e intolerantes. Particularmente o rótulo de apartidário foi estratégico para atrair, cada vez mais, manifestantes que, em apenas duas semanas, motivados pela pauta em defesa do transporte público e da redução da tarifa, tornaram-se uma grande massa singular e sem precedentes. Ao seu final, mesmo face à ampliação das pautas dos protestos como melhores serviços públicos (educação, saúde, por exemplo), transparência, combate à corrupção, cresciam os adeptos de pautas autoritárias e que vislumbravam em Jair Messias Bolsonaro o seu mito, o seu porta-voz, a exemplo de páginas nas redes sociais que o elogiavam e replicavam seus discursos, como a OCC – Organização de Combate à Corrupção – que obteve mais de 400 mil seguidores, conforme aponta pesquisa de Silveira (2015).

Da mesma forma, Ortellado (2018) avalia que Bolsonaro capitalizou a revolta das ruas em 2013, principalmente, daqueles que se manifestavam contra a corrupção, dos autoritários e daqueles contra o sistema político como um todo. O autor analisa que, em 2018, Bolsonaro se tornou o “candidato anti-sistema” ao apostar no jogo “contra tudo e contra todos”, com o apoio forte da sociedade civil, e que tal postura tem suas raízes em junho de 2013. Nessa conjuntura é importante destacar que, logo após

ser eleito presidente da República, Bolsonaro se desfilou do PSL e, na sequência, tentou criar o seu próprio partido, o “Aliança pelo Brasil”, que acabou sendo arquivado por falta de adeptos. Ao final de 2021, ele se filiou ao PL (Partido Liberal) para concorrer à reeleição presidencial em 2022. Por outro lado, o presidente mantém postura semelhante à que o elegeu no sentido de “anti-sistema”, priorizando o caos e a tensão constantes sobre o sistema eleitoral brasileiro, ameaçando-o, repetidas vezes, de modo a ampliar a instabilidade política no país e a disputa entre os três poderes: Judiciário, Legislativo e Executivo. Haja vista a polarização na disputa pela chefia de Estado em 2022, a democracia brasileira é cada vez mais ameaçada.

A ideologia totalitária levou a formas de subjugar, exterminar e aterrorizar os seres humanos internamente, para isso, o aparelho repressor tinha como aliado o terrorismo. Ele canalizava a frustração, o ressentimento, o ódio cego em uma espécie de expressionismo político das massas fanáticas. A violência não servia apenas para assustar o povo, mas para dar realidade às doutrinas ideológicas e às mentiras autoritárias do totalitarismo. O extermínio dos oponentes faz parte de um processo histórico e necessário e passa a ser a normalidade do cotidiano. “O terror é a essência do domínio totalitário” (ARENDT, 2012, p. 618). Como já destacado anteriormente, a ditadura militar no Brasil, no período de 1964 a 1985, instaurou, por meio do Ato Institucional número 5, por exemplo, uma série de medidas de exceção, tais como suspensão de direitos humanos, políticos, de liberdade de expressão, intervenção nacional, além de ter instaurado um regime de perseguição política e de extermínio. O presidente militar passou a ter plenos poderes sobre os brasileiros, que estavam proibidos de se manifestar contra o governo. Toda forma de protesto era punida, e quando possível, seus líderes eliminados. De acordo com dados do Human Rights Watch (HRW), vinte mil pessoas foram torturadas durante a ditadura militar no Brasil, e pelo menos 434 foram mor-

tas e seguem desaparecidas, conforme números oficiais. No período, 4841 representantes políticos perderam seus cargos. E ainda há notícias de que mais de 1000 ossadas da época da ditadura militar no Brasil necessitam de identificação. Na conjuntura atual, como analisado por Piovezani (2021, p. 89), o presidente Bolsonaro elenca seus inimigos públicos, conclama seus apoiadores contra eles e pratica violências simbólicas por meio de uma linguagem fascista no Brasil contemporâneo.

A linguagem fascista fala para justificar e fomentar o aniquilamento do adversário, transformando em inimigo. Com efeito, os perigos do fascismo estão além da linguagem. Mas as versões fascistas da história promovem um aumento progressivo no consentimento e na difusão de discursos de ódios e de atos violentos, tanto pelo o que contam quanto pelas maneiras de contar suas narrativas” (PIOVEZANI, 2021, p. 92).

5. Discursos distorcidos sobre a ditadura militar brasileira

Desde a criação da pasta do Ministério da Defesa, há mais de 20 anos, esta é a primeira vez que o ministério emite Ordem do Dia para que se “comemore”, “celebre” o “31 de março de 1964”. Ao longo dos anos pós-ditadura, as versões de militares sobre a data ocorreram isoladamente, sem maiores festejos, e inclusive o evento foi retirado do calendário de comemorações do Exército quando Dilma Rousseff assumiu a presidência da República. Entretanto, com a chegada de Jair Bolsonaro ao Poder de Estado, os sentidos para o “31 de março de 1964” alcançaram significações que retornam aos tempos da ditadura. Como já apontado, o governo de Bolsonaro abriga mais de 6 mil militares em diversos ministérios, secretarias e outros órgãos do governo federal – outra marca importante e inédita desde a redemocratização do país. Tal participação militar na política leva à problematização sobre a sua função constitu-

cional de defesa da pátria, de sua soberania e enquanto garantidora dos poderes constitucionais, conforme a Constituição de 1988. Nessa conjuntura, é relevante pontuar o contradiscurso de outros militares de altas patentes, que se mostram totalmente divergentes com o nível de comprometimento de seus pares com o governo de Bolsonaro, e alertam para a destruição da “muralha” entre o militar e a política, construída nos anos pós-ditadura. Face às eleições presidenciais de 2022, a imprensa pressiona para que esses militares de alta patente que não cancelam tal postura se manifestem, reafirmando serem contrários ao golpismo e respeitarem os resultados das urnas e, ainda, que as Forças Armadas não devem interferir no processo.

Nas Ordens do Dia em questão, a memória discursiva dos feitos militares é “celebrada” em conformidade com um pré-construído dos militares sobre sua passagem pelo poder de Estado durante a ditadura e que se perpetua, ao longo do tempo, no intuito de ressaltar um período heroico. Indursky (2013, p.69), ao pesquisar o funcionamento do discurso presidencial, destaca que uma das imagens propagadas pelos presidentes militares era a de “democrata”. Ela ressalta que “no discurso presidencial da República Militar Brasileira, de um modo geral, é construída a imagem de um presidente democrata, que acredita no jogo democrático e em suas instituições, razão pela qual está investido de compromissos e deveres cívicos”. A autora explica que tal imagem projetada pelos militares ocorre no intuito de alcançar a legitimidade que lhes faltava junto à população e, assim, busca-se, por um processo de simulacro, reiterar a imagem de presidente “democrático”, de “soldado da democracia brasileira”, de “salvador” da pátria. Entretanto, a partir da promulgação do Ato Institucional número 5 (AI5), que permitiu plenos poderes aos militares, durante o governo de Costa e Silva, ocorreu a desmistificação da falsa imagem de presidente democrata, e acentuou-se a imagem de presidente autoritário, como aponta Indursky (2013, p. 79). Em consonân-

cia com a imagem de presidente democrático, criada durante a ditadura militar por seus presidentes, sempre que possível, os discursos reverberados nas Ordens do Dia alusivas “ao 31 de março de 1964”, do atual governo Bolsonaro, buscam refletir uma glória militar e refratar toda a sua atrocidade e desumanidade em discursos cujos efeitos de sentidos distorcem os eventos históricos dos anos 60 do século XX, em um efeito discursivo que atende aos interesses de uma política de extrema-direita e de formação ideológica nazifascista.

Aqui, retomo as sequências discursivas, extraídas das Ordens do Dia do governo Bolsonaro. Os grifos são meus.

Sd1: “Como resultado do impacto político, econômico e social, a humanidade se viu envolvida na Primeira Guerra Mundial e assistiu ao avanço de ideologias totalitárias, em ambos os extremos do espectro ideológico. Como facetas de uma mesma moeda, tanto o comunismo quanto o nazifascismo passaram a constituir as principais ameaças à liberdade e à democracia” (Ordem do Dia de março de 2019).

Sd2: “O Movimento de 1964 é um marco para a democracia brasileira. O Brasil reagiu com determinação às ameaças que se formavam àquela época” (Ordem do Dia, março de 2020).

Sd3: “O movimento de 1964 é parte da trajetória histórica do Brasil. Assim devem ser compreendidos e celebrados os acontecimentos daquele 31 de março” (Ordem do Dia, março de 2021).

Sd4: “Cinquenta e oito anos passados, cabe-nos reconhecer o papel desempenhado por civis e por militares, que nos deixaram um legado de paz, de liberdade e de democracia, valores estes inegociáveis, cuja preservação demanda de todos os brasileiros o eterno compromisso com a lei, com a estabilidade institucional e com a vontade popular” (Ordem do Dia, março de 2022).

Conforme Arendt (2012), tanto o governo de Hitler, de extrema-direita, quanto o de Stálin, de extrema-esquerda, foram totalitários

e adeptos à ideologia do terror. Da mesma forma, a autora fundamenta que o pós I Guerra Mundial levou às condições necessárias para a eclosão dos regimes totalitários e suas atrocidades para a humanidade no decorrer da II Guerra Mundial. Por outro lado, é preciso problematizar a expressão “faces da mesma moeda”, na segunda parte da Sd1. Isso porque a expressão “faces da mesma moeda” suscita uma generalização, um apagamento das diferenças, de modo a estancar a discussão ao forçar um senso comum, assim como leva a oportunismos no sentido de refratar as atrocidades da extrema-direita e refletir os terrores apenas de um lado, o da extrema-esquerda. Nesse caso, é possível analisar opacidades do discurso em questão, uma vez que se busca, em uma estratégia, dizer explicitamente que “tanto o comunismo quanto o nazifascismo passaram a constituir as principais ameaças à liberdade e à democracia”, quando, implicitamente, em seus discursos, silenciam-se os elos fracos do nazifascismo e reverberam-se os do comunismo. No governo Bolsonaro, explicita-se como ameaça comunista à democracia ao citar casos como Cuba, Venezuela, mas silencia-se sobre o nazifascismo chegando a contraditórios como já desenvolvidos neste estudo a exemplo da recepção do atual presidente brasileiro à líder do movimento neonazista da Alemanha.

Nas Sd1, Sd2 e Sd3, há uma repetibilidade discursiva já apontada pela incidência de um pré-construído dos militares sobre sua passagem pelo Poder de Estado brasileiro que produz efeitos de sentido, dentre eles, um “simulacro”, conforme argumenta Indursky (2013), de “democratas”, “heroicos” e busca apagar o seu autoritarismo. Em consonância com a primeira estratégia discursiva aqui analisada, ao destacar na Sd2 que “o Brasil reagiu com determinação às ameaças que se formavam àquela época”, novamente, a opacidade do discurso ocorre, posto que a “ameaça” se associa somente ao comunismo e, face a ela, silencia-se sobre a “determinação” de uma parte da sociedade brasileira que, aliada a uma política de extrema-direita, parti-

cipou de um golpe de estado com os militares que, por sua vez, já na sequência, assumiram o poder de Estado e ali permaneceram por 21 anos. É certo que os acontecimentos de 31 de março de 1964 marcaram a história brasileira, como destaca a Sd3, contudo, ao emitirem ordens aos brasileiros de que eles “assim” devem ser “compreendidos e celebrados”, é preciso problematizar: “assim como”? Por exemplo, como os brasileiros podem compreender e celebrar a perda de seus direitos políticos, de expressão e humanos por mais de duas décadas? Da mesma forma, como aqueles que foram perseguidos, torturados e mortos poderiam “assim” compreender e celebrar? E ainda, na formação discursiva da extrema-direita dos militares à época de 1964, aqui analisada, os sentidos para “assim” associam-se à obrigação, à aceitação, à ordenação de que é deste modo e não de outro que se deve “compreender” e “celebrar”, ou seja, de modo a glorificar o golpe de 1964 e “assim” entendê-lo, apesar das profundas contradições em que se inscreve. Nesse sentido, é possível associar as Ordens do Dia em questão nesta pesquisa aos atos institucionais do regime militar que intensificaram o autoritarismo como o AI5 aqui já citado. O instrumento foi, inclusive, defendido pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do presidente Bolsonaro, que face às repercussões negativas, pediu desculpas à população.

Na Sd4, a Ordem do dia não dá escolhas aos brasileiros se não “reconhecer o papel desempenhado por civis e por militares, que nos deixaram um legado de paz, de liberdade e de democracia”. Novamente, busca-se enaltecer aqueles que, sem legitimidade e derrotados em sua política de extrema-direita, foram obrigados a ceder em prol daqueles que de fato reconquistaram a democracia brasileira e a deixaram como legado. Novamente, emergem opacidades nos discursos analisados, em que se busca refratar os elos fracos do autoritarismo e silenciar as vozes dos movimentos sociais à época, que repletos de trabalhadores, estudantes, professores, políticos, jornalistas, advogados, artistas, escritores dentre

tantos outros lutaram e até morreram pela redemocratização do país.

No que tange às contradições dos discursos das Ordens do Dia relacionadas ao item lexical “democracia”, é preciso retomar o conceito de Pêcheux (2014b) de contradição, em que o autor a estabelece como inerente às lutas de classes, às suas formações ideológicas e assim se apresenta, de maneira assimétrica, nos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs) e no domínio do Poder de Estado. A partir das teorias de L. Althusser, Pêcheux (2014b, p. 131) destaca que é nos aparelhos ideológicos de Estado que as lutas de classes ocorrem, contradizem-se e buscam o seu domínio. Eles são o “palco de uma dura e ininterrupta luta de classes”. Como salienta o autor, as condições contraditórias ocorrem em um momento histórico dado e por uma formação social dada, pelo conjunto complexo dos AIE de relações de contradição-desigualdade-subordinação que essa formação social comporta. Na Análise de Discurso, Pêcheux (2014b) argumenta que o uso das mesmas palavras em direções diferentes ocorre segundo a natureza dos interesses ideológicos colocados em jogo. “O próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal” (PÊCHEUX, 2014b, p. 149). Logo, o processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes e portanto, a categoria da contradição é inerente a tal processo, conforme determinação ideológica. O autor sustenta que “em função do ‘todo complexo com o dominante’ dos aparelhos ideológicos de Estado e das formações discursivas que lhes são correspondentes, com suas relações específicas de contradição-desigualdade-subordinação, são constituídas ‘linhas de demarcação’ discursivas”. O autor ressalta que elas são adquiridas por meio das lutas por “formulações equívocas, nascidas no terreno da ideologia dominante e, mais ou menos, ‘trabalhadas’, ‘resolvidas’ etc, por um trabalho político-teórico sobre os ‘pré-construí-

dos’ e sobre ‘os efeitos transversos’ que os produziram” (PÊCHEUX, 2014b, p. 196). E enfatiza a conjuntura dada em que são elaboradas com um grau variável de autonomia que depende em direto do grau de autonomia política de que dispõe em um conjunto de forças políticas. Pêcheux (2014) explica que as contradições que constituem as condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção repercutem com deslizamentos, deslocamentos etc no todo complexo das ideologias teóricas sob a forma de relações de desigualdade-subordinação que determinam os interesses em luta em uma conjuntura dada.

Tais pressupostos subsidiam o aprofundamento da compreensão do objeto desta pesquisa. Como já analisado, a formação ideológica dominante no Poder de Estado atual brasileiro é nazifascista e remonta a pré-construídos e a saberes inerentes à formação discursiva de extrema-direita, cujas linhas de demarcação discursiva, abordadas neste estudo, associam-se aos anos 30 do século XX, com o surgimento do movimento nazifascista brasileiro, o Integralismo, a exemplo de seu lema “Deus, Pátria e família” e de seu percurso discursivo ao longo do tempo, com exemplos da ditadura militar e do atual governo Bolsonaro. Além dessa marca, outros pré-construídos à época dos governos militares foram retomados na pesquisa, como aqueles que se relacionam aos simulacros, conforme apontou Indursky (2013), de presidentes militares “democráticos” e heroicos. Somam-se ao entendimento do todo complexo dominante que envolve a historicidade de tal formação discursiva, as relações de lutas de classes e de posse do Poder de Estado e de seus AIEs, de acordo com as teorias de Althusser (2008). Uma vez que é nos aparelhos ideológicos de Estado onde as lutas de classes ocorrem, contradizem-se e buscam o seu domínio, como sustenta Pêcheux (2014b), o que os constitui enquanto palco “de uma dura e ininterrupta luta de classes”, na atual conjuntura brasileira, a formação ideológica dominante desde o início do governo Bolsonaro entra em

conflito com as estruturas do Estado e de seus aparelhos, em que ainda permanecem vigentes os princípios democráticos, embora ameaçados. Desse modo, estabelece-se a luta de parcelas das classes médias e alta, constituídas por militares, ruralistas, evangélicos radicais, demais conservadores e ultranacionalistas, assujeitadas a uma ideologia nazifascista contra as demais parcelas da sociedade, também representadas nos AIEs. Ocorre que, assim como aponta Stanley (2020, p. 14), “a política fascista não conduz necessariamente a um estado explicitamente fascista, mas é perigosa de qualquer maneira”. A análise desta pesquisa segue em consonância com o autor, em que se observa a materialização discursiva da formação ideológica nazifascista no Poder de Estado em sua política, mas não há, pelo menos por enquanto, a institucionalização de um Estado fascista no Brasil atual. Por outro lado, devido aos perigos de tal política, a democracia brasileira sofre abalos e está em um momento crucial, a eleição presidencial de 2022.

Em tal conjuntura, emanam muitas contradições no que se refere à democracia e seus conceitos e, neste caso, as Ordens do Dia aqui analisadas trazem abundantes elementos para a compreensão dos discursos estrategicamente enunciados para apagar os horrores da ditadura ocorrida no Brasil e ordenar uma compreensão distorcida da história muito particular inerente a um pré-construído de militares, assujeitados a uma ideologia nazifascista. Mais uma vez, é importante ressaltar que tal entendimento é próprio daqueles que compactuam com o atual governo de Bolsonaro e, como já apontado, não há uma unanimidade discursiva nas Forças Armadas, haja vista o contradiscurso manifestado por outros militares. Assim, a compreensão das contradições perpassa pela retomada das condições de produção dos pré-construídos que envolvem a ditadura militar no país, conforme a conjuntura geopolítica da América Latina da década de 60. Cavalcante; Machado (2015, p.124-125) destacam que as tensões da Guerra

Fria, o triunfo da Revolução cubana e a organização da classe trabalhadora levaram os EUA, por meio de organismos de espionagem e da reverberação de discursos salvacionistas, a patrocinar golpes militares com o objetivo de estancar o que consideravam uma “comunização” na América Latina. No Brasil, como sustentam os autores: “o golpe militar de 1964 resultou na queda do projeto desenvolvimentista do capitalismo brasileiro, capitaneado pelo nacionalismo trabalhista – PTB – e apoiado por forças populares sindicais/camponesas que pressionavam o governo Jango para a realização das reformas de base”.

Nas Ordens do Dia em questão nesta pesquisa, ao empregar o uso do item lexical “democracia”, emerge a estratégia discursiva de apagar, silenciar, dissimular, como teoriza Pêcheux (2014, p. 149), “na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal”. Por conseguinte, os apontamentos desenvolvidos até aqui conduzem para a contradição extrema em que ditadura é dita como democracia. Da mesma forma, como o governo de Hitler denominou chuveiro para “câmara de gás” e campo de extermínio para local onde o “trabalho liberta”, as Ordens do Dia buscam refratar, conforme os pressupostos da teoria dos signos de Volóchinov (2021) já abordados acima, as atrocidades da ditadura militar no Brasil e todo seu caráter anti-democrático e, assim, refletir o seu contraditório radical, ou seja, de que foi um “marco para a democracia”. A contradição estratégica da materialidade em questão vem à tona, uma vez que de outro modo, eles não teriam legitimidade junto à população, como não a tiveram, em sua maioria, durante a ditadura militar conforme análise de Indursky (2013) a respeito da projeção da imagem de presidente militar “democrático” que não se sustentou, uma vez que as ações não convergiam com os discursos, e as dissonâncias se tornaram discrepâncias.

A relativização do conceito de democracia nas Ordens do Dia analisadas é insustentável. Como estabelece Arendt (2020, p. 215), a democracia simboliza o governo da maioria, implementado conforme uma Constituição, expressão de uma vontade nacional. Na ciência política, trata-se de um governo em que o povo exerce a soberania e que seus cidadãos elegem pelo voto seus representantes por meio de eleições periódicas. Contudo, Arendt (2011) já alertava para os desafios impostos à democracia devido à complexidade de seu exercício. Ela é laboriosa e, quando malconduzida, pode levar, por seus próprios mecanismos, a caminhos fatais como o totalitarismo. A autora explica que o totalitarismo emergiu da mesma civilização liberal e, por isso, a constância nas suas possibilidades de retorno deve ser sempre monitorada. “Desde a Primeira Guerra Mundial, todos os governos têm sobrevivido sob o risco constante de morte”, destaca Arendt (2011, p. 40).

No Brasil, há pelo menos uma década, tendo como um dos episódios marcantes as jornadas de junho de 2013, os discursos de extrema-direita ameaçam a democracia do país e estão em consonância com o que tem ocorrido no mundo, a exemplo dos EUA com o ex-presidente Donald Trump, e da Europa com o fortalecimento de partidos nazifascistas. Stanley (2020, p.12) analisa aproximações da política do partido Republicano, liderada por Trump com a dos anos 30 nos EUA, em que houve maior adesão à política fascista. Ele cita como exemplo o lema “America First”, “ressuscitado” por Trump em sua campanha de 2016 e que tem origem na atuação do movimento “America First”, considerada a “faceta pública do sentimento pró-fascista dos EUA” nas décadas de 20 a 30 do século XX. No estudo de Stanley (2020) é significativa a similitude ideológica entre o movimento fascista e a campanha e o governo de Trump. Outro dado que chama a atenção se refere a seus apoiadores: ruralistas, brancos e do interior do país. Essas são características que também se refletem nos adeptos do governo Bolsonaro, no

Brasil e, da mesma forma, na ideologia que os assujeita.

Considerações

Ao longo da pesquisa, as análises desenvolvidas levam à compreensão de que as Ordens do Dia, objeto de estudo, fazem parte de uma política de naturalização do autoritarismo no Brasil, assujeitada a uma formação ideológica nazifascista operante no poder de Estado atual e que coloca em ascensão a formação discursiva de extrema-direita, seus pré-construídos, como Pêcheux (2014b) conceitua enquanto algo que fala (ça parle) sempre “antes, em outro lugar e independentemente, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas”. O pré-construído corresponde a um “sempre-já-aí” da interpelação ideológica e que, no caso deste estudo, remonta a exemplos de marcas discursivas desde a época do Integralismo, nos anos 30 do século XX.

Assim, as discursividades produzidas pelo governo Bolsonaro a respeito dos acontecimentos de 1964 valem-se dos furos de memória do povo brasileiro sobre o período de ditadura militar, afinal, já se passaram quase 60 anos, e buscam reconfigurar os discursos em um processo de aprofundamento da contradição, em que por meio de ordens à população, emitidas por aparelhos repressores, impõem-se como devem ser compreendidos e celebrados tais episódios da história brasileira. Desse modo, em um jogo discursivo, ordenam que o 31 de março de 1964 foi “um marco para a democracia brasileira”, ainda que a data represente 21 anos de ditadura e, portanto, sem direito ao voto, sem direitos humanos, sem liberdades de expressão, mas com cassação de direitos políticos, censura, perseguições, torturas, desaparecimentos, mortes. Corrobora ainda, com esta reflexão, o uso do pronome possessivo nos discursos do presidente Bolsonaro quando se refere ao aparelho repressor em questão como: “minhas Forças Armadas”, “meu Exército” de modo, a cada

vez mais, associar-lhes a um papel político e a seu serviço, da mesma forma como ocorrido na ditadura militar, e afastar-lhes de seu papel enquanto instituição do Estado brasileiro conforme estabelecido na Constituição de 1988 de defesa da pátria, de sua soberania e garantidora dos poderes constitucionais. Por fim, as Ordens do Dia em questão, conforme analisado, aproximam-se dos sentidos dados aos atos institucionais da ditadura militar e se configuram como simbólicos riscos à democracia brasileira.

Referências

ALTHUSSER, L. Sobre a reprodução. Trad: Guilherme João de Freitas Teixeira. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ARENDT, H. Sobre a revolução. São Paulo. Companhia das Letras, 2011.

_____. Origens do totalitarismo. Trad: Roberto Raposo. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de.; MACHADO, Fabiano Duarte. “O rugido das ruas”, no Brasil: acontecimento, discurso e memória. *Organon*, Porto Alegre, v.30, n.59, p.117-135, jul/dez.2015.

CHAUÍ, Marilena. II Colóquio Internacional NUPSI-USP, 2013, disponível em: <http://nupsi.org/coloquios/coloquio-internacional-nupsi-usp-invencoes-democraticas-construcoes-da-felicidade/>

COURTINE, J.J. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: Os múltiplos territórios da Análise de Discurso/ Fre-da Indursky e Maria Cristina Leandro Ferreira (org). Porto Alegre: ed Sagra Luzzatto, 1999.

_____. A análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

GONÇALVES, L.P.; CALDEIRA NETO, O. O fascismo em camisas-verdes: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

INDURSKY, F. A fala dos quartéis e as outras vozes. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

_____. O teatro do grotesco como cenário da desconstrução do Brasil. *Revista da Abralin*, v. 19, n.3, p. 365-388, 2020.

_____. III SIEL – Simpósio de Estudos linguísticos e literários: 50 anos da

Guerrilha do Araguaia. 16 de maio de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/uXPJj35y-p4>.

ORLANDI, E. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: *Papel da Memória*. Pierre Achard et al. Campinas, SP: Pontes, 2015.

ORTELLADO, P. “O que aconteceu depois de junho?”, uma conversa com Pablo Ortellado.

Disponível em: [https://bocajornalismo.com/2018/10/13/o-que-aconteceu-depois-de-junho-](https://bocajornalismo.com/2018/10/13/o-que-aconteceu-depois-de-junho-uma-conversa-com-pablo-ortellado/)

[uma-conversa-com-pablo-ortellado/](https://bocajornalismo.com/2018/10/13/o-que-aconteceu-depois-de-junho-uma-conversa-com-pablo-ortellado/) (2018)

PÊCHEUX, M. Remontemos de Foucault a Spinoza. Trad. Maria do Rosário Gregolin. In:

MALDIDIER, D. *L'inquiétude du discours*. Paris: Centres, 1990, p. 245-260.

_____. Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de

Michel Pêcheux. 5ª ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2014.

_____. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni

Orlandi et al. 5ª edição – Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2014b.

_____. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes.

Décálogos: vol 1. Iss4. Trad. Guilherme Adorno

e Gracinda Ferreira. 2014c.

_____. Análise de discurso: textos escolhidos por Eni P. Orlandi. Campinas, SP:

4ª edição – Pontes Editores, 2015.

_____. O papel da memória. In: Papel da memória. Pierre Achard et al. Campinas, SP: Pontes, 2015.

PIOVEZANI, C. Discursos da extrema-direita no Brasil: uma análise de pronunciamentos de Jair Bolsonaro. *RAILED*. Vol 21. N 2. 2021. p. 85-100.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. Direita nas redes sociais online. In: Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, Gustavo Cotas (organizadores). – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 213-230.

STANLEY, J. Como funciona o fascismo: a política do “Nós” e “Eles”. Porto Alegre: L&PM, 2020.

VOLÓCHINOV, V. Marxismo e Filosofia da Linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem. São Paulo: Editora 34, 3ª ed, 2021.

ZANDWAIS, A. Perspectivas da Análise de Discurso fundada por Michel Pêcheux na França: uma retomada de percurso. Santa Maria: UFSM, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2009.

Dados de mortos e desaparecidos da ditadura militar, conforme HRW. Disponível em:

[https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,human-rights-watch-ditadura-no-brasil-torturou-](https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,human-rights-watch-ditadura-no-brasil-torturou-20-mil-pessoas-434-foram-mortas-ou-desapareceram,70002770377)

[20-mil-pessoas-434-foram-mortas-ou-desapareceram,70002770377](https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,human-rights-watch-ditadura-no-brasil-torturou-20-mil-pessoas-434-foram-mortas-ou-desapareceram,70002770377)

Dicionário Houaiss, disponível em: [https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-](https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#1)

[4/html/index.php#1](https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#1)

Discursos de posse do presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, em 01/01/2019,

disponíveis em: <https://veja.abril.com.br/politica/leia-a-integra-dos-dois-primeiros-discursos-do-presidente-jair-bolsonaro/>

Discurso do presidente Bolsonaro em comemoração ao agronegócio, disponível em:

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2020/discurso200c-200cdo200c-200cpresidente200c-200cda200c-200crepublica-200c-200cjair200c-200cbolsonaro-200c-200cdurante200c-200ca-200c-200c200ccerimonia200c-200cde200c-200c-ato200c-200cde200c-200chomenagem-200c-200cdo200c-200cagronegocio200c-200cao200c>

<https://www.gcnoticias.com.br/politica/aqui-e-o-coracao-do-brasil-diz-bolsonaro-em-visita-a-sinop/94788016>

Discurso do presidente Bolsonaro que determina “comemorações devidas” ao 31 de março de 1964. Disponível em: [https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/25/bolsonaro-determinou-](https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/25/bolsonaro-determinou-que-defesa-faca-as-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-64-diz-porta-voz.ghtml)

[que-defesa-faca-as-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-64-diz-porta-voz.ghtml](https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/25/bolsonaro-determinou-que-defesa-faca-as-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-64-diz-porta-voz.ghtml)

Encontro de Bolsonaro com líder alemã do neonazismo. Disponível em:

[https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/07/26/bolsonaro-beatrix-von-s-torch-](https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/07/26/bolsonaro-beatrix-von-s-torch-extrema-direita-nazismo.htm)

[extrema-direita-nazismo.htm](https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/07/26/bolsonaro-beatrix-von-s-torch-extrema-direita-nazismo.htm)

Glossário de termos e expressões para uso no Exército, 5ª edição, 2018. Disponível em:

<https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/1148/1/Gloss%C3%A1rio%20EB%202018.pdf>

Imagem do presidente Bolsonaro com lema “Deus, pátria, família”. Disponível em:

[https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/01/07/bolsonaro-que-da-bi-](https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/01/07/bolsonaro-que-da-bilhoes-a-)

[lhoes-a-grandes-empresas-veta-apoio-ao-microempresario.htm](https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/01/07/bolsonaro-que-da-bilhoes-a-grandes-empresas-veta-apoio-ao-microempresario.htm)

Imprensa pressiona para que militares se manifestem. Disponível em:

[https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/05/09/e-hora-de-militares-](https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/05/09/e-hora-de-militares-contrarios-a-um-golpe-de-bolsonaro-se-manifestarem.htm)

[a-um-golpe-de-bolsonaro-se-manifestarem.htm](https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/05/09/e-hora-de-militares-contrarios-a-um-golpe-de-bolsonaro-se-manifestarem.htm)

Número de militares integrantes do governo Bolsonaro. Disponível em:

[https://www.conjur.com.br/2020-jul-17/mil-](https://www.conjur.com.br/2020-jul-17/mil-militares-exercem-funcoes-civis-governo-federal)

[militares-exercem-funcoes-civis-governo-federal](https://www.conjur.com.br/2020-jul-17/mil-militares-exercem-funcoes-civis-governo-federal)

Ordem do dia alusiva ao “31 de março de 1964”, divulgada em 2019, disponível em:

[https://reinaldoazevedo.blogosfera.uol.com.](https://reinaldoazevedo.blogosfera.uol.com.br/2019/03/29/golpe-sim-7-a-integra-da-ordem-do-dia-alusiva-ao-31-de-marco-de-1964/)

[br/2019/03/29/golpe-sim-7-a-integra-da-ordem-](https://reinaldoazevedo.blogosfera.uol.com.br/2019/03/29/golpe-sim-7-a-integra-da-ordem-do-dia-alusiva-ao-31-de-marco-de-1964/)

[do-dia-alusiva-ao-31-de-marco-de-1964/](https://reinaldoazevedo.blogosfera.uol.com.br/2019/03/29/golpe-sim-7-a-integra-da-ordem-do-dia-alusiva-ao-31-de-marco-de-1964/)

Ordem do dia alusiva ao “31 de março de 1964”, divulgada em 2020, disponível em:

[https://g1.globo.com/politica/noti-](https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/30/defesa-divulga-ordem-do-dia-de-31-de-marco-e-diz-que-1964-e-marco-para-a-democracia.ghtml)

[cia/2020/03/30/defesa-divulga-ordem-do-dia-](https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/30/defesa-divulga-ordem-do-dia-de-31-de-marco-e-diz-que-1964-e-marco-para-a-democracia.ghtml)

[de-31-de-](https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/30/defesa-divulga-ordem-do-dia-de-31-de-marco-e-diz-que-1964-e-marco-para-a-democracia.ghtml)

[marco-e-diz-que-1964-e-marco-para-a-demo-](https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/30/defesa-divulga-ordem-do-dia-de-31-de-marco-e-diz-que-1964-e-marco-para-a-democracia.ghtml)

[cracia.ghtml](https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/30/defesa-divulga-ordem-do-dia-de-31-de-marco-e-diz-que-1964-e-marco-para-a-democracia.ghtml)

[https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ministe-](https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ministerio-da-defesa-publica-ordem-do-dia-em-alusao-ao-31-de-marco/)

[rio-da-defesa-publica-ordem-do-dia-em-alusao-](https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ministerio-da-defesa-publica-ordem-do-dia-em-alusao-ao-31-de-marco/)

[ao-31-de-marco/](https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ministerio-da-defesa-publica-ordem-do-dia-em-alusao-ao-31-de-marco/)

Ordem para celebrar golpe é inédita nos últimos 20 anos e incomoda também militares.

Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/ordem-para-celebrar-golpe-e-inedita-nos-ultimos-20-anos-e-incomoda-tambem-militares.shtml)

[br/poder/2019/03/ordem-para-celebrar-golpe-](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/ordem-para-celebrar-golpe-e-inedita-nos-ultimos-20-anos-e-incomoda-tambem-militares.shtml)

[-e-inedita-nos-ultimos-20-anos-e-incomoda-tam-](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/ordem-para-celebrar-golpe-e-inedita-nos-ultimos-20-anos-e-incomoda-tambem-militares.shtml)

[bem-militares.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/ordem-para-celebrar-golpe-e-inedita-nos-ultimos-20-anos-e-incomoda-tambem-militares.shtml)

Pesquisadora encontra carta de Bolsonaro publicada em sites neonazistas em 2004, disponível em: [https://theintercept.com/2021/07/28/car-](https://theintercept.com/2021/07/28/carta-bolsonaro-neonazismo/)

[ta-bolsonaro-neonazismo/](https://theintercept.com/2021/07/28/carta-bolsonaro-neonazismo/)

Submissão: agosto de 2022.

Aceite: novembro de 2022.

A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS NA MINISSÉRIE WANDAVISION: UMA ABORDAGEM SEMIÓTICA

Bruna Luquez Amaral¹
Fernando Moreno da Silva²

RESUMO: *WandaVision* (2021) é uma minissérie original Disney+ do Universo Cinematográfico da Marvel (UCM) baseada nos personagens Wanda Maximoff e Visão. A história da minissérie se passa três semanas após os eventos de Vingadores: Ultimato (2019). Dentro da minissérie, Wanda e Visão são os protagonistas da própria série, vivendo em uma cidade chamada *Westview* e escondendo suas identidades reais. Por conta da complexidade da linguagem sincrética que caracteriza o audiovisual, o trabalho objetivou analisar como os recursos são empregados para a produção dos sentidos. Para esse estudo, fundamentado na semiótica greimasiana, foram analisadas as relações entre enunciador e enunciatário para a construção dos sentidos na minissérie. As análises revelam que, apesar de o enunciador ter preestabelecidas estratégias para a enunciação do UCM, em *WandaVision* algumas delas são alteradas, principalmente em relação ao tempo na série, que se mostra diferente das outras produções. Entretanto, o padrão de utilização de pistas e das cenas pós-créditos se mantém.

PALAVRAS-CHAVE: *WandaVision*. Marvel. Semiótica. Enunciação. Sentido.

THE CONSTRUCTION OF THE SENSES IN THE MINISSERIE WANDAVISION: A SEMIOTIC APPROACH

ABSTRACT: *WandaVision* (2021) is a Disney+ original miniseries from Marvel's Cinematographic Universe based on the characters Wanda Maximoff and Vision. The miniseries' story happens three weeks after the events of *Avengers: Endgame* (2019). In the miniseries, Wanda and Vision are the main characters of their own show, living in a town called *Westview* while hiding their real identities. Because of the syncretic language's complexity that characterizes the audio-visual, this article aimed to analyze how the resources are appointed for meaning production. For this study, reasoned on Greimasian Semiotics, relations between the enunciator and enunciatee to the meaning construction on the miniseries. The analysis reveals that, despite the enunciator having the strategies to the enunciation of MCU pre-established, some of them are changed in *WandaVision*, mainly in terms of time in the series, which shows itself differently from other

1 Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP/CJ). Integrante do GruPEL (Grupo Paranaense de Estudos do Léxico). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6012-2013>. E-mail: luquezamaral@gmail.com

2 Pós-doutorado em Linguística pela UNESP/FCLAr (2012) e em Letras pela UFRGS (2020). Professor associado da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP/CJ), onde atua na graduação e no Mestrado em Letras. Líder do GruPEL (Grupo Paranaense de Estudos do Léxico). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9273-9667>. E-mail: moreno@uenp.edu.br

productions. However, the pattern of use of clues and post-credits scenes is maintained.

KEYWORDS: WandaVision. Marvel. Semiotics. Enunciation. Meaning.

INTRODUÇÃO

WandaVision (2021) é uma minissérie de produção original Disney+ do Universo Cinematográfico Marvel (doravante UCM) baseada nos personagens Wanda Maximoff, Feiticeira Escarlate e Visão, com nove episódios. A história da minissérie se passa três semanas após os eventos de Vingadores: Ultimato (2019). Dentro da minissérie, Wanda e Visão são os protagonistas da própria série. “O conceito da série é mostrar Wanda e Visão como um casal perfeito, um casal de televisão, talvez e provavelmente como Wanda em sua infância em Sokovia imaginava ser a realidade dos Estados Unidos, assistindo a antigas séries de televisão” (CARDOSO, 2021).

Na série, Wanda e Visão vivem em uma cidade chamada Westview e escondem suas identidades reais. A série se passa através das décadas e, conforme elas passam, o formato da série muda, obtendo cores e novos figurinos, posições de câmera, sempre se adequando à década que está sendo retratada e à sitcom³ referenciada.

Como toda linguagem, a produção audiovisual é uma semiótica composta de plano de expressão e plano de conteúdo. Mas, pela particularidade de sua manifestação (sincretismo), desafia a descrição semiótica por explorar maiormente o plano de expressão por meio da linguagem sincrética. Na complexidade dessa linguagem, pergunta-se quais e como os recursos são empregados para produção dos sentidos?

Diante dessa questão, este trabalho objetiva analisar, sob a perspectiva da semiótica greimasiana (FIORIN, 1996), as relações entre enunciador (imagem do destinador do enunciado) e enunciatário (imagem do destinatário do enunciado) para a construção dos sentidos na

minissérie WandaVision.

1. ENUNCIADOR E ENUNCIATÁRIO

A abordagem da enunciação é fundamental para toda e qualquer produção textual e discursiva. Toda manifestação está assentada no eixo da comunicação, envolvendo aquele que comunica com aquele a quem é comunicado, diretamente relacionado à enunciação, pois em todo ato enunciativo pressupõe-se que haja um produtor e um receptor.

A enunciação é um ato que põe em funcionamento a língua, produzindo um enunciado. É uma instância linguística pressuposta pelo enunciado. Como seu produto, o enunciado pode conter traços que reconstituem o ato enunciativo. Abaixo os integrantes da enunciação, dispostos em níveis:

1º nível	enunciador <i>versus</i> enunciatário
2º nível	narrador <i>versus</i> narratário
3º nível	interlocutor <i>versus</i> interlocutário

Quadro 1: Categorias de pessoa na enunciação

Sabemos que, em todo processo de comunicação, a um “eu” corresponde sempre um “tu”. Por isso, diante do enunciador está o enunciatário; do narrador, o narratário; do interlocutor, o interlocutário. Neste trabalho o foco será o primeiro nível, na relação entre enunciador e enunciatário.

O enunciador está no primeiro nível da enunciação. É o “eu” pressuposto, equivalente ao autor implícito, que não é o mesmo que autor real. Ambos, por vezes, coincidem, mas não obrigatoriamente. A figura de carne e osso, pertencente ao mundo extralinguístico, pode fingir, criando, no discurso, a imagem de uma pessoa totalmente diferente de sua autêntica persona-

3 Sitcom é uma redução situation comedy («comédia de situação»), nome dado a uma série de televisão, em geral gravada com plateia e caracterizada por risadas.

lidade. Ele não pertence, portanto, ao texto. O enunciador, ao contrário, é uma imagem construída ao longo do texto, uma idealização do ser que produziu o discurso corrente. Traçando um paralelo com a Retórica Clássica, o enunciador seria o ethos do orador, a voz que ecoa numa construção discursiva. A instância linguística do enunciador é apreendida pelo modo como se diz, e não pelo que se diz.

Discini (2003) afirma que estilo é o ethos, um modo próprio de dizer a partir da análise de uma totalidade. É no dito que se busca um modo próprio de dizer. “Para descrever um estilo, a análise procurará reconstruir quem diz pelo modo de dizer...” (p. 7). “Assim, entende-se o estilo como um percurso do objeto (o enunciado) ao sujeito (da enunciação)” (p. 28). Construir um estilo, portanto, é dar corpo a uma totalidade na qual há recorrência de percursos temáticos.

Na produção enunciativa, o enunciador invariavelmente considera a quem se destina seu discurso, como numa comunicação epistolar, em que escrevemos sempre pensando naquele que irá ler a carta. Caso contrário, o discurso não alcança eficácia. Na Retórica, é o auditório, aquele para quem se destina o discurso, que determina a ação do orador. “O importante, na argumentação, não é saber o que o próprio orador considera verdadeiro ou probatório, mas qual é o parecer daqueles a quem ele se dirige.” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 26-7).

Por ser levado em conta na construção do enunciado, afinal, ele é a razão de existir do discurso, havendo diálogo entre emissor e receptor, o enunciatário faz parte do processo produtivo, constituindo-se num coenunciador. Daí ser válida a asserção de que o sujeito da enunciação é composto por enunciador e enunciatário, já que este último influi visceralmente na forma e no conteúdo.

O enunciatário seria, nesse propósito, um destinatário implícito da mensagem, o leitor ideal. E, mais uma vez, é necessária a ressalva de

que não devemos confundir o leitor virtual com o leitor empírico de carne e osso.

2. RELAÇÃO ENTRE ENUNCIADOR E ENUNCIATÁRIO NOS EPISÓDIOS

A minissérie WandaVision é um tanto enigmática. Uma vez que Visão, um dos protagonistas da série, havia morrido em Vingadores: Guerra Infinita (2018), o enunciador já inicia a produção do enunciado na intenção de despertar a dúvida e a nostalgia no espectador ao apresentar Wanda e Visão como um casal feliz do interior.

O primeiro episódio da série, intitulado “Gravado ao vivo e com Plateia”, tem como referência duas séries dos anos 50: I Love Lucy e The Dick Van Dyke Show. A fim de retratar a época, o episódio é preto e branco, tendo seu formato de tela em 4:3 e risadas ao fundo – um traço bastante comum nas sitcoms mais antigas. Além disso, os poderes de Wanda são adaptados, sendo representados através de objetos flutuantes ou a criação de objetos com um estalar de dedos (GARÓFALO; CANHISARES, 2021). Durante o episódio, são inseridos acontecimentos um tanto incomuns nas sitcoms, a fim de indicar que algo de errado está acontecendo – olhar nervoso da garota-propaganda, engasgamento do chefe de Visão após ele perguntar o porquê de o casal ter se mudado para Westview (que Visão não sabia responder), além do olhar direto de Wanda para Visão indicando que o controle daquela realidade pertence a ela. Apesar disso, essas situações mostraram o descontrole presente dentro da realidade, sendo pistas dadas pelo enunciatário no texto. Uma pista final no primeiro episódio da minissérie é a alteração da tela de 4:3 para 21:9, bem como a tela ficando mais distante, mostrando uma televisão antiga e alguém a desligando enquanto faz anotações, dando a entender que Wanda faz parte de uma série.

No segundo episódio, “Não mude de canal”, a história de Wanda e Visão segue sendo

contada, agora baseada na série “A Feiticeira”, na qual a protagonista era uma feiticeira, que, “ao se casar com um homem comum, tenta de todas as maneiras levar uma vida ordinária de dona de casa. Quer dizer, esta não poderia ser uma referência mais adequada para WandaVision” (GARÓFALO; CANHISARES, 2021). É importante lembrar que o comportamento atrapalhado do Visão faz parte da construção dos sentidos da série, uma vez que, por meio disso, é representado o descontrole de Wanda. Nesse episódio, elementos coloridos também invadem o preto e branco da série, como um helicóptero em um arbusto na frente da casa do casal e o sangue de um corte em uma amiga de Wanda. Uma frase importante no episódio, que pode ser entendida como uma pista, é a de Visão no show de talentos da cidade: “Hoje nós vamos mentir para vocês e vocês vão acreditar no nosso fingimento, porque seres humanos são facilmente enganados devido ao seu limitado conhecimento das engrenagens do universo”. Isso porque, ao mesmo tempo que o enunciador dá pistas ao enunciatário, ele também o despista. Ao final do episódio, o enunciador mostra mais um traço do controle de Wanda: ela fica grávida e está feliz com Visão em casa, mas, ao ouvir um estrondo e perceber alguém saindo do bueiro da frente de sua casa, a protagonista diz “não” e é apresentado algo que se parece com a rebobinação de uma fita, voltando à cena da gravidez, deixando claro ao espectador que a feiticeira segue no comando da situação. No entanto, no encerramento do episódio, é possível escutar uma voz dizendo: “Wanda, quem está fazendo isso com você?”, desconstruindo parcialmente essa concepção.

Após ser tomada por cores no final do segundo episódio, WandaVision deixou o preto e branco para trás a partir do capítulo terceiro, quando a série entrou nos anos 70, tendo como referência as séries *The Brady Bunch* e *Mork & Mindy*. A primeira era basicamente uma série de comédia sobre uma família divertida; a segunda, conforme Garófalo e Canhisares (2021), era:

como um derivado de *Happy Days*, outra comédia de sucesso da TV americana, a série contava a história de um extraterrestre que tentava, sem muito êxito, entender o comportamento dos humanos. [...] Logo que chega nesse planeta, Mork conhece Mindy, uma jovem bastante chateada com seu namorado. De cara, eles se tornam amigos e, eventualmente, se casam e têm filhos.

Nesse episódio, Visão começa a questionar a realidade habitada por ele. Uma das indagações é a respeito da gravidez de sua esposa. Após 12 horas, Wanda já estava com 4 meses e, conforme Visão questiona, a feiticeira desconfia. O enunciador, desde o primeiro episódio, vem dando pequenas pistas, mas, no terceiro, é perceptível a motivação em deixar claro que tudo o que acontece dentro da série é resultado da manipulação de Wanda. Um sinal sobre os moradores serem “fantoques” de Wanda é dado também no episódio em questão: um vizinho corta um muro continuamente e com os olhos estalados, como se estivesse em transe. Além disso, outro detalhe que ressalta o controle e o descontrole de Wanda é a cena do início do trabalho de parto, na qual as contrações causam confusão no cenário e apagam em seu quarto, o que mostra que as coisas acontecem muito de acordo com o que ela sente. No episódio, também é mostrada uma cena sendo reformulada para acontecer conforme a vontade dela. A feiticeira manipula as cenas instantaneamente na tentativa de manter o controle das situações indesejadas. A propaganda exibida durante o episódio também é uma peça-chave para a mensagem que o enunciador quer passar, mas, caso o enunciatário não se atente, a pista passa despercebida. “No comercial vemos uma atriz se banhando e uma voz em over dizendo ‘Venha comigo. Escape para um mundo todo seu, onde seus problemas vão embora’. O que deixa ainda mais evidente a ideia da Wanda indo para um mundo todo seu” (ARTIMOS, 2021), principalmente para escapar da dor após a perda do par em *Vingadores: Guerra Infinita* (2018).

Apesar de a série ser apresentada e baseada

em várias sitcoms, são raros os momentos em que se entende o humor como humor. O enunciador não produziu uma sitcom engraçada de fato. O enunciatário até consegue identificar os traços de humor, mas ele assiste não porque é cômica, mas porque ele está muito curioso e confuso. A intenção do enunciador não era produzir riso, mas, sim, revelar algo maior por trás disso.

Diálogos de destaque também são vistos no episódio 3, como o médico dizendo que “a cidade é pequena, é difícil escapar”, mostrando que Wanda, de alguma forma, mantém os moradores presos ali; os vizinhos, Agnes e Herb, falando sobre Geraldine, uma moradora sem casa, ao dizer: “ela está aqui porque estamos todos...”, tentam revelar a Visão o que há de errado; Agnes interrompendo Herb, mostrando que, talvez, esteja consciente do que está acontecendo. Enfim, o enunciador caminha para consolidar a Wanda como a grande controladora da série dentro da minissérie. Além disso, nas cenas finais, durante um diálogo entre Wanda e Geraldine, a vizinha cita um acontecimento que, aparentemente, não fazia parte da série – a morte do outro gêmeo Maximoff, Pietro. Com isso, a cena é cortada para o lado de fora da casa. Ao retornar para dentro, Visão pergunta sobre Geraldine, recebendo como resposta: “Ela saiu, querido. Correu para casa”. Neste momento, a saída de Westview é mostrada, a tela obtém novamente o formato 21:9, e Geraldine é ejetada através de um campo magnético que cerca a cidade. Com isso, o enunciador afirma, finalmente, ao enunciatário que Wanda tomou uma cidade inteira e criou a sua própria realidade, além de controlar tudo o que acontece em Westview.

“Interrompemos este programa” é o quarto episódio da minissérie. O intuito é mostrar como se deu a entrada de Geraldine, sendo revelada como Monica Rambeau, agente da S.W.O.R.D.⁴, e como a organização estudava

e pretendia lutar contra os feitos de Wanda em Westview. Alguns diálogos e acontecimentos são mostrados da perspectiva externa (uma vez que os agentes conseguem assistir à série de Wanda, que está sendo transmitida de dentro para fora). Com isso, o produtor do enunciado segue na direção de construir o papel de Maximoff como uma grande vilã. Além disso, acontecimentos que não foram mostrados na série foram revelados agora na minissérie (entende-se a minissérie como um todo e a série como a produção manipulada pela feiticeira dentro de Westview). A protagonista, agora, é projetada como uma inimiga. Através do discurso de alguns personagens, o enunciador reforça isso, além de, ao mostrar a cena completa de como Monica foi ejetada, ser usada para consolidar Wanda como uma feiticeira controladora, que, de fato, manipula a realidade conforme a sua vontade.

Apesar disso, no episódio 5, intitulado “Em um episódio muito especial...”, essa concepção vai se desconstruindo porque, cada vez mais, é mostrado que a protagonista não está completamente consciente de seus atos. O quinto episódio da série dentro da minissérie é inspirado em três sitcoms dos anos 80: *Três é Demais*, *Caras & Caretas* e *Roseanne*. De acordo com Garófalo e Canhisares (2021):

O visual, a sequência de abertura e até mesmo a relação de Wanda e Visão com os gêmeos Tommy e Billy são bem próximos ao que era mostrado na série estrelada por Bob Saget, John Stamos e Dave Coulier - e que lançou as então pequeninas gêmeas Mary-Kate e Ashley Olsen ao estrelato.

Quanto à segunda sitcom, *Caras & Caras* é relacionada diretamente aos embates na convivência de Wanda e Visão no episódio, uma vez que o esposo se encontra cada vez mais confuso; em relação à vida agitada da família no subúrbio, há como referência a série *Roseanne*. Nesse episódio, é possível perceber que, apesar de

4 S.W.O.R.D. é uma redução de Sentient World Observation and Response Department (Departamento de Observação e Resposta a Mundos Sencientes). É a agência

de inteligência e contraterrorismo das histórias da Marvel.

Wanda manipular os moradores de Westview e a realidade como um tempo, ela não consegue controlar o comportamento dos filhos e do marido. Isso é afirmado posteriormente, quando as crianças apresentam a habilidade de crescer conforme sua vontade. Agnes, vizinha do casal, aparece para ajudar Wanda, que está com dificuldade em fazer as crianças dormirem. Aqui, mostra-se que Agnes está consciente dos acontecimentos quando sugere entrar de novo em cena a fim de refazê-la. No episódio também é revelado, através de Monica, que os moradores sentem a dor e o luto de Wanda por conta do controle mental – a partir desse momento, começa-se a construir o papel de uma mulher fragilizada pelo luto, o que se consolidará apenas ao final da minissérie. O personagem Hayward tenta passar a imagem de Wanda como uma terrorista. Mas Monica, apesar de ter estado sob controle mental e ter sido arremessada para fora do HEX (como chama a personagem Darcy Lewis), ainda a defende. Aqui, uma estratégica ação do enunciador para que Wanda, apesar de ter causado mal a uma cidade inteira, ainda seja vista pelo enunciatário como uma pessoa que sofre com o luto. Uma cena importante a ser considerada é quando Hayward mostra as filmagens de Maximoff invadindo a agência e diz que a feiticeira roubou o corpo de Visão e o ressuscitou a fim de levá-lo para Westview. O enunciador, por meio do personagem, torna a construção de Wanda como vilã cada vez mais sólida e consistente, bem como responde ao questionamento inicial do enunciatário, de como era possível Visão estar vivo.

A minissérie se alterna entre a realidade externa (fora do HEX) e a realidade interna, criada por Wanda. Os acontecimentos de fora ocorrem, agora, concomitantemente aos de dentro, apesar de o tempo na realidade alternativa da feiticeira se passar de forma diferente. O enunciador também alterna os formatos de tela para facilitar a percepção do enunciatário. Quando se tratar da série de Wanda, a tela aparece em 4:3 ou 16:9; quando se tratar de algum aconte-

cimento não televisionado dentro do HEX ou os acontecimentos externos, a tela obtém o formato 21:9.

Ainda no quinto episódio, os agentes da S.W.O.R.D tentam fazer contato com as pessoas de dentro do HEX, o que faz com que Visão fique cada vez mais confuso. Wanda também acaba perdendo a noção dos dias conforme os diálogos se passam, o que mostra ausência de controle. Na tentativa de fazer contato com Wanda, os agentes enviam um drone para dentro da realidade alternativa e, com isso, Wanda sai do HEX e pede para que fiquem longe de sua casa. O intuito do enunciador ainda é mostrá-la como uma vilã egoísta. Isso se reforça quando, de volta à série, o cachorro adotado pelos gêmeos foge e o carteiro diz que a mãe não irá deixá-lo ir longe – não há como fugir. E, mais uma vez, a falta de controle de Wanda é mostrada quando o cachorro morre e as crianças pedem a ela para “consertá-lo”. Ela diz que não poderia e ainda fala de haver regras na vida. O enunciador, além do papel de vilã, retrata a hipocrisia em Wanda. Ele ainda faz com que o enunciatário se apegue aos gêmeos e se solidarize com a dor da perda e do luto – o mesmo que fez com Wanda. Neste caso, apesar de tudo, o enunciador retoma a dor e o luto, fazendo com que o que ela tem feito seja “perdoável”. A questão do controle da feiticeira sobre a realidade se mostra cada vez mais confusa. Ao ser questionada por Visão, após ele afirmar que ela não pode controlar tudo, ela dá a entender que pode, sim. O marido ainda se questiona sobre o que existe fora de Westview e por que não existem crianças na cidade; ela afirma não ter controle sobre tudo. Isso se mostra ainda mais confuso ao espectador quando o irmão de Wanda aparece na série. Pietro Maximoff havia morrido em *Vingadores: A Era de Ultron* (2015). Além disso, o personagem apresentado na série é diferente do irmão falecido. Por conta da expressão surpresa e confusa de Wanda, o enunciador deixa bem claro que não foi ela quem fez isso, mas não há como saber quem fez. Visão segue acreditando

que é ela, mas é visível que nem mesmo a própria Wanda tem noção de como isso começou. Mesmo diante das pistas de que há algo errado, o enunciatário não descarta a teoria de que é a feiticeira quem controla tudo a fim de conseguir uma vida feliz.

Partindo para o sexto episódio, “Um Halloween assustadoramente estranho” é baseado na série *Malcolm in The Middle*. “Lançada em 2000, a comédia acompanhava as peripécias de Malcolm, um adolescente genial e filho do meio de uma família disfuncional” (GARÓFALO; CANHISARES, 2021). Os gêmeos Maximoff, filhos do casal Wanda e Visão, assumem protagonismo na série, obtendo poderes como super velocidade e poderes psiônicos. Essa pode ser uma estratégia do enunciatário: fazer com que o público se apegue aos personagens e, com isso, induzi-lo a se compadecer cada vez mais de Wanda. No episódio, o casal está distante por conta dos embates anteriores. Além disso, a protagonista está estranhando a presença do irmão e começa a fazer perguntas a fim de testá-lo. Algo interessante a se ressaltar no episódio é a busca de respostas por Visão, que se move para um lado afastado da cidade e encontra várias pessoas no “modo automático”, semelhante a Herb no episódio 3. No entanto, é possível observar uma lágrima escorrendo do olho de uma personagem, como se ela estivesse em sofrimento. O enunciatário, através disso, reafirma que quem está sob o controle mental de Wanda sente o que ela sente.

A propaganda exibida durante o episódio tem uma mensagem muito importante. O personagem tenta abrir um pote de iogurte continuamente, sem sucesso, enquanto o tempo passa de forma e ele envelhece até morrer. “Uma interpretação plausível é de que não importa o quão poderosa Wanda seja, ela não pôde evitar a morte de Visão e, provavelmente, não possa continuar fugindo dessa realidade” (ALIAGA, 2021).

Do lado de fora, os agentes descobrem que Hayward consegue, através de um sistema,

olhar através da barreira e, inclusive, está rastreando Visão. Aqui, o enunciatário começa a fazer de Hayward um vilão por agir de forma egoísta e por almejar destruir a protagonista da série, por quem o enunciatário vem construindo um sentimento de compaixão. O enunciatário aproveita o episódio para despistar o enunciatário: coloca Agnes, novamente, como uma simples cidadã sob controle mental quando Visão a encontra numa parte distante da cidade, como se estivesse em transe. Além disso, quando Wanda diz a Pietro que não sabe como a situação chegou a esse ponto, com isso, têm-se cada vez mais claro que ela não é totalmente consciente do que faz – apesar das construções, eventualmente, mostrarem o contrário.

Destaca-se também que, apesar de Wanda manipular a realidade em busca de felicidade, os acontecimentos anteriores a *Westview* ainda a assolam dentro do HEX. Um exemplo é quando, nesse episódio, ela vê Mercúrio ao seu lado cheio de furos de bala, como se estivesse morto, remetendo ao momento de sua morte em *Vingadores: A Era de Ultron* (2015). Além do mais, as propagandas que eventualmente são exibidas mostram, em algum nível, a situação psicológica da antiga vingadora.

O sexto episódio termina com Visão tentando sair do HEX para pedir ajuda. Ao tentar sair, o corpo dele se desintegra e é sugado para dentro. Nesse ponto é possível perceber que, através do discurso de Hayward, o enunciatário despistou o enunciatário. Isso se confirmará apenas nos episódios finais, mas a intenção era, ao final, surpreender. O importante, aqui, é enfatizar que o enunciatário espera que o enunciatário, além de conhecer alguns elementos do Universo Marvel, esteja atento. Ele deixa marcas no texto a fim de que o enunciatário capte as dicas e formule as suas teorias; através das pistas, ele consegue, inclusive, colocar expectativa. O único problema seria se, por um acaso, ele colocasse muita expectativa e não conseguisse lhe atender. A cena final se constitui de Wanda expandindo a área abrangida pelo HEX a fim de

salvar o Visão, reescrevendo, inclusive, a base da S.W.O.R.D. instalada do lado de fora da cidade.

O sétimo episódio da minissérie, “Derrubando a quarta parede”, tem como principais referências as séries *The Office* e *Modern Family*, apesar de outras poderem ser identificadas.

WandaVision se aproxima agora de produções mais familiares da nossa época. Essa mudança não é à toa. Com a Feiticeira Escarlata admitindo que sua família é, na realidade, bastante disfuncional, nenhuma série poderia ser mais adequada para servir como referência do que *Modern Family*. [...] Como referência para WandaVision, o mais importante deles é o centrado em Claire, personagem de Julie Bowen que, como a Vingadora nessa produção, foge do estereótipo da mãe perfeita dos anos 1950 e, olha só, é obcecada por controle. (GARÓFALO; CANHISARES, 2021).

Ambas as *sitcoms* dispunham dos personagens falando diretamente ao espectador durante os episódios; uma referência bastante observada em relação a *The Office* é a música e alguns elementos visuais da abertura da série.

O episódio começa com Wanda dizendo sobre ter deixado o medo e a raiva dominarem-na e, “intencionalmente, expandindo as barreiras de um mundo falso que criamos”. Aqui, ela assume o erro. Essa poderia ser uma estratégia do enunciador para que o enunciatário seja induzido a ignorar os erros da personagem, tanto por ela ter assumido de certa forma que errou, quanto pelo seu histórico de sofrimento. Várias falhas aparecem durante o episódio e isso é interpretado como consequência da expansão do HEX: uma área muito grande para controlar resultando em desordem. Os objetos dentro da realidade alternativa ficam se alternando continuamente pelo passado e pelo futuro. A transmissão da série também foi cortada para as pessoas de fora, o que pode ter uma consequência da expansão.

Os acontecimentos da noite anterior foram um tanto conturbados. Então Agnes aparece mais uma vez para ajudar Wanda. O enun-

ciador construiu um papel de confiança na personagem; ela sempre aparece para ajudar e isso pode levar o enunciatário a acreditar em seu papel como de suporte e auxílio para a protagonista.

A série é interrompida para exibição de mais uma propaganda carregada de pistas: *Nexus*, um antidepressivo. Segundo Barreto (2021):

Nexus, de acordo com o fandom, é descrito como: ‘Um portal interdimensional que fornece um caminho para todas e quaisquer realidades possíveis, isso inclui realidades entre realidades. Não se sabe se foi criado por algum ser ou apenas se é o único lugar em todo o multiverso onde todas as realidades se cruzam naturalmente’

Além disso, a propaganda retrata diretamente o estado depressivo de Wanda. “Há também outro significado: *Nexus* é um grupo de seres bastante poderosos no qual a Feiticeira Escarlata faz parte, inclusive. Eles são capazes de alterar a probabilidade e o futuro do mundo” (ALIAGA, 2021). O enunciador está, provavelmente, traçando um caminho para o futuro da feiticeira, mas isso não faz parte só da série e teria continuidade em produções futuras. O enunciador espera que o enunciatário tenha conhecimento sobre a Marvel, em geral, para conseguir entender, pelo menos, parte das pistas.

Um acontecimento bastante importante do episódio 7 é a revelação de Agnes como Agatha Harkness, uma bruxa bastante poderosa. A cena entre Agatha e Visão do sexto episódio era uma tentativa de despistar o enunciatário, novamente, a fim de surpreendê-lo. Além disso, Wanda se mostra cada vez mais inconsciente do que vem fazendo dentro da realidade manipulada por ela, afirmando, inclusive, que o descontrole dentro do HEX ocorria por intervenção da S.W.O.R.D., sendo reveladas, posteriormente, as ações de Agatha.

O UCM é conhecido também pelo uso de cenas pós-créditos. Essas são um recurso utiliza-

do para engancha alguma próxima produção. Em WandaVision, a primeira cena pós-créditos aparece no episódio 7, mas apenas na intenção de acrescentar uma informação a mais. No UCM, esse recurso é utilizado, principalmente, para gerar curiosidade e expectativa no espectador.

O episódio “Nos capítulos anteriores” consiste numa trajetória de Wanda, acompanhada de Agatha, pelo seu passado a fim de descobrir a origem do seu poder. Durante essa trajetória, é mostrada a relação de Wanda com o sentimento de luto, além da ligação entre ela e Visão por conta da joia da mente. O interesse de Agatha em Wanda se revela ser apenas por conta de seu poder, uma vez que a feiticeira é extremamente poderosa, e Agatha deseja obter esse poder. É revelado também o porquê de Maximoff ter um certo apego com as sitcoms, uma vez que era esse estilo de série que ela assistia com a família em sua infância em Sokovia, além de as séries terem sido sua companhia enquanto esteve na Hydra⁵ e após a perda de seu irmão Pietro. De fato, as séries eram um refúgio para ela e lhe traziam conforto. Portanto, viver dentro de uma sitcom com o par seria um mundo ideal e reconfortante. O enunciatário, através dessas cenas, acaba por manipular os sentimentos do enunciatário através da dor da personagem – por conta do luto –, levando o espectador a se solidarizar, mesmo ela tendo feito o que fez e tendo sido construída como a maior vilã em Westview.

O enunciatário revela a verdade para outra mentira que contou ao enunciatário. Ele havia feito o enunciatário acreditar, através do discurso de Hayward, que Wanda havia invadido a S.W.O.R.D e roubado o corpo de Visão, mas, na realidade, foi uma situação um tanto tranquilizada comparado ao que Hayward contou. Nesse momento, o enunciatário se solidariza cada vez mais com Wanda e muito menos com qualquer outro personagem. Foi Hayward, inclusive, que sugeriu que ela o trouxesse de volta à vida, mas

não era isso o que ela queria. Ela queria apenas enterrar o corpo. Ao se despedir, ela diz, chorando “Não consigo sentir você”, fazendo um paralelo a uma das cenas iniciais de Vingadores: Guerra Infinita (2018), na qual ela diz ao amado enquanto examina a joia da mente: “Eu só sinto você”. Caso o enunciatário identifique os dois paralelos, ele se compadece muito da personagem.

Após deixar a S.W.O.R.D, Wanda se dirige a Westview para visitar uma propriedade que Visão deixou para ela. No papel da escritura da propriedade há uma mensagem de Visão: “To grow old in”, em português, “Vamos envelhecer aqui”. Neste momento, por conta de todos os elementos inseridos pelo enunciatário no texto, há um momento de maior compadecimento até aqui. Pode-se dizer que, como os moradores de Westview, os espectadores também foram manipulados a sentir a dor e o luto de Wanda. A dor da vingadora é tão grande que a magia começa a sair de seu corpo, e ela toma, inconscientemente, a cidade inteira e recria Visão em sua realidade alternativa. Como já dito, tudo isso numa forma de escapar da grande dor e luto e ir para a realidade feliz das sitcoms.

A forma como o enunciatário organiza o texto é também muito peculiar: ele mostrou o resultado antes do caminho que levou a isso. Era exatamente uma forma de construí-la como vilã para, depois, poder desconstruir esse papel. O final do oitavo episódio deixa um gancho para a batalha final entre Wanda e Agatha. Além disso, uma cena pós-créditos é mostrada: o corpo de Visão está, na verdade, sob posse de Hayward, que tinha intenção de ressuscitá-lo e lançá-lo para dentro do HEX – outra estratégia do enunciatário para reforçar que a maior vilã não é Wanda. O enunciatário consolida, neste episódio, Hayward e Agatha agora como os maiores vilões da minissérie. O enunciatário tem consciência de que o que Wanda fez foi errado, mas, por se solidarizar com a dor e com o luto dela, acaba por de certa forma perdô-la. No caso de Agatha e Hayward, eles são vistos pelo enun-

5 Hydra é uma organização terrorista fictícia da Marvel.

ciatário como pessoas que tentam destruir uma personagem que está fragilizada pela perda e que não estava consciente de seus atos, tendo usado sua fragilidade contra ela mesma.

Por fim, o último episódio da história de Wanda e Visão, “O Grande Final”, mostra as cenas de ação com as quais os espectadores do UCM estão acostumados desde o início do Universo. Além da batalha entre Agatha e Wanda, há a luta entre Visão e o que se pode chamar de “Visão Branco” – o corpo de Visão que foi ressuscitado.

Durante o episódio final, Agatha usa de sua magia para “cortar as cordas” dos moradores de Westview. Com isso, ela percebe o que tem acontecido. Para ela, sua magia os mantinha seguros em seu mundo. Ao ver o sofrimento da população, Wanda abre, então, a barreira, os moradores saem e a S.W.O.R.D entra. A realidade alternada e a realidade externa começam a se misturar, Visão começa a ser apagado da realidade, bem como os gêmeos, obrigando-a a fechar as barreiras. Há uma coisa que o enunciatário fez durante a história toda que foi com que o enunciatário se apegasse à família de Wanda – que só existia naquela realidade. Uma vez que isso acontece, o enunciatário se preocupa muito com os Maximoff, muitas vezes desconsiderando o sofrimento da população da cidade.

A batalha entre o Visão e o Visão Branco é muito importante. Era esperada uma batalha destrutiva, mas, pelo contrário, o final disso foi muito calmo e silencioso.

Os sintozoides usam o Paradoxo do Navio de Teu para chegar à conclusão de que nenhum dos dois é o verdadeiro Visão, ao mesmo tempo que ambos são o mesmo Visão. É aí que o vingador criado por Wanda restaura os dados de memória de sua versão branca, que simplesmente vai embora. (SANTANA, 2021).

É provável que a próxima parte desse enredo seja explorada posteriormente, já que a minissérie está chegando ao fim. Este é um traço

da constituição do UCM: as histórias raramente são finalizadas numa mesma produção. Mais uma vez, o enunciatário sabe que o enunciatário cria muitas hipóteses e segue nutrindo a curiosidade de seu público.

Em uma cena, o enunciatário também leva o enunciatário a crer que Agatha é mais forte que Wanda quando a feiticeira entra na mente da inimiga e controla suas memórias, mas o controle se volta contra Wanda – truque do enunciatário para acreditar que ela é mais fraca do que Agatha. A inimiga oferece a família e nenhuma dor em troca do poder de Wanda; esta, por sua vez, começa a entregar seu poder – aqui o enunciatário quer que acreditem que a protagonista está perdendo a batalha, uma vez que ela envelhece como as bruxas do passado de Agatha. Mas ele tenta surpreender o enunciatário novamente. Agatha, certamente, iria enganar Wanda, que, até o momento, supostamente entregou toda a sua magia – e isso não aconteceu. Foi apenas um truque. Agatha tenta destruir Wanda, mas sua magia não funciona mais dentro do HEX. “Num determinado espaço, apenas a bruxa que traçou as runas pode usar magia”. A frase, anteriormente dita por Agatha, foi pronunciada agora pela Feiticeira Escarlata. Todas essas foram as estratégias utilizadas para consolidar a protagonista como uma bruxa poderosa – mais poderosa do que o público esperava.

Ao final do episódio, Wanda desfaz o HEX, o que faz com que sua família desapareça para sempre. Através disso, o enunciatário constrói um sentimento de altruísmo: ela abriu mão de sua família pelo bem-estar de Westview. Além disso, mais duas cenas pós-créditos são apresentadas. Considera-se de extrema importância a última: Wanda vive exilada em algum lugar muito distante e isolado e se apresenta em duas formas ao mesmo tempo: Wanda, na parte externa da casa, e Feiticeira Escarlata, do lado de dentro. A Feiticeira Escarlata está estudando o Darkhold enquanto escuta os filhos gritarem por socorro de algum lugar. É uma pista que o enunciatário dá de que as crianças ainda estão

vivas em alguma linha do tempo do multiverso e que nada disso era uma ilusão criada apenas por ela. O enunciatório precisa ter conhecimento sobre as teorias do Multiverso no UCM para entender o peso dessa cena. E, como de costume, a história será finalizada apenas em uma próxima produção.

3. CATEGORIAS SEMÂNTICAS

Embora haja muitas possibilidades de análise para explorar o sincretismo (multimodalidade) da linguagem audiovisual na descrição de sentido, algo que salta à vista especificamente nessa série são as categorias semânticas do nível fundamental, que, segundo Greimas e Courtés (2008, p. 184), um conceito que reúne as condições mínimas de apreensão e produção da significação.

A minissérie se vale do descontínuo (realidade criada/mundo paralelo figurativizado pela barreira que circunda Westview) para ressaltar que o contínuo (curso natural da vida) está acima de vontades particulares (a ambição do diretor Hayward em resgatar o poder de Visão e a ressurreição de Visão por Wanda).

Embora seja essa a categoria que sintetiza a minissérie – contínuo (curso natural da vida) versus descontínuo (tentativa de uma nova vida) –, há outras categorias semânticas que enfatizam a oposição maior.

Passado versus Futuro

A categoria semântica *Passado versus Futuro* pode ser observada do início ao fim durante a produção. No início, nas *sitcoms* produzidas pela protagonista, remetendo ao seu passado, bem como retratando o desejo de um futuro com seu par romântico.



Figura 1: Cena do primeiro episódio de WandaVision. Retrato da categoria Passado versus Futuro. (Fonte: Disney+)

Além disso, a categoria também pode ser observada na entrada de cores nas cenas em preto e branco, além de objetos não pertencentes à época por conta de falhas no controle de Wanda Maximoff.

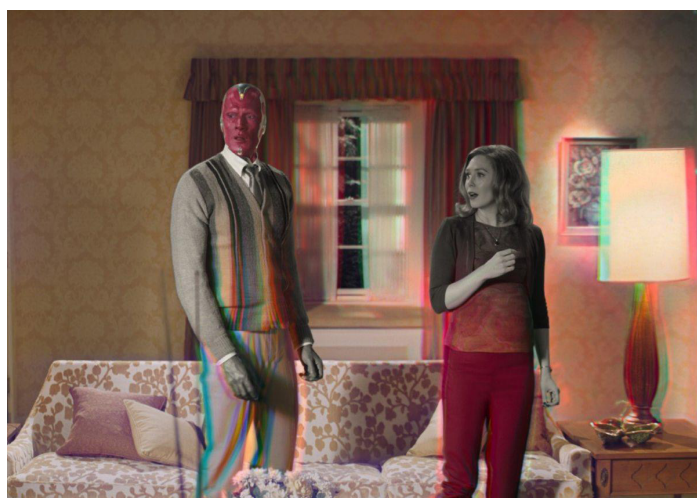


Figura 2: Cena do episódio 2 de WandaVision. Cores invadindo o preto e branco, representando a categoria semântica Passado versus Futuro. (Fonte: Disney+)

Outra representação dessa categoria também aparece nos formatos de tela, que varia entre 4:3, 16:9 e 21:9, nos figurinos e nos objetos que compõem as cenas. Tudo evolui conforme as décadas passam.



Figura 3: Cena do episódio 7. Após a expansão do HEX, os objetos da realidade começam a alternar entre modelos antigos e novos. (Fonte: Disney+)

Representações importantes da categoria também podem ser vistas no oitavo episódio, que trata da trajetória de Wanda desde sua infância até a criação do HEX, mostrando momentos importantes, como a família reunida para assistir a sitcoms, a relação entre ela, Visão e a joia da mente, além dos acontecimentos posteriores a Vingadores: Ultimato (2019).

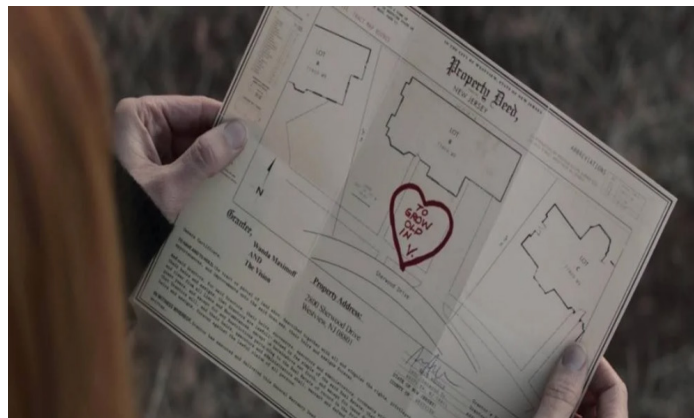


Figura 5: Cena do episódio 8, que antecede a criação do HEX por Wanda. Planta da propriedade que Visão havia comprado para o casal. (Fonte: Disney+)

Realidade *versus* Ilusão

Essa categoria semântica é representada, na série, principalmente pela realidade ilusória criada pela Feiticeira Escarlate. Ela também aparece através de objetos externos inseridos no HEX, uma vez que eles remetem a um objeto real invadindo um espaço de ilusão.



Figura 4: Cena do episódio 8. Revelação do passado de Wanda e de sua relação com as séries no formato sitcom. (Fonte: Disney+)



Figura 6: Cena do episódio 2. Um helicóptero (depois revelado como drone) invade a realidade criada por Wanda. (Fonte: Disney+)

É importante destacar que todos os objetos que existem dentro do HEX são “reais”, mas são reescritos pelos poderes de Wanda para se adap-

tares à sua realidade ilusória.

Por fim, essa categoria também pode ser vista na batalha entre Visão e o “Visão Branco”, uma vez que um deles representa a ilusão, já que foi, de fato, criado pela feiticeira, e o outro, a versão real que foi ressuscitada.



Figura 7: Cena do episódio 9. Batalha entre Visão e “Visão Branco”, representando a categoria Realidade *versus* Ilusão. (Fonte: Disney+)

Visão e os filhos de Wanda são, de fato, criados pela feiticeira, diferentemente do restante da realidade, como os moradores da cidade, os objetos, casas, etc., que constituem o mundo particular da feiticeira.

Essa categoria está em paralelo com outras duas categorias:

a) anormal *versus* normal. O normal (vida em família, trabalho no escritório, promoção no trabalho, jantar com o chefe, vizinhos, fofocas, pais e filhos) sendo criado pelo anormal (a magia de Agnes e os poderes de Wanda, Visão, Pietro e das crianças).

b) fusão *versus* separação. Inicialmente, dois mundos estão separados por uma barreira que circunda Westview. Ao longo da narrativa, começa uma interligação (entrada dos drones, expulsão de Geraldine, agente pelo esgoto, passagem de capitã Monica e do Visão). Ao final, com a abertura da barreira, ocorre uma fusão.

Felicidade *versus* Infelicidade

A minissérie como um todo trata da fuga de Wanda de uma realidade triste após a perda para uma felicidade projetada por ela mesma. Apesar disso, a realidade de infelicidade a persegue mesmo dentro da sua realidade ilusória, seja nas vezes em que ela vê Visão e Pietro mortos, no diálogo com Geraldine relembrando a morte de seu irmão, entre outras cenas. Para além, sabe-se que, apesar de mascarar a realidade em busca do mínimo de felicidade, os sentimentos de dor e luto da protagonista estão constantemente nos moradores de *Westview*.



Figura 8: Cena do episódio 8, representando a categoria semântica Felicidade *versus* Infelicidade.

(Fonte: Disney+)

Egoísmo *versus* Altruísmo

Essa categoria semântica pode ser observada nos episódios iniciais da série, quando é mostrado que Wanda se importa apenas com o bem-estar de sua família e de sua realidade ilusória, além do personagem Hayward, que age muito em benefício próprio.

Apesar disso, o altruísmo da Feiticeira Escarlata se mostra muito maior, uma vez que ela libertou os cidadãos quando tomou consciência de seus atos, abrindo mão de seu amor e sua família.



Figura 9: Cena do episódio 9. Após Wanda tomar consciência do que acontecia, abriu o HEX para que as pessoas saíssem, o que prejudicava a existência de seus filhos. (Fonte: Disney+)

Morte *versus* Vida

A morte (da mãe de capitã Monica, Pietro, Visão, bruxas) é combatida pela tentativa de resgate à vida. E morte e vida são neutralizadas na imortalidade da bruxa Agnes, que em 1698 agrega os poderes de outras bruxas, tornando-se uma superbruxa.

Mal *versus* Bem (malícia x inocência)

Há duas disputas na trama: Wanda *versus* Agnes; diretor Hayward *versus* agente FBI/cientista/Monica. Representando o mal, estão os planos (malícia) do diretor Hayward e da bruxa Agnes. Lutando contra esses conluios estão Wanda e a tríade (agente FBI/cientista/Monica). Wanda, embora representando o bem, faz uso da trama (aprendeu a usar as runas) para neutralizar Agnes, que por inocência ensinou a rival.

Contextualização *versus* Descontextualização

Para entender a trama (sobretudo o motivo principal que fez com que Wanda criasse

o mundo paralelo) era preciso conhecer a narrativa dos Vingadores, como a duplicidade da morte de Visão (por Wanda e por Thanos). Ao mesmo tempo, em *Westview* Visão estava alienado: não sabia de onde veio, não conhecia Thanos, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

WandaVision faz uso do mundo paralelo de Westview para mostrar que o curso natural da vida está acima de vontades particulares. A minissérie se vale do descontínuo (realidade criada) para ressaltar que o contínuo (curso natural da vida). Como já observado, outras categorias semânticas enfatizam essa oposição maior: passado e futuro, realidade e ilusão, felicidade e infelicidade, egoísmo e altruísmo, morte e vida, mal e bem, contextualização e descontextualização.

Esta última categoria (contextualização *versus* descontextualização) mostra também que o enunciador parte do pressuposto de que o enunciatário, para entender a narrativa, conhece a trama antecessora de Os Vingadores que antecedeu a obra cinematográfica em análise, como a duplicidade da morte de Visão por Wanda e por Thanos.

Apesar de o enunciador ter pré-estabelecidas algumas estratégias para a enunciação, em WandaVision algumas delas são alteradas. Uma delas é a linha do tempo: mostrar o resultado antes do caminho para chegar nele. Isso é feito a fim de prender a atenção do enunciatário durante os episódios, mas, ainda assim, o padrão se mostra bastante consistente, com as cenas de ação e as cenas pós-créditos que engancham próximas produções e despertam curiosidade e expectativa no enunciatário. Por fim, o enunciador tenta comover o enunciatário e, ao desconstruir a imagem de vilã na protagonista, pretende fazer com que o público se solidarize com sua dor.

REFERÊNCIAS

- ALIAGA, Víctor. WandaVision: Os easter eggs do episódio 6. *IGN Brasil*, São Paulo, 12 fev 2021. Disponível em: <<https://br.ign.com/wandavision/87166/feature/wandavision-easter-eggs-episodio-6>>. Acesso em: 17 out. 21.
- _____. WandaVision: Os easter eggs do episódio 7. *IGN Brasil*, São Paulo, 19 fev 2021. Disponível em: <<https://br.ign.com/wandavision/87296/feature/wandavision-episodio-7-easter-eggs-nexus-agatha-harkness>>. Acesso em: 18 out. 21.
- ARTIMOS, Danilo. Comercial de sabão em WandaVision faz conexão com Marvel – Agents of S.H.I.E.L.D. *Arroba Nerd*, 22 jan 2021. Disponível em: <<https://www.arrobanerd.com.br/comercial-de-sabao-em-wandavision-faz-conexao-com-marvel-agents-of-s-h-i-e-l-d>>. Acesso em: 16 out. 21.
- BARRETO, André. WANDAVISION: Comercial do episódio 7 é mais importante do que você imagina (SPOILERS). *Universo X-Men*, 19 fev 2021. Disponível em: <<https://universoxmen.com.br/2021/02/wandavision-comercial-do-episodio-7-e-mais-importante-do-que-voce-imagina-spoilers/>>. Acesso em: 18 out. 21.
- CARDOSO, Carlos. Resenha com spoilers: WandaVision - Brilhante e Controversa. *Meio Bit*, 2021. Disponível em: <<https://tecnoblog.net/meiobit/433996/resenha-com-spoilers-wandavision-brilhante-e-controversa/>>. Acesso em: 23 out. 2021.
- DISCINI, Norma. *O estilo nos textos: história em quadrinhos, mídia, literatura*. São Paulo: Contexto, 2003.
- FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996.
- GARÓFALO, Nicolas; CANHISARES, Mariana. WandaVision: conheça as sitcoms que inspiraram a nova série da Marvel. *Omelete*, 19 fev 2021. Disponível em: <<https://www.omelete.com.br/marvel-cinema/wandavision-sitcoms-inspiraram-serie#7>>. Acesso em: 10 out. 21.
- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. Prefácio de José Luiz Fiorin. Tradução de Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Contexto, 2008 [1979 e 1986]. 544 p.
- PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SANTANA, Felipe. Wandavision: confira os principais pontos sobre o episódio 9. *Universo X-men*, 5 mar 2021. Disponível em: <<https://universoxmen.com.br/2021/03/wandavision-confira-os-principais-pontos-sobre-o-episodio-9>>. Acesso em: 20 out. 2021.
- VINGADORES: a Era de Ultron. Direção: Anthony Russo; Joe Russo. Produção: Kevin Feige. Los Angeles (EUA): Marvel Studios, 2015.
- VINGADORES: Guerra Infinita. Direção: Anthony Russo; Joe Russo. Produção: Kevin Feige. Los Angeles (EUA): Marvel Studios, 2018.
- VINGADORES: Ultimato. Direção: Anthony Russo; Joe Russo. Produção: Kevin Feige. Los Angeles (EUA): Marvel Studios, 2019.
- WANDAVISION. Direção: Matt Shakman. Produção: Kevin Feige. Los Angeles (EUA): Marvel Studios, 2021.

EFEITOS DE SENTIDOS A RESPEITO DA HOMOSSEXUALIDADE NO DISCURSO DO PAPA FRANCISCO

Daniel Santos Oliveira¹

Débora Massmann²

Resumo: Inscritos nas perspectivas dos estudos discursivos, tal como propostos por Pêcheux (2014a, 2014b, 2015a e 2015b) e Orlandi (1993, 2006 e 2020), buscamos investigar o processo de significação que se materializa por meio dos discursos do Papa Francisco que tocam questões da/ sobre a homossexualidade, que foram discursivizados pela mídia como revolucionários. Utilizando tais discursos como *corpus* deste estudo, objetivamos compreender o processo discursivo posto em funcionamento, suas condições de produção e, em especial, a atualização da memória discursiva de/sobre a homossexualidade no discurso da Igreja.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Papa Francisco; Homossexualidade;

EFFECTS OF MEANINGS REGARDING HOMOSEXUALITY IN THE SPEECH OF POPE FRANCISCO

Abstract: Inscribed in the perspectives of discursive studies, as proposed by Pêcheux (2014a, 2014b, 2015a and 2015b) and Orlandi (1993, 2006 and 2020), we seek to investigate the process of meaning that materializes through Pope Francisco's speeches that touch on issues of/about homosexuality, which were discursivized by the media as revolutionaries. Using such discourses as the corpus of this study, we aim to understand the discursive process put into operation, its conditions of production and, in particular, the updating of the discursive memory of/about homosexuality in the Church's discourse.

Key-words: Discourse Analysis; Pope Francisco; Homosexuality;

1 Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Email: oliveira.dan@outlook.com

2 Professora Adjunta da Universidade Federal de Alagoas. Email: massmann.debora@gmail.com

Considerações Iniciais

O estudo que propomos busca investigar como se dão, atualmente, as (novas) relações da Igreja Católica com a sociedade. Buscamos pesquisar a respeito do modo com que, aparentemente, já não é mais possível para essa instituição religiosa permanecer imune aos avanços que são trazidos pela contemporaneidade.

Antes de iniciarmos a investigação a respeito do modo com que se dá o posicionamento (ou o não-posicionamento) da Igreja Católica frente às questões polêmicas da atualidade, é importante sinalizar que desde a morte de Jesus Cristo (nascimento³: entre 4 - 1 a. C. e morte: entre 34 - 30 d. C.), a Igreja põe em prática um ininterrupto movimento de sucessão de seus líderes. Os Papas, aqueles que são designados a, em máxima autoridade, representar, dirigir e administrar a Santa Igreja de Roma, são considerados representantes diretos de Deus/Jesus Cristo e, dentro de suas funções, estabelecem as diretrizes do bom funcionamento da Instituição, bem como da vida de seus adeptos.

Desde março de 2013, após eleição entre Cardeais do Vaticano, foi eleito para assumir a posição de Sumo-Pontífice da Igreja Católica o Cardeal Jorge Mário Bergoglio, que se nomeou Papa Francisco para exercer o papado. Essa pesquisa direciona a investigação àquilo que foi dito pelo Papa Francisco, por meio de discursos, dentro do seu Pontificado. Ou seja, o cor-

3 Mencionar essa (possível) data exige um importante detalhamento: consideramos a existência de longas e complexas discussões e pesquisas a respeito da existência ou não de Jesus Cristo. A definição específica das datas de algumas figuras históricas do antigo mediterrâneo, como é o caso de Jesus Cristo, carregam, até hoje, grandes imprecisões porque “correspondem a um período, do ponto de vista histórico, bastante problemático” (LIMA JÚNIOR, 2009, p. 25). Desse modo, trabalharemos com base na existência de Jesus Cristo e a possibilidade de calendário aqui utilizado compreende o seu nascimento em “um lugar na estrutura cronológica de governantes mundiais e locais, ao mencionar Augusto César [63 a.C. – 14 d. C.], o imperador, e em seguida, Quirino [51 a. C. – 21 d. C.], o legado local da Síria” (LIMA JÚNIOR, 2009, p. 31).

pus pesquisado e selecionado para o estudo que propomos, se constitui por recortes de alguns discursos religiosos católicos, especificamente aqueles que foram proferidos pelo Papa Francisco.

E considerando que “com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2020, p. 13), esta pesquisa inclina-se por reunir discursos do referido Papa, visto que ele frequentemente tem abordado temas sensíveis para a Igreja Católica, ocasiões essas cujos efeitos na sociedade lhe atribuem a designação de revolucionário. É por isso que o movimento de seleção e recorte dos discursos foi conduzido pela pergunta orientadora deste estudo: quais formações discursivas permitem que o Papa Francisco seja discursivizado (atualmente) pela mídia como revolucionário? Do mesmo modo que temos como objetivo identificar ocorrências de deslizamentos de sentidos comparando o dito pelo Papa Francisco com aquilo que está na base do discurso religioso católico.

A inclinação por pesquisar a respeito do funcionamento dos discursos, no caso dessa pesquisa os de natureza religiosa católica, encontra férteis bases teóricas e metodológicas nas tradições da Análise de Discurso, mais especificamente nas contribuições de Michel Pêcheux (2014a, 2014b, 2015a e 2015b) e Eni Orlandi (2006, 2013 e 2020) para esse campo. Para a reunião e compreensão de algumas noções como discurso, condição de produção, memória discursiva e formação discursiva, que são basilares e estruturantes dessa vertente teórica, recorreremos à Orlandi (2005), Orlandi e Lagazzi-Rodrigues (2017) e Pêcheux (2014b). Para observar as condições de produção do discurso religioso, buscamos fundamento em Orlandi (2006), e para explorar o funcionamento da ideologia religiosa, nos baseamos em Althusser (1985).

Na movimentação dos gestos de análise, utilizamos Orlandi (2020) para compreendermos as condições de produção de cada fragmento selecionado. Ao final, aplicamos o que propõe

Pêcheux (2015b) e Orlandi (1993) para entendermos o funcionamento da noção de acontecimento discursivo, bem como o modo com que houve (ou não) tal acontecimento a partir dos resultados de nossas análises.

Das questões para a Análise de Discurso: condição de produção e memória discursiva

Tomaremos como ponto de partida a noção de discurso pensada por Orlandi (2020, p. 20) quando afirma que “discurso é efeito de sentidos entre locutores”. Porém, antes de compreendermos como se dá essa produção de “efeito de sentidos”, é necessário

Sinalizar que estamos considerando o discurso enquanto lugar de observação da “relação língua/sujeito/história ou, mais propriamente, sobre a relação língua/ideologia” (ORLANDI, 2005, p. 2), a partir de um dispositivo teórico com “filiação específica que teve como um de seus fundadores Michel Pêcheux” (ORLANDI, 2005, p. 2).

Para tratarmos do funcionamento do discurso, é indispensável evocar aqui teorias que compõe as chamadas condições de produção. Isso porque essa noção ressalta a necessidade de inserir na discussão o sujeito e a situação. Essa última entendida como o local onde os discursos foram proferidos e, com base na Análise de Discurso, podem ser consideradas em sentido estrito e em sentido lato (ORLANDI e LAGAZZI-RODRIGUES, 2017). Dentro dessas duas possibilidades de teorização, sobre o sentido estrito, compreende-se que se trata das “circunstâncias de enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato” (ORLANDI e LAGAZZI-RODRIGUES, 2017, p. 17). E sentido lato interroga, nesse caso, o modo com que a história determina a relação dos sujeitos com os sentidos.

Segundo Orlandi e Lagazzi-Rodrigues (2017, p. 17) “faz ainda parte das condições de produção a memória discursiva”. Porém, é fundamental que a reflexão sobre a noção teórica a respeito da memória discursiva, inicie na observação de que essa memória é aqui considerada

de modo particular dentro da relação com o discurso. Assim, de acordo com Pêcheux (2015a, p. 58), “no sentido discursivo, a memória – o interdiscurso, como definimos pela análise de discurso – é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já-dito que possibilita todo dizer”.

É importante compreender também, de acordo com Orlandi (2013a, p. 12) que a memória discursiva “tem relações complexas com o saber discursivo, ou seja, com o interdiscurso, que é a memória irrepresentável, que se constitui ao longo de toda uma história de experiência de linguagem”. Ou seja, é através do estudo sobre o funcionamento da memória discursiva dentro dos discursos, que é possível observar que “os sentidos permanecem em constante relação com a historicidade, intrincada à memória discursiva” (AMARAL e LOPES, 2019, p. 484).

Desse modo, somos levados a compreender que a memória discursiva possibilita a constituição de “dizeres outros, que convocados na história, ideologicamente marcados, afetarão os discursos produzidos pelo sujeito, em dada condição de produção” (MASSMANN, 2021, p. 345). De acordo com a citada autora, o estudo a respeito do funcionamento da memória discursiva conduz à percepção da existência de uma relação de dependência entre discursos, uma vez que em um dado discurso, sempre haverá marcas de outros (discursos) que o antecedem. E compreender essa relação em que (novos) discursos são (re)produzidos já marcados (afetados) por discursos anteriores (a memória), conduz à observação de que os novos dizeres estabelecem relações de sentido porque:

Recuperam um dizer já estabelecido [...] possibilitando uma reformulação do mesmo enunciado, mas sem abrir espaço para o novo. Essa tensão entre a retomada do mesmo e a impossibilidade do diferente reproduz, na verdade, uma formação discursiva dominante (FERNANDES, 2009, p. 5).

Ou seja, é no interdiscurso, pelo efeito da memória, que são produzidas essas marcas que se repetem em discursos diferentes e que apontam para o funcionamento da “formação discursiva”⁴ dominante, as formações discursivas que constituem o que chamamos de seu interdiscurso [que] determinam a dominação da formação discursiva dominante” (PÊCHEUX, 2014b, p. 151, grifos do autor). Com isso, entendemos que a movimentação teórica a respeito do funcionamento do discurso que considera noções sobre condições de produção e modos de funcionamento da memória discursiva (interdiscurso), conduz a percepção de que:

Saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro (ORLANDI, 2020, p. 8).

Com base na citação anterior, a observação desse “duplo jogo da memória” lança luzes sobre o funcionamento da mencionada “memória institucional”, dentro do discurso religioso, visto que este compõe o corpus selecionado para essa investigação. Desse modo, longas e complexas relações dessa memória com o interdiscurso são postas em movimento no interior do funcionamento da instituição religiosa através de experiências inscritas no passar da história. Tais experiências, portanto, conduzem, ainda com base na citação anterior, à cristalização dos sentidos que são (re)produzidos nos discursos religiosos.

Refletir a respeito do modo com que essa memória institucional produz esse aparente efeito de estabilidade do sentido (cristalização),

⁴ Esta pesquisa considera a noção de formação discursiva como o “que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura” (PÊCHEUX, 2014a, p. 164).

conduz à compreensão da noção de memória de arquivo. Isso porque, pelo modo com que é trabalhado pela Análise de Discurso, o arquivo “é o discurso documental, memória institucionalizada. Essa memória tem relações complexas com o saber discursivo, ou seja, com o interdiscurso, que é a memória irrepresentável, que se constitui ao longo de toda uma história de experiência de linguagem” (ORLANDI, 2013a, p. 12).

É importante compreendermos que essa noção de arquivo considera que “o arquivo não é reflexo passivo de uma realidade institucional, ele é, dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social” (GUILHAUMOU e MALDIDIER, 2014, p. 170). Ou seja, de acordo com os referidos autores, é fundamental que o estudo do/sobre o arquivo compreenda a relação que há entre a história e a linguística; uma vez que “o arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes” (GUILHAUMOU e MALDIDIER, 2014, p. 170).

Em vista disso, é fundamental especificar também que o discurso documental se define aqui “como um saber científico, que toma forma na relação com as instituições, os sujeitos da ciência, os meios de circulação do saber, dentre outros aspectos conjunturais” (NUNES, 2008, p. 81). Com base no citado autor, podemos considerar os efeitos (de estabilidade) dessa memória institucional por meio da observação do que ocorre no/pelo funcionamento da instituição Igreja Católica; na medida em que tal instituição põe em circulação o seu “saber” a partir de discursos documentais (a Bíblia, o Catecismo, as Cartas Encíclicas, por exemplo).

Esses discursos documentais, então, em seus modos de elaboração e circulação (pela Igreja Católica), (re)produzem efeitos que apontam para a “sua unidade, linearidade, imaginário de completude” (NUNES, 2008, p. 87). Em vista disso, somos levados a compreender que a Igreja Católica desenvolve “práticas institucionais e de

arquivo [que] realizam um trabalho de interpretação que direciona os sentidos, estabelecendo uma temporalidade e produzindo uma memória estabilizada” (NUNES, 2008, p. 82).

Essa breve discussão aqui aventada justifica-se na importância de compreender que os processos que levam à cristalização (estabilização) dos sentidos ocorrem por meio dos efeitos das relações entre a inscrição da língua na história e a produção do discurso documental. Desse modo, entendemos que “a memória de arquivo, sendo esta a memória institucional, a que não esquece e alimenta a ilusão da ‘literalidade’, [...] sustentada pelas instituições, lugares por onde circula o discurso documental” (ORLANDI, 2013b, p. 4, grifo da autora).

Tendo movimentado as noções do/sobre o arquivo (e seus efeitos) podemos, a partir deste ponto, seguir com as discussões voltando o foco para o discurso. Então, é relevante salientarmos que a preferência pelo uso do termo discurso encontra justificativa na noção de que tal termo “implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B (PÊCHEUX, 2014a, p. 81, grifos do autor).

No que propõe Pêcheux (2014a), as designações sobre A e B referem-se aos sujeitos que participam dos processos discursivos. Nesse caso, tais sujeitos não correspondem à noção de sujeitos empíricos, mas posições ocupadas por tais sujeitos para serem sujeitos do que dizem (ou seja, sujeitos do discurso). E o modo com que os sujeitos ocupam determinadas posições no discurso, é posto em movimento a partir de, como propõe o citado autor, Formações Imaginárias⁵.

5 É importante sinalizar que a noção de Formações Imaginárias que aqui utilizamos refere-se ao que propõe Pêcheux (2014a, p. 82, grifos do autor), quando afirma que em meio aos processos discursivos, ocorrem “uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”.

Compreendemos, então, que através do estudo sobre o funcionamento do discurso, é possível observar as relações que se dão por meio da linguagem, nesse caso, as relações dos sujeitos com os sentidos. Isso porque, como já dito anteriormente, tais relações produzem inúmeros efeitos ao longo da história. Com isso, tendo em vista que o discurso religioso compõe o corpus do estudo aqui proposto, faz-se necessário, a partir da próxima seção, conduzirmos as investigações até seus modos de funcionamento na/pela sociedade.

Condição de produção do discurso religioso

Tendo posto em movimento a exploração a respeito das noções teóricas, com base na Análise de Discurso, sobre as condições de produção dos discursos, é possível, a partir desta seção da pesquisa, iniciarmos uma tentativa de aproximação entre o quadro teórico a que este estudo se filia e o corpus selecionado para as análises: o discurso religioso católico. Com isso, inicialmente utilizaremos o que propõe Orlandi (2006), quando afirma que:

Tomaremos, como referência, sobretudo o discurso religioso cristão – particularmente o católico. E o objetivo desse nosso estudo é justamente o de instituir um parâmetro exploratório, a partir do qual se poderão observar as formas da religião em geral, ou seja, as diversas maneiras que o homem tem de se relacionar com o sobrenatural (ORLANDI, 2006, p. 243, grifos da autora).

O uso da citação anterior dentro do presente estudo encontra justificativa em dois aspectos importantes para o caminho de reflexão que aqui propomos: 1 – Nas palavras de Orlandi (2006), em termos tipológicos, marcar qual discurso religioso interessa essa pesquisa: o cristão católico; 2 – Levantar algumas hipóteses sobre como se dá a relação do homem com o sagrado. Desse modo, é fundamental introduzirmos o estudo sobre a condição de produção do discurso

religioso, a partir da noção teórica, proposta por Orlandi (2006), sobre reversibilidade.

Antes de elaborarmos uma possível definição, é necessário observar o funcionamento do discurso religioso considerando suas propriedades e “entendendo reversibilidade como a troca de papéis na interação que constitui o discurso e que o discurso constitui” (ORLANDI, 2006, p. 239). Para compreendermos essa troca de papéis, de acordo com a citada autora, é essencial percebermos que existe uma dinâmica na relação de interlocução que é constitutiva do discurso e que sem esse movimento de troca de papéis “o discurso não se dá, não prossegue, não se constitui” (ORLANDI, 2006, p. 239).

E é importante reconhecer também que a discussão a respeito dessa troca de papéis, através da noção de reversibilidade, não significa “fixar de forma categórica o locutor no lugar do locutor e o ouvinte no lugar do ouvinte” (ORLANDI, 2006, p. 239). Desse modo, é possível percebermos que as determinações que caracterizam essa noção integram a condição de produção do discurso religioso e conduzem ao estudo sobre seu funcionamento até a perspectiva de que, em relação à definição dos lugares ocupados pelos sujeitos (do discurso), “não se definem em sua essência, mas quando referidos ao processo discursivo: um se define pelo outro, e, na sua relação, definem o espaço da discursividade” (ORLANDI, 2006, p. 239).

É pertinente destacarmos aqui que nem todo discurso se constitui ou funciona por meio de uma relação fixa e estável com a noção de reversibilidade. Por exemplo, Orlandi (2006) propõe a observação das diferenças entre os discursos: polêmico⁶, lúdico⁷ e autoritário. E no caso do presente estudo, de acordo com a citada

autora, destinaremos ênfase à exploração sobre o discurso autoritário. Uma vez que, “se tratando do discurso autoritário, gostaríamos de observar que, embora não haja reversibilidade de fato, é a ilusão da reversibilidade que sustenta esse discurso” (ORLANDI, 2006, p. 240, grifos da autora).

Orlandi (2006) sugere que a compreensão do termo ilusão esteja mais voltada para sentimento do que para engano. Isso contribui para o entendimento de que no discurso autoritário funciona uma dinâmica da tomada da palavra em que “a reversibilidade tende a zero, quando é zero o discurso se rompe, desfaz-se a relação, o contato e o domínio (o escopo) do discurso ficam comprometidos” (ORLANDI, 2006, p. 240). Assim sendo, somos levados a compreender que é por meio de tal noção que surge “a necessidade de se manter o desejo de torná-lo reversível. Daí a ilusão. E essa ilusão tem várias formas nas diferentes manifestações do discurso autoritário” (ORLANDI, 2006, p. 240).

Investigar as propriedades⁸ do discurso autoritário, considerando a noção de reversibilidade, implica em envolver na discussão o modo com que a noção de polissemia viabiliza a identificação dos tipos de discurso. Isso porque “na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação” (ORLANDI, 2020, p. 34). E pela ênfase em investigar o funcionamento do discurso autoritário, observa-se que esse tipo de discurso “tende à monossemia, uma vez que esse discurso se caracteriza pela polissemia contida, estancada” (ORLANDI, 2006, p. 240). Entretanto, nas palavras da citada autora, é indispensável que exista um cuidado para

8 O uso da palavra “propriedade” exige aqui um detalhamento importante: de acordo com Orlandi (ibidem, p. 256-257) existe uma diferença significativa entre propriedade e marca. A citada autora propõe que “propriedade tem mais a ver com a totalidade do discurso e sua relação com a exterioridade, enquanto marca diz respeito à organização do discurso”. Ou seja, no caso do objeto deste estudo, o discurso religioso, a propriedade que o caracteriza “é a não reversibilidade entre os planos temporal e espiritual e a consequente ilusão de reversibilidade com suas formas determinadas” (Idem, ibidem, p. 257).

6 A relação do discurso polêmico com a noção de reversibilidade, de acordo com Orlandi (2006, p. 239) se “realiza segundo certas condições (a dinâmica da tomada da palavra).

7 Quanto ao discurso lúdico, Orlandi (ibidem, p. 239) indica que “ele pode suspender essa condição, uma vez que é um discurso que está no limiar da concepção de linguagem como dialogia”.

não definirmos o discurso autoritário como monossêmico, é importante ter em consideração que ele tende⁹ para a monossemia.

Esse percurso de investigação teórica que reflete a respeito do discurso autoritário, encontra justificativa na compreensão de que o discurso religioso, “objeto de nossa reflexão, nesse trabalho, pode ser considerado, em termos tipológicos, na perspectiva do discurso autoritário” (ORLANDI, 2006, p. 241). Com isso, a partir da compreensão dessa noção, é possível conduzirmos o estudo até a exploração sobre o discurso religioso. E para isso, recorreremos ao que propõe Althusser (1985) sobre o funcionamento da ideologia religiosa cristã. Logo, é necessário observarmos duas teses elaboradas por Althusser (1985, p. 93) muito importantes para a investigação pretendida por este trabalho: “1 – só há prática através de e sob uma ideologia. 2 – Só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito”.

No contexto da religião cristã católica, uma possibilidade de compreensão a respeito da primeira tese, pode ser entendida a partir da observação do que ocorre no interior do ritual religioso (que, segundo Althusser [1985], corresponde a práticas como o batismo, a comunhão, a crisma, a confissão¹⁰, etc.). Isso porque, de

acordo com o autor, nas práticas das cerimônias religiosas, tal ritual diz respeito a um “procedimento gerador de sujeitos religiosos cristãos, é denominado por um estranho fenômeno: só existe uma tamanha multidão de sujeitos religiosos possíveis sob a condição absoluta da existência de um Outro Sujeito Único, Absoluto, ou seja, Deus” (ALTHUSSER, 1985, p. 100, grifos do autor).

É imprescindível compreendermos que essa relação entre as noções teóricas sobre ideologia (religiosa) e sujeito (religioso) que referimos, nos ajuda na observação de que “a interpelação dos indivíduos como sujeitos supõe a ‘existência’ de um Outro Sujeito, único, e central em nome da qual a ideologia religiosa interpela todos os indivíduos como sujeitos” (ALTHUSSER, 1985, p. 101). Para tornar nítido que a partir deste ponto estamos discutindo a existência de sujeitos com propriedades diferentes, “designaremos este novo e singular Sujeito como Sujeito com maiúscula para distingui-lo dos demais, sem maiúscula” (ALTHUSSER, 1985, p. 101, grifo do autor).

Em relação ao que propõe Althusser (1985) sobre a necessidade da diferenciação teórica entre o Sujeito e sujeito, Orlandi (2006, p. 241) salienta que por meio dessa separação “o autor passa então a distinguir o Sujeito dos sujeitos vulgares: Deus é o Sujeito e os homens são os seus interlocutores-interpelados, os seus espelhos, os seus reflexos (não foram criados à Sua imagem?)”. Ou seja, é fundamental percebermos que nessa relação entre o Sujeito e os sujeitos existe uma interpelação em que o sujeito “se reconhece como sujeito, sujeito de Deus, sujeito submetido a Deus, sujeito pelo Sujeito e submetido ao Sujeito” (ALTHUSSER, 1985, p.

9 Através do estudo sobre o funcionamento dos tipos de discurso, tomando a noção da reversibilidade como um parâmetro comum, é admissível entender que não é possível a existência de uma monossemia plena nos discursos, pois entendemos que “todo discurso é incompleto e seu sentido é intervalar: um discurso tem relação com outros discursos, é constituído pelo seu contexto imediato de enunciação e pelo contexto histórico-social, e se institui na relação entre formações discursivas e ideológicas” (ORLANDI, 2006, p. 240). Com isso, em síntese, “poderíamos, então, dizer que todo discurso, por definição, é polissêmico, sendo que o discurso autoritário tende a estancar a polissemia” (ORLANDI, 2006, p. 240).

10 Dado que leitores não católicos podem não reconhecer essas nomenclaturas das práticas que ocorrem nos ritos católicos, recorreremos à Ximenes (2000) para detalhar, brevemente, cada cerimônia. Logo, em relação ao batismo (Idem, ibidem, p. 125), se refere à um “sacramento da Igreja Católica no qual, pela ação simbólica da água, dá-se a purificação das culpas e pecados. [...] Iniciação religiosa”. No que se refere à comunhão, trata-se de “união de pessoas em torno de ideias, crenças, etc. Ação de ad-

ministrar ou receber o sacramento da eucaristia” (Idem, ibidem, p. 235). A crisma corresponde ao “sacramento que confirma a adesão à fé católica; confirmação. Óleo bento e perfumado com que se administram certos sacramentos” (Idem, ibidem, p. 269). Por fim, a confissão conceitua-se como a “ação de confessar. O sacramento da penitência. Declaração da própria fé” (Idem, ibidem, p. 241).

101, grifos do autor).

Nessa perspectiva, é essencial observarmos a existência de um desdobramento “do Sujeito em sujeitos e do Sujeito mesmo em sujeito-Sujeito” (ALTHUSSER, 1985, p. 102, grifos do autor). Ou seja, através do estudo a respeito desse desdobramento é possível notar que há aí uma relação de dependência em que “Deus precisa dos homens, o Sujeito precisa dos sujeitos, assim como os homens precisam de Deus, os sujeitos precisam do Sujeito. Ou melhor: Deus precisa dos homens, o Sujeito dos sujeitos [...]” (ALTHUSSER, 1985, p. 101).

Por conseguinte, pela observação do funcionamento do mencionado desdobramento, nessa relação do Sujeito com os sujeitos, de acordo com Althusser (1985, p. 102), somos levados a compreender também “que a ideologia, ao interpelar os indivíduos em sujeitos em nome de um Sujeito Único e absoluto é especular, isto é, funciona como um espelho, e duplamente especular: este desdobramento especular é constitutivo da ideologia e assegura seu funcionamento”. Desse modo, nas palavras do citado autor, é importante reconhecermos que o Sujeito Deus, nesse caso, assume a posição de centro da ideologia e, sendo Sujeito Absoluto, produz como efeito a interpelação dos indivíduos à sua volta como sujeitos.

É aí que somos conduzidos à reflexão de que dentro do funcionamento dessa ideologia duplamente especular, existem fatores e aspectos que, ao mesmo tempo em que constituem o sujeito, o colocam em uma posição de sujeição. Isso em razão de, ao constituir-se sujeito através da interpelação do Sujeito, o sujeito livremente submete-se (sujeita-se) às ordens (por meio dos mandamentos, da Sagrada Escritura etc.) daquele é que uno, central, absoluto e representante da ideologia religiosa. Com isso, nesse caso, “temos, então, por essas relações de sujeito: o reconhecimento, a identidade, o apaziguamento” (ORLANDI, 2006, p. 242).

Ao explorarmos essa relação de sujeição que existe no funcionamento da ideologia reli-

giosa, envolvendo as questões relacionadas aos aspectos constitutivos do sujeito (religioso), observando Althusser (1985), somos levados a compreender a existência de uma ambiguidade no interior do termo sujeito. Isso porque, sujeito significa “1 – uma subjetividade livre: um centro de iniciativas, autor e responsável por seus atos; 2 – um ser subjugado, submetido a uma autoridade superior, desprovido de liberdade, a não ser a de livremente aceitar sua submissão” (ALTHUSSER, 1985, p. 104).

É essencial considerarmos, então, no estudo a respeito dos aspectos constitutivos do sujeito (religioso), tendo em vista o modo com que se dá a interpelação do Sujeito para com o sujeito, que através da ambiguidade do termo sujeito, pode-se compreender que “o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto (livremente) sua submissão [...] Os sujeitos se constituem pela sua sujeição” (ALTHUSSER, 1985, p. 104, grifos do autor).

É essencial percebermos que no discurso religioso existe “uma voz que se fala na outra da qual é representante” (ORLANDI, 2006, p. 244). De acordo com a citada autora, em todos os tipos de discursos há um “mecanismo de incorporação de vozes” (ORLANDI, 2006, p. 244) que faz com que uma voz possa se apropriar de um corpo para materializar-se. Ou seja, nessas circunstâncias, a voz de Deus se materializa (incorpora) na fala do padre, do bispo, do Papa etc. Esse mecanismo constitui o que entendemos por “forma da mistificação: em termos de discurso, é a subsunção de uma voz pela outra (estar no lugar de), sem que se mostre o mecanismo pelo qual essa voz se representa na outra” (ORLANDI, 2006, p. 244, grifos da autora).

Orlandi (2006) também chama a atenção para um aspecto importante que funciona no interior da relação de interlocução que nos referimos (assim como já visto, tal relação é assegurada pela sujeição): existe um “desnívelamento fundamental na relação entre locutor e ouvinte:

o locutor é do plano espiritual (o Sujeito, Deus) e o ouvinte é do plano temporal (os sujeitos, os homens)” (ORLANDI, 2006, p. 243, grifos da autora). Ou seja, é importante mencionar que locutor e ouvinte são posições no funcionamento do discurso porque é necessário observar que ambos, no caso do discurso religioso, “pertencem a duas ordens de mundo totalmente diferentes e afetadas por um valor hierárquico, por uma desigualdade em sua relação: o mundo espiritual domina o temporal” (ORLANDI, 2006, p. 243, grifo da autora).

Logo, por pertencerem a ordens de mundo distintas e intercambiáveis, o Sujeito e o sujeito se relacionam com base em uma assimetria que caracteriza e constitui o discurso religioso. Isso porque, em relação às características das posições assumidas pelos sujeitos no funcionamento do discurso religioso, observa-se que “o locutor é Deus, logo, de acordo com a crença, imortal, eterno, infalível, infinito e todo-poderoso; os ouvintes são humanos, logo, mortais, efêmeros, falíveis, finitos, dotados de poder relativo. Na desigualdade, Deus domina os homens” (ORLANDI, 2006, p. 243).

Desse modo, para que possamos observar a condição de produção, por exemplo, do que é dito pelo Sujeito, é necessário investigar o modo com que “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2020, p. 37). É pertinente trazer para este ponto o segundo motivo dentro da justificativa de delimitar o discurso religioso católico como objeto de nosso estudo, que foi indicado no início da seção de anterior: 2 – Levantar algumas hipóteses sobre como se dá a relação do homem com o sagrado. É importante observarmos o que estamos considerando como sagrado, uma vez que no funcionamento do discurso religioso, “a relação com o sagrado revela, entre outros fatores, a relação do homem com o poder, no caso, com o poder absoluto, a ilusão da reversibilidade toma apoio na vontade de poder” (ORLANDI, 2006, p. 253, grifos da autora).

Para que seja possível compreendermos o funcionamento da vontade de poder, no interior da relação do homem com o sagrado, é necessário recorrermos a duas noções teóricas propostas por Orlandi (2006) designadas como ultrapassagem e transgressão. A vontade de poder que aqui nos referimos:

Aponta para a ultrapassagem das determinações (basicamente de tempo e espaço): ir além do visível, do determinado, daquilo que é aprisionamento, limite. Ter poder é ultrapassar. E ter poder divino é ultrapassar tudo, é não ter limite nenhum, é ser completo (ORLANDI, 2006, p. 253).

Ainda de acordo com a citada autora, e como já visto anteriormente, a ilusão da reversibilidade, em seu funcionamento, gera um sentimento de identidade com Deus, “apresentando-se assim como uma forma legítima de ultrapassagem” (ORLANDI, 2006, p. 253, grifo da autora). Por outro lado, a noção sobre transgressão se trata de uma:

Forma de experimentar o lugar do poder absoluto. E é nessa relação com o poder que reside o prazer de transgredir. A transgressão, por sua vez, pode ser ou uma quebra das regras do jogo – tal como a blasfêmia, a heresia, o pecado – ou a usurpação do lugar, tal como o pacto com o diabo (ORLANDI 2006, p. 254).

Assim sendo, com base em Orlandi (2006), somos levados a compreender que tanto a ultrapassagem como a transgressão são formas assumidas pela ilusão da reversibilidade no interior do funcionamento do discurso religioso. E, nesse caso, tais formas podem ser observadas “através da relação do homem com o poder: em Deus o poder absoluto, no homem, a vontade desse poder” (ORLANDI, 2006, p. 257). Com isso, segundo a citada autora, entendemos que quando refletimos a respeito da assimetria entre os planos temporal e espiritual e a ilusão da reversibilidade estamos discutindo a respeito dos

aspectos que caracterizam o discurso religioso cristão.

E uma vez que esse nosso percurso teórico nos possibilita a compreensão de algumas definições e características do discurso religioso cristão, buscaremos, por meio da próxima seção da pesquisa, “estabelecer um diálogo constante entre teoria/método/procedimento analítico e objeto, tal como se espera de uma pesquisa que se inscreve na análise de discurso materialista” (MASSMANN, 2021, p. 347).

O discurso religioso em análise

Como dito na introdução, foi possível encontrar com facilidade um número significativo de ocorrências (notícias, reportagens etc.) que mostram que aquilo que foi dito pelo Papa se distancia de, por exemplo, dogmas e doutrinas que há muitos anos são cristalizadas pela Instituição Igreja Católica. Tais ocorrências, em que abordam temas sensíveis para esta instituição religiosa têm atribuído a Francisco posição de revolucionário. Em vista disso, é importante indicar que o procedimento analítico posto em movimento nesta seção da pesquisa tem a seguinte pergunta norteadora: quais formações discursivas permitem que o Papa Francisco seja discursivizado (atualmente) pela mídia como revolucionário?

Considerando que integra os objetivos dessa investigação que propomos analisar o modo com que o Papa Francisco, por meio de seus discursos, protagoniza episódios que colocam em funcionamento efeitos de sentidos tidos como revolucionários, utilizamos como *corpus*, especificamente, os discursos em que o Papa aborda questões sobre a homossexualidade. Abaixo trazemos o *print* da notícia de onde retiramos o primeiro discurso que analisaremos, com vistas a iniciarmos dando ênfase ao título da reportagem.

Figura 1 – Título da notícia sobre o “fazer história” de Francisco



Fonte: <https://www.hypesness.com.br/2018/05/deus-te-ama-assim-papa-francisco-faz-historia-com-fala-sobre-homossexualidade/> Acesso em 28 de fevereiro de 2022.

Através da teorização a respeito das condições de produção do discurso religioso, percebemos que o funcionamento da Igreja de Roma se inclina por conter a polissemia há mais de dois mil anos, visto que, por exemplo, os conceitos de céu e inferno, virtude e pecado etc., permanecem cristalizados desde sua fundação. Entretanto, o uso da expressão “faz história” no *print* acima, chama a atenção para um acontecimento com proporção tamanha, que pode ter provocado (ou indicado o começo de) uma aparente modificação nos dogmas e nas doutrinas católicas. Isso porque, para que um discurso marque (faça) a história, na proporção realçada pelo título da notícia, é necessário que nele existam sentidos nunca antes produzidos.

É possível notar que o efeito de sentido em relação a algo inédito (revolucionário) está sendo indicado pelas aspas e pela posição da declaração (logo no início). Uma vez que esse acontecimento (discursivo¹¹) estaria na direção

11 É importante sinalizar que “acontecimento discursivo” nomeia uma noção teórica proposta por Pêcheux

para onde o Papa Francisco aponta o seu discurso: um homem gay. Essa escolha linguística conduz a hipótese de que o discurso do Papa que está “fazendo história” é aquele que coloca o gay (a quem o Papa se dirige) como alguém que é amado por Deus. E é aí que parece haver um deslocamento e uma ruptura em relação ao que está na base do discurso religioso católico, pois o sentido de revolucionário parece estar no fato de que o Papa rompeu com a discursividade sustentada pela Igreja Católica de marginalizar os homossexuais.

Antes de compreendermos como ocorre a mencionada ruptura (gerada pela declaração do Papa), é essencial observarmos o modo com que a Igreja Católica, pela sustentação de uma discursividade, parece deslegitimar a homossexualidade. Mais adiante, incluiremos nos gestos analíticos recortes de documentos de carácter dogmático (o Catecismo) que regem as práticas dessa instituição religiosa e que funcionam como aquilo que denominamos de base do discurso religioso católico (a memória). Por hora, analisaremos, brevemente, dois recortes da Bíblia que é considerada, pelos católicos, o maior livro Sagrado.

A justificativa de recorrer à Bíblia encontra-se, como dito, no interesse em observar de que maneira uma discursividade (aparentemente) estável pode sofrer processos de rompimento. Desse modo, é importante lembrar que esse livro, tido como sagrado, possui publicação com milhares de anos e não consta na história momentos em que tal livro foi oficialmente (pela Igreja) submetido a reedições com ajustes ou modificações no texto. Ou seja, existe um gesto de cristalização que engessa a discursividade e que produz um efeito de estabilidade que parece construir um sentido de que versículos bíblicos como: “não te deitarás com um homem como se faz com mulher: é uma abominação” (BÍBLIA,

(2015b) que utilizaremos, mais adiante, para compreender o modo com que um enunciado, por exemplo, “Deus te ama assim” pode instituir fissuras (rupturas) em uma determinada discursividade.

1994, p. 135) são verdades universais.

Entretanto, essa “verdade universal” que corresponde a um efeito da memória de arquivo que, sendo institucional, visa impedir que o sentido seja esquecido e alimenta a ilusão de literalidade (ORLANDI, 2013b), está sendo contrariada pela afirmação “Deus te ama assim”. Isso porque, quando Francisco declara que Deus ama um homossexual, parece estar divergindo (rompendo) com a discursividade reproduzida pela Sagrada Escritura dos católicos, que julga a prática homossexual como “uma abominação”. Ou seja, quando o Papa afirma que “Deus te ama assim [homossexual]” parece desconstruir (atualizar) não só uma narrativa (um já-dito) católico, mas também um pressuposto cristão.

É necessário percebermos que o efeito discursivo de tentativa de cristalização dos sentidos se constitui por meio do funcionamento de arquivos que são elaborados e publicados especificamente para esta finalidade: reforçar, proteger e garantir que a base do discurso religioso católico (a memória) se mantenha estável. E considerando a Bíblia como um discurso documental (arquivo), nota-se que esse discurso, gerado pela memória institucionalizada, parece funcionar para a manutenção (permanência) dos sentidos produzidos pelos já-ditos católicos na/pela Igreja para a sociedade.

É importante lembrarmos de Orlandi (2020) quando aponta que a noção teórica a respeito das condições de produção dos discursos envolve os sujeitos, as situações e também a memória discursiva. Portanto, é imprescindível observarmos que em abril de 2018, no Vaticano, o Papa Francisco convidou para uma conversa particular Juan Carlos Cruz e mais três vítimas de abusos do famoso padre chileno Fernando Karadima¹². Isso porque, nessa época no Chile estava em plena explosão um dos mais devastadores episódios para a Igreja Católica: a divul-

12 Sugerimos a leitura da notícia: “Papa diz a homem gay que ‘Deus o fez e o ama assim’”, disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/papa-diz-a-homem-gay-que-deus-o-fez-e-o-ama-assim/>. Acesso dia 1 de março de 2022.

gação de numerosas notícias que denunciavam casos de abuso sexual e pedofilia de mais de 30 bispos e padres chilenos.

“Deus te ama assim”, frase que introduz o título da notícia que destacamos, teria sido dita pelo Papa Francisco após ouvir de Juan Carlos Cruz declarações sobre sua sexualidade. Na ocasião, o Santo Padre escutou mais vítimas dos padres chilenos e pôs em elaboração, junto ao Vaticano, um relatório oficial com mais de duas mil páginas detalhando as graves acusações de abuso sexual e pedofilia que foram cometidos pelos mais de 30 bispos e padres chilenos. Esse documento, produzido por especialistas em crimes sexuais do Vaticano que foram ao Chile para investigar e entender o problema, não foi divulgado em sua totalidade, mas o Papa revelou suas principais conclusões sobre tal investigação e as entregou a todos os bispos mencionados que foram convocados para uma conferência emergencial¹³, em Roma.

Após essa reunião emergencial com o Sumo-Pontífice, cerca de 34 bispos chilenos pediram renúncia de seus cargos. É importante sinalizar que o aceite ou recusa de tais pedidos têm sido feitos após vagarosos processos com minuciosas análises. Por exemplo, em 11 de junho de 2018, o Vaticano divulgou que o Papa Francisco aceitara a renúncia de três bispos; no dia 21 de setembro, por comunicado oficial da Santa Sé, mais dois bispos chilenos haviam sido demitidos; os processos permanecem em andamento¹⁴ desde então.

Após essa breve exploração a respeito da circunstância em que o discurso que selecionamos foi produzido, apresentamos abaixo o corte:

13 Sugerimos a leitura da notícia: “Papa Francisco convoca bispos chilenos para ir a Roma falar de abusos”, disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/papa-francisco-convoca-bispos-chilenos-para-ir-roma-falar-de-abusos-22677307>. Acesso dia 7 de março de 2022.

14 Consideramos importante sinalizar para o leitor que nosso acompanhamento de tal andamento concluiu-se em agosto de 2022, data da escrita da versão final do presente texto.

Figura 2 – Resposta completa de Francisco à Juan Carlos

“Juan Carlos, que você é gay não importa. Deus te fez assim e te ama assim, e eu não me importo. O Papa te ama assim. Você precisa estar feliz com quem você é”, disse Francisco para um fiel chileno acusado por bispos católicos de pervertido e que estaria mentido sobre ter sofrido abuso sexual.

Fonte: <https://www.hypeness.com.br/2018/05/deus-te-ama-assim-papa-francisco-faz-historia-com-fala-sobre-homossexualidade/> Acesso em 28 de fevereiro de 2022.

Se olharmos os efeitos da estabilização dos sentidos, o tradicional seria o silenciamento de questões delicadas para a Igreja, como é o caso do tema homossexualidade. Por exemplo, ao observarmos o papado de Bento XVI (anterior a Francisco e atual Papa Emérito da Igreja de Roma), é possível notar que as poucas vezes em que o então Sumo-Pontífice abordou tal tema, buscou sustentar e reforçar o sentido negativo¹⁵ que há muito tempo tem sido imposto pela religião católica. Com isso, efeito de sentido posto em movimento por “que você é gay não importa”, considerando a condição de produção em que foi proferido, parece, além de quebrar um silêncio que historicamente encobre questões a respeito da homossexualidade, realçar a inclinação desse sujeito de (tentar) atenuar hoje o que antes era tido como grave.

Podemos, então, levantar a hipótese de que a sequência discursiva “que você é gay não importa” causou grande repercussão sendo noticiada como um discurso que “fez história” porque constitui o que designaremos como acontecimento discursivo. Dessa maneira, é imprescindível compreendermos que, para Pêcheux (2015b), ocorre um acontecimento discursivo quando uma rede de memórias (cristalizadas) entra em contato com novos sentidos (ou sentidos atualizados). Ou seja, há possibilidade de interpretarmos que “que você é gay não importa” parece, por meio do discurso do Papa,

15 Com fins de ilustração e exemplificação, sugerimos a leitura da notícia “Bento XVI: a homossexualidade é injusta e se opõe à vontade de Deus”, disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/11/bento-xvi-a-homossexualidade-e-injusta-e-se-opoe-a-vontade-de-deus.html>. Acesso dia 10 de março de 2022.

apontar o início de uma resignificação em torno da questão da homossexualidade.

Desse modo, compreendemos a noção teórica a respeito de acontecimento discursivo, com base em Pêcheux (2015b), como o efeito do contato entre as redes de memórias e sentidos atualizados. Entretanto, por considerarmos que tal noção exige aqui maior aprofundamento, recorreremos ao que propõe Orlandi (1993) e Pereira (2017) a fim de que seja possível demonstrarmos o modo com que o acontecimento discursivo (pode) produz(ir) a ruptura de uma discursividade, por meio de processos que levam até resignificações (atualizações) de sentidos (já-ditos) aparentemente estáveis.

Adentraremos nessa reflexão a partir da noção de discurso fundador. Inicialmente, observaremos que esse discurso fundador, enquanto característica:

Cria tradição de sentidos projetando-se para frente e para trás, trazendo o novo para o efeito do permanente. Instala-se irrevogavelmente. É talvez esse efeito que o identifica como fundador: a eficácia em produzir do novo que se arraiga, no entanto, na memória permanente (sem limite) (ORLANDI, 1993, p. 13-14).

De acordo com a referida autora, podemos compreender o discurso fundador como aquele que é constituído pela memória discursiva que está na base da produção de diversos sentidos (que se arraigam na/pela memória) e originam, assim como o discurso religioso, pela estabilidade dos sentidos que provoca, diversas práticas sociais e culturais. No caso dos discursos religiosos, temos notado que os processos de significação se valem de sentidos historicamente determinados para reproduzirem (e sustentarem) na sociedade uma determinada discursividade.

Somos levados a compreender que o acontecimento discursivo se constitui, portanto, quando ocorre uma desestabilização dessa (ilusão de) estabilidade dos já-ditos, criando “fissuras” por onde surgem novas significações que

vão apontar para “outras filiações de sentido, fazendo irromper na memória do dizer a sua própria memória de sentidos” (PEREIRA, 2017, p. 126). E é importante observar esse “irromper na memória do dizer” considerando que o acontecimento discursivo está diretamente ligado ao discurso fundador, uma vez que o processo de instalação do discurso fundador “irrompe pelo fato de que não há ritual sem falhas, e ele aproveita fragmentos do ritual já instalado – da ideologia já significativa – apoiando-se em ‘retalhos’ dele para instalar o novo. (ORLANDI, 1993, p. 13, grifo da autora).

Desse modo, observamos que “que você é gay não importa” parece criar um movimento que desestabiliza e rompe o já-dito (a memória cristalizada) e estabiliza os novos sentidos possíveis. Ou seja, retomando Pêcheux (2015b), compreendemos que essa declaração promove um contato (batimento) entre os arquivos que constituem o discurso documental da Igreja Católica e os processos de resignificações que deslizam o discurso fundador e “fazem funcionar uma outra memória a partir do novo” (ORLANDI, 1993) que, nesse caso, gira em torno da questão da homossexualidade.

Ainda considerando esse (des)encontro entre a memória (o estável) e a atualização (o novo), é importante também observarmos que tal resignificação, de acordo com Pêcheux (2015b, p. 56) produz a “possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes [de sentidos cristalizados] e trajetos [histórico-sociais]”. Desse modo, quando investigamos os efeitos de sentido que estão sendo (re)produzidos através da sequência discursiva “que você é gay não importa”, somos levados a reconhecer que o “acontecimento discursivo inaugura o funcionamento de novas discursividades, produzindo outros sentidos que derivam desse encontro da memória com a atualidade” (MASSMANN e VOSS, 2021, p. 22).

Por tratar a discursividade nesse modo com que a reconhecemos e por levar em consideração o movimento de ir e vir da memória

discursiva (entre o já dito e o por se dizer), é importante salientar que Pêcheux (2015b) propõe sua questão teórica em relação ao acontecimento discursivo, através do “estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável [...] e formulações irremediavelmente equívocas” (PÊCHEUX, 2015b, p. 28). Assim sendo, com base no citado autor, ao observar a sequência discursiva “que você é gay não importa”, podemos compreender que “todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento em seu espaço” (PÊCHEUX, 2015b, p. 56).

É necessário observarmos, neste ponto, que os recortes do discurso do Papa Francisco que estamos aqui discutindo, integram um complexo processo discursivo que “está ancorado na história e é atravessado pela ideologia, pelas relações de força e de poder” (MASSMANN e VOSS, 2021, p. 22). Em vista disso, quando voltamos os olhares para o fragmento “Deus te fez assim e te ama assim, e eu não me importo”, é fundamental entendermos que existe aí um “processo sócio-histórico em que os discursos são produzidos, há um funcionamento da temporalidade que lhe é constitutivo: um antes (a memória), uma atualidade (o que emerge) e um depois (seu desdobramento)” (MASSMANN e VOSS, 2021, p. 22).

Tendo em vista a citação anterior, é muito importante para essa pesquisa avaliar, por meio do estudo do/sobre o discurso, o modo como a temporalidade faz emergir (ou atualiza) sentidos, constituindo o que estamos chamando de acontecimento discursivo. Portanto, a seguir, dividiremos a reflexão do recorte “Deus te fez assim e te ama assim, e eu não me importo” em três etapas, tendo como base o que propõe Massmann e Voss (2021) na citação anterior. Na primeira etapa, focaremos no funcionamento do “antes”, da memória (discursiva).

Assim como já dito, promover gestos de análises sobre o que é dito por um Papa da Igreja Católica, implica em considerarmos o modo com que o interdiscurso molda e regula a elaboração de dizeres futuros. E para compreendermos como e por quê “Deus te fez assim e te ama assim, e eu não me importo”, parece constituir um acontecimento discursivo, buscaremos observar o que está na base do discurso religioso católico (a memória), utilizando como exemplo alguns recortes do Catecismo¹⁶ da Igreja Católica que se referem à questão da homossexualidade. Então, no Artigo 6, capítulo 2, sob o título “Castidade e Homossexualidade”, têm-se que:

2357 - A homossexualidade designa as relações entre homens ou mulheres, que experimentam uma atracção sexual exclusiva ou predominante para pessoas do mesmo sexo. [...] Apoiando-se na Sagrada Escritura, que os apresenta como depravações graves a Tradição sempre declarou que os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados. São contrários à lei natural, fecham o ato sexual ao dom da vida, não procedem duma verdadeira complementaridade afetiva sexual, não podem, em caso algum, serem aprovados (VATICAN, 1992).

No fragmento acima, é visível que o efeito da memória busca garantir a estabilidade (a tradição) dos sentidos que são (re)produzidos dentro da Igreja Católica (a partir da memória institucionalizada). Ou seja, há um funcionamento do discurso documental (memória de arquivo) que tende, estabilizando um sentido, “a Tradição sempre declarou”, a impedir as possibilidades de abertura para outros sentidos, reduzindo (as possíveis) fissuras nas interpretações e dirimindo assim o movimento de novos processos de significação, nesse caso, a respeito da homossexualidade.

16 Os recortes do Catecismo acima descritos, foram retirados do site oficial do Vaticano. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/catechism_po/index_new/p3s-2cap2_2196-2557_po.html. Acesso dia 11 de março de 2022.

Ao passo que, “contrários à lei natural” e “não podem, em caso algum, serem aprovados” constituem o efeito do discurso documental, da memória institucionalizada que, como dissemos, origina a ilusão de estabilidade de um sentido (tomado como único e verdadeiro). E mesmo esse documento (Catecismo) tendo sua primeira publicação datada¹⁷ de mais de quinhentos anos, parece continuar constituindo e justificando práticas de exclusão e marginalização, tão presentes na sociedade contemporânea.

Notamos, desse modo, que o uso dos termos “depravações graves” em relação às práticas homossexuais, expressos no interior de um documento normativo-dogmático, parecem contribuir para a imagem de uma instituição que se coloca na posição de origem fundante da verdade, impondo para a sociedade aquilo que é tido, com base no discurso documental, como certo (que eleva ao céu) e errado (que condena ao inferno).

Uma vez que estamos refletindo, com base em Massmann e Voss (2021), a respeito dos processos sócio-históricos em que os discursos são produzidos (no nosso caso, o discurso religioso católico), a começar pela memória (o antes), apresentamos outro recorte do Catecismo da Igreja Católica, a fim de ilustramos mais uma vez o modo com que a memória discursiva funciona (re)produzindo efeitos de sentidos a respeito da homossexualidade. No artigo 6, capítulo 2, com título “Castidade e Homossexualidade”, têm-se que:

17 De acordo com o site Dom Total (2020), “foi o Concílio de Trento (1545-1563) a aprovar a primeira edição do Catecismo da Igreja Católica, chamado *Catechismus ad parochos* - do latim, Catecismo aos párocos -, que como o próprio nome diz, serviria de subsídio para que os padres pudessem instruir os fiéis e assim ‘desviá-los das heresias’. O texto foi publicado 3 anos após a conclusão do concílio, em 1566”. Para maiores informações, sugerimos a leitura da notícia “Catecismo da Igreja Católica: para quê foi feito?”, disponível em: <https://domtotal.com/noticia/1464178/2020/08/catecismo-da-igreja-catolica-para-quefoifeito/#:~:text=Em%20%C3%A2mbito%20cat%C3%B3lico%2C%20foi%20o,desvi%C3%A1%20dos%20das%20heresias%22>. Acesso dia 15 de julho de 2022.

2358 - Um número considerável de homens e de mulheres apresenta tendências homossexuais profundamente radicadas. Esta propensão, objetivamente desordenada, constitui, para a maior parte deles, uma provação. [...] Estas pessoas são chamadas a realizar na sua vida a vontade de Deus e, se forem cristãs, a unir ao sacrifício da cruz do Senhor as dificuldades que podem encontrar devido à sua condição (VATICAN, 1992).

É importante reiterar que o documento Catecismo é de carácter normativo-dogmático. Ou seja, sua função primeira é impossibilitar a sustentação de novos ou diferentes sentidos. Com isso, o uso do termo “tendências” tende a determinar que a homossexualidade se refere à uma propensão que leva a um comportamento e parece, desse modo, reproduzir o sentido de que é algo passivo de escolha e de adesão. Além disso, “objetivamente desordenada” parece tentar eximir do homossexual condições e capacidade de civilizar-se ao modo dos não-desordenados. É por isso que, no último fragmento do Catecismo que trouxemos, existe a deliberação de que: “2359 - As pessoas homossexuais são chamadas à castidade” (VATICAN, 1992).

No caminho de estudo que estamos propondo, com base em Massmann e Voss (2021), buscaremos, a partir deste ponto, discutir os processos sócio-históricos em que os discursos são (re)produzidos, agora na segunda etapa de reflexões, com ênfase na atualidade (no que emerge). Com isso, retomaremos a sequência discursiva dita pelo Papa Francisco: “Deus te fez assim e te ama assim, e eu não me importo”, para tentarmos compreender o modo com que se sustenta a discursividade de revolucionário por meio desse discurso. Isso porque, afirmar que “Deus te fez assim [homossexual]”, vai de encontro ao sentido, como vimos, posto em funcionamento pelo Catecismo em relação à homossexualidade.

Observamos que a memória de arquivo trabalha para a estabilização dos sentidos do (produzidos pelo) discurso fundador. Logo, consideramos, com base em Pêcheux (2015b), que tal declaração do Papa Francisco constitui

um acontecimento discursivo porque, como dito, rompe (no momento da fala) com a discursividade reproduzida pelo discurso fundador (católico) e sustentada pelo efeito da memória de arquivo (da instituição católica). Compreendemos também que essa repercussão da mídia (como um discurso que “fez história”) indica que essa afirmação de Francisco possui grande importância, notoriedade e o seu impacto parece possuir condições para não mais ser esquecido.

É por esse motivo que somos levados a compreender que o acontecimento discursivo “produz movimentos de desconstrução na discursividade e de desestabilização dos sentidos” (MASSMANN, 2021, p. 353). Ou seja, quando o Bispo de Roma direciona a um homossexual que “Deus te fez assim e te ama assim, e eu não me importo”, desliza para longe dos sentidos reproduzidos pelo Catecismo, de tal modo que rompe com a (estável e cristalizada) discursividade sustentada pela Igreja.

Em vista disso, podemos retomar aqui o que estudamos em relação à polissemia. De acordo com Orlandi (2020), percebemos que assim como o discurso autoritário, o discurso religioso, em seu funcionamento, se caracteriza pela inclinação por conter (estancar) a polissemia. Entretanto, somos levados a compreender que no discurso que instala aquilo que estamos chamando de acontecimento discursivo, parece haver um movimento (deslizamento) da tendência a monossemia até a polissemia. E é justamente a existência da polissemia¹⁸ que provoca, como vimos, a ruptura, ou seja, a possibilidade de outros (novos) processos de significação.

Na terceira etapa das reflexões que propomos, compreender como se dá, nas palavras

de Massmann e Voss (2021), o “depois” (o desdobramento) provocado pelo que foi dito (por Francisco), implica perceber que “os deslizamentos e os efeitos de sentidos que decorrem desse acontecimento discursivo já podem ser observados em nossa sociedade” (MASSMANN e VOSS, 2021, p. 22). Isso porque, esse desdobramento parece ter seus reflexos reproduzidos nas/pelas numerosas ocorrências que noticiam as declarações do Papa como revolucionárias, assim como nos mostra o print da reportagem que trouxemos no início dessa seção.

O desdobramento ocasionado por “Deus te fez assim e te ama assim, e eu não me importo”, estaria, portanto, no modo com que tem sido reproduzida (pela mídia) a discursividade em torno de Francisco. Pois, o uso de títulos como “faz história”, em relação a um discurso (com autoria) do Papa, parece contribuir com a sustentação do sentido e a repercussão da imagem de revolucionário que estamos nos referindo.

Entretanto, existe um cuidado necessário ao olhar analítico que precisa ser incluído na discussão. É certo que “Deus te fez assim [homossexual] e te ama assim, e eu não me importo” promove ruptura de uma determinada discursividade católica. Porém, os sentidos produzidos neste recorte não provocam necessariamente a instalação de uma nova discursividade; não geram materialidade discursiva suficiente para estabilizar uma (outra) memória institucional que, nesse caso, aceite o homossexual. Ou seja, tal declaração não fez com que o Vaticano iniciasse uma reedição (ressignificação) da Bíblia ou do Catecismo (discurso documental), por exemplo.

Desse modo, é necessário atentarmos para a compreensão de que para que haja o acontecimento discursivo, conforme Orlandi (1993), é imprescindível que, por meio das brechas (fissuras) importantes nessas redes de memórias (institucionais) católicas, outros (novos) textos (documentos) sejam (re)formulados para iniciarem a estabilização desses outros sentidos, produzindo

18 É importante detalhar que o “efeito” dessa polissemia no funcionamento do discurso se refere, com base em Orlandi (2020), à possibilidade de o discurso filiar-se a formações discursivas outras. No caso que aqui estudamos, essas “outras” são aquelas formações discursivas não dominantes (distantes do discurso fundador) que atravessam os sentidos (supostamente) estabilizados pelo discurso documental (católico).

do assim uma memória de arquivo que seja suficiente para romper, de modo significativo, com o discurso fundador.

A contribuição de Orlandi (1993) nos leva a observar que essa não-repercussão oficial do Vaticano indica que a resposta de Francisco parece ter deslizado para longe da (ilusão de) estabilidade produzida pelo efeito de arquivo. Ou seja, houve aí o batimento¹⁹ entre a memória institucional e aquilo que emerge na/pela contemporaneidade. No entanto, esse confronto, como vimos, não gerou potência suficiente para promover, oficialmente, uma atualização²⁰ do discurso documental da Igreja Católica que tivesse o objetivo de sustentar essa nova discursividade. É por isso que, de acordo com Orlandi (1993), se não houve a atualização dos documentos, não se instalou o acontecimento discursivo.

Considerações finais

Reunir alguns recortes do discurso documental (a Bíblia e o Catecismo) da Igreja Católica viabilizou a observação e a compreensão do modo com que essa Instituição religiosa tende a cristalizar a discursividade em torno da

questão do sujeito homossexual. Vimos que a memória institucional parece resistir aos processos de resignificações que são trazidos pelas mudanças inscritas na modernidade e continua inclinando-se em direção à monossemia. Então, para tentar responder à pergunta “quais formações discursivas permitem que o Papa Francisco seja (atualmente) discursivizado pela mídia como revolucionário?”, levantamos a hipótese de que o sentido de revolucionário que tem sido direcionado (pela mídia) a Francisco, advém das afirmações que divergem e desestabilizam a memória de arquivo (da Igreja Católica), o que explica o (aparente) estranhamento na sociedade.

Como visto, o discurso da Igreja de Roma é constituído e sustentado pelo funcionamento da noção de memória de arquivo. E quando consultamos alguns documentos que constituem essa memória, em específico a respeito da questão da homossexualidade, encontramos expressões fortemente depreciativas que, além de insultar e discriminar, parecem continuar possuindo valor e legitimidade institucional, visto que não houve (até a conclusão da escrita deste artigo) uma posição oficial da Igreja que propusesse a atualização (retificação) de tais expressões.

Desse modo, tendo em vista o objetivo de identificar ocorrências de deslizamentos de sentidos comparando o dito pelo Papa Francisco com aquilo que está na base do discurso religioso católico, buscamos estudar os efeitos da memória institucional ao mesmo tempo em que analisamos as respostas do Papa (que constituem nosso corpus). Tal procedimento nos permitiu levantar a hipótese de que os deslizamentos de sentidos ocorrem quando o Papa se inscreve na posição de autoria afirmações diferentes das que constam nos documentos oficiais da Igreja. Ou seja, notamos que no funcionamento do corpus aqui observado, Francisco desestabilizou o discurso fundador (protegido por documentos) da Igreja e por isso recebeu da mídia posição (discursivização) de revolucionário.

19 A leitura da obra “Discurso: estrutura ou acontecimento” de Pêcheux (2015b) nos permitiu compreender que para o citado autor, instala-se o acontecimento discursivo quando uma rede de memórias (cristalizadas) entra em contato com novos sentidos (ou sentidos atualizados). Ou seja, recuperando o espaço de observação adotado por essa pesquisa, o efeito que é produzido pelo confronto (batimento) entre as respostas de Francisco (em relação aos escândalos no Chile e dentro do avião) e aquilo que consta na Bíblia e no Catecismo, é suficiente para observarmos o funcionamento dessa noção teórica na prática. Em outras palavras, se optássemos por fundar nossas investigações exclusivamente no que propõe Pêcheux (2015b), poderíamos levantar a hipótese de que através das respostas de Francisco houve (plenamente) o acontecimento discursivo.

20 Essa “atualização” está sendo utilizada aqui como efeito da desestabilização do discurso fundador (católico). Ou seja, para Orlandi (1993) a instituição do acontecimento discursivo tem como condição a instalação de outras (novas) redes de filiações nos/pelos processos discursivos que produzirão (estabilizando) essa outra memória.

Consideramos justo indicar que as discussões que aventamos ao longo deste trabalho não visam apenas intitular e taxar a Igreja Católica como uma instituição que (re)produz na sociedade efeitos de sentidos LGBTfóbicos. Compreendemos que as práticas de exclusão das minorias possuem inúmeras fontes e não tivemos o interesse neste estudo de culpar unicamente a Igreja Católica. O que nos impulsionou foi a tentativa de entender o modo com que o Papa Francisco, chefe maior desta instituição que é alicerçada em Evangelhos que pregam o amor a Deus e ao próximo, se esforça para contribuir com a construção de uma sociedade menos intolerante e intransigente frente às diferenças.

Notamos que esse aparente esforço de Francisco em (tentar) não (re)produzir sentidos homofóbicos em suas repostas, pode ser compreendido como um acontecimento discursivo (com base em Pêcheux 2015b) porque a história nos mostra que são raras as ocorrências em que um Papa se posicionou com esse importante cuidado para não reforçar o sentido negativo que a homossexualidade parece possuir na sociedade. Entretanto, para não promovermos conclusões ingênuas, é indispensável, mais uma vez, nos atentarmos para o que propõe Orlandi (1993).

Então, antes de intitularmos o Papa Francisco como um revolucionário que instalou um acontecimento discursivo na Igreja Católica, é necessário compreendermos que as respostas que analisamos não geraram materialidade discursiva suficiente para produzir e estabilizar um novo discurso documental (católico) que inclua o homossexual. É aí que tal observação além de impossibilitar a identificação do acontecimento discursivo, (infelizmente) exige que nós, pesquisadores do funcionamento dos discursos religiosos, continuemos utilizando a expressão “ainda não” nas discussões sobre possíveis modificações no discurso da Igreja.

Consideramos que um dos resultados dos processos de escrita deste trabalho se encontra na adesão ao compromisso (e desafio) de ques-

tionar, com criticidade validada pelo estado de constante busca pela formação, a inviolabilidade das supostas “verdades universais” que há anos circulam livremente na sociedade e que nos são entregues como parâmetros definidores do bom ou ruim, certo ou errado.

A relevância deste trabalho situa-se na disposição em utilizar a pesquisa científica como estímulo para reflexões a respeito dos discursos que são difundidos na/pela sociedade contemporânea. De modo que, por meio do senso crítico, seja possível caminharmos em direção a uma formação acadêmica que colabore com a emancipação humana e que seja fortemente voltada para o apoio, respeito e proteção daqueles (as) que são condenados (as) pela injustiça a formas de vida repletas de sofrimento e exclusão.

Referências

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos Ideológicos de Estado. Tradução: Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AMARAL, Abraão Janderson dos Santos; LOPES, Maraisa. Da análise automática do discurso à teoria materialista dos processos discursivos: um percurso histórico. *Revista Investigações*, Recife, v. 32, n. 2, p. 479-506, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/241761>. Acesso em: 02 abr. 2022.

BÍBLIA, A. Mensagem de Deus. São Paulo - SP. Edições Loyola, 1994.

CATECISMO da Igreja Católica. Vaticano, 1992. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html. Acesso em: 11 mar. 2022.

FERNANDES, Adriana. O projeto político pedagógico: espaço de uma formação discursiva própria da escola? Em: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO (SEAD), 4., 2009, Porto Alegre. Anais [...].

Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead4.html>. ISSN 2237-8146. Acesso 2 de jun. de 2002.

GUILHAUMOU, Jacques e MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. Em: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.) Gestos de Leitura. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

LIMA JÚNIOR, Francisco Chagas Vieira. Jesus é o filho de Deus (e o Imperador não é): a simbolização de discursos antiimperialistas nos relatos evangélicos sobre o nascimento de Jesus. Veredas Favip, Revista Eletrônica de Ciências - v. 2, números 1 e 2 – jan./dez. 2009.

MASSMANN, Débora et al. Ativismo de gênero: discursos de/sobre a mulher no “feminismo”. Leitura, Maceió, n. 69, dossiê especial “Discurso, Gênero, Resistência”, p. 343-355, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/11983/8623>. Acesso em: 25 mar. 2022.

MASSMANN, Débora; VOSS, Lílían Figueiredo (org.). Formação universitária em tempos de pandemia: desafios e saberes. Maceió: EduFal, 2021.

NUNES, José Horta. O Discurso Documental na História das Ideias Linguísticas e o caso dos Dicionários. Alfa, Revista de Linguística. São Paulo, n. 52 (1), 2008. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1468>. Acesso em: 2 jun. 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO (SEAD), 1., 2005, Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Conferencias/EniOrlandi.pdf>. Acesso em: 13 set. 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico.

Em: DIAS, Cristiane. Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital [online]. Série e-urbano. Vol. 2, 2013b. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/>. Acesso 2 jun. 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas: Editora Pontes, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. 4. ed., 4. reimp. Campinas: Pontes Editores, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes Editores, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (org.). Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013a.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução: Bethânia Mariani et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a.

PÊCHEUX, Michel et al. Papel da memória. Tradução e introdução: José Horta Nunes. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015a.

PÊCHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 7. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015b.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014b.

PEREIRA, Lídia Noronha. A (des)estabilização de sentidos para corpo-e-sujeito inscritos pela

sexualidade e pelo gênero: efeitos de ruptura. 2017. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem). Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2017.

XIMENES, Sérgio. Minidicionário Ediouro da Língua Portuguesa. 2. ed. São Paulo: Ediouro Publicações, 2000.

Submissão: novembro de 2022.

Aceite: dezembro de 2022.

A (DES)CONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE NO ROMANCE SUÍTE TÓQUIO, DE GIOVANA MADALOSSO

Gabriel Silva de Mello¹

Resumo: Ao considerar a ambiência literária como um solo fértil para reflexão, ruptura e subversão de comportamentos há muito cristalizados, o presente artigo lança luz a uma possível leitura interpretativa do romance brasileiro *Suíte Tóquio*, de Giovana Madalosso, com intento de compreender a (des)construção da maternidade. Focalizamos nossos esforços analíticos nas protagonistas do fato literário, Maju e Fernanda, uma vez que suas condutas e posições sociais acentuam performances identitárias que questionam o ideário social - espólio patriarcal - que considera a maternidade como um destino biológico a ser cumprido, ao imbricar o amor materno na Natureza mesma do ser-mulher. Para tanto, aludimos a Badinter (1985), Bourdieu (2012), Buttler (2003) e outros/as mais que possam somar na interpretação.

Palavras-chave: Maternidade; Maternagem; *Suíte Tóquio*; Giovana Madalosso.

THE (DE)CONSTRUCTION OF MOTHERHOOD IN THE NOVEL *SUÍTE TÓQUIO*, BY GIOVANA MADALOSSO

Abstract: By considering the literary ambience as a fertile ground for reflection, disruption and subversion of long-crystallized behaviors, the present article sheds light on a possible interpretative reading of the Brazilian novel *Suíte Tóquio*, by Giovana Madalosso, with the intent of understanding the (de)construction of motherhood. We focus our analytical efforts on the protagonists of the literary fact, Maju and Fernanda, since their behaviors and social positions emphasize identity performances that question the social ideary - patriarchal legacy - that considers motherhood as a biological destiny to be fulfilled, by imbricating maternal love in the very nature of being a woman. To this end, we allude to Badinter (1985), Bourdieu (2012), Buttler (2003), and others who may add to the interpretation.

Keywords: Motherhood; Mothering; *Suíte Tóquio*; Giovana Madalosso.

¹ Mestrado em Filosofia pela Universidade estadual de Maringá (UEM). E-mail: gabkorakas@gmail.com

Primeiras considerações

Ao longo da história, a maternidade foi considerada pelos discursos científicos como um instinto circunscrito essencialmente na Natureza feminina, pronto a se atualizar e a impelir toda e qualquer mulher ao amor e zelo incondicional para com seus/suas filhos/as. Mesmo após as objeções de teorias feministas sobre os postulados de Larousse, sobre os quais o instinto materno fora descrito como uma tendência primordial que impele a mulher ao desejo de gerar, ainda assim muitas mulheres se encontram cercadas por teorias arraigadas em determinismos naturalistas, que lhes ditam condutas e funções.

No contraponto desse movimento reducionista e limitante, ao lado das teorias feministas pós-estruturalistas que intencionam a problematização e ressignificação das formas de simbolizar os gêneros e seus respectivos papéis, a literatura de autoria feminina emerge como uma possibilidade de trazer à luz problematizações sobre gênero e tudo que a ele se mostra intrínseco, inclusive, a maternidade. Afinal, como bem aduz Lúcia Osana Zolin (2021), quando se trata de literatura contemporânea de autoria feminina: “as personagens, não raro, são construídas de modo a promover a desconstrução da suposta naturalidade das práticas de dominação masculina e da resignação feminina” (ZOLIN, 2021, p.14). É neste cenário que as mulheres revogam o direito ao discurso e à pena e, ao fazerem-se ver além dos espaços domésticos, fincam-se com um novo status quo que se choca com as expectativas objetivas do construto social que a todo custo lhes renegam o mundo.

O discurso audaz do determinismo natural é doloroso. Ao enunciar a existência de uma Natureza feminina sujeita às mulheres ao determinismo tal qual a fêmea no reino animal, apagando assim todas as contingências e particularidades que atravessam o ser humano, ao mesmo passo, postula que a maternidade realiza espontaneamente e naturalmente o amor devocional da mãe para com a criança e, na contra-

mão, considera como exceções todas as experiências que transavaloraram a norma. O problema? As exceções são vastas.

A demarcação da distinção entre a ordem biológica e social e a compreensão mesma de que sexo e gênero são construídos de maneira performativa pela cultura, em diferentes contextos e épocas (BUTLER, 2003), conferiu à mulher a égide de sua sexualidade e, consequentemente, de escolher (ou não) a maternidade. Aliás, vale lembrarmos que a possibilidade de escolher a maternidade é uma prerrogativa da contemporaneidade historicamente consolidada no século XX, em que os movimentos feministas despontaram como fulcrais para este processo, conforme a revisão bibliográfica sobre a maternidade feita por Deborah Kopke Resende (2017, p.57). Destarte, com a possibilidade da escolha, surgem diferentes performances identitárias que fogem à lei natural, tanto na vida, quanto no que melhor lhe representa - na Literatura. É por essas sendas que Suíte Tóquio, de Giovana Madalosso, parece-nos jogar bem com as fugas da norma.

A narrativa de Madalosso é composta por dois arcos narrativos que se interpolam a cada novo capítulo. Cada arco toma uma narradora autodiegética, apta a nos conduzir por suas perspectivas particulares do mundo que lhe cerceia. Ora Fernanda, uma bem sucedida executiva que se vê em dificuldade em performar a maternidade, recusando-se a dispor-se toda em sacrifício oblativo para se ocupar da maternagem de Cora, sua filha. Ora Maju, a empregada doméstica que, embora queira ser mãe biológica, vê-se limitada pelas relações socioeconômicas que lhe atravessam. O que a leva a permanecer na casa de Fernanda, construindo paulatinamente uma espécie de “amor materno” incorruptível pela filha da patroa, que passará a ser a razão de sua existência.

Considerando que as condutas de ambas personagens competem a reflexões necessárias acerca das rupturas e manutenções dos paradigmas que sustentam o ideário social de ma-

ternidade, visamos compreender o movimento de (des)construção da maternidade a partir da leitura interpretativa da obra que lhes aporta em comunicação fluida com arcabouços teóricos de estudiosos como Badinter (1985), Bourdieu (2012), Buttler (2003) e demais. E assim, se Oscar Wilde estava certo ao enunciar que “a vida imita a arte mais do que a arte imita a vida”, ao lançar luz sobre as trajetórias múltiplas dessas identidades femininas, revelando que as expectativas objetivas, ao que tange ao exercício mesmo da maternidade, é mais uma construção histórico-social do que uma tendência natural e inata, esperamos desnudar as representações literárias como possibilidades mil de ser e estar, das quais a vida pode se valer.

Antes de mãe e esposa, uma mulher!

O destino divino e o determinismo naturalista há muito associados à maternidade foram fundamentais para a construção de “um modelo de mulher fundado na anatomia e na fisiologia, com importantes desdobramentos morais e políticos para as mulheres, encerrando-as nos estreitos limites da esfera doméstica e da maternidade” (VENÂNCIO apud RESENDE, 2017, p.55). No entanto, como bem nos ensinou Elizabeth Badinter (1985), a maternidade já não pode ser pensada enquanto dotada de um caráter inato, sob o qual o sentimento materno é um traço comum na essência mesma do ser-mulher. Nesse sentido, perspectivas teóricas que flertam com um determinismo biológico, para o qual toda e qualquer mulher é feita para ser mãe, mostram-se contraproducentes e reducionistas, afinal, sob as quais é possível pensar as mulheres apenas sob dois vieses: aquelas que logram êxito ao atender o instinto de sua Natureza e aquelas que fracassam.

A restrição teórica que ancora o discurso naturalista está intimamente ligada ao seu caráter limitador, afinal, deixa-se de lado as múltiplas experiências socioculturais atreladas a cada

trajetória de vida das mulheres, além de cristalizar na história da humanidade o mito do amor materno. No contraponto, é mister lembrarmos que “uma mulher pode ser “normal” sem ser mãe, e que toda mãe não tem uma pulsão irresistível a se ocupar do filho” (BADINTER, 1985, p.10). A filósofa pós-estruturalista, Judith Butler (2003), também corrobora a argumentação contrária à pré-existência do instinto materno ao considerar que a ideia da maternidade é um construto da sociedade e da cultura patriarcal, logo da dominação masculina.

É por essas sendas que a maternidade se faz ver por filtros outros, sobre os quais: nem toda mulher deseja ser mãe; ausentam-se provas cruciais da subsistência de um amor materno de caráter inato em toda mulher pronto a se atualizar tão logo a maternidade se concretize; e dada a maternidade, nem toda mulher está apta a abnegar de si em prol dos interesses da criança a quem deu à luz. Tais postulados, ao se objetivarem efetivamente na vida de muitas mulheres, tendem a desnudar condutas classificadas como exceções patológicas, posto que se entrechocam com a lei natural, que concerne irrevogavelmente ao ser-mulher o estatuto ontológico de: ser uma boa mãe. Entrementes, devemos lembrar que não são as proposições que precedem a experiência, mas a experiência que precede as proposições. Nesse sentido, diante das diversas exceções à regra que se fazem ver dia após dia, “parece, portanto, que não há comportamento materno suficientemente unificado para que se possa falar de instinto ou atitude materna «em si»” (BADINTER, 1985, p. 14).

Em concordância com o aqui exposto, a Literatura também se faz ver como ambiência representativa da multiplicidade de identidades maternas que se fincam no mundo, lembrando-nos, sempre que possível, que ser-mãe é poder ser-várias. Interessante é notar que esta afirmação vai ao encontro dos estudos empreendidos por Lúcia Osana Zolin (2021), uma vez que o seu exame atento e minucioso de um corpus de romances brasileiros, revela que as te-

máticas familiares e amorosas em “40% deles, possibilitam, com muita frequência, a revisão e a atualização de estruturas de pensamento e de comportamento derivadas de ideologias opressoras, como a patriarcal, berço das hierarquias de gênero” (ZOLIN, 2021, p. 15).

É por essas sendas que a trama de *Suíte Tóquio*, de Giovana Madalosso, é atravessada por representações que se movimentam pendularmente - ora para a construção, ora para a desconstrução do ideário hegemônico de maternidade. Nesse sentido, os dois arcos narrativos que se interpõem são capazes de desnudar o mais íntimo de duas mulheres díspares, mas não menos que bem construídas tanto quanto bem perspectivadas pelo mundo que lhes sobrepuja. Se por um lado Fernanda é incapaz de se adaptar às expectativas objetivas da maternidade, utilizando-se de seu trabalho e de sua paixão por Yara como subterfúgios, por outro, Maju se veste da performance materna há muito esperada pelas mulheres, seja esta de devoção total de seu ser.

Sendo assim, ocupando o lugar de narradoras autodiegéticas, Fernanda e Maju têm muito a (d)enunciar sobre o vínculo maternal. A começar por Fernanda, uma produtora executiva workaholic de um canal de TV, que bem sabe que o peso de ser bem sucedida pode andar na contramão do cumprimento do papel de esposa e mãe. Afinal, o aceite para a ascensão profissional só lhe foi possível ao renegar a maternagem²:

A princípio eu disse não, porque sabia que, se

aceitasse, passaria a me reportar para Los Angeles, trabalhando no fuso daqui e de lá, e teria muito pouco tempo para a minha filha. Mas claro que não fiquei em paz com a decisão. Aquele era um cargo que eu queria e percebi que ser uma mãe frustrada era um péssimo negócio, porque eu acabaria transferindo todo o meu amargor para a minha filha. Era melhor passarmos menos horas juntas mas, como diriam os gurus pedagógicos, horas de qualidade (MADALOSSO, 2020, p. 26).

Se para muitos a maternidade é sagrada, visto que “mãe permanece, em nosso inconsciente coletivo, identificada a Maria, símbolo do indefectível amor oblato” (BADINTER, 1985, p. 8), Fernanda adquire uma conduta disruptiva, distante do que se espera da estrutura familiar, patrilinear da dominação masculina, que encontrará apogeu em seu movimento de fuga. Salta aos olhos, como o movimento de subversão da maternidade compreende cada passo de Fernanda, como se fosse uma pele da qual a personagem não pode se eximir. À protagonista compete demonstrar uma outra faceta do vínculo mãe-filha, que extrapola a concepção universal de conduta materna esperada, e para tanto resvala nas suas inúmeras faltas e ausências com Cora, a sua filha. Seja no esquecimento de um presente de aniversário, na impaciência de acompanhar a filha até a casa da amiga, na fuga para o Norte ou na dificuldade mesma de encarar as tarefas do dia a dia, ali onde a vida não pode esperar, a trama nos mostra que Fernanda jamais esteve apta - tampouco desejou - a se sacrificar a serviço da performance discursiva do papel de mãe. Nesse sentido, Nanda é uma mãe subversiva e transgressora, na medida que desconstrói todo o papel tradicional referente a uma identidade materna esperada. Aliás, cabe salientar que, abalando ainda mais expectativas sociais e corroborando a transvaloração dos valores apregoados ao feminino, Fernanda não só não performa a mãe ideal, bem como não assimila o papel hegemônico de esposa.

2 Utilizamos o termo maternagem em concordância com os estudos de Maria Collier de Mendonça (2021), a partir dos quais a preferência de tradução do termo “mothering” por “maternagem” se deve a melhor forma de elucidação das práticas maternas enquanto ações contínuas. Vale dizer que o termo em questão é muito profícuo na área da psicologia, sendo popularizado pelos estudos de Nancy Chodorow, para a qual a maternagem diz respeito ao conjunto de práticas das “boas mães” - sejam quaisquer indivíduos capazes de desprender cuidados e afetos para com determinada criança, independentemente do vínculo biológico em voga.

Na casa da executiva, os papéis tidos como escopo do feminino estão mais ligados ao Cacá do que a Fernanda. Ao marido competia as tarefas de casa e, em partes, a maternagem de Cora, visto que, como aduz Nanda, “Cacá tinha jeito para a vida doméstica, havia nascido para cuidar. Cuidar do que fosse, dos cactos, das nossas floreiras, da Cora, da minha mãe, dos nossos amigos, da reforma do apartamento, das nossas festas, da receita do jantar” (MADALOSSO, 2020, p. 42). Vale dizer ainda que o sustento familiar advinha, sobretudo, do fruto do trabalho de Fernanda, enquanto o marido, que “não dava muito certo em nenhum emprego” (MADALOSSO, 2020, p. 41), dedicava-se à fabricação artesanal de seus terrários, uma atividade de jardinagem prototípica do feminino.

A inversão de papéis de gênero ressoa aqui com uma multiplicidade de significados que não nos deve passar despercebida, visto que compete para a disrupção da maternidade de Fernanda. A começar pelo fato de que, se considerarmos que a visão androcêntrica se auto impõe como legítima e justificável, engendrando a ordem social a partir da afirmação de símbolos que delimitam de forma arbitrária os papéis de gênero, então as oposições de gênero e, consequentemente, o primado do masculino se daria mediante oposições mítico-rituais: alto/baixo, em cima/embaixo, seco/úmido, quente/frio (BOURDIEU, 2012, p 27). Essas classificações de habitus, tão bem exploradas por Bourdieu, compreendem as tensões entre masculino e feminino e consagram o lócus mesmo do homem ao lado do elevado e o da mulher ao lado do baixo. Daqui se segue que as funções exteriores e públicas estão para o masculino, enquanto as funções interiores e privadas ao feminino. Não para Fernanda e para Cacá.

Na contramão das divisões constitutivas da ordem social, temos Cacá e Fernanda. Em se tratando de Cacá, é notório a sua subversão à expectativa de performance de gênero, que lhe foi outorgada socialmente, afinal, o papel de provedor lhe é descabido. O marido está mais

suscetível ao contato com o baixo, em uma relação quase que profana com Gaia, ao cuidar com tanto afincos dos minis jardins e terrários, para os quais depreende muito de sua vida. Embora os seus afazeres da jardinagem não trouxessem tanto retorno material para a família, ainda assim nas palavras de Fernanda: “mantinha o meu marido em casa, tomando conta de tudo aquilo de que eu não conseguia tomar conta” (MADALOSSO, 2020, p. 42). No manejo da terra, Cacá ainda se mantém subversivamente em contato íntimo com o ambiente doméstico, posto ser o cuidador. Subversivamente, porque a casa há muito, como preconiza a tradição patriarcal, está ligada à esfera do 000003, o ambiente doméstico por excelência, restrito à presença da mulher. Bourdieu, ao discorrer sobre as expectativas objetivas, revela a estrutura social, sobre a qual as mulheres estão restritas ao ambiente familiar, considerando que a este fincam-se as disposições consideradas femininas, como se pretende a própria ordem social, embasada no princípio da dominação masculina. Dirá o estudioso:

Elas [as mulheres] estão inscritas na fisionomia do ambiente familiar, sob a forma de oposição entre o universo público, masculino, e os mundos privados, femininos, entre a praça pública (ou a rua, lugar de todos os perigos) e a casa (já foi inúmeras vezes observado que, na publicidade ou nos desenhos humorísticos, as mulheres estão, na maior parte do tempo, inseridas no espaço doméstico, à diferença dos homens, que raramente se vêem associados à casa e são quase sempre representados em lugares exóticos), entre os lugares destinados sobretudo aos homens, como os bares e os clubes do universo anglo-saxão, que, com seus couros, seus móveis pesados, angulosos e de cor escura, remetem a uma imagem de dureza e de rudeza viril, e os espaços ditos “femininos”, cujas cores suaves, bibelôs e rendas ou fitas falam de fragilidade e de frivolidade (BOURDIEU, 2012, p. 72).

Concerne ainda lembrar que a passagem

- 3 Do grego: casa; domínio particular. Aludido em oposição ao 00 000000 - domínio público.

do modelo tradicional para o modelo moderno de maternidade em que a mulher se define por infinitas possibilidades de ser e não somente por ser-mãe desaponta na sociedade industrial, em que as mulheres conquistaram maior ingresso ao mercado de trabalho (MOREIRA apud RESENDE, 2017, p.56). Dito isso, no contraponto do cumprimento de seu papel enquanto esposa, mãe e mulher, retificado por este Mercado de Bens Simbólicos, como denuncia o sociólogo, Fernanda se mantém alheia à ambiência doméstica, ficando-se do lado de fora, seja para trabalhar, para amar ou ainda para conhecer o mundo, e assim, faz valer a afirmação, sob a qual “à medida que as mulheres elevam o seu nível de instrução, podendo assim aspirar a situações profissionais interessantes, maior é o número das que optam por abandonar as tarefas domésticas” (BADINTER, 1985, p. 340). E aqui, o consenso das inversões de papéis entre marido e esposa atravessam todas as expectativas objetivas sociais, na gênese de novos valores disruptivos, já que na enunciação de Fernanda “eu trabalharia, ele cuidaria da casa, sairíamos uma vez por semana para dançar, viajaríamos duas vezes por ano, compraríamos o título de um clube” (MADALOSSO, 2020, p. 42).

O verniz que encobre as fraturas da relação matrimonial de Fernanda e Cacá compete ainda para outorgar à protagonista um novo status quo há muito restrito ao masculino - a possibilidade de desejar. Sacudindo as bases do patriarcado, fora de casa, é Fernanda que encontra uma fresta convidativa de enveredamento em uma relação extraconjugal homoafetiva. É nos braços de Yara, a diretora de cinema, que a mãe e esposa subversiva encontra a possibilidade de escapar do imperativo categórico que dita: “todo amor é um sacrifício”.

Fora de casa, no peso de uma vida profissional massiva e na leveza do amor livre, é mister que Nanda esteja também afastada dos sacrifícios que competem à maternidade, dos quais a maternagem passa a ser responsabilidade de Maju, a sua empregada. Na esteira de mulheres

que não performam o amor materno, tal qual cristalizado no seio de uma sociedade patriarcal, Nanda evidencia-nos a pluralidade de ser-mãe, revelando que a maternidade é menos um traço instintivo de toda e qualquer mulher e mais um construto social, que ora pode se apresentar peremptoriamente, ora pode se ausentar sem escrúpulos. Em seu caso, o seu amor por Cora, sua filha, é quase inexistente.

Maternidade em ruínas: Fernanda e o mito do amor materno

Ao longo da história, o amor materno foi tenazmente definido como uma espécie de instinto natural, posto de caráter inato, passível de ser compartilhado por todas as mulheres. Entretanto, é oportuno aludirmos a Badinter, buscando entender mais de perto que, longe de ser o amor espontâneo de toda mãe pelo filho, o amor materno é, na verdade, um mito.

Quanto a mim, estou convencida de que o amor materno existe desde a origem dos tempos, mas não penso que exista necessariamente em todas as mulheres, nem mesmo que a espécie só sobreviva graças a ele. Primeiro, qualquer pessoa que não a mãe (o pai, a ama, etc.) pode “maternar” uma criança. Segundo, não é só o amor que leva a mulher a cumprir seus “deveres maternos”. A moral, os valores sociais, ou religiosos, podem ser incitadores tão poderosos quanto o desejo da mãe. (BADINTER, 1985, p. 16)

Consoante ao pensamento de Badinter, embora seja fato que as crianças não possam sobreviver a partir da falta de atenção maternal, não se segue necessariamente que todas as mães são predeterminadas a oferecer o amor materno necessário para essa sobrevivência, afinal, “não parece existir nenhuma harmonia preestabelecida nem interação necessária entre as exigências da criança e as respostas da mãe” (BADINTER, 1985, p. 17). Não à toa, percebemos na própria perspectiva de Fernanda a falta de afeto materno e a ausência da capacidade de maternagem,

afinal, a protagonista bem sabe que, embora seja ela a mãe biológica de Cora, as “mães” da criança são Maju e o marido, como aduz em sua conversa com Cacá: “Eu só pari a Cora. Pra ser mãe, a pessoa tem que adotar o filho depois que ele nasce. A mãe dela é você. A Maju. Eram vocês que ficavam com ela” (MADALOSSO, 2020, p.190).

Concorre para a constatação de Fernanda, as acepções sobre a maternidade que compreendem a comunidade de Motherhood Studies na América do Norte, para qual a maternagem não se restringe às mães biológicas. Como esclarece-nos Maria Collier de Mendonça (2021, p. 60), o uso do termo “mães” realizado pela professora da School of Gender, Sexuality and Women’s Studies da Universidade de York, Andrea O’Reilly, refere-se a qualquer pessoa que pratica o exercício materno, sem discriminação de gênero e vínculo biológico com a criança ou adulto em questão, que precise de cuidados deste caráter. Segue daí que a maternagem de um indivíduo não é tarefa sine qua non de uma mulher, o que bem sabe Fernanda.

Destarte, ao se dar como uma mãe indiferente afetivamente à Cora, a protagonista é lançada contra a ideia mesma de um amor eternizado na natureza feminina, sob o qual “uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma mãe boa” (BADINTER, 1985, p. 14), ao mesmo tempo que é lançada contra as expectativas objetivas acerca do papel social que deveria desempenhar no seio do universo familiar. Contudo, cabe-nos lembrar que “ao contrário do reino animal, imerso na natureza e submetido ao seu determinismo, o humano — no caso, a mulher — é um ser histórico, o único vivente dotado da faculdade de simbolizar, o que o põe acima da esfera propriamente animal” (BADINTER, 1985, p. 14-15).

“Ninguém nasceu para ser nada” (MADALOSSO, 2020, p. 83) lembra Yara a Fernanda. No reino animal, as próprias expectativas morais sobre os seres podem ser subvertidas, afinal, se na Natureza nem toda fêmea é passiva,

então a passividade não poderia assim ser vista como uma especificidade das fêmeas, tampouco das mulheres. O que dizer das aranhas e escorpiões que matam o macho depois da cópula? E da louva-deus que sem escrúpulos mata o parceiro, como também come a cabeça dele? E das abelhas de Botsuana que desconhecem o recato e traem seus machos com outras abelhas? (MADALOSSO, 2020, pp. 83-84). Ao que sugere a narrativa, nem mesmo os animais estão passíveis de agir tal qual se espera de suas incumbências. E quanto à maternidade, seria ela também passível de subversão, de acordo com o próprio tecido narrativo? Entendamos:

Tem mães que matam os próprios filhotes.

Em que situação?

Que eu saiba, só quando não reconhecem os filhotes como seus. Ou

quando um é anômalo. Elas preferem alimentar os que têm mais chance de vida (MADALOSSO, 2020, p. 85).

Aqui, cabe-nos observações interessantes. Nos contornos representacionais de uma mãe subversiva, Madalosso lança-se sobre o reino animal nos arcos que compreendem a narrativa de Fernanda, buscando ali qualquer resquício de uma maternidade às avessas. No entanto, o malogro de uma representação de mães não-humanas como desprovidas de um aparente cuidado para com suas crias, só ratifica a concepção de que ao animal pode até competir o determinismo do instinto, no entanto, ao humano vigora a contingência do afeto. Não é o amor materno que faz a fêmea vincular-se de forma protetiva com a cria, mas a necessidade.

Destarte, a narrativa criada por Madalosso

é convidativa ao pensamento da (des)construção da maternidade. Ao abandonarmos a ideia de uma universalidade e necessidade do amor materno, como um instinto intrínseco ao ser-mulher, estaremos mais perto de compreender que “a contingência dos comportamentos e dos sentimentos é o seu fardo, mas também a única falha pela qual se exprime sua liberdade” (BADINTER, 1985, p. 15). Sendo assim, Fernanda, enquanto mãe, é subversiva, não porque se veste de uma performance que excede à lei natural, mas antes porque rememora em seu ser-mãe que o amor materno não é norma, mas contingência transpassada por inúmeros fatores de ordem psicossocial, e no limite, revela que ser mãe é poder ser de diferentes modos. Em concordância com as conclusões do estudo de Badinter:

Não encontramos nenhuma conduta universal e necessária da mãe. Ao contrário, constatamos a extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições ou frustrações. Como, então, não chegar à conclusão, mesmo que ela pareça cruel, de que o amor materno é apenas um sentimento e, como tal, essencialmente contingente? Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escapa ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É “adicional”. (BADINTER, 1985, p. 365)

Mas, vale-nos ainda a reflexão. Mesmo diante da aceitação da ausência da necessidade que imbrica-se ao afeto materno, “vemos sempre como uma aberração, ou um escândalo, a mãe que não ama seu filho” (BADINTER, 1985, p. 21). Armados dos mais brutais prejulgamentos, estamos sempre prontos a apedrejar performances que destoam de um amor devocional absoluto, indefectível. Ora, quem ousaria colocar em questão o amor absoluto de sua própria mãe? É por essas vias que os julgamentos sobre a ausência do amor devocional que tudo provê

de Fernanda para com Cora pode vir a sugerir a abertura de frestas para a aceitação da conduta criminosa de Maju, uma vez que o sequestro da criança pode não parecer tão alarmante perto da ausência do amor de uma mãe para com um filho, afinal, “aos olhos de muitos, não amar um filho é um crime inexplicável” (BADINTER, 1985, p. 12).

Nesse sentido, o “crime” de Fernanda é a transvaloração da performance materna cristalizada secularmente na relação entre mães e filhos/as na medida em que não abnega totalmente a sua vida em prol da de Cora. Não à toa, a imagem da maternidade para a protagonista se faz ver menos como uma realização plena de seu ser do que uma anulação de si. Nanda sempre está a esquiva da performance materna que lhe espera logo ali, ao virar a esquina de sua casa: “Sabe quantas vezes fiquei rodando em volta de casa pra chegar quando a Cora já estivesse dormindo? Sabe aonde eu levei a nossa filha passear na única vez em que matei o trabalho pra ficar com ela?” (MADALOSSO, 2020, p.190); no pensamento que lhe ocorria ignóbil “nesse momento eu também estava sentindo raiva dela. Um desejo que toda mãe já sentiu, de que o filho desapareça. Morra por alguns segundos” (MADALOSSO, 2020, p. 24); ou ainda no encontro a contragosto com outras mães:

Ter um filho era uma porrada tão forte que atirava cada uma num canto do ringue, com estrelas rodando em torno da cabeça. Sem saber mais quem eram, resvalavam em extremos. Ou se anulavam sexualmente ou seu desejo recrudescia. Ou mergulhavam no trabalho ou não sabiam mais o que fazer da vida, largando a carreira para tentar outros negócios ou viver crises existenciais que podiam durar anos. [...] Não é usual que as pessoas questionem tanto o comportamento das outras, não por motivos tão irrelevantes. Desqualificando o outro, atenuamos a sensação constante de estar sendo péssimas mães (MADALOSSO, 2020, p. 130).

O ápice da renúncia de Fernanda à per-

formance de maternidade hegemônica se dá no momento de sua “fuga” para uma aldeia afastada no Acre com Yara. Ali, a falta de comunicação com Cora e Cacá só acentua ainda mais que o elo inquebrantável entre mãe-filha/esposa-marido não era tão inquebrantável assim. É na experiência com a ayahuasca que Fernanda traz à memória a filha, depois de longo período sem demonstrar preocupação e saudade. Ao provar o chá divino, a protagonista sucumbe então com uma imagem simbólica de Cora em sua pequenez, inocência e inabilidade perante a vida:

Mas como alguém disse mais tarde, você pode até pedir resposta ou cura para alguma coisa, e pode até conseguir, mas quem decide mesmo o que precisa ser curado é o chá. E o chá me mostrou Cora. De olhos fechados, vi minha filha gigantesca, na frente de uma porta minúscula que ela tentava abrir mas não conseguia. Girava o trinco, olhava pelo buraco da fechadura, empurrava, e nada (MADALOSSO, 2020, pp. 118-119).

Fernanda demora para se dar conta de que sua filha foi raptada. Em verdade, a personagem busca uma série de justificativas para o desaparecimento repentino de Cora e Maju, seja um atraso inesperado ou ainda a ida das duas para o sítio de sua mãe. A figura que transparece maior preocupação perante o desaparecimento da filha é Cacá, desnudando mais uma vez aquela sua faceta mesma de cuidador, partindo dele a ideia de fazer o B.O. A partir daí, a narradora revive em memória mais uma vez o abismo intransponível que a separa de sua filha.

Aos poucos percebemos que o desaparecimento de Cora resvala uma espécie de expiação de Fernanda, reverberando na consciência da protagonista a instabilidade não só de seu vínculo com a filha, posto dela nada saber: “a quantidade de maiôs e biquínis da Cora é tão grande que não fazemos ideia se está faltando um. Com os óculos de natação, quase a mesma coisa” (MADALOSSO, 2020, p. 174), bem como a fragilidade de seu vínculo com a sua própria mãe, ao assistir uma briga por telefone

entre sua irmã e sua progenitora:

A típica relação mãe e filha, uma reclamando da outra, se frustrando com a outra, às vezes sentindo inveja da outra. E apesar de tudo, juntas. Os relacionamentos amorosos vão, a lua de mel com o filho homem esfria, mas mãe e filha seguem enganchadas, trocando farpas até o último suspiro, na relação mais difícil mas talvez mais bonita de todas (MADALOSSO, 2020, p. 176).

No entanto, a quebra de expectativas de uma purgação moral advinda de Fernanda se mostra quando a mesma grita em alto e bom tom que “se o sumiço da Cora foi uma liçãozinha moralista, saiba que não funcionou. Não me arrependo de nada que fiz, tá ouvindo?” (MADALOSSO, 2020, p. 191), seguido ainda da mensagem que envia a amante “se a Cora nunca mais aparecer, vou largar tudo pra ficar com você” (MADALOSSO, 2020, p. 199). E assim, Fernanda se revela a representação morde que o amor materno não é espontâneo e nem toda mãe tem a pulsão irresistível a se ocupar do filho (BADINTER, 1985, p. 10).

A maternagem de Maju e sua determinação socioeconômica

Na contramão da trajetória de Nanda, no cantinho da vida, existe Maju, a empregada doméstica. Nascida no interior do Paraná, em Mandaguaçu, ficamos sabendo que Maju foi criada com a avó Brígida, a qual antes da morte arrumou uma casa de uma família paulista para a neta trabalhar. Ao se mudar para a Paulicéia Desvairada, Maju conhece o taxista Lauro, pelo qual se apaixona, e aqui já temos alguns indícios da performance de gênero que a protagonista passará a desempenhar, ao menos enquanto esposa, performance essa que se distancia daquela performada pela patroa.

Em uma das cenas da trama, temos Maju na cozinha ao lado de Lauro em uma cumplicidade matrimonial, ao passo em que preparam a

Ele adorava escolher o que ia fazer pro almoço, gostava de peixe, acho que lembrava da mãe, me ensinou a descamar de um jeito que eu não sabia, ficávamos os dois virados pra pia, cada um com uma faca limpando, às vezes um cotovelo esbarrava no outro e a gente ria (MADALOSSO, 2020, p. 35)⁴.

Diferente da relação que Fernanda nutre com Cacá, seja esta de subversão dos papéis de gênero, percebemos que a relação de Maju e Lauro se dá de forma quase que horizontalizada. Embora não pudessem escapar da estrutura de dominação masculina, Maju se vê sujeita a trabalhar na casa de Fernanda ao passo que Lauro mantém a sua rotina de taxista para subsidiar a casa em que vivem, na qual se relacionam de igual para igual. É nesse passo que Maju protagoniza e dá vida a um outro arco narrativo em que revela toda a sua história como uma das integrantes do “exército branco”, termo cunhado pela patroa para designar todas as empregadas que frequentava a praça do nobre bairro com seus uniformes brancos a cuidar dos bebês e crianças que não eram seus. A necessidade propulsiona Maju à profissão de doméstica e a se doar em devoção total à Cora, a filha de sua patroa. Cora não era filha de Maju, ao menos não biológica, afinal, a empregada em questão nutria um amor quase que divino pela criança, sacrificando-lhe a vida para a sua maternagem.

Sacrificando, posto que ao longo da narrativa

4 É interessante observar como a construção deste retrato familiar feito pela pena de Madalosso nos traz à memória o poema Casamento, de Adélia Prado, no qual se lê um eu-lírico feminino, que encontra prazer e realização no ato cotidiano de descamar um peixe ao lado do parceiro. A mesma preocupação com a ambiência cotidiana demarcada pela rotina da relação matrimonial, elevada ao marulhoso, marca recorrentemente os poemas de Adélia Prado, é vista aqui. Em verdade, todo o arco narrativo de Maju demonstra o quanto o corriqueiro transpassa a personagem, ratificando a sua objetividade, simplicidade e, consequentemente, o seu lugar social.

descobrimos que o sonho de Maju sempre foi gerar um filho. Sonho este que quase se concretizou ao conhecer Lauro. No entanto, ao lhe ser delegado os cuidados de Cora, Maju vê a sua vida percorrendo outros caminhos. Doméstica e também babá, a protagonista ocuparia o papel de segunda mãe, cuja função era prototípica dentro das famílias burguesas, papel este ocupado em outrora pelas amas de leite e amas secas, que alimentavam, cuidavam, lavavam etc (BADINTER, 1985, p. 229). Aqui, cabe-nos um olhar mais analítico, afinal, os mesmos olhos dos moralistas e rousseauianos ávidos a julgarem as amas como ditadoras também julgavam as mães que delegaram, graças aos recursos financeiros, a uma outra o papel intrínseco a sua natureza mesma. Sob esse olhar decrépito, mas que por vezes se atualiza, Fernanda e Maju seriam mulheres disfuncionais e enjeitadas, no entanto, Badinter nos provoca a reflexão:

O retrato é exagerado e provavelmente injusto em relação a grande parte das amas. Várias delas apegavam-se muito às crianças que amamentavam e recusavam-se a voltar para casa a fim de ficar junto delas. Mais ligadas a essas crianças do que aos próprios filhos, pode nos surpreender que preferiam viver numa casa burguesa, onde a existência lhes é mais suave do que em sua própria casa? Com o tempo, a família de adoção transforma-se na sua verdadeira família (BADINTER, 1985, p. 232).

Eis o quadro que retrata a vida de Maju na casa de Fernanda, mas possamos ir além em nossa problematização. Quanto custa uma vida? Para Maju, três salários mínimos, um dia de visita íntima e uma Suíte Tóquio - um quarto de empregada diminuto e descolado. Em troca: o seu grande amor e o sonho de ser mãe. Não é como se a doméstica pudesse dizer não. A ambiência catatônica de medo da narrativa nos apura os fatos: Maju, como muitas das suas, temia perder seu emprego.

Aliás, não nos deve escapar a ideia de que a maternidade se faz ver menos bela quando se

tem a naturalização de jornadas duplas e triplas de trabalho, as quais as mulheres frequentemente precisam se submeter para manterem-se a si e aos seus/suas com dignidade ou ainda na promessa vaga de conseguirem um futuro digno para os/as filhos/filhas que possuem ou prospectam. Maju sabia que ao se manter em inteireza para a família de Fernanda, era de sua potencial família que se afastava, de modo que o abandono de Lauro, embora doloroso, não lhe teria soado com total surpresa.

Como enuncia o sociólogo Zygmunt Bauman (2004), ter filhos se mostra angustiante devido aos custos emocionais em jogo, além dos sacrifícios profissionais aos quais as mulheres estão sujeitas. Dito isso, não é de se surpreender que “numa época de empregos instáveis, essa decisão torna-se uma fonte de ansiedade e medo” (MENDONÇA, 2021, p.58). Segue daí que ao lado da consciência de Maju perante a impossibilidade de ter um bebê, posto o “aceite” da rotina ostensiva de trabalho, Madalosso ainda alumia a figura de uma outra mulher mais que consciente de que a maternidade poderia custar-lhe o seu ganha pão. Neide, amiga da doméstica, ao saber da gravidez indesejada, bem sabia que “a dona Andreia não ia aceitar mais um filho dela dentro de casa. Ela teria que arrumar outro emprego, ir morar no Capão, deixar alguma vizinha olhando os filhos” (MADALOSSO, 2020, p. 47). E como se ainda pudesse sentir os lampejos de sua vida ao aceitar a maternidade novamente, a empregada sentia o peso de pensar em sua filha de oito anos cuidando de seu irmão, sem prospecção alguma de um futuro sólido. Vítima da estrutura de dominação masculina, Neide escondeu a gravidez da patroa o quanto pôde, deu a luz sozinha na área de serviço, colocou o bebê em uma sacola e deixou-o em um arbusto. Foi presa em uma manhã na rua Rio de Janeiro, chamada de desnaturada enquanto pensava no pai de sua criança jogando Sudoku.

Na contramão do abandono de Neide, temos o rapto de uma criança realizado por Maju.

É notório que Maju ansiava pela maternidade, no entanto, perante as condições sociais que lhe eram impostas, a empregada sabia que ser mãe biológica não se concretizaria. Soma-se ainda o fato de que Maju pressentia que seria mandada embora, devido uma conversa que escutou entre Cacá e Fernanda, o que poderia levá-la a nunca mais ver a criança pela qual entregou a sua vida. Daí o sequestro de Cora. A lógica era simples e clara, se foi ela a maternar Corinha desde cedo, sabendo de todos os passos, anseios e gostos da garota, porque não ser ela a mãe? Se foi ela mesma capaz de amar aquela criança mais do que a si própria, em abnegação total de seu ser, então o rapto faria sentido, ao menos perante a moral que lhe impunha o sacrifício.

É-nos claro e evidente a construção do amor e o exercício de práticas maternas que Maju dispõe por Cora ao longo da narrativa, seja pelo cuidado ou pelo apelido carinhoso que evoca sempre que pode chamar a menina - minha picochuca. No entanto, há uma consciência malsã em Maju que entrevê o desamparo do intransponível. Entre um ônibus lotado, o palmilhar debaixo do sol quente, a pernoite em um motel barato e a falta de dinheiro, Maju se dá conta de que nem mesmo o amor materno que nutre pela criança é o suficiente para maternar Cora, ao menos não como gostaria.

Não tenho família, não tenho viço pra dar padrasto pra Cora, não tenho mais óvulo pra dar irmão. Se eu abotoo o paletó, ela vai parar num orfanato ou acabar sendo sirigaita ou doméstica de alguém. Vai ser uma mulher num casulo. Um bicho-da-seda que pode secar dentro da casca que ninguém vai perceber. É isso que você quer pra essa menina, que ela seja que nem..., penso, e olho pra cima, pra minha piaçava atçada pelo suor. Se a Cora ainda fosse um bebê que eu peguei na rua que nem o filho da Neide, mas não, ela tem família, e uma gente que vai dar pra ela tudo que eu nunca vou poder (MADALOSSO, 2020, p. 138).

Se, por um lado, a representação de

Maju, enquanto empregada doméstica demandada a maternar Cora, embasa-se nos alicerces de uma maternidade consolidada pela lógica do patriarcado, afinal, salta os olhos a sua cuidadoria devocional, por outro, as relações de trabalho e o baixo poder econômico são condicionantes para a consciência de Maju frente o abismo que a separa de Cora - seja por não ser a sua progenitora e sim sua empregada - justificando assim a sua atitude reparadora de devolução da criança à sua mãe biológica. Dito isso, é a fronteira mesma das relações de ordem social e econômica que parece distanciar Fernanda e Maju, competindo para a construção das múltiplas perspectivas das protagonistas sobre a maternidade - ora como sacrifício, ora como prazer.

Maju quer a maternidade e é no exercício de sua maternagem para com Cora que percebemos a representação de uma das possibilidades do amor materno, que independe de qualquer vínculo biológico parental, mesmo que a protagonista seja levada a distanciar-se da criança devido a forças econômicas, cujas disposições projetivas se fazem em múltiplas direções. Contudo, é no movimento de afastamento de Fernanda de sua casa, de seu casamento e de sua filha que notamos a maternidade subversiva e disruptiva, que se prostra contra um conjunto de expectativas construídas socialmente, lançadas sobre as mulheres. É por essas sendas que se abrem solos férteis para discussões e questionamentos das estruturas simbólicas que se pretendem predizer e validar as múltiplas identidades femininas.

Considerações finais

Salientamos que o presente exposto nunca se valeu do objetivo de considerar como enjeitadas performances que estejam próximas da maternidade institucionalizada, se assim o fosse, pré-julgaríamos as condutas de Maju, o que aqui não ocorre. Antes, vislumbrar na Literatura as múltiplas representações identitárias que tangem o ser-mulher e o ser-mãe é retirar da estei-

ra da “aberração”, “anomalia”, “anaturalidade” performances que destoam da Ideia hegemônica que aduz que “toda e qualquer mulher nasceu para ser mãe”. É questionar todo postulado que se pretende lei natural, embora construção social contingente, ambivalente e arbitrária. É lançar à luz, como supracitado, que ser-mulher é poder ser-várias.

Consoante a isso, a narrativa de Suíte Tóquio, de Madalosso, convida-nos a repensar a maternidade enquanto inerente à natureza feminina, posto ser vista como limitadora e um sacrifício. Não à toa, Fernanda, embora se coloque tão subversiva à conduta que lhe é esperada, posto mãe, questiona-se exaustivamente sobre a suas condutas transgressoras - seja pela falta de abnegação ou ainda por escolher o trabalho em detrimento da maternagem. A culpa secular que lhe apregoa é forte o suficiente para fazê-la se questionar, ao desaparecimento de Cora, sobre a sua própria moralidade. Seria ela uma “mãe má”, visto não ser capaz de desenvolver o amor materno, tampouco querer se empreender no exercício da maternidade? Além disso, concorre para a performance subversiva de Fernanda a ideia de que a maternagem não deve ser incumbência única e exclusiva da progenitora, dela decorrendo necessariamente, afinal, a própria construção narrativa nos demonstra que mais do que Nanda, Cacá e a empregada da família é que estão para as práticas maternas de Cora. Por outro lado, ao nos debruçarmos sobre o arco narrativo de Maju, questões outras se fazem ver como propícias às reflexões sobre o ideário materno. Seja a construção do amor materno para além dos laços biológicos ou ainda as relações de trabalho que engendram de forma determinante as deliberações da protagonista em questão, tais como a abnegação de si e o rapto de uma criança.

E assim, sob novos contornos, a maternidade em Suíte Tóquio se deixa ver como um construto socioeconômico, no qual múltiplas performances ecoam, seja na espregueira da subversão ou da manutenção do estado das coisas, mas sempre

a corroborar o entendimento mesmo de que as trajetórias que compreendem Fernanda e Maju, nos dois arcos narrativos que se fazem ler, desnudam a vulnerabilidade que imbrica-se à conduta materna tradicional, sob a qual se pretende a falácia da maternidade natural.

Referências bibliográficas

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. Amor líquido. Sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Trad. Maria Helena Kühner. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MADALOSSO, Giovana. Suíte Tóquio. São Paulo: Todavia, 2020.

MENDONÇA, Maria Collier de. Maternidade e maternagem: os assuntos pendentes do feminismo. In: Maternidades e maternagens: representações e contestações. Revista Ártemis, vol. 31 nº 1; jan-jun, 2021. pp. 56-72. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/54296/33750>>. Acesso em: 05 mai. 2022.

RESENDE, Deborah Kopke. As construções da maternidade do período colonial à atualidade: uma breve revisão bibliográfica. In: Dossiê Diálogos entre Antropologia e Arqueologia: contribuições e desafios. Revista Três Pontos, vol. 14 nº 1; 2017. pp. 50-59. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/15232>>. Acesso em: 05 mai. 2022.

ZOLIN, Lúcia Osana. Elas escrevem sobre o

quê?: Temáticas do romance brasileiro contemporâneo de autoria feminina. In: Interdisciplinar, São Cristóvão, UFS, v. 35, jan-jun, p. 13-40, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/56639/33770>>. Acesso em: 05 mai. 2022.

Submissão: maio de 2022.

Aceite: julho de 2022.

LETRAMENTO LITERÁRIO DE PROFESSORAS DE LÍNGUA PORTUGUESA NA FORMAÇÃO CONTINUADA

Antônia Maria Medeiros da Cruz¹

Lúcia de Fátima Santos²

RESUMO: O presente texto é um recorte de uma pesquisa de doutorado³ já concluída, que teve como objetivo geral contribuir para a reflexão e a formação literária de professoras, visando subsidiá-las nos desafios postos para a prática do letramento literário do educando. Os dados foram coletados em seis oficinas, utilizando-se da Dupla Conceitualização, metodologia que permite discussões sobre o modo como construir conhecimentos sobre o objeto de ensino e as condições didáticas para ensiná-lo (LERNER, 2002). Fundamentamos a análise em discussões de Street (1984, 2010), Soares (2002, 2012), Kleiman (2006, 2007), Cosson (2014), entre outros. O trabalho desenvolvido nas oficinas aprofundou o estudo das teorias sobre letramento literário; propiciou às professoras uma experiência estética através da leitura literária e da elaboração de Sequências Expandidas de Leitura (COSSON, 2014).

PALAVRAS-CHAVE: Letramento literário; Formação continuada; Professoras de Língua Portuguesa; Sequência expandida de leitura.

LITERARY LITERACY OF PORTUGUESE LANGUAGE TEACHERS IN CONTINUING EDUCATION

ABSTRACT: This text is an excerpt of a doctoral research already completed, which had as general objective to contribute to the reflection and literary formation of teachers, aiming to support them in the challenges posed to the practice of the student's literary literacy. Data were collected in six workshops, using Double Conceptualization, a methodology that allows discussions on how to build knowledge about the teaching object and the didactic conditions to teach it (LERNER, 2002). We base the analysis on discussions by Street (1984, 2010), Soares (2002, 2012), Kleiman (2006, 2007), Cosson (2014), among others. The work developed in the workshops deepened the study of theories on literary literacy; provided the teachers with an aesthetic experience through

1 Doutora em Linguística- SEDUC-PE-medeiros_cruz@hotmail.com - <http://lattes.cnpq.br/1320518341830555>

2 Doutora em Linguística- UFAL- lfsmar@hotmail.com - <http://lattes.cnpq.br/3235342037177115>

3 A pesquisa de doutorado intitulada "Letramento literário do professor de Língua Portuguesa: articulações entre saberes e práticas na formação continuada, no sertão de Pernambuco", foi defendida no PPGLL/UFAL, 2021, por Antônia Maria Medeiros da Cruz.

literary reading and the elaboration of Expanded Reading Sequences (COSSON, 2014).

KEYWORDS: Literary literacy; Continuing education; Portuguese Language Teachers; Expanded reading string.

Introdução

A educação contemporânea apresenta grandes desafios e, muitas vezes, contribui para que os/as professores/as sintam-se inseguros/as e insatisfeitos/as frente a eles. Nesse sentido, é imprescindível o trabalho ininterrupto de formação. Mello (2000) afirma que a formação contínua do professor é um caminho possível para a melhoria da qualidade do ensino, uma tentativa de aperfeiçoar o trabalho docente. Desse modo, a formação continuada é uma necessidade para que o professor cresça tanto pessoal como profissionalmente, precisa acontecer em consonância com os objetivos e as condições de trabalho do/a professor/a.

Nesse contexto, defendemos que a Dupla Conceitualização, estratégia que permite dois aprendizados: sobre o objeto de ensino e sobre as condições didáticas para ensiná-lo (LERNER, 2002), oportuniza a reflexão e integração entre teoria e prática, possibilitando repensar o que foi aprendido e vivenciado em relação ao trabalho com o texto literário. A formação continuada, de acordo com a perspectiva da Dupla Conceitualização, pode contribuir com o aperfeiçoamento do trabalho docente na prática com o texto literário, pois propicia que os/as professores/as revisitem seus fazeres, revejam suas práticas e ações, aperfeiçoando-as.

Sob essa perspectiva, apresentamos neste texto um recorte com adaptações de uma pesquisa de doutorado já concluída que teve como objetivo geral contribuir para reflexão e a formação literária dos professores, visando subsidiá-los a atuar com maior conhecimento, segurança e compreensão, os desafios postos para a prática do letramento literário do/a educando/a.

Dos dados que foram produzidos no decorrer da pesquisa em seis oficinas, realizadas com quatro professoras de duas escolas públicas do sertão de Pernambuco, utilizando-se da estratégia da Dupla Conceitualização na formação continuada, propomos análises acerca da realização da primeira oficina. Essa oficina aprofundou o estudo das teorias sobre letramento literário e propiciou às professoras uma experiência estética através da leitura literária e participação em uma Sequência Expandida de Leitura (COSSON, 2012).

A formação literária do/a professor/a na prática docente

O trabalho com o texto literário sob a perspectiva do letramento exige uma reorientação da configuração do processo didático e metodológico tradicionalmente usado nas escolas da educação básica, nas quais a função do aluno limita-se, em geral, à decodificação e repetição de ideias do texto. Sob a perspectiva do letramento literário, o trabalho pauta-se numa abordagem crítica e reflexiva. Nesse sentido, a leitura do texto literário implica a necessidade de realização de práticas letradas que expandam o universo de professores/as e alunos/as em relação a diferentes gêneros. Segundo Rojo (2008), é preciso ampliar e democratizar as práticas e eventos de letramento que têm lugar na escola. Logo, o letramento escolar, apenas voltado para as práticas de leitura e escrita de textos em gêneros escolares (anotações, resumos, resenhas, ensaios, dissertações, descrições, narrações e relatos, exercícios, instruções, questionários, dentre outros) e para a poucos gêneros escolarizados advindos de outras esferas (literária, jornalística, publicitária) não será suficiente para os letramentos (ROJO, 2008). Para isso, são importantes as alterações que o/a professor/a concretize nas orientações adotadas nas práticas de sala de aula, modificando e ampliando a formação continuada.

Para Nóvoa (1991), a formação conti-

nuada precisa ter como base uma reflexão na prática e sobre a prática, através de dinâmicas de investigação-ação e de investigação-formação, valorizando os saberes dos/as professores/as. Kleiman (2007) destaca que a atitude do/a professor/a que se percebe em um processo que é contínuo e que aprende com seus/suas alunos/as é de suma importância, pois, para que o/a professor/a possa agir assim um dia em sua prática, precisa hoje, no processo de formação, proporcionar maneiras de diversificar os saberes para aperfeiçoar a prática. Compreendemos que o processo de aprendizagem na prática do letramento torna-se um desafio para o/a professor/a que problematiza suas ações docentes no sentido de promover a construção de saberes, pois ensinar, na perspectiva do letramento, requer repensar conteúdos e buscar desenvolver uma proposta adequada visando minimizar os obstáculos da aprendizagem.

Conforme Kleiman (2007), assumir o letramento como objetivo do ensino implica adotar uma concepção social da escrita em oposição a uma concepção tradicional que considera a aprendizagem de leitura como a aprendizagem de competências e habilidades individuais. Isto é, os estudos de letramento partem de uma concepção de leitura e de escrita como práticas discursivas e inseparáveis dos contextos em que se desenvolvem. Ao contrário, na abordagem tradicional, segundo Faria (1995), há uma distância entre os currículos escolares para a literatura e os sujeitos-alvo deste currículo, isto é, os/as próprios/as leitores/as-alunos/as. Muitas vezes a leitura literária é realizada por imposição do/a professor/a, sem levar em conta as tendências pessoais dos/as alunos/as, suas preferências e expectativas (FARIA, 1995).

Esse quadro, constatado há mais de 20 anos, continua atual no cenário educacional, uma vez que, via de regra, aos/as alunos/as não é apresentada a possibilidade de consulta na construção dos currículos e seleção das leituras literárias na escola. Para Faria (1995), quando as obras são efetivamente lidas na escola, ainda

assim, os/as adolescentes não têm espaço para expressar suas opiniões pessoais a respeito das leituras, uma vez que os/as professores/as costumam aplicar questionários padronizados e fechados, iguais para toda a turma, e passíveis de verificação rápida em termos de “certo” e “errado”. Cereja (2005) reitera a posição de Faria (1995) ao afirmar que atividades focadas em identificação de gêneros e traços de escolas literárias aniquilam o poder de exploração dos muitos potenciais do texto literário, texto esse que, paradoxalmente, ocupa um lugar periférico na própria aula de literatura.

Nesse contexto, Lopes, Costa e Sampaio (2011) criticam o trabalho com o texto literário que visa apenas ao domínio da historicização e sugerem levar aos/as discentes as práticas sociais de leitura, partindo do texto literário. Segundo elas, “para que este letramento chegue às escolas, principais responsáveis pela formação de leitores, é necessário que os/as professores/as de literatura estejam nessa mesma sintonia e conhecimento na junção de teoria e prática, no exercício de sua profissão” (LOPES, COSTA E SAMPAIO, 2011, p.64). Nesse sentido, Silva (2006) afirma que a ausência de conhecimentos teóricos e práticas de leitura cooperam para que a literatura continue estigmatizada como objeto artístico de entendimento complexo. Acrescenta ainda que as práticas pedagógicas nas quais os/as docentes desconsideram o conhecimento prévio do/a aluno/a e suas expectativas de leituras, sem levar em conta também as formas de trabalho com o texto literário, estão fundamentadas no tradicionalismo.

Para Nemirovsky (2012), especialista argentina que atuou durante 45 anos com formação docente para o ensino da linguagem escrita, é preciso mais, é fundamental aprofundar o vínculo que os/as professores/as têm com esse objeto peculiar, com essa ação social particular que chamamos ler. Isso porque, ressalta a pesquisadora, é muito difícil um/a professor/a trabalhar com um conhecimento ao qual não teve acesso. Afirma ser paradoxal esperar que o/a professor/a

tenha o domínio da leitura quando sabemos que, em geral, a escola que frequentou desde a Educação Infantil até a faculdade não o/a ajudou a adquirir esse conhecimento.

Para o/a professor/a alterar a forma de atuação no trabalho com leitura, faz-se necessário uma transição gradual, fundamentada nas necessidades de cada aluno/a, observando o desenvolvimento da aprendizagem e, a partir daí, propor mudanças para cada atividade realizada. Dessa forma, o/a professor/a poderá não se limitar à pedagogia que orienta o trabalho docente nas escolas, que tem no livro didático o seu sustentáculo maior; e que a voz e a autoridade do/a professor/a, segundo Silva (2011), são sublimadas em decorrência de uma tradição que estabelece a escolha e a adoção de pacotes impressos ou audiovisuais a partir da mecânica do simples repasse de informações. Desse modo, a convivência prazerosa e produtiva com várias obras é, muitas vezes, substituída por um esquema redutor de leitura, chegando a destruir possíveis vontades ou curiosidades dos/a leitores/as durante a fase da escolarização.

De acordo com Zilberman (2006), a decisão de mudar o trabalho com o texto literário implica algumas opções por parte do/a professor/a, delimitadas, de um lado, pela escolha do texto e, de outro, pela adequação do texto com os interesses do leitor. Dessa maneira, as fronteiras se estendem da valorização da obra literária à relevância dada ao procedimento da leitura. Portanto, entendemos que decisão como essa deve ser tomado por um/a professor/a que tenha conhecimento de textos literários, porque não é possível fazer escolhas sem uma experiências efetivas como leitor/a.

Em relação aos momentos específicos para trabalhar a leitura com os/as professores/as, Nemirovsky (2011) sugere que não é preciso dedicar um período ou uma etapa própria para isso. Ela acredita que é possível, ao mesmo tempo em que se oferecem as orientações didáticas para ensinar, organizar também os processos que permitem melhorar a interação do grupo com a

leitura. As posições dessa autora dialogam com a proposta de Lerner (2002) acerca da Dupla Conceitualização, abordagem teórico-metodológica que adotamos para subsidiar o trabalho de formação continuada das professoras na pesquisa que realizamos.

Dupla Conceitualização: caminhos para prática docente reflexiva na formação continuada

A formação do/a professor/a deve ser entendida como um processo sujeito a reformulações ao longo do percurso, sempre que for necessário adequar-se às mudanças. Discutir com os/as professores/as em formação que eles/as são responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento já é uma forma de orientá-los à reflexão, continuamente, na prática pedagógica. Como afirma Santos (2015, p.5), qualquer proposta de “contribuições e/ou alterações nas práticas de ensino precisa reconhecer “a participação dos professores como sujeitos singulares, ativos e táticos.”

O/a professor/a não deve ser visto/a como um/a profissional que precisa ser treinado para desempenhar certo tipo de comportamento, mas sim por uma visão de docência que entende as razões e racionalidades associadas com as diferentes práticas e em condições nas quais o/a professor/a possa tomar decisões coerentes sobre o que fazer, com base em objetivos educacionais construídos com a participação dele/a, dentro do contexto em que trabalham, considerando as necessidades de aprendizagem dos/as alunos/as. Esse enfoque se contrapõe à a visão dos/as professores/as como técnicos/as que meramente operacionalizam o que outras pessoas que estão fora da sala de aula planejam.

No que se refere à formação continuada dos/as docentes, a Dupla Conceitualização, orientação que pode ser utilizada pelo professor/a-formador/a, para que os/as docentes construam conhecimento sobre um conteúdo e também sobre as condições didáticas necessárias para ensiná-lo, é um caminho para formação de

professores/as. Essa metodologia surgiu dentro da didática da Matemática, e os programas de formação mais atualizados estão fundamentalmente apoiados nesse tipo de intervenção, conforme explica a educadora argentina Lerner (2002).

Outras áreas também começaram a usar essa metodologia, com destaque para Leitura e Escrita, na década de 1990. Portanto, a utilização da Dupla Conceitualização como metodologia pode contribuir para a formação teórico-prática do/a professor/a, a partir das condições de trabalho e concepções adotadas pelo corpo docente de cada escola, proporcionado, assim, aos/as professores/as uma reflexão sobre conhecimentos construídos com a experiência e a formação inicial, por meio da sistematização do que ocorre em sala de aula.

A Dupla Conceitualização, conforme Lerner (2002), envolve duas etapas principais. Primeiramente, o formador apresenta uma atividade desafiadora para os/as professores/as. O objetivo é vivenciar a situação de aprendizagem e identificar os conhecimentos que estão em jogo para ensinar determinado conteúdo. Na segunda etapa, o/a formador/a discute possibilidades de aplicação de determinado conteúdo a partir das respostas apresentadas pelo grupo. Desse modo, abre-se uma discussão sobre as condições proporcionadas para realizar tal aplicação, a maneira como foi feito o planejamento, as intervenções do/a coordenador/a de cada escola e as indicações de cada professor/a sobre como ensinar determinado conteúdo. Para isso, elaboram um plano de aula ou uma sequência didática em correspondência com a perspectiva discutida.

Utilizar essa alternativa em contextos em que os/as professores demonstram desconhecimento e/ou insegurança sobre determinados conteúdos pode contribuir bastante para a formação do/a professor/a. Nessa perspectiva, no âmbito da pesquisa realizada, propomos essa metodologia e colocamos as professoras em contato com as discussões teóricas atuais sobre

letramento literário nas oficinas de formação, visando contribuir para as mudanças que se fazem urgentes para a melhoria de ações pedagógicas na escola que promovessem o trabalho com o texto literário. Assim, no processo de formação⁴ que planejamos, as professoras-participantes da pesquisa elaboraram Sequências Expandidas de Leitura para aplicá-las em suas turmas. Optamos pela estratégia da Dupla Conceitualização ao detectarmos que os docentes têm dificuldade em trabalhar com o texto literário, com vistas a repensar sobre o papel do/a professor/a no processo de letramento literário do aluno. Assim, no espaço da formação continuada algumas questões foram suscitadas: como preparar uma aula que favoreça o letramento literário? O que fazer quando os/as alunos/as não gostam de ler? Como obter a participação de todos/as? Quais desafios o/a docente pode propor para que os/as alunos/as queiram ler? Quais são as condições didáticas para que essa atividade aconteça? Como propor a interpretação de uma história?

Nesse contexto, acreditamos que a formação continuada na perspectiva da Dupla Conceitualização requer uma mudança no trabalho docente, pois sugere uma capacidade de análise, um debruçar-se sobre o objeto de estudo em questão, sobre o fazer pedagógico, investigando, indagando, suscitando perguntas, problematizações. A atualização da prática pedagógica pressupõe um (re)fazer constante dos saberes para enfrentamento dos desafios da realidade na qual o/a docente está inserido/a, visando sempre à aprendizagem dos alunos.

Em uma das etapas da pesquisa que desenvolvemos (janeiro a junho de 2019), foram realizadas, mensalmente, oficinas com as professoras. No total, foram concluídas seis oficinas. As atividades de cada uma das oficinas propiciaram discussões sobre o processo de apropriação das novas teorias e métodos sobre o traba-

⁴ A formação foi ministrada pela pesquisadora enquanto cursava o doutorado. Ela é também professora da rede estadual de ensino das escolas onde a formação foi realizada.

lho com leitura, e ainda favoreceu a produção de material (Sequências Expandidas de Leitura) para aplicação no contexto da sala de aula, contribuindo para melhorias na formação das professoras de Língua Portuguesa, no trabalho com a leitura literária.

Na primeira oficina, a pesquisadora realizou uma Sequência Expandida de leitura do texto literário com as professoras. O primeiro encontro de formação continuada com as professoras teve como objetivo refletir sobre letramento no contexto escolar. A pesquisadora-formadora, a partir de apresentação em slides, em uma explicação-dialogada, propôs uma discussão sobre letramento literário. Esse primeiro momento propiciou bastante interação entre as professoras, por trazer questões novas e desconhecidas em suas vivências profissionais.

O livro *Letramento literário: teoria e prática*, de Cosson (2012) embasou as discussões desse momento inicial. Pedimos às professoras que se organizassem em dois grupos. O primeiro grupo fez a leitura e apresentação dos capítulos que se referem a pressupostos, o valor social e escolarização da literatura. O segundo grupo leu e discutiu os capítulos referentes a práticas do letramento literário, em sala de aula, com exemplos de uma Sequência Expandida de Leitura. Após as leituras, cada grupo realizou a socialização.

Em um dos momentos da formação, visando favorecer a experiência estética do professor de Língua Portuguesa através da leitura literária, ao mesmo tempo em que proporcionamos o acesso a umas das formas de abordar o texto literário, estimulando o pensamento para novas práticas, aplicamos uma Sequência Expandida de Leitura com o conto *O tesouro no quintal*, de Moacyr Scliar. A sequência foi previamente elaborada pela pesquisadora-formadora e tinha o objetivo de as professoras participarem assumindo o papel de alunas.

Seguindo os passos da Sequência Expandida de Leitura (COSSON, 2012), desenvolvemos e aplicamos a sequência da seguinte forma:

para motivação, entregamos às professoras uma caixa semelhante à de um tesouro para ser passada de mão em mão, fazendo perguntas como: qual o maior tesouro que você tem na vida atualmente? Que outro tesouro você gostaria de encontrar na vida? Que tesouro vocês imaginam que eu guardo na minha caixinha? Em seguida, mencionamos que faríamos a leitura do conto “O tesouro no quintal”, escrito por Moacyr Scliar, apresentamos algumas informações sobre a história de vida do autor e dissemos que o conto fala de uma grande família, o pai, a mãe e cinco filhos, que eram muito pobres. Assim, buscamos instigar nas professoras a curiosidade, fazendo questionamentos: será que existe mesmo um tesouro no quintal e eles não sabem? Que tesouro será esse? Finalmente, foi realizada a leitura do conto pelas participantes.

Num momento seguinte, as professoras foram orientadas a formar uma roda de conversa sobre as expectativas frente à história, mencionando aspectos que a leitura suscitou, como a constituição do personagem como leitor, a relação entre o título e as ideias constitutivas do conto, a compreensão do conto correlacionadas com os fatos cotidianos nas experiências de cada leitora. Finalizando esse momento de primeira interpretação, revelamos qual o tesouro escondido no baú no momento de motivação: livros. Conversamos sobre a ausência de intervalos de leitura nos textos curtos e concluímos que as Sequências devem se adequar ao gênero textual. No nosso caso, por se tratar de um conto bastante curto, consideramos desnecessário fazer intervalo.

Na Sequência que realizamos, optamos pela contextualização temática, a qual foca nos temas abordados no texto. “Na escola, entretanto, como parte do processo de letramento literário, a contextualização temática precisa fugir das soluções fáceis e buscar mais rigor na sua execução” (COSSON, 2012, p.90). Nesse tipo de contextualização, cabe não se entreter com o tema em si, mas com a execução dele dentro da obra, afirma Cosson (2012).

Como a temática do encontro era letramento literário e as possíveis transformações que ele possibilita em quem vivencia experiências de leitura, escolhemos, no contexto de “Tesouro no quintal”, de Scliar (2018), salientar que a leitura, em qualquer momento, é um tesouro e jamais poderia ser roubado por piratas ou ladrões. Inserimos na reflexão que, enquanto trabalhava na terra, a literatura alimentava os sonhos de Antônio (personagem do conto), ajudando-o a descobrir a sua vocação de escritor. Muitos sonhos podem ser alimentados pela leitura literária na sala de aula.

É no trabalho com o texto literário que podemos fortalecer os laços entre o/a leitor/a e o/a narrador/a, entre o/a contador/a de histórias e o/a ouvinte, levando a magia literária ao universo dos/as alunos/as, que podem se tornar multiplicadores/as desse encantamento, perfazendo o circuito da leitura, que plantará novas sementes, motivando a constituição de novos/as leitores/as. Através do conto o “Tesouro no Quintal”, podemos comparar o trabalho do/a professor/a ao ofício do/a agricultor/a, uma vez que cabe a ele/ela espalhar e cuidar de sementes na busca incessante por bons frutos, independente de encontrar caminhos espinhosos.

Após essa contextualização, para interpretação, último passo da Sequência de Leitura sugerida por Cosson (2012), sugerimos às professoras que escrevessem sobre como elas imaginavam como estaria essa família do conto dez anos após o ocorrido. Uma das professoras elaborou a seguinte interpretação:

Quer dizer, com certeza ele encontrou o maior tesouro de todos, visto que hoje toda nossa família tem muito mais orgulho do único estudioso da casa. Pedro e eu, os mais velhos, que orgulho, estamos cursando a EJA para tentar recuperar o tempo perdido, nos estudos, porque nas histórias de Pedro, que ele insiste em contar mesmo passados dez anos daquele episódio da horta, ainda servem de inspiração para os livros de Antônio.

Agora com dezenove anos, maior de idade, ele se sente o responsável pela nossa família e, pensando bem, ele é mesmo. Nenhum de nós deixou de trabalhar, mas o gosto pelos livros foi plantado pelo irmão do meio que imaginem só, não gostava de ter trabalho pesado, mas afinal o trabalho que ele mais gostava e gosta é o mais leve de todos: ler histórias e contar histórias.

Os irmãos mais novos já cresceram vendo os exemplos: Eu, Pedro, mamãe e papai trabalhando durante o dia e a noite tentando soletrar aquelas letras que Antonio nos passava. No começo foi difícil, mas hoje estamos colhendo os frutos.

Mamãe e papai, que sempre souberam administração, nasceram sabendo que as dificuldades da vida só aprimoraram, agora cuidam da livraria que Antonio comprou, meus irmãos mais novos conseguiram bolsas numa faculdade, um cursa direito e o outro quer ser professor e acho que serão bons nas suas escolhas.

Pedro é co-autor de alguns livros de Antonio, vive da venda dos livros e de um hortifruti no nosso bairro, e eu tirei esse tempo para contar para vocês a nossa trajetória, pena que tenho que fazer tantas pausas e por tanto tempo...

... são muitos compromissos: concluí a EJA, entrei na faculdade de jornalismo, um pouco fora de faixa, mas isso não me incomoda. E agora faço estágio no jornal local, além de ficar na livraria nos tempos livres.

Afinal de contas todos nós encontramos aquele tesouro no quintal.

(Texto produzido pela professora Kely⁵,

5 Para preservar a identidade das professoras, todos os nomes são fictícios.

As atividades de interpretação devem partir do princípio da externalização da leitura, isto é, seu registro precisa ocorrer de acordo com o tipo de texto, a idade do aluno e a série escolar (COSSON, 2012). Nessa direção, na proposta de interpretação sugerida para os/as professores/as participantes da pesquisa, buscamos estimular as professoras, assim como é importante fazer com o/a aluno/a, a se pronunciar sobre o texto, a dizer seu ponto de vista, a dialogar sobre o texto com os/as colegas. Na última parte do processo de aplicação da Sequência de Leitura, chamado de “Interpretação”, a professora Kely apresentou suas interpretações sobre a obra lida. O texto fictício da professora Kely, que narra a história em primeira pessoa, assim como no conto de Scliar, sugere uma valorização das práticas de leitura e da escrita e suscita uma reflexão sobre essas práticas.

A forma de interpretar sugerida na Sequência nos faz pensar que a questão do ensino de literatura parece residir na práxis, ou seja, na maneira de abordar as obras. Logo, nos contextos das salas de aula, é possível alterar a realidade ao evitar exercícios didáticos cujo fim seja simplesmente localizar dados na obra; além disso, há que se ler, efetivamente, as obras literárias e fazer atividades de interpretação, discuti-las para que os alunos possam construir sentidos de acordo com as experiências intelectual e culturalizada de cada um, e/ou adquirida por meio dos estudos realizados nas diferentes disciplinas, conforme conclui Silva (2018).

Ao término da primeira oficina, pudemos perceber que, tanto na atividade prática quanto na teórica, as professoras participantes mostraram-se receptivas e desejosas ao realizarem as atividades. Utilizando a estratégia da Dupla Conceitualização, as professoras participaram efetivamente da leitura, da discussão e da aplicação da sequência de leitura sempre de forma atenta e motivada. Ao final da oficina, a profes-

Nosso primeiro encontro foi bastante enriquecedor e instigante, pois conseguimos perceber quão prazerosa é a leitura. Despertando o imaginário (interpretação e impressão) e o melhor de tudo, o interesse em aprender cada vez mais.

A motivação utilizada foi um baú do tesouro e o texto “O tesouro no Quintal” nos proporcionou uma reflexão sobre os nossos verdadeiros tesouros. O baú estava recheado de obras literárias e cada professor escolheu uma para se deliciar.

Enfim, foi uma experiência maravilhosa e com certeza me auxiliará nas atividades na sala de aula, pois agora sei mais sobre estratégias de leitura e sobre a importância de ler o texto literário antes de levá-lo para sala de aula.

(Diário de campo, professora Kely, 31/01/19)

A gratidão, o prazer e o desejo de aprender são evidentes na fala da professora Letícia. Ela explica também que já pensa em mudar sua prática em sala de aula. O uso da Sequência de leitura com: motivação, introdução, leitura e interpretação demonstram resultado no processo de letramento. A professora Kely ressalta como se deu a motivação para leitura do texto de Scliar ao falar de um baú com um tesouro, marcando a importância estratégica desse passo no processo. Finalizando, a professora reflete sobre a importância de realizar a leitura dos textos antes de levá-lo para sala de aula e como o trabalho com leitura se tornará mais eficaz. Aqui, cabem a posição de Cosson que adverte sobre a importância de uma ação mediadora qualificada, ou seja, é preciso “[...] uma maneira de ensinar que, rompendo o círculo da reprodução ou da permissividade, permita que a leitura literária seja exercida sem o abandono do prazer,

mas com o compromisso de conhecimento que todo saber exige” (COSSON, 2012, p. 23).

Considerações finais

O letramento literário dos/as professores/as é um desafio que nos impulsiona a buscar metodologias de ensino na formação continuada e a possibilidades de aplicação na sala de aula. Apresentamos aqui uma reflexão de como trabalhar a temática durante as formações, proposta esta passível de acréscimos em outros locus de estudo.

Destacamos que, para o/a professor/a mediar o trabalho com o texto literário na escola, é necessário que ele/a se caracterize um/uma leitor/a e consiga ir além de realizar aulas baseadas na periodização literária ou apenas guiada pelos livros didáticos. Assim, discutimos o letramento literário com vistas a refletir sobre o domínio da historicização e propor aos/as discentes as práticas sociais de leitura, partindo do texto literário.

Com o intuito de pensar sobre os diversos caminhos que a leitura literária pode oferecer, focalizamos neste trabalho a formação do/a professor/a de Língua Portuguesa no sentido de que é ele quem orienta e realiza o trabalho com o letramento literário na escola. Afirmamos ser possível contribuir com o letramento literário do professor na formação continuada, utilizando o método da Dupla Conceitualização.

Com o propósito de desenvolver um trabalho efetivo com textos literários em sala de aula, aplicamos uma Sequência Expandida de Leitura durante a formação continuada. Com a Sequência, buscamos incentivar o envolvimento das professoras participantes das oficinas de formação, objetivando promover o letramento literário. Diante dos estudos teóricos realizados a respeito da abordagem do texto literário em sala e da Sequência Expandida de Leitura aplicada, buscamos contribuir para o trabalho docente e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do letramento literário nas escolas, possibilitando a contextualiza-

ção e novas significações para a leitura.

Referências bibliográficas

COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2012.

KLEIMAN, Angela B. Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 32, n. 53, p. 1–25, 2007.

LERNER, Delia. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. 1º ed. Porto Alegre: Penso, 2002.

LOPES, Larissa Cristina Viana; COSTA, Maria Edileuza da; SAMPAIO, Maria Lúcia Pessoa. Letramento literário e formação do professor: o ensino de literatura no meio universitário. *Entreletras*, Araguaína, n. 3, p. 63–80, 2011.

MELLO, Guiomar Namó de. Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re)visão radical. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 98–110, 2000.

NEMIROVSKY, Myriam. Entrevista com Myriam Nemirovsky. *Nova Escola*. São Paulo 2011. Entrevista concedida a Anderson Moço. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/890/entrevista-com-myriam-nemirovsky>. Acesso em: 5 abr. 2020.

NÓVOA, Antonio. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, Antonio (org.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 13–33.

SANTOS, Lúcia de Fátima. Práticas de leitura no Pibid: construindo espaços de singularidade, responsividade e tática. In: SIMÕES, Darcília; FIGUEIREDO, Francisco (Org.). *Contribuições da Linguística Aplicada para o professor de línguas*. Campinas, Pontes, 2015.

SILVA, Ivanda Martins. A literatura no ensino médio: quais os desafios do professor? In: *Português no ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola, 2006.

SILVA, Antonio Adailton. A literatura no Ensino Médio em Araguaína-TO: uma experiência de ensino na perspectiva do Letramento Literário. 2018. 277 f. Tese (Doutorado em Letras: Ensino de Língua e Literatura) - Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2018.

A ANCORAGEM REFERENCIAL DA PALAVRA VADIA: UM OLHAR PARA O MEMORÁVEL

Luciani Dalmaschio¹
Leânia Magalhães Ursine²

RESUMO

Em função de um movimento de (re)significação da palavra vadia, a partir da Marcha das Vadias, elegemos a nomeação vadia como objeto de estudo. Nosso aporte teórico são os pressupostos apresentados pela Semântica da Enunciação. Por manifestar significações distintas, a depender do espaço enunciativo no qual se manifesta, a palavra vadia é profícua para a percepção do conflito operando na língua. Assim, nosso objetivo é refletir sobre o domínio referencial que ancora a regularização do sentido dessa palavra. Para tanto, elaboramos o corpus da pesquisa, por meio de buscas em plataformas virtuais, em torno de enunciados de ampla circulação social. Como resultado de nossas discussões, compreendemos que os efeitos de sentidos de vadia se configuram para além daqueles dicionarizados e se ancoram, em grande medida, em referenciais que constituem a representação social da mulher.

Palavras-chave: Vadia. Semântica da Enunciação. Mulher. Sociedade.

THE REFERENTIAL ANCHORAGE OF THE WORD SLUT: A LOOK AT THE MEMORABLE

ABSTRACT

In function of a movement of (re)signification of the word slut, from the Marcha das Sluts, we chose the naming slut as an object of study. Our theoretical contribution is the assumptions presented by the Semantics of Enunciation. As it has different meanings, depending on the enunciative space it is manifested, the word bitch is useful for the perception of conflict operating in the language. Thus, we aim to reflect on the referential domain that anchors the regularization of the meaning of this word. For this purpose, we elaborated the research corpus, through searches on virtual platforms, around statements of wide social circulation. As a result, we understand that the effects of slut senses are configured beyond those in the dictionary and are largely anchored in references that constitute the social representation of women.

Keywords: Slut. Semantics of Enunciation. Woman. Society.

1 Doutorado em Letras (UFMG), docente do da Universidade Federal de São João Del-Rei. Email: ucianid@ufsj.edu.br

2 Mestranda em Teoria Literária e Crítica da Cultura (Universidade Federal de São João Del-Rei (UFS). E-mail: leaniaursine@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O imaginário que envolve a figura feminina traz em sua constituição histórica e enunciativa marcas de submissão ao homem. Por longos períodos, o corpo feminino, o seu espírito, a sua sexualidade, os seus mitos, ou seja, praticamente tudo o que se refere às mulheres, foi construído e contado a partir da perspectiva e das leis masculinas.

A subestimação da mulher, das suas subjetividades e desejos, o cerceamento da sua voz e sexualidade, tudo isso produziu enunciados que sedimentaram a imagem feminina, por um longo tempo, como a de um ser de natureza inferior e objeto de dominação, impedindo-a de participar ativamente na elaboração do mundo e exercer sua autonomia e liberdade.

Desde a colonização, a visão teológica cristã ocidental, sustentada no mito de Adão e Eva, se impôs culturalmente ao Brasil, instalando a mulher em um lugar de suscetibilidade e fraqueza moral, ao partir da afirmação de que é ela que, tentada pela serpente, oferece ao homem o fruto do pecado, desviando-o do bom caminho da virtude e moralidade.

Entre os séculos XVI e XVIII, houve um acirramento da ‘caça às bruxas’, marcando um tempo no qual a Igreja julgou inúmeras mulheres por supostos atos de heresia. Práticas mágico-religiosas, assim como saberes ancestrais de cura e benzeduras, transmitidos de geração a geração, foram considerados obras insufladas pelo demônio. Embora uma grande parcela de homens tenha sido criminalizada também, como mostram os documentos da época, o peso da discriminação caiu sobre os ombros da mulher.

No final do século XIX e início do século XX, a partir da expansão do mercado capitalista e do reconhecimento da prostituição como profissão, há uma crescente polarização da figura feminina. Os clichês ‘honesta’ e ‘esposa dedicada’, e seus opostos, ‘desonesta’ e ‘mulher da vida’, passam a habitar fortemente o imaginário da época, encobrando as nuances existentes en-

tre esses polos. A prostituição, ao configurar um espaço visível e quantificável, possibilita a construção de um universo empírico que categoriza e define a identidade feminina a partir de um campo científico constituído por um viés enunciativo masculino e ‘universal’.

Nesse mesmo período, em uma relação de proximidade com a palavra ‘prostituta’, surge a nomeação ‘vadia’, que marcou tanto as mulheres que circulavam pelas ruas devido a uma situação marginal e/ou de subemprego, como também aquelas que, de alguma forma, rompiam com as regras e códigos de comportamento social.

Um olhar para os anos finais do século XIX e para primeiras décadas do século XX, devido à emancipação de uma significativa parcela de mulheres, atuantes em novas frentes de trabalho, põe em cena o surgimento de revistas femininas que as representam de forma positiva, com especificidades e particularidades nascidas de necessidades próprias. Com isso, intensificam-se os embates entre os dizeres institucionalizados que nomeiam como vadia a mulher que se distancia do referencial da boa esposa, mãe e dona de casa e os dizeres ancorados em novos referenciais, que a predicam como corajosa e combativa.

Em 2011, o nome vadia traz uma nova significação, vindo a tensionar ainda mais o conflito entre enunciados polarizados sobre a mulher, já há muito tempo em curso. Isso se deu devido a uma palestra sobre segurança em uma universidade na cidade de Toronto, Canadá, quando um policial disse que as mulheres deveriam evitar se vestir como vadias para não serem vítimas de assédio sexual. Essa afirmação, que justifica a cultura do estupro por culpabilizar as mulheres pela violência cometida contra elas, fez com que milhares de feministas saíssem às ruas em protesto contra a opressão, em um movimento que se tornaria mundial: o Slut Walk. Traduzido no Brasil por Marcha das Vadias, e organizado por meio da mídia eletrônica, o movimento brasileiro contou com edições anuais que ocorreram no período de 2011 a 2018. Nelas, inúmeras

enunciações (em faixas, cartazes e escritas feitas no corpo) se apropriaram da palavra vadia ressignificando-a a partir de um novo referencial, oposto àquele institucionalizado: o referencial da liberdade.

Diante desse movimento feminino e da história de predicações pejorativas produzidas acerca das mulheres, o presente trabalho pretende lançar um olhar linguístico para a produção de sentidos da nomeação vadia, por ser essa uma nomeação profícua para os estudos da significação que, materializando-se mais fortemente a partir da Marcha das Vadias e se expandindo para diversas mídias, carrega em si produções de efeitos de sentido distintos e, por vezes, opostas, a depender do espaço enunciativo no qual ela se apresenta. Assim, elegemos a nomeação vadia, sob a perspectiva da Semântica da Enunciação, como nosso objeto de pesquisa, para refletirmos sobre o domínio referencial que ancora a regularização do sentido dessa palavra.

Como metodologia para esta pesquisa, realizamos, inicialmente, um aprofundamento nos pressupostos teóricos que subsidiarão nossas análises. Para tanto, ampliamos nossas buscas por textos que discutem a história da Mulher, bem como por aqueles que descrevem os pressupostos fundantes da Semântica da Enunciação. Logo depois, fizemos as análises do corpus. Na primeira parte de nossas análises, buscamos o referencial histórico que nos possibilitou explicitar o domínio referencial que ancora a regularização do sentido da palavra vadia, combatido pela marcha. Para tanto, trabalhamos com enunciados divulgados na mídia digital que nos trouxeram subsídios de análise da palavra vadia cujos efeitos de sentido foram/são responsáveis pela regularização social do termo como prostituta, dentre outros. As atualizações e presentificações da palavra vadia, que mantêm sentidos associados à prostituição, também foram analisadas em textos captados no site de pesquisa Google, com a entrada: “ela é uma vadia.” A constituição desse enunciado de busca foi realizada tendo em vista a presença da

palavra vadia articulada ao pronome e ao artigo feminino “ela” e “uma”, concomitantemente, que, em uma relação enunciativa, corresponde à atribuição de perspectiva (vadia) a alguém do gênero feminino.

Todos os enunciados coletados e/ou produzidos para o desenvolvimento de nossa pesquisa seguiram uma metodologia de trabalho que os organizou no que Dias (2018) nomeia de redes enunciativas. Optamos por esse procedimento metodológico porque ele nos pareceu adequado aos propósitos de nossa pesquisa, principalmente pelo fato de possibilitar um olhar comparativo entre os efeitos de sentido que a palavra vadia tem instalado no cotidiano social. Isso se mostra para nós quando Dias (2018)

afirma que a constituição de uma rede enunciativa envolve a formação de contrastes entre a construção linguística em estudo e outras construções com estruturas semelhantes e palavras iguais, no sentido de permitir a percepção dos domínios de mobilização que a enunciação sustenta. Essas construções outras, trazidas para a rede enunciativa, são construídas pelo próprio pesquisador e/ou podem também ser buscadas em usos efetivos, como no Google e nos bancos de dados que abrigam usos orais e escritos da nossa língua. (DIAS, 2018, p.35).

Por fim, apresentamos as considerações sobre o trabalho realizado, retomando os pontos discutidos, aprofundando a discussão sobre os resultados obtidos nas análises e oferecendo algumas contribuições para os estudos acerca da representação social da mulher, por meio de um olhar linguístico, de um olhar semântico-enunciativo.

1 BRUXAS, PROSTITUTAS, VADIAS: AS MULHERES DESVIANTES/ TRANSGRESSORAS

1.1 A mulher bruxa

A Grande Mãe do período matriarcal era a representação da mulher além do humano, identificada com a imanência e a natureza e não reconhecida como um ser igual ao homem, mas sim como o ‘grande Outro’, para o qual havia uma ausência de reciprocidade. Da mesma forma, a figura da bruxa, que constituiu o imaginário da feitiçaria no Brasil colônia, foi construída pela ‘universalidade’ masculina, representando por esse viés discursivo o pecado e o mal encarnado.

E, embora os significados que a feitiçaria assumiu no Brasil colônia tenham se constituído a partir das tessituras que se deram pela combinação das tradições culturais peculiares aos povos da Europa, América e África, foram os colonizadores que ditaram o tom sobre o qual as bases das relações entre eles seriam impostas: a partir da perspectiva da tradição cristã europeia.

Nesse sentido, o Brasil colônia nascia em um espaço de projeções do imaginário europeu, que o povoou de regiões infernais e possessões demoníacas, estando a mulher, na maioria das vezes, no centro dessa degeneração (RAMINELLI, 1997).

Essa perspectiva está presente em vários textos trazidos pelo historiador, nos quais há uma discussão sobre superdimensionamento negativo da mulher. Sobre essa questão, o autor afirma: “seu papel foi exaltado e hipervalorizado devido à misoginia que reinava na Europa durante os séculos XIV e XVII. As mulheres, índias ou europeias, eram filhas de Eva e reuniam em si os piores predicados” (RAMINELLI, 1997, p. 36).

O avanço do processo colonizatório pelos séculos XVII e XVIII propiciou “maior interpenetração entre religiosidade europeia, africana e

ameríndia; enquanto a Europa tridentina se esforçava para depurar a religião e ‘limpá-la’ das reminiscências folclóricas, a colonização europeia dos trópicos impunha o sincretismo” (SOUZA, 2009, p. 28). Com isso, a estruturação da colônia se configurou como um espaço heterogêneo e multiforme, com populações de várias procedências e diferentes credos, no qual se cruzavam e reelaboravam níveis culturais múltiplos, o que proporcionou a utilização de inúmeras práticas não institucionalizadas para a resolução de problemas do dia a dia.

Dessa forma, e como a medicina não se mostrava competente para curar mazelas e enfermidades, devido ao atraso intelectual na colônia, mulheres tomavam frente nos tratamentos, pois os saberes sobre o uso de plantas, minerais e animais, transmitidos de geração em geração, possibilitavam a elas a fabricação de remédios para curas e práticas mágicas. Havia também “os saberes vindos da África, baseados no emprego de talismãs, amuletos e fetiches, e as cerimônias de cura indígenas, apoiadas na intimidade com a flora medicinal brasileira” (DEL PRIORI, 1997, p. 89), o que constituiu uma feição multifacetada e diversa para o Brasil em formação.

Porém, essas práticas, necessárias para a sobrevivência das tradições e costumes femininos, eram cercadas por intolerância e repúdio. Consideradas pecado grave, sofriam ação repressora da Igreja Católica, sendo sistematicamente demonizadas pela catequese e pelo saber erudito, o que culminou nas visitações, devassas e perseguições iniciadas pelo Tribunal do Santo Ofício (SOUZA, 2009)¹.

Por meio de vasta documentação da época – cronistas, devassas eclesiásticas e processos da Inquisição, estudada por Del Priori (1997), fica claro que os denunciados pelas práticas da feitiçaria pertenciam tanto ao sexo feminino quanto masculino e ambos foram duramente julgados

3 Instituição eclesiástica de carácter “judicial”, que tinha por principal objetivo combater a heresia. Fonte: [https://www.infopedia.pt/\\$tribunal-do-santo-oficio](https://www.infopedia.pt/$tribunal-do-santo-oficio) Acesso em: 10 abr. 2019.

pela Santa Inquisição. No entanto, a feitiçaria tornou-se, na memória histórica do povo brasileiro, uma prática associada à mulher, configurando-se, também, como uma marca linguística incisiva, visto que a literatura se refere à Santa Inquisição como instrumento de caça às bruxas.

1.2 A mulher prostituta

Considerada também ‘desviante’, outra figura se junta à da bruxa: a figura da prostituta. Faremos aqui um recorte com Margareth Rago, a partir do seu livro *Os Prazeres da Noite*, que traz uma etnografia da prostituição na modernidade, especificamente na cidade de São Paulo, entre 1890 e 1930. A opção por esse recorte se deu por dois motivos: primeiro porque, mesmo ao restringir o tempo histórico, o texto nos possibilita projetar a imagem da prostituta para além desse recorte, já que nele se encontram os estereótipos e clichês que habitam o senso comum e o imaginário do povo brasileiro acerca da mulher prostituta. Segundo, porque esse recorte nos leva a pensar a moralidade pública, especificamente acerca da conduta da mulher, em um momento de intenso crescimento industrial e urbano, em uma São Paulo ainda saindo do mundo das fazendas, período em que a prostituta passa a ser denominada figura pública. Assim, as discussões da historiadora nos apontam caminhos para pensarmos a produção de sentidos da nomeação prostituta para além da generalização, para além “do objeto natural, invariante trans-histórico que poderia ser observado em todas as épocas e sociedades, como sugere a expressão ‘a profissão mais antiga do mundo.’” (RAGO 1991, p.22).

A autora explica que, à medida que a prostituição se tornava uma profissão reconhecida dentro do mercado capitalista em expansão, ela passava a configurar um espaço visível, espetacularizado e quantificável, permitindo a construção de um universo empírico para observações a partir de uma referência médico-policial, tendo como base uma perspectiva nor-

mativa. Com isso, “a produção científica desses homens resultou num processo de sujeição da mulher pelos próprios pressupostos do raciocínio discursivo com que operavam” (RAGO, 1991, p. 20). Rago afirma, ainda, que “construir masculinamente a identidade da prostituta significou silenciá-la e estigmatizá-la e, ao mesmo tempo, defender-se contra o desconhecido - a sexualidade feminina -, recoberta por imagens e metáforas assustadoras” (RAGO, 1991, p. 21).

Com a relativa emancipação da mulher e a sua incorporação e valorização em um amplo espaço social, fez-se a necessidade de demarcação sexual. Era preciso não confundir mulheres honestas e desonestas. As primeiras tinham como natureza original a maternidade, enquanto as segundas representavam a alteridade perigosa.

Ao estabelecer nítidas diferenciações entre as duas figuras femininas, polarizando-as, a sociedade burguesa encontrou meios para defender-se da ameaça representada pela prostituta - mulher imaginariamente livre, descontrolada e irracional. Por mais independente que fosse a “mulher honesta”, sua liberdade estaria sempre limitada no plano simbólico pela presença da meretriz, dimensão que não constituiu uma barreira de ação para o homem. (RAGO, 1991, p. 40).

Nesse período, ele, o homem, ainda é o chefe da família, o que arca com o orçamento familiar; é aquele que toma as grandes decisões, enquanto à mulher é reservado o papel de administradora doméstica, cujo alcance de influência era mínimo. Com as discussões feministas propondo a igualdade de gêneros e salários mais altos para as trabalhadoras, bem como a redefinição de papéis e valores, a prostituta é construída como “um contra-ideal necessário para atuar como limite à liberdade feminina. A elaboração médico-policial de sua identidade (...) facilitava a internalização do modelo ideal da boa dona de casa, por oposição” (RAGO, 1991, p. 40). Assim, a partir da demarcação sexual que surgiu com as prostitutas, diz a autora, houve uma separação radical entre o erótico e o amor.

Embora na passagem do século os assuntos relacionados ao desejo e à sexualidade, assim como a prostituição não tivessem espaço nos meios discursivos, a não ser em setores mais especializados (médicos, juristas, polícia, jornalistas, alguns literatos), a figura da prostituta como mulher pública era presente, nem tanto empiricamente, mas, principalmente, no plano dos enunciados que construíam a sua identidade. Ela tornava-se uma ameaça imaginária, em função de uma moral extremamente rígida, moral esta que construía, em oposição, a representação da rainha do lar.

Pela condensação de todo esse movimento enunciativo sobre o papel feminino, ocorre, a exemplo do que descrevemos sobre as bruxas, uma outra nomeação, que agora perspectiva a mulher, por meio de novas formações nominais, como rainha do lar. Essa nomeação, em um entrelaçamento de dizeres, se liga a outras: sexo frágil por exemplo, cujo referencial histórico⁴ se assenta no pudor, no recato, na honestidade e, principalmente, na dependência e na submissão.

Há tamanha complexidade de dizeres sobre a mulher que não é possível significá-los sem que escapem e se misturem, assim como ocorre, na verdade, com a significação de maneira geral, uma vez que “todo enunciado, toda sequência de enunciados” apresenta “pontos de deriva possíveis”, “oferecendo lugar à interpretação” do sujeito. (PÊCHEUX, 1997, p.53). Mas algo é marcado: durante um longo tempo os enunciados produzidos acerca do feminino vinham do homem: ele dizia a mulher na tentativa de domá-la, impondo códigos morais que condiziam com o seu desejo, apenas. Porém, ao iniciar uma maior participação no mundo, a mulher começou, ela própria, a se dizer, a se dizer positivamente.

1.3 A mulher vadia

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, enunciações positivas acerca das mulheres ancoram os perfis femininos em novos referenciais: combativa, corajosa, responsável pela educação dos futuros homens da nação, escritora, trabalhadora, operária. Revistas femininas da época - como *A Mensageira* e a *Revista Feminina* - atribuem a elas predicativos alinhados à mudança da condição feminina, a partir da industrialização e das novas possibilidades nas frentes de trabalho e na área da educação. Com isso, elas passam a ser representadas com uma especificidade surgida de necessidades próprias, diferentes das masculinas.

Essa representação permite que se articule um discurso de crítica à idealização masculina do “sexo frágil” (...) e que se abra um espaço de reivindicação das próprias mulheres enquanto iguais aos homens, enquanto cidadãs dotadas dos mesmos deveres e direitos perante a sociedade e o Estado (RAGO, 1991, p. 51).

A mulher emancipada, reivindicando igualdade de gênero, que circula mais livremente pelas ruas, assustava terrivelmente os homens, pois rompia, em um certo grau, com a representação construída por eles. O homem tinha domínio sobre o espaço público, e era, ali, percebido positivamente; enquanto para a mulher, estar nesse lugar essencialmente masculino era estar em um território alheio.

Com a urbanização e a industrialização a todo vapor - período no qual muitas mulheres buscam romper com a prisão que representavam o marido senhor, a maternidade, os muitos filhos e os cuidados com a casa -, o nome vadia passa a ser usado como uma das formas de significar uma nova realidade feminina. Embora entendamos ser difícil inaugurar o surgimento de um nome, as ocorrências primeiras de vadia remontam ao final do século XIX, no período pós-abolicionista, quando foi previs-

⁴ Sobre o conceito de referencial histórico nos aprofundaremos na seção 2 deste texto.

to o Crime de Vadiagem no Código Penal da República. Sancionado em 18902, o artigo 59 estabelecia como infração: “Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência ou prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita.”

Assim, as pessoas que perambulavam pelas ruas, principalmente as pardas, negras, pobres e brancas de situação menos remediada, eram interpeladas sob uma rígida postura moralizante e de forma distinta: enquanto os homens eram tidos como vadios pela ociosidade, as mulheres eram tidas como vadias pelo exercício da prostituição e suposta degeneração moral. O transitar de mulheres em horários nos quais uma mulher honesta deveria estar em casa, ou a permanência nas ruas para além do estritamente necessário, a fim de que elas efetuassem compras no comércio ou fossem à igreja, por exemplo, eram motivos para interpelação policial e apreensão. O ilícito de vadiagem consistia em um mecanismo de controle do Estado sobre a liberdade do indivíduo, já que este estabelecia a lei. Em tese, todo aquele que não estivesse trabalhando poderia ser enquadrado nesse tipo legal, seguido de detenção. A polícia, então, por fazer o enquadramento inicial, detinha grande poder de restringir a liberdade das pessoas. Nos processos, a interpretação e atuação jurídica em relação à movimentação da mulher nos espaços públicos, na época em que foi estabelecido o Crime de Vadiagem, produziram e fixaram enunciados que naturalizaram como prostituta um dos sentidos para vadia.

Segundo o dicionário Michaelis³ da língua portuguesa, vadia é definida, no sentido coloquial e pejorativo, como “mulher de vida devassa ou amoral, embora não pratique a prostituição; vagaba, vagabunda”. Com efeito, a mulher denominada vagabunda está longe de

preencher o ideal feminino construído sobre os ombros da mulher do lar, bastante arraigado nos homens daquela época, e que excluía as subjetividades, sexualidades e desejos femininos, como vimos em Margareth Rago.

Já no dicionário online inFormal⁴, encontramos: “Vagabunda. Geralmente utilizado para referenciar alguma mulher biscate, que gosta de chamar a atenção dos machos.” Essa definição é clara quanto ao fato de que a maneira de se vestir da mulher não se dá a fim de sentir-se bem consigo mesma no exercício da sua liberdade, mas, sim, de chamar a atenção dos homens e provocá-los, numa postura então que poderia ser considerada devassa.

Nessas definições para o termo vadia, percebe-se a força do enunciado masculino, que significa a submissão moral e sexual da mulher, reafirmando o seu domínio sobre o sexo feminino. Entretanto, ao buscarmos a etimologia da palavra vadia, encontrada apenas na forma masculina, temos que vadio⁵ vem do Latim Vagativus, “o que anda sem destino”, de vagare “andar sem propósito, sem destino”, ou seja, entre a origem do termo e os sentidos atuais dicionarizados, houve um afastamento. Ao ser direcionado enunciativamente à mulher, o sentido assenta-se muito mais fortemente no referencial da prostituição, e não no referencial do desemprego, por exemplo, ao passo que, em relação ao homem, o sentido sustenta-se naquele proposto pela etimologia, embora ampliado para um novo referencial, construído e conectado ao da prostituta: o referencial do gigolô, intermediário nas negociações entre a prostituta e o cliente, e seu protetor no caso de agressões. É possível notar, portanto, que a regularização da nomeação mulher vadia se deu como forte correspondente a da mulher prostituta.

Passemos, agora, a apresentar os pressupostos teóricos assentados no campo dos es

5 Fonte: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/vadiagem/> Acesso em: 31 mai. 2019.

6 Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/vadia/>. Acesso em: 06 jun. 2019.

7 Disponível em <https://www.dicionarioinformal.com.br/vadia/> Acesso em: 31 mai. 2019.

8 Disponível em <https://origemdapalavra.com.br/pergunta/etimologia-155/> Acesso em: 31 mai. 2019.

tudos linguísticos, que associados a esses que acabamos de apresentar sobre a mulher, servirão como âncora para nossos investimentos de análise.

2 SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO

A semântica foi constituída como disciplina das ciências da linguagem a partir do final do século XIX e, desde então, várias vertentes se desenharam acerca da sua definição e configuração. Muitas delas situaram a semântica como parte da gramática, juntamente com disciplinas como fonologia, morfologia e sintaxe, por exemplo, ao passo que outras passaram a estabelecê-la como uma disciplina geral e não como componente da gramática (GUIMARÃES, 2018). De nossa parte, tomamos a semântica como “uma disciplina que se ocupa do funcionamento da língua e da linguagem e não como um componente de uma disciplina cujo objeto é a gramática de uma língua ou das línguas” (GUIMARÃES, 2018, p. 13). Assim, ela é concebida como aquela que se volta para a significação, que se volta para “o que se apresenta por aquilo que se diz”. Além disso, em nosso trabalho nos situamos em uma perspectiva que associa o conceito de semântica ao de enunciação, uma vez que enunciar corresponde ao “que ocorre quando alguém diz algo, quando um falante de uma língua diz uma sequência que é, de alguma maneira, reconhecida pelos falantes desta língua” (GUIMARÃES, 2018, p. 14) e, sendo assim, produz significação. Trata-se, portanto, de uma semântica da enunciação.

Detalharemos, aqui, alguns fundamentos que sustentam o que apresentamos como uma semântica de bases enunciativas. Embora saibamos que muitas outras discussões constituam esse campo de estudo, recortamos aqui apenas aquelas que darão norte à nossa análise e sustentarão o objetivo a que nos propomos nesta pesquisa.

2.1 Espaço de enunciação

Segundo Guimarães, a enunciação, enquanto acontecimento de linguagem, ocorre em espaço de dizer, ao qual ele nomeia como espaço de enunciação.

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de língua, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam, por disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e de conflito, indissociado da deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político. (GUIMARÃES, 2002, p. 18-19).

Ao discutir o espaço de enunciação, Dias amplia o quadro teórico a partir dos conceitos de referencial histórico e pertinência enunciativa, que se manifestam por meio da relação entre recortes de memória de significação (memorável) e a demanda do presente (atualidade). Dessa forma, diz o linguista, é a pertinência do acontecimento enunciativo que movimenta as articulações constituintes do dizer no espaço de enunciação (DIAS, 2018).

Sendo assim, nesses espaços de disputa, próprios do acontecimento enunciativo, dão-se os conflitos entre línguas e línguas, entre línguas e falantes e entre falantes e falantes. “É nesse espaço múltiplo que a língua e os falantes se relacionam, afetando-se mutuamente. O falante, em vista disso, é uma categoria linguística e enunciativa, não empírica; uma “figura constituída pelos espaços de enunciação.” (GUIMARÃES, 2017, p. 25). Ao falar, ele se inscreve em um espaço de poder, distribuído segundo a sua identidade social, a partir de valores hierárquicos que se constroem em função da divisão social da língua, em uma cena enunciativa.

2.1.1 Cena enunciativa: agenciamento do sujeito na enunciação

A cena enunciativa, para Guimarães, “se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas” (GUIMARÃES, 2002, p. 23), assim como a distribuição dos lugares enunciativos no acontecimento – “aquele que fala” e “aquele para quem se fala”, os quais são configurados pelo agenciamento enunciativo. Assim, diz Guimarães (2018, p.58), a cena enunciativa constitui a sua própria politopia.

Em vista disso, é fundamental considerar o modo como os lugares de dizer se constituem pelo funcionamento da língua, pensar essas relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas, envolvendo os modos específicos de acesso à palavra, já que “a cena enunciativa é assim um lugar particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento” (GUIMARÃES, 2002, p. 23), o que significa que os papéis assumidos pelos agentes da enunciação são retratados pelo modo de funcionamento do dizer.

A enunciação nesse espaço, portanto, não se caracteriza por um ato intencional, pois são os modos de agenciamento do acontecimento de linguagem que constituem os sentidos: “o acontecimento da enunciação agencia o falante a dizer enquanto um lugar de enunciação, como lugar que enuncia” (GUIMARÃES, 2018, p. 41), estabelecendo as cenas e suas divisões. Com relação a esse lugar do dizer, Guimarães (2018) explicita que o falante, ao ser agenciado a enunciar, desdobra-se em distintos lugares: o lugar que diz (Locutor); o lugar social do dizer (alocutor); e o lugar de dizer (enunciador: individual, coletivo, genérico e universal). Essa divisão dos lugares de enunciação constitui o que Guimarães (2018) chama de politopia da cena enunciativa. Ele explica que, como os falantes são constituídos pelo espaço de enunciação e pela relação com as línguas, segundo a historicidade dessa relação, o fundamento do agenciamento

do falante não é a relação de alocação e, portanto, não é dialógica, já que “esta constituição da alocação se dá pelo agenciamento, pela língua, do falante em Locutor, e pelo agenciamento do falante em alocutor pela relação histórica com os falantes do espaço de enunciação” (GUIMARÃES, 2018, p. 72).

2.1.2 Referencial histórico (memorável) x pertinência enunciativa (atualidade)

A concepção de referencial histórico, proposta por Dias (2018), que vai sustentar a dinâmica enunciativa das formas linguísticas, foi inspirada no conceito de referencial de Foucault, para quem um referencial “não é constituído de ‘coisas’, de ‘fatos’, de ‘realidades’, ou de ‘seres’, mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas”. Dessa forma, é o domínio de referências, ou referencial que “forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado” (FOUCAULT, 2008 [1969], p. 104). Segundo Dias (2018), a principal sustentação desse conceito é a de que tanto indivíduos quanto objetos, estado de coisas e relações não são individuais absolutos, mas

adquirem identidade a partir dos lugares de enunciator e das perspectivas da enunciação. Sendo assim, é o próprio enunciado, e não as propriedades inerentes aos seres, estados e relações, que constitui o referencial a partir do qual eles se individualizam na referência. (DIAS, 2018, p. 101).

Nesse sentido, é preciso que as entidades exteriores à linguagem adquiram pertinência para serem nomeadas, e é por meio da enunciação que elas se tornam pertinentes ao acontecimento enunciativo, o que ocorre devido as possibilidades históricas que as fazem emergir (DIAS, 2018). Assim, o referencial histórico está no mesmo eixo de conceitos como memó

ria (que opera na dimensão discursiva), memorável – “que pode ser compreendido a partir da dimensão da temporalidade do acontecimento representado pelo passado que é resgatado/recortado pela enunciação” (SILVA, 2019, p. 70), e de passado enunciativo. O referencial histórico encontra-se, pois, na instância dos “já-ditos”, e opera como sustentador dos sentidos.

Assim, em um espaço de enunciação, a relação entre recortes de memória – o memorável – e a demanda de um presente criam a pertinência enunciativa, a qual movimenta as articulações que constituem a unidade do enunciado, a sua estrutura formal. Segundo Dias, pertinência enunciativa é definida, portanto, como

a relação que um enunciado mantém com as cenas que nos acionam a dizer algo na instância do presente do enunciar. No cotidiano, nós somos evocados ou acionados a responder, interpretar, a interferir enunciativamente nas situações de enunciação que se nos apresentam. Quando tomamos a palavra, seja no oral, seja no escrito, o fazemos de diferentes maneiras tendo em vista diferentes situações de enunciação. Os nossos modos de enunciar, portanto, se adaptam a seu modo de pertencimento às cenas de enunciação do presente. (DIAS, 2018, p. 142-143).

A pertinência enunciativa, dessa forma, “constitui-se como ancoragem do histórico na atualidade das demandas do dizer” (DIAS, 2018, p. 197). Entendemos, pois, que os enunciados são presentificados (ganham pertinência) a partir da sua configuração na história, ou seja, por meio da sua ancoragem no passado (memorável) e, na materialidade da sua atualização, projetam uma futuridade, ou seja, projetam a possibilidade de novos dizeres que, por sua vez, irão se ancorar em passados de sentidos.

2.2 Reescrituração

Em seu texto *Domínio Semântico de Determinação*, Guimarães afirma que não se pode deixar de tomar a referência como elemento

fundamental nas análises, mas, como semantista da enunciação, defende (2007, p. 77) que “a relação com o que está fora da linguagem é uma construção de linguagem”; e que tal relação, entre uma coisa no mundo com uma palavra ou expressão, não consiste em uma classificação de objetos, pensada a partir de uma análise formal, como a sintática, por exemplo. Trata-se de uma relação de sentido entre palavras que não considera de antemão nenhuma realidade a que elas se reportam, mas uma relação construída no momento do dizer. A significação se dá, dessa forma, a partir da produção enunciativa no e pelo acontecimento da enunciação (GUIMARÃES, 2007).

Sob esse ponto de vista, tem-se, ainda, que o sentido das palavras é construído na sua integração a um texto particular, e de acordo com as relações de determinação semântica estabelecidas enunciativamente com outras palavras. Assim, diferentemente do olhar formalista, os sentidos que se apresentam enunciativamente são fluidos e dinâmicos, a depender das articulações entre as palavras e expressões em suas relações de determinação semântica. Para discutir as questões do sentido, sob o viés da determinação, o autor trabalha, entre outros, com dois tipos de procedimento: a reescrituração e a articulação. Esse segundo procedimento diz respeito “às relações próprias das contiguidades locais. De como o funcionamento de certas formas afeta outras que elas não redizem” (GUIMARÃES, 2007, p. 87). É justamente esse redizer que nos interessa, na medida em que se constitui como processo de reescrituração. Lançaremos a ele, portanto, um olhar mais atento.

Para Guimarães, a reescrituração é “o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si. Esse procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado.” (GUIMARÃES, 2007, p. 84). O processo de reescrituração “produz sentido na medida em que ao retomar alguma expressão faz com que ela signifique de outro modo” (Ibidem,

p. 87), predicando e determinando essa expressão. São diversos os modos pelos quais a reescritura ocorre: repetição, substituição, elipse, expansão, condensação e definição. Guimarães (2007) conceitua e exemplifica cada um desses modos. Porém, trataremos aqui apenas da reescritura por substituição.

Vale ressaltar, ainda, que, segundo o autor, a substituição ocorre quando uma expressão é retomada em outro ponto do texto por outra expressão. Entretanto, essa retomada de uma expressão por outra pode se dar por diferentes formas: por anáfora, especificação, desenvolvimento, generalização, totalização, enumeração e sinonímia. Sempre que “a reescritura apresenta uma palavra ou expressão como tendo o mesmo sentido que a outra à qual se liga” (GUIMARÃES, 2007, p. 87), temos a substituição por sinonímia. Todavia, o que o autor enfatiza é o fato de a reescritura por sinonímia predicar algo de um termo sobre o outro a partir do próprio movimento polissêmico da reescritura. Não se trata, por essa via, apenas de uma retomada do mesmo. Corresponde, antes, a uma dilatação referencial que agrega à palavra reescrita efeitos outros por meio do movimento advindo do ato de predicar.

Nesse ponto gostaríamos de, em um movimento de ousadia, colocar em causa a própria perspectiva da sinonímia, uma vez que, por se tratar de um termo já cunhado em estudos de bases tradicionais com valor aparentemente oposto ao estabelecido pelo teórico, tememos que o fato de se falar em reescritura por sinonímia se faça emergir um valor conceitual destoante das concepções sobre sentido postulados pela própria Semântica da Enunciação. De acordo com a gramática, sinônimo é a “palavra ou expressão que possui o mesmo ou aproximadamente o mesmo, significado que outra, podendo substituí-la sem que haja prejuízo ou alteração de sentido.”²³ Com relação a esse conceito tradicional, nos posicionamos contra a noção de igualdade entre as palavras. Na nossa perspectiva, há, sim, uma ancoragem no dizer semelhante,

mas não uma equivalência. Há uma proximidade de sentidos, um redizer, um redizer que corresponde a um dizer diferente. Assim, o conceito de sinonímia na Teoria da Enunciação passa pelo dizer algo que está no mesmo domínio referencial do termo que foi dito, entretanto não é o mesmo, não é o igual.

Isso posto, passemos, neste momento, aos nossos procedimentos de análise, a fim discutirmos o domínio referencial que ancora a regularização do sentido da palavra *vadia* em nosso cotidiano social.

3 A PALAVRA *VADIA*: UM CAMINHO DE SIGNIFICAÇÃO

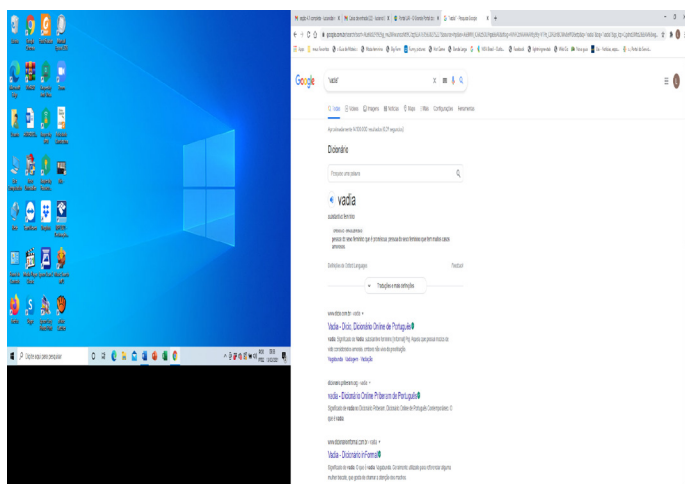
Antes de iniciarmos a discussão a que nos propomos neste texto, voltemos àquela fala do policial, em uma universidade do Canadá, que desencadeou a primeira Marcha das Vadias, a de que as mulheres deveriam evitar se vestir como vadias para não serem vítimas de assédio sexual. Essa palavra – *vadia* –, utilizada de forma negativa tanto por homens quanto por mulheres, é tão regularizada socialmente que, muitas vezes, não nos damos conta do escopo referencial que ela alimenta, dos memoráveis que se configuraram ao longo do tempo, movimentando efeitos de sentido que nos chegam hoje atualizados, em acontecimentos enunciativos nos quais é posta em causa. Vestir-se como *vadia* é um desses enunciados. Mas, afinal, o que é vestir-se como *vadia*? E em quais referenciais históricos se dá a ancoragem e a constituição de *vadia* como uma nomeação depreciativa da mulher?

Na tentativa de responder a essa questão, analisaremos enunciados que nos possibilitem explicitar o domínio referencial que ancora a regularização dos sentidos da palavra *vadia* com valor pejorativo, objetivo principal desta discussão. De forma institucionalizada/regulada, esses sentidos delimitam contornos sobre a identidade e a moralidade feminina, fixando memoráveis negativos e justificando, inúmeras vezes, o desrespeito, a agressão verbal e física, o

estupro e o feminicídio.

Ao fazer uma busca no site de pesquisas Google, com a entrada da palavra “vadia”, entre aspas, no dia 13 de março de 2021, encontramos, aproximadamente, 14.100.000 resultados. No topo da lista vinha, em destaque, um dos significados dicionarizados: “Vadia: substantivo feminino - 1. Ofensivo-brasileirismo; pessoa do sexo feminino que é promíscua; pessoa do sexo feminino que tem muitos casos amorosos.” 1. (01)

Figura 1 – Print da tela de busca da palavra ‘vadia’



Fonte: Site de pesquisas Google²

Outros seis dicionários apareciam, na data da pesquisa, na primeira página do site, significando, por meio do processo de reescrituração, a palavra vadia de diferentes formas (devassa,

9 Disponível em: https://www.google.com.br/search?ssrf=AleKk02PJ929yj_vw2NRwurxsxNtl9C7zg%3A1615638275227&source=hp&ei=A69MYI_IC6K-d5OUPqa66iA0&iflsig=AINFCbYAAAAAYE9Ey-VTPe_CDR2irIBC1Wv8eWD6etp&q=%22vadia%22&oq=%22vadia%22&gs_lcp=Cgdnd3Mt-d2l6EAM6BwgjEOoCECc6BAgjECc6BAguECc-6CwgAELEDEMcBEKMCOgUILhCxazoFCAAQsQM6AgguOggIABDHARCjAjoICC4QsQMqkwI6AggAOgQILhAKOggIABDHARCvAVCFoi1Ym68tY-MixLWgBcAB4AIABugGIAC0GkgEDMC43mAEo-AEBqgEHZ3dzLXdperABCg&sclient=gws wiz&ved=0ahUKEwjP8unLoa3vAhWiDrkGHSmXDtEQ4dUDCAc&uact=5. Acesso em: 13 mar. 2021.

10 Idem nota 19.

amoral, vagaba, vagabunda), todas sustentadas pelo mesmo referencial: o da negatividade. Sobre esse tipo de articulação linguística, Guimaraes (2007, p. 84), conforme já apresentamos aqui, sustenta que a reescrituração é “o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si”. Partindo dessa definição, escolhemos, dentre as reescrituras de vadia encontradas nos dicionários, o seguinte enunciado, como ponto de partida para as nossas análises: (02)

Figura 2 – Dicionário



Fonte: Site de pesquisas Google³

Para compreensão mais detalhada dos sentidos produzidos no enunciado (02) - “Aquela que possui modos de vida considerados amorais, embora não viva na prostituição” -, buscamos o significado de amoral⁴ que, de forma parafraseada, se refere aos modos de vida que não levam em conta os preceitos morais, ou seja, uma pessoa amoral seria aquela moralmente neutra (nem moral, nem imoral). Dessa forma, segundo o dicionário, vadia é aquela que não se

11 Disponível em: <https://www.dicio.com.br/vadia/Acesso em: 05 mar. 2021>.

12 Disponível em: https://www.google.com/search?rlz=1C-1GCEA_enBR888BR888&ei=Rf9LYIy6Lva_5OUP-0qeKkAg&q=amoral&oq=amoral&gs_lcp=Cgdnd3Mt-d2l6EAEYADIMCAAQsQMqQxXBGEpkB Acesso em: 05 mar. 2021.

importa com as questões da moral. Uma mulher amoral, portanto.

Pensando na amplitude de sentidos que uma palavra, em movimentos de ancoragem e projeções, pode mobilizar ao se materializar, decidimos expandir esse referencial dicionarizado de vadia, a partir de memoráveis recortados da história de enunciações dessa palavra. Embora tenhamos iniciado nossas discussões com a apresentação dicionarizada, nossa ação teve apenas o intuito de demonstrar como se efetiva de forma engessada a marca no cotidiano social de um efeito de sentido específico para o léxico de uma língua. O dicionário ainda é a fonte de consulta das pessoas aos significados e representa, portanto, no imaginário popular, uma espécie de fonte dos sentidos. Todavia sabemos que tais sentidos, em movimento, apresentam uma dinâmica que os dicionários têm dificuldade de captar, uma vez que, em busca de um efeito de estabilidade, esse gênero de texto desconsidera o enredamento que as significações das palavras adquirem sócio-historicamente.

Passemos, portanto, a tentar oferecer um olhar enunciativo - ou seja, um olhar situado em ocorrências históricas e sociais - para os efeitos de sentido que são produzidos pela palavra vadia, a partir de uma perspectiva ancorada em enunciações negativas sobre a mulher.

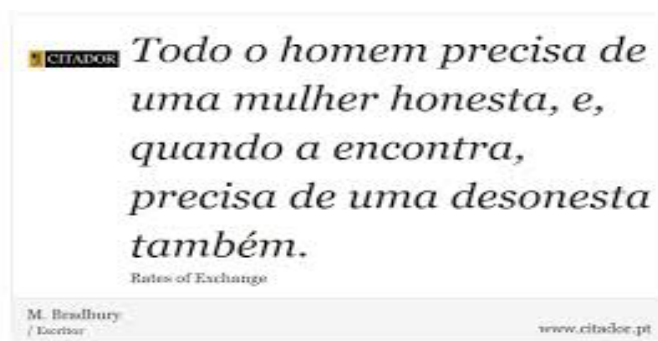
Recorremos, assim, a uma parte do nosso embasamento teórico sobre a história da mulher: a cidade de São Paulo dos anos entre 1890 e 1930. Acreditamos que, por meio de um contraste entre a nomeação vadia e o seu oposto, a esposa ideal, teremos uma base fértil de sentidos para além daqueles já regularizados pelos dicionários. Como já dito, nesse período os estereótipos e clichês sobre as mulheres prostituta e vadia emergiam com mais vigor, devido à grande industrialização e urbanização da cidade, reforçando o que já marcava o imaginário do povo brasileiro, ou seja, que existiam duas categorias de mulheres: as honestas e as desonestas. Esses tipos de mulheres não podiam ser confundidos, tampouco podiam se misturar. Assim, retoman-

do Rago (1991, p. 40), “por mais independente que fosse a ‘mulher honesta’, sua liberdade estaria sempre limitada no plano simbólico pela presença da meretriz”. Dessa forma,

a prostituta é construída como “um contra-ideal necessário para atuar como limite à liberdade feminina”, o que “facilitava a internalização do modelo ideal da boa dona de casa, por oposição” (RAGO, 1991, p. 40). Como o discurso masculino construiu a moralidade pública acerca da conduta feminina, o homem dizia a mulher, significava-a, na tentativa de domá-la, impondo códigos morais que condiziam com o seu desejo. Em vista disso, era comum que homens possuíssem duas mulheres, uma em casa, outra na rua, o que originou enunciados e memoráveis que ainda dão sustentação para dizeres que reafirmam esse pensamento, como no exemplo a seguir:

(03)

Figura 03 – Citador - frases



Fonte: Site de pesquisas Google.⁵

O enunciado (03) - “Todo o homem precisa de uma mulher honesta, e, quando a encontra, precisa de uma desonesta também” - mostra a separação da mulher em duas categorias contrárias, discutidas por Rago (1991): a esposa ideal (honestas) e a meretriz (desonestas). Essa oposição se encontra tão fortemente regularizada, que poderíamos reescrever as palavras “honestas” e “desonestas” do enunciado (03) da seguinte maneira:

13 Disponível em: <https://www.citador.pt/frases/todo-o-homem-precisa-de-uma-mulher-honesta-e-qu-m-bradbury-8462> Acesso em: 05 mar. 2021.

(03a) Todo o homem precisa de uma mulher dedicada ao lar, à família e aos afazeres domésticos, e, quando a encontra, precisa de uma que lhe ofereça (venda) sexo sem compromisso.

A reescritura feita só foi possível devido a memoráveis fundamentados na oposição entre os referenciais de um modelo ideal de mulher, para o compromisso, e o seu contraideal, para os prazeres fora da casa.

A fim de corroborar a reescritura do enunciado (03), vejamos dois ditos populares:

(04) “Dama em casa, puta na rua.”¹

Percebemos que (04) – “Dama em casa, puta na rua” – se constitui pela mesma dicotomia que (03) – “Todo o homem precisa de uma mulher honesta, e, quando a encontra, precisa de uma desonesta também” – a partir do princípio de que a mulher honesta sabe se portar de acordo com as regras e conveniências sociais, e a mulher desonesta, seu contrário, por sua vez, “é a *mulher* fácil, que se entrega a uns e outros, por interesse ou mera depravação.”² Assim, ao delimitarmos os sentidos de uma, estamos delimitamos, também, os sentidos da outra.

Vejamos o segundo dito popular, que produz efeitos de sentidos bastante próximos ao primeiro, e que compartilha do mesmo memorável, inscrevendo-se, portanto, no mesmo referencial histórico:

(05) “Tem mulher que é pra casar e tem mulher que é pra cama.”³

Em (05), a oposição também é marcada. Existe um tipo de mulher valorizada para o compromisso do casamento: a mulher honesta,

dona de casa, recatada, uma dama. E existe um tipo de mulher para o sexo: a mulher desonesta, não recatada, não do lar, uma vadia. Tal contraste situa tanto uma quanto outra no espaço que lhes é delimitado com relação à sexualidade, pois à mulher do lar não é permitido o exercício do desejo, justamente para não ser confundida com a prostituta/vadia. Isso pode ser notado nas próximas ocorrências que passamos a apresentar.

(06) *Tá rodada, tá rodada e ainda paga de gatinha*⁴

*Você já perdeu a linha, não existe solução
Tá rodada, tá pisada e ainda vem se oferecer
Outra vez tem que nascer pra conquistar
meu coração.*

O exemplo (06) é uma das estrofes da canção “Tá rodada”, do sertanejo Loubet. A palavra “rodada” refere-se aqui a uma comparação da mulher com a quilometragem do carro, ou seja, com a quantidade de quilômetros rodados. Corresponde em nossa análise a uma ‘coisificação da mulher’, que equivale a um objeto de desejo do homem. Assim, uma mulher “rodada” seria aquela que, usando uma enunciação feita por um alocutor-masculinista, já passou na mão de vários homens. Comparações desse tipo são realizadas em vários espaços enunciativos. A mulher rodada, segundo esse referencial, é aquela que já teve vários parceiros sexuais, o que não condiz com a expectativa social do casamento. Em comparação com a mulher honesta, que se porta socialmente de forma recatada, contida e anda na linha. O enunciado do segundo verso, “você já perdeu a linha”, se refere, portanto, a uma mulher não recatada e não contida – fora dos limites impostos, uma vez que andar na linha faz referência, possivelmente, a não desviar do caminho. Qual caminho? Aquele estipulado

14 Disponível em: <https://www.facebook.com/ManualDoSexus/posts/680571098736678/>. Acesso em: 13 mar. 2021.

15 Disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/383866201/mulher-honesta-conheca-a-origem-da-expressao>. Acesso em: 05 mar. 2021.

16 Disponível em: <https://ptdocz.com/doc/243163/ler-este-caderno>. Acesso em: 05 mar. 2021.

17 Disponível em: <http://www.justificando.com/2015/08/21/da-mulher-honesta-a-mulher-rodada-eu-vejo-o-futuro-repetir-o-passado/> Acesso em 05 mar. 2021.

socialmente, em grande medida pelos próprios homens. No último enunciado do terceiro verso – “ainda vem se oferecer”, o alocutor-cantor desqualifica a mulher ao finalizar a estrofe dizendo: “Outra vez tem que nascer pra conquistar meu coração.”

Para reafirmar essa regularização dos sentidos de vadia, reescriturados em (06), fixados por meio de dizeres que circulam socialmente, trouxemos a seguinte ocorrência:

(07)

Figura 04 – Página do Facebook – “Eu não mereço uma mulher rodada”



Fonte: Site de pesquisas Google⁵

O enunciado (07) – “Não adianta ser homem moda antiga com vadias modernas” rodadas...” – se sustenta no ponto de vista masculino de querer uma mulher à moda antiga, e corrobora a ideia de que uma grande parcela de homens deseja a mulher honesta, aquela que pode ser apresentada aos familiares e amigos, aquela para casar. O que não necessariamente o impediria de ter o seu contraideal: a mulher vadia, moderna e rodada, cujo referencial sustenta a desqualificação daquela que exerce a sexualidade de forma livre, ou por profissão. Percebemos isso quando fazemos uma leitura, em rede, do que é enunciado aqui, em (07), e do que está efetivado em (03) – “Todo homem preci-

sa de uma mulher honesta e, quando a encontra, precisa de uma desonesta também.” Embora não seja nosso foco trabalhar com imagens, a força expressiva da figura presente em (07) nos chama a atenção e vale um desvio do nosso trabalho para uma reflexão: apresenta uma silhueta de homem, que não possibilita identificação; esse homem, entretanto, tem uma flor em uma das mãos, cujo memorável nos leva aos dizeres de cortejo às moças direitas, àquelas não vadias; e o que parece ser uma vara na outra mão, que aciona um memorável que nos conduz ao instrumento e à prática de domar animais, ou seja, à dominação, própria da agressividade que circunda o ato sexual considerado adequado ao homem viril. Por essa via, poderíamos ousar questionar se seria a mulher vadia tão interessante quanto à honesta, então? Seria a mulher vadia um mal necessário à sociedade, então?

A página do Facebook da qual coletamos o enunciado (07) tem como título o seguinte dizer, como já apresentado na Figura (04):

(08) Eu não mereço uma mulher rodada.

É legítimo dizer que essa página, criada na rede social Facebook, se refere a um espaço de configuração pública cuja proposta é a de manter atuais os referenciais que ancoram a divisão da mulher em duas categorias, como já explicitado: a honesta e a desonesta, acompanhadas de todas as perspectivas produzidas para cada uma delas. Essa afirmação é possível devido aos conteúdos publicados na página, tanto verbais quanto imagéticos, e ao próprio título, que já ressalta qual é o espaço e as cenas enunciativas ali delimitados. O enunciado (08) – “Eu não mereço uma mulher rodada” – mobiliza a figura de um alocutor-masculinista, reconhecida pela constituição do dizer que, claramente, estabelece uma hierarquia entre os sexos: o homem, o superior, o que escolhe, o que diz “eu não mereço”; a mulher, a inferior, a que é julgada e condenada pela sua sexualidade livre. O enunciador, em questão, é um enunciador-individual, reconhecido pelo uso do pronome pessoal eu, mas que, ao abrir espaço para a publicação de vários

18 <https://www.facebook.com/Eu-n%C3%A3o-mere%C3%A7o-mulher-rodada-20-1672519856302098/>. Acesso em: 05 mar. 2021.

outros eus, legitima a coletivização dos efeitos de sentido de desqualificação da mulher, ao convocar para a cena instalada enunciadores-coletivos.

Diante das análises dos enunciados (03), (04), (05), (06), (07) e (08) cujos efeitos de sentido polarizam a mulher, dividindo-a em ideal e contraideal, podemos iniciar a construção do escopo referencial que ancora a significação

regularizada da palavra vadia, por meio da seguinte rede enunciativa:

Quadro 1 - Rede enunciativa 1: reescritura de vadia com valoração negativa

Nome	Domínio referencial
Vadia	é uma mulher desonesta
	não é para o casamento
	é para sexo sem compromisso
	é uma mulher rodada, que já teve vários parceiros sexuais
	é aquela de comportamento sexual reprovável

Fonte: Elaborado pela autora.

Os referenciais históricos que prendem a mulher a conceitos e nomeações masculinos de moralidade (também atualizados por alocutores/as femininos/as, a depender do espaço de enunciação no qual se encontram), nos possibilitam examinar, de maneira ainda mais aprofundada do que apresentamos na primeira rede enunciativa, os efeitos de sentido que as enunciações de vadia trazem. Com isso, como já pontuado, esperamos expandir os limites da significação dicionarizada dessa palavra. Vejamos os próximos exemplos que destacamos em nosso corpus. (09)

Figura 05 – Site Diário por escrever

Menina que usa batom vermelho é puta

29.08.2015

Hoje venho falar de algo um pouco mais sério, nas redes sociais, facebook, twitter, até no tumblr, tenho vindo a observar vários posts do género:

- "Menina que usa batom vermelho é puta" ❌

- "Se usas batom vermelho és puta, se usas batom rosa és perfeita" ❌

-



oficialov3

@oficialov3

sou puta e nem sabia



Esse conteúdo faz parte de um texto do gênero diário cujo título é: “Menina que usa batom vermelho é puta”. A cor vermelha é carregada de forte simbologia (é a cor do sangue - passagem de menina para mulher, da paixão, da violência) e representa socialmente a falta de moralidade feminina. Muitas mães proíbem suas filhas de usar essa cor nas roupas, no batom, no esmalte. Ou seja, os referenciais históricos que dividem a mulher (a ideal e a contraideal) circulam, se movem, atualizam-se e estão sempre projetando novos dizeres, em constante conflito. O segundo ponto marcado no diário diz: “Se usas batom vermelho, és puta, se usas batom rosa, és perfeita”. Percebemos que há sempre um limite de atuação para a mulher, um isso pode e um isso não pode, que tolhe as suas escolhas, como nessa narrativa do mesmo diário, sobre objetos proibidos às meninas direitas e às mulheres honestas:

Fonte: Site de pesquisas Google¹

19 [https://mcffontes.wixsite.com/diarioporescrever/single-](https://mcffontes.wixsite.com/diarioporescrever/single-post/2015/08/29/Menina-que-usa-batom-vermelho-%C3%A9-puta)

[-post/2015/08/29/Menina-que-usa-batom-vermelho-%C3%A9-puta](https://mcffontes.wixsite.com/diarioporescrever/single-post/2015/08/29/Menina-que-usa-batom-vermelho-%C3%A9-puta). Acesso em: 05 mar. 2021.

Vou contar-vos uma pequena história, eu quando andava no 7º ano, comprei umas luvas rendadas, eu adorava aquelas luvas, e um dia levei-as vestidas para a escola, os comentários eram terríveis "pareces uma puta com essas luvas" ou "isso fica-te mal", na altura eu deixei de usar as luvas, ficaram guardadas escondidas do mundo. Agora? Simplesmente não me importo, agora tenho amigos que me aceitam como sou.  Não mudem por ninguém.

Os dois discursos diretos presentes nos enunciados em (10) – “pareces uma puta com essas luvas” e “isso fica-te mal” – são de julgamento de valor negativo ao acessório usado pela menina estudante: uma luva rendada. Isso mostra que os xingamentos, os rótulos e a limitação da subjetividade e do desejo femininos começam nos primeiros anos de formação, diríamos até, nos primeiros anos de vida. Acontecimentos enunciativos como esse, a partir dos movimentos de ancoragem, atualização e projeção, constituirão, em rede com outros enunciados, sustentação para novos sentidos negativos, assim como para novos dizeres que os tensionem, dividindo, assim, o espaço enunciativo.

Na mesma direção do que analisamos no exemplo (10), trazemos outro enunciado, coletado na Página “Eu não mereço uma mulher rodada”, do Facebook, sobre a qual já falamos anteriormente.

(11)

Figura 06 – Página do Facebook - Eu não mereço uma mulher rodada



Fonte: Site de pesquisas Google²

20 Disponível em: <https://www.facebook.com/Eu-n%C3%A3o-mere%C3%A7o-uma-mulher-rodada-20-1672519856302098> Acesso em: 05 mar. 2021.

O enunciado (24) – “Se veste como prostituta, mas exige ser tratada como uma dama” – apresenta, mais uma vez, um ponto de vista que orienta enunciativamente para a existência de dois tipos distintos de mulher. Da mesma forma que nos enunciados anteriores (09) e (10), a maneira como a mulher se veste, se porta, se expressa, ou seja, a maneira como se apresenta, já denuncia a qual tipo ela pertence. Dessa forma, aquela que usa roupas curtas e mostra o corpo é nomeada como prostituta/vadia, já que, citando uma frase retirada da mesma página, presente no imaginário de muitos homens e mulheres, “Roupas foram feitas para ocultar, e não para descobrir e revelar.” Concluimos, com isso, que a honesta oculta e a vadia revela. Vale ressaltar que, embora o nome vadia não apareça de forma explícita nos enunciados (09) a (11), estamos considerando, também, para fins de análise da palavra vadia, termos como puta e prostituta, uma vez que já demonstramos a aproximação entre os efeitos de sentido de tais palavras em nossos pressupostos teóricos.

A partir dos enunciados (09), (10) e (11), produzimos novos efeitos para o que seria parte da constituição de sentido de vadia:

Quadro 2 - Rede enunciativa 2: reescritura de vadia com valoração negativa

Nome	Domínio referencial
Vadia	usa batom vermelho
	usa acessórios rendados
	usa roupas curtas e revela o corpo

Fonte: Elaborado pela autora.

Analisando os enunciados do quadro, podemos dizer que a vadia é a mulher que se apresenta de forma chamativa, indevida. Seja na forma de vestir, falar, ou se portar. Aqui percebemos que ser vadia assume o contorno de ter vaidade. Ou seja, não se trata mais de ser honesta ou desonesta apenas e, sim, de cuidar ou não de si a partir do que julga belo e adequado, a partir do que a valoriza como mulher. Para

não ser vadia, não basta, portanto, dar conta da casa e de seu marido e ser recata sexualmente; é preciso, também, não se fazer notar.

Além dos exemplos que já analisamos aqui, em nossas buscas por enunciados que significassem vadia, encontramos uma plataforma chamada “Comum”¹, que se identifica como um espaço de educação e desenvolvimento humano para mulheres, a partir de uma perspectiva de gênero e diversidade. Nesse espaço, há um texto, trazendo várias significações sobre o que é ser uma mulher vadia, do qual retiramos o seguinte fragmento:

(12)² A próxima “vadia” é você!

Se ele queria fazer sexo e você disse não, é uma vadia moralista.

Se você queria fazer sexo e ele também, você é uma vadia rodada.

Se ele quer ter um relacionamento com você e você não quer nada com ele, é uma vadia que se acha melhor que os outros.

Se você quer ter um relacionamento com ele e ele não, você é uma vadia interesseira.

Se ele disse “eu te amo” e você não respondeu porque não sente o mesmo, é uma vadia que não se importa com o sentimento dos outros.

Se você disse “eu te amo” mesmo sem ter um relacionamento, é uma vadia querendo se fazer de sentimental.

E quando você for chamada de vadia, isso só mostra que você colocou suas vontades e desejos em primeiro lugar.

Esse texto explicita, a partir de um alocutor(a)-feminino/feminista, o que é ser vadia para a maioria dos homens. Rago (1991) afirma que a sexualidade feminina assusta os homens. Assim, quando se veem frente aos desejos e limites ditos por uma mulher, muitos deles se voltam para as imposições, as normas do convívio social, a moralidade, criadas por eles mesmos. As duas figuras de

mulheres, produzidas a partir da hierarquia entre os sexos – a ideal e a contraideal –, não se unem facilmente no discurso masculino, devido aos sólidos referenciais históricos dessa divisão, e às enunciações masculinistas que os sustentam.

O título, parte do enunciado (12) “A próxima ‘vadia’ é você!”, condensa bem uma situação vivida por inúmeras mulheres: a de serem chamadas de vadias, não importa qual decisão seja tomada. Ser mulher, portanto, já se oferece como potencial para significar ser vadia. Para isso acontecer, basta que não haja um enquadramento e uma aceitação de enunciações masculinistas que circulam na sociedade. Pensamos que o enunciado descrito, a seguir, na rede enunciativa (3), apresenta potencial encapsulador dos demais enunciados que construíram as redes apresentadas nesta seção.

Quadro 3 - Rede enunciativa 3: reescritura de vadia com valoração negativa

Nome	Domínio referencial
Vadia	É a mulher que exerce suas vontades e seus desejos em primeiro lugar.

Fonte: Elaborado pela autora.

Com efeito, nossa rede enunciativa final poderia ser construída, de acordo com o corpus que analisamos, da seguinte maneira:

21 Disponível em: <http://www.comum.vc/conteudo-aberto/2016/11/29/a-proxima-vadia-e-voce>. Acesso em: 20 mar. 2021.

22 Disponível em: <http://www.comum.vc/conteudo-aberto/2016/11/29/a-proxima-vadia-e-voce>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Quadro 4 - Rede enunciativa 4: reescritura de vadia com valoração negativa

Nome	Domínio referencial
Vadia	é uma mulher desonesta
	não é para o casamento
	é para sexo sem compromisso
	é uma mulher rodada, que já teve vários parceiros sexuais
	é aquela de comportamento sexual reprovável
	usa batom vermelho
	usa acessórios rendados
	usa roupas curtas e revela o corpo
	É a mulher que exerce suas vontades e seus desejos em primeiro lugar.

Fonte: Elaborado pela autora.

Após ampliar as significações da palavra vadia para além dos sentidos dicionarizados, por meio de um processo de análise, faremos, agora, um movimento inverso, o de síntese. Assim, a partir das redes enunciativas produzidas, julgamos que é possível significar a mulher vadia, pela perspectiva da regularização de sentido que ainda a circunda, investida dos domínios referenciais que a ancoram, da seguinte forma:

Vadia é toda mulher que não corresponde às expectativas do discurso masculinista.

Ao iniciarmos as análises com o enunciado (02) - “Aquele que possui modos de vida considerados amorais, embora não viva na prostituição” e finalizarmos com a síntese das redes enunciativas criadas, que significa a mulher vadia como toda mulher que não corresponde às expectativas do discurso masculinista, percebemos um grande salto na movimentação dos efeitos de sentidos, os quais, olhados em sua superfície, apenas por meio do sentido dicionarizado, ocultam referenciais fundamentais das bases da opressão da mulher.

CONCLUSÃO

Durante a escrita deste texto, fomos agenciadas pela língua a dizer. O fato é que a língua nos oferece palavras, sons e modos com-

binatórios, como diz Guimarães (2018), que são próprios dela mesma e, com isso, temos à disposição tanto os elementos que nos oferece quanto a possibilidade de criar outros até então inexistentes, desde que autorizados pelas regularidades que sustentam o linguístico. Entretanto, mesmo as palavras que criamos, o fazemos segundo uma prática já existente, já prevista, de certa forma, nos modos de combinar, nos modos de significar. Além de sermos agenciados pela língua em função da sua estrutura, também somos agenciados por ela enquanto participantes de um dizer social, que se configura a partir dos lugares nos quais enunciamos. Dessa forma, ao propormos um olhar investigativo sobre a regularização de sentido da palavra vadia, tentamos realizar um movimento que toma a enunciação como responsável pela dinâmica social, histórica e, portanto, enunciativa de significação das palavras.

REFERÊNCIAS

- CLARK, S. Pensando com Demônios. A ideia da bruxaria no princípio da Europa Moderna. São Paulo: EDUSP, 2006.
- DEL PRIORI, M. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: DEL PRIORI, M. (Org.), História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997. p. 78-114.

DIAS, L. F. Enunciação e relações linguísticas. Campinas: Pontes, 2018.

FOUCAULT, M. (1969). A arqueologia do saber. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GUIMARÃES, E. Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação. Campinas, São Paulo: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, E. Domínio semântico de determinação. In: A palavra: forma e sentido. Campinas: Pontes, 2007.

GUIMARÃES, E. Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação. 4.ed. Revisada. Campinas, São Paulo: Pontes, 2017.

GUIMARÃES, E. Semântica: enunciação e sentido. Campinas, São Paulo: Pontes, 2018.

PÊCHEUX, M. Discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1997.

RAMINELLI, R. E. T. In: DEL PRIORI, M. (Org.), História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.

RAGO, M. Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890 – 1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SILVA, C. D. Glossário da Semântica da Enunciação. 2019. 50f. Trabalho de Estágio Pós-Doutoral (Pós-Doutorado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: http://www.lettras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/nucleos/enunciar/Diniz_Gloss%C3%A1rio.pdf. Acesso em: 02 fev. 2021.

SOUZA, L. M. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DISCURSO, PANDEMIA E FAKE NEWS EM/NAS REDES: ENTRE OS EFEITOS DE VERDADE E OS CONFRONTOS DISCURSIVOS

Patricia Adriana Silva Freire¹

Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes²

RESUMO

Com a pandemia da Covid-19 instaurada em 2020, pelo novo coronavírus, a produção e circulação de notícias falsas – ou fake News – se intensificaram fortemente nas mídias digitais, causando também uma situação de infodemia. Neste artigo, objetivamos analisar o discurso das fake news sobre uso de remédios caseiros para o tratamento da COVID-19. O corpus foi constituído por três publicações digitais, comprovadamente consideradas fake news, com alguns comentários. As análises, ancoradas na Análise do Discurso pêcheuxtiana, mostram que o discurso das fake news, afetado pelo discurso do senso comum, funciona em antagonismo ao discurso científico e produz efeitos de verdade e de eficácia dos remédios caseiros ao tratamento do vírus. As mídias digitais funcionam como aparelho de interpelação ideológica, com grande adesão de internautas à posição-sujeito de defesa das fake news.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso *Fake News*. Pandemia Covid-19. Discurso digital. Redes sociais. Posição-sujeito.

SPEECH, PANDEMIC AND FAKE NEWS IN/ON NETWORKS: BETWEEN THE EFFECTS OF TRUTH AND THE DISCURSIVE CLASHES

ABSTRACT:

The Covid-19 pandemic established in 2020 by the new coronavirus caused a strong intensification of the production and circulation of fake news in digital media, as well as an infodemic situation. In this article, we aim to analyze the discourse of fake news about the use of home remedies for the treatment of covid-19. The corpus consisted of three digital publications, demonstrably considered fake news, with some comments. The analyses, based on the Discourse Analysis in the perspective of Pêcheux, show that the fake news discourse, affected by the common sense discourse, works in antagonism to the scientific discourse and produces effects of truth and efficacy of home remedies for the treatment of the virus. The digital media work as a device of ideological interpellation, with great adherence of internet users to the subject-position of defense of fake news.

1 Mestranda em Linguística (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB). E-mail: 2021a0038@uesb.edu.br

2 Doutora em Letras/Linguística (Universidade Federal de Pernambuco – UFPB). E-mail: gcortes@uesb.edu.br

KEYWORDS: Fake News Discourse. Covid-19 Pandemic. Digital discourse. Social networks. Subject-position.

INTRODUÇÃO

No final de 2019 e início do ano de 2020, surgiu um vírus altamente contagioso, o novo Coronavírus, que se espalhou por todo o mundo, contaminando e levando à morte um grande número de pessoas. Um vírus totalmente novo e desafiador para cientistas, pesquisadores e governantes, levando as autoridades internacionais e nacionais de saúde a elaborar protocolos de combate e controle do vírus.

O mundo já passou por outras pandemias, mas os problemas surgidos com a COVID-19 (doença provocada pelo novo Coronavírus) não se restringiram à esfera da saúde, causando impactos também na economia, com o fechamento de comércios e de fronteiras, nacionais e internacionais. Desse modo, os governantes ficaram perplexos em meio à gravidade da pandemia e seus desdobramentos.

Em meio ao caos causado pelo novo Coronavírus, os meios de comunicação em massa e as redes sociais passaram a divulgar, diariamente, uma imensidão de informações e notícias sobre o novo vírus - e como combatê-lo -, sobre a doença, o número de contaminados e de mortes. Ao mesmo tempo, também começaram a surgir muitas fake news acerca da pandemia e do seu enfrentamento, que rapidamente se espalharam pelas redes sociais, causando um grande desserviço às instituições de saúde, à sociedade, de modo geral, e dando origem a vários confrontos discursivos.

Nesse cenário, as tecnologias midiáticas digitais, instauradas pela internet, possibilitaram um crescimento assustador do discurso de notícias falsas ao longo da pandemia. Entretanto, o discurso das fake news não surge com a chegada da pandemia, já funciona historicamente. Courtine (2006), postula que a arte do mentir político é antiga, remonta desde a “Re-

pública” de Platão e também na obra “O Príncipe” de Maquiavel, nas quais traziam “a arte de fazer o povo acreditar em falsidades salutares”; essa “arte” sofreu modificações ao longo do tempo, sobretudo, na contemporaneidade, com o advento da internet, se intensificou e ganhou roupagem nova, com uma força maior, devido ao modo de produção e circulação dos discursos midiáticos digitais, pois “A mentira hoje é eletrônica, instantânea, global” (COURTINE, 2006, p.23).

Desse modo, a denominação fake news é recente, embora seja uma prática antiga, tornou-se ainda mais perigosa, tendo em vista o funcionamento em/nas redes, com alto poder multiplicador no espaço e no tempo, de forma célere. Essa prática discursiva funciona com efeitos determinantes na sociedade, no jogo político, nas relações de poder.

Na atualidade, em tempos de pandemia, o crescimento do discurso das fake news impôs um rigoroso trabalho aos profissionais jornalistas, que passaram a utilizar da verificação das notícias internamente, até surgirem as agências de checagem de notícias, que atuam “exclusivamente para a tarefa de verificar e validar (ou não) textos e imagens em circulação sob a suposta rubrica de “notícias” (PALÁCIOS, 2019, p. 82).

De acordo com Palácios (2019, p. 84), a primeira experiência em checagem de notícias no Brasil ocorreu em 2010, no período da campanha eleitoral. No entanto, as agências de checagem jornalística começaram a atuar em 2015, quando também foi criado o site “Aos Fatos”, exclusivamente dedicado à checagem de notícias jornalísticas e em 2016 foi criada a LUPA, a primeira agência de fact cheking do Brasil. O propósito era verificar a veracidade total ou parcial de notícias que circulavam na internet, principalmente nas redes sociais.

Desde o início da pandemia, as pessoas passaram a buscar mais informações por meio de telejornais e da internet. Todavia, a insegurança instaurada pelo medo da doença favoreceu a crença em toda e qualquer informação sobre a pandemia. Nesse cenário, notícias falsas ganharam força e as agências de checagem de notícias também passaram a atuar diariamente no combate às fake ews, como iremos demonstrar em nossas análises.

Portanto, o trabalho tem por objetivo analisar os discursos das fake ews sobre o tratamento da COVID-19, em circulação nas mídias digitais, considerando que estas potencializam altamente a circulação dos discursos, pois funcionam como maquinarias de/em redes discursivas, maquinarias de automatização da produção e circulação dos discursos (DIAS, 2019).

Para a constituição do corpus, efetuamos um recorte³ de excertos de três publicações que abordam o uso de remédios caseiros e alimentos naturais que supostamente combatem a COVID-19, as quais circularam originalmente nas redes sociais Facebook, Youtube, Twitter e WhatsApp; posteriormente, após checagem – por profissionais que usam ferramentas inerentes ao jornalismo investigativo e atuam nas instâncias especializadas em monitoramento e investigação de campanhas de desinformação na internet –, essas publicações foram constatadas como fake ews e disponibilizadas nos sites das agências “Aos Fatos” e “LUPA”, de onde extraímos as três sequências discursivas para esta análise, a partir da captura de tela.

Como o ciberespaço é caracterizado pela dispersão, utilizamos o recorte temporal de março⁴ – quando surgiram os primeiros casos de Covid no Brasil – a dezembro de 2020, período em que a circulação do vírus (primeira onda)

estava em um processo de tentativa de controle.

O trabalho tem por base os pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso de filiação pêcheuxtiana (doravante AD). No quadro teórico da AD, o discurso é compreendido como efeito de sentidos entre interlocutores (PÊCHEUX, 2010, p. 81) e se materializa na língua – o lugar material onde os efeitos de sentidos são realizados (PÊCHEUX; FUCHS, 1997) – na tensão entre o sujeito e a ideologia, já que língua, em sua opacidade, produz sentidos por e para sujeitos.

Nesse sentido, o sujeito do discurso, constituído juntamente aos sentidos, não é o sujeito pragmático ou empírico, mas é construído ideologicamente; um sujeito descentrado, afetado pela historicidade e atravessado pelo inconsciente; nesse processo, a língua não é transparente, o efeito de transparência dos sentidos é produzido pela ideologia (PÊCHEUX, 1997).

O sujeito discursivo não é fonte do sentido e dono do seu dizer, mas é conduzido a ocupar uma dada posição no discurso (PÊCHEUX; FUCHS, 1997), assim, uma posição-sujeito resulta das relações com uma dada formação discursiva (FD), definida por Pêcheux como aquilo que numa formação ideológica dada, em uma conjuntura sócio-histórica dada, determina o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, 1995).

De acordo com Pêcheux (2009, p. 159-160), essa tomada de posição não deve ser percebida como

ato originário do sujeito-falante: ela deve, ao contrário, ser compreendida como o efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso transversal, isto é, o efeito da “exterioridade” do real ideológico-discursivo, na medida em que ela “se volta sobre si mesma” para se atravessar (PÊCHEUX, 2009, p. 159-160).

Portanto, sujeito e sentido são efeitos do interdiscurso, que segundo (Pêcheux, 2009), constitui-se da memória longa, que consiste em um conjunto de dizeres já ditos, pré-construí-

3 Segundo Orlandi (1986, p. 121), o recorte é uma “unidade discursiva que se constitui de fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação.

4 Este estudo é um recorte da nossa pesquisa de Mestrado, desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da UESB, sob a orientação da Professora Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes.

dos, que têm relação com outro(s) discurso(s) já proferido(s). O sujeito não cria nada, os discursos estão sempre em movimento, significando e sendo ressignificado, afetado pela ideologia.

Pêcheux (2009) assevera que o interdiscurso é sempre algo que já foi falado antes em algum lugar. Conforme o autor, a memória inscrita em uma dada formulação pode sofrer choques e reatualizar os mesmos sentidos ou romper com uma Formação Discursiva (FD) dada e se reconfigurar em uma nova FD. Ou seja, nesse processo pode haver efeitos de paráfrases – retomadas com o mesmo sentido – ou ruptura, ressignificação, deslizamento. Esse processo se dá na tensão constante e contínua, a partir de um jogo de forças da memória (PÊCHEUX, 2019).

Ainda de acordo com Pêcheux (1999), todo sujeito é atravessado pela memória do dizer, definida por ele, como “um espaço de deslocamentos, réplicas, polêmicas e contradiscurso” (PÊCHEUX, 1999, p. 56) e como “aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem estabelecer os implícitos (...) de que a sua leitura necessita: a condição do legível em relação o próprio legível” (PÊCHEUX, 1999, p. 51). Cabe ressaltar que os implícitos mencionados por Pêcheux diz respeito aos pré-construídos, definidos como “ao sempre-já-ai da interpretação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob forma da universalidade (o mundo das coisas)” (PÊCHEUX, 2009, p. 151). Em outras palavras, o pré-construído remete a uma construção anterior e exterior, elemento do interdiscurso que é retomado e/ou reinscrito no intradiscurso (formulação do sujeito), ou seja, todo discurso é determinado pela memória (supostamente esquecida) e por pré-construídos ou “já-ditos” do interdiscurso.

Dessa forma, a noção de interdiscurso e memória são centrais neste estudo, bem como outras noções teóricas que serão mobilizadas ao longo das análises, para ampliar a nossa compreensão acerca do funcionamento do discurso das fake news sobre a pandemia da Covid-19. Mobilizaremos, ainda, a noção de discurso digital

para alargar a nossa compreensão sobre o funcionamento da circulação das discursividades digitais e seus efeitos.

Segundo Dias (2018), o digital deve ser tomado como materialidade, como discursividade e não apenas como suporte tecnológico próprio do ambiente virtual. Nas palavras da autora “da perspectiva da Análise de Discurso, o digital é um campo de discursividades constitutivo do espaço, do sujeito e do sentido, do conhecimento, com sua materialidade própria” (Dias, 2016, p. 18). Os estudos do discurso digital buscam refletir sobre os processos de constituição dos sentidos materializados nos discursos pelo digital, bem como compreender os efeitos de sentidos que o discurso digital engendra na sociedade e interpela os sujeitos.

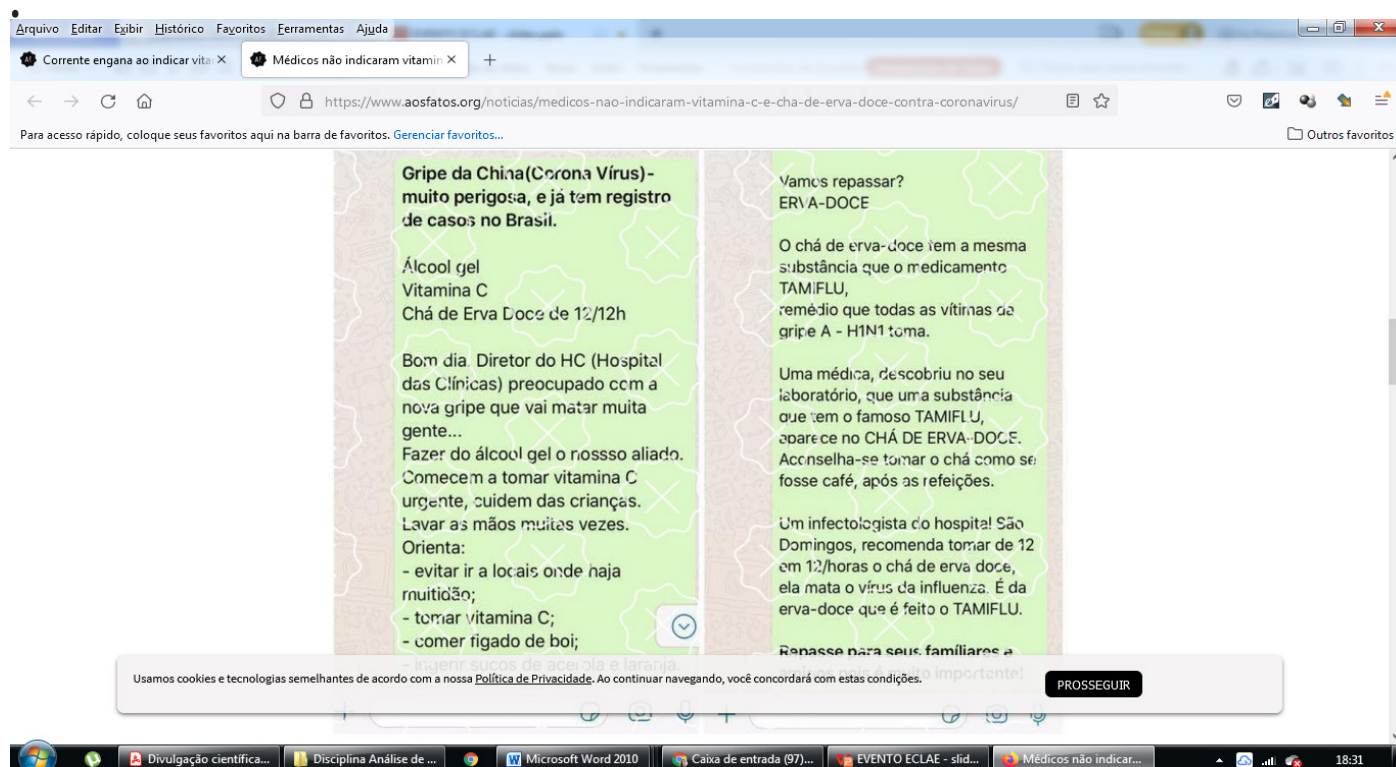
A esse respeito Cortes (2015, p. 27) postula que “a concepção do virtual vai além de seus aspectos tecnológicos, pois sua constituição também envolve o espaço físico e o discursivo, sendo este pensado articuladamente à história, afetado pela exterioridade”. Assim, é importante considerar que o digital trouxe novas redes de discursividades que afetou as relações, a vida social como um todo, o que possibilitou a produção/movimentação de novos sentidos, de confrontos ideológicos, a partir de processos específicos do digital.

A partir dos pressupostos apresentados, passaremos aos nossos gestos analíticos, na próxima seção.

Gestos de análises

Abaixo, apresentamos duas sequências discursivas, coletadas dos sites “Ao Fatos” e uma sequência do site “LUPA”.

Figura 1 – SD1 – post do site “Aos Fatos”



Post veiculado nas redes sociais e checado pelo site “Aos Fatos”. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/medicos-nao-indicaram-vitamina-c-e-cha-de-erva-doce-contr-coronavirus/>

A primeira sequência discursiva (SD1), é constituída de um post publicado no site da Agência de Checagem de Fake News “Aos Fatos”. Esse post circulou pelas redes sociais e materializa o discurso das fake ews, com as seguintes recomendações para o tratamento da Covid-19: “tomar vitamina C, comer fígado de boi...” ; o discurso, atravessado pelo discurso do senso comum, produz o efeito de sentido de que algumas substâncias e alimentos – já usados no tratamento de gripes comuns, também seriam eficazes no combate à Covid-19. Há também a indicação de chá de erva-doce como medida eficaz para eliminar o novo Coronavírus que causa a Covid-19: “o chá de erva doce tem a mesma substância que o medicamento TAMIFLU”, medicamento famoso que “todas as vítimas da gripe A- H1N1 toma”. Ao associar o chá de erva doce ao medicamento TAMIFLU produz um

efeito de sentido de confiabilidade, pois confere ao chá um efeito da mesma eficácia do remédio, já testado e aprovado cientificamente.

Outro artifício usado no discurso das fake ews em pauta, para produzir o efeito de veracidade, é a associação de nomes de supostas autoridades profissionais e institucionais da área da saúde à construção da postagem, como podemos verificar nas formulações: “Diretor do HC (Hospital das Clínicas) preocupado com a nova gripe que vai matar muita gente...”; “uma médica descobriu, em seu laboratório, que uma substância que tem no famoso TAMIFLU aparece no chá de erva doce”; e “infectologista do Hospital São Domingos, recomenda tomar de 12h em 12 horas, o chá de erva doce, ele mata o vírus da influenza”.

Destacamos os termos “diretor de hospital”, “uma médica” e “um infectologista”, [...]

“pesquisa desenvolvida em laboratório”, os quais mobilizam a memória de sentidos de autoridade científica na área da saúde, produzindo ideologicamente efeitos de legitimidade e uma posição-sujeito de credibilidade às fake news, mas também à produção de gestos de compartilhamentos, os quais estendem e ampliam cada vez mais a rede de notícias falsas, pela facilidade de circulação.

Vale destacar que a utilização de nomes de autoridades profissionais e institucionais, mesmo sem a devida comprovação de autenticidade, imbricadamente ao uso de informações incompletas e verdades parciais, são artifícios próprios do discurso das fake News, que visa produzir o efeito de sentido de verdade e credibilidade, o que gera um impacto ainda maior à desinformação.

Na perspectiva da AD pecheuxtiana, todo discurso é constituído por relações de forças e de sentidos e é afetado pela exterioridade, ou seja, pela memória e pela ideologia. O discurso digital segue essa mesma lógica, mas com condições de produção que lhes são específicas e peculiares, como já ressaltado.

Dias (2018) postula que o digital se formula no instante de sua circulação e isso promove diferenças na produção dos sentidos. A autora afirma ainda que o digital “é um campo de discursividades constitutivo do espaço, do sujeito e do sentido, do conhecimento, com sua materialidade própria” (DIAS, 2016, p. 18). Ou seja, a discursividade no digital abrange tempo e espaço sem “limitações”, características próprias do virtual. Dessa forma, todas as interfaces e possibilidades do digital afetam as formas de constituição do sujeito e seus modos de individualização e subjetivação e como isso interfere nos processos de resignificação do funcionamento dos discursos.

Assim, nas mídias digitais o indivíduo internauta é constantemente interpelado pela ideologia à adesão ao discurso das fake news, já que este, mesmo constituído de falsidades, produz efeito de veracidade e legitimidade.

A seguir, veremos mais uma sequência discursiva (SD) do nosso corpus

Na sequência discursiva 02, coletada do “site” da Agência de Checagem de Fake News “Aos Fatos”, temos um post que também circulou, principalmente, nas redes sociais Facebook e WhatsApp, que constitui a SD2, cujas formulações tratam de supostos conselhos para a prevenção e combate à Covid-19, a exemplo das recomendações: “Vitamina C 1.000mg e Vitamina E”, “ovo uma vez por dia”, “consumir alimentos acima do nível de acidez do vírus”, bem como “das 10hs às 11hs, estar ao sol durante 15 a 20 minutos; descansar/dormir no mínimo 7-8 horas; Beber 1,5 litros de água...”. Conforme a matéria, tais medidas adotadas em casa, seriam eficazes no tratamento da Covid-19: “E é tudo o que fazemos no hospital para fortalecer o sistema imunológico”.

Nas SDs em análise, o discurso é atravessado por sentidos do empirismo e do senso comum, que atualiza a memória da cura por remédios caseiros, aplicados sempre em episódios de surto de gripes, seja elas gripes simples ou não; são já ditos do interdiscurso que produzem sentidos de confiabilidade ao discurso das fake news sobre o uso de alimentos e chás no combate ao vírus. Os efeitos de sentidos de veracidade e de legitimidade desse discurso se instauram, especialmente pela formulação “Conselho dos hospitais de isolamento: podemos ter em casa os mesmos cuidados que são tomados no hospital”; nesse caso, o termo hospital atualiza uma memória de um órgão composto por autoridades médicas e profissionais especialistas em saúde, e assim produz-se o efeito de que as indicações em questão seriam confiáveis e seguras.

Na materialidade em questão (SD2), também funciona sentidos sobre o PH do Coronavírus (6,5 a 8,5); segundo a formulação, os alimentos com teor de PH acima de 8,5, como “Banana e limão verde – 9,9 pH, limão amarelo – 8,2 pH, Abacate – 15,6 pH...”, por estarem acima do PH apresentado pelo novo Coronavírus, poderiam eliminá-lo do corpo da pessoa

que os consumissem. Assim, as formulações do discurso das fake ews, em pauta, recorrem, estrategicamente, a termos do jargão farmacológico e científico para a produção de efeito de sentido de confiabilidade, legitimidade e de veracidade.

A memória discursiva, constituída de já-ditos, é atualizada nas formulações do discurso, em forma de paráfrase – o retorno do mesmo sentido, ou pela instituição da polissemia, que instaura o deslizamento de sentidos (ORLANDI, 2012). Nas sequências analisadas não houve ruptura ou deslizamentos, mas efeitos de estabilização parafrástica, a partir da atualização da memória na crença que remédios caseiros são eficazes para combater sintomas gripais, incluindo a COVID-19.

Identificamos também que a notícia teve várias curtidas e mais de 300 compartilhamentos. Tais gestos de interpretação produzem efeito de confiabilidade, impulsionando a circulação em/nas rede(s). Nesse sentido, vale enfatizar que no discurso digital tudo produz sentidos: os ícones, emotions, curtidas, hashtags, links, comentários e compartilhamentos servem para produzir sentidos para/por sujeitos. Tais recursos digitais são utilizados pelo sujeito do discurso e afetam a produção e constituição dos sentidos. Segundo Dias e Couto (2011), ao curtir e compartilhar a notícia, ao usar emotions e hashtags, o sujeito se subjetiva em um lugar, se identifica com o discurso e assume uma posição-sujeito de adesão e produz efeito de sentido de confiança e legitimidade ao discurso.

De acordo com Silva (2018, p. 21), “a prática do compartilhamento de notícias falsas só é possível, quando o jornalista publica uma notícia sem conferir a fonte ou a publica de maneira tendenciosa”. Já Palácios (2019) aponta como fatores explicativos para a geração de notícias imprecisas ou falsas “a aceleração dos processos de produção da informação jornalística, a partir da mecanização e crescimento físico da escala de produção, por um lado, e a deliberada fabricação de fakes, pelo outro” (PALÁCIOS, 2019, p. 80).

Vale ressaltar que a produção e circulação de notícias não se restringe ao espaço jornalístico, como se caracterizava outrora. Com o advento da internet e a popularização das redes sociais, essas passaram a ser também meios de produção, formulação e circulação de notícias e ditos, o que potencializa a produção e circulação do discurso das fake ews.

Um estudo do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação (Gpopai) da Universidade de São Paulo (USP)⁵ releva que 12 milhões de brasileiros compartilham notícias falsas pelas redes sociais, por variados interesses, como ideologia, poder, política, financeiros etc.

No que se refere aos interesses financeiros, muitos sites lucram com anúncios no Google de informações inverídicas e/ou distorcidas. Durante a pandemia causada pelo novo coronavírus, a proliferação de fake ews era diária e segundo uma reportagem do site jornalístico de investigação de ewss “Aos Fatos”⁶, sete sites lucraram muito dinheiro proliferando fake ews sobre a COVID-19, através do uso da plataforma de monetização Google AdSense⁷ para converter em dinheiro os cliques em seus sites.

Dessa forma, é perceptível o poder do discurso das fake ews, por seus efeitos ideológicos e interesses econômicos escusos que podem afetar a sociedade de forma significativa, como ocorrido durante a pandemia, em que levaram muitas pessoas aderirem aos discursos fakes, como a confiança que remédios caseiros milagrosamente seriam eficazes no combate e tratamento da COVID-19. Embora os remédios caseiros

5 Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/01/02/interna_politica,928147/12-milhoes-de-brasileiros-compartilham-fake-news-diz-pesquisa.shtml.

6 Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/como-sete-sites-lucraram-com-anuncios-no-google-ao-publicar-desinformacao-sobre-pandemia/>.

7 O Google AdSense é uma maneira de os editores ganharem dinheiro com conteúdo on-line. Ele relaciona anúncios ao seu site com base nos visitantes e no conteúdo disponível. Os anúncios são criados e pagos pelos anunciantes que querem promover produtos.

e chás possam auxiliar no tratamento de algumas doenças, amenizando dores e mal estar, a exemplo de sintomas gripais comuns, eles não combatem/eliminam o novo corona vírus, portanto, as sugestões e recomendações desses chás caseiros para o combate e cura da Covid-19 se constituem como discursos de fake ews.

Dias (2018), ao discorrer sobre o discurso digital e suas características próprias, destaca o funcionamento da circulação, associadamente à temporalidade da internet; para a autora, o tempo do digital é o do acesso e da circulação, em tempo real e passível de atualizações quando acessado; por outro lado, é também importante considerar à “legitimidade” e questões de autoria dos materiais dispostos na internet. Estes são aspectos importantes que devem ser levados em conta na análise das práticas discursivas das fake ews, em especial, no que tange à circulação desse discurso. Como já salientado, as agências de checagem jornalística realizam esse trabalho para o reconhecimento (ou não) da legitimidade e autoria das postagens digitais, por meio do selo de fake ews, através de um símbolo imagético e linguístico⁸, que juntos avaliam a notícia como falsa.

Todavia, o discurso das fake ews produz efeitos de verdade, pelo viés da repetibilidade (INDURSKY, 2018). A autora pontua que uma mentira repetida várias vezes, acaba por se tornar verdade, no caso das mídias digitais, o modo de circulação potencializa essa repetição como uma maquinaria de sentidos (DIAS, 2018). As redes ewss, como Facebook, Twitter e Instagram possuem funções, como compartilhamentos, likes e deslikes, curtidas, comentários, emotions, entre outras, que conferem ao discurso efeitos de sentidos.

Como já explanamos anteriormente, esses gestos de interpretação são meios de subjetivação no discurso, e assim o internauta passa a produzir sentidos e posicionamentos, ao com-

partilhar, comentar, curtir, com likes ou dislike e usar demais ferramentas das mídias digitais. Esse sujeito, interpelado pela história e ideologia, é atravessado pelo discurso digital e seus efeitos, passa também a replicar o discurso das fake ews.

E os sentidos parafrásticos se instauram também na SD3, constituída de uma materialidade coletada do “site” “LUPA”. Vejamos, a seguir.

Nessa postagem, que também circulou por redes sociais como Facebook, Twitter, WhatsApp, além de outras, também temos a produção do efeito de sentido de que alguns alimentos – seriam igualmente eficazes no tratamento da Covid-19: “chá limão com alho e jambu está matando os sintomas do coronavírus. Muitas pessoas ficaram boas sem precisar ir para o hospital”. Assim, na materialidade em pauta (SD3), funciona o discurso das fake ews, com efeitos parafrásticos nas relações com as SDs 1 e 2, com sentidos de uma falsa prevenção e cura da COVID-19. A notícia em questão foi averiguada pela agência de checagem “LUPA”, a partir das solicitações de usuários do Facebook; e, após analisada, foi marcada como fake ews. Também nesse caso, a agência de checagem apresenta uma reportagem, na qual explica, a partir de declarações de um médico e professor de epidemiologia do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, “que nenhum chá ou outras medicações, sejam naturais ou farmacológicas, têm comprovação científico no que se relaciona ao tratamento da Covid-19”.

Podemos também observar o atravessamento do discurso religioso na SD3, em antagonismo ao discurso da ciência, pelo efeito de sentido da “cura pela fé”, em associação ao uso do chá, notadamente no enunciado “Deus está curando muita gente através desse chá. Quem não quiser morrer e só fazer o chá e tomar morno, e Deus fará um milagre”. No caso, a cura se daria por um milagre divino. Para tanto, seria necessário tomar o chá morno e, por graça de Deus, a cura ocorreria. Também a formula-

8 Acima da postagem que veicularia a notícia falsa aparece um símbolo formado por um círculo com ondulações, que traz em seu centro um X, e o termo “FALSO”.

Figura 3 – SD 3 – post do site “LUPA”



Post veiculado nas redes sociais e checado pelo site “LUPA”. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/03/04/verificamos-vitamina-coronavirus/>

ção “Ouvi testemunhos” reforça esse efeito de verdade e eficácia, enunciando que pessoas que usaram o suposto chá, são testemunhas da cura.

Segundo Dias e Couto (2011, p. 633) “as redes sociais assumem papel preponderante no que diz respeito à divulgação do conhecimento e aos modos de subjetivação e individuação do sujeito”. No entanto, em se tratando do discurso das fake news, as redes sociais podem ser preponderantes para o funcionamento de uma rede de notícias falsas, ou seja, a para a (re)produção do desconhecimento.

Ao final da postagem vemos a hashtag “#COMPARTILHEM”. Uma hashtag é um termo ou expressão antecedido pelo símbolo da cerquilha (#), comumente usado nas redes sociais para direcionar o usuário para uma página de publicações relacionadas ao mesmo tema, o

que facilita a disseminação e circulação da notícia, de sentidos. De acordo com Silveira (2015, p. 68), “Isso modifica as condições de produção imediatas dos discursos e permite que qualquer um, ao utilizar esse instrumento, abra um canal com outros tuites que utilizam a mesma hashtag”.

Ainda a esse respeito, Araújo (2021, p. 97), postula que as hashtags podem instaurar discursos distintos e, entre as formas de seu funcionamento, “está a agregação de notícias sobre um mesmo tema, tomadas de posição e a instauração de efeitos metafóricos”. Ou seja, o uso das hashtags mobiliza distintos gestos de interpretação e faz movimentar os sujeitos e sentidos nas/em redes digitais.

Na SD analisada a hashtag “#COMPARTILHEM” produz efeito de sentido de engaja-

mento dos internautas com a publicação. Como efeitos discursivos da hashtag, a publicação obteve mais de 2.000 compartilhamentos e mais de 800 comentários. Esses gestos de interpretação são tomadas de posição do sujeito do discurso, uma vez que o sujeito se inscreve de algum modo, seja pela formulação ou pela replicação. Os três comentários inscritos na SD3, materializam posições-sujeito de adesão e credibilidade ao discurso, a exemplo da formulação: “já estamos tomando aqui em casa” e “vou fazer mesmo não tendo sintomas. Parabéns”. Segundo Dias (2018, p. 118), os comentários podem atuar na estabilização ou desestabilização dos sentidos. Desse modo, na SD3, os comentários com posições-sujeito de adesão ao discurso das fake ews produzem sentidos de estabilização aos efeitos de veracidade/legitimidade ao discurso.

Ainda sobre o assunto, Cortes (2015, p. 222) postula que “o princípio do comentário é dizer o já dito ou o silenciado de uma nova maneira, pela multiplicidade aberta, pelos furos da língua”. Nesse sentido, na SD3, os três comentários repetem os já ditos do discurso das fake ews, pela adesão ao discurso, a partir do efeito de sentido religioso, como podemos observar nos comentários: “Amém Senhor” e “já estamos tomando aqui em casa”. Assim, os comentários e compartilhamentos inscritos na SD3, mostram o funcionamento do processo de identificação do internauta com os saberes da FD das fake ews, pela interpelação ideológica da mídia digital.

O que caracteriza o discurso das fake ews, além do fato de se tratar de uma notícia falsa ou imprecisa, é o fato de que ele é compartilhado sem que haja uma suposta preocupação quanto à sua origem ou o fato de é posto em circulação mesmo sendo sua inconsistência conhecida. As notícias falsas são afetadas pelo discurso do espetáculo, por isso, geram mais engajamento nas redes e viralizam com facilidade.

A esse respeito, Cortes (2015, p.194) postula que a espetacularização das notícias materializa “um jogo de interesses comerciais funcio-

nando na opacidade do discurso’. Vale ressaltar que as redes sociais veiculam comerciais/publicidade de seus patrocinadores junto às notícias, e isso agrega valor financeiro (monetização) ao administrador dos sites, pelo número de acessos e compartilhamentos das postagens.

Assim, o discurso das fake ews funciona sob determinações ideológicas que envolvem interesses financeiros e também políticos, como demonstrado na pesquisa realizada pela USP (mencionada acima), a qual destaca que, atualmente, existe um modelo de negócios em torno das notícias falsas. “É uma questão muito complexa. A maioria dos boatos se espalham com interesses financeiros, por meio de sites caçadores de cliques”. Ainda há aqueles que espalham fake ews por questões ideológicas e políticas, como o ocorrido nas eleições presidenciais brasileiras em 2018, quando foram postas em circulação uma infinidade de notícias falsas.

A esse respeito, Indusky (2019, p.29) assevera que “À luz da Análise do Discurso, entendo fake ews como um processo de torção discursiva realizado sob o efeito de uma identificação ideológica”. Essa torção ocorre quando a mídia discursiviza um acontecimento projetando um efeito de verdade, sendo esse uma “falsificação do ocorrido”. Essa torção ocorre sempre mediada pela identificação ideológica dos sujeitos com os sentidos da FD das fake ews.

Vemos, dessa forma, o trabalho da interpelação ideológica funcionando nas mídias digitais, com vistas à adesão dos internautas à credibilidade do discurso das fake ews. Esse efeito de credibilidade, por sua vez, acelera e intensifica a circulação desse discurso nas redes sociais. Todavia, os efeitos mais nocivos e letais do discurso das fake ews, no período mais crítico da pandemia, podem ter sido a morte de pessoas, já que os falsos remédios não combatem o vírus e inviabilizam o tratamento adequado.

EFEITOS (IN)CONCLUSIVOS

A pandemia da Covid-19 gerou milhares de mortes e sequelas na saúde da população, além de outros prejuízos sociais. A esses males, soma-se a circulação das fake ews nas mídias digitais, discursivizadas ao longo da pandemia, em especial, no que tange ao tratamento e combate ao novo Coronavírus, como os chás e remédios caseiros.

As análises mostram que o discurso das fake ews funciona nas redes digitais e sociais, como um modo de interpelação ideológica e assim produzem efeito de verdade, no que tange à eficácia dos supostos medicamentos indicados, mesmo sem a devida comprovação científica quanto à eficácia no tratamento da doença. Após verificação por várias agências de checagem de notícias, estas foram retiradas de circulação pelas próprias mídias digitais.

Nas sequências discursivas analisadas, observamos o funcionamento da atualização da memória discursiva do senso comum, quanto às questões da saúde; ademais, o discurso mobiliza já ditos – materializados em jargões da medicina e de instituições de saúde – que conferem efeitos de credibilidade, autoridade e legitimidade ao discurso das fake ews.

Verificamos, assim, uma disputa de sentidos entre o discurso do senso comum e o discurso científico; o discurso das fake ews, que determinam ideologicamente o uso de remédios caseiros no tratamento da Covid-19, funciona com uma posição-sujeito antagônica ao discurso científico, enquanto os pesquisadores, médicos e instituições de saúde sempre buscam expor a verdade e as evidências científicas, ao mostrar a ineficácia dos remédios caseiros para a prevenção e combate ao novo Coronavírus.

Nessa trama, o discurso digital, sobretudo pela força da sua circulação, também reforça os efeitos de legitimidade do discurso das fake ews, cujos sentidos são determinados ideologicamente, tendo em conta o jogo de interesses que movem a produção desses discursos.

No entanto, a equivocidade instaura-se no discurso pelo viés do discurso científico, aliado ao discurso jornalístico de investigação, nos quais funcionam uma posição-sujeito de combate às fake ews, com a resistência às notícias falsas, pela exposição da verdade científica.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ivanei Ferreira. Do lugar discursivo ao efeito-leitor: a movimentação do sujeito no discurso em blogs de divulgação científica. [Dissertação em Linguística]. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, 2021.

CORTES, G. R. O. Do lugar discursivo ao efeito-leitor: a movimentação do sujeito no discurso em blogs de divulgação científica. [Tese de Doutorado em Linguística]. Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

COURTINE, J. J. O Mentir Verdadeiro. Prefácio à A Arte da Mentira Política. Texto atribuído a Jonathan Swift. Campinas: Pontes, 2006.

DIAS, C. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus. Estudos Linguísticos, São Paulo, 44 (3): P. 972-980, Set.-Dez. 2015.

DIAS, C. A análise do discurso digital: um campo de questões. In: REDISCO – Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo. Vitória da Conquista, 2016. Vol. 10, n. 2, p. 8-20, 2016.

DIAS, C. Análise do discurso digital: Sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

DIAS, C. O sentido da automatização na análise de discurso : sobre a maquinaria dos sentidos . Línguas e Instrumentos Linguísticos, Campinas, SP, 2019.

DIAS, C. e COUTO O.F. As redes sociais na divulgação e formação do sujeito do conhecimento: compartilhamento e produção através

- da circulação de Ideias. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 11, n. 3, p. 631-648, set./dez. 2011.
- HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4 ed. Campinas: Unicamp, 2010, p. 11-38.
- ORLANDI, E. *N/O Limiar da Cidade*, Revista Rua, Número Especial. Campinas: Nudecri/Unicamp, 1999.
- ORLANDI, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. – 6ª ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- ORLANDI, E. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 12 ed. Campinas, Pontes Editores, 2015.
- PALÁCIOS, M. Fake News e a emergência das agências de checagem: terceirização da credibilidade jornalística? In: MARTINS, M de L.; MACEDO, I (Eds.). *Políticas da língua, da comunicação e da cultura no espaço lusófono*. 1ª Ed. Edições Húmus. P. 77-92.
- PÊCHEUX, M. *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*. In: GADET, F. E HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 59-158.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. ORLANDI, E. P. (Trad.). 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- PÊCHEUX, M. *Papel da Memória*. In: *Papel da memória*. Tradução e introdução: José Horta Nunes. Campinas Pontes, 1999, p. 49-57.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. ORLANDI, E. P. (Trad.). Campinas: Pontes, 1997.
- PÊCHEUX, M. *Ler o arquivo hoje*. In: OR-
- LANDI, E. (org.) [et al.]. *Gestos de Leitura: da história no discurso*. 3. Ed. SP: Campinas, Editora da Unica, 1994.
- SILVA, M. B. da. *Análise do discurso das fake ews no caso Marielle Franco*. 2018. 52 f. Monografia (Bacharelado em Jornalismo). Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça/SC, 2018.
- SILVEIRA, Juliana da. *Rumor(es) e humor(es) na circulação de hashtags do discurso político ordinário no twitter*. 2015. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.
- Submissão: outubro de 2022.**
Aceite: novembro de 2022.

“PAPAI, EU QUERO UMA EMBAIXADA”: SOBRE A INDICAÇÃO DE EDUARDO BOLSONARO E AS RELAÇÕES ENTRE O JÁ-DITO E O EFEITO DE NOVIDADE

Daléxon Sérgio da Silva¹

Éderson Luís Silveira²

Resumo: Este artigo promove um gesto de leitura e de interpretação, por meio da análise discursiva de um vídeo intitulado “Papai, eu quero uma embaixada”, publicado no dia 14 de julho de 2019, no 26º episódio de “Isso a Globo Não Mostra”, um quadro de humor do Fantástico, em referência à indicação de Eduardo Bolsonaro para ser embaixador do Brasil nos Estados Unidos, feita pelo seu pai, o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. Nessa conjuntura social, esse vídeo se inscreve como materialidade discursiva, que parodia, numa rede de memórias, favorecendo uma releitura da música “Papai, eu quero me casar”, de Os Trapalhões. Assim, baseado no dispositivo teórico-analítico da Análise do Discurso de linha francesa (AD), alicerçado nas formulações de Pêcheux, considerando a reterritorialização dessa disciplina de interpretação por Orlandi no Brasil e a continuidade por demais estudiosos, este artigo se propõe a mobilizar os conceitos de sujeito, ideologia, memória e formações discursivas para analisar como sujeito e sentido se constituem mutuamente, a partir do já-dito e do efeito de novidade, por meio do lugar social que os sujeitos ocupam e da ideologia que interpela indivíduos em sujeitos, inscritos numa formação discursiva que determina o que pode e o que deve ser dito.

Palavras-chave: Bolsonarismo. Sujeito. Ideologia. Memória discursiva. Formação discursiva.

“PAPA, I WANT AN EMBASSY”: ON THE INDICATION OF EDUARDO BOLSONARO AND THE RELATIONS BETWEEN THE ALREADY-SAID AND THE EFFECT OF NOVELTY

Abstract: This article promotes a gesture of reading and interpretation, through the discursive analysis of a video entitled “Daddy, I want an embassy”, published on July 14, 2019, in the 26th episode of “Isso a Globo Não Mostra”, a humorous picture of Fantástico, in reference to the appointment of Eduardo Bolsonaro to be Ambassador of Brazil in the United States, made by his

1 Pós-Doutor e Doutor em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), com Doutorado-Sanduíche Pela Universidade de Lisboa e Universidade Aberta de Lisboa – Portugal.

E-mail: dalexon@uol.com.br Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5977-361X> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3367601407002005>

2 Vice-Líder do Grupo de Pesquisa Michel Foucault e os Estudos Discursivos (CNPq/UFAM). Doutor e Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: ediliteratus@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8483-4656> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9636609353277293>

father, the president of Brazil, Jair Bolsonaro. In this social conjuncture, this video is inscribed as discursive materiality, which parozes, in a network of memories, favoring a rereading of the song “Daddy, I want to get married”, by Trapalhões. Thus, based on the theoretical-analytical device of French Line Discourse Analysis (AD), based on Pêcheux’s formulations, considering the reterritorialization of this discipline of interpretation by Orlandi in Brazil and the continuity by other scholars, this article proposes to mobilize the concepts of subject, ideology, memory and discursive formations to analyze as subject and meaning constitute each other, from the already said and the effect of novelty, through the social place that the subjects occupy and the ideology that interrogates individuals in subjects, enrolled in a discursive formation that determines what can and should be said.

Keywords: Bolsonarism. Subject. Ideology. Discursive memory. Discursive formation.

Considerações iniciais

A indicação do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL/SP) para embaixador nos Estados Unidos, feita por seu pai, o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, repercutiu de forma negativa a se avolumar do Oiapoque ao Chui em território brasileiro. Desse modo, várias autoridades se posicionaram contra tal indicação devido ao fato de a considerarem nepotismo. A título de exemplo, o jornal GGN veiculou, no dia 12 de julho de 2019, a seguinte reportagem: “Marco Aurélio diz que Eduardo Bolsonaro como embaixador é nepotismo” (GGN, 2019). Nela, é afirmado que o Ministro do STF havia sinalizado que a ação mencionada seria um “tiro no pé” caso o presidente confirmasse a indicação do próprio filho para a embaixada do Brasil nos EUA.

Em meio às polêmicas acerca da indicação de Eduardo Bolsonaro à embaixada dos EUA, no dia 14 de julho de 2019 o quadro televisivo intitulado “Isso a Globo não mostra”, do Fantástico, debochou da família Bolsonaro e deu destaque à polêmica decisão do presidente do Brasil de oferecer a embaixada dos Estados Unidos da América ao seu filho. Por meio de uma releitura da música “Papai, eu quero me casar”³, de Os Trapalhões, o Fantástico criou a paródia

“Papai, eu quero uma embaixada”⁴, com Eduardo pedindo as embaixadas da Holanda, da França e, por fim, dos EUA.

Ao comentar sobre a Holanda, a canção faz referência ao esquema de laranjas do qual o senador Flávio Bolsonaro, irmão de Eduardo, é acusado de ter envolvimento. Nessa versão da música, Bolsonaro nega embaixadas da Holanda, por ser “laranja”, e da França devido ao jeito delicado de os franceses falarem, mas oferece ao filho a embaixada nos EUA. Assim, a voz do presidente Bolsonaro afirma que na Holanda Eduardo não ficaria bem, porque a seleção da Holanda é laranja, e o seu irmão, o senador Flávio Bolsonaro, iria querer ir para lá também, em referência ao suposto escândalo do laranjal do PSL, que envolve Flávio e Queiróz, conforme denunciado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro⁵.

Nesse ponto, antes de o Fantástico começar a mostrar a paródia, o quadro humorístico “Isso a Globo não mostra” iniciou com a entrevista concedida por Eduardo Bolsonaro, na qual ele enuncia que tem os requisitos necessários para ser credenciado para ocupar o cargo de embaixador do Brasil nos EUA. O deputado

3 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LM6fhgreMJQ&ab_channel=CristianoSoares>> Acesso em: 20 out. 2021.

4 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WkOfbz0NHus&ab_channel=WellingtonVideosProdu%C3%A7%C3%B5es>> Acesso em: 20 out. 2021.

5 Disponível em: <<<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/11/04/ministerio-publico-do-rj-denuncia-flavio-bolsonaro-por-organizacao-criminosa-peculato-e-lavagem-de-dinheiro.ghtml>>> Acesso em: 20 out. 2021.

federal, então, argumenta afirmando que fez intercâmbio nos Estados Unidos e “fritou hambúrguer no frio do Maine”⁶.

Em compartilhamentos quase que instantâneos ao evento da veiculação, o vídeo do Fantástico espalhou-se pelas mídias sociais e foi republicado por vários veículos de comunicação, produzindo diversos efeitos de sentido, associados a críticas, revoltas, ironias, comédias, entre outros. Acerca disso, pode ser mencionado, por exemplo, o fato de que o site da UOL publicou no dia 16 de julho de 2019, a seguinte manchete: “Caixa posta vídeo que satiriza Bolsonaro: Papai, eu quero uma embaixada” (TEIXEIRA, 2019, n. p.). Na matéria, o jornalista Lucas Borges Teixeira afirmou que a conta oficial da Caixa Econômica Federal no Twitter postou o referido vídeo do Fantástico na segunda-feira, dia 15 de julho, satirizando a possível indicação do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) para a embaixada do Brasil nos Estados Unidos, mas também é informado que, em seguida, o banco em questão teria deletado a publicação.

Para que se tenha uma ideia da repercussão, podem ser mencionadas algumas matérias: também no dia 16 de julho de 2019, o site da revista Fórum fez referência ao vídeo do quadro do Fantástico com a seguinte matéria jornalística: “Quadro do Fantástico, da Globo, ironiza Eduardo Bolsonaro em hit papai, eu quero uma embaixada” (FÓRUM, 2019). O site destacou trechos da música que fazem referências ao possível esquema de laranjas e corrupção no qual são acusados o senador Flávio Bolsonaro e o seu ex-assessor Queiróz. Ainda no dia 16 o site Brasil de fato apresentou a seguinte manchete: “Congresso reage à sinalização de Eduardo Bolsonaro para embaixada: Desmoralização” (SAMPAIO, 2019). Na ocasião, a matéria de Cristiane Sampaio enunciou que a nomeação do filho de um chefe do Executivo para uma

embaixada não tem precedentes na história da república brasileira.

Diante disso, sob inscrição nesses acontecimentos sociais, o vídeo apresentado pelo Fantástico será analisado, neste trabalho, não como um simples vídeo com uma canção, mas como unidade de sentido em relação à situação, como inscrição no simbólico, que (d)enuncia (n)a exterioridade constitutiva, inscrita na historicidade que traz o já-dito e um efeito de novidade, por meio da tensão entre o mesmo e o diferente, ou seja, entre o já-dito e o a-se-dizer. Trata-se de analisar, como pontua Silveira e Costa (2018), os fenômenos discursivos que tornaram possível a emergência de dizeres não-democráticos em um sistema que se apresenta como sendo democrático.

Nesse foco, este trabalho pretende responder às seguintes questões de pesquisa: (i) Que efeitos de sentido são produzidos a partir da circulação desse vídeo publicado pelo Fantástico? (ii) De que modo a memória discursiva sobre a indicação de Eduardo Bolsonaro para embaixador dos EUA se mostra nesse vídeo? (iii) De que posição enunciam os sujeitos Eduardo Bolsonaro e Jair Bolsonaro apresentados nesse vídeo? Para responder a essas questões de pesquisa, este trabalho está filiado ao arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa, tal qual delineado por Pêcheux na França, reterritorializado no Brasil por Orlandi e ampliado por demais estudiosos.

As concepções teórico-metodológicas de sujeito, ideologia, memória e formação discursiva na perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa

É preciso pontuarmos que, na Análise do Discurso pecheutiana, o linguístico e o histórico não são campos díspares, mas se complementam. Eles são campos constitutivos no processo de significação dos sentidos. Por tal motivo, há os deslocamentos de sentidos e, de acordo com Grigoletto (2013), também, a reiteração à con-

6 Disponível em: <<<https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/07/12/fritei-hamburguer-nos-eua-diz-eduardo-bolsonaro-sobre-ser-embaixador.ghtml>>> Acesso em: 20 out. 2021.

cepção de sujeito cindido. Esse sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia, pois ele é descentrado e afetado pelo real da história, não podendo controlar o modo como ela o afeta, como bem compreende Orlandi (2017). Sendo assim,

[...] o sujeito lacaniano, clivado, dividido, mas estruturado a partir da linguagem, fornecia para a AD uma teoria do sujeito condizente com um de seus interesses centrais, o de conceber os textos como produtos de um trabalho ideológico não-consciente. Calcada no materialismo histórico, a AD concebe o discurso como uma manifestação, uma materialização da ideologia decorrente do modo de organização dos modos de produção social. Sendo assim, o sujeito do discurso não poderia ser considerado como aquele que decide sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas do próprio discurso, mas como aquele que ocupa um lugar social e a partir dele enuncia, sempre inserido no processo histórico que lhe permite determinadas inserções e não outras. Em outras palavras, o sujeito não é livre para dizer o que quer, mas é levado, sem que tenha consciência disso [...], a ocupar seu lugar em determinada formação social e enunciar o que lhe é possível a partir do lugar que ocupa (MUSSALIM, 2003, p.111).

Do exposto, a AD entende o sujeito, a linguagem e os sentidos como partes de um todo interacional e indissociável. O sujeito da AD é clivado porque é dividido entre o “eu” e “o outro” e, nesse âmbito, o discurso se configura como a relação entre sujeitos e sentidos, entendidos como aquilo que insere o linguístico em articulação com a história, com a ideologia. Nessa compreensão, baseado em Courtine e Marandin (1981), vemos que a AD concebe a linguagem como um lugar de conflito e de opacidade que, com a conjunção da história, constitui, por sua vez, um sujeito descentrado, dividido, incompleto.

Nesse viés, retomando Pêcheux (2014, p. 163):

[...] quando o sujeito diz ‘eu’, o faz a partir de uma inscrição no simbólico e inserido em uma relação imaginária com a ‘realidade’, [...] algo produzido após a entrada do sujeito no simbólico e impede que o sujeito perceba ou reconheça sua constituição pelo Outro [...].

É dessa forma que, pela inscrição no simbólico, o sujeito se mostra em sua inserção na história e, em outras palavras, é afetado ideologicamente.

Sob esse viés, podemos afirmar que o ponto de partida do sujeito da AD é *o outro*, ou seja, o *outro* da linguagem e da historicidade. O *Outro*, de acordo com Lacan (1998, p. 193), “é o campo... onde o sujeito tem que aparecer.” É, pontualmente, nessa perspectiva que Lacan (1957) evidencia que em relação ao sujeito, não se trata de um fenômeno, mas de algo que é estrutural, um sujeito que é marcado pela linguagem, articulado à cadeia dos significantes, sendo no ato da fala que ele pode surgir, o que fica explícito quando ele se pergunta no Seminário 5 (cinco), cujo subtítulo é “As Formações do Inconsciente”:

[...] o que é um sujeito? Será alguma coisa que se confunde, pura e simplesmente, com a realidade individual que está diante de seus olhos quando vocês dizem o sujeito? Ou será que, a partir do momento em que vocês o fazem falar, isso implica necessariamente uma outra coisa? (...) quando há um sujeito falante, não há como reduzir a um outro, simplesmente, a questão de suas relações como alguém que fala, mas há sempre um terceiro, o grande Outro, que é constitutivo da posição do sujeito enquanto alguém que fala (LACAN, 1957, p.58).

Para Lacan (1957), é a partir da fala e do modo como esta é endereçada ao outro que podemos escutar e identificar o sujeito e, na medida em que o sujeito é falante, sua relação com o outro não se fecha numa relação dual, já que inclui um terceiro, o “grande outro”. Do exposto, fica pontuado que o sujeito do discurso é um termo usado para especificar o estatuto, o lugar

e a posição do sujeito que enuncia em meio a realização de um ato de linguagem.

Diante dessa concepção, Indursky ainda acrescenta:

[...] para a AD, a categoria de sujeito não é idealista por ser interpelado ideologicamente, [...], o sujeito, ao produzir seu discurso, o faz a partir de determinadas posições de sujeito, igualmente ideológicas. Tais posições, contudo, não transformam esse sujeito em uma figura que decide livremente seu discurso, pois se trata de um sujeito socialmente constituído. No entanto, por não ter consciência de seu assujeitamento, mantém fortemente arraigada a ilusão de ser plenamente responsável por seu discurso e suas posições (INDURSKY, 1997, p. 27-28).

Do externado, apreendemos que para a Análise do Discurso de linha francesa, o sujeito, de fato, não é origem do sentido nem elemento de onde se origina o discurso, pois ressaltamos a compreensão de que ele não é único, já que há diversas posições-sujeito, que estão relacionadas com determinadas formações discursivas e ideológicas. Nessa guisa de considerações, o sujeito está sempre interpretando e, ao interpretar, produz sentido.

Se o sujeito, na Análise do Discurso pecheuxtiana, é posição entre outras, na medida em que se posiciona no seu discurso, passa a subjetivar-se diante da posição na qual está inserido. Todavia, Pêcheux (1969) entende que essa subjetivação é regulada pela língua, levando ao equívoco da impressão idealista da origem em si mesmo do sujeito.

Pêcheux (2014) afirma que é por meio da identificação do sujeito com a FD que o domina que a interpelação (assujeitamento) se dá e transforma-o em sujeito de seu discurso. Assim, o sujeito não pode ser concebido como um indivíduo que fala, pois quem, de fato, fala, é uma instituição, ou uma teoria, ou uma ideologia, pois o sujeito passa a ser concebido como aquele que desempenha diferentes papéis de acordo com as várias posições que ocupa no espaço in-

terdiscursivo. Também é importante assinalar, a partir de Pêcheux (1969), que o funcionamento da ideologia, em geral pensada como interpelação dos sujeitos, acontece por meio do complexo das formações ideológicas e atribui a cada sujeito a sua realidade, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas, aceitas e experimentadas.

É desse modo que ideologia e inconsciente trabalham simultaneamente nesse processo. Pode-se, então, falar de identificação ou de processos de identificação. Isso equivale a falar de uma tomada de posição, que é atravessada pela ordem da ideologia e do inconsciente. Desse modo, desde sempre, o sujeito é interpelado pela ideologia. Nesse ponto, a identificação do sujeito é marcada por uma singularidade, que vai determinar o seu assujeitamento em relação à ideologia, processo que é inconsciente, sendo, portanto, a ideologia, neste trabalhado, compreendida como um conjunto de relações imaginárias do sujeito com as suas condições reais de existência.

Desse modo, a partir dos mecanismos de funcionamento da linguagem, podemos concluir que não são os lugares empíricos, ocupados pelos sujeitos, que determinam os dizeres, mas a representação que o sujeito faz de si, do outro, do outro em relação a si e também do referente. Logo, é a representação que o sujeito faz desse interlocutor que direciona a produção de seu discurso. Vale ressaltar que a existência de relações de sentido possível sinaliza para o fato de que não há discurso original – todo discurso faz parte de um processo: é determinado por dizeres prévios e aponta para dizeres não-ditos. Aqui, merece destaque o papel da memória discursiva. Acerca disso, Pêcheux situa que:

[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

Pêcheux (1999, 1984) afirma que todo discurso se constitui a partir de uma memória e do esquecimento de outro discurso. Nesse ponto, os sentidos vão se construindo no embate com outros sentidos. Assim, a memória é o saber discursivo, o já-dito, são os sentidos aos quais já não se tem mais acesso, que foram constituídos ao longo de uma história e que estão imbricados na história dos sujeitos.

Já o conceito de formação discursiva (FD) foi criado por Foucault e deslocado com outros vieses por Pêcheux. Em suas concepções teóricas acerca da formação discursiva, Pêcheux busca centralizar suas pesquisas, focando o elemento ideológico já que, na compreensão dele, a ideologia é materializada no discurso. Assim, para Pêcheux, a FD está, pelo menos em seu início, intimamente relacionada à noção de formação ideológica, decorrente da leitura que ele fez da obra *Aparelhos Ideológicos do Estado*, de Althusser, o que, por conseguinte, explica o seu estreito laço com o marxismo. Assim, Pêcheux expõe seu conceito:

chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina “o que pode e o que deve ser dito”, articulado sob a forma de uma alocução, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc. (PÊCHEUX, 2014, p. 147).

Dessa forma, ao chegar a essa concepção de formação discursiva, o autor compreende que a diferença entre duas formações discursivas está contemplada no elemento ideológico, nas lacunas que favorecem a movimentação e impedem a cristalização dos sentidos. Assim,

as formações ideológicas de que acabamos de falar comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas que determinam o que pode e deve ser dito (articulando sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um pro-

grama, etc) a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares num interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes (PÊCHEUX; FU-CHS, 1993, p. 166).

Do que foi dito, podemos observar, nas palavras de Pêcheux, a presença da heterogeneidade da formação discursiva. O autor prossegue com essas reflexões e comprova que no interior de uma FD coexistem discursos provenientes de outras formações discursivas, o que implica no assinalamento da diferença e da contradição, como características constitutivas de uma FD, na compreensão de que os discursos fazem parte de formações ideológicas e discursivas, associadas, sempre, a uma memória social.

Pêcheux (1993) amplia seus estudos e destaca que as formações discursivas sempre se correspondem com outras formações discursivas, ou seja, baseiam-se em outras formações discursivas para elaborarem seu próprio discurso. Assim, Pêcheux (1997) compreende que a formação discursiva é o lugar de articulação entre língua e discurso. Por conseguinte, as palavras, expressões, proposições etc., possuem sentido a partir da formação discursiva na qual são produzidas. É desse modo que o autor explica como funciona a relação do sujeito com o discurso e com a ideologia.

De acordo com Brandão (2004), o sujeito atribui imagens do interlocutor, do referente e de si. Assim, essas imagens constituem o processo de elaboração discursiva, pois se remetem a mecanismos de funcionamento da linguagem. Dessa forma, as relações de sentido, as relações de força e de antecipação são condicionadas pelas formações imaginárias:

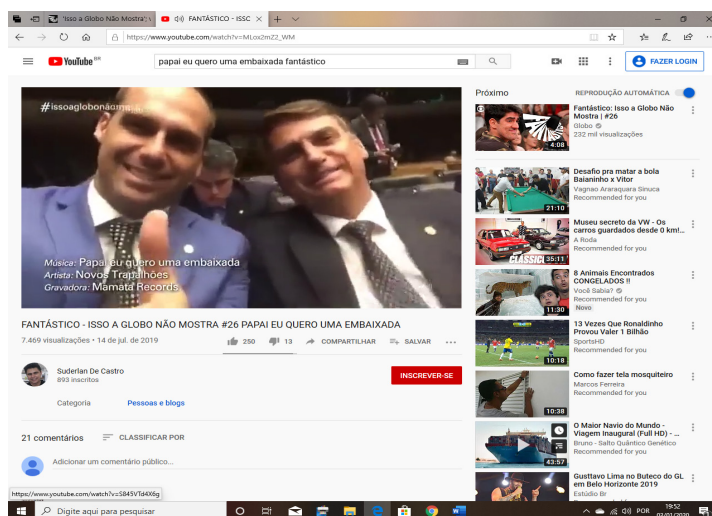
[...] no discurso, as relações entre esses lugares, objetivamente definíveis acham-se representadas por uma série de “formações imaginárias” que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro (BRANDÃO, 2004, p.44).

É desse modo de funcionamento que, no mecanismo da antecipação, o sujeito coloca-se no lugar do destinatário e, dessa maneira, o sujeito representa, em suas formações imaginárias, o outro, prevendo os efeitos de sentido de suas palavras. O locutor regula seu discurso conforme os efeitos que espera reproduzir no interlocutor. Desse modo, na relação de forças, o sentido das palavras é regulado de acordo com o lugar social ocupado pelo sujeito-falante.

Nessa perspectiva, a posição social ocupada pelo sujeito falante é inerente ao seu dizer. Acerca disso, Pêcheux (1990) tece seus estudos observando que certos dizeres dominam outros dizeres, segundo a representação que se faz do lugar social ocupado por aquele que enuncia. Assim, aquilo que o sujeito espera que faça sentido para o interlocutor é também uma interpretação de um discurso anterior que faz parte da formação imaginária do sujeito falante. O mecanismo imaginário acessa esse sentido já dado em discursos anteriores e produzido em condições em que fazia sentido. É dessa forma que o mecanismo imaginário produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica.

1. Um gesto teórico-analítico pelo viés da Análise de Discurso pecheuxiana

Figura 1 – Recorte 1 (vídeo)



Fonte: G1 (2019)

Título: PAPAI, EU QUERO UMA EMBAIXADA

Papai, eu quero uma embaixada.

Escolhe uma que o papai vai ver se tem, tá Okey?

Eu quero ser embaixador da Holanda.

Lá na Holanda, você não fica bem!

Por que, papai?

A seleção da Holanda é laranja e seu irmão vai querer ir pra lá também.

Papai, eu quero uma embaixada.

Escolhe uma que o papai vai ver se tem.

Eu quero ser embaixador na França.

Mas lá na França, você não fica bem!

Por que, papai?

Porque o francês faz biquinho e fala “ui” e filho meu não vai fazer isso daí.

Papai, eu quero uma embaixada.

Escolhe uma que o papai vai ver se tem, tá Okey?

Eu quero a embaixada dos States.

A dos States, papai gosta também!

Que bom, papai!

De início, é importante pontuar que a possível indicação do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL) para ser embaixador do Brasil nos Estados Unidos mobilizou efeitos de sentido de ironia no vídeo, a partir de sua veiculação no quadro Isso a Globo Não Mostra.

Pode ser mencionado, ainda, que a atração do Fantástico iniciou com a fala do filho do presidente, conhecido midiaticamente como “número 03” do presidente Jair Bolsonaro. No vídeo, o deputado Eduardo Bolsonaro diz que teria atributos necessários para assumir o posto de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos: “Tenho uma vivência pelo mundo, já fiz intercâmbio, já fritei hambúrguer lá nos Estados Unidos”. Tais atributos, utilizados como “justificativa” pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro como requisitos para ser embaixador do Brasil nos Estados Unidos, foram reverberados numa música no ritmo da marchinha de carnaval Mamãe, eu quero, que, no já-dito, foi parodiada pelo antigo programa de humor, Os Trapalhões, sob o título Papai, eu quero me casar. Aqui, numa relação de retomada, pelo funcionamento da memória discursiva, a música recebeu o título de Papai, eu quero uma embaixada, analisada, neste artigo, como unidade de sentido em relação à situação mencionada.

Por meio do mecanismo de antecipação, por meio do qual, de acordo com Orlandi (2003, p. 39), “todo o sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras”, é possível observar que a música parodiada mobilizou efeitos de sentido de ironia em relação aos possíveis lugares/países desejados pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro.

No primeiro momento, a marchinha, inserida numa relação imaginária com a “realidade”, coloca em cena o deputado Eduardo Bolsonaro em um diálogo simulado em que o pai, o presidente Jair Bolsonaro, diz para o filho, Eduardo, que pode escolher qualquer embaixada

que quiser, pois na posição-sujeito de presidente do Brasil, por meio da qual ocupa lugar de poder, no cargo de chefe do executivo do Brasil, se houver uma embaixada em determinado país, o seu pai poderá lhe conceder. Então, o “filho 03” escolhe ser embaixador da Holanda: “Eu quero ser embaixador da Holanda”, mas, em seguida, recebe uma resposta negativa do sujeito presidente-pai: “Lá na Holanda, você não fica bem!”. Logo, aparece a pergunta do deputado (filho): “Por que, papai?” e a resposta que tem aparição como sendo formulada pelo sujeito presidente (pai) mobiliza efeitos de sentido sobre supostos atos criminosos que circulam inscritos na historicidade sobre a família Bolsonaro: “A seleção da Holanda é laranja e seu irmão vai querer ir pra lá também”.

A menção à cor laranja não é uma escolha de cores, pois, por meio do funcionamento da memória discursiva, ela produz efeitos de sentido de denúncia, de humor e de escárnio, entre outros. É desse modo que a imagem da família Bolsonaro atrelada à cor laranja se mostra apontando para a exterioridade que mobiliza discursivamente um já-dito (o escândalo do esquema de laranjas na vida política do senador Flávio Bolsonaro, dos ministros e apoiadores do presidente, quando filiado ao PSL, partido ao qual a família Bolsonaro é/foi filiada), por meio de alguma coisa que fala antes noutro lugar (o discurso mobilizado pela imprensa, a ampla circulação midiática do escândalo do laranjal do PSL, das rachadinhas, por exemplo). Dito de outro modo, essa menção à cor laranja na música possui uma forma material, que denuncia, na exterioridade linguística a ela associada, a existência da corrupção praticada pela família Bolsonaro.

Assim, de acordo com Silva:

a presença da imagem do laranjal da família Bolsonaro faz acionar as formações imaginárias acerca do lugar social que é inscrito nessa formação discursiva na qual a família Bolsonaro foi inscrita e projetada para vencer as eleições (família tradicional defensora dos “bons costumes”). Então, não é especificamente o lugar social que é afetado

em seu funcionamento, mas o lugar social marcado pelo imaginário, pois é o imaginário desse lugar que deixa de funcionar, apontando para a incompletude do sujeito (SILVA, 2019, p. 175).

Logo, de acordo com Silva (2019), se os Bolsonaros se projetam em busca de completude no padrão moral dos bons costumes e, nesse imaginário social, venceram as eleições, o acionamento da cor laranja traz a família Bolsonaro mostrada na busca pela completude por meio dos laranjais da corrupção brasileira. Assim, tem aparição uma expressão valorativa que está ligada a um acontecimento político associado ao irmão de Eduardo: “Seu irmão vai querer ir pra lá também”. Logo, é possível entender que o senador Flávio Bolsonaro, irmão do deputado Eduardo Bolsonaro, iria se interessar também em ir para a Holanda pela associação à cor laranja-corrupção (o MP – RJ o acusa de ter usado Fabrício Queiroz como laranja). Tal jogo enunciativo, entre outros elementos, como a remissão à música, o ritmo das falas dos sujeitos representados na materialidade verbovisual, produz um efeito humorístico no vídeo.

Nessa análise, é possível observar que o sujeito desejante deputado Eduardo Bolsonaro se mostra dividido, descentrado, cindido em sua estrutura, em sua posição-sujeito de deputado ao desejar uma tomada de posição para o cargo de embaixador e, ao mesmo tempo, de filho que se reporta ao pai, que tem aparição numa relação de hierarquia entre os sujeitos, ao pedir algo a ele. De acordo com Pêcheux (1969), a incompletude é uma propriedade do sujeito, pois é o desejo de completude que permite deslocamentos, pela natureza dispersa do sujeito. É desse modo que o sujeito deputado/filho é mostrado na música parodiada. Assim, ele continua sua saga em busca de uma embaixada, que pode ser doada pelo seu pai, presidente do Brasil.

Desse modo, o deputado/filho, pensado como posição-sujeito pelo viés das formações imaginárias, é apresentado prosseguindo em sua segunda escolha entre as possíveis embaixadas e

novamente solicita ao seu pai: “Papai, eu quero uma embaixada”. Mais uma vez, o sujeito Bolsonaro é mostrado descentrado de sua posição de presidente, que deve julgar com equidade os pedidos que lhe são feitos, mas que, em conivência com uma relação paterna protecionista, ele se posiciona como um pai que busca realizar os gostos do seu filho mimado, mesmo que o filho não se mostre responsabilmente preparado para receber tal presente, pois o pai-presidente enuncia: “Escolhe uma que o papai vai ver se tem”.

Em seguida, no diálogo apresentado na música, o filho 03 do presidente, migra de desejo de embaixada/país e diz: “Eu quero ser embaixador na França”, porém, mais uma vez, o pai, que se mostra autoritário, ao ponto de decidir sobre a vida profissional futura do filho adulto, a partir das posições-sujeito de pai e de presidente do Brasil, responde: “Mas lá na França, você não fica bem!”. O filho/deputado demonstrando surpresa, logo pergunta: “Por que, papai?” e o pai-presidente responde: “Porque o francês faz biquinho e fala ‘ui’ e filho meu não vai fazer isso daí”.

Ao analisar, na música, o enunciado proposto pelo pai-presidente Jair Bolsonaro: “Porque o francês faz biquinho e fala ‘ui’ e filho meu não vai fazer isso daí”, pode-se reportar a afirmativa de Pêcheux (1999), ao se referir à concepção de memória discursiva, quando este menciona que todo discurso se faz a partir de um processo: é determinado por dizeres prévios e aponta para dizeres não-ditos. Nesse ponto, é possível compreender o funcionamento da memória discursiva no enunciado apresentado no início desse parágrafo, a partir da formação discursiva de extrema direita na qual o presidente se posiciona socialmente como conservador, pois, nesse lugar que ele ocupa, “fazer biquinho e falar ui” pode funcionar como algo delicado, como sinônimo de “frescura”, algo que não seria adequado a um homem “macho”, na ótica do presidente Bolsonaro, por isso, o termo seguinte: “filho meu não vai fazer isso daí”.

É preciso situar, nesse âmbito, que há redes de discursivização que estão associadas a modos de enunciar acerca da produção da masculinidade (SILVEIRA; LOPES, 2020). Logo, o termo linguístico “isso daí”, constantemente mobilizado pelo presidente Bolsonaro ao enunciar para os seus seguidores, funciona como pressuposto que aponta para a exterioridade que é constitutiva desse lugar de enunciação, ao definir o que ele considera como pertencente ao universo masculino, com constantes críticas a traços de comportamentos associados culturalmente ao universo feminino presentes na comunidade gay, por exemplo. Assim, “se a masculinidade é da ordem da produção [...], ao reafirmar modos de existência da masculinidade, ocorre a subalternização de outras formas de (re) existência” (SILVEIRA; LOPES, 2020, p. 101).

Vale lembrar que, no dia 06 de outubro de 2018, o jornal Folha de São Paulo trouxe uma reportagem intitulada Veja 11 frases polêmicas de Bolsonaro, em uma delas, o presidente afirma: “Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui. Prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí” (FOLHA, 2018, n. p.). Nesse ponto, é possível compreender que os termos linguísticos “filho meu não vai fazer isso daí” funcionam ecoando já-ditos sobre o que “convém” ao universo masculino e, desse modo, funcionam restabelecendo os “implícitos”, no âmbito da mobilização da memória discursiva que “seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita” (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

Findando a música, o diálogo previsto entre o deputado Eduardo Bolsonaro e o seu pai-presidente continua com a insistência, pela terceira vez, do filho diante do desejo de que seu pai realize a sua vontade de ser embaixador: “Papai, eu quero uma embaixada”. Mais uma vez, o pai se posiciona como aquele que deseja

mimar o filho, satisfazendo os seus gostos: “Escolhe uma que o papai vai ver se tem, tá Okey?” Logo, o filho, desejante pelo estabelecimento de um(efeito de um)a completude profissional numa embaixada, faz seu novo pedido: “Eu quero a embaixada dos States”, mas desta feita, a resposta do pai é contrária as demais, ao invés da negativa, o pai-presidente enuncia uma resposta positiva ao pedido do filho 03: “A dos States, papai gosta também!” Ao perceber que o papai deu sinal de aprovação, o filho-deputado exprime efeito de sentido de satisfação: “Que bom, papai!” Logo, o pai justifica o porquê da aprovação: “Nos States, você tem experiência, fala inglês e frita hambúrguer muito bem!”.

É importante mencionar, ainda, que o efeito de humor estabelecido também ocorre devido ao fato de que os requisitos para trabalhar na embaixada não fazem remissão a tarefas e funções associadas ao cargo, o que acentua a proximidade de um efeito de nepotismo, desde o início do vídeo. Desse modo, a política paternalista se confunde com a vida íntima familiar em que “embaixada” é sinônimo de “presente” que o pai escolhe para o filho. Tais características estão associadas a elementos que marcam a velha política, dos conchavos, dos acordos obscuros no Congresso Nacional e com o Centrão⁷, por exemplo, que sustentam a permanência da corrupção e transformam a política nacional num “toma lá dá cá” sem fim. Trata-se de

7 Trata-se de um bloco informal na Câmara dos Deputados que reúne parlamentares de partidos de centro e de centro-direita. Para se entender a importância da aliança com o Centrão, deve-se considerar que os votos dos políticos daí oriundos correspondem à aproximadamente metade dos 513 parlamentares da Câmara. Entre os que compõem o Centrão estão os partidos PP (40 deputados), PL (39), Republicanos (31), Solidariedade (14) e PTB (12). Além disso, o PSD (36), o MDB (34) e o DEM (28) tendem a se alinhar com o grupo mencionado, assim como também o fazem alguns partidos menores, como o PROS (10), o PSC (9), o Avante (7) e o Patriota (6). A origem do termo remonta à Constituição de 1988, e se referiu, desde o início, a uma maioria de políticos que se juntaram para decidir pautas nacionais na Câmara. Já o Centrão atual teve surgimento em 2014, sob a liderança de Eduardo Cunha (RJ).

uma política que busca afastar limites e controles para aumentar lucros e benefícios de alguns (CASARA, 2020).

Finalmente, cabe ressaltar que Eduardo Bolsonaro desistiu da indicação para ocupar o posto de Embaixador do Brasil nos EUA em 22 de outubro de 2019. Isso porque houve resistência por parte dos parlamentares brasileiros sobre a indicação e não houve garantia de que haveria votos suficientes para que a indicação fosse aprovada. Em um discurso após a desistência, Eduardo Bolsonaro enunciou:

Este que vos fala, filho de militar do Exército brasileiro e deputado federal, que foi zombado por ter tido aos 20 anos um trabalho digno e honesto em restaurantes de fast food nos Estados Unidos, diz que fica no Brasil para defender os princípios conservadores, para fazer do tsunami que foi a eleição de 2018 uma onda permanente (EDUARDO BOLSONARO apud **DEUTSCHE WELLE8, 2019, n. p.**).

No entanto, se não ficou com a embaixada, restou para Eduardo a liderança do PSL na Câmara dos Deputados no Brasil, para que continuasse defendendo a pauta conservadora que tem marcado a agenda do partido. Vale destacar que o PSL foi o partido por meio do qual o pai, Jair Bolsonaro, se elegeu presidente. Sem experiência diplomática nem apoio do Senado para a nomeação como embaixador, a indicação do filho de um presidente para o cargo da embaixada do Brasil nos EUA – coisa que nunca havia acontecido na história republicana nacional, o fato de um presidente indicar seu filho para o cargo – acabou não vingando.

Considerações finais

A indicação do presidente do Brasil de que seu filho pudesse ser embaixador do Brasil nos Estados Unidos gerou controvérsias, tendo culminado com a desistência do filho do presi-

dente, após assumir o cargo de Líder do PSL, partido que levou seu pai à vitória na eleição presidencial de 2018. Munidos do arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso de Michel Pêcheux e comentadores, buscamos, neste texto, trazer uma análise do vídeo parodístico no qual pai e filho são satirizados em rede nacional no âmbito de um programa dominical de expressiva audiência popular.

A essa altura, então, é preciso retomar as questões da pesquisa: (i) Que efeitos de sentido são produzidos a partir da circulação desse vídeo publicado pelo Fantástico? (ii) De que modo a memória discursiva sobre a indicação de Eduardo Bolsonaro para embaixador dos EUA se mostra nesse vídeo? (iii) De que posição enunciam os sujeitos Eduardo Bolsonaro e Jair Bolsonaro apresentados nesse vídeo?

Diante disso, vale destacar que a remissão à música e o ritmo das falas dos sujeitos representados na materialidade verbovisual produzem um efeito humorístico no vídeo. Assim, ao invés de pensar Eduardo e Jair Bolsonaro como indivíduos, eles são pensados como sujeito deputado/filho e sujeito presidente/pai, que têm aparição na música parodiada. Na posição-sujeito de deputado, o filho deseja uma embaixada e se reporta ao pai, numa relação hierárquica de interação entre ambos, que remete não apenas a uma situação familiar, mas que produz efeitos de nepotismo, devido ao cargo que ocupam no regime presidencialista nacional. Nesse interim, a memória discursiva tem relação com os sentidos produzidos no decorrer da história, e aos já-ditos, que estão imbricados na história dos sujeitos.

Some-se a isso o fato de que o efeito de humor se estabelece a partir do fato de que um dos elementos que aparece como justificativa para que o sujeito na posição de deputado-filho possa trabalhar na embaixada não seja um elemento associado ao cargo, mas trata-se de uma característica aleatória, sem ligação com as funções de embaixador (fritar hambúrguer). Tal assertiva corrobora para a alusão a um efeito de nepotis-

8 Trata-se de uma **emissora internacional da Alemanha que produz jornalismo independente em 30 idiomas**.

mo escancarado, no âmbito da parodização da música. É assim que a política paternalista se assenta na vida íntima familiar, fazendo com que “embaixada” seja sinônimo de “presente” que o pai escolhe para o filho. Esse paternalismo está associado à velha política, que transforma o Senado Federal em um aglomerado de ações de ir e vir, num “toma lá dá cá” sem fim, sustentando, desse modo, a permanência da corrupção.

Assim, as formações imaginárias, a questão das posições-sujeito, da discursivização de enunciados que são produzidos em meio à repetição e a singularidade dos já-ditos e os efeitos de novidade daí apreendidos são conceitos, mas também modos de lançar luzes para um evento discursivo particular. Diante disso, acentuamos a presença da política protecionista e de conchavos e alianças obscuras, levados ao extremo e ao ridículo, sustentados pelas ações de sujeitos associados à corrupção que veem decisões importantes como lugar de oportunidades de razões questionáveis sob o ponto de vista da ética. Nesse interim, se ações antidemocráticas podem ser tomadas em um governo que se apresenta como sendo democrático, este artigo buscou trazer considerações teórico-analíticas acerca de fenômenos discursivos que tornaram possível a emergência desses discursos.

REFERÊNCIAS:

- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso* 2. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- CASARA, Rubens R. R. *Bolsonaro o mito e o sintoma*. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie. *Quel Object pour l'analyse du discours? Materialités discursives*. Lille: Press Universitaires, 1981.
- DEUTSCHE WELLE. **Eduardo Bolsonaro desiste de ser embaixador nos EUA**. Deutsche Welle, 22 out. 2019, n. p. Disponível em: <<<https://www.dw.com/pt-br/eduardo-bolsonaro-desiste-de-ser-embaixador-nos-eua/a-50944678>>> Acesso em: 20 de out. 2021.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Veja 11 frases polêmicas de Bolsonaro**. Folha, 06 out. 2018, n. p. Disponível em: <<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/veja-11-frases-polemicas-de-bolsonaro.shtml>>> Acesso em: 20 de out. 2021.
- FÓRUM. **Quadro do Fantástico, da Globo, ironiza Eduardo Bolsonaro em hit “papai, eu quero uma embaixada”**. Fórum, 15 jul. 2019, n. p. Disponível em: <<<https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro/quadro-do-fantastico-da-globo-ironiza-eduardo-bolsonaro-em-hit-papai-eu-quero-uma-embaixada/>>> Acesso em: 20 out. 2021.
- G1. **‘Isso a Globo Não Mostra’; veja o 26º episódio**. G1, 14 set. 2019, n. p. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/07/14/isso-a-globo-nao-mostra-veja-o-26oepisodio.ghtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_content=post&utm_campaign=fant>> Acesso em: 20 out. 2021.
- GGN. **Marco Aurélio diz que Eduardo Bolsonaro como embaixador é “nepotismo”**. GGN, 12 jul. 2019, s. p. Disponível em: <<<https://jornalggm.com.br/noticia/marco-aurelio-diz-que-eduardo-bolsonaro-como-embaixador-e-nepotismo/>>> Acesso em: 20 out. 2021.
- GRIGOLETTO, Marisa. **Sujeito, subjetivação, inconsciente e ideologia**. In: GRIGOLETTO, Marisa; CARMAGNANI, Anna Maria. (Org.). *Língua, discurso e processos de subjetivação na contemporaneidade*. São Paulo: Humanitas, 2013.
- INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Unicamp, 1997.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: Princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Eu, tu, ele: discurso e real da história. Campinas: Pontes, 2017.

LACAN, Jacques. (1957). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: LACAN, J. Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1957-58/1998) O Seminário livro 5. As formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna. Christina. (Orgs.). Introdução à Linguística: domínios e fronteiras. Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, M. Semântica e discurso. Tradução de Eni P. Orlandi et al. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009 [1978]. p. 269-281.

_____. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 2014 (1978).

_____. Rôle de la mémoire. In: MALDIDIER, D. (Org.). Histoire et Linguistique. Paris: Editions de La Maison des Sciences de l'Homme, 1984.

PÊCHEUX, Michel. (1969). In: GADET, Françoise; HACK, Tony. Por uma análise automática do discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

_____; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HACK, T. (Orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1993.

_____. O discurso: Estrutura ou acontecimento. 2. ed. São Paulo: Pontes, 1997.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et AL. (Org.). Papel da memória. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pon-

tes, 1999. p. 49-57.

SAMPAIO, Cristiane. Congresso reage à sinalização de Eduardo Bolsonaro para embaixada: “Desmoralização”. Brasil de Fato, 16 jul. 2019, n. p. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/07/16/congresso-reage-a-sinalizacao-de-eduardo-bolsonaro-para-embaixada-desmoralizacao>> Acesso em: 20 out. 2021.

SILVA, Daléxon Sérgio da. O que é golden shower? Efeitos de sentido produzidos por internautas sobre o lugar de presidente de Bolsonaro em publicações no twitter. Revista DisSol, ano 05, n. 09, p. 163-181, jan./jun/ 2019.

SILVEIRA, Éderson Luís. Efeito Bolsonaro: anatomia do autoritarismo. In: SILVEIRA, Éderson Luís; COSTA, Leonard Christy Souza. Os efeitos do autoritarismo: práticas, silenciamentos e resistências (im) possíveis. São Paulo: Pimenta Cultural, 2018. p. 15-38.

SILVEIRA, Éderson Luís; LOPES, Lucas Rodrigues. Análise das representações da(s) masculinidade(s) em editoriais da Men's Health. REVISTA DE LETRAS - JUÇARA, v. 04, p. 101-114, 2020.

TEIXEIRA, Lucas Borges. Caixa posta vídeo que satiriza Bolsonaro: “Papai, quero uma embaixada”. UOL, 16 jul. 2019, n. p. Disponível em: <<<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/07/16/caixa-posta-video-que-satiriza-bolsonaro-papai-quero-uma-embaixada.htm?cmpid=copiaecola>>> Acesso em: 20 out. 2021.

UMA DISCUSSÃO SOBRE DISTOPIAS LITERÁRIAS: A INFLUÊNCIA DO SÉCULO XX NA CRIAÇÃO DO SUBGÊNERO

Sergio Schargel¹

Resumo: Segundo as teses de Karl Polanyi, o século XIX foi marcado por uma relativa paz e prosperidade geopolítica inorgânica que acabou por explodir nas tensões do século XX. É neste contexto que surge e se dissemina a distopia como subgênero literário. Este trabalho se propõe a discutir a influência do contexto histórico e geopolítico na formação deste formato de uma literatura que se quer necessariamente política. Para isso, lançará mão como marco teórico do clássico de Karl Polanyi, *A grande transformação*, em diálogo com dois dos maiores nomes da literatura distópica, George Orwell e Aldous Huxley. Ainda que sem incorrer a biografismos, espera-se, assim, ressaltar a importância da violência do real sobre a criação da violência do literário, e a relação simbiótica entre política e literatura.

Palavras-chave: Distopia. Século XX. Aldous Huxley.

A DISCUSSION ON LITERARY DYSTOPIAS: THE INFLUENCE OF THE 20TH CENTURY ON THE CREATION OF THE SUBGENRE

Abstract: According to the theses of Karl Polanyi, the 19th century was marked by a relative peace and inorganic geopolitical prosperity that ended up exploding in the tensions of the 20th century. It is in this context that dystopia appears and spreads as a literary subgenre. This work aims to discuss the influence of the historical and geopolitical context in the formation of this format of a literature that is necessarily political. To do so, it will use Karl Polanyi's classic *The great transformation* as a theoretical framework, in dialogue with two of the greatest names in dystopian literature, George Orwell and Aldous Huxley. Although without resorting to biographisms, it is expected, thus, to emphasize the importance of the violence of the real over the creation of the violence of the literary, and the symbiotic relationship between politics and literature.

Keywords: Dystopia; XX century; Aldous Huxley.

¹ Doutorado em Letras (USP), e-mail sergioschargel_maia@hotmail.com

Introdução

“O grande irmão está observando você”. “Reivindico o direito de ser infeliz”. As duas frases que abrem essa introdução são respectivamente de George Orwell (2009, p. 12) e Aldous Huxley (1969, p. 294) e retiradas de seus dois maiores livros, 1984 e Admirável mundo novo. Ambos são contemporâneos, colegas, professor e aluno (KING, 2012), maiores expoentes da geração pessimista distópica. Este artigo abordará como o contexto do século XX influenciou a obra destes dois artistas (e de outros), criando um subgênero.

O objetivo deste trabalho é analisar o advento dos romances distópicos no início do século XX e como o contexto histórico e cultural influenciou esta corrente literária, traçando um panorama das principais características deste tipo de literatura e de como ela foi moldada pela série de crises ocorridas na primeira metade do século passado. O início da sociedade de controle coincide no contexto temporal com o início dos romances distópicos (COSTA, 2014, que influenciaram toda uma geração e foram por ela influenciados.

Ainda que não seja um tema inédito o diversos trabalhos, acadêmicos ou não, foram criados girando em torno de distopias e sua presença na literatura. O é inegável sua importância à contemporaneidade que parece caminhar a cada dia que passa para uma distopia. O próprio Aldous Huxley ficou conhecido por voltar ao tema em ensaios e análises posteriores.

Huxley, Orwell e tantos outros previram futuros assustadores, em que o Estado reprimia qualquer forma de liberdade individual, fosse através de condicionamento e extrema felicidade, no caso da obra do primeiro, ou através da repressão e do medo, no que diz respeito das ideias de Orwell.

Assim, a proposta deste trabalho é trazer uma nova ótica para este tema já tão abordado, ao mostrar que o pessimismo típico dos literatos desse período não foi fruto de mera coincidên-

cia e tiveram raízes na conturbada época em que viveram. A popularização da ideia de distopia, seja na literatura ou em quaisquer outras artes, tem origem em um século marcado por violência, ódio, guerras, crises e intolerâncias. Não é acaso que artistas imaginassem um futuro horrível quando o próprio presente em que estavam inseridos era conturbado. Como se manter otimista vivendo em um século com duas guerras mundiais, inúmeras guerras civis, crises econômicas, atentados e brutalidades, como ser feliz em uma época em que o que há de pior no ser humano vinha à tona?

O caos do século XX e os distópicos

O século XIX ficou conhecido por uma aparente estabilidade econômica, social e política, considerado pelo filósofo e historiador austro-húngaro Karl Polanyi (2000, p. 35) como o “século da paz”, o que levaria em um efeito bola de neve que geraria na criação dos romances distópicos. Polanyi defende em A grande transformação que poucas guerras ou conflitos aconteceram no período e, as que ocorreram, como a Guerra Franco-Prussiana, acabaram por ter rápida resolução e/ou envolveram um número limitado de países. Entretanto, a civilização naquele século foi marcada por uma prosperidade que acabaria por ser grande responsável pelo efeito avalanche de catástrofes, guerras e crises que atingiram o mundo no século XX. A Primeira e a Segunda Guerra Mundiais, a Grande Depressão, a Guerra Fria, todos esses eventos foram consequências diretas ou indiretas das tensões imperialistas e industriais geradas pelo equilíbrio de poder entre as potências do século anterior:

A civilização do século XIX ruiu. Este livro se preocupa com as origens política e econômica desse acontecimento, bem como com a grande transformação que daí decorreu. A civilização do século XIX se firmava em quatro instituições. A primeira era o sistema de equilíbrio de poder que, durante um século, impediu a ocorrência de

qualquer guerra prolongada e devastadora entre as Grandes Potências. A segunda era o padrão internacional do ouro que simbolizava uma organização única na economia mundial. A terceira era o mercado auto regulável, que produziu um bem-estar material sem precedentes. A quarta era o estado liberal. Classificadas de certo modo, duas dessas instituições eram econômicas, duas, políticas[...]Entre si elas determinavam os contornos característicos da história de nossa civilização (POLANYI, 2000, p.17).

A Primeira Guerra Mundial veio, assim, a interromper quase um século de relativa paz, progresso e estabilidade, embora fosse uma questão de tempo até ocorrer, levando em conta as pretensões imperialistas das metrópoles europeias e a situação política de alguns países recém-unificados como a Alemanha e a Itália. Karl Polanyi defende que a Primeira Guerra e as crises vindouras após a ela, serviram para escancarar a decadência dos modelos políticos criados no século anterior, destinados a um colapso inevitável (POLANYI, 2000, p. 37).

O posicionamento de Polanyi (2000, p. 35-36, 46) é claro: para ele, a civilização do século XIX se baseava em quatro instituições que permitiram equilíbrio durante cerca de cem anos, mas que acabaram por levar ao seu colapso no século seguinte. Para começar, havia um sistema de equilíbrio de poder entre as grandes potências europeias e imperialistas, o que afastou uma possibilidade de uma guerra prolongada e devastadora entre elas (uma das guerras mais importantes desse período, por exemplo, a Guerra Franco-Prussiana, durou apenas um ano), mas que ao mesmo tempo não sustentava a paz, visto que a economia mundial não se encontrava “pronta” para tal equilíbrio. Outro fator crucial para esta crise foi o padrão internacional do ouro, que significava uma organização única da economia mundial e cuja queda foi uma das maiores responsáveis pelo declínio dessas civilizações. Além dessas duas, existem outras duas instituições que também foram diretamente responsáveis: o mercado auto regu-

lável e o Estado liberal, talvez de todas a mais responsável, já que o mercado liberal foi a inovação que deu origem a este tipo de civilização. Segundo Polanyi (2000, p. 17), “A chave para o sistema institucional do século XIX está nas leis que governam a economia de mercado”.

A crise da civilização do século XIX foi, acima de tudo, a crise do sistema de Estado liberal por si só. Ao final do século XIX e o início do XX as tensões foram sendo alimentadas, não só entre as potências imperialistas (o que culminaria na Primeira Guerra Mundial), mas também entre as próprias classes sociais principalmente através de movimentos como o socialismo que, outrora meramente utópico, ganhava força progressivamente e começava a tomar ares de possível realidade em alguns países. O principal depois da criação da Comuna de Paris em 1871 foi o primeiro governo operário da história. A estabilidade liberal e as instituições daquele período começavam a ruir não apenas no plano internacional, mas também internamente

As tensões que emanavam do mercado corriam assim para e contra o mercado e as outras zonas institucionais principais, afetando algumas vezes o funcionamento da área de governo, outras vezes a do padrão-ouro ou do sistema de equilíbrio-de-poder, conforme o caso. Cada área era comparativamente independente das outras e procurava um equilíbrio próprio; quando esse equilíbrio não era alcançado, o desequilíbrio se difundia sobre as outras esferas. Foi a relativa autonomia das esferas que o acúmulo de tensões e gerou pressões que eventualmente explodiram, sob as formas mais ou menos estereotipadas. Enquanto na imaginação o século XIX se ocupava em construir a utopia liberal, na realidade ela estava transferindo as coisas para um número definido de instituições concretas, cujos mecanismos dominavam a época. (POLANYI, 2000, p. 248).

E é justamente neste contexto de estabilidade e de crescimento econômico e científico do século XIX que surge a ficção científica. Este gênero lida e desenvolve temas ligados a ciência e seu impacto no mundo. Normalmente de

temática futurista e marcada pela criatividade e pela imaginação, teve, entre seus pioneiros, o escritor francês Júlio Verne, conhecido por obras que previam inovações científicas antes de elas sequer serem cogitadas (CEIA, 2011). O desenvolvimento da ciência no século XIX dá um enorme gás a este tipo de literatura, que logo se populariza, ramificando em alguns subgêneros, como é o caso dos romances distópicos.

A popular obra *Frankenstein* ou o moderno Prometeu de Mary Shelley é normalmente considerada como pioneira dos romances científicos (uma espécie de subgênero de primórdios da ficção científica que levaria a criação do gênero maior posteriormente). Outro pioneiro dos romances científicos (ou da própria ficção científica, dependendo da visão de cada autor, já que isto até hoje é bastante debatido e discutido) foi o escritor inglês H.G. Wells. Todos esses autores citados produziam uma relação especial com a ciência, sendo esta peça crucial do enredo (a história não aconteceria sem essas ideias científicas) (CEIA 2011).

Existe um grande debate sobre quando se daria de fato o início da ficção científica. Alguns autores e acadêmicos, como o escritor inglês Brian Aldiss (1995, p. 78) defendem que *Frankenstein* seria, na realidade, o primeiro romance deste gênero. Carlos Ceia (2011), porém, discorda. Para o pesquisador, essa obra e outras similares e criadas em um período próximo ainda não constituem, de fato, no estilo maior, embora partilhem temas e ideologias parecidas.

Assim como o progresso científico no século XIX acabou por servir de pano de fundo para a criação do estilo de ficção científica, o caos no século XX acabou por, inevitavelmente, também influenciar as artes. Diversas formas de expressão surgiram e foram criadas como forma de superar ou criticar as crises, as guerras e, principalmente, os movimentos autoritários que pipocavam na Europa. Nas artes plásticas, por exemplo, tem-se o movimento Cubista e Surrealista, com obras como *Guernica*, de Pablo Picasso (uma crítica direta a Guerra Civil Espa-

nhola e ao governo fascista de Franco) (JONES, 2014), enquanto o cinema, por sua vez, floresce em países como Alemanha e Itália. Na literatura, o “caos” que se viveu no século XX influenciou diversos movimentos e submovimentos, entre eles os romances distópicos, uma vertente da ficção científica (ATKINSON, 2007).

É notável que os literatos mais influenciados pelo contexto histórico são justamente os distópicos, os pessimistas que viam os rumos que a humanidade estava tomando e imaginavam apenas um futuro ainda pior.

A desilusão na literatura

Apesar de inserido em ficção científica, os romances distópicos tem uma lógica própria, com idiossincrasias perceptíveis. Possuem as temáticas futuristas e desenvolvimentistas, tão marcantes desse gênero ligado à ciência, porém encaram essas ideias de uma forma bem mais pessimista e fatalista do que as demais obras de ficção científica (e de seus outros subgêneros). Isso tudo, em grande parte, graças à desilusão de seus principais escritores para com o mundo e a humanidade, causado pelos grandes conflitos ocorridos no século XX. O avanço da ciência criou um novo gênero diferente de tudo que se encontrava na literatura antes disso, ao mesmo tempo em que permitiu uma destruição em massa nunca antes vista. O distópico é, antes de tudo, um pessimista.

Os romances distópicos possuem uma série de estilos exclusivos e semelhantes entre si, em geral frutos das desilusões de seus autores com guerras, crises ou com a própria sociedade moderna em si. Dois dos maiores expoentes dessa corrente literária são os ingleses Aldous Huxley e George Orwell, respectivamente mestre e aluno. Não que Orwell tenha sido discípulo de Huxley, até porque suas opiniões divergem entre si (principalmente no que tange em de qual forma se caracterizaria os pilares das sociedades futuras), mas literalmente Huxley deu aulas de francês para ele na Eton University (KING,

2012).

Este subgênero é caracterizado por uma visão depressiva e desiludida do mundo, da sociedade e do ser humano. Etimologicamente falando, a palavra distopia significa justamente o contrário de utopia, já que utopia vem da junção dos radicais gregos “não” e “lugar” e significa lugar idealizado ou inexistente em tradução livre, enquanto distopia significa um lugar ruim, o oposto, portanto. O termo foi usado pela primeira vez em um discurso ao Parlamento Britânico proferido pelo cientista político John Stuart Mill em que Mill acusava o parlamento de ser o oposto de utópico, cunhando o termo distópico para criticá-los (FEHR et al., 2005, p. 230).

É importante citar também a existência do livro que cunhou o termo utopia. Se foi Stuart Mill quem a usou pela primeira vez com um sentido oposto, o termo original em si surgiu no livro de Thomas More em 1516 e batizado de *Sobre o melhor Estado de uma república* que existe na nova ilha Utopia ou simplesmente de Utopia, em um título abreviado e traduzido do latim. O autor narra a existência de uma sociedade perfeita na ilha de utopia, um lugar que ironicamente para ele só pode ser perfeito justamente porque não existe, por isso o neologismo empregado com a junção de duas palavras gregas. Assim, em sua obra, a república perfeita só o é porque paradoxalmente também é fictícia, impossível de existir. Utopia divide-se em dois livros, o primeiro funcionando como uma crítica da Inglaterra da época e o segundo contando justamente o oposto, as descrições da viagem do personagem Raphael Hythlodæus pela ilha plena de Utopia, onde não há intolerância e onde a liberdade predomina.

Para o doutor em Letras pela USP Teixeira Coelho, autor da obra *O que é utopia* publicado na década de 1980 pela Editora Brasiliense, o livro de More é uma consequência da época em que vivia, uma forma que ele encontrou de criticar a sociedade inglesa do século XVI sem enfrentar consequências severas por isso:

Se Thomas More escolheu a fabricação dessa palavra foi porque a Inglaterra de seu tempo era um lugar onde não apenas inexistia a liberdade de expressão como também a de pensamento - e as ideias e comentários de More eram tão “subversivos”, mesmo sendo ele um homem do poder, que, para evitar maiores dissabores, ele acabou situando sua imaginação de uma vida segundo ele melhor num lugar que não existia, no nada: em Utopia. Assim, não mexeria com os interesses de nenhum grupo no poder, nem os dos ingleses, nem de quaisquer outros. (COELHO, p.18).

Já a popularização e o advento dos romances distópicos também coincide, ao analisar as ideias do filósofo e professor brasileiro Rogério da Costa, com a ascensão da sociedade de controle. E não é uma simples coincidência. Se para o autor as sociedades disciplinares se situariam no período que vai desde o século XVIII até a Segunda Guerra, as sociedades de controle se iniciariam logo após, ou na segunda metade do século XX para ser mais preciso (COSTA, 2004). E as obras distópicas debatem e analisam este tipo de sociedade quase sempre, com raras exceções. As sociedades de controle são marcadas pela interpenetração de espaços, com limites não definidos e pela massificação/uniformização do ser humano, e essas características são vistas em diversas obras da época de uma forma um pouco mais exagerada do que já se via na própria realidade (COSTA, 2004).

Para o filósofo Gilles Deleuze as sociedades de controle tiveram início logo após o fim da Segunda Guerra (COSTA, 2004). Antes disso existiria a chamada sociedade disciplinar (caracterizada por uma forma metódica e repetitiva de trabalho, com limites bem estabelecidos e espaços moldados), que entraria em declínio justamente com os enormes problemas que o século XX trouxe consigo. Com a destruição causada pela Segunda Guerra e as novas tecnologias criadas por ela, inicia-se uma descentralização do meio de trabalho, uma globalização extremamente acelerada em uma, de acordo com Rogério da Costa citando Deleuze “espécie de mo-

dulação constante e universal que atravessaria e regularia as malhas do tecido social” (COSTA, 2004). Surgem assim, então, as sociedades de controle que já se avizinhavam antes da guerra e que seriam frequentemente retratadas nas ideias da distopia literária.

Praticamente toda distopia trata de uma sociedade de controle. É o meio no qual o futuro “imperfeito” se desenvolve. Elas foram imaginadas pelos artistas do período antes mesmo de se tornarem uma realidade, antes do fim da Segunda Guerra, quando as guerras e crises econômicas retratavam um quase inevitável destino de submissão ao Estado.

Talvez Fahrenheit 451 seja o mais próximo da obra de Huxley e Orwell, quase um amálgama desses dois livros. De modo geral o mundo retratado é mais semelhante ao de Admirável mundo novo, sendo a felicidade a base do controle estatal e qualquer pensamento livre ou forma de cultura terminantemente proibida. Isso se exemplifica sob a forma dos livros que são queimados, uma alegoria para a repressão do fluxo de ideias abertas e o perigo que elas representam para a estabilidade do sistema descrito no livro. Porém o texto de Bradbury também se assemelha com 1984 principalmente no que tange a importância de televisões ligadas vinte e quatro horas por dia para ajudar a manter o controle sob as pessoas, sem falar na perspectiva de uma guerra que se avizinha constantemente durante todo o texto (até finalmente ocorrer no final) e uma crítica direta à manipulação e ao poder da propaganda sobre as pessoas. Como Manuel da Costa Pinto aborda no prefácio do livro:

Num século anti-humanista [...] Enquanto Huxley e Orwell escreveram seus livros sob o impacto dos regimes totalitários (nazismo e stalinismo), Bradbury percebe o nascimento de uma forma mais sutil de totalitarismo: a indústria cultural, a sociedade de consumo e seu corolário ético – a moral do senso comum (BRADBURY, p.15-17).

Huxley e Orwell

Nascido na Inglaterra em 1894 em uma abastada família de intelectuais, Aldous Huxley foi um dos pioneiros na literatura distópica. Em Admirável mundo novo, Huxley descreveu uma sociedade de controle marcada pela alienação, onde as pessoas eram divididas em castas de acordo com a sua capacidade intelectual O definido antes do nascimento, através de manipulação genética O, de modo a ficar mais suscetíveis àquele tipo de civilização. A sociedade de controle conseguia se manter graças a uniformização dos indivíduos, praticamente abolindo qualquer identidade e individualidade.

Admirável mundo novo, publicado em 1932, acabou por receber críticas mistas em seu lançamento. O próprio autor revisitaria a obra e a criticaria algumas vezes posteriormente, já que dizia que havia sido muito otimista e que algumas das situações descritas já estavam se tornando realidade bem antes do que havia imaginado inicialmente. Ainda assim ele afirmava que não desejava reescrever o livro, pois se o fizesse, mesmo que fosse para consertar alguns possíveis erros, também acabaria tirando alguns dos méritos da obra de arte (HUXLEY, 2012, p. 13).

No universo criado por Huxley, as crianças são condicionadas desde o nascimento a ignorarem tudo o que possa levar a um pensamento crítico e pertencem desde bebês a uma determinada casta (Alfa, Beta, Gama, Delta ou Ípsilon), não podendo nunca sair dela. Mais próximo de nossa realidade do que a obra de Orwell, como o próprio Huxley defendeu em uma carta ao seu colega (KING, 2012), a obra traça uma alegoria sobre a divisão de classes e preconceito social, onde o sexo O incentivado pelo Estado e nunca para a procriação, já que bebês são criados artificialmente O e as drogas O o Estado distribui a droga Soma para os cidadãos em uma ração diária, que ajuda a acabar com qualquer pensamento crítico que um indivíduo possa ter - são usados como forma de controle em uma espécie de Panem et Circenses futurista. Ou seja, um

controle social pelo hedonismo, pelo excesso de prazer.

“Um Estado totalitário realmente eficaz seria aquele em que o executivo todo-poderoso [...] controlasse uma população de escravos que não precisassem ser forçados, porque teriam amor à servidão” (HUXLEY, 2000, p. 16). A frase no prefácio de uma das edições de *Admirável mundo novo* serve justamente como exemplo para as diferenças nas ideias entre Huxley e Orwell, quanto a como seria a formação de um governo totalitário e a base dos Estados descritos em suas respectivas obras. Para o autor, a sociedade de controle de seu livro é aquela que seria realmente eficiente, a que controla não através do medo e da violência repressiva, como é o caso de 1984, mas através da felicidade.

O livro faz referências o tempo todo a Shakespeare, começando por seu próprio título, derivado de *A tempestade* e, mais precisamente, do fragmento que o personagem Ariel profere: “Oh Wonder / How many goodly creatures are there here/How beautiful mankind is/ Oh brave new world / That has such good people in it”. Além disso, um dos protagonistas, John, o Selvagem é um intelectual que viveu a vida toda fora da sociedade civilizada, devorando clássicos literários. John é, inclusive, o responsável direto por personificar as críticas que Huxley faz aos regimes totalitários e à indústria cultural. No início John fica maravilhado com o mundo novo que encontra, inclusive citando os versos de *A tempestade* que dão nome ao livro mais de uma vez, mas a desilusão não demora a vir e o asco inevitavelmente chega. Visto como um bicho curioso e diferente pelas demais pessoas, tenta, sem sucesso, isolar-se novamente, até perceber que a única saída daquele mundo de controle pela felicidade é o suicídio. Assim, matando o seu personagem, Huxley ataca ferrenhamente o mundo moderno mostrando a morte de uma espécie de o “último homem”, isto é, de um apátrida que não pertencia a lugar nenhum por ser o único livre de fato.

Mas essas não são as únicas referências às sociedades modernas no livro. O empresário Henry Ford, por exemplo, é tomado como uma figura messiânica no regime, adorado por toda a população. Expressões populares como “Nosso Senhor” (do original em inglês “Our Lord”) são substituídas por “Nosso Ford” (“Our Ford”). Huxley com isso faz uma alegoria comparando a figura de Ford, responsável pela criação da Linha de Montagem em fábricas (uma forma de produção massiva, com a separação entre trabalho manual e intelectual, e caracterizado pela mecanização e padronização da produção) com uma sociedade controladora, mecânica e padronizada, aonde todos são condicionados a uma determinada classe social desde o nascimento e onde as classes mais baixas ficam responsáveis pelo trabalho manual enquanto as mais altas (Beta e Alfa) se responsabilizam pelo trabalho intelectual.

A decepção de Huxley para com o mundo só viria a aumentar, pois, tendo vivido ainda por um tempo considerável após o lançamento de seu livro (ao contrário de Orwell, que morreu pouco depois de ter lançado sua obra prima), acabou por revisitá-lo algumas vezes antes de morrer. A mais famosa dessas revisões, foi na obra *Retorno ao admirável mundo novo*, lançada em 1958 (cinco anos antes da morte do autor, em 1963), na qual ele se mostra ainda mais pessimista do que no livro original, graças aos eventos que ocorreram após o lançamento do anterior, como a Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, entre outros acontecimentos menores. O autor alerta nesta segunda obra a necessidade do ser humano acordar para a nova realidade que vinha construindo, antes que fosse tarde demais.

Huxley considerava como dois dos maiores perigos à humanidade, além de uma suposta guerra atômica, a superpopulação e a uniformização (ou superorganização). Logo na abertura de *Retorno ao admirável mundo novo*, ele já afirma sua decepção com o mundo e com as desgraças do século XX e como tinha sido ingê-

nuo em acreditar que a sociedade distópica que imaginou em Admirável mundo novo só poderia ocorrer em um futuro distante:

Em 1931, quando o Admirável Mundo Novo estava para ser escrito, achava-me convencido de que restava ainda muito tempo. A sociedade completamente organizada, o sistema científico das castas, a abolição da vontade livre através de um condicionamento comedido, a servidão que se tornara aceitável através de doses regulares de felicidade artificialmente transmitidas [...] – estas coisas aproximavam-se tais eu dizia, mas não chegariam no meu tempo, nem mesmo no tempo dos meus netos [...] Nós que vivíamos no século XX D.C. éramos os habitantes de um universo na realidade horrível (HUXLEY, 2000, p.15).

É importante ressaltar também uma característica peculiar de Admirável mundo novo: a existência de mais de um protagonista (ou a ausência de um personagem principal, dependendo da forma como o leitor enxerga a narrativa). Ao menos um que se mantenha durante toda a história. O primeiro terço do livro serve para estabelecer as características daquela peculiar sociedade, como uma espécie de alongada introdução descritiva e então, em dado momento, o leitor é introduzido a Bernard Marx, um personagem influente naquele mundo ficcional (um Alfa-Mais) que funciona como um protagonista até a segunda parte da obra, quando Lenina visita uma reserva e conhecer John, o Selvagem. Depois disso, John assume o protagonismo e Bernard é relevado a uma espécie de segundo plano.

Curiosamente, ambos os personagens principais possuem características semelhantes, principalmente uma espécie de desilusão com a sociedade supostamente utópica em que vivem (Bernard, por exemplo, apesar de ser um Alfa-Mais possui sentimentos que o humanizam e que não são bem vistos, tais como raiva, rancor, amor, inveja e principalmente ciúmes). Uma das passagens mais interessantes do livro ocorre justamente em um encontro de Bernard,

John e o administrador mundial Mustafa Mond (responsável por narrar a introdução antes de o leitor ser apresentado a Bernard). Ao contrário dos outros personagens, que ou se encontram totalmente imersos em um meio alienante ou procuram se libertar (como é o caso dos dois protagonistas), Mond tem plena ciência da sociedade de controle que ajuda a administrar. Ele possui todo um conhecimento artístico e cultural, mas não se importa com a censura de ideias e com o Estado totalitário. Na realidade, para Mond, o objetivo final da humanidade deveria ser sempre a felicidade e a existência de livros, cultura e livre-pensamento apenas põe em perigo a busca por esse fim. A inteligência ameaça a estabilidade. A sociedade de controle em Admirável mundo novo é mantida através da harmonia e estabilidade, em oposição a 1984 onde o medo e a violência é que exercem essa função.

Sendo o Administrador Mundial e o criador das leis, Mond tem pleno poder para transgredi-las e, portanto mantém uma biblioteca com diversos produtos culturais. Ele condiciona o povo pela felicidade, a ignorância é uma bênção, a felicidade é a chave para uma sociedade estável e facilmente controlada, como ele afirma:

Não se pode fazer calhambeques sem aço – e não se pode fazer tragédias sem instabilidade social. Agora o mundo é estável. O povo é feliz; todos têm o que desejam e nunca querem o que não podem ter. Sentem-se bem; estão em segurança; nunca ficam doentes; não têm medo da morte; vivem na perene ignorância da paixão e da velhice; não se afligem com pais e mãe; não têm esposas, filhos nem amantes a que se apeguem com emoções violentas; são condicionados de modo a não poderem deixar de se comportarem como devem. E se alguma coisa não estiver bem, há o soma. Que você atira pela janela em nome da liberdade, Sr. Selvagem. Liberdade! Riu. Espera que os Deltas saibam o que é liberdade! E quer também que compreendam Otelos! (HUXLEY, 2012, p.272).

O Administrador Mundial tem muitas semelhanças com John, o Selvagem. Ambos são letrados, eruditos, cultos, com conhecimento de obras marcantes da literatura e em especial de Shakespeare, o qual John cita constantemente. Huxley faz uma oposição assim aos dois únicos homens livres de fato do livro, o Selvagem (e que justamente por essa liberdade é bombardeado por sentimentos como tristeza e raiva, que não acometem os cidadãos condicionados da sociedade supostamente perfeita), e aquele que, apesar de ser livre, é um dos responsáveis por “aprisionar” a sociedade em uma redoma protetora de estabilidade e felicidade.

Em determinado momento do livro Mond descreve ainda a tentativa de criação de uma sociedade apenas de Alfa-Mais no Chipre, que colapsou justamente pelo nível intelectual dos habitantes, já que estes estavam sempre ambiciosamente almejando cargos sociais mais altos e acabaram por gerar uma guerra civil que dizimou o país. Ele justifica que a existência de pessoas pré-determinadas, condicionadas a um nível menor de inteligência desde o nascimento, no caso os Ípsilons e Gamas, é essencial para que os alicerces da paz e da prosperidade sejam mantidos. Traçando mais um paralelo com 1984, os dois livros têm em comum tratarem a disseminação estatal das ideias de que liberdade é a verdadeira escravidão, que o liberto nunca poderá ser feliz de fato e será contaminado por sentimentos tóxicos como tristeza e raiva. Ambas as sociedades de controle tratam a ideia como um perigo, a inteligência como uma ameaça e a cultura como um câncer.

Existe ainda a Soma, uma droga ficcional descrita no livro que auxilia para que o Estado mantenha o controle. É uma droga que ajuda a aumentar a felicidade do usuário, ajudando-o a relaxar e sendo distribuída em rações para todos os habitantes. Como o próprio Mond diz: “E se alguma coisa não estiver bem, há o soma” (HUXLEY, 2012, p. 272). Por ser uma droga sem grandes efeitos colaterais negativos, seu uso era amplamente incentivado e inclusive caso um trabalhador (principalmente de castas mais bai-

xas) começasse a se sentir inquieto ou infeliz, o Estado recomendava que se consumisse a droga. O trabalhador assim se mantinha produtivo, feliz, estável e o Estado evitavam problemas como rebeldias e insurreições.

Porém, mesmo com todo esse pessimismo, Huxley ainda era menos radical do que o seu outrora aluno de francês, o anglo-indiano George Orwell. Se o futuro distópico e a sociedade de controle imaginados pelo autor inglês eram baseados na uniformização, na superpopulação e na superorganização, para o seu antigo aluno as coisas eram mais violentas e o Estado totalitário imaginado por ele, se baseava mais na violência, uma violência física que praticamente inexistia na obra de Huxley, que por sua vez usa muito mais de uma violência psicológica.

Apesar do nome de George Orwell ter se tornado bastante popular, na realidade este escritor e jornalista inglês se chamava Eric Arthur Blair. Seus dois livros mais populares, *A revolução dos bichos* e *1984*, ambas obras distópicas, venderam quase cinquenta milhões de cópias e foram traduzidas para mais de sessenta e duas línguas (RODDEN, 2007, p. xi).

Blair se mostrou ainda mais pessimista do que seu professor acerca do futuro da humanidade e retratou em *1984* uma sociedade de controle que se mantinha não através da uniformidade, como no caso de *Admirável mundo novo*, mas através da pura violência e repressão autoritária. Em *1984*, uma espécie de televisão impossível de ser desligada e instalada na casa de cada pessoa, permite que elas sejam controladas e viajadas por todo o dia.

Logo no início do livro, Orwell (2010, p. 13) já descreve de forma a sociedade de controle, exercida não apenas pela violência e repressão, mas também pela figura do Grande Irmão (que depois inspiraria inclusive o programa de televisão *Big Brother*, reality show famoso em todo o mundo) que a tudo e todos vigia pela teletela, a televisão que não pode ser desligada e que mostra o que acontece na casa das pessoas:

A teletela recebia e transmitia simultaneamente. Todo som produzido por Winston que ultrapassasse o nível de um sussurro muito discreto seria captado por ela; mais: enquanto Winston permanecesse no campo de visão enquadrado pela placa de metal, além de ouvido poderia ser visto. Claro, não havia como saber se você estava sendo observado num momento específico [...] Era possível inclusive que ela controlasse todo mundo o tempo todo. Fosse como fosse, uma coisa era certa: tinha meios de conectar-se a seu aparelho sempre que quisesse. Você era obrigado a viver – e vivia, em decorrência do hábito transformado em instinto – acreditando que todo som que fizesse seria ouvido [...]”. A teletela e o Grande Irmão são os símbolos de um Estado que esmaga qualquer individualidade, qualquer pensamento livre. (ORWELL, 2010, p.13).

O mundo de 1984 se passa em um suposto futuro pós-apocalíptico em que o mundo se dividiu em três grandes blocos continentais, a Oceânia (continente que abrange a Inglaterra e onde o livro se passa), a Eurásia (composta, como o nome deixa claro, por toda a Europa com exceção do Reino Unido e pela Rússia) e a Lestásia (formada por alguns países da Ásia como o Japão e a China). Existe também um enorme território em disputa constante entre os três blocos, composto em sua maioria pelo norte da África e pelo Oriente Médio.

O Estado na obra de Orwell está sempre em guerra, porém o adversário varia. A guerra tem uma função de manter a sociedade de controle, torna mais fácil condicionar as pessoas pelo ódio. Todo o dia ocorre um momento do ódio, em que as pessoas se juntam, juram lealdade ao Estado, xingam os outros países (Lestásia ou Eurásia, dependendo do momento) e todos aqueles que ameaçam a paz e a prosperidade. Nota-se, por exemplo, que na primeira parte do livro o inimigo é um e após determinado momento o Ministério da Verdade reescreve a história para fazer com que o inimigo seja outro, sempre em mutação. A população passa a odiar e a ter seu momento de ofensas direcionadas a outro país, então, sem sequer perceber. Orwell

deixa claro que as três supernações estão sempre em guerra, mas constantemente mudando seus adversários. Por serem superpoderosas elas não podem se destruir, o que resulta em uma infinita mudança de inimigo e traições. É normal no livro que uma nação traia a outra, por exemplo, se aliando com o inimigo anterior, tréguas e tratados são feitos a cada momento, o importante é estar em guerra e não com quem se está em guerra. Mais do que manipuladas apenas pelo medo da repressão, as pessoas se tornam também manipuladas pelo ódio, pela raiva cega que é ilusoriamente direcionada.

Essa raiva cega também se faz presente com a figura de Emmanuel Goldstein. Goldstein era um personagem que servia como oposição para a figura do Grande Irmão. O livro não deixa claro se os dois personagens sequer são reais, mas isso não importa, já que a importância de ambos reside na forma de controle que eles exercem. Goldstein seria a suposta resistência, um membro do partido que teria se revoltado contra ele e criado um movimento, através de um livro que supostamente escreveu. Ele acaba sendo usado como forma de direcionar o ódio da população, que ataca cegamente aquela forma que pode sequer ser real. Ele funciona como uma necessidade psicológica para que o totalitarismo funcione, é necessário que haja uma oposição para isso, mesmo que essa oposição possa ser apenas ilusória.

Além disso, a sociedade supercontroladora impede qualquer forma de sexo sem fins de procriação. Em meio a este futuro caótico, um homem insignificante chamado Winston Smith manifesta uma tímida tentativa de rebelião contra o sistema, apenas para ser esmagado e ter a sua vontade própria e livre arbítrio completamente destroçados. É necessário também analisar a importância que o slogan do partido “Guerra é paz, liberdade é escravidão, ignorância é força”. Esse slogan sustenta toda a base de controle que o livro retrata durante suas quase 400 páginas, como por exemplo, a guerra sendo essencial para direcionar o ódio da população e

a falta de liberdade e a ignorância como pilares de uma sociedade estável (traçando um paralelo no quesito da falta de liberdade, Orwell se aproxima de Huxley ao mostrar como a base da sociedade de controle é a falta de liberdade e de conhecimento ou cultura). Ou seja, a verdadeira paz, estabilidade e felicidade só são adquiridas através de um controle estatal que se mantém pela guerra, “escravidão” e ignorância. Liberdade e livre pensamento são perigosos, cânceres para a autoridade estatal, como o personagem O’Brien, um dos antagonistas principais durante uma sessão de tortura à Winston, deixa claro:

O Partido não se interessa pelo ato em si: é só o pensamento que nos preocupa. Não nos limitamos a destruir nossos inimigos; nós os transformamos. Entende o que estou querendo dizer? [...] Mais tarde, no século XX, vieram os totalitários, como eram chamados. Os nazistas alemães e os comunistas russos. A perseguição que os russos faziam às heresias era ainda mais cruel que a da inquisição. Eles imaginavam que tinham aprendido com os erros do passado; pelo menos sabiam que não podiam produzir mártires. Antes de expor as vítimas a julgamentos públicos, tratavam de destruir deliberadamente sua dignidade. Arrasavam-nas por meio de tortura e solidão, até transformá-las em criaturas lamentáveis, amedrontadas e desprezíveis, dispostas a confessar tudo o que lhes pusessem na boca, cobrindo-se a si próprias de injúrias, fazendo acusações e protegendo-se uma atrás das outras superando clemência [...] Todas as confissões proferidas aqui são verdadeiras. Fazemos com que sejam verdadeiras [...] Antes de eliminá-lo, fazemos com que se torne um de nós [...] Quando acabamos com eles, estavam reduzidos a uma casca. Não havia mais nada dentro deles, exceto o arrependimento pelo que tinham feito e o amor pelo Grande Irmão. Era tocante ver como o amavam. (ORWELL, 1984, p.297-299).

Conclusão

Os pensadores deterministas, incluindo Karl Marx, diziam que o “homem é um produto do meio em que vive” (VENTURA, 2015). Isto

é, o homem é influenciado pela cultura, pelo país e principalmente pelo século em que vive. Cada pessoa possui suas individualidades, mas sendo o ser humano uma criatura de natureza sociável, é inevitável que seja influenciado pelo coletivo. Se o homem é um produto do meio da mesma forma, traçando um paralelo, a cultura também o é e é por isso que a literatura distópica surgiu justamente em um século marcado pela destruição.

Era inevitável que uma conjunção de desgraças e situações complicadas não gerasse uma série de pessoas com características no mínimo pessimistas. E é justamente isto o que acontece durante o século XX. O século XIX gerou certa estabilidade ilusória fruto do seu sistema econômico e social que acabaria por acarretar em uma inconstância enorme na primeira metade dos cem anos seguintes. As políticas imperialistas das grandes potências, embora tenham criado uma paz superficial durante um período de tempo, acabou por explodir em tensões inevitáveis que culminariam, logo no início do século XX, na Primeira Guerra Mundial.

Se no século XIX a paz ilusória gerada pelos modelos políticos da época trouxe uma estabilidade que permitiu um avanço enorme na ciência e na industrialização (apesar da Revolução Industrial ter começado no final do século anterior, foi no século XIX que ela tomou uma maior força e começou a se espalhar para o mundo todo), no século XX as crises e guerras serviram para gerar um número enorme de pessoas desiludidas com a vida e com a humanidade. Entusiasmado pelas inúmeras invenções que surgiam e com a Revolução Industrial, o homem criou o gênero da ficção científica e, desiludido com o mundo constantemente em colapso no século XX, o homem criou o subgênero dos romances distópicos, nos quais o pessimismo exacerbado e a desesperança com a humanidade são características primordiais.

Os romances distópicos, apesar de ser uma espécie de vertente da ficção científica, têm características próprias bastante exclusivas. As-

sim como gênero em que se incluem, também possuem características científicas, mas possuem um tema mais voltado para o futuro, uma análise do vindouro, do que ainda há de acontecer. E sempre marcada por uma negatividade e pessimismo, o futuro analisado nunca é pleno e justo, sempre apresenta forte controle ou atributos bastante indesejáveis como guerras, fome, doenças, entre outros. Esse pessimismo é natural ao se observar a época em que começaram a se tornar populares, no início do século XX, quando o mundo passava por catástrofes sucessivas e o ser humano escancarava o que existia de pior na humanidade. Ironicamente, essa grande destruição que o período trouxe só foi possível justamente graças ao avanço da ciência, a mesma que faria surgir a ficção científica no século anterior.

A vida imita a arte e nada mais natural de que a ideia distopia ter se tornado popular na arte (e em especial na literatura) em um século em que as sociedades de controle descritas por estudiosos como Rogério da Costa (2004) se tornaram bastante presentes em todo o mundo, com expoentes como a Alemanha nazista e a União Soviética socialista, que por sua vez se assemelham bastante as sociedades presentes nas maiores obras deste subgênero. O termo distopia foi criado pelo cientista político inglês Stuart Mill em um discurso contra o parlamento no século XVIII como uma forma de exemplificar o mundo para qual a humanidade estava caminhando (FEHR et al., 2005, p. 230), que seria o oposto da ideia de utopia criada por Thomas More, mas foi no século XX que as sociedades realmente começaram a se aproximar mais e mais da realidade distópica.

Assim, é no século XX que surgem autores marcados por ideias pessimistas, como os ingleses George Orwell, Anthony Burgess e Aldous Huxley, o americano Ray Bradbury, o russo Yevgueny Zamyatin, o brasileiro Ignácio de Loyola Brandão, todos esses escritores com famosas e influentes obras que exploram a ideia de um mundo futuro onde as coisas não deram certas e

a humanidade se encontra em ruínas e controlada pelo Estado de uma forma ou de outra.

Dois dos mais importantes ao subgênero da distopia foram Aldous Huxley e George Orwell. Suas ideias eram distintas e semelhantes ao mesmo tempo e apesar de ambos abordarem sociedades de controle futurísticas e uma humanidade completamente condicionada, o fizeram de formas diferentes. A sociedade de controle de Huxley se baseia na felicidade e na estabilidade, o homem é condicionado desde o nascimento a uma série de obrigações, enquanto na obra de seu antigo aluno o controle se dá pela violência e repressão, o Estado impõe sua vontade através do medo.

Aldous Huxley e George Orwell marcaram toda uma geração, bem como foram marcados por ela. Suas influências se fazem presente em diversas esferas até hoje e suas obras se tornaram um fenômeno cultural e popular gigantesco, ao ponto de várias espécies de adaptações ou referências terem sido lançadas, seja para o cinema (com adaptações de suas respectivas obras em 1998 e 1984), para o teatro, ou para qualquer outra espécie de mídia. Se o caos do século XX influenciou suas vidas e suas literaturas, é inegável que eles mesmos influenciaram o próprio século, principalmente a segunda metade dele.

REFERÊNCIAS

- ALDISS, B. W. *The detached retina*. Liverpool: Syracuse University Press, 1995.
- ATKINSON, P. *The visualisation of utopia in recent Science Fiction film*. Merlbourne: Monash University, 2007.
- BRADBURY, R. *Fahrenheit 451*. São Paulo: Editora Globo, 2003.
- CEIA, C. *E-Dicionário de termos literários*. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/ficcao-cientifica/>. Acesso em: 01 ago. 2021.
- COSTA, R. da. *Sociedade de controle*. São Pau-

- lo em Perspectiva, v. 18, n. 01, 2004.
- FEHR, M.; RIEGER, T. W., RÜSEN, J. Thinking utopia: steps into other worlds. Nova York: Berghahn Books, 2005.
- HUXLEY, A. Admirável mundo novo. São Paulo: Editora Globo, 2012.
- HUXLEY, A. Regresso ao admirável mundo novo. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 2000.
- KING, R. In the end, I'm right: letter from Aldous Huxley to George Orwell over 1984 novel sheds light on their different ideas. Daily Mail, 7 mar. 2012. Disponível em: <https://www.dailymail.co.uk/news/article-2111440/Aldous-Huxley-letter-George-Orwell-1984-sheds-light-different-ideas.html>. Acesso em: 01 ago. 2021.
- ORWELL, G. 1984. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2010.
- POLANYI, K. A grande transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
- RODDEN, J. The Cambridge companion to George Orwell. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- VENTURA, Z. Atrás de um motivo: até que ponto somos nós responsáveis por essas condutas delituosas? Quem faz o criminoso, a sociedade ou o indivíduo? O Globo. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniao/atras-de-um-motivo-16336797>. Acesso em: 01 ago.
- Submissão: fevereiro de 2022**
Aceite: junho de 2022.

IMBRICAMENTOS/ DISJUNÇÕES DE CORPOS (I)MÓVEIS EM AQUARIUS

Thiago Henrique Ramari¹

Renata Marcelle Lara²

Resumo: O artigo tematiza os imbricamentos e as disjunções que atravessam os laços que atam os corpos discursivos de um condomínio residencial, de uma moradora aposentada e do representante de uma construtora, na Recife contemporânea do longa-metragem *Aquarius* (2016), dirigido pelo cineasta brasileiro Kleber Mendonça Filho. Com base no escopo teórico-metodológico da Análise de Discurso materialista, a pesquisa objetiva compreender as relações de força que põem em confronto moradora e construtora, em vista de uma possível demolição do prédio, visibilizando, atravessando e ameaçando, como relações de sentido, os entrelaçamentos discursivos desses corpos e deles com o condomínio. O percurso analítico é composto por um gesto de interpretação que toma tais corpos como corpos (i)móveis, intrincados frente à relação constitutiva que se dá entre sujeitos e cidades.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Cidade. Relações de força. Relações de sentido. Corpo discursivo.

IMBRICATIONS/DISJUNCTIONS OF (IM)MOVABLE BODIES IN AQUARIUS

Abstract: The article discusses the imbrications and disjunctions that cross the ties that bind the discursive bodies of a residential condominium, a retired resident and the representative of a construction company, in the contemporary Recife of the movie *Aquarius* (2016), by Brazilian filmmaker Kleber Mendonça Filho. Based on the scope of materialist Discourse Analysis, the research aims to understand the relations of force that put the resident and the construction company in confrontation, in view of a possible demolition of the building, making visible, crossing and threatening, as relations of meaning, the discursive intertwining of these bodies and of them with the condominium. The analytical course is composed of a gesture of interpretation that takes such bodies as (im)movable bodies, intricate in the face of the constitutive relationship that takes place between subjects and cities.

Key-words: Discourse Analysis. City. Relations of force. Relations of meaning. Discursive body.

1 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (PLE/UEM). E-mail: thiagohenriqueramari@gmail.com

2 Doutora em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (2008), com estágio Pós-doutoral no Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
E-mail: renatamlara@gmail.com

Os corpos (i)móveis de Recife

No poema *Lanterna Mágica*, quando Carlos Drummond de Andrade (2015), natural de Itabira (MG), pontua a impossibilidade de escrever versos a respeito da Bahia, por nunca ter ido para lá³, marca a relação com os sentidos e os espaços que o constituem e o significam do lugar de escritor, e que se materializa no poema, possibilitando pensar a relação constitutiva dos sujeitos e sentidos, em dadas condições de produção, de forma inerente ao corpo da cidade. Tal relação que todo sujeito tece intrincado aos espaços citadinos – discussão há tempos abordada por Orlandi (1999; 2003; 2004) no âmbito da Análise de Discurso (AD) materialista –, sinaliza que é no/pelo funcionamento atado do corpo(do)sujeito ao corpo(da)cidade, como compreende a analista, que se dão práticas discursivas (PÊCHEUX, 2014) na formação social capitalista (ALTHUSSER, 2008).

Ao reavivar e dar procedência a tal compreensão discursiva, este artigo enfoca essa relação entre sujeitos e espaços da cidade, no batimento descrição-interpretação (PÊCHEUX, 2015a) do longa-metragem *Aquarius*, lançado mundialmente em maio de 2016, com roteiro e direção do cineasta brasileiro Kleber Mendonça Filho. O trabalho analítico-discursivo com material fílmico integra um projeto de pesquisa institucional que se volta à investigação discursiva de imagens visuais e projeções imaginárias em materialidades artísticas e midiáticas⁴. O objeto de análise se delimita em âmbito diegético, enfocando as relações significantes que se estabelecem entre a protagonista de *Aquarius* (2016), Clara Amorim de Melo, a empresa de construção civil Bonfim Engenharia e o condomínio onde ambas são proprietárias de apartamentos, chamado *Aquarius*, na cidade de Recife (PE) dos dias atuais.

Classificado pelo roteirista e diretor como um “thriller-melodrama” (MENDONÇA FILHO, 2020, p. 12), *Aquarius* é um filme de ficção que gira em torno de Clara, moradora há décadas do condomínio *Aquarius*. A narrativa começa em 1980, quando a então jovem protagonista (interpretada por Bárbara Colen) divide o apartamento com o marido e os três filhos. A maior parte da história, contudo, concentra-se nos dias atuais, quando ela já é uma jornalista aposentada e viúva (Sônia Braga), que vive sozinha e se recusa a vender o imóvel para a Bonfim Engenharia. A relação entre Clara e o personagem que normalmente representa a empresa, o jovem Diego (Humberto Carrão), é conflituosa desde o princípio, uma vez que ela é a única moradora do condomínio e a construtora, já proprietária de todos os outros apartamentos, tem pressa para demolir o prédio e construir outro, mais moderno, no lugar – o Novo *Aquarius*. Considerando, tal como Orlandi (2004, p. 35, grifos da autora), que “[...] as relações sociais são relações de sentidos [...]”, os embates entre Clara e Diego materializam imbricamentos e disjunções entre moradora e empresa, estando o condomínio residencial, potencialmente corpo imóvel e simbólico ao mesmo tempo, no centro da disputa.

Na condição de corpos discursivos (LEANDRO-FERREIRA, 2013a; 2013b), a personagem Clara, a empresa Bonfim Engenharia (e os seus representantes) e o condomínio *Aquarius* são analisados, na pesquisa, em sua forma material (ORLANDI, 2012), isto é, linguístico-histórica e ideológica, como constitutivos do corpo da cidade de Recife. Tal pensamento acerca do atamento entre corpo(do)sujeito e corpo(da) cidade suporta a formulação corpos (i)móveis, delineada, neste estudo, no movimento teoria-(configuração do)corpus, ao considerar as relações de força e de sentido tecidas entre sujeitos (corpos móveis) e determinados espaços (corpos imóveis), do corpocidade.

É em meio às tensões operantes nesse sistema de relações imbricadas de corpos (móveis

3 “É preciso fazer um poema sobre a Bahia... / Mas eu nunca fui lá” (ANDRADE, 2015, p. 17).

4 Projeto Institucional de Pesquisa Docente, desenvolvido na Universidade XXXXXX, sob coordenação XXX.

e imóveis) que a pesquisa tematiza os imbricamentos/disjunções entre corpos (i)móveis em Aquarius, com o objetivo de compreender as relações de força que põem em confronto moradora e construtora, visibilizando, atravessando e ameaçando, como relações de sentido, entrelaçamentos discursivos desses corpos e deles com o condomínio residencial – este também funcionando como parte constitutiva desses imbricamentos/disjunções. Ao olhar, portanto, para o objeto discursivo temático, imbricamentos/disjunções de corpos (i)móveis, delineado na materialidade fílmica, a investigação do corpus norteia-se pela pergunta discursiva acerca de como as relações de força e de sentido entre corpos (i)móveis afetam os laços entre os pares Clara-Aquarius e Bonfim-Aquarius na Recife contemporânea discursivizada pelo filme.

Nessa direção, o trajeto estrutural deste artigo orienta-se pelos objetivos específicos voltados a: compreender as relações de força e de sentido entre sujeitos e espaços urbanos, a partir do prisma materialista; discutir os entrelaçamentos discursivos que se dão entre Clara, Bonfim Engenharia e condomínio Aquarius; analisar a tensão discursiva que se impõe e permeia os corpos (i)móveis de Aquarius. Assim, o “corpo discursivo, não empírico, não biológico, não orgânico”, portanto, um corpo que é um “objeto discursivo estruturado, organizado como estrutura, atravessada de falhas e submetidas à irrupção da falta”, como compreende Leandro-Ferreira (2013b, p. 106, grifos da autora), sendo parte constitutiva do corpo(da)cidade (ORLANDI, 2004), é fundante da noção conceitual corpos (i)móveis, investigada no corpus da pesquisa.

Sujeitos, espaços da cidade e laços de sentidos

O sujeito do/no discurso não pode ser reduzido a algo dado ou que se desenvolve naturalmente, como observado em Leandro-Ferreira (2010), já que resulta de uma construção que se dá por duas vias, uma ideológica e outra psica-

nalítica. Na primeira, derivada da teoria althusseriana, o sujeito é formatado como evidência de si, por meio da interpelação pela ideologia em geral, ao mesmo tempo em que é alinhado a conjuntos de saberes diversos, mediante o assujeitamento a ideologias particulares. Na segunda, advinda do pensamento lacaniano, o sujeito cria, via inconsciente, uma imagem de si e de como deve agir na formação social, a partir do modo como seus semelhantes, normalmente pais e parentes, denominados de outros (autres), atribuem-lhe significantes específicos, oriundos de uma estrutura alhures, o Outro (Autre). Essas duas vias se imbricam sem se confundirem em suas particularidades, uma vez que a interpelação e assujeitamentos ideológicos se dão via inconsciente, envolvendo a relação estabelecida com os outros e o Outro⁵. Nesse ponto de encontro está a linguagem, essa materialidade discursiva que constitui todo e qualquer sujeito, fazendo com que suas práticas signifiquem e sejam significadas a partir dos lugares que ocupa na formação social. Esse complexo funcionamento está intrinsecamente ligado ao momento sócio-histórico no qual se efetiva. Em um recorte exemplificativo da contemporaneidade capitalista, um dos modos pelos quais a ideologia em geral (ALTHUSSER, 2008) constrói sujeitos como evidências de si se dá por meio das instituições e discursos do Estado. Os documentos que atestam a existência deles em diferentes momentos da vida os (re)inserir em uma ordem de cunho jurídico, marca característica dessa época. Nas palavras de Orlandi (2015, p. 55), eles são interpelados em sujeitos-jurídicos, definidos pela “[...] ambiguidade que joga entre a autonomia e a responsabilidade sustentada pelo vai-e-vem entre direitos e deveres”. A esse processo, outros revestimentos significantes se somam, provenientes das ideologias particulares (ALTHUSSER, 2008) em operação, tais como

5 De acordo com Pêcheux (2014, p. 278), “[...] a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalcado não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro inconsciente”.

a burguesa, a cristã e a proletária, localizando-os perante a luta de classes. De forma concomitante e imbricada, as relações com os outros (sujeitos como seu semelhante) e o Outro (discurso do inconsciente), dizendo-lhes quem são na formação social, em um processo psicanalítico que envolve aspectos ideológicos.

Considerar os momentos sócio-históricos exige considerar também os territórios geográficos nos quais se dão a construção dos sujeitos. Isto porque, como uma das materialidades que compõem as formações sociais, eles são revestidos de sentidos que atravessam os modos como os sujeitos que ali estão significam e são significados. Em âmbito exemplificativo, podemos dizer que o jogo discursivo no qual se inserem os habitantes da cidade de São Francisco, no interior do Estado de São Paulo, é diferente daqueles observados nas localidades homônimas de Minas Gerais, Paraíba e Sergipe, dentro do território brasileiro. O mesmo acontece entre cada uma dessas cidades e outras, também de mesmo nome, situadas na Argentina, no Chile, na Colômbia, na Espanha e nos Estados Unidos – esta última talvez a mais conhecida mundialmente. Como explica Orlandi (2004, p. 11), “nada pode ser pensado sem a cidade como pano de fundo”, pois “todas as determinações que definem um espaço, um sujeito, uma vida cruzam-se no espaço da cidade”. Daí a suposta dificuldade de Drummond em escrever versos sobre a Bahia, por nunca ter visitado ou morado em suas cidades.

Nessa relação que se estabelece entre sujeitos e cidades, os corpos entram invariavelmente em cena. Primeiro, porque considera-se a materialidade do sujeito – o corpo –, configurando-se, segundo Leandro-Ferreira (2013a, p. 78), “[...] como dispositivo de visualização, como modo de ver o sujeito, suas circunstâncias, sua historicidade e a cultura que o constituem”. Segundo, porque as cidades também são tomadas como corpos simbólicos, dos quais os sujeitos que abriga são parte indissociável, remetendo à afirmação de Orlandi (2004, p. 11)

de que “[...] o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade formam um, estando o corpo do sujeito atado ao corpo da cidade, de tal modo que o destino de um não se separa do destino do outro”. É a partir desse vínculo constitutivo que se abre a possibilidade de formulação de corpos (i) móveis, a fim de abranger os elementos que se enlaçam discursivamente no material de análise desta pesquisa, o filme *Aquarius* – a protagonista Clara, a empresa Bonfim Engenharia (e seus representantes) e o condomínio *Aquarius*, na cidade do Recife.

Começando por Clara, o longa-metragem traz um momento passado e outro contemporâneo acerca de sua vida no apartamento onde reside no condomínio *Aquarius*. No primeiro, no ano de 1980, a protagonista aparece jovem, com o marido e os três filhos pequenos, realizando uma festa de aniversário para uma parente próxima; no segundo, já no século XXI, leva uma rotina aparentemente tranquila como aposentada e viúva. Essas pontuações temporais materializam o entrelaçamento que se dá entre Clara e o imóvel, a partir dos sentidos produzidos pelas práticas discursivas que compartilham há décadas. Se, por um lado, os significantes das vidas conjugal, feminina, materna e profissional dela se imprimem na estrutura, nos móveis e nos objetos do apartamento, por outro lado, o imóvel é um significante discursivo indissociável da constituição da subjetividade da personagem por processos de identificação. O que significa que ambos se autoconstituem, de modo que não podem ser pensados sem referências entre si, enquanto corpos (i)móveis: Clara e o apartamento só partilham de determinados significantes, em função das vivências que dividiram e ainda dividem.

A intrincação de corpos, móvel (Clara) e imóvel (apartamento), que estabelecem laços e se significam mutuamente durante uma vida, se faz num continuum em que a marcação temporal e eventos enlaçados se anacronizam e espacializam pelo trabalho da linguagem como tecido da memória (COURTINE, 2006). Clara

e o apartamento são, ao mesmo tempo, um e mesmo corpo. A coleção de LPs, CDs e K7s, que preenche uma das paredes, por exemplo, delimita uma extensa trilha sonora da existência em comum desses corpos (i)móveis: músicas que embala(ra)m diferentes momentos de Clara no apartamento e que só significam, em toda a sua potência, quando executadas no referido espaço. Da mesma forma, os móveis, os porta-retratos, os livros na estante, os quadros nas paredes e cada um dos cômodos evocam e continuam a produzir sentidos constitutivos da moradora e do imóvel, em um batimento que não ocorre com a mesma força entre os três filhos adultos, que já moram em outros lugares. Uma das marcas dessa diferença de ordem significativa ocorre quando Ana Paula (Maeve Jinkings), Martin (Germano Melo) e Rodrigo (Daniel Porpino), os filhos da protagonista, tentam argumentar sobre as vantagens da venda do imóvel, e a mãe devolve, em negativa: “Esse apartamento é o apartamento onde vocês cresceram”.

A relação entre Clara e o apartamento se espacializa simbolicamente, do condomínio residencial ao bairro de Boa Viagem, onde está localizado, à cidade do Recife, e vice-versa. Nesse imbricamento discursivo, significantes de todos esses espaços se atravessam, determinando, em certa medida, como cada um deles significa e é significado em um complexo de corpos (i)móveis. A localização do condomínio, de frente para a nobre praia de Boa Viagem, atribui tanto à Clara como ao apartamento sentidos referentes a classes sociais abastadas, que compõem a heterogeneidade discursiva e a luta de classes da capital pernambucana. Do mesmo modo, as características do condomínio e o perfil de quem mora(va) nele participam dos sentidos do bairro e, por consequência, da cidade.

Esses laços discursivos podem ser visualizados em movências da leitura sociológica que Mayol (2013, p. 37-38, grifos do autor) faz do bairro como um elo específico entre sujeitos e cidades:

[...] o bairro é, quase por definição, um domínio do ambiente social, pois ele constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano [da cidade] na qual, positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido. Pode-se portanto apreender o bairro como esta porção do espaço público em geral (anônimo, de todo o mundo) em que se insinua pouco a pouco um *espaço privado particularizado* pelo fato do uso quase cotidiano desse espaço. A fixidez do habitat dos usuários, o costume recíproco do fato da vizinhança, os processos de reconhecimento – de identificação – que se estabelecem graças à proximidade, graças à coexistência concreta em um mesmo território urbano, todos esses elementos ‘práticos’ se nos oferecem como imensos campos de exploração em vista de compreender um pouco melhor esta grande desconhecida que é a vida cotidiana.

Na comparação com o que precede, a Bonfim Engenharia se insere em uma relação de outra ordem. A empresa comprou todos os outros apartamentos dos antigos moradores e, na atualidade, insiste na aquisição daquele no qual Clara vive sozinha, para seguir com o objetivo de demolir o condomínio e construir outro mais moderno no lugar, o Novo Aquarius. O vínculo que se dá entre a construtora, os apartamentos por ela adquiridos e o prédio como um todo é determinado, nesse raciocínio, por discursos imobiliários em um contexto capitalista contemporâneo, não por sentidos produzidos por uma vivência de longo prazo in loco. Nesse funcionamento, destaca-se o personagem Diego: além de membro da família proprietária da Bonfim Engenharia, ele é o responsável pelo projeto do Novo Aquarius, de modo que materializa a relação da empresa com o condomínio, em um outro complexo de corpos (i)móveis que inclui, invariavelmente, o bairro e a capital pernambucana. Em sua especificidade, o imbricamento que se dá entre a construtora e o prédio já vem marcado pelo sentido da disjunção, uma vez que a demolição é esperada para um futuro próximo. Não por acaso, os apartamentos adquiridos são mantidos vazios.

Nesse recorte, o condomínio Aquarius significa tanto como algo ultrapassado, como pelas possibilidades imobiliárias derivadas de sua destruição. Afinal, é por meio desta última que a Bonfim Engenharia poderá executar o novo projeto e lucrar com a venda e/ou o aluguel de apartamentos. Em dois encontros com a protagonista, Diego materializa a diferença no modo como a empresa e ele significam o prédio existente, delineando o político do discurso, a divisão dos sentidos em relação a um mesmo objeto (ORLANDI, 1996). No primeiro, após anunciar que o nome do projeto é Novo Aquarius, afirma que “a ideia é manter o nome do mesmo edifício que existia aqui nesse lote”. Clara pontua então que o condomínio ainda existe, e Diego justifica que se expressou de maneira imprecisa. A marca dessa falha na língua aponta para sentidos que a empresa e ele atribuem ao local. No segundo encontro, atravessado por um desentendimento, o personagem é mais agressivo: “eu confesso que eu entro nesse lugar e eu nem vejo mais esse prédio”. Neste caso, a partir de uma marcação reiterada de um “eu” empresarial, antecipa a relegação do prédio a um silenciamento, resultante de sua futura demolição, em prol do Novo Aquarius.

No jogo estabelecido, efeitos de sentido que orbitam em torno da noção de família colapsam frente aos embates centralizados no condomínio residencial. Enquanto Clara está atada ao próprio apartamento pelos sentidos produzidos desde que seu marido e filhos residiam ali, Diego incorpora uma empresa familiar, aquela na qual, há pelo menos duas gerações, as ligações de sangue exercem influência sobre as diretrizes de um empreendimento comercial (DONNELLEY, 1967). O jovem, neto daquele que aparenta ser o dono da Bonfim Engenharia, seu Geraldo (Fernando Teixeira), assume um posto na empresa após voltar dos Estados Unidos, onde realizou o curso de Business em uma instituição de ensino – um Aparelho Ideológico de Estado (AIE), conforme Althusser (1980). Para defender o negócio familiar, em vista de sua sus-

tentação amparada no acúmulo de bens, Diego age contrariamente à manutenção das relações familiares de ordem identitária que constituem, entre outras, o laço entre Clara e o apartamento onde vive, ao mesmo tempo em que ela resiste.

Todos os embates compõem, assim, as relações de força que se materializam entre Clara e Diego. A protagonista, como sujeito-jurídico, apega-se ao direito de não vender o imóvel, a fim de inviabilizar os planos da Bonfim Engenharia e, com isso, neutralizar a ameaça de *disjunção* do complexo de corpos (*i*)móveis do qual faz parte há tantos anos. Em um dos momentos de conflito com Diego, ela marca a própria resistência: “Agora já passou pela sua cabeça que, não sei, esse seu projeto, o Novo Aquarius, só vai sair mesmo do papel quando você tiver uns 50, 60 anos de idade?”. Já ele, depois de insistir na proposta de compra de maneira formal, passa a investir em “descaradas manobras de pressão” (XAVIER, 2020, p. 23), tensionando os limites dos direitos da construtora no condomínio e salientando as relações significantes entre esses corpos (*i*)móveis. Essas manobras incluem a realização de uma festa noturna de cunho sexual; a cessão de espaços para a realização de encontros evangélicos; e o transporte de uma colônia de cupins para dois apartamentos. É pelo recorte do último caso que o trajeto analítico dá visibilidade às relações de força e de sentido nos/ dos *imbricamentos* e *disjunções* entre corpos (*i*)móveis em *Aquarius*.

Os cânceres de Clara e Aquarius

O corpus investigado no batimento entre teoria e prática, como preconiza Pêcheux (2015a), compreende quatro recortes filmicos que materializam imbricamentos e disjunções entre os pares Clara-Aquarius e Bonfim-Aquarius na configuração e funcionamento dos corpos (*i*)móveis: Clara, Bonfim Engenharia (e seu principal representante, Diego) e condomínio Aquarius. Tomados em conjunto, tais excertos são atravessados por significantes derivados de

uma doença tratada pela protagonista quando mais jovem, assim como pela relação de força que se estabelece entre ela e Diego no século XXI, em função do conflito acerca da compra/venda do apartamento no condomínio residencial. É por esse trajeto que o movimento teórico-analítico, como gestos de interpretação que são “atos no nível simbólico” (PÊCHEUX, 1997, p. 78) e “vestígio do possível” (ORLANDI, 1996, p. 18), dá a ver o objeto discursivo da pesquisa que é investigado na composição fílmica.

O primeiro recorte, compreendido entre os pontos 8’57” e 15’34” da edição brasileira do longa-metragem em Blu-ray, traz um trecho da festa que a família da então jovem Clara, interpretada por Bárbara Colen, realiza no próprio apartamento para o 70º aniversário de uma parente próxima, tia Lúcia (Thaia Perez), em 1980. O trecho traz a leitura de um texto de homenagem por dois filhos da protagonista; o agradecimento e a proposição de um brinde pela aniversariante; e uma fala de Adalberto (Daniel Porpino), marido de Clara, ao fim. Além dos parabéns à tia Lúcia, essa fala se configura como um comentário acerca da doença da qual Clara se curou no ano anterior, quando já moravam naquele imóvel. Nas palavras dele: “Vocês sabem que 79 não foi um ano fácil aqui em casa. A gente passou por momentos bem difíceis com a doença de Clara, essa mulher que eu amo tanto”. Embora a enfermidade não seja nomeada, a frase produz efeitos de sentido que remetem a um diagnóstico grave, o que é reforçado em seguida, quando o personagem pontua ações que fizeram parte de sua rotina: “Levar minha esposa em hospitais; vê-la enfrentar um tratamento que é tão duro; reunir Martin, Aninha, Rodrigo e contar a verdade sem contar tudo; tentar seguir com a vida; trabalhar; manter a casa em ordem; manter algum tipo de paz”.

Embora esteja curada da doença, considerando a movência dos sentidos e dos sujeitos, observa-se que a experiência da doença revestiu Clara com uma camada outra de significantes. Se, em 1979, a protagonista enunciava do lu-

gar discursivo de sujeito gravemente doente, em 1980 o faz do lugar de sujeito curado de doença grave, que remete invariavelmente àquele que o antecede. Esse revestimento outro implica atravessamentos ideológicos e não pode ser pensado sem referência aos espaços que participam de sua constituição-configuração. Levando-se em conta a marcação do dêitico “aqui em casa”, na fala de Adalberto, o apartamento se entrelaça desde o princípio a esse momento da vida de Clara, integrando o conjunto de significantes derivados do diagnóstico e da cura e apontando para um dos laços que atam os corpos (i)móveis em questão. Ainda que o nome da doença seja silenciado, um aspecto visual do recorte fílmico, em batimento com o comentário do marido, direciona o movimento de interpretação: o cabelo curto da protagonista evoca um momento imediatamente anterior, de completa ausência de fios no couro cabeludo, em razão de tratamentos quimioterápico e radioterápico empreendidos frente a um câncer⁶.

É no segundo recorte, entre os pontos 22’34” e 23’32”, que outros sentidos se enredam. Nesse trecho, ambientado no século XXI, uma Clara mais velha, interpretada por Sonia Braga, volta para casa após um banho na praia de Boa Viagem. Ao entrar no condomínio, ela apanha correspondências no térreo, alimenta gatos que circulam pelo estacionamento e, depois, já dentro do próprio quarto, encosta a janela, tira a saída de praia branca e abaixa a parte de cima do maiô preto, dando visibilidade à ausência do seio direito. No lugar dele, há cicatrizes na pele que recobre parte do tórax, evocando o procedimento cirúrgico de mastectomia, comumente realizado em casos de câncer de mama.

6 O silenciamento de Adalberto acerca da palavra câncer é significativo, pois marca um momento sócio-histórico no qual o pavor em torno dessa doença era maior nas formações sociais. Sontag analisa essa questão, a partir do prisma filosófico e sociológico, em *Illness as metaphor* (1979) e *Aids e suas metáforas* (1989). Nesta última obra, menciona que, há alguns anos, “a palavra ‘câncer’ provoca menos constrangimento, e nos obituários não é mais tão comum dizer-se que fulano morreu ‘depois de uma doença prolongada’” (SONTAG, 1989, p. 20).

O seio faltante e as cicatrizes que ocupam o seu lugar são marcas diferentes daquelas do primeiro recorte fílmico, mas também fazem com que Clara signifique e seja significada do lugar discursivo de sujeito curado de doença grave. Se tal relação não é necessariamente exposta por meio do corpo quando ela sai de casa, uma vez que usa uma prótese mamária sob as peças de roupas⁷, dentro do imóvel isso não é sempre possível. No imbricamento entre os corpos (i)móveis da protagonista e do apartamento, as marcas da doença se imprimem por toda parte.

Os dois primeiros recortes fílmicos materializam o laço entre Clara e o apartamento onde vive a partir da experiência com o câncer de mama, desde o diagnóstico até a cura. O imóvel é o núcleo duro de uma relação maior, que inclui o condomínio Aquarius, o bairro de Boa Viagem e a cidade de Recife como espaços simbólicos aos quais o corpo-sujeito Clara está intrincado, produzindo movências mútuas, e assim, “no espaço, o entre-lugar, no tempo, abre-se o destempo imóvel” (ORLANDI, 2004, p. 33).

As paredes, os cômodos e os objetos do apartamento são atravessados por sentidos produzidos e ainda em produção a partir da vida mais íntima da protagonista, desdobrando-se, de maneira inexorável, para fora dali, em fluxos contínuos. Da mesma forma, o vínculo com o condomínio, com o bairro e com a cidade produz correntes de significantes no sentido contrário, rumo ao imóvel, imprimindo-se igualmente nele. Esse processo contínuo responde por parte

7 Na formação social capitalista em que vivemos, a prótese mamária utilizada sob peças de roupas tende a ser lida como um seio orgânico, relegando ao irrealizado, sentidos vinculados, por exemplo, ao câncer de mama. Em dois momentos do filme, quando Clara beija homens até então desconhecidos, eles tocam a prótese como se fosse o próprio seio, de modo que ela precisa intervir, verbalmente ou não. Ao se darem conta que se trata de uma prótese, reagem com certo estranhamento e um deles até propõe levá-la embora para casa. Outros personagens do convívio dela, como familiares e amigos, no entanto, não fazem a mesma leitura quando se encontram, já sabendo de antemão sobre a doença tratada no passado.

da constituição de Clara como sujeito materializado em um corpo discursivo, bem como desses espaços enquanto corpos investidos de sentidos na formação social, compondo um complexo de corpos (i)móveis.

O terceiro recorte, constante entre os pontos 130'43" e 134'59", enfoca uma das manobras de pressão realizadas por Diego, com o objetivo de forçar Clara a vender o apartamento onde vive, estirando ainda mais as relações de força estabelecidas entre ambos os personagens. Depois de Josimar (Valdeci Junior) e Rivanildo (Rubens Santos), ex-funcionários da Bonfim Engenharia, contarem a Clara que uma colônia de cupins foi transportada para dois imóveis da empresa dentro do condomínio entre três e quatro meses antes, a protagonista aciona o Corpo de Bombeiros para realizar uma inspeção. Juntamente da advogada Cleide (Carla Ribas), do sobrinho Tomás (Pedro Queiroz) e dos bombeiros mobilizados, Roberval (Irândhir Santos) e outro não nomeado (Edilson Silva), ela se depara com os apartamentos tomados pelos cupins. A partir de entulhos deixados sobre o chão, esses insetos, comumente significados como “pragas” (CONSTANTINO, 1999, p. 387)⁸, reproduziram-se e espalharam-se no interior dos imóveis, criando inúmeras ramificações pelas paredes. Clara, como marca da resistência do sujeito, que é corpo, a um câncer de mama, como corpo estranho, agora insiste diante daquilo que se configura como um outro corpo estranho que produz o adoecimento do corpo do condomínio, (re)avivado por chagas, feridas e ferimentos, abarcando a própria noção de enfermidade.

Na reação de Clara, enunciados como “câncer” e “praga” se atualizam por um trabalho da memória no entrecruzamento de sentidos advindos das experiências com o câncer de mama e com a praga de cupins nos dois apartamen-

8 Constantino (1999, p. 387) pontua que os cupins são mais conhecidos como “[...] pragas de madeiras e de outros materiais celulósicos [...]”, de modo que são responsáveis por “[...] considerável dano econômico em áreas urbanas e rurais [...]”.

tos. Considerando a memória discursiva como dizeres de existência histórica que podem ser atualizados, como explicam Courtine (2014), Pêcheux (2015b) e Indursky (2011), os discursos acerca do câncer de mama, constitutivos da protagonista, atualizam-se em um deslocamento frente ao adoecimento do condomínio. Da mesma forma que células cancerígenas se reproduziram no seio dela, tornando-a um sujeito gravemente doente, os cupins se multiplicaram nos imóveis, enfermado o corpo do prédio. O risco vivido de o câncer entrar em metástase e se espalhar para outros órgãos da personagem ressoa na possibilidade de a praga avançar para apartamentos vizinhos, comprometendo toda a estrutura do condomínio. Se a doença ameaçou a vida dela décadas atrás, o problema com os insetos coloca em perigo o imbricamento constitutivo que tece há tanto tempo com o imóvel e o condomínio onde vive. A mesma dor não afeta Diego nem a empresa, uma vez que o vínculo que estabelecem com o prédio é atravessado desde o princípio pelo sentido da disjunção, pelo desejo de demolição da qual se pretende a emersão do Novo Aquarius.

O quarto e último recorte, entre os pontos 135'57" e 141'08", traz uma reação diferente de Clara às manobras de pressão empreendidas por Diego. Depois de insistir no direito de permanecer no imóvel em conversas e discussões anteriores, ela decide por um enfrentamento na sede da Bonfim Engenharia, na companhia de Cleide, Tomás e Antonio (Buda Lira), seu irmão. Em uma sala de reuniões, diante do jovem representante da construtora e do avô dele, seu Geraldo, a protagonista começa mostrando cópias de documentos antigos cujo conteúdo não é pormenorizado, mas que, se divulgados, podem provocar fissuras no imaginário construído em torno da empresa. Em seguida, acrescenta que sobreviveu a um câncer há mais de 30 anos, experiência que a levou à seguinte e recente decisão: "Eu prefiro dar um câncer, em vez de ter um". É neste momento que a personagem coloca uma mala que trouxe consigo sobre uma lon-

ga mesa retangular, tirando dela entulhos cheios de cupins que estavam dentro dos apartamentos inspecionados. Ela atira parte desse material ao redor, até que vira toda a mala sobre a mesa, em um movimento simbólico de transferência reversa do câncer do condomínio Aquarius, cuja raiz está nas bases da construtora, para dentro da própria Bonfim Engenharia.

Além do sentido de ameaça que se delineia na apresentação dos documentos antigos, o enunciado a respeito do câncer e o espalhamento de entulhos na sala de reuniões cruzam, mais uma vez, significantes relacionados às experiências de Clara com a doença que tratou no passado e com a praga de cupins que descobriu no condomínio. Uma vez que os saberes imobiliários estão intrinsicamente alinhados ao modo de produção capitalista, a ação da personagem não se direciona apenas à construtora, mas também ao poder econômico, esse poder que, na leitura de Saramago (2013), goza da prerrogativa de impor pressões, exigências e ordens aos governos e aos sujeitos da atualidade, porque se faz dominante. A ida de Clara à sede da empresa busca manter intacto o complexo de corpos (i) móveis do qual faz parte, uma vez que o esfacelamento dele, por meio da demolição do prédio, afetaria em cheio a sua constituição enquanto sujeito. Ainda que ela tenha outros imóveis na cidade, a mudança para qualquer um deles implicaria o silenciamento, como produção do interdito (ORLANDI, 1997), à vivência cotidiana em meio aos laços significantes traçados nos espaços internos e imediatamente externos ao condomínio. O gesto de Clara, como marca de resistência em meio a relações de força na formação social capitalista, sinaliza a necessidade incontornável de todo sujeito pela criação e manutenção moventes de vínculos com os espaços citadinos.

Considerando, a partir de Pêcheux (2014, p. 281), que "não há dominação sem resistência", a ação na sede da Bonfim Engenharia integra uma série discursiva de oposição materializada por Clara, desde a primeira proposta de compra

do apartamento. Os enunciados e as atitudes da protagonista circunscrevem, ao longo do filme, as formas como ela ignora ou “não escuta” as imposições delineadas pelas ofertas e pelas manobras de pressão da construtora, sustentadas pelo discurso dominante e apontando para a luta de classes constitutiva do capitalismo. É nesse sentido que, em “Delimitações, inversões, deslocamentos”, Pêcheux (1990, p. 17) aponta para a resistência em meio a práticas rituais cotidianas, como as de Clara, enquanto práticas discursivas: “[...] não entender ou entender errado; não ‘escutar’ as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio [...]; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases [...]”.

O estabelecimento e os desdobramentos da relação de força entre Clara e Diego dão então visibilidade aos entrelaçamentos discursivos entre os corpos (i)móveis dos pares Clara-Aquarius e Bonfim-Aquarius, pela maneira como os atravessam e ameaçam com regularidade. De um lado, o imbricamento significativo de décadas se encontra sob risco de disjunção, com forte impacto sobre o sujeito; do outro lado, o imbricamento desejante da disjunção, em vista de lucros futuros, pode durar bem mais do que o esperado. Esse conflito é de ordem discursiva e aponta para o funcionamento dos sentidos entre sujeitos, seus corpos e espaços da cidade.

Movências d(e um corp)o final

Em Aquarius, o quarto recorte analisado neste artigo encerra a narrativa fílmica, delineando um final aberto para as relações de força travadas entre Clara e Diego. Mais do que apresentar uma história com começo, meio e fim, o longa-metragem se concentra nos embates entre os personagens e o que eles representam – de um lado, um sujeito-jurídico e, de outro, um sujeito revestido como uma empresa familiar, cujos saberes imobiliários se alinham ao modo de produção capitalista. É sobretudo por meio desse conflito, resultante do político do dis-

curso, que se analisam os imbricamentos e as disjunções entre corpos (i)móveis, formulação proposta para abarcar as relações significantes que se dão entre os corpos de Clara, de Diego e do condomínio Aquarius. O bairro de Boa Viagem e a cidade de Recife também significam e são significados nessas relações, implicando o atamento, como teoriza Orlandi (2004), entre corpos, na condição de materialidade dos sujeitos (ORLANDI, 2012) e materialidade da cidade (ORLANDI, 2004).

Os laços que atam os corpos (i)móveis no filme são distintos, apontando para atravessamentos ideológicos e psicanalíticos igualmente distintos. Enquanto o imbricamento entre Clara, o apartamento onde vive e o condomínio Aquarius é revestido de sentidos produzidos pelas práticas discursivas compartilhadas ao longo de décadas, a ligação da Bomfim Engenharia, representada por Diego, com o prédio residencial é marcada pelo desejo da disjunção, por meio da qual seria possível executar o projeto do Novo Aquarius. Tal diferença se materializa, por exemplo, mediante a infestação de cupins em dois apartamentos da construtora: se, para Clara, a situação faz com que discursos históricos relacionados ao câncer de mama, doença que tratou no final da década de 1970, sejam atualizados em um batimento com a praga de insetos, provocando consternação, para Diego, do lugar empresarial que remete a um empreendimento familiar, é uma forma de acelerar a disjunção desejada, obrigando a moradora a vender o imóvel onde reside e possibilitando, por conseguinte, a demolição do condomínio.

Pela análise do objeto de investigação discursiva, a noção de corpos (i)móveis suporta-se em relações significantes e (in)escapáveis que se estabelecem entre sujeitos e espaços da cidade. É em meio aos imbricamentos e às disjunções que atravessam os corpos que se analisa o mecanismo da produção de sentidos, marcado pelo político e pelas relações de força. Enquanto sujeito jurídico que tem o direito de permanecer onde mora, Clara resiste às manobras de pres-

são empreendidas por Diego, que materializam um discurso que se faz dominante no modo de produção capitalista da contemporaneidade. Tal resistência, que tenta manter o imbricamento de um complexo de corpos (i)móveis, contrapõe-se às investidas desejantes de uma disjunção empírica, pautada pela exploração do lucro imobiliário. Esse funcionamento aponta para a inexorável contradição da formação social, para discursos que, em sua (re)produção, provoca uma tensão significativa entre sujeitos, espaços da cidade e os corpos que os materializam.

Nos imbricamentos e disjunções entre os complexos de corpos (i)móveis abordados, materializam-se diferentes dimensões que atam sujeitos às cidades, a exemplo da cultural, da econômica, da histórica e da material, entre tantas outras, como explica Orlandi (2004). É nessa direção que, parafraseando a autora na movência frente ao objeto discursivo, as palavras e as ações que ganham corpo com Clara e Diego na Recife contemporânea fazem sentido apenas na medida em que os corpos desses sujeitos se indistinguem do corpo da cidade, em um processo que é constitutivo desde o princípio. Nesse atamento incontornável, marcam-se as divergências entre tais personagens, resultantes dos mecanismos sempre operantes da ideologia, do político e da contradição.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- ALTHUSSER, Louis. Sobre a reprodução. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. Lanterna mágica. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. Nova reunião: 23 livros de poesia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 14-17.
- AQUARIUS. Direção: Kleber Mendonça Filho. Brasil: Vitrine Filmes, 2016. 1 Blu-Ray (141 min), son., color.
- CONSTANTINO, Reginaldo. Chave ilustrada para identificação dos gêneros de cupins (insecta: isoptera) que ocorrem no Brasil. Papéis avulsos de zoologia, São Paulo, v. 40, n. 25, p. 387-448, 1999.
- COURTINE, Jean-Jacques. Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- COURTINE, Jean-Jacques. O tecido da memória: algumas perspectivas de trabalho histórico nas ciências da linguagem. Polifonia, Cuiabá, EdUFMT, v. 12, n. 2, p. 1-13, 2006.
- DONNELLEY, Robert G. A emprêsa familiar. RAE: revista de administração de empresas, [S. l.], v. 7, n. 23, p. 161-198, 1967.
- INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (org.). Memória e história na/da análise do discurso. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 67-89.
- LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. Organon: revista do Instituto de Letras da UFRGS, Porto Alegre, v. 24, n. 48, p. 1-12, 2010.
- LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. O corpo como materialidade discursiva. Redisco, Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 77-82, 2013a.
- LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. O corpo enquanto objeto discursivo. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane (org.). Análise de discurso em perspectiva: teoria, método e análise. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2013b. p. 99-107.
- MAYOL, Pierre. O bairro. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre (org.). A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 35-68.
- MENDONÇA FILHO, Kleber. Como está o filme? In: MENDONÇA FILHO, Kleber. Três

- roteiros: O som ao redor: Aquarius: Bacurau. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. p. 9-19.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Bolsões, fechamentos e cia. Rua, Campinas, v. 9, n. 1, p. 7-18, 2003.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Cidade dos sentidos. Campinas: Pontes, 2004.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre; DAVALLON, Jean; DURAND, Jean-Louis; PÊCHEUX, Michel; ORLANDI, Eni P. Papel da memória. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015. p. 53-63.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. N/o limiar da cidade. Rua, Campinas, v. 5, p. 7-19, 1999. Número especial.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Processos de significação: corpo e sujeito. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012. p. 83-96.
- PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-161.
- PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. Cadernos de estudos linguísticos, Campinas, v. 19, jul./dez. 1990. p. 7-24.
- PÊCHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. 7. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015a.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre; DAVALLON, Jean; DURAND, Jean-Louis; PÊCHEUX, Michel; ORLANDI, Eni P. Papel da memória. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015b. p. 43-51.
- PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- SARAMAGO, José. Democracia e universidade. Belém: ed.ufpa; Lisboa: Fundação José Saramago, 2013.
- SONTAG, Susan. Aids e suas metáforas. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SONTAG, Susan. Illness as metaphor. New York: Vintage Books, 1979.
- XAVIER, Ismail. Documentando processos de criação. In: MENDONÇA FILHO, Kleber. Três roteiros: O som ao redor: Aquarius: Bacurau. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. p. 21-38.

Submissão: agosto de 2022.
Aceite: dezembro de 2022.

LINGUAGEM: NOTAS DE PESQUISA DESCONTÍNUAS À LUZ DA ARQUEOLOGIA FOUCAULTIANA

Rafael de Souza Bento Fernandes²

RESUMO: No estudo, discutimos sobre alguns aspectos da Arqueologia do Saber de Michel Foucault, no que diz respeito à linguagem. Em um primeiro momento, tratamos das críticas do filósofo à história tradicional. Em um segundo momento, apresentamos a proposta de “teoria geral da descontinuidade”, em especial os sistemas de formação que funcionam como regra para irrupção e proliferação enunciativa. Em um terceiro momento, finalizamos com uma reflexão sobre o processo ininterrupto da pesquisa de desconfiar dos próprios agrupamentos na complexa tarefa de promover análises de “séries de séries” de enunciados. Enfatizamos, ao longo do artigo, que a pesquisa arqueológica rompe com a concepção de linguagem como forma ou ação ao adotar a dispersão como princípio metodológico.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia do Saber; Enunciado; Descontinuidade Histórica.

LANGUAGE: DISCONTINUOUS RESEARCH NOTES IN THE LIGHT OF FOUCAULTIAN ARCHEOLOGY

ABSTRACT: In the study, we discuss some aspects of Michel Foucault's Archeology of Knowledge, with regard to language. In a first moment, we deal with the philosopher's criticisms of traditional history. In a second moment, we present the proposal of a “general theory of discontinuity”, especially the formation systems that work as a rule for the irruption and enunciative proliferation. In a third moment, we end with a reflection on the uninterrupted process of the research of distrusting the groupings themselves in the complex task of promoting analyzes of “series of series” of utterances. Throughout the article, we emphasize that archaeological research breaks with the conception of language as a form or action by adopting dispersion as a methodological principle.

KEYWORDS: Archeology of Knowledge; Utterance; Historical Discontinuity.

1 Esse artigo foi desenvolvido, inicialmente, como uma palestra para o Webnário “Introdução aos estudos de Michel Foucault”, promovido pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Discurso, Sociolinguística e Sociedade – GEDiSS, sob coordenação do Prof. Dr. Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho e co-participação do Prof. Dr. Jefferson Campos. O propósito foi discutir aspectos da metodologia em análise do discurso de teoria foucaultiana. A palestra está disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=c6pFQUydTw4>.

2 Pós-doutorando em Letras pela UFPR, sob a supervisão da Profa. Dra. Maria Cleci Venturini. Doutor em Letras pela UEM, com período sanduíche (PSDE-2016) no Instituto de Estudos Filosóficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (IEF-FLUC). Professor da área de Língua Portuguesa/ Linguística da UNIOESTE. E-mail: rafaelsbfernandes@hotmail.com.

Eu compreendo o mal-estar de todos esses (...) vão preferir negar que o discurso seja uma prática complexa e diferenciada que obedece a regras e a transformações analisáveis, a ser destituídos da frágil certeza, tão consoladora, de poder mudar, se não o mundo, se não a vida, pelo menos seu “sentido”, pelo simples frescor de uma palavra que viria apenas deles mesmos e permaneceria o mais próximo possível da fonte, indefinitivamente (FOUCAULT, 2008, p. 236).

O objetivo do estudo é amplo e lacunar: tecer algumas considerações acerca do trabalho de análise do discurso erigida sobre a teoria foucaultiana, retomando pontos já debatidos e percursos já trilhados. Como um caderno de anotações descontínuas, o texto intenta explorar pontos específicos da fase arqueológica no que toca, especificamente, a linguagem como prática discursiva da esfera do sensível, assentada em uma superfície semiológica de limites mais ou menos definidos - ainda que, certamente, arre- dios.

Como materialidade repetível “soterrada” por grossas camadas sobrepostas de história (e da História, com agá maiúsculo), a linguagem é o ponto que ancora os sujeitos e os processos de subjetivação que os constituem. Tal filosofia da materialidade é o mote da descrição enunciativa em Foucault (2008), que não se limita aos blocos de verdade das análises lógicas, da competência do falante face ao sistema, ou de atos intencionais e criadores que as palavras exerceriam.

A descrição enunciativa em questão coloca em suspenso o fazer linguístico tanto no sentido tácito da (i) delimitação metodológica, quanto da (ii) compreensão do fenômeno em si. No primeiro caso, por não restringir a um vocábulo, um documento ou uma porção de texto específica, haja vista que determinados termos, frases, leis, regulamentos, textos literários e mesmo disposições arquitetônicas podem constituir o arquivo a ser esmiuçado pelo analista. No segundo caso, por não se atentar às fórmulas que organizam a sintaxe e a semântica da língua, mas

aos interstícios, às margens que estabelecem um sem-número de relações a partir de uma regra de formação enunciativa. Regra que concretiza, a rigor, as práticas discursivas e sociais.

O estudo apresenta duas notas de pesquisa complementares. Em um primeiro momento, na seção “Uma crítica voraz”, tratamos do aspecto fulcral de emergência da teoria: a problematização sobre a continuidade na pesquisa humanística; já em um segundo momento, em “Teoria geral da descontinuidade”, focamos no aspecto metodológico da prática arqueológica, em especial as unidades discursivas. Na seção de conclusão, “Séries de séries”, em um terceiro momento, discutimos sobre o trabalho aparentemente paradoxal do analista em estabelecer agrupamentos enunciativos para apreciação da dispersão.

1 UMA CRÍTICA VORAZ

Em uma palestra proferida no Japão na década de 70, Michel Foucault (2000) critica duramente os métodos e percursos traçados pelos historiadores ditos “tradicionais”. É como se o propósito dessa ciência até o século XX fosse justificar a burguesia e o capitalismo industrial, pretendo ápice dos processos sociais que se desenrolaram desde a aurora dos tempos até chegar a seu ponto mais expressivo – e, portanto, perfeitamente igualitário e democrático. O objeto de estudo eram os longos períodos, assim tomados como *universais* e *estáveis*, difíceis de serem rompidos.

Na aparente tranquilidade de uma peça social indissolúvel, em certo sentido, é que se manifesta amplo corpo identitário sobre o que somos (segundo nós mesmos): nosso senso de religiosidade, nossa nacionalidade, o verdadeiro sobre a expressão de gênero, enfim. O sujeito centrado, herança do antropocentrismo, exerce fascínio narcisista na percepção social do/no mundo; assim também o é no campo de reflexão filosófica e científica.

Seguindo essa diretriz, no âmbito epistemológico, o esforço era desvelar gestos fundadores individuais que, isolados, teriam revolucionado os campos, garantindo-lhes estatuto de cientificidade. “Continuidades de pensamento”, “manifestações maciças e homogêneas de um espírito ou de uma mentalidade coletiva” direcionavam o olhar em uma verdadeira pesquisa da origem, dos “começos silenciosos”, os quais, inevitavelmente, cumpriam a função de glorificar grandes homens e atos do passado, por meio dos conjuntos nacionais. O sistema, tal como está posto, assim, “era apenas o resultado, o produto, o fruto de uma lenta maturação e que, nessa medida, esse reinado era perfeitamente justificado, já que ele vinha da bruma dos tempos” (FOUCAULT, 2000, p. 286).

É um paradigma problemático por inúmeros motivos: (i) pressupõe uma leitura sempre única do mundo e dos processos histórico-sociais baseada em autoridade e legitimação, (ii) inviabiliza todo suporte enunciativo que caracteriza a mudança, a sucessão das práticas, o devir; (iii) toma o tempo histórico como entidade e força única, como se não houvesse diferenças de temporalidades ou de culturas; (iv) edifica um mundo de heróis e de vilões, de grandes figuras históricas absolutamente inquestionáveis, mas que, estranhamente, viveriam além de seu próprio tempo. O paradoxo e a descontinuidade (assim como todos os elementos que fogem a uma perspectiva cerrada, hermética do mundo) eram silenciados por vozes que clamavam o triunfo da grande História, no singular e com agá maiúsculo.

Tomando por base ampla discussão de Bachelard e Canguilhem nas ciências naturais (em especial, a Física, a Biologia e a Química), Foucault questiona as continuidades seculares como propósito e método de análise. Em Canguilhem, conforme Machado (2006), há reconhecimento e uma valorização do falso, do ultrapassado e do erro como caminho indispensável na “história da verdade”. Desse modo, “a ciência não reproduz uma verdade; cada ciên-

cia produz sua verdade. Não existem critérios universais ou exteriores para julgar a verdade de uma ciência” (MACHADO, 2006, p. 13).

A história epistemológica, tal como concebida por esses dois pensadores citados na Arqueologia do Saber, privilegia o conceito na definição de formas de racionalidade, “depositadas” de forma processual. A lenta maturação, os acúmulos indefinidos de numerosos tipos de conhecimento e a identificação de formas díspares de entendimento introduzem o “tempo novo” na “ortogênese da razão”, a qual caracteriza jogos de relações no interior das diferentes disciplinas e dos campos do saber.

“Acúmulo” é uma palavra-chave. Segundo a metáfora da arqueologia, camadas descontínuas de linguagem cobrem zonas heterogêneas, na multiplicidade das práticas sociais: do ato insignificativo, absolutamente cotidiano, aos regulamentos que edificam a memória histórica (e historiográfica). Múltiplas camadas de sedimentos investem os objetos, recobrando-os com dada percepção do passado que, devido a processos de erosão, podem encontrar a luz do dia novamente³. Cabe ao analista, ou seja, ao arqueólogo (do saber) escavar esses sedimentos para descrever as (ir)regularidades que concebem as práticas discursivas, a regra que as mantém, a positividade que as relaciona com outros campos, estes também irregulares.

Se a “descrição global” une todos os fenômenos em torno de um centro – princípio de significação, espírito ou visão de mundo-, o projeto de uma história serial (chamada também de “geral”), em oposição, desdobraria o espaço de uma dispersão. Faz-se mister, segundo essa outra perspectiva, determinar as formas de relação, os jogos de correlações, os diversos modos de pregnância e de permanência em distintas temporalidades que congregam as “séries de séries” de

3 Não se trata, contudo, de restituir uma “aurora prestes a retornar”. O que a Arqueologia do Saber propõe é tratar o enunciado na densidade do acúmulo em que são tomados e que, entretanto, não deixam de modificar, de inquietar, de agitar e, às vezes, de arruinar processos de significação (FOUCAULT, 2008, p.141).

enunciados. Desintegrar “a forma tranquilizadora do idêntico”, como assevera Foucault, não é um processo sem consequências: é necessário retomar os corpora, as “evidências”, as materialidades a partir das quais nosso gesto analítico encontra suas fundações.

É por isso que um primeiro princípio caro à analítica é o de que a história serial monumentaliza os documentos. A história global (ou tradicional) memoriza os documentos do passado, apreendendo deles os “rastros inertes” que comporiam a descrição verdadeira do mundo. Segundo Foucault (2008), os materiais de linguagem, que oferecem pistas para interpretação do passado, não devem ter o estatuto de ocultarem em si a verdade a ser inteiramente revelada sobre as coisas. Ao lidarmos com monumentos, cabe uma atitude reflexiva, como a de quem observa as fraturas, os propósitos, os métodos, os porquês de sua existência. Quando manuseamos documentos, ao contrário, confiamos plenamente nas verdades lá apresentadas. No monumento, projetamos um gesto, sobretudo, apreciativo.

Um segundo princípio diz respeito à supressão da soberania do sujeito e dos movimentos totalizantes – como ironiza Foucault (2008), os tesouros de outrora na velha cidadela da história. Certos conjuntos culturais como mitos, crenças, valores comuns e ideologia são postos em cena na especificidade e regularidade das séries enunciativas em análise. As séries descritas, os limites fixados, as comparações e correlações têm por finalidade colocar em questão as teleologias e o efeito de unidade na difícil e delicada tarefa de “definir uma posição singular pela exterioridade de sua vizinhança” (FOUCAULT, 2008, p. 19).

Assumimos, assim, a descontinuidade – um terceiro princípio – não como obstáculo à pesquisa, mas como o método e objeto de análise. Para o arqueólogo do saber (e, portanto, ao analista do discurso), os limites, as margens, os gestos obscuros, os interstícios de linguagem (“sob o véu do esquecimento ou claros como a

luz do dia”) importam. Mais do que isso, prestamo-nos a revelar os equilíbrios estáveis e difíceis de serem rompidos para explorar os fenômenos tendenciais que insistem em assumir a alcunha da grande verdade (oculta, camuflada?) sobre as coisas, sobre o mundo e sobre a conduta dos homens.

A crítica voraz de Foucault à História tradicional (história global ou história das ideias) põe em uma cena uma inversão no modo de análise que estamos acostumados: (i) monumentalizar os objetos, (ii) destituir do sujeito o estatuto de soberania e (iii) assumir a descontinuidade são três movimentos absolutamente intranquilos, porque, ao estabelecer esse contrato, o analista deve dispor sua atenção aos meandros da linguagem, às formas de constituição desses objetos, às regras de existência e coexistência enunciativa ao invés de concentrar-se no todo, no universal e no aparente. É uma recusa, enfim, às transcendências e aos blocos continuístas como tradição, influência, obra, autor, livro e momento histórico.

Para exemplificar, o que a História da Loucura, de Foucault, descobre é um processo, iniciado no Renascimento, de crescente subordinação da loucura à razão. A História da Loucura não é, como se poderia supor, uma crítica da razão, mas uma análise de seus limites, das fronteiras que se estabelecem e se deslocam excluindo e reduzindo o que ameaça sua ordem. Processo descontínuo (que aparece em três épocas distintas), a psiquiatria, alvo principal do livro, tem condições de possibilidade históricas, temporais e antecedentes. Não há um gesto libertador (como atribuído a Pinel) em que a psiquiatria rompe com o passado e inaugura o novo estatuto de louco considerado doente mental – esse gesto de “patologização” foi bem preparado: as condições de possibilidade históricas da psiquiatria são mais institucionais do que teóricas. O que Foucault apresenta com o gesto analítico destrutivo em relação às continuidades temáticas documentadas é o fato de que o louco foi circunscrito, individualizado, isolado por

problemas econômicos, políticos e assistenciais e não por exame médico “científico” e “objetivo” (MACHADO, 2006).

Como assevera o filósofo, é preciso pôr em questão as sínteses acabadas, aceitas antes de qualquer exame, os laços cuja validade é reconhecida desde o começo: “é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-los da sombra onde reinam” (FOUCAULT, 2008, p. 24). Assim que questionamos os projetos universais, temos acesso ao campo complexo de discursos que os une, em cujas margens encontram-se sistemas de atribuição, designação e nomeação; os nós da rede associativa.

Ao arrancar os discursos de suas unidades essencialistas, questionamos: (i) Como se formam? (ii) Com que direito reivindicam um domínio? (iii) Quais leis os constituem? (iv) Sob qual pano de fundo? A análise do campo enunciativo é orientada de forma a compreender o enunciado em sua estreiteza e singularidade, com o propósito de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites, de estabelecer correlações com outros enunciados, a que podem estar ligados.

A investigação foucaultiana corresponde à inquietude do diagnóstico do presente, que tem como questionamento-base a máxima: Quem somos nós hoje? (CASTRO, 2014). Por essa ordem, o sujeito não pode ser o portador último das suas vontades, assim como a língua não é o espelho do mundo, pois, do contrário, não haveria desentendimentos ou diferenças culturais. Tratamos, no próximo ponto, da proposta de análise da dispersão como fenômeno e efeito de linguagem nas chamadas “unidades do discurso”, movimento intelectual antagônico à história tradicional continuísta.

2 TEORIA GERAL DA DESCONTINUIDADE⁴

A compreensão dos sistemas de produção e de circulação dos sentidos culturalmente construídos, inscritos em materialidades de linguagem (no cerne de toda e qualquer prática social), provém de um profundo deslocamento em relação à forma pela qual o historiador (ou o linguística) produz conhecimento válido acerca do “real” ou, ainda, como questiona as condições do exercício da verdade em jogos de saber e de poder. Essas discussões sobre os limites do Estruturalismo (saussuriano) e desenvolvimento da chamada Micro-história se desenvolveram na França na década de sessenta, período de profunda agitação intelectual.

Foucault, na “Arqueologia do Saber” (2008), em resposta às críticas que recebeu em trabalhos anteriores⁵, explica como conduzir uma análise alternativa à “história global”, denominada por ele de “história serial”. A premissa inicial do projeto de uma “teoria geral da descontinuidade” - a qual se relaciona à sofística e à filosofia da linguagem não essencialista - é que o analista deve se desvencilhar de conceitos-fetichismo (que nada dizem) como tradição, influência, evolução, mentalidade, livro e obra. O motivo é que esses termos-conceitos são sínteses acabadas e aceitas enquanto tal, antes de qualquer exame. Conforme discutimos, os documentos, que guardariam a verdade sobre as coisas, devem ser “monumentalizados”. Isso é: se esta verda-

4 Essa seção apresenta uma versão modificada dos subtítulos 1.2 e 1.3 da tese do autor do artigo. O estudo completo encontra-se em Fernandes (2019).

5 O livro “Arqueologia do Saber” (2008) é uma resposta aos críticos de Foucault com os quais ele frequentemente dialoga: “Você não está seguro do que diz? Vai novamente mudar, deslocar-se em relação às questões que lhe são colocadas, dizer que as objeções não apontam realmente para o lugar em que você se pronuncia? Você se prepara para dizer, ainda uma vez, que você nunca foi aquilo que era você se critica? Você já arranja a saída que lhe permitirá, em seu próximo livro, ressurgir em outro lugar e zombar como o faz agora: não, não, eu não estou onde você me espreita, mas aqui de onde o observo rindo” (FOUCAULT, 2008, p. 19).

de (que não é óbvia ou mesmo cabal, pois se dá em “regimes de dizibilidade”) está presente nas fontes historiográficas, não cabe uma atitude passiva do pesquisador, que consulta um tratado para dele apreender as respostas. Foucault (2008) propõe uma atitude investigativa como de quem vai ao museu e examina atentamente as peças da exposição, buscando compreender d/nelas o “jogo de sua instância”, desvelando a “fratura das palavras manifestas”.

Esse movimento intelectual não corresponde a um gesto fundador de Foucault, uma vez que a distinção de documento/monumento, de Le Goff, é anterior à Arqueologia do Saber (2008); o pressuposto de “vontade de verdade” foi desenvolvido por Nietzsche e a desconfiança em relação aos saberes pretensamente verdadeiros nas ciências naturais e biológicas é uma apropriação, em partes, das teorias de Bachelard e Canguilhem (MACHADO, 2006). Vale salientar, no entanto, que foi Foucault que, ao recusar as premissas da História Tradicional, desenvolveu uma teoria consistente de análise dos fatos linguísticos a qual permite compreender as redes de relações entre domínios, instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos que, em confluência, estabelecem “formas de veridicção”, isto é, formas de se conhecer o verdadeiro da época.

Na abertura do livro “As palavras e as coisas”, Foucault (1999) retoma a enciclopédia de Borges, um tratado peculiar que classifica os animais em categorias como “pertencentes ao imperador”, “domesticados” e “desenhados com pincel muito fino de pelo de camelo”. Com esse exemplo jocoso, o pensador discute uma questão profunda: as verdades são contingentes e os objetos dos quais tratamos na e pela língua não têm uma existência anterior (essencial, ideal, segundo a tradição socrático-platônica), pois se fundam no próprio exercício da linguagem. O “nó numa rede associativa” não acontece de forma caótica, mas corresponde a uma ordem: não é qualquer um, em qualquer lugar que pode dizer qualquer coisa. Das relações de poder (con-

ceito ressignificado em relação ao quadro ortodoxo da teoria marxista e da teoria hobbesiana) deriva o pressuposto segundo o qual “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2005, p. 10).

É trabalho árduo tratar de qualquer questão de acordo com esse viés, porque os conceitos sólidos (como se tratou anteriormente, evolução, tradição, espírito do tempo, pensamento, etc.) que fundam os modos de definir a história do homem no ocidente não resistem à descrição de enunciados foucaultiana, que recusa continuidades. Nas fissuras dos grandes blocos imóveis, nos interstícios das verdades constituídas sobre os objetos, nas margens do discurso que nomeiam e definem as coisas é que se poderá vislumbrar o funcionamento das práticas discursivas que governam a possibilidade de formulação, circulação e apropriação dos discursos.

Parafraseando Veiga-Neto (2014), a crítica foucaultiana é hipercrítica (crítica da crítica), pois está sempre pronta a se voltar contra si mesma para perguntar sobre as condições de sua própria racionalidade. É, nesse sentido, cética e incômoda: ela mais pergunta - até mesmo sobre si mesma - do que explica. Ela torce e se retorce sobre ela mesma, revisando-se e desconstruindo-se todo tempo. Em outras palavras, ao invés de tomar a forma de uma explicação de por que motivos devemos recusar os limites do presente, essa crítica é uma análise dos nossos próprios limites.

Ora, em conferência intitulada “Verdade e Subjetividade” (1993), Foucault define seu projeto filosófico como “genealogia do sujeito moderno”. Para o filósofo, nos anos que precederam a Segunda Guerra Mundial, a França era dominada por “filosofia do sujeito”, isso é, que vê no sujeito a fundação de todo o conhecimento e o princípio da significação e transcendência do ego. Dentre as causas, a filosofia, naquele contexto, tinha começado com Descartes e, portanto, só poderia ter adotado um modo

cartesiano. Mas também, para Foucault (1993), o absurdo das guerras e do despotismo parecia impor ao sujeito individual o sentido das suas escolhas essenciais. Essa ênfase procedeu a dois paradoxos: (i) a filosofia da consciência não foi capaz de fundar uma filosofia do conhecimento; (ii) a filosofia do sentido foi incapaz de levar em conta os mecanismos de formação de significação e as estruturas de sistemas de sentido. Foucault (1993) afirma que:

Esforcei-me por sair da filosofia do sujeito por meio de uma genealogia que estuda a constituição do sujeito através da história, a qual nos levou à moderna concepção do eu. Nem sempre esta foi uma tarefa simples, visto que muitos historiadores preferem uma história dos processos sociais em que a sociedade desempenha o papel do sujeito e muitos filósofos preferem um sujeito sem história. Isto não me impediu nem de usar o mesmo material que usaram certos historiadores sociais nem de reconhecer a minha dívida teórica para com esses filósofos que, tal como Nietzsche, colocaram a questão da historicidade do sujeito (FOUCAULT, 1993, p. 205).

Esse projeto, assevera Foucault (1993), dedica-se a uma história das ciências que, em certa medida, é uma história regressiva que procura descobrir as práticas discursivas, institucionais e sociais a partir das quais irromperam. Procura-se descortinar os pontos em que discurso emergiu e passou a ser visto como verdadeiro. Em suma, a finalidade do projeto é “construir uma genealogia do sujeito. O método é uma arqueologia do conhecimento e o domínio exato da análise é aquilo que se daria o nome de tecnologias. Significando isto a articulação de certas técnicas e de certos tipos de discurso acerca do sujeito” (FOUCAULT, 1993, p. 206).

Castro (2014) resume as relações entre os saberes, os poderes e a constituição de uma ética de si numa única problematização que orientou todo empreendimento de Foucault: “como foi possível o que é?”. Em certo sentido, essa é uma indicação metodológica da análise do discur-

so foucaultiana: há que se cavar até encontrar as “gêneses históricas” (sempre no plural) que relacionam um objeto ao que se diz que ele é (regulado por regimes de verdade) sabendo que a origem (no singular), amparada na experiência multifacetada e absolutamente complexa do homem, é irrecuperável, porque a “chave universal”, o “segredo de todas as coisas” sequer existe, senão como discurso. Segundo Deleuze (1992), não se busca origens perdidas ou rasuradas, mas se pega as coisas de onde elas crescem, pelo meio: “rachar as coisas, rachar as palavras” (DELEUZE, 1992, p. 109). Pesa, na análise, as condições de (co)existência, de possibilidade e de emergência de séries enunciativas que “caminham juntas” em uma mesma direção.⁶

Como considera pouco produtivas as categorias continuístas listadas anteriormente de livro, obra, autor, etc., Foucault (2008) estabelece outros princípios de regularidade que caracterizam o discurso. O filósofo chama de “formação discursiva” (doravante, FD) certo número de enunciados com semelhante sistema de dispersão, ou seja, com similares objetos, sujeitos, conceitos e escolhas estratégicas. Cada um desses itens será descrito a seguir. O primeiro sistema de formação é o dos objetos. Para Foucault (2008), o discurso funda os objetos dos quais ele mesmo trata; isso quer dizer que não existe um a priori estanque de representações entre palavras e coisas: ao contrário, há condições de emergência que devem ser examinadas em suas especificidades: a universalidade generalizante metafísica é sumariamente descartada, tal o ceticismo do filósofo. Não existe louco, antes que se fale sobre loucura; não existe patologia mental antes que se defina o que patologia mental é (a qual é sustentada por um saber “verdadeiro”, clínico). A apreciação do analista, assim, é a de quem busca compreender os laços (as relações de sentido), rompendo-os, reorganizando-os,

6 Como é o caso, por exemplo, da relação, aparentemente tão firme e forte entre os conceitos de homem, de virilidade e de dominação. Não é uma relação natural (biológica), óbvia ou psicológica; é construída, é histórica. Ver Fernandes (2019).

desconfiando dos próprios agrupamentos/ unidades.

Nesse sentido, é preciso acentuar que linguagem não é simples entrecruzamento de referências, algo que cabalmente marca uma posição contrária em relação à História Tradicional. Trama obscura das coisas, cadeia manifesta das palavras, o discurso é estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma “realidade” e a língua. Para Foucault (2008), ao analisar os discursos, vê-se desfazerem-se os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, destacando-se, assim, um conjunto de regras, próprias das práticas discursivas. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos.

Já a modalidade enunciativa, segundo o sistema de formação, refere-se à constituição da subjetividade que, diferente da noção em gramática tradicional, não se trata de uma posição sintática na superfície da língua ou, segundo a semântica formal, a referência a um indivíduo/ entidade exterior. As três perguntas norteadoras no delineamento dos modos de se enunciar são: (i) Quem fala? (estatuto do discurso como, por exemplo, médico, psicanalista, professor, etc.); (ii) De onde se fala? (em que pesam os lugares institucionais de onde se obtém o discurso como, por exemplo, o hospital, a clínica, a escola, etc.) e (iii) Qual a situação que o sujeito pode ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos? (dependendo de onde se fala, o mesmo dizer provocará efeitos de sentido distintos). O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida de um sujeito que pensa, que conhece e que diz: é um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão e descontinuidade do sujeito em relação a si mesmo, uma vez que, socialmente, um mesmo indivíduo ocupa, por exemplo, ora o papel de pai, ora cliente, ora advogado, enfim. É espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos⁷, posições vazias,

não expressão transcendental ou cognoscente do indivíduo (FOUCAULT, 2008).

Como um conjunto de enunciados que “caminham juntos”, o discurso não é neutro, independente e alheio à exterioridade histórica (o que não significa que ele seja referência direta ao mundo exterior): existem campos de existência e dados domínios do saber onde eles emergem e circulam. A essa organização de “campos de enunciados” que (co)existem, Foucault (2008) dá o nome de conceito, o terceiro sistema de formação. Os elementos em análise são bastante heterogêneos (instituições, acontecimentos políticos, processos econômicos, disposições arquitetônicas, etc.). Alguns constituem regras de construção formal; outros, hábitos retóricos; alguns definem a configuração interna de um texto; outros, os modos de relações e de interferência entre textos diferentes. No entanto, o que os faz pertencer a uma mesma FD é a maneira pela qual esses diferentes elementos estão concatenados uns aos outros. Esse feixe de relações (de atribuição, articulação, designação e/ ou derivação) é o que constitui um dado sistema de formação conceitual (FOUCAULT, 2008), condição da prática discursiva.

A descrição de semelhante sistema não se vale de uma definição direta e imediata dos próprios conceitos, mas dos esquemas (de seriação, de agrupamentos simultâneos, de modificação linear ou recíproca) pelas quais os enunciados podem estar ligados uns aos outros em um tipo de discurso. Assim como a categoria de objetos substitui a referencialidade e a de modalidade enunciativa aprofunda o simplismo da individualidade psicológica, a categoria de conceito desloca o olhar em relação a certos universais

intitulada “De outros espaços”, “Nós vivemos na época da simultaneidade: nós vivemos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado-a-lado e do disperso. Julgo que ocupamos um tempo no qual a nossa experiência do mundo se assemelha mais a uma rede que vai ligando pontos e se intersecta com a sua própria medida do que propriamente a uma vivência que se vai enriquecendo com o tempo” (FOUCAULT, 1967, p. 77). São distintos lugares: discursivos, geográficos e, contemporaneamente, acrescentamos, digitais.

7 Afinal, como estabeleceu Foucault, em palestra de 1967,

antropológicos (os pacotes continuístas) como ideia e mentalidade. Por seu turno, certas organizações de conceitos, agrupamento de objetos e tipos de enunciação relativamente estáveis (ainda que isso seja também um efeito de sentido) quando do exercício da linguagem não ocupam toda “constelação discursiva” possível. Estabelecem-se limites que regulam as possibilidades do discurso em termos de temas e de teorias.

Foucault (2008) denomina esses temas e teorias de estratégias, o último sistema de formação. Esse princípio analítico foi basilar para o desenvolvimento dos livros anteriores do filósofo, “O Nascimento da Clínica” e “As palavras e as coisas”, os quais ele retoma (direta e indiretamente) na “Arqueologia do Saber” (2008). Enquanto no primeiro estudo, Foucault se atém às mutações da percepção do olhar médico que perpassa a apreciação moral sobre o doente mental, afirmando-se conhecimento científico (a própria verdade), no segundo, ele se detém ao “nascimento do homem” nas ciências humanas, cujas epistemes respaldam campos teóricos aparentemente tão díspares como a Gramática (o homem fala), a Análise de Riquezas (o homem gasta) e a História Natural (o homem vive) que se convertem em Filologia, Economia e Biologia, dado estado da constituição de saberes.

Nesses dois casos, há sistemas articulados de objetos, enunciações, conceitos e escolhas teóricas, cuja existência pressupõe larga reconstituição histórica sobre engendramento dos saberes, no exercício do poder. Em suma, o enunciado é uma função que possibilita que um conjunto de signos, formando uma unidade, se relacione com um domínio de objetos, receba um sujeito possível, coordene-se em relação a outros enunciados e apareça ele próprio como objeto.

Conforme a discussão, o fazer histórico e filosófico de Foucault (2008), que é também um fazer linguístico, pauta-se na recusa de uma série de conceitos já estabilizados como pensamento e mentalidade. O discurso, assim, monumentaliza os indícios à disposição do pesquisador.

Nega-se, por isso, às materialidades o status de documento, uma vez que as respostas não são dadas a priori: arqueologia significa escavar, isto é, procurar, investigar, refletir sobre como e por que as coisas são como elas são e, principalmente, qual estado da constituição de saberes possibilitou que elas assim o fossem. Nesse sentido, a análise enunciativa não propõe uma análise das palavras, signos de outras coisas; nem uma análise das próprias coisas designadas pelas palavras; mas análise de um conjunto de regras dadas como sistemas de relações, em uma prática discursiva.

3 SÉRIES DE SÉRIES DE ENUNCIADOS

Para o desenvolvimento o artigo, tomamos como parâmetro reflexivo o fato de que a teoria foucaultiana modifica a percepção da linguagem segundo dois princípios: (i) *delimitação metodológica*, e (ii) *compreensão do fenômeno em si*. A Arqueologia do Saber irrompe como uma crítica articulada contra a pesquisa continuísta de caráter universal: esse foi o tema de discussão do primeiro subtítulo. No segundo subtítulo, aprofundamos o estudo da proposta de Foucault (2008) em tomar a descontinuidade como objeto e método no que tange às “unidades do discurso”; a saber, os objetos, os conceitos, as modalidades e as estratégias. A fragmentação da língua em unidades menores do sistema ou o compromisso atento pela descrição do vernáculo de uma dada comunidade de fala pouco importa face ao objetivo maior de compreender o *enunciado*, unidade indecomponível do discurso, em sua especificidade, raridade, exterioridade, formas de acúmulo e sistemas de dispersão na territorialidade dos jogos de saber.

O saber, sob o enfoque da Arqueologia, é, assim, conjunto de elementos formados de maneira regular por uma dada prática discursiva: (i) o espaço que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos e conceitos de que se ocupa; (ii) o campo de coordenação e subordinação dos enunciados que aparecem e (iii) a possibilidade

de apropriação oferecida pelo discurso. Em certo sentido, Michel Foucault (2008) explicita as bases filosóficas de um projeto que investe no sensível, na linguagem em sua inteireza material como campo de observação de camadas descontínuas da história do que fomos, do que somos. Ou seja: o desafio é descrever os enunciados não como uma totalidade fechada e pletórica de uma significação, mas como figura lacunar e retalhada; não como uma intenção ou pensamento, mas como a dispersão de uma exterioridade; não como a marca da origem, mas como formas específicas de acúmulo.

Se a descrição linguística da área epistemológica afeta à análise das performances e competências verbais tem o interesse de documentar o real com base em arcabouço de técnicas e de tecnologias à disposição do(a) pesquisador(a), a análise do discurso, erigida sobre essa teoria, procura descrever a proliferação dos acontecimentos discursivos a partir da irrupção dos enunciados singulares que se desenvolveram no campo imenso de possibilidades de um tempo, e de um lugar; reconhecendo, desse modo, que o sujeito é uma fabricação histórica pelas práticas discursivas: portanto amarrado, arraigado e atravessado pela linguagem.

É por isso que, no âmbito dessa teoria, os termos enunciado e discurso são compreendidos de maneira diferente do uso corrente, uma vez que a investigação da teoria das descontinuidades não pressupõe análise de totalidades da linguagem, mas das condições de seu exercício; o enunciado não carrega não-ditos sobre os quais o analista deveria se debruçar para encontrar seus segredos, “seus fantasmas”, é sim marcado pela ausência (exclusões, limites, lacunas), que caracteriza o campo enunciativo de onde emerge. O enunciado é “quase-visível”, já que não está oculto e nem completamente visível ao mesmo tempo: está no limite da linguagem.

Em suma, o movimento analítico pressupõe como ponto de partida a rejeição à tese do sujeito autossuficiente, que enunciaria fora das determinações histórico-culturais nas relações

de saber e poder que controlam, selecionam, organizam, redistribuem, por certo número de procedimentos, o que pode e deve ser dito numa conjuntura dada. Ao enunciado, se reconstitui o seu caráter de “acontecimento”, isto é, de produção efetivamente materializada num dado material semiológico (como a língua, como o corpo) na especificidade de uma temporalidade e de um lugar. Especificidade que é, contudo, regular, porque, parte de uma série enunciativa convergente, o discurso está vinculado a “regras de formação” que circunscrevem referenciais, modalidades enunciativas, campos associados e superfícies de inscrição em comum, que coadunam a dadas “formas de veridicção” no estabelecimento de práticas discursivas, que sustentam/que são sustentadas pelo verdadeiro da época.

A compreensão de linguagem adota diferentes contornos sob o viés da Arqueologia do Saber na medida em que cabe ao analista compreender sistemas de séries enunciativas que, no fluxo da história, coadunam sistemas de formação similares em termos de objetos, conceitos, temas e teorias (estratégias) e modalidades estatutárias; desconfiando, a todo percurso, dos seus próprios princípios de agrupamentos. Isso implica que os sistemas de formação aqui descritos sejam compreendidos não como blocos justapostos de elementos heterogêneos rígidos (imunes à história, ao deslocamento) ou processos terminais de análise, mas como princípios de dispersão, pois “atrás da fachada visível do sistema, pressupomos a rica incerteza da desordem” (FOUCAULT, 2008, p.85).

“Massas de textos” (verdades científicas, noções, instituições, medidas jurídicas, espaços físicos, etc.), “séries de séries” de enunciados, comunicam-se pela forma de positividades como leis de coexistência que caracterizam as práticas, em cujas margens e interstícios reside(m) a(s) história(s) dos diferentes modos de subjetivação da nossa cultura. Perspectiva intranquila, como adverte o próprio filósofo (ver epígrafe do artigo), afinal, após a morte de Deus nietzschiana, ou seja, a negação dos valores supremos sob a

égide de uma mera temporalidade e circunstância, lidamos com o assassinato do homem, que não tem vontade ou controle sobre como os sentidos nele se constituem. Dessa forma, como encerra ironicamente Michel Foucault a Arqueologia,

não podem[os] suportar (e os compreendemos um pouco) ouvir dizer: “O discurso não é a vida: seu tempo não é o de vocês; nele, vocês não se reconciliarão com a morte; é possível que vocês tenham matado Deus sob o peso de tudo que disertam; mas não pensem que farão, com tudo o que vocês dizem, um homem que viverá mais que ele” (FOUCAULT, 2008, p. 236).

REFERÊNCIAS

CASTRO, Eduardo. Introdução a Foucault. Trad. Beatriz de Almeida Magalhães. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014 (Filô/Margens).

DELEUZE, Gilles. Rachar as coisas, rachas as palavras. In: _____. Conversações. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992. (Coleção Trans).

FERNANDES, Rafael de Souza Bento. Práticas discursivo-midiáticas sobre a corporalidade na construção do “homem Homem”: regimes de normalização e de exclusão. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, 2019.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987 (Coleção tópicos).

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 25ª. Ed. São Paulo: Layola, 2005.

FOUCAULT, Michel. Arqueologia do Saber. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves, 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. De outro espaços – con-

ferência proferida no Cercle d’Études Architecturales (14 de março, de 1967). Disponível em: < <http://escolanomade.org/wp-content/downloads/foucault-de-outros-espacos.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

FOUCAULT, Michel. Retornar à história. In: _____. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Organização e seleção dos textos Manuel Barros de Motta. Trad. Elisa Monteiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000 (Ditos e Escritos, vol. II). (p.282-295).

FOUCAULT, Michel. Verdade e subjetividade (Howison Lectures). Revista de Comunicação e Linguagem. No 19. Lisboa: Edições Cosmos, 1993 (p.203-223).

MACHADO, Roberto. Foucault: a ciência e o saber. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorje Zahar Ed., 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo. Foucault & a educação. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

Submissão: junho de 2022.

Aceite: dezembro de 2022.

ANÁLISE DA ELEVAÇÃO DA VOGAL ÁTONA FINAL /O/ EM PRUDENTÓPOLIS E MALLET, PARANÁ

Lucelene Teresinha Franceschini¹

Loremi Loregian-Penkal²

Resumo: Esta pesquisa, fundamentada nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008 [1972]), tem como objetivo investigar o processo de elevação da vogal média /o/, em posição postônica final, na fala em língua portuguesa de moradores da zona rural, descendentes de imigrantes eslavos das cidades de Prudentópolis e Mallet, Paraná. Foram analisadas 48 entrevistas sociolinguísticas estratificadas por sexo, duas faixas etárias, etnia e três níveis de escolaridade, pertencentes ao banco de dados do projeto Variação Linguística de Fala Eslava, VARLINFE. Os resultados obtidos apontam uma baixa ocorrência de elevação da vogal /o/ nas duas amostras analisadas.

Palavras-chave: Elevação vocálica. Etnia eslava. Projeto VARLINFE.

ANALYSIS OF THE ELEVATION OF THE FINAL ATONIC VOWEL /O/ IN PRUDENTÓPOLIS AND MALLET, PARANÁ

Abstract: This research, based on the theoretical and methodological assumptions of Variationist Sociolinguistics (LABOV, 2008 [1972]), sought to investigate the process of raising the mid vowel /o/ when in a final postonic position, in the Portuguese spoken in rural areas by descendants of Slavic immigrants in the city of Prudentópolis and Mallet, Paraná. Twenty-four sociolinguistic interviews stratified according to gender, two age ranges, ethnicity and three levels of education, belonging to the database of the project VARLINFE (Variação Linguística de Fala Eslava) were analyzed. The results obtained indicated a low occurrence of elevation of the vowel /o/ in the two analyzed samples.

Keywords: Vowel raising. Slavic ethnicity. Project VARLINFE.

1 Doutora em Letras pela Universidade Federal do Paraná. Professora do Departamento de Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste. E-mail: lucelenetf@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3764579218081986>.

2 Doutora em Linguística (Universidade Federal do Paraná) com pós-doutorado em Sociolinguística. Professora da graduação e do Mestrado e Doutorado em Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste. E-mail: llpenkal@unicentro.br – Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1766652516268724>.

Introdução

Este estudo analisa a elevação da vogal média posterior /o/ na fala de descendentes de escravos da zona rural de Prudentópolis e Mallet, Paraná. Para tanto, foram consideradas 48 entrevistas sociolinguísticas, 24 de cada uma das localidades, distribuídas por duas faixas etárias (25 a 49 anos e acima de 50 anos), sexo (feminino e masculino), etnia (ucraniana, polonesa, híbrida) e três níveis de escolaridade (fundamental I, fundamental II e ensino médio), pertencentes ao banco de dados do projeto VARLINFE.

No Sul do Brasil, dois estudos de Vieira (2002; 2009) apresentaram análises a respeito da elevação das vogais átonas finais. Em Vieira (2002), a autora analisou as vogais /e/ e /o/ finais e não finais de oito informantes de cada uma das cidades do banco de dados do Projeto Variação Linguística Urbana na Região Sul do Brasil, VARSUL: Curitiba, Irati, Pato Branco, Londrina, Florianópolis, Lages, Blumenau, Chapecó, Porto Alegre, Flores da Cunha, Panambi e São Borja. Seus resultados mostraram altos índices de não elevação das vogais átonas finais na fala dos habitantes de algumas das cidades analisadas, com destaque para Curitiba, Chapecó, Flores da Cunha e Irati.

Em Vieira (2009), a autora analisou o comportamento das vogais médias /e/ e /o/ na fala de 48 informantes, 16 informantes de cada uma das capitais da região Sul. Em relação às postônicas finais com /o/, a pesquisadora verificou que os percentuais de aplicação da regra de elevação de /o/ postônico final são bastante altos nas três capitais, podendo ser considerados praticamente categóricos para Porto Alegre (97%) e Florianópolis (95%). Curitiba também apresentou um importante percentual de elevação (81%). Porto Alegre foi a capital que mais aplicou a regra de elevação, apresentando um peso relativo de 0,74. A seguir, os dados mostraram Florianópolis com um peso relativo de 0,55, indicando que, nessa amostra, Florianópolis teve

um papel praticamente neutro em relação aos índices gerais de elevação de /o/. Já em Curitiba, a regra de aplicação foi bem menor, conforme apontou o peso relativo de 0,22.

Limeira (2013), também nos dados do VARSUL, estudou o comportamento das vogais médias /e/ e /o/, em pauta pretônica, postônica e nos clíticos, na fala de 12 informantes de Curitiba. A autora verificou que as postônicas apresentam os maiores percentuais gerais de não elevação das vogais médias, com 62% para /o/ e 70% para /e/.

No Rio Grande do Sul, Machry da Silva (2009) analisou a elevação das vogais médias postônicas em dados de fala de 14 informantes de Rincão Vermelho, uma localidade rural, situada na fronteira com a Argentina. Seus resultados mostraram que o alçamento das vogais /e/ e /o/ em posição final ocorre variavelmente, com maior probabilidade de aplicação para a vogal média /o/. Os falantes da comunidade em estudo elevaram essa vogal quase na mesma medida em que a preservaram, apresentando uma leve tendência para o alçamento (55%).

Outro estudo realizado no Rio Grande do Sul foi o de Mileski (2013), cuja pesquisadora analisou a elevação das vogais médias átonas finais no português falado por 24 informantes, descendentes de imigrantes poloneses residentes na comunidade rural de Vista Alegre do Prata. Seus resultados apontaram um percentual de elevação significativamente mais baixo que o encontrado em outras localidades, com 5,6% de elevação da vogal átona final /o/ e 2,5% de elevação da vogal final /e/.

Os trabalhos citados acima, dentre outros, apresentam resultados bastante significativos em relação à produção variável da vogal átona final /o/ no Sul do Brasil. Na medida do possível, procuramos comparar nossos resultados aos obtidos nesses estudos. No entanto, destaca-se que cada um desses trabalhos organizou distintamente as variáveis independentes e, nestas, os fatores, especialmente as variáveis contexto precedente e contexto seguinte, fato que, em alguns

casos, dificultou generalizações.

A comunidade de Prudentópolis, Paraná

Prudentópolis é o município brasileiro que reúne a maior concentração de ucranianos, situa-se na região centro-sul do Paraná e formou-se em 1906, com o nome de Prudentópolis em homenagem ao presidente Prudente de Moraes. O IDH é de 0,733, sendo que ocupa a 231ª posição entre os 399 municípios paranaenses.

Em relação à história da cidade, segundo Haineiko (1985), pequenos grupos de famílias ucranianas começaram a vir ao Brasil no ano de 1876, bem como entre os anos de 1884 a 1891. Porém, a data que é considerada basilar para historicizar a vinda dos imigrantes ao Brasil é o ano de 1895, quando aproximadamente 5500 ucranianos desembarcam em Paranaguá, Paraná¹. Em sua maioria, vieram da Galícia (Ucrânia Ocidental) território que pertencia à Áustria, por intermédio de agentes de imigração na Europa, com promessas de terra e melhores condições de vida, já que estavam sofrendo imposições do Czarismo da Rússia e da Ucrânia Oriental. Tais regiões sempre estavam em intensos conflitos políticos.

Após sua chegada a Paranaguá, foram encaminhados a Curitiba para que, na capital do Estado, fossem destinados às suas terras, dirigindo-se, inicialmente, para o norte de Santa Catarina (hoje municípios de Itaiópolis, Papanduva e Santa Terezinha). No Paraná, instalaram-se em Prudentópolis, Mallet, Paulo Frontin, Paula Freitas e Rio Azul, sendo que a maior colônia de imigrantes ucranianos situava-se na região de Prudentópolis.

Apesar de todas as dificuldades de adaptação, a preocupação principal era a vida religiosa e a educação. Assim, com o apoio da igreja, constroem escolas e estas são administradas por ela. Hauresko (1999), ao fazer um levantamen-

to histórico da imigração ucraniana no Paraná, afirma que até o ano de 1914 existiam 22 escolas para imigrantes ucranianos, com uma média de 630 alunos no total, sendo que estas eram mantidas financeiramente por Conselhos Escolares. Nessas escolas, a educação priorizava o ensino em/da língua ucraniana, a sua cultura, bem como o seu rito religioso, os quais eram considerados vitais para a preservação dos seus costumes.

Constata-se, assim, que a religião exerceu, e ainda exerce, um papel fundamental na preservação dessa minoria linguística no Paraná, já que grande parte dos ritos religiosos do catolicismo ortodoxo é, até hoje, praticado em língua ucraniana.

Pesquisa realizada por Ogliari (2001) constata que o idioma ucraniano e a situação bilíngue português/ucraniano existente naquela comunidade têm sua preservação marcada por dois fatos: as células familiares e os ritos religiosos católicos.

A comunidade de Mallet, Paraná

A cidade de Mallet² originou-se da vila de Rio Claro³, que hoje constitui um dos seus distritos, juntamente com Dorizon. Esta particularidade faz com que, por exemplo, a igreja ucraniana de São Miguel Arcanjo, localizada na Colônia da Serra do Tigre e construída em 1903, seja mais antiga que o município.

A história da cidade e a chegada dos imigrantes eslavos estão imbricadas nos relatos das pessoas entrevistadas pelo projeto VARLINFE. O povoado de Rio Claro, denominação motivada pelo rio límpido que corria no local, foi estabelecido em 1884 por famílias que ocupavam o Vale do Iguaçu e que legalmente foi criado como Colônia em 1891. Um ano antes, em 1890, e apenas seis anos após o estabelecimento do povoado, chegaram os primeiros imigrantes eslavos que vieram da Polônia. Um ano depois

2 Informações adaptadas de LOREGIAN-PENKAL et al. (2013).

3 Informações históricas de Mallet disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.mallet.pr.gov.br/> Acesso em 02.06.2022

1 BURKO, V. A imigração Ucraniana no Brasil. 2ª Ed. Curitiba. 1963.

vieram três mil ucranianos e, por volta de 1895, mais uma leva de imigrantes ucranianos chegou na região.

Ainda se encontra em Mallet igrejas, escolas, clubes recreativos e casas com arquitetura europeia típica que foram construídas pelos imigrantes, preservando sua cultura. A partir do regime do Estado Novo, decretado pelo presidente Getúlio Vargas em 1937, foi proibido o uso de línguas estrangeiras no território brasileiro. Com isso, foram fechados os clubes literários e as escolas de língua estrangeira e a continuidade do ensino da língua de imigração ficou a cargo das famílias. Em 1946, novamente os padres e religiosos puderam orientar os colonos com a língua ucraniana. A cultura sobreviveu e as duas línguas, tanto o polonês quanto o ucraniano, fazem-se presentes na comunidade, nas missas, nas cerimônias típicas, no artesanato e em registros escritos.

O nome Mallet surgiu devido à construção da estação ferroviária do povoado que recebeu o nome de “Estação Ferroviária Marechal Mallet” em homenagem ao engenheiro militar João Nepomuceno de Medeiros Mallet.

Em 1912, o povoado de “São Pedro de Mallet” foi elevado a município e em 1929 entrou oficialmente em vigor o nome Mallet. Segundo dados IBGE⁴, a população total do município é de 12.973 habitantes, sendo considerada 58,35% urbana, com 7.570 habitantes e 41,65% rural, totalizando 5.403 habitantes. A cidade localiza-se no sudoeste paranaense, a 230 km da capital, Curitiba, e sua área total é de 723,024 Km².

Metodologia

Este estudo está apoiado nos pressupostos da Teoria da Variação e Mudança Linguística, delineada por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) e em Labov (2008 [1972]). Foram levantados, por meio da análise de oitiva,

os dados de elevação e de não elevação da vogal média-alta posterior /o/ em posição átona final de 48 entrevistas sociolinguísticas (com no mínimo 40 minutos de fala cada) realizadas com descendentes de escravos, ucranianos e poloneses, moradores das zonas rurais de Prudentópolis e Mallet, cidades localizadas na região Centro-Sul do Paraná.

Os 48 informantes da amostra foram estratificados em duas faixas etárias (12 de 25 a 49 anos; 12 de 50 anos ou mais), sexo (12 do sexo feminino e 12 do masculino), etnia (polonesa; ucraniana e híbrida) e três níveis de escolaridade (8 informantes com fundamental I; 8 com fundamental II; 8 com ensino médio).

As entrevistas fazem parte do banco de dados VARLINFE, que contém amostras de fala de sete cidades do centro sul do Paraná: Prudentópolis, Mallet, Irati, Rio Azul, Rebouças, Ivaí e Cruz Machado.

O programa GoldVarbX foi utilizado para a análise estatística dos dados, que vem acompanhada por uma análise qualitativa dos resultados obtidos.

Banco de Dados VARLINFE

O Banco de Dados VARLINFE⁵ foi pensado e constituído por pesquisadores da área de Sociolinguística da Unicentro, campus de Irati, e está vinculado ao NEES (Núcleo de Estudos Eslavos) da UNICENTRO (campus de Irati). O banco-base é composto por 243 entrevistas de sete cidades da mesorregião Sudeste do Paraná: Irati, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul, Ivaí e Cruz Machado, cujos entrevistados são todos descendentes de ucranianos e/ou poloneses. O banco apresenta também amostras complementares, com outras faixas etárias.

Para a montagem do VARLINFE foi adotada a mesma metodologia do Projeto Variação Linguística Urbana na Região Sul, VARSUL, mas com um diferencial importante: optou-se

4 Informações disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 02.06.2022.

5 Maiores detalhes podem ser obtidos em LOREGIAN-PENKAL et al (2013).

por registrar a fala de descendentes eslavos da zona rural das localidades selecionadas. O perfil dos informantes contemplou os seguintes critérios, consagrados em pesquisas sociolinguísticas: 1. Falantes descendentes de eslavos (ou seja, o informante deveria ser descendente de ucraniano ou polonês, de pai ou de mãe ou de ambos e ter nascido na comunidade e/ou ter se mudado para lá, no máximo, aos 2 anos de idade). 2. Não ter viajado para outras localidades (por exemplo, o informante não poderia ter sido caminhoneiro ou vendedor). 3. Morar na zona rural de um dos sete municípios incluídos na amostra.

As características sociais dos informantes do VARLINFE são estas: sexo (12 informantes do sexo masculino e 12 do feminino); idade (12 informantes de 25-49 e 12 acima de 50 anos), escolaridade (8 informantes com ensino fundamental I; 8 com fundamental II; e 8 informantes com ensino médio) e etnia (polonesa, ucraniana e híbrida1).

Além desses critérios, foram levados em consideração, também, para a montagem do Banco: (i) a elaboração e preenchimento de ficha social, que detalha o perfil social do entrevistado; (ii) elaboração do roteiro de perguntas, que prioriza a coleta de narrativas de experiência pessoal; (iii) obtenção de anuência do entrevistado via assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Variáveis analisadas

Nesta pesquisa, foram levantadas todas as ocorrências da vogal média posterior /o/ em contexto silábico postônico final de 48 entrevistas sociolinguísticas, sendo 24 entrevistas de Prudentópolis e 24 de Mallet, Paraná. Os entrevistados eram moradores da zona rural dos municípios e todos eram descendentes de ucr-

nianos/poloneses com forte vivência na cultura dessas etnias.

Como variável dependente, postulamos a elevação de /o/ átono final versus a não elevação de /o/ final. Nas rodadas, definimos como valor de aplicação da regra a elevação. As variáveis sociais analisadas foram quatro: faixa etária (25 a 49 anos; acima de 50 anos); escolaridade (fundamental I, fundamental II e ensino médio); sexo (masculino; feminino) e etnia (ucraniana, polonesa e híbrida). As variáveis linguísticas independentes consideradas na análise e seus respectivos exemplos de ocorrência seguem especificados a seguir.

1. Tipo de consoante/vogal em contexto precedente

Esta variável foi considerada para verificar se o tipo de som (consoante ou vogal) que antecede a vogal /o/ interfere em sua produção, elevada para /u/ ou não. Os fatores controlados foram os que seguem:

1.1 Oclusiva [p, b, t, d, k, g]: Era tempo de mato, virgem...”² (PRU22M2PRIU)³

1.2 Fricativa [f, v, s, z, ʃ, ʒ, x]: “Por isso até acho que eu me espelhei muito nela” (MA19F2ColP)

1.3 Nasal [m, n, ɲ]: “Já comemoramo cento e vinte anus né” (PRU 20M2GINU)

1.4 Lateral [l, ʎ]: “Eu gostaria que meu filho estudasse, mas não qué” (MA16M2ColU)

1.5 Rótico [r]: “E tá no primero ano agora.” (PRU15M1COLU)

1.6 Vogal [i]: “Antigamente diziam o ginásio, não sei se era o apelido”(MA23M1GinP)

2 Nos exemplos dos dados de fala, optamos por transcrição ortográfica simples.

3 Notação que identifica os informantes e as variáveis sociais: PRU: Prudentópolis, MA: Mallet, número que identifica o informante, M ou F – sexo, 1 ou 2 – 1 faixa etária até 49 anos e 2 faixa etária mais de 50 anos, PRI (Primário, 1 a 4 anos de escola), GIN (Ginásio, 5 a 8 anos de escola), COL (Colegial, 9 a 11 anos de escola) – grau de escolaridade, P (Polonesa), U (Ucraniana), H (Híbrida: ucraniano e polonês.) – etnia.

1 Entrevistados com ascendência ucraniana e polonesa. Por exemplo, a mãe do entrevistado é descendente de ucranianos e o pai de poloneses, ou vice-versa. Nos casos em que o entrevistado era casado, levamos em consideração também a etnia do cônjuge.

2. Ponto de articulação do som consonantal em contexto precedente

Com o controle desta variável, pretendeu-se analisar a influência que o ponto de articulação da consoante, em contexto precedente, exerce na realização da vogal média postônica /o/. Para tanto, controlamos as seguintes variáveis:

2.1 Bilabial [p, b, m]: “Mora lá onde nós se cria-**mo**” (MA19F2ColP).

2.2 Labiodental [f, v]: “Tinha um só fotógr**fo** que fazia as foto.” (PRU 20M2GINU)

2.3 Alveolar [t, d, n, s, z, r, l]: “Antes tempo t**udo** era mais gostoso parece”. (PRU 7F2GINU)

2.4 Pós-alveolar [ʃ, ʒ, ʒ, ʒ]: “Eu a**cho** que até mil e novecentos e quarenta” (MA16M2ColU).

2.5 Palatal [ɲ, ʎ]: “Meu padri**nho** era bem de vida” (MA17F1GinH).

2.6 Velar [k, g, x]: “O fog**o** se fazia com graveto”. (PRU 2F1GINU)

3. Tipo de som em contexto posterior

O tipo de som em contexto posterior foi controlado para verificar se o contexto seguinte à variante em análise causa interferência na preservação de /o/ ou em sua elevação para /u/. Foram considerados os fatores:

Se consoante:

3.1 Oclusiva [p, b, t, d, k, g]: “Todo mundo d**ava** doação pra igreja”. (PRU 10F2COLU)

3.2 Fricativa [f, v, s, z, ʃ, ʒ, x]: “eles davam muito valor a terra” (MA26F2PriP).

3.3 Nasal [m, n, ɲ]: “Foi meio complicado **no** começo.” (PRU 15M1COLU)

3.4 Lateral [l, ʎ]: “Nós vendemo **lá** em Blumenau agora.” (PRU 17M1PRIU)

3.5 Rótico [r]: “Segue o mes**mo** rumo assim...” (PRU 14M1GINU)

3.6 Africada [tʃ, dʒ]: “Aí quando t**ch**inha vontade de comê um doce” (MA20F1PriP)

Se vogal:

3.7 Anterior alta [i]: “No mundo **intero** tinha essas coisa”. (PRU 12F2PRIU)

3.8 Anterior média [e, ε]: “eles construíram a igreja na colônia cinco **em** mil oitocentos e-noventa e seis.” (MA16M2ColU).

3.9 Posterior alta [u]: “Guardava assim num pan**o** úmido” (PRU 1F1GINU)

3.10 Posterior média [o, ɔ]: “Quando **o** centeio já tava grande pra florescê” (MA18M2PrimP).

3.11 Baixa [a]: “Faz uns oito **ano** atrás eu fiz parte da comissão” (PRU 15M1COLU)

3.12 Pausa: “Eu estudava pra Riu Clar**o**. Daí...” (MA28F1GinP).

4. Ponto de articulação do som consonantal seguinte

Esta variável foi considerada para verificar se o ponto de articulação da consoante seguinte à vogal /o/ interfere em sua produção, elevada para /u/ ou não. Para testar esta variável, controlamos os seguintes fatores:

4.1 Bilabial [p, b, m]: “Quase todo **mundo** entende o ucraniano” (PRU 15M1COLU)

4.2 Labiodental [f, v]: “Então quando **você** ganhava você não sabia o que fazia com aquilo.” (MA19F2ColP).

4.3 Alveolar [t, d, n, s, z, r, l]: “Era t**udo na** mão, se fazia tudo em casa”. (PRU 8F2GINU)

4.4 Pós-alveolar [ʃ, ʒ, ʒ, ʒ]: “Era todo mundo **junto** na mesma,” (MA23M1GinP)

4.5 Velar [k, g, x]: “O pov**o** caiu nas história contada pelo **governo**” (PRU 9F2COLU)

5. Sonoridade do segmento precedente

Esta variável foi considerada para verificar se a sonoridade (vozeada ou desvozeada) da consoante que precede a vogal /o/ influencia na sua produção, elevada para /u/ ou não. Foram considerados os fatores abaixo especificados:

5.1 Vozeado: “Agora **tamo** aprendendo artesanato cas irmã” (MA26F2PrimP).

5.2 Desvozeado: “Era muit**o** triste a situação de

les lá” (PRU 10F2COLU)

6. Tipo de sílaba

Com o controle desta variável buscou-se verificar se o tipo de sílaba (pesada/CVC ou leve/CV) influencia no comportamento da vogal média /o/ em posição postônica, favorecendo ou inibindo o alçamento. Para tanto, foram considerados os seguintes fatores:

6.1 Com coda: “Quem que não tem **sonhus**, né” (PRU 15M1COLU)

6.2 Sem coda: “Mas brinquedo a gente não conhecia” (MA26F2PrimP).

7. Presença/ausência de vogal alta na palavra

Esta variável foi considerada para verificar se a presença de uma vogal alta – /i/ e /u/ – na palavra influencia na preservação de /o/ átono final ou-se a presença de uma vogal alta interfere na elevação da vogal em estudo. Eis os fatores considerados:-

7.1 Presença de vogal alta: “**isso** vem da firma já, **tudu** vem de lá.” (MA25M1PrimP).

7.2 Ausência de vogal alta: “No mato sempre se achava um **poco** de tudo né?”. (PRU 11F2PRIU)

As variáveis linguísticas acima especificadas foram adicionadas às variáveis sociais: *sexo*, *escolaridade*, *faixa etária* e *etnia*. Os dados obtidos foram devidamente codificados para que pudéssemos utilizar o programa GoldVarbX, cujos resultados encontram-se na seção a seguir.

Resultados da análise da vogal átona final /o/ em Prudentópolis e Mallet

Nesta seção, vamos tecer um breve panorama dos resultados encontrados na análise da elevação do /o/ em Prudentópolis e em Mallet, duas localidades de colonização majoritariamente eslava, com falantes bilíngues português/polonês, português/ucraniano. Trazemos inicialmente os resultados gerais obtidos nas duas localidades analisadas e, em seguida, trazemos um comparativo das variáveis selecionadas como es-

taticamente relevantes nas duas amostras.

Na amostra de Prudentópolis, obtivemos 4369 ocorrências de vogais átonas finais /o/ e /u/, destas, 456 ocorrências (10,4%) foram de elevação e 3913 foram de não elevação (89,6%). Verificamos, portanto, que em somente 10,4% das ocorrências os falantes realizaram a elevação da vogal átona final /o/ para /u/.

Em Mallet, a percentagem foi ainda mais reduzida de elevação da vogal átona final /o/. Em um total de 7436 ocorrências, 95,8% (7121 ocorrências) foram de não elevação, e em somente 4,2% das ocorrências (315 dados) os falantes elevaram essa vogal átona final, o que confirma a baixa aplicação da regra de elevação na amostra analisada.

Esses baixos percentuais de elevação em Prudentópolis (10,4%) e Mallet (4,2%), aproximam-se dos resultados de Mileski (2013), em Vista Alegre do Prata – RS, uma comunidade de descendentes de imigrantes poloneses, e que apresentou somente 5,6% de elevação da vogal /o/. Já nas capitais da região Sul (VIEIRA, 2009) e em Rincão Vermelho – RS (MACRHY DA SILVA, 2009), os percentuais de aplicação da regra de elevação de /o/ foram muito mais elevados (Curitiba: 81%, Florianópolis: 95%, Porto Alegre: 97% e Rincão Vermelho: 55%).

No quadro a seguir apresentamos, por ordem de significância, as variáveis linguísticas e sociais selecionadas pelo programa GoldVarbX nas rodadas de Prudentópolis e Mallet.

Quadro 1: Variáveis selecionadas em Prudentópolis e Mallet

PRUDENTÓPOLIS	MALLET
1. Sonoridade do segmento precedente;	1. Tipo de sílaba;
2. Presença/ausência de vogal alta;	2. Tipo de consoante precedente;
3. Tipo de sílaba;	3. Presença/ausência de vogal alta;
4. Ponto de articulação da consoante seguinte;	4. Ponto de articulação da consoante seguinte;
5. Faixa etária;	5. Etnia;
6. Tipo de consoante precedente;	6. Sexo;
7. Ponto de articulação da consoante precedente;	7. Ponto de articulação da consoante precedente;
8. Contexto fonológico seguinte.	8. Faixa etária.

Fonte: Elaborado pelas autoras

O programa GoldvarbX selecionou oito variáveis em Prudentópolis e oito em Mallet. Dessas variáveis, seis foram selecionadas nas duas localidades: Presença/ausência de vogal alta; Tipo de sílaba; Ponto de articulação da consoante seguinte; Tipo de consoante precedente; Ponto de articulação da consoante precedente e Faixa etária.

O quadro 1 mostra que as variáveis linguísticas sonoridade do segmento precedente e contexto seguinte foram selecionadas somente na rodada de Prudentópolis; já as variáveis sociais etnia e sexo foram selecionadas somente em Mallet. Em relação à etnia, verificamos que a quase totalidade dos informantes da amostra de Prudentópolis é de origem ucraniana (23 dos 24 analisados), o que explica a não seleção dessa variável.

Em Prudentópolis, a variável selecionada em primeira posição, portanto como a mais relevante para a elevação da vogal estudada, foi a sonoridade do segmento precedente. Os resultados dessa variável são apresentados na tabela 1:

Tabela 1: Sonoridade do segmento precedente em Prudentópolis

Fatores	Aplicação/Total	Frequência	P.R.
vozeado	426/3214	13	0,62
desvozeado	30/1155	2	0,21
Total	456/4369	10,4	

Fonte: Elaborado pelas autoras

A variável sonoridade, que foi considerada para verificar se segmentos vozeados ou desvozeados que precedem a vogal /o/ influenciam na sua produção, elevada para /u/ ou não, foi considerada, portanto, a variável mais significativa na análise dos dados de Prudentópolis. Nos dados de Mallet, essa variável não foi selecionada.

Verificamos que a elevação predomina (0,62) com os segmentos vozeados (divertido, cabu); já os desvozeados (charuto, campo), com peso relativo de 0,21 para a elevação, favoreceram a preservação da vogal final /o/.

Para facilitar a visualização comparativa dos resultados obtidos em Prudentópolis e em Mallet, na Tabela 2 as variáveis selecionadas, os percentuais e pesos relativos obtidos em cada uma delas.

Tabela 2: Variáveis selecionadas em Prudentópolis e Mallet

FATORES	PRUDENTÓPOLIS			MALLET					
	Apl./T	%	P.R.	Apl./T	%	P.R.			
Presença/ausência de vogal alta									
-Presença	334/2340	14	0,64	193/3586	5,4	0,60	122/3850	3,2	0,40
-Ausência	122/2029	6	0,34						
Tipo de sílaba									
- Com coda	71/275	25	0,82	146/753	19,4	0,93	169/6683	2,5	0,43
- Sem coda	385/4094	9	0,47						
Ponto de articulação da consoante seguinte									
Pós-alveolar	22/85	25	0,84	4/107	3,7	0,60			
Velar	66/321	20	0,72	48/683	7,0	0,71			
Labiodental	11/113	9	0,65	9/223	4,0	0,50			
Alveolar	159/1555	10	0,46	66/2107	3,1	0,44			
Bilabial	26/383	6	0,35	16/676	2,4	0,44			
Tipo de consoante/vogal precedente									
Nasal	127/850	14	0,57	90/1457	6,2	0,67			
Oclusiva	227/2250	10	0,57	128/3634	3,5	0,54			
Rótico	60/491	12	0,55	19/736	2,6	0,17			
Vogal –i	14/167	8	0,38	54/376	14,4	0,84			
Fricativa	21/376	5	0,21	16/859	1,9	0,27			
Lateral	7/235	2	0,16	8/374	2,1	0,36			
Ponto de articulação da consoante precedente									
Pós-alveolar									
Labiodental	5/46	10	0,91	2/241	0,8	0,53			
Palatal	12/128	9	0,75	9/164	5,5	0,80	16/549	2,9	
Alveolar	28/229	12	0,60	0,42					
Bilabial	356/3081	11	0,52	212/4774	4,4	0,55			
Velar	45/365	12	0,47	16/700	2,3	0,41			
	8/369	2	0,19	7/633	1,1	0,22			

Faixa etária						
- 25 a 49 anos	334/2548	13	0,58	126/3866	3,3	0,45
- 50 anos ou mais	122/1821	6	0,39	189/3570	5,3	0,56

Fonte: Elaborado pelas autoras

Os resultados para a variável presença/ausência de vogal alta na palavra (selecionada em 2ª posição em Prudentópolis e 3ª em Mallet) mostram que a presença de vogal alta (amigu, adubu), com pesos relativos de 0,64 em Prudentópolis e 0,60 em Mallet, favorece a elevação da vogal final /o/ para /u/; já a ausência de vogal alta (tempo, casamento) desfavorece a elevação em ambas as localidades. Segundo Vieira (2002), esse comportamento está associado a um processo de assimilação progressiva, pelo qual a vogal média postônica assimila o traço de altura da vogal da sílaba precedente.

As análises de Vieira (2009) e Machry da Silva (2009) apontaram a vogal alta precedente como um dos fatores mais favorecedores para a elevação de /o/ átono final (0,82 e 0,90, respectivamente). Por outro lado, a ausência de vogal alta inibiu a elevação de /o/, com pesos de 0,28 e 0,30.

Os resultados de Mileski (2013), apesar de menos polarizados, também mostraram que a presença de vogal alta favorece a elevação de /o/ átono final (0,57), e sua ausência desfavorece essa elevação (0,42).

Assim, constatamos que nossos resultados confirmam a hipótese de que a presença de vogal alta na palavra condiciona a elevação da vogal átona final /o/ para /u/, conforme já demonstraram Vieira (2009), Machry da Silva (2009) e Mileski (2013).

A variável tipo de sílaba (com coda/sem coda) foi selecionada em terceira posição em Prudentópolis e em primeira posição em Mallet, ou seja, como a variável mais significativa.

Os resultados mostram que as sílabas com coda (juntus, novecentus) são altamente favorecedoras da elevação em Prudentópolis e Mallet (0,82 e 0,93, respectivamente); já as sílabas sem

Considerando a distinta organização dos fatores nas pesquisas citadas, ressaltamos a dificuldade de comparações entre os resultados de nossa amostra e aqueles apresentados nessas análises precedentes.

Em relação à variável social faixa etária, também selecionada nas duas localidades, os resultados de Prudentópolis mostraram que os falantes mais jovens favorecem a elevação da vogal átona final /o/, com 0,58; já os falantes mais velhos apresentaram um peso relativo de 0,39 para a elevação, ou seja, desfavorecem a elevação de /o/ para /u/.

Em Mallet, os resultados da faixa etária, embora próximos ao ponto neutro, mostraram que os falantes mais velhos, ao contrário de Prudentópolis, favorecem a elevação da vogal átona final /o/ (0,56); já os falantes mais jovens apresentaram um peso relativo de 0,45 para a elevação, ou seja, desfavorecem a elevação.

Estes resultados demonstram a necessidade de análises mais refinadas nas duas amostras, inclusive com recortes diferentes na análise da faixa etária.

Os resultados da variável faixa etária em outras pesquisas também apresentam resultados bem diferenciados, dependendo da localidade estudada. Em Curitiba, Limeira (2013) verificou que os informantes mais jovens tendem a elevar essa vogal, apresentando um peso relativo de 0,64 para a elevação; já os mais velhos são os que mais preservam a vogal átona final /o/, com um peso de 0,32 para a elevação.

Em Rincão Vermelho – RS, Machry (2009) analisou três faixas etárias e seus resultados mostraram, em todas as faixas etárias, pesos relativos muito próximos ao ponto neutro. Esses resultados indicam, segundo a autora, que na comunidade em estudo a regra de alçamento da vogal média /o/ final caracteriza uma situação de variação estável.

Mileski (2013) também analisou três faixas etárias em Vista Alegre do Prata – RS. A autora verificou que os informantes mais velhos

coda (casamento, fumo) desfavorecem a elevação. Destacamos que a grande maioria dos dados de elevação apresentaram a coda /s/, o que nos faz pensar que tanto pode ser a coda como a consoante /s/ o fator mais favorável à elevação.

Portanto, em relação às sílabas com coda, o resultado de nossos dados corroboram os obtidos em Vieira (2009), Machry da Silva (2009) e Mileski (2013), pois em todos esses trabalhos, com 0,82, 0,90 e 0,84, respectivamente, as sílabas com coda /s/ favoreceram a elevação de /o/ para /u/.

A análise do ponto de articulação da consoante seguinte mostrou que essa variável, selecionada em quarta posição em Prudentópolis e Mallet, também pode interferir na aplicação da elevação ou da não elevação da vogal postônica /o/. Conforme podemos observar na tabela 2, os resultados apontaram como fatores favoráveis à elevação, em Prudentópolis e Mallet, as consoantes pós-alveolares (0,84 e 0,60, respectivamente) e velares (0,72 e 0,71, respectivamente). As labiodentais favoreceram a elevação em Prudentópolis (0,65) e em Mallet apresentaram um resultado no ponto neutro (0,50); já as consoantes alveolares (0,46 em Prudentópolis e 0,44 em Mallet) e as bilabiais (0,35 em Prudentópolis e 0,44 em Mallet) desfavoreceram a elevação em ambas as localidades, com pesos relativos abaixo de 0,50.

Em relação ao tipo de consoante/vogal seguinte, variável selecionada somente em Prudentópolis, verificamos que as consoantes laterais (0,62), as vogais médias anteriores (0,58), a pausa (0,58) e a vogal baixa (0,57) se apresentaram como fatores favorecedores da elevação. As oclusivas apresentaram um resultado praticamente no ponto neutro (0,51), e os demais contextos (fricativas, nasais, posterior média e anterior alta) desfavoreceram a elevação de /o/ para /u/. O rótico (15 dados) e a vogal posterior alta (42 dados) apresentaram 100% das ocorrências sem elevação. Em relação às vogais, os resultados não confirmaram o esperado, pois as

vogais altas em contexto seguinte, que acreditávamos favorecer a elevação, a desfavoreceram.

A variável tipo de consoante/vogal precedente apresentou como favorável à elevação em Prudentópolis e Mallet as nasais (0,57 e 0,67, respectivamente) e as oclusivas (0,57 e 0,54, respectivamente). O rótico também favoreceu a elevação em Prudentópolis (0,55). Em Mallet, a vogal –i foi o fator que mais favoreceu a elevação (0,84) e em Prudentópolis, ao contrário do esperado, a vogal i desfavoreceu a elevação de /o/ para /u/ (0,38). As fricativas e as laterais, em ambas as localidades, desfavoreceram a elevação.

Os resultados da variável ponto de articulação da consoante em contexto fonológico precedente mostram que em Prudentópolis a elevação é favorecida principalmente pelas consoantes pós-alveolares (0,91), seguidas das labiodentais (0,75) e palatais (0,60). As consoantes alveolares e bilabiais apresentaram resultados próximos ao ponto neutro (0,52 e 0,47, respectivamente) e as velares desfavoreceram a elevação (0,19). Em Mallet, as labiodentais (0,80), as alveolares (0,55) e as pós-alveolares (0,53) favoreceram a elevação; por outro lado, as consoantes palatais (0,42), as bilabiais (0,41) e as velares (0,22) a desfavoreceram. Vemos aí, portanto, nas duas amostras analisadas, que se o ponto de articulação da consoante que antecede a vogal /o/ for labiodental, este é o contexto que mais favorece a elevação.

A variável tipo de consoante, aliada ao ponto de articulação dos sons e rotulada como contexto precedente em outros trabalhos, foi selecionada em várias pesquisas (VIEIRA, 2009; MACHRY DA SILVA, 2009; MILESKI, 2013). No entanto, as diferenças na constituição dos fatores das variáveis dificultam comparações entre os resultados ou generalizações. Em nossa análise, separamos o contexto precedente pelo modo de articulação dos sons (oclusiva, fricativa, rótico, lateral etc) e ponto de articulação (alveolar, labial, palatal etc.), já os demais estudos analisaram as consoantes como coronais [+ant] e [-ant], dorsais e labiais, amalgamando

ou isolando os diversos fatores.

favorecem a elevação (0,66), já os informantes da faixa etária intermediária (36 a 57 anos) são os que mais preservam a vogal átona final /o/, com um peso relativo de 0,62, seguidos pelos falantes mais jovens (15 a 35 anos), com 0,55 para a não elevação.

Os resultados de Prudentópolis aproximam-se, portanto, dos obtidos por Limeira (2013) em Curitiba. Assim como em Curitiba, a elevação de /o/ para /u/ predomina na fala dos entrevistados mais jovens de Prudentópolis; já os mais velhos, ao contrário, favorecem a preservação da vogal átona final /o/. Esses resultados podem indicar um início de mudança em progresso.

Já os resultados de Mallet aproximam-se dos obtidos por Mileski (2013) em Vista Alegre do Prata, RS. Nessas duas comunidades os falantes mais velhos favoreceram a elevação da vogal átona final /o/ para /u/; já os mais jovens, ao contrário, favoreceram a preservação da vogal átona final /o/. Os resultados da variável faixa etária mostram, portanto, que em Mallet, assim como em Vista Alegre do Prata, não há indícios de que o uso de elevação da vogal átona final /o/ caracterize mudança em progresso.

Em Mallet, também foram selecionadas como significativas as variáveis sociais etnia e sexo. Em relação à etnia, controlamos se o informante tinha descendência ucraniana, polonesa ou híbrida, por parte de pai, mãe ou cônjuge. Quando o informante apresentava descendência ucraniana e polonesa, este foi classificado como híbrido.

Os resultados da variável etnia, selecionada em 5ª posição pelo programa estatístico, são apresentados na tabela 3:

Tabela 3: Etnia

Fatores	Aplicação/Total	Frequência	P.R.
Híbridos	47/1070	4,4	0,60
Poloneses	227/4876	4,7	0,56
Ucranianos	41/1490	2,8	0,26

Fonte: Elaborado pelas autoras

Os resultados mostram que os descendentes de poloneses e os híbridos favorecem a elevação de /o/ para /u/ (0,56 e 0,61, respectivamente); já os ucranianos desfavorecem a elevação (0,26).

Observamos que os resultados para a etnia polonesa e ucraniana em nossa análise da elevação da vogal /o/ são semelhantes aos obtidos por Loregian e Costa (2015) na análise da vogal átona final /e/ nessa mesma comunidade de fala. Essas autoras verificaram que os descendentes de ucranianos favoreciam a não elevação da vogal /e/, e os descendentes de poloneses, ao contrário, favoreciam sua elevação.

Segundo Loregian e Costa (2015), a manutenção da cultura de origem poderia estar influenciando na tendência à elevação ou não de /e/. Assim, a preservação das vogais finais por parte dos descendentes de ucranianos estaria relacionada ao maior contato com sua cultura de origem (atividades culturais e religiosas, uso da língua), enquanto a elevação das vogais átonas finais, ou seja, o maior uso da forma inovadora pelos descendentes de poloneses estaria relacionado à menor manutenção da cultura de origem nesse grupo.

A variável sexo foi selecionada em 6ª posição nos dados de Mallet. A tabela 4 apresenta os resultados dessa variável.

Tabela 4: Sexo

Fatores	Aplicação/Total	Frequência	P.R.
Masculino	206/3742	5,5	0,62
Feminino	109/3694	3,0	0,38

Fonte: Elaborado pelas autoras

Conforme podemos observar na tabela, o sexo masculino favorece a elevação da vogal /o/ para /u/ (0,62), enquanto o sexo feminino, na mesma proporção (0,38), favorece a manutenção da vogal /o/. Esperava-se, no entanto, que as mulheres, geralmente mais sensíveis às normas de maior prestígio ou às inovações, se mostrassem mais favoráveis à elevação da vogal postônica final /o/.

Diversos estudos já demonstraram a influência do fator sexo na escolha das formas linguísticas utilizadas por homens e mulheres. Labov (2008) destaca que em situação de variação estável, as mulheres têm demonstrado preferência ao uso das formas de prestígio. No entanto, conforme esse autor, a tendência de liderança das mulheres às formas inovadoras não pode ser generalizada, visto que é preciso verificar o papel de outros fatores sociais que podem interferir nesse comportamento.

Machry da Silva (2009), em Rincão Vermelho-RS, verificou que os homens apresentaram um leve favorecimento (0,54) para a elevação, e as mulheres uma leve tendência à preservação da vogal média /o/ final (0,46). Para melhor entender o comportamento linguístico dos homens e das mulheres de sua amostra, a autora realizou um cruzamento entre as variáveis tipo de contato com os centros vizinhos e sexo. Esse cruzamento mostrou que homens e mulheres que possuem contato frequente com centros vizinhos tendem a elevar a vogal postônica final /o/. Segundo ela, tais resultados confirmam que o tipo de contato com centros urbanos exerce influência no comportamento linguístico de homens e mulheres, mostrando-se mais evidente entre as mulheres.

Nos estudos de Vieira (2009), Mileski (2013) e Limeira (2013) a variável sexo não foi

considerada significativa para a elevação ou não elevação da vogal átona final /o/.

Em nossa amostra, apesar de não termos controlado outras variáveis para melhor caracterizarmos o comportamento linguístico de homens e mulheres, podemos pensar nas atividades normalmente desempenhadas pelos dois sexos na comunidade. As mulheres de nossa amostra ocupam-se principalmente dos trabalhos de casa e da educação dos filhos e, em alguns casos, também trabalham na lavoura com os maridos. Assim, pode-se supor que as relações sociais das mulheres são mais restritas ao lar, aos familiares e próximos. Os homens trabalham na lavoura, mas também compram e vendem os produtos, negociam, ou seja, mantêm mais contato com pessoas que não fazem parte da comunidade. Além disso, pelos relatos dos informantes, os homens, mais do que as mulheres, já viajaram para centros maiores. Esses fatores provavelmente também estejam influenciando no comportamento linguístico dos informantes de Mallet, impulsionando o uso da forma inovadora, a elevação da vogal átona final /o/ para /u/, na fala dos homens.

Pode-se dizer, portanto, que a constituição da comunidade, o papel desempenhado por homens e mulheres e as relações sociais decorrentes desses papéis, embora aqui não mensurados, também podem estar interferindo no comportamento linguístico dos homens e das mulheres de nossa amostra.

Considerações finais

Os resultados obtidos em nosso estudo apontam uma probabilidade alta de não elevação da vogal átona final /o/ tanto nos dados de Prudentópolis (89,6%) quanto nos de Mallet (95,8%), que apresentou somente 4,2% de ele-

vação. Observamos ainda que esse percentual de não elevação é significativamente mais elevado que o encontrado em outras localidades da região Sul (Vieira, 2009; Macrhy da Silva, 2009, Limeira, 2013), com exceção do obtido por Mileski (2013) em Vista Alegre do Prata – RS (94,4%), comunidade rural, constituída por descendentes de poloneses e que apresentou um resultado semelhante ao nosso.

As interferências linguísticas que se mostraram relevantes na elevação de /o/ para /u/, tanto em Prudentópolis como em Mallet, foram estas cinco variáveis e respectivas variantes: (i) presença/ausência de vogal alta (presença de vogal alta); (ii) tipo de sílaba (com coda); (iii) ponto de articulação da consoante seguinte (pós alveolar, velar e labiodental); (iv) tipo de consoante/vogal precedente (nasal, oclusiva, rótico e vogal i) e (v) ponto de articulação da consoante precedente (pós-alveolar, labiodental, palatal e alveolar). Estes foram, portanto, os contextos linguísticos favorecedores da elevação analisada.

Quanto às variáveis sociais, verificamos que a etnia ucraniana, as mulheres e os falantes mais jovens da amostra (25 a 50 anos) favorecem a não elevação da vogal /o/, enquanto os descendentes de poloneses e os híbridos, os homens e a faixa etária acima de 50 anos favorecem a elevação da vogal /o/ para /u/ em Mallet.

Concluimos que a maior preservação da vogal átona na fala das mulheres pode estar relacionada ao papel desempenhado por elas na comunidade e às relações sociais decorrentes desses papéis, pois, conforme observamos, nas comunidades em estudo, as relações sociais do sexo feminino são mais restritas aos familiares e a pessoas próximas.

A variável faixa etária foi a única selecionada nas duas localidades analisadas. Os resultados apontam para a preservação da vogal átona final /o/ na faixa etária de 25 a 50 anos em Mallet, mas em Prudentópolis os falantes dessa mesma faixa etária elevaram mais a vogal analisada. Tais resultados nos instigam a efetuar novas análises, com recortes diferenciados na gradação etária,

bem como a realização de cruzamentos entre as variáveis sociais, etapa esta que fará parte do refinamento posterior da análise.

Referências

- BISOL, L. Neutralização das átonas. In: Revista Letras, Curitiba: Editora UFPR, n. 61, p. 273-283, 2003. Edição especial.
- BISOL, L. A Simetria no Sistema Vocálico do Português Brasileiro. In: Linguística - Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto. vol. 5, p. 41-52, 2010.
- BURKO, V. A imigração Ucraniana no Brasil. 2ª Ed. Curitiba. 1963.
- CÂMARA JR., J. M. Estrutura da Língua Portuguesa. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- HANEIKO, V. Uma centelha de Luz. Curitiba: Clero Diocesano Ucraniano no Brasil. Editora Kindra, 1985.
- HAURESKO, J. B. Estudo sócio-linguístico da comunidade ucraniana de Linha Esperança – Prudentópolis – Paraná. Guarapuava-PR: UNICENTRO, 1999. (Monografia de Especialização).
- LABOV, W. Padrões sociolinguísticos. Trad.: BAGNO, M.; SCHERRE, M.; CARDOSO, C. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LIMA-HERNANDES, M. C. Sociolinguística e línguas de herança. In: MOLICA, M.C.; FERRAREZI JÚNIOR, C. (Orgs.). Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2016. p. 97-110.
- LIMEIRA, L. O não alçamento das vogais médias na fala de Curitiba sob a perspectiva da sociolinguística quantitativa. 2013. 88 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- LOREGIAN-PENKAL, L. et al. Banco de dados de fala eslava: discussões metodológicas. In: CAMPIGOTO, J. e CHICOSKI, R. (Orgs.). Brasil-Ucrânia: linguagem, cultura e identidade

de. São Paulo: Paco Editorial, 2013. p. 58-73

LOREGIAN-PENKAL, L.; COSTA, L. T. O fenômeno de não elevação da vogal /e/ na fala de descendentes de eslavos de Mallet, Paraná, Brasil. In: Revista de Letras Norte@mentos, v. 9, n. 20, p. 85-99, 2016.

MACHRY DA SILVA, S. Elevação das vogais médias átonas finais e não finais no português falado em Rincão Vermelho – RS. 2009. 172 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MILESKI, I. A elevação das vogais médias átonas finais no português falado por descendentes de imigrantes poloneses em Vista Alegre do Prata – RS. 2013. 153 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

OGLIARI, M. A manutenção do ensino da língua ucraniana em comunidade bilíngüe português/ucraniano. In: LEFFA, V. J. (Org.). O professor de línguas: construindo a profissão. Pelotas: EDUCAT, 2001.

VIEIRA, M. J. B. As vogais médias postônicas: uma análise variacionista. In: BISOL, L. e BRESCANCINI, C. (org.). Fonologia e variação: recortes do português brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p.127-159.

_____. As vogais médias átonas nas três capitais do sul do país. In: BISOL, L., COLLISCHONN, G. (org.). Português do Sul do Brasil – Variação fonológica. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2009. p.50-72.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

Submissão: Agosto de 2022.

Aceite: setembro de 2022.

O QUE FUI E O QUE SOU: A NARRATIVA “AUTOBIOGRÁFICA”, EM ROBERTO, COMO FORMA DE BUSCA MEMORIALÍSTICA E DESCOBERTA IDENTITÁRIA DE SÉRGIO MILLIET

Maria da Conceição Santos¹

Elane da Silva Plácido²

Resumo: A autobiografia, conforme descrita nas linhas que seguem abaixo, corresponde a um gênero do discurso que apresenta inúmeros contornos e desdobramentos, o que torna a tentativa de uma definição fixa algo escorregadio e flutuante. Sob esse viés, este gênero literário-discursivo é considerado, por muitos críticos, um gênero híbrido, tendo em vista seu caráter flexível no que diz respeito ao rompimento das amarras da referencialidade literária tradicional. Portanto, intencionamos, a partir de alguns recortes da dissertação em andamento que compõe este trabalho, analisar a autobiografia à luz do Pacto Autobiográfico, de Philippe Lejeune. Além disso, tencionamos, aliás, identificar no primeiro capítulo da narrativa Roberto, “Infância”, as marcas autobiográficas que interseccionam Roberto a Milliet. De caráter não conclusivo, o presente artigo, reforçamos, corresponde ao corpus de um estudo em andamento, no qual objetivamos analisar a obra ficcional de Sérgio Milliet (Roberto, 1935) e suas marcas autobiográficas. Isso posto, como resultado preliminar, inferimos que a narrativa Roberto não é uma autobiografia, pois não há a existência do “pacto” de verdade estabelecido entre o autor e seu leitor, no entanto, há o pacto fantasmático no qual, por meio das pistas jogadas ao longo do texto, revelam um sujeito que seria o próprio Sérgio Milliet.

PALAVRAS-CHAVE: Autobiografia. Pacto Autobiográfico. Roberto. Sérgio Milliet. Infância.

WHAT I WAS AND WHAT I AM: THE “AUTOBIOGRAPHIC” NARRATIVE, IN ROBERTO, AS A FORM OF MEMORIALISTIC SEARCH AND IDENTITY DISCOVERY OF SÉRGIO MILLIET

ABSTRACT: Autobiography, as described in the lines that follow below, corresponds to a genre of discourse that has numerous contours and unfoldings, which makes the attempt at a fixed definition slippery and fluctuating. Under this bias, this literary-discursive genre is considered, by many critics, a hybrid genre, in view of its flexible character with regard to breaking the ties of traditional literary referentiality. Therefore, it is intended, based on some excerpts from the dissertation in progress that makes up this work, to analyze the autobiography in the light of the Autobiographical Pact, by Philippe Lejeune. In addition, we intend, in fact, to identify in the first chapter of Roberto’s narrative, “Infância”, the autobiographical marks that intersect Roberto and Milliet. Of non-conclusive character, the present article, it is reinforced, corresponds to the corpus

1 Mestra em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: renatafraga.10@outlook.com;

2 Doutoranda em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: placidoelane@gmail.com

of an ongoing study, in which the objective is to analyze the fictional work of Sérgio Milliet (Roberto, 1935) and its autobiographical marks.

KEYWORDS: Autobiography. Autobiographical Pact. Roberto. Sergio Milliet. Childhood.

Introdução

Não obstante tenha afirmado, na nota prefacial de Roberto, que a narrativa não é autobiográfica, Milliet incorporou à sua escrita muitos elementos desse gênero literário. É patente, para quem conhece alguns aspectos da história da vida de Sérgio Milliet (que, assinale-se, não subscreveu nenhuma autobiografia, e que, até o presente, não foi objeto de nenhuma biografia alógrafa), que a história do protagonista em muito se assemelha à dele. Tal qual Sérgio, Roberto torna-se órfão de mãe muito cedo. Contrariando a vontade do pai, a família materna o encaminha à Europa – mais especificamente à Suíça –, a fim de cursar o ensino secundário e superior, tal como faziam os filhos da oligarquia de então.

Roberto, como Sérgio, se vê, em solo genebrino, às voltas com impasses de ordem econômica e existencial. Com acesso restrito ao dinheiro que lhe era enviado pela família, para assegurar seu sustento teve de muitas vezes lançar mão de atividades singulares (e, pode-se supor, eventualmente ilícitas), dentre as quais sobressai a de dançarino de cabaré.

Insistimos, portanto, que os fatos citados, para além de outros que serão mencionados no decorrer deste artigo são diretamente extraídos da vida de Sérgio Milliet (como atestam diversos registros do memorialístico De ontem, de hoje, de sempre. A eventos de cunho pessoal associam-se igualmente os de caráter histórico, como todo o movimento político que marca o fim da República Velha (do qual Milliet igualmente fez parte).

Como já citado no resumo deste artigo, o material aqui apresentado corresponde a uma pesquisa em andamento, portanto, optamos por justificar o porquê de a narrativa Roberto não se enquadrar no gênero autobiográfico, à medida que identificarmos os elementos autobiográficos correspondentes, apenas, ao primeiro capítulo da narrativa, “Infância”.

“Roberto não é autobiografia”

Roberto não é autobiografia. Nem tampouco romance “à chave”. Evidentemente, resultando de experiências e observações pessoais, muito vividas e sentidas, foram os personagens da narrativa construídos com pedaços de almas verdadeiras. Não são retratos, porém, nem caricaturas. (MILLIET, 1935, p.5)

O prefácio que abre o volume revela como o autor quer que sua narrativa seja lida: como uma obra de ficção exclusivamente, não como um produto das “escritas da si”, sejam elas autobiográficas ou da linha do “romance à chave”.

Quais seriam as características estéticas e/ou estruturais que caracterizariam um texto autobiográfico? Constatar, como brevemente já o fizemos, que Sérgio e Roberto têm múltiplos pontos comuns não é o suficiente para catalogar – e, mais do que isso, lê-la sob essa perspectiva – a narrativa de Milliet em tela como autobiográfica?

O teórico francês Philippe Lejeune indica que, para além de questões composicionais ou estruturais, o que definiria uma obra como autobiográfica seria a existência de um pacto estabelecido entre o autor e o leitor. Antes, porém, de caracterizar esse pacto, Lejeune nos apresenta sua definição de autobiografia.

Para o teórico francês, autobiografia seria “qualquer texto em que o autor parece expressar sua vida ou seus sentimentos, quaisquer que sejam a forma do texto e o contrato proposto por ele” (LEJEUNE, 2008, p. 53). Roberto, num primeiro momento, atende perfeitamente a esse critério, tendo em vista que aquele que lê a nar-

rativa e conhece a trajetória pessoal e intelectual de Sérgio Milliet consegue identificar no texto seus múltiplos contornos autobiográficos, o que respalda a aproximação entre as identidades do autor e do protagonista.

Lejeune (2008), no entanto, segue adiante em sua definição. Para que um texto seja de fato autobiográfico, diz ele, é preciso, essencialmente, que haja identidade entre autor, narrador e personagem, e que o estatuto genérico do texto – no caso, autobiográfico – seja explicitado, configurando-se aquilo que o teórico batiza de pacto autobiográfico. Esse pacto, assegura Lejeune (2008) orienta o leitor e determina a interpretação que este fará da obra que tem em mãos. O pacto autobiográfico, pois, seria uma espécie de acordo, um combinado estabelecido entre autor e leitor. Esse pacto serve, essencialmente, para legitimar a identificação da tríade autor / narrador / personagem, que se dá de diferentes maneiras (e não apenas por meio de indicação no aparato paratextual da obra).

Em Roberto, contudo, esse pacto de leitura não se afirma: Milliet, no prefácio que redigiu para a obra, assegura que a narrativa não é absolutamente autobiográfica. Ao fazê-lo, afirma peremptoriamente que não se justifica nenhuma identificação entre ele, autor, e Roberto, protagonista da história, conquanto tenha, aqui e ali, se inspirado em fatos vividos ou apreendidos.

A identificação da tríade autor / narrador / personagem se faz mediante a explicitação de seus nomes. É preciso, para que haja identificação, que as três figuras tenham o mesmo nome, e que esse nome aluda a uma pessoa real: o próprio autor. Esse não é – como, aliás, já indica o próprio título da obra – o caso de Roberto, em que não há nenhuma coincidência entre as três figuras: autor (Sérgio Milliet), personagem (Roberto) e narrador (posto que a narrativa é narrada em terceira pessoa).

Às vezes, essa identificação não é explicitada, mas ela pode ser sugerida mediante outros recursos: por meio de indicações paratextuais (títulos, preâmbulos, prefácios, dedicatórias...),

ou da menção – no caso de um narrador / protagonista que seja escritor – a obras que tenham sido escritas pelo autor do livro em questão. Além disso, há indicações mais gerais, como a alusão à profissão, a nomes de familiares e amigos ou a acontecimentos importantes de que tenha tomado parte o autor. Tais pistas, ainda que sutis, possibilitam que o leitor associe o narrador-personagem ao escritor. Nesse sentido, abre-se a possibilidade de classificar Roberto como uma obra autobiográfica, visto que alguns nomes citados na narrativa correspondem – ainda que modificados parodicamente – aos de pessoas com as quais o autor de fato se relacionou em sua juventude. Essa identificação, contudo, ainda nos parece forçada, pois a ela ainda falta a caução do pacto.

Lejeune (2008) aponta outros pilares sobre os quais se assentam as narrativas autobiográficas, dentre os quais assinalamos a forma de linguagem (narrativa em prosa, sobretudo), o assunto (a história de vida de uma personalidade), e a perspectiva – retrospectiva – da narrativa. “É uma autobiografia toda obra que preenche ao mesmo tempo as condições indicadas em cada uma dessas categorias. Os gêneros vizinhos da autobiografia não preenchem todas essas condições”, afirma o crítico (LEJEUNE, 2008, p.16). Esses aspectos cristalizam e dão forma àquilo que seria uma autobiografia. No entanto, para além desses aspectos, é preciso que exista, em um primeiro plano, o pacto autobiográfico; em um segundo, a tripla identidade entre autor / narrador / personagem; e, por fim, que a narrativa, em perspectiva retrospectiva, conte a história de vida de um indivíduo de relevo.

Considerado o “pai” do pacto autobiográfico, Lejeune (2008) foi o primeiro a propor a ideia de um contrato previamente estabelecido entre autor-narrador, personagem e leitor. Segundo o pesquisador, em meados da década de 1960, período em que iniciou seus estudos sobre a autobiografia, não existia distinção na forma de recepção de textos autobiográficos e ficcionais, ambos os tipos obedecendo às mes-

mas regras de leitura. Além disso, quanto à autobiografia, considerou-se, por muito tempo, que ela se explicava por si só, resumindo-se a uma subcategoria de discursos históricos que revisitavam a trajetória de alguém, não tendo, portanto, muito valor para os estudos literários. Muitos, aliás, afirmavam que tal gênero não era literário, posto que nele se tornavam secundárias questões relativas à linguagem artística e às reais intenções da arte. Dito de outro modo, a busca pelas “verdades” que circundavam a autobiografia levava necessariamente à saída do campo específico da arte.

Em 1975, Lejeune cunhou o termo “pacto autobiográfico”, no qual afirma que entre a ficção e a autobiografia existe uma linha tênue que assegura entre ambos os gêneros a existência de similaridades e de distinções. De um lado, tem-se o compromisso simbólico assumido pelo autor, que pretende contar a verdade sobre si; de outro, a escrita em si, cujos processo e aspecto em muitos pontos se assemelham aos do texto ficcional.

A autobiografia, para além do que já foi dito, representa sobretudo a possibilidade de se olhar a realidade sob outro prisma, qual seja, o de pensar a própria vida, a cultura compartilhada, o estar no mundo, por intermédio da comparação e da identificação. Tal característica leva à classificação dos estudos autobiográficos como dicotômicos, posto que a obra autobiográfica pode ser lida pelo viés do sujeito que analisa a própria vida mediante a construção de uma narrativa organizada de seu passado ou por um viés mais amplo, social, que teria por objeto os elementos socialmente compartilhados entre o escritor e seus leitores.

Voltemos a Roberto. Essa obra, como já afirmado, enquadra-se em vários dos critérios elencados por Lejeune no que tange à obra autobiográfica, pois o que ali se apresenta é a narrativa aparentemente real e retrospectiva da vida de Sérgio Milliet. A título de exemplo, trazemos aqui aquele que talvez seja o primeiro grande acontecimento da vida do autor, vivido

de forma semelhante pelo protagonista da narrativa: “Roberto perdeu a mãe aos dois anos.” (MILLIET, 1935, p.11). Em seu livro de memórias³, Milliet afirma: “Meu pai [...], viúvo e com filhos pequenos, tinha que os levar consigo para o antigo clube Germania onde os deixava dormindo em cima de um bilhar” (MILLIET, 1962, p.49). Há complementaridade entre as duas passagens, mas tal correlação não assegura, por si, a “verdade” afirmada no primeiro texto, posto que o pacto, como definido por Lejeune, não foi afirmado.

Outro ponto a assinalar é a afirmação subsequente àquela que inicia o prefácio de Milliet – e que, aliás, dá título a esta subseção: “Roberto não é autobiografia. Nem tampouco romance ‘a chave’”. Milliet não apenas diz que sua narrativa não é autobiográfica, mas igualmente assegura que não é um romance a chave, gênero no qual um autor trata, por meio de nomes fictícios, de pessoas e de histórias reais. Ao fazê-lo, o autor dissocia por completo sua narrativa da realidade, inserindo-a plenamente num universo inteiramente ficcional.

No entanto, a literatura já nos deu inúmeros exemplos de narrativas autobiográficas cuja estrutura composicional é própria do romance. Não é nosso intuito estabelecer o histórico dos gêneros narrativos aqui. O que queremos, ao fim e ao cabo, é tão somente dizer que o aspecto composicional – exceções feitas ao emprego de um narrador em terceira pessoa e à não existência da tripla identidade de nomes entre o autor, o narrador e o protagonista – não é um aspecto que sirva como critério para definir se Roberto é ou não uma autobiografia, mas, diferentemente do que pretende nos fazer crer Milliet, talvez nos encaminhe para o rejeitado (pelo autor) gênero do “romance a chave”.

Assim, ainda que um romance seja hipoteticamente baseado na vida real daquele que escreve, sem o “pacto” não há compromisso com

³ Narrativas com natureza de diário, apresentadas em dois volumes (1960 e 1962), nos quais Milliet analisa e descreve passagens de sua vida e obra.

a “verdade”. Esse é, parece-nos, o caso de Roberto, narrativa que evidencia as fraturas internas e existenciais do protagonista, seus desejos, suas frustrações. Muitas dessas características, como atestam os dois volumes de *De ontem, de hoje, de sempre*¹, parecem ter sido extraídas diretamente da vida do autor. Contudo, sem a afirmação do “pacto” de leitura (tal como o propôs Lejeune), Roberto não pode ser considerado genuinamente uma autobiografia. Haveria, para obras como essa, uma classificação própria?

Em Roberto, tem-se um protagonista que precisa superar dificuldades e fraquezas, cuja inquietude só se resolveria com a descoberta do sentimento de pertencimento e da experiência do amor verdadeiro. Milliet não se assume como protagonista, mas apresenta, nessa narrativa, eventos que muito se assemelham àqueles mencionados em sua obra memorialística.

Quando atribui sua própria identidade ao narrador e personagem principal, um autor dá o primeiro passo rumo ao pacto, firmado com o leitor, por meio do qual assumiria a responsabilidade de contar sua vida de forma autêntica. Dizemos tão somente “primeiro passo”, pois haveria outros, dentre os quais a inserção, no aparato peritextual da publicação, da rubrica “autobiografia” (como subtítulo remático, por exemplo), na ausência da qual se poderia pensar, caso houvesse a tripla identidade autor / narrador / protagonista, no subgênero “autoficção” (tal como o definiu Doubrovsky, em 1977, no prefácio a seu romance *Fils*). Por outro lado, no universo dos estudos de textos que contemplam as “escritas de si”, menciona-se ainda o “pacto romanesco”, que acontece, para Lejeune (2008), quando sobressaem dois aspectos, a “não-identidade”, isto é, o autor e o personagem não têm o mesmo nome, e o “atestado de ficcionalidade”, geralmente sob forma de subtítulo remático (“romance”). Em obras em que o nome do protagonista não coincide com o nome do autor na capa, como é o caso de Roberto, mas cuja história se assemelha à do próprio autor, Lejeune (2008) afirma haver um “pacto fantasmático”,

uma forma indireta de pacto autobiográfico que convida o leitor a ler esses romances não apenas como ficção, mas também como fantasmas que revelam um indivíduo. Nesta modalidade de pacto, o acordo com o leitor se dá com o distanciamento entre o autor, o narrador e o protagonista, por meio da diferença entre os respectivos nomes, mas também por meio de informações paratextuais que corroboram com o caráter ficcional da obra. Haveria, em Roberto, a existência de um “pacto fantasmático”?

Chegamos, portanto, à seguinte condição: as razões pelas quais Roberto não é uma autobiografia são sobrepostas no plano de sua estrutura. Todavia, o fato de um texto não ser publicado como autobiografia não é forçosamente uma condição limitante para que não seja lido como tal. Do mesmo modo, nada impede que, em determinadas circunstâncias, uma autobiografia seja lida como um romance. Em nosso estudo, a autobiografia define-se nos campos da intencionalidade do autor e do “pacto” deste com o leitor, na forma de recepção. Assim, sustentamos a hipótese de que Roberto possa ser lido ora como um romance sobre a trajetória formativa do jovem Roberto (ou seja, como um “romance de formação”), ora como autobiografia de Sérgio Milliet. No entanto, insiste-se, por não haver o “pacto” de leitura com a realidade presente dentro e fora da narrativa, Roberto não é autobiografia, embora possa ser lida como tal, a depender das intenções e da perspectiva do leitor.

Na tentativa de validarmos a ideia de que Roberto pode ser lido na chave autobiográfica (independentemente da ausência formal do “pacto”), partiremos da hipótese de que na narrativa existe um pacto fantasmático que, por meio das pistas jogadas ao longo do enredo (acontecimentos idênticos vividos pela personagem Roberto e por Milliet; mesmas marcações de datas e fatos históricos), revelam um sujeito que, possivelmente, seria o próprio Sérgio Milliet. Porém, para a apresentação deste artigo, conforme já citamos, analisaremos, apenas,

os aspectos autobiográficos encontrados na infância de Roberto que ressoam com a de Sérgio Milliet.

As passagens que mencionaremos serão apresentadas em sua ordem cronológica, tendo em vista que nos dois volumes de *De ontem, de hoje, de sempre*, subintitulados *Amigos, Amiga e Recordações com desvanecios* (1960 - 1962) - os quais fundamentam as comparações e identificação aqui tecidas -, Milliet não se preocupa em apresentar os fatos que estão sendo narrados de forma linear, mas como eventos que surgem espontaneamente em sua memória.

Infância

O ato de lembrar e revisitar memórias é sinônimo de recriar e ressignificar experiências passadas com os olhos do presente, segundo nos indica Maurice Halbwachs em *Memória coletiva* (1968). Ao pensar-se a inserção dos estudos memorialísticos na narrativa autobiográfica, convém que se fale do conceito de memória.

Para Halbwachs, “a memória individual existe dentro do universo da memória coletiva, pois “o que seria desse eu senão fizesse parte de uma comunidade afetiva, de um meio efervescente, do qual tenta se afastar no momento em que se recorda”? (HALBWACHS, 1968, p. 14).

Assim, a memória de um indivíduo seria constituída a partir das memórias dos diferentes grupos sociais dos quais ele participa e sofre influência, como a família, a igreja e os ambientes educacionais que frequenta. É possível, partindo do conceito de dialogismo, dizer que a memória é, assim como os enunciados componentes de um discurso, dialógica, tendo em vista que, ao propor a existência de mais de uma memória (falaremos aqui de apenas duas, a individual e coletiva), Halbwachs nos faz entrever a aventura pessoal da memória não como um evento essencialmente individual – posto que, na verdade, nunca estamos sós –, mas coletivo, ainda que se trate de um evento em que só nós estivéssemos envolvidos e dos quais fizessem parte objetos

que somente nós vimos.

(...) para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum [...]. (HALBWACHS, 1968, p. 39)

Portanto, a memória individual funciona como uma extensão da memória coletiva, isto é, o indivíduo se constitui enquanto sujeito a partir de suas relações com o meio. Logo, no universo de estudos das narrativas autobiográficas é possível analisar tanto os fatos que formam o sujeito enquanto indivíduo quanto seus modos de significação em relação ao(s) outro(s) e com os espaços nos quais transita. Partindo desse conceito de memória cunhado por Halbwachs, podemos pensar Roberto como um desmembramento das memórias de Milliet, tendo em vista que a narrativa apresenta ao leitor um personagem que, internamente falando, possui muitas convergências com o próprio Milliet, seja na personalidade, seja no desejo consistente de conhecer a si mesmo. Além disso, o autor cita muitos acontecimentos e nomes, bem sugestivos, no sentido de fazer o leitor especular que ele está falando de si, ainda que não tenha revelado essa verdade por meio de um pacto.

Algumas dessas similaridades entre criador e criatura já se apresentam no primeiro capítulo da obra, “Infância”, quando o narrador assim afirma: “Na manhã chumbada de mormaço, as chaminés inclinadas do Arlanza fumavam nostalgicamente [...]” (MILLIET, 1935, p. 31). Tal passagem trata da viagem de Roberto, ainda criança, à Europa. O que nela nos chama a atenção é o nome do navio, Arlanza, que, coincidentemente ou não, é o nome do navio em que Milliet viajou, em 1912, rumo ao continente europeu. Esse acontecimento é assim retratado em *De ontem, de hoje, de sempre*:

[...] Já agora é de avião que faço a travessia: uma noite de belergal e pronto. Nenhuma sensação, nenhuma emoção. O que eu gostava mesmo era dos navios. Do primeiro, o “Arlanza”, dos meus treze anos, mal me lembro. Ficou dessa viagem tão somente a recordação de uma menina bonita que eu contemplava gulosamente, de longe. Eu acordava às pressas para a vida, fumava escondido e arquitetava planos complicados que me dessem a possibilidade de me encostar em plena adolescência [...]” (MILLIET, 1962, p.44)

Há ainda, nesse excerto, outro ponto que merece atenção: Milliet refere-se, em relação à primeira viagem, a uma “menina bonita que ele contemplava gulosamente, de longe”. Essa menina mencionada por Milliet assemelha-se àquela citada pelo narrador de Roberto que, tal e qual à garota mencionada nas memórias do autor, tampouco é nomeada na narrativa. Na narrativa, porém, a personagem é, em sua descrição, sexualizada pelo narrador (que a descreve pela perspectiva dos olhos maliciosos de Roberto):

Os lindos dias de sol e de mar calmo, ele os passava com as meninas e os meninos de bordo. Entre elas havia uma que desde o começo dele se aproximara com simpatia ingênua e boa. Brotara nela uma amizade sincera por Roberto, amizade que encobria uma admiração descabida e se externava em gestos carinhosos. Porém se a malícia não ditava as atitudes da mocinha gorducha de olhos negros, a mais ardente sensualidade desabrochava ao seu contato na alma ríspida de Roberto. (MILLIET, 1935, p. 33)

Do segundo volume de *De ontem, de hoje, de sempre* extraímos uma passagem que merece ser comentada:

Só que, quando voltei da Europa, poucos me entenderam em minha terra. Já citei alguns. Poemas Análogos eram demasiado secos dentro da linha futurista e Roberto não perturbava ninguém com seus problemas por demais complexos. (MILLIET, 1962 (p. 111)

Nota-se, aí, uma ligeira autoidentificação entre criador e criatura. Milliet, ao que parece, tenta mostrar ao leitor que entre sua vida e a de seu personagem a diferença é tênue. Ambos são apresentados como indivíduos incompreendidos e não aceitos em seu meio, sujeitos deslocados e desejosos por identificação e pertencimento.

As marcas de identificação entre autor e personagem principiam, como já assinalado, pela questão da orfandade. Roberto, assim como Sérgio, ficou órfão de mãe aos dois anos de idade. Milliet não se refere diretamente a tal acontecimento em suas memórias, até mesmo pelo fato de que era ainda bebê quando sua mãe veio a falecer, não tendo, por conseguinte, lembranças dela. Assim se refere a esta fase da vida dele a pesquisadora Patricia Gonsales, em seu livro intitulado *Sérgio Milliet e a metrópole paulistana* (2016): “Sérgio Milliet da Costa e Silva nasceu em 20 de setembro de 1898. Órfão de mãe desde pequeno, passou seus primeiros anos aos cuidados das tias por parte da mãe, em um casarão da Avenida Paulita. Mais tarde, passou a viver com o pai, Fernando da Costa e Silva.” (GONSALES, 2016, p. 23). Em Roberto, lê-se:

Roberto perdeu a mãe aos dois anos. Falecera ao completar os vinte e fora uma senhora sonhadora e frágil [O viúvo moço, passados o primeiro choque e o natural desamparo, abandonou a criança, a sogra e partiu. Durante três anos deambulou pelo interior do Estado] O que era de se esperar aconteceu. No sossego entediado das cidadezinhas mortas, o pai enroscou-se numa morena de olhos fundos. Voltou a São Paulo. Desabrochou o sentimento de paternidade. Lembrou-se do filho. E finalmente se convenceu de que era sua obrigação chamá-lo para junto de si, agora que fundara novo lar. (MILLIET, 1935, p.11 e 15)

Roberto e Sérgio, portanto, tornaram-se órfãos muito cedo, e viveram a primeira infância sob os cuidados das tias e da avó materna.

Outro acontecimento importante da infância de Roberto que encontra similaridade na

biografia de Milliet diz respeito à perda da avó materna. No romance, lê-se:

A morte da avó foi o primeiro drama da vida recolhida do menino. A única válvula por onde se extravasava uma gota tênue de carinho se entupiu. Sua alma fechou-se e a fonte de sentimentalismo, jogando continuamente novas águas no lago, principiou de provocar torvelinhos e convulsões que doíam, doíam. (MILLIET, 1935, p. 12)

No segundo volume do livro de memórias, Milliet escreve: “De minha primeira infância vivida com outros tios, guardo poucas lembranças. Recordo a morte da minha avó” (MILLIET, 1962, p. 50). A lembrança da morte da avó materna atesta o quão significativo foi esse acontecimento em sua vida, mas o fato não é rememorado em pormenores. Em *Roberto*, a emoção gerada pela perda da avó do personagem é detalhada pelo narrador, que apresenta ao leitor a imagem de um menino desolado ante essa triste realidade.

Alberca (2013), em seu estudo supracitado, trata de uma possível transição do romance autobiográfico para a autobiografia ficcional. Nesse último gênero, ver-se-ia a fusão entre romance com biografia ou memória documentada, o que criaria no leitor a ilusão de que o narrador-protagonista é o verdadeiro autor da obra. Entretanto, *Roberto* também não se enquadraria nos moldes de uma autobiografia ficcional, pois o romance não tem por narrador uma voz em primeira pessoa, condição indispensável para que se acrescente a partícula “auto” à categoria biográfica.

Um outro detalhe de natureza autobiográfica encontrado no capítulo relativo à infância de *Roberto* diz respeito à performance artística do pai, dançarino de talento. O narrador, ao abordar a infância do personagem criado sem mãe e sem os afetos do pai, afirma o seguinte:

O viúvo moço, passados o primeiro choque e o natural desamparo, abandonou a criança, a sogra e partiu. Durante três anos deambulou pelo interior do Estado sua amabilidade sorridente e sua verve de viajante endomingado. Bailarino exímio, era de todas as festas e de todos os namoros. (MILLIET, 1935, p. 11 - 12)

De forma simétrica, em suas memórias Milliet parece fazer alusão a esta passagem ao descrever o pai, cujos traços nos lembram o pai do personagem da narrativa publicada em 1935.

Meu pai adorava jogar boliches tomando vinho do porto. Viúvo e com filhos pequenos, tinha que os levar consigo para o antigo clube Germania onde os deixava dormindo em cima de um bilhar enquanto se divertia. Era dançarino exímio, campeão de valsa, e amador apaixonado de corridas de cavalos. Mas só era boêmio para essas coisas. Fora do boliche, da valsa, do prado, era bem um filho de português, honesto, trabalhador, nada brilhante, nem muito culto. (MILLIET, 1962, p. 49)

Sobressai nas duas citações, o modo pelo qual Milliet e o narrador de *Roberto* se referem ao talento do pai: “bailarino” / “dançarino” “exímio”. Os termos são praticamente os mesmos, o que indubitavelmente reforça a ideia de que Milliet é motivado, ao construir a personagem paterna da narrativa *Roberto*, pela imagem do próprio pai.

Encerramos esta subseção trazendo dois outros aspectos presentes na infância de *Roberto* que problematizam o real e ficcional na escrita millietiana. Um deles, inclusive, é narrado por Milliet em seus dois volumes de memórias: é a passagem em que o autor descreve um momento traumático em sua vida, quando, pela primeira vez, sentiu o seu ego masculino ainda em formação despedaçar-se ante o comentário de uma menina, que o fez sentir-se humilhado e querer fugir de si mesmo. Eis as duas versões do fato, nas obras memorialística e ficcional:

Desse bairro de minha infância, o traço mais discernível e que me fere sempre que me volta à mente é o de ter dito, de uma feita, um palavrão ao moleque, diante de uma menina que se achava à janela de uma casa próxima. Ela olhou-me com espanto e correu para dentro gritando; xi, mamãe, que nome feio! Senti-me horivelmente humilhado, corei de vergonha e nunca mais passei por aquele lugar. Um gosto acre de lama ficou-me na boca e, igualmente, certa ojeriza pelas anedotas grosseiras, sujas, com que se comprazem de costume os meninos teludos. Custou-me muito a vencer essa repugnância que ameaçava criar em mim um complexo de inferioridade. (MILLIET, 1960, p. 217-218)

Adiante, no segundo volume do livro de memórias, Milliet cita esse mesmo acontecimento e vai além: ele próprio deixa escapar que Roberto é, em larga medida, um decalque de sua experiência, e cujas peripécias foram narradas num “romance de adolescente” que não pretendia reeditar. A ausência de pacto, nesse cotejo, pode ser compensada pela narrativa biográfica, que, aqui, é lida em chave paratextual. Se há romances que se apresentam como autobiografias, por que não reconhecer que autobiografias possam ser escritas como romances? Observa-se que o autor não se dá o trabalho de recontar sua história: ele pura e simplesmente faz uma autocitação, extraída não de um texto biográfico, mas de uma obra ficcional!

Agora, na mesa 5 do Paribar, meu primo torto Teixeira Orlandi lembra-me uma coisa que sempre procurei esquecer: ter sido caixeiro da Casa Enxoval. Conteí a história nesse romance de adolescente a que chamei *Roberto*. Como nunca será reeditado, mesmo porque não me interessa que o seja, repito aqui o que senti. “Tinham-lhes dado ordem de entregar um tapete. Um na frente, outro atrás. Toc, toc, pelas calçadas cheias sol. Voltaram juntos chutando pedrinhas e apostando quem as enviaria mais longe. A certa altura, porque houvesse discutido com o companheiro ou simplesmente por brincadeira, para mostrar-se senhor da situação, Roberto gritou: “Vá à m...” No mesmo instante, da janela de uma casa vizinha, partiu uma exclamação horrorizada: “Ih

... que nomes, mamãe ...” Era uma menina de grandes olhos esbugalhados. Num relance, Roberto sentiu a ação feia. Viu-se desprezado pela menina desconhecida, tão loura, tão linda. Lá dentro alguém tocava piano. Passaram-lhe pelo espírito as palavras da tia sobre a mãe. Imundou-o então uma sensação forte de repugnância por si mesmo. Uma vergonha incomensurável. Pegou o braço do moleque: “Vamos, vamos embora”. (...) Teve sua primeira insônia e a vaga impressão de que o incidente do dia representava um pecado inexpiable. (MILLIET, 1962, p. 110)

Por fim, citamos o último traço de similaridade que pretendemos mostrar nesta subseção, em que, mais uma vez, se revela uma suposta unidade identitária entre Roberto e Sérgio, identidade que, baseando-se nos estudos sobre a pós-modernidade de Stuart Hall (2015), seria descentralizada e deslocada, constantemente transformada pelas interferências do meio. Ambos seriam sujeitos em trânsito, cujas identidades incompletas se revelam em movimento, em constante transformação.

Franzino em criança, metia-me em brigas, apanhava, fugia por vezes chorando de ódio, mas revoltando-me contra o medo tornava à luta na primeira oportunidade. Em casa, não compreendiam minhas atitudes nem eu me dava ao trabalho de explicá-las. Já um imenso orgulho me impedia de prestar atenção a recomendações e admoestações. Reconhecia-me mais tarde em meu filho; nada no mundo – castigo ou pancada – obrigaria a fazer o que não quisesse. (MILLIET, 1962, p. 25)

[...] Meu pai cansou de bater e não chorei, ou melhor, só chorei depois, quando me vi sozinho assim. (MILLIET, 1962, p. 82)

De modo similar, acreditamos que a passagem abaixo, extraída de *Roberto*, alude às lembranças supracitadas. Tal como Milliet afirma ter sido um garoto difícil de lidar ou de deixar-se seduzir por sentimentalismos, mascarando sua dor, o narrador de *Roberto* assim se

refere ao caráter do pequeno Roberto:

Um motivo fútil qualquer Roberto soltou quatro desaforos na cara do patrão. Foi despedido. Seu pai recebeu a notícia carrancudo. Emitiu sentenças graves, decisivas, sobre obediência e disciplina. Berrou uma descompostura irritada e, sentindo no filho reprovação colérica embora muda, bateu-o. Roberto não chorou. Fechou os punhos e aguentou. Acabaram-se afinal as chicotadas. O velho saiu do quarto:

– Não tem vergonha. Nem sequer chorou.

Sentado na cama, alquebrado, Roberto ouviu subir com o primeiro soluço abafado, de dentro de sua solidão, um aplauso orgulhoso e demorado. (MILLIET, 1935, p. 23-24)

São numerosas e variadas as intersecções entre Sérgio e Roberto no que tange à vivência infantil. Cabe ao leitor discernir essas intersecções, distinguindo, todavia, as fronteiras do “ser” e as da “representação do ser”, posto que os limites entre autobiografia, autoficção e romance autobiográfico se constroem justamente na e pela densidade simbólica desta relação entre o real e o fictício.

Conclusão

Depreende-se, portanto, que o fato de um texto não ser publicado como autobiografia não é forçosamente uma condição limitante para que não seja lido como tal. Do mesmo modo, nada impede que, em determinadas circunstâncias, uma autobiografia seja lida como um romance. No estudo aqui proposto, a autobiografia se configura no campo das intenções do autor, do “pacto” deste com o leitor e, ainda, na forma de recepção. Assim, sustentamos a hipótese de que Roberto possa ser lido ora como um romance sobre a trajetória formativa do jovem Roberto (ou seja, como um “romance de formação”), ora

como uma autobiografia de Sérgio Milliet. No entanto, insiste-se, por não haver o “pacto” de leitura com a realidade presente dentro e fora da narrativa, Roberto não é autobiografia, embora possa ser lida como tal, a depender das intenções e da perspectiva do leitor.

Vale, neste momento, destacar que os aspectos autobiográficos identificados na infância de Roberto interseccionam com a infância de Sérgio Milliet, ainda que não exista o pacto autobiográfico proposto por Lejeune (2008). Entretanto, para além da existência do “pacto autobiográfico”, o autor, de forma simétrica, nos convida a pensar na existência também de um “pacto romanesco” que pode acontecer em dois movimentos, a saber: “[...] prática patente da não-identidade(o autor e o personagem não têm o mesmo nome), atestado de ficcionalidade (é, em geral, o subtítulo romance, na capa ou na folha de rosto [...])” (LEJEUNE, 2008, p.27). Levando em consideração os dois aspectos citados para a ocorrência do “pacto romanesco”, prática patente da não-identidade e atestado de ficcionalidade, destacamos que em Roberto existe a prática patente da não-identidade, haja vista que o nome do autor não é o mesmo nome do protagonista, do mesmo modo que existe também o atestado de ficcionalidade, uma vez que na folha de rosto há o subtítulo narrativa. Isso significa dizer que para Lejeune - em obras cujo o nome do personagem não é o mesmo do autor na capa, contudo a história narrada converge à do próprio autor -, existe dentro do “pacto romanesco” um outro pacto, o chamado “pacto fantasmático”, do qual falamos no decorrer deste trabalho. Nesta extensão de pacto, ocorre o movimento inverso do “pacto autobiográfico”, isto é, o leitor irá realizar a leitura dos romances ou narrativas não apenas como ficções validadas, mas também como fantasmas que encaminham para uma identificação: a identificação de um possível “sujeito autobiográfico”.

Vale, assim, oferecer ao leitor a hipótese de leitura que parte do pressuposto de que em Roberto, de fato, não existe o “pacto autobio-

gráfico”, mas existe o “pacto romanesco” ou o “pacto fantasmático”. Focaremos nesta última definição, tendo em vista que a obra também não é assinada como romance, mas como narrativa. Desse modo, insiste-se, na narrativa Roberto, há a presença de um “pacto fantasmático”, no qual o único pacto estabelecido é o do distanciamento entre o autor, o narrador e o personagem principal, por intermédio das distinções entre os nomes e, sobretudo, das informações contidas nos paratextos. Logo, Roberto não é autobiografia, muito embora a infância do protagonista, conforme vimos, traga aspectos simétricos à trajetória infantil de Sérgio Milliet.

REFERÊNCIAS

ALBERCA, M. *El pacto ambíguo y la autoficción*. In: MELLO, A. M. L. (Org.). *Escritas do eu: introspecção, memória, ficção*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

GONSALES, Patrícia Cecília. *Sérgio Milliet e a metrópole paulistana: crítica, urbanismo e cultura*. 1.ed. São Paulo: Editora Mackenize, 2016.

HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. 2.ed. Tradução Laurent Léon Schaffter. Presses Universitaires de France. Paris, França, 1968.

LEJEUNE, P. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MILLIET, Sérgio. *Roberto*. 1.ed. São Paulo: Nicolini e CIA, 1935.

MILLIET, Sérgio. *De ontem, de hoje, de sempre: Amigos, amiga*. 1.ed. São Paulo: Martins editora, 1960.

MILLIET, Sérgio. *De ontem, de hoje, de sempre: Recordações com desvaneios*. 1.ed. São Paulo: Martins editora, 1962.

Submissões: bril de 2022.

Aceite: agosto de 2022.

A FORMULAÇÃO DO SUJEITO MISSIONEIRO NAS CANÇÕES NATIVISTAS: ESPAÇO DE HISTÓRIA E DE MEMÓRIA

Mirela Schröpfer Klein ¹

RESUMO: No presente artigo, propomos analisar o processo de formulação do sujeito missioneiro a partir do que se canta sobre as Missões do Rio Grande do Sul (RS). O nosso corpus constitui-se de sequências discursivas das letras de músicas presentes no disco Os quatro troncos missioneiros, as quais fazem referência à história da região das Missões, a fim de observarmos de que modo ocorre e quais as particularidades do processo de identificação do sujeito missioneiro, a partir do que se canta sobre as Missões do Rio Grande do Sul. Para tanto, filiamo-nos à teoria da Análise de Discurso pecheuxtiana, tal como desenvolvida no Brasil atualmente, observando a constituição do sujeito missioneiro, seu processo de identificação e também os espaços de memória e história que são referenciados.

Palavras-chave: Missões; Música; Sujeito; Identificação.

The formulation of the missionary subject in the nativista songs: space of history and memory

ABSTRACT: In this article, we propose to analyze the process of formulating the missionary subject from what is sung about the Missions of Rio Grande do Sul (RS). Our corpus is made up of discursive sequences of the lyrics of the songs present in the album Os quatro troncos missioneiros, which refer to the history of the Missões region, in order to observe how it occurs and what are the particularities of the subject identification process. missionary, from what is sung about the Missions of Rio Grande do Sul. For that, we join the Pecheuxtian Discourse Analysis theory, as it is currently developed in Brazil, observing the constitution of the missionary subject, his identification process and also the memory and history spaces that are referenced.

Keywords: Missions; Music; Subject; Identification.

¹ Doutoranda em Letras, ênfase em Estudos Linguísticos, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). mirelaklein0@gmail.com.

O presente artigo foi elaborado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de financiamento 001.

Palavras iniciais...

“Sou missioneiro das barrancas do uruguai,
me sinto o dono do mundo quando escuto um sapucaý”

(Emerson Gottardo em Das Barrancas do Uruguai)

“Os quatro são missioneiros,
Unidos num mesmo abraço;
São tentos do mesmo laço,
Brasas dos mesmos braseiros,
Chispas dos mesmos luzeiros,
Que onde um vai o outro vai.
Nenhum pesar os contrai
Nem desencanto nem mágoa;
Os quatro beberam água
Nos remansos do uruguai.”

(Os Quatro Troncos Missioneiros²)

Discutir a temática missioneira, um tema multifacetado e no qual ocorrem divergências entre seus estudiosos, tem sido de grande valia para entendermos um pouco mais o funcionamento e a construção de nossa história. As Missões no Rio Grande do Sul consistem, atualmente, em uma delimitação de espaço geográfico regional, localizadas no noroeste do estado e com um fator atípico e em crescente no setor do turismo. Mas, para além da geografia e do setor econômico, caracteriza-se como espaço de cultura, memória e história.

A história do período jesuítico na região, está bastante atrelado à instalação da cultura europeia no estado, sendo uma das cidades do período (São Nicolau/RS), considerada como a Primeira Querência do Rio Grande. Além do mais, as Missões do RS apresentam uma riqueza de material antropológico, com ruínas (sendo a mais conhecida e preservada delas a de São Miguel das Missões) e museus. Assim, toda a sua história preservada na memória de seus moradores e materializada em objetos e resquícios do período, ainda ressoa nos dizeres de e sobre as Missões, nos enunciados dos moradores locais,

nas músicas, poesias e na estrutura das cidades³.

Segundo o que destaca Tau Golin (2014, p. 11),

As Missões tinham sido o exemplo histórico de ruptura da continuidade do domínio colonial na região e da construção de uma via alternativa, baseada na propriedade coletiva dos Povos, constituídos através das alianças entre as famílias extensas indígenas sob a orientação geral da Companhia de Jesus.

O que hoje entendemos como a região das Missões, constituía a Província Jesuítica do Paraguai, uma unidade administrativa do Reino da Espanha que se estendia por países como o Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai. Ao todo, haviam 30 povos (ou seja, 30 reduções jesuíticas), 23 destes localizados na margem direita do rio Uruguai e sete localizados na margem esquerda – os quais se destacam, atualmente, como os 7 povos das Missões (trazemos aqui para ilustração a cidade de São Miguel das Missões, a mais conhecida e patrimônio mundial de preservação da UNESCO) (GOLIN, 2014).

As Missões, como já dito, hoje são discutidas como um período multifacetado: a leitura feita deste período da história e o seu entendimento causam divergências. Estas divergências estão basicamente centradas na compreensão e em uma delimitação da história (a qual não concordamos) entre boa e ruim. Há, porém, leituras que buscam compreender o processo de formulação das reduções como são: um contexto sócio-histórico. Muitas destas leituras estão embasadas em conceitos religiosos que atravessam, em especial, o discurso dos moradores locais. Ou seja: o sujeito missioneiro.

Vimos trabalhando, durante nosso percurso enquanto sujeitos pesquisadores, sobre a

2 Música completa disponível em: [Youtube](https://www.youtube.com/watch?v=...).

3 Todas as cidades que compõem as Missões/RS apresentam, em suas entradas, uma cruz missioneira. Também, em diversas delas, a presença da arquitetura missioneira é presente em pontos da cidade, como em quiosques de informações, museus, bibliotecas, onde tenta-se replicar construções antigas do período.

formulação e circulação do discurso sobre a história da região das Missões do Rio Grande do Sul (RS)⁴. Nesse percurso que envolve afetos e pesquisas – e, por que não, (re)conhecimento da história –, algo tem nos inquietado de maneira bastante singular, a saber: a formação da identidade do sujeito missioneiro e os processos de identificação desse sujeito. Seja pelos versos das músicas, pelas características de levar a cultura missioneira ou apenas pela identificação com a região, o enunciado ser missioneiro carrega consigo diferentes formas de compreensão.

Mas, afinal, o que ressoa quando é dito: sou missioneiro? O que ressoa quando identificamos uma música como uma Música Regional Missioneira? Compreendemos que há, em jogo, diferentes efeitos de sentido, que perpassam o sujeito – identificado como missioneiro, quase em paralelo ao gaúcho, mas, ao mesmo tempo, em contraidentificação ao sujeito brasileiro. Esses processos de formação podem ser observados através da literatura, da música, de obras de arte e diversos outros meios que demonstram a identificação dos sujeitos em relação às Missões. A figura do gaúcho é sempre emblemática e propõe reflexões, sendo possível desenvolver diferentes questionamentos acerca do que significa ser gaúcho⁵. Do mesmo modo, para nós, é o sujeito missioneiro e a sua identificação que propõem reflexões e diferentes questionamentos acerca da história, da memória e da ideologia que circundam o seu processo de formação.

Para o desenvolvimento deste artigo, mobilizamos a formulação da constituição dessa identidade missioneira a partir das músicas dos Quatro Troncos Missioneiros, sendo eles: Jaime Caitano Braun, Cenair Maicá, Pedro Ortaça e Noel Guarany. Estes, por meio das letras de músicas e diversas poesias, buscam retratar o que é ser missioneiro e contar um pouco sobre a his-

tória das Missões do RS. Interessa-nos, aqui, a reflexão em relação às letras de suas músicas e o efeito de construção da imagem do sujeito missioneiro.

Para efeitos de construção de nossas reflexões: a compreensão do conceito de sujeito

Apresentando-se como um dos conceitos basilares para a constituição da perspectiva teórica da Análise de Discurso, doravante AD, a compreensão do que representa o sujeito para a teoria e para o discurso, muitas vezes, não é um trabalho fácil e tão simples quanto parece. Retomando o que afirma Orlandi (2015, p. 15), “não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia”, propomo-nos a compreender o sujeito enquanto uma posição, uma posição-sujeito, assumindo, em espaços divergentes, diferentes posições.

Mas, antes de começarmos a delimitar o que entendemos como sujeito através dos pressupostos teóricos e metodológicos da AD, gostaríamos de trazer o que assegura Maria Cristina Leandro Ferreira (2010, p. 4), em seu texto *Análise Do Discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso*,

Para tratar do sujeito, é preciso puxar também os fios da linguagem e da ideologia, que se encontram imbricados na mesma urdidura. Esse ponto de entrelaçamento que forma nós comuns que se sustentam uns aos outros marca o terreno próprio da análise de discurso nos moldes em que foi concebida por filósofos, psicanalistas e lingüistas. Talvez seja justamente essa mistura tão instigante que distinga essa abordagem discursiva das demais correntes lingüísticas, quer textuais ou, até mesmo, as que também se denominam discursivas.

Essa citação da autora apresenta um pouco da complexidade que é compreender o conceito de sujeito para a AD, visto a necessidade de mobilização de diferentes conceitos para que

4 Conferir nosso trabalho de dissertação disponível em: [Repositório UFSM](#).

5 Para saber mais sobre o assunto, consultar: [PETRI, 2004](#); [POMMER, 2008](#); [BRUM, 2005](#); [Movimento Tradicionalista Gaúcho](#); *Releituras da História do Rio Grande do Sul* (2011)

sejam tratados, de forma adequada, os fios da linguagem e da ideologia que o constituem.

Se partimos do ponto de que os fios da linguagem, da ideologia e do sujeito se vinculam, podemos destacar que sentido e sujeito são definidos como “efeitos de práticas discursivas necessariamente ideológicas” (BECK; ESTEVES, 2012, p. 139). E, considerando esses efeitos e a interpelação ideológica que compõem o sujeito, Pêcheux (2014, p. 149) afirma que

[...] o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece ‘a cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas.

Essa colocação remete-nos ao que gostaríamos de tratar ao pensarmos em um processo de formulação do sujeito missioneiro: a identificação que ocorre. É possível observarmos que quando falamos da formulação de um sujeito missioneiro, este se constitui ideológica e historicamente a partir de um processo de identificação, seja com a arte, a cultura ou a história missioneira. Chamamos de processo, visto que há sempre uma gama de formulações possíveis para a constituição desse sujeito – tal como Beck e Esteves (2012) trazem os processos de identificação, contraidentificação, desidentificação e superidentificação, com base no exposto por Pêcheux (2014)

Por meio desses processos de identificação, observamos o funcionamento do bom sujeito (com a identificação plena), em que, segundo Beck e Scherer (2008, p. 171), nesta modalidade, “este se identifica com a formação discursiva e ideológica à qual se encontra assujeitado. Essa identificação se dá de modo inconsciente, pois, para Pêcheux, a ideologia tem como característica encobrir seu próprio funcionamento.” Assim, entendemos que quando o sujeito, mesmo que

inconscientemente, não faz questionamentos à ideologia (ou formação discursiva) que está interpelado, ele identifica-se plenamente com esta ideologia, reproduzindo de maneira total o discurso.

A fim de compreendermos melhor, consideramos a condição proposta por Pêcheux (2014) como a forma-sujeito do discurso. Assim, retomamos o dito do autor: “há o processo da interpelação-identificação que produz o sujeito no lugar deixado vazio” (PÊCHEUX, 2014, p. 145, grifos do autor). Sobre a interpelação, Althusser (2008, p. 210), especialmente em sua obra *Sobre a reprodução*, traz à baila que “toda ideologia existe pelo sujeito e para os sujeitos. [...] a ideologia só existe para sujeitos concretos (eu e você) e esse destino da ideologia não é possível a não ser pelo sujeito: entendamo-nos, pela categoria de sujeito e seu funcionamento”.

Desse modo, entendemos que a ideologia funciona através de uma via que garante

[...] a) a interpelação, b) a submissão do sujeito, c) o “recobrimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito, e entre os próprios sujeitos, e finalmente o reconhecimento de cada sujeito por si mesmo” [...] e d) a segurança absoluta de que tudo anda bem desse modo, desde que os sujeitos se autorreconheçam e se conduzam em conformidade. (BECK, SCHERER, 2008, p. 172)

Quando pensamos acerca dessa produção, podemos associá-la à forma como o sujeito, interpelado ideologicamente, identifica-se com seu entorno, uma vez que, como destaca Althusser (2008, p. 219), o “reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito, e entre os próprios sujeitos, e o reconhecimento do sujeito por si mesmo” e, dessa forma, são considerados como constituinte das formações discursivas (doravante FD) o reconhecimento pelos sujeitos de determinada FD, na qual os sujeitos se identificam e inserem.

Para refletirmos acerca da constituição do sujeito missioneiro, veremos o funcionamento do bom sujeito e de sua identificação plena. Esse

processo de identificação ficará bastante marcado ao observarmos a constituição do sujeito missioneiro. Uma identificação plena, conforme Pêcheux (2014), é quando os sujeitos participantes e identificados com essa FD assumem os interditos e os incorporam em seus enunciados – de maneira inconsciente, destacando a importância que, para eles, apresentam-se nas Missões do RS.

A Música Regional Missioneira e os Quatro Troncos Missioneiros

Ao tratarmos sobre as Missões do RS, as abordagens sobre a sua história são diversas e constituídas de diferentes vieses, como, por exemplo, o tratamento em relação à história pelo viés do discurso religioso (Igreja Católica, neste caso), as produções artísticas e culturais (poesias, espetáculo Som e Luz, danças, artesanatos), entre outras. Um dos modos que os moradores locais encontraram para valorizar a sua história é a música. Com isso, é possível observarmos uma série de letras e melodias que contam sobre a constituição das reduções, as ruínas que ali ainda resistem, a população que reside na região, os indígenas e suas lutas, dentre outros assuntos. Segundo Brum (2006, p. 90-91),

6 Compreendemos o discurso sobre, a partir do que destaca Venturini (2009), onde trata que o discurso sobre se constitui a partir do discurso de, caracterizando-se pelo processo de rememoração, que “ocorre na dimensão não linear do dizer e ocupa o espaço do já dito e do significado antes” (VENTURINI, 2009, p.73). Desse modo, o discurso sobre “se funda em outros discursos que constituem a sua memória, a forma de referenciar o dito” (VENTURINI, 2009, p. 77). Como destacam Schneiders e Klein (2019, p. 208) “O discurso sobre tem como primeiro efeito a aparente estabilidade, onde o sujeito acredita poder realizar o apagamento seletivo da memória histórica, dominando esta materialidade através de sua formação discursiva (FD). Esse apagamento seletivo aparece na constituição do discurso sobre que circula na região das Missões: apagar o sofrimento indígena e romantizar a catequização e dominação cultural e linguística, rememorando os jesuítas como homens que tentavam apenas contribuir para o bem, esquecendo-se do que foi perdido, a cultura e a língua indígena, junto ao que foi silenciado/apagado posteriormente.”

A música missioneira pode ser entendida como um gênero musical relacionado às Missões. Nos diferentes contextos em que é mencionada a música missioneira pode se referir àquela ensinada pelos jesuítas e reproduzida pelos guaranis, durante a experiência missioneira, tratando-se do barroco musical, [...] na atualidade, composições de caráter regionalista, cuja poesia enaltece o passado missioneiro e seus descendentes.

Levando em consideração esses aspectos sobre a música missioneira, podemos compreendê-la como uma espécie de anexo em relação a todas as outras manifestações culturais realizadas na região. Ou seja, a música missioneira caracteriza-se por seu constante apelo às Missões, levando a cultura e a história através de seus versos. Entendendo isso, retomamos o que assegura Brum (2006, p. 93): “a música missioneira é temática e não um ritmo”, no sentido de que os seus cantores incorporam poesia sobre as Missões a ritmos já conhecidos da música tradicionalista gaúcha⁷.

Desses cantores, destacamos quatro, conhecidos como Os quatro troncos missioneiros, a saber: Jaime Caitano Braun, Cenair Maicá, Pedro Ortaça e Noel Guarany, os quais em suas letras “enfocam o passado missioneiro enquanto herança da qual se consideram herdeiros e cultuadores, sob o signo do regionalismo, em que as Missões passam a ser percebidas como a origem do gaúcho” (BRUM, 2006, p. 93).

Conforme o jornal gaúcho *Correio do Povo*,

Os chamados quatro troncos missioneiros fizeram-se batedores da verdadeira arte poética e musical do Rio Grande do Sul. São eles Noel Guarany, Cenair Maicá, Jayme Caetano Braun e Pedro Ortaça. Os três primeiros não habitam mais o chão que tanto cantaram, mas Pedro Ortaça segue como uma lenda viva a cantar o berço que lhe deu vida.

7 Podemos citar aqui, para compreendermos a Música Tradicionalista Gaúcha, cantores como Paixão Côrtes, Barbosa Lessa, Grupo dos 8, entre outros.

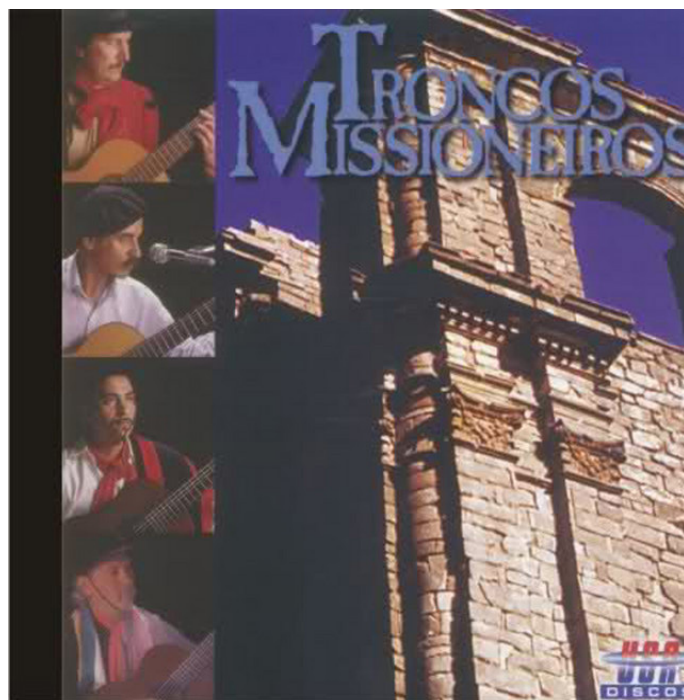
Noel Guarany empunhou guitarras, entoou sua voz e sustentou ideias. Cenair Maicá cantou com maestria temas nativos, principalmente os relacionados à água, hoje tão recorrentes. Jayme Caetano Braun era o pajador da verve que se revelava inesgotável, pujante. Pedro Ortaça mantém esse legado como quem cuida de um tesouro das Missões.

Temos um regionalismo universal, a exemplo da obra de Simões Lopes Neto. Nosso cancioneiro canta nossa densidade humana e torna-nos partícipes da sinfonia que mostra quem somos e por que cantamos assim. Na fixação dessa identidade, os quatro troncos missioneiros cumpriram uma relevante missão (OVIEDO, s.a, s.p.).

Junto do enfoque no tratar sobre as Missões do RS em suas letras, Os quatro troncos missioneiros somam diversas composições – que serão, posteriormente, neste texto, nosso foco de estudo e reflexão –, lançando inclusive um disco⁸:

Troncos missioneiros é o nome de um disco (um LP lançado em vinil em 1998 e re-lançado em CD na época de 2000) que reúne quatro artistas da Região Missioneira do Rio Grande do Sul. [...] Com registros fotográficos a partir dos anos 1970, a obra desses artistas está intimamente relacionada à construção da identidade missioneira do Rio Grande do Sul, Brasil. Também podem ser considerados como troncos de uma “Música Regional Missioneira”, que acabou por influenciar uma parcela significativa da música regional produzida nesse estado. (BARBOSA, 2012, p. 171-172).

IMAGEM 1 - CAPA DO DISCO TRONCOS MISSIONEIRO



Fonte: A Música do Sul (2012).

Esse disco apresenta diferentes letras de música, em sua maioria buscando referendar os processos históricos das Missões do RS e explorar os efeitos de identificação do sujeito com o missioneirismo⁹, transformando isso em poesia. Dessa forma, contribui para a identificação dos moradores da região, nascidos ou não no local, com o ser missioneiro.

A constituição do sujeito missioneiro: entre a história e a memória

mis-si-o-nei-ro

(latim *missio*, -onis, *missão* + -eiro)

adjetivo

1. Relativo a missões.

adjetivo e substantivo masculino

2. [Brasil] Diz-se do natural ou morador das regiões onde se estabeleceram as antigas missões jesuíticas¹⁰.

⁹ Missioneirismo é o termo utilizado para designar o processo de identificação e particularidade com a região das Missões do RS, seja por meio da história ou da memória. É utilizado em músicas, descrições e pelos sujeitos (POMMER, 2008).

¹⁰ Verbete “missioneiro”, significação retirada do Dicionário

⁸ O disco pode ser escutado na íntegra através da plataforma Spotify, por meio do link: <<https://open.spotify.com/album/6zksSOPndYjOhA81eMMQK2>>.

A constituição de uma identificação do sujeito missioneiro ocorre principalmente por letras de músicas e outros objetos – muitas vezes turísticos – que relacionam os moradores da região ao passado missioneiro. Essa relação pode ser observada em diferentes materialidades, por exemplo, a apresentação desses moradores como missioneiro e não gaúcho, quando falam com pessoas de fora do estado. A relação forte com as ruínas – de São Miguel, Santo Ângelo, São Nicolau e outras – também é uma característica bastante presente na composição desse sujeito.

Em vista disso, apresentamos as seguintes sequências discursivas¹¹ (destacadas no quadro abaixo¹²) de três músicas (Os quatro missioneiros, De guerreiro a Payador e Destino Missioneiro), as quais foram compostas pelos artistas, que se apresentam como Troncos Missioneiros, e que compõem o álbum citado anteriormente. Essas letras serão trabalhadas em conjunto, e, para a análise discursiva, dedicar-nos-emos apenas à observação do processo de constituição do sujeito missioneiro em seus enunciados.

QUADRO 1: LETRAS DE MÚSICAS E INDICAÇÕES DAS SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS

Os quatro são missioneiros, <i>Unidos num mesmo abraço;</i> <i>São tentos do mesmo laço,</i> <i>Brasas dos mesmos braseiros</i> (SD1), Chispas dos mesmos luzeiros, Que onde um vai o outro vai. Nenhum pesar os contrai Nem desencanto nem mágoa; ¹	Música: Os quatro Missioneiros, escrita por Pedro Ortaça (1988).

rio Priberam da Língua Portuguesa. [em linha], 2008-2021. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/missioneiro>>. Acesso em: 06 jan. 2022.

11 Tomamos aqui o conceito de sequência discursiva, tal como entendida por Courtine (2014) como uma sequencialização e formulações de referência.

12 Gostaríamos de destacar que, para composição de nossos gestos de análise, as sequências discursivas não seguem um critério cronológico (1, 2, 3...), mas sim vão conversando entre si para que possamos empreender nossos gestos analíticos.

Sou o que os historiadores Procuram lá nas ruínas Mas não sabem os doutores Que esta saga não termina <i>Que ainda restam descendentes</i> <i>Da terra dos sete santos</i> <i>E o passado está presente</i> <i>Em tudo aquilo que canto</i> (SD2) Não sabem que a esses escombros Ainda sirvo de escora E que carrego no ombros Trezentos anos de história Podem pensar que sou louco Mas eu comprovo na estampa O que hoje somos poucos <i>Os fósseis vivos da pampa</i> <i>Sou filho dos sete povos</i> <i>Tenho sangue de Sepé</i> (SD3) E tudo que digo eu provo Com juramento de fé O meu legado é tanto Nem carece explicações E até no canto que canto Ecoa a voz das missões Guarany fui batizado E agora pago minhas penas <i>Sob o símbolo sagrado</i> <i>Da velha Cruz De Lorena</i> (SD4) Porém não sabe que nada A história do vencedor Que a lança fez-se guitarra E o guerreiro payador <i>Pra manter viva a memória</i> <i>As pedras ganharam nome</i> <i>E transformaram em história</i> <i>O que resta desses homens</i> (SD5) Pois mais vale a carcaça De um templo quase no chão <i>Que os descendentes da raça</i> <i>Que ragam changuiando pão.</i>²	Música: De Guerreiro a Payador, escrita por Pedro Orta- ça (1988)	São passados que <i>me orgulho</i> (SD6) de cantar com a alma aberta E hão de ser rimas bem certas e as cordas bem afinadas E a garganta bem afiada e os acor- des bem certos Que assim qualquer brasileiro ou se escuta algum paisano <i>Verá que é sul americano o canto de</i> <i>um missioneiro.</i> [...] <i>Evoco a santo cacique o imortal</i> <i>Tiaraju</i> <i>Que deu pra esse Xirú a sublime</i> <i>inspiração</i> <i>De lutar por esse chão no mais sé-</i> <i>rio patriotismo</i> (SD7) Da lança para o lirismo, da tradição ao presente Da incertidão ao consciente pra o puro brasileiroismo.³ Música: Destino Mission- neiro, escrita por Noel Guarany (s.d.)

Fonte: Elaboração nossa, grifos nossos (2022)

Em cada uma das letras, observamos que a identificação com a cultura missioneira é bastante forte. A retomada do passado missioneiro e o destaque de uma descendência guarani também se constitui como contínuo nessas composições (SD2).

Assim como ponderado por Petri (2009), há representações, no discurso sobre o gaúcho, que se manifestam, por exemplo, em obras literárias. Consideramos que, quando tratamos do sujeito missioneiro, essas representações, vistas do campo da formulação do sujeito, ilustram de maneira objetiva algo que acontece: os sujeitos, em geral moradores ou nascidos na região, identificam-se com o sentimento de pertencimento à história e memória das Missões/RS.

Esses sujeitos, designados como missioneiros, apresentam-se como fósseis vivos e descendentes da raça (SD3), fazendo referência ao povo guarani que constituiu parte significativa dos povos missioneiros no período de implementação das reduções jesuíticas. Como o que é representado e ilustrado na história, um sujeito peleador, conforme pode ser observado no SD7

ao comparar a figura do sujeito missioneiro a de Sepé Tiarajú¹³.

SD7: *Verá que é sul americano o canto de um missioneiro. [...]*

Evoco a santo cacique o imortal Tiaraju

Que deu pra esse Xirú a sublime inspiração

De lutar por esse chão no mais sério patriotismo

Brum (2006) destaca que essas comparações ao indígena ocorrem em inúmeros episódios, como por exemplo no uso do enunciado Esta terra tem dono. Segundo a autora, “esta referência [...] vem sendo citada, ao longo do processo histórico sulino, em inúmeros episódios para justificar uma gama de atitudes que denotam a construção de representações tendentes a ressaltar a bravura dos gaúchos, descendentes do índio Sepé” (BRUM, 2006, p. 14). Esta identificação com a figura indígena de Sepé ocorre, em especial, quando o sujeito missioneiro busca identificar e trazer a força para o seu discurso. Ou seja, Sepé é um modelo de virtudes aos sujeitos missioneiros que se identificam com o discurso religioso e, ao mesmo tempo, com algumas das proposições indígenas¹⁴.

Como já mencionamos anteriormente, o conceito de sujeito, empreendido a partir dos pressupostos teóricos da AD, possui diferen-

tes articulações teóricas com outros conceitos, um deles é o das FDs, em que podemos definir como “regiões do interdiscurso, com as quais o sujeito se relaciona no processo de interpelação ideológica” (LIMA; VINHAS, 2018, p. 177). Nesse processo de relações e de identificações, entendemos que uma das características presentes, quando pensamos sobre o sujeito missioneiro, é a de unidade, apresentando-se, assim, como uma unidade que pensa e enuncia de uma determinada forma, sem que haja qualquer tipo de desidentificação com o que se acredita – ideologicamente.

No destaque realizado em SD1 (abaixo), percebemos esse sentimento de unidade e de pertencimento, um modo de encararmos que a formação do sujeito missioneiro aconteceria de uma mesma forma, por meio dos mesmos estímulos materiais e de identificação. Ou seja, poder-se-ia encarar essa unidade como: a) se o sujeito nasceu na região das Missões/RS, logo, é missioneiro; desse modo, o localizando geograficamente como pertencente à região; ou, b) se o sujeito não nasceu na região das Missões/RS, mas identifica-se como missioneiro; assim, mostrando que o sentimento de pertencimento aflora.

SD1: *Unidos num mesmo abraço;*

São tentos do mesmo laço,

Brasas dos mesmos braseiros

Essa união entre sujeitos, em um processo de identificação com a história e a memória em circulação na região das Missões, pode ser percebida em diferentes momentos dos recortes apresentados: como em SD1, mas também no recorte SD2 (abaixo) e SD3 (abaixo), em passagens que, a partir das letras de suas músicas, os cantores realizam até uma diferenciação na ordem do sujeito brasileiro e do sujeito missioneiro.

SD2: *Que ainda restam descendentes*

Da terra dos sete santos

E o passado está presente

13 A história do mito de Sepé Tiarajú é tão emblemática quanto a missioneira. Sepé era corregedor geral, cargo que equivalia ao que entendemos hoje como prefeito, da redução de São Miguel das Missões, sendo escolhido para tal pelos próprios indígenas, configurando-se assim em uma liderança. Ele faleceu em combate, na conhecida Guerra Guaranítica (ver mais em GOLIN, 2014) em 1756. Em seu nome, foi atribuído o enunciado Esta terra tem dono, proferido na referente guerra quando Sepé lutava pela defesa e manutenção das reduções. Seu nome, seus dizeres e suas lutas ressoam até hoje como símbolo de força, sendo um dos personagens mais místicos, mas também mais celebrado da região. Sepé foi considerado como Herói da Pátria (PL5516/05) e teve sua canonização solicitada à Igreja Católica, junto a qual já é considerado como Servo de Deus. Ver mais em: [BRUM, 2008](#).

16 Algumas visto que nem mesmo Sepé identificava-se plenamente com a causa indígena, já que estava submetido às tradições jesuíticas, assumindo um importante papel de líder indígena, mas catequizado e seguindo ordens dos jesuítas e da Igreja.

SD6: São passados que *me orgulho* de cantar com a alma aberta

E hão de ser rimas bem certas e as cordas bem afinadas

Nessa diferenciação, destaca-se que o sujeito missioneiro, plenamente identificado, se apresentará como missioneiro, não brasileiro. Tal processo já é visto dentro do movimento de identificação do sujeito gaúcho, mas torna-se mais forte e regionalizado quando pensamos no sujeito missioneiro.

Além da identificação com as questões de identificação com os povos originários, reproduzidas ao tratar da fundação das Missões/RS, nas letras também é possível observar a presença do discurso religioso articulado aos fatores citados. Este discurso religioso aparece, em especial, com a citação da Cruz de Lorena (ou Cruz Missioneira)¹⁵ a qual representa a fé redobrada e é símbolo das Missões. Uma destas referências aparece na SD4, trazendo a Cruz de Lorena como velho símbolo sagrado.

SD4: *Sob o símbolo sagrado*

Da velha Cruz De Lorena

É possível observar essa simbologia também como constituinte do sujeito missioneiro, visto que a sua representação está presente em estampas de camisetas, objetos de artesanato, escapulários e outros elementos. Estes elementos, articulados ao discurso de pertencimento do sujeito, demonstram uma relação forte de alguns de seus moradores com a história da região.

Isso tudo, relaciona-se com a SD5, que cita sobre manter viva a memória e transformar em história o que ainda fica das Missões. A identificação do sujeito missioneiro, desse modo, perpassa um discurso, transformando-se em ações de preservação das ruínas, por exemplo, da constituição de grupos para turismo (Trilha dos Santos Martíres, Caminho das Missões), como também de representações dessa história em artesanatos característicos.

As pedras ganharam nome

E transformaram em história

O que resta desses homens

Dessa forma, levando em consideração os destaques realizados nas letras das músicas, compondo nossas SDs, a SD5 finaliza bem as considerações feitas: o sujeito missioneiro mantém o seu discurso pois o enxerga como uma forma de manter viva a história com a qual se identifica. Seja considerando-se como descendente dos povos indígenas, seja preservando as construções históricas que compõem a arquitetura da região, o sujeito missioneiro procura a manutenção do que considera como sua histórica particular, mas também uma unidade histórica.

Em vista disso, caracterizar um sujeito como missioneiro passa para além de uma questão geográfica, dando-se em consequência da identificação com uma FD em específico. Essa FD representará uma parte desse orgulho com o qual os sujeitos, que se identificam como missioneiros, tratam sobre a história das Missões, a constituição da experiência jesuítica e, também, o que ficou do período para e na região.

Para efeitos de encerramento...

Do mesmo modo que encerramos os escritos de nossa dissertação, iniciamos a reflexão final deste artigo: “A história importa e merece que lutemos por ela” (KLEIN, 2021). Em uma referência ao que destacam Gadet e Pêcheux (2010), em seu livro *A Língua Inatingível*, traçamos um paralelo sobre a importância de se discutir sobre a história e, com as reflexões propostas aqui, sobre aquilo que fica – e marca – dos acontecimentos históricos e de que modo isso ressoa na constituição de sujeitos.

Quando enunciamos acerca da constituição do sujeito missioneiro, pensamos na constituição de um sujeito interpelado pela ideologia e

17 Ver mais em: [Cruz Missioneira, símbolo de fé redobrada](#)

pela história. Estas apresentam-se como base de tudo aquilo que compõe o sujeito missioneiro, suas características e, em especial, seu discurso.

Como já dito, a identificação desse sujeito perpassa os limites geográficos da região. Muitos moradores que se identificam como missioneiros carregam consigo um discurso de reverência ao que os constitui como grupo social: a história das Missões do Rio Grande do Sul. E, estampar isso em marcas de apresentação ou no discurso ao falar sobre as Missões, já se manifesta como parte do discurso desses sujeitos.

Todo o processo de identificação do sujeito missioneiro, em relação à sua história particular e à história das Missões no RS, constitui-se como um imaginário do que foi esse passado e uma representação de presente. Segundo Brum (2006, p. 15),

[...] o passado missioneiro se constitui em um problema antropológico presente, uma vez que a memória do mesmo vem sendo acionada de diversas formas, produzindo imaginários, pertencimentos e identidades que têm o missioneiro como referencial histórico construído, cujos olhares importam em tomadas de posições acerca do passado no presente.

Desse modo, o referencial histórico impacta diretamente nesse reconhecimento e na identificação dos sujeitos que se apresentam como missioneiros. Assim, ser missioneiro, e todo o peso que essa expressão carrega, é como um modo do sujeito se localizar e reconhecer em determinado contexto sócio-histórico, e essa identificação e (re)conhecimento ficam visíveis pelo discurso desses enunciadores.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Sobre a reprodução. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BARBOSA, Iuri Daniel. Os Troncos Missionei-

ros e a construção da identidade missioneira a partir da música. Para onde!? – Revista do Instituto de Geociências, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 171-177, jul./dez. 2012.

BECK, Maurício. ESTEVES, Phellipe Marcel da S.. O sujeito e seus modos - identificação, contraidentificação, desidentificação e superidentificação. Leitura. Maceió, n. 50, p. 135-162, jul./dez. 2012.

BECK, Maurício; SCHERER, Amanda. As modalidades discursivas de funcionamento subjetivo e o legado marxista-leninista. Letras, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 169-183, jul./dez. 2008.

BRUM, Ceres Karam. “Esta terra tem dono”: representações do passado missioneiro no Rio Grande do Sul. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2006.

COURTINE, Jean-Jacques. Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise do Discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. Organon, Porto Alegre, v. 24, n. 48, 2010. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/organon/issue/view/1661>>. Acesso em: 16/02/2022

GADET, Françoise; PECHÊUX, Michel. A língua inatingível. Tradução: Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. 2ª ed. Campinas: Editora RG, 2010.

GOLIN, Tau. A guerra guaranítica: o levante indígena que desafiou Portugal e Espanha. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

KLEIN, Mirela Schröpfer. O discurso sobre a história das Missões (RS): o caso do jornal O Nheçuano. 2021. 144p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2021.

LIMA, Stella Aparecida Leite; VINHAS, Luciana. O funcionamento da ideologia no discurso separatista: uma análise de um texto vinculado ao movimento O Sul é meu país. Caderno

de Letras, Pelotas, n. 32, p. 171-198. set./dez. 2018.

OVIEDO, Landro. Sobre os Quatro troncos Missioneiros. Portal das Missões, Santo Ângelo¹⁶. Disponível em: < <http://www.portaldas-missoes.com.br/site/view/id/1443/os-quatro-troncos-missioneiros.html#:~:text=Os%20chamados%20quatro%20troncos%20missioneiros,Caetano%20Braun%20e%20Pedro%20Orta%C3%A7%C3%A1%20cantou%20com%20maestria,%C3%A0%20%C3%A1gua%20hoje%20t%C3%A3o%20recorrentes>>. Acesso em: 16/02/2022

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni P. Orlandi et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PETRI, Verli. Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em Contos gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira fechada, de Cyro Martins. 2004. Tese (doutorado). 332 p. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre/RS, 2004.

PETRI, Verli. A produção de sentidos “sobre” o gaúcho: um desafio social no discurso da história e da literatura. *Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 4, n. 4, 2009.

POMMER, Roselene Moreira Gomes. Missioneirismo: a produção de uma identidade regional. 2008. 323p. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2008.

SCHNEIDERS, Caroline M; KLEIN, Mirela S. Efeitos do ideológico e do histórico nos discursos em circulação. In.: *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. n. 20, v.1, p. 201-219. Brasília,

2019.

Submissão: fevereiro de 2022.

Aceite: maio de 2022.

18 Originalmente, o texto citado consta no jornal *Correio do Povo*, ano 116, n.169, Porto Alegre, na edição de sexta-feira, 18 de março de 2011. No entanto, tivemos acesso a ele a partir da referência aqui citada.

UMA ANÁLISE DO CORPO QUE NÃO SE TORNA ADULTO EM CONTOS DE JOSEFINA PLÁ

Betania Vasconcelos da Cruz¹
Altamir Botoso²

Resumo: A proposta deste trabalho é realizar uma análise a respeito do corpo que não se torna adulto nos contos “Sisé”, “Cayetana” e “Siesta”, da escritora hispano-paraguaia Josefina Plá, dos livros *Cuentos Completos I e II* (2014). Nesse sentido, o foco deste artigo é refletir, a partir da literatura, sobre o corpo como uma rede de imagens que exhibe os dispositivos políticos e as séries históricas que o produzem e o transformam. Partindo dessa perspectiva, usaremos o conceito de biopolítica de Michel Foucault (1987), e necropolítica do historiador político camaronense Achille Mbembe (2014, 2018). Além disso, foram utilizados como base teórica para as análises os estudos e obras de Homi Bhabha (2019), Frantz Fanon (1961), Antonio Candido (2006), Julio Cortázar (1974), entre outros. Em suma, nas narrativas breves, escolhidas como corpora de estudo, a atmosfera doméstica é vista como espaço de violação e o corpo como um campo simbólico, habitado por representações históricas dramáticas de violência, silêncio, abandono e solidão.

Palavras-chave: Josefina Plá; Contos; Corpos; Literatura hispano-americana.

AN ANALYSIS OF THE BODY THAT DOES NOT BECOME ADULT IN SHORT STORIES BY JOSEFINA PLÁ

Abstract: The purpose of this work is to analyze the body that does not become an adult in the short stories “Sisé”, “Cayetana”, “Siesta” by the Spanish-Paraguayan writer Josefina Plá, from the books *Cuentos Completos I and II* (2014). In this sense, the focus of this article is to reflect, based on the literature, on the body as a network of images that displays the political devices and the historical series that produce and transform it. From this perspective, we will use Michel Foucault’s concept of biopolitics (1987), and the necropolitics concept coined by Cameroonian political historian Achille Mbembe (2014, 2018). In addition, Homi Bhabha (2019), Frantz Fanon (1961), Antonio Candido (2006), Julio Cortázar (1974), among others were used as a theoretical basis for the analyses, as well as studies and works of Homi Bhabha (2019) and Frantz Fanon (1961). In short, in those short stories, chosen as corpora of study, the domestic atmosphere is seen as a space of violation and the body as a symbolic field inhabited by dramatic historical representations of violence, silence, abandonment and loneliness.

1 Doutoranda em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso- UFMT, e-mail: betania.filologa@gmail.com

2 Doutor em Letras, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, e-mail: abotoso@uol.com.br

Keywords: Josephine Plá; Short stories; Bodies; Hispanic american literature.

Considerações iniciais

Durante a leitura dos contos da escritora Josefina Plá (1903-1999), um elemento que, sem dúvida, desperta a atenção dos leitores é a maneira peculiar pela qual são representados os corpos de suas protagonistas femininas. Aliás, em seus textos se nota uma tentativa de problematizar a condição da mulher, e é possível observar a “exploração do corpo da mulher paraguaia mestiça tanto no âmbito sexual como doméstico” (OLIVEIRA, 2016, p. 97).

Segundo Bhabha (2019), como criaturas literárias e animais políticos, devemos nos preocupar com a compreensão da ação humana e do mundo social como um momento em que algo está fora de controle. Nesse sentido, ainda conforme o referido crítico, o ato de escrever o mundo é assumir responsabilidades pelos passados não ditos, não representados, que assombam o presente. A respeito desse passado o historiador político Achille Mbembe acrescenta que

O peso da história encontra-se aí. É preciso aprender a carregar e a repartir o seu peso de uma maneira mais eficaz. Estamos condenados a viver não apenas com aquilo que produzimos, mas também com o que herdamos, e devemos aprender a viver tudo isso em liberdade. Uma vez que não saímos inteiramente de uma mentalidade dominada ainda pela ideia da seleção entre diferentes tipos de seres humanos, é preciso trabalhar com e contra o passado, de maneira que este possa abrir-se para um futuro comum, com dignidade para todos (MBEMBE, 2014, p. 296).

Dentro desse contexto, gostaríamos de ressaltar que o objetivo desse artigo é efetuar a análise dos contos “Sisé”, “Cayetana” e “Siesta”, de autoria de Josefina Plá, com o intuito de refletir, a partir da literatura, a busca de uma memória vigilante, conformando um campo simbólico, e até político, que representam os corpos

nas obras da escritora hispano-paraguaia mencionada. Procuraremos trabalhar com e contra o passado, na tentativa de desvelar a importância das representações dos corpos femininos nas narrativas selecionadas. Partindo dessa perspectiva, gostaríamos de salientar aqui dois conceitos importantes para as análises, o de biopolítica de Michel Foucault (1987) e o de necropolítica do historiador político camaronense Achille Mbembe (2014, 2018).

Na formulação de Foucault (1987), o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas, aquelas que devem viver ou morrer. Trata-se do poder soberano sobre a vida e a morte, por exemplo: o rei tinha o controle sobre os corpos do restante da população, podendo decidir quem podia matar ou salvar. Entretanto, com as transformações políticas do século XIX, cabe aos governantes gerenciar a vida, o Estado pensa e age sobre os corpos. Ainda de acordo com Foucault (1987), a partir do século XIX, o Estado tem o controle total sob todos os aspectos da vida humana. Nesse aspecto, a potencialização da vida é necessária, para que esses corpos sejam saudáveis e produtivos.

O poder soberano concentra-se no governo, que faz viver e deixa morrer, ou seja, quando o governo atua, ele faz viver, quando ele compra vacinas, investe em políticas públicas. E quando ele não atua, deixa morrer. É o direito sobre a vida. É o fazer viver e deixar morrer. Para Foucault (1987), o corpo foi o primeiro objeto de que o capitalismo se apropriou, e a partir daí cabe ao Estado moderno a gestão da vida e, consequentemente, da população. Nessa perspectiva, o Estado se apropriou do corpo biológico. Isso é o biopoder, regulamentador, que tem a primazia da vida e da morte dos seres humanos.

Nesse sentido, um exemplo do biopoder ocorreu no ano de 2021, período no qual houve uma crise global com a pandemia do coronavírus (Covid-19). Observamos como o biopoder agiu sobre os corpos durante a pandemia, pois, quando os governantes atrasaram a compra de vacinas, sucatearam os hospitais, ou não contra-

taram mais médicos, ou seja, quando eles não atuaram, deixaram morrer.

Ainda de acordo com Foucault (1987), o biopoder inseriu o racismo nos mecanismos de poder e de controle do Estado. A ideia é que a população corresponda a um corpo biológico e para manter a saúde seria necessário eliminar seus inimigos. Em relação a esse assunto, Achille Mbembe (2014) enfatiza os danos perniciosos de tal postura, porque “[...] constituindo o Outro não como a si mesmo, mas como objeto intrinsecamente ameaçador, do qual é preciso proteger-se, desfazer-se, ou que, simplesmente, é preciso destruir, devido a não conseguir assegurar o seu controle total” (MBEMBE, 2014, p. 26).

Sob esse viés, outro exemplo do controle sobre o corpo era a escravidão, na qual, segundo Frantz Fanon (1961), o corpo estava cativo, nu, algemado, sujeito a trabalhos forçados, golpeado, deportado e condenado à morte. Observa-se no sistema escravista o controle e o domínio. No entanto, com as transformações políticas, não se tinha mais domínio sobre esses corpos — então o que se faz com esse “Outro”? — tenta-se eliminá-lo.

Diante do biopoder é relevante salientar também o conceito de raça, a qual permite classificar os seres humanos em categorias distintas, supostamente dotadas de características físicas e mentais específicas. Essa classificação, em conformidade com Bhabha, “é uma forma de discurso crucial para a ligação de uma série de diferenças e discriminações que embasam as práticas discursivas e políticas da hierarquização racial e cultural” (BHABHA, 2019, p. 119).

É possível reconhecer esses discursos, por exemplo: no Holocausto³, que foi o [genocídio](#) ou [assassinato em massa](#) dos [judeus](#), considerado umas das maiores tragédias do século XX, por um programa sistemático de [extermínio étnico](#) patrocinado pelo [Estado nazista](#). Esse

pode ser considerado como o arquétipo desse biopoder. Também o Apartheid⁴, um regime de [segregação racial](#) implementado na [África do Sul](#) em 1948. Observa-se que essas são as práticas do biopoder, eliminar o “outro”, aniquilar seus inimigos.

A partir do conceito de biopolítica, podemos tentar entender o conceito de necropolítica do historiador camaronense Achille Mbembe (2014, 2018). Para ele, Foucault se concentrou no gerenciamento da vida, porém, Mbembe argumenta que devemos nos concentrar na gestão da morte e questiona: por que alguns corpos são considerados matáveis? São corpos que se forem mortos não vão gerar revolta ou indignação, porque são considerados abjetos, degenerados, elimináveis. Ainda conforme esse autor (2014), existe um elemento de racismo importante para entender o poder que atua sobre eles — e o referido estudioso se indaga sobre quem seriam esses corpos e o que permite com que sejam tratados dessa maneira.

Tendo em mente as questões pontuadas acima, tratamos da representação de três corpos, que fazem parte das seguintes narrativas de Plá: o conto “Sisé”, cuja protagonista é uma criança indígena, “Cayetana”, no qual a personagem central é uma criança mestiça e em “Siesta”, tem-se o protagonismo de María, uma criança negra. Nos contos, esses corpos vivem em estado de exceção, ou seja, desprovidos de seus direitos individuais. É como se a morte deles servisse para legitimar a segurança e bem-estar em detrimento de outros. Nesse sentido, empregamos justamente os conceitos de biopolítica e necropolítica para refletir sobre esses corpos simbólicos no mundo diegético de Josefina Plá.

Na acepção de Mbembe, o corpo

é rede de imagens e de reflexos heterogêneos, densidade compacta, líquida, ossuda e sombria, forma concreta da desproporção e da deslocação, sempre prestes a extravasar o real. [...] Aliás,

3 Disponível em <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/introduction-to-the-holocaust>> Acesso em: 15 jun. 2022.

4 Disponível em <<https://www.politize.com.br/nelson-mandela-e-a-luta-contra-o-apartheid/>> Acesso em: 15 jun. 2022.

corpo, carne e vianda formam um todo indissociável. O corpo é uma realidade anatômica, um conjunto de órgãos com funções específicas. O corpo só é corpo precisamente porque é potencialmente matéria de carne, comestível (MBEMBE, 2014, p. 229-230).

–Una cuñá. Podías haber tenido mejor ojo. Y enseguida:

–Cambiate la ropa. Tenés sangre en la espalda.

La cocinera llegaba con el mate de pesada plata. Lo entregó a la patrona; luego alzó a la criatura, le miró la boca como a un animalito:

–Un año, a gatas.

–Lo dejó en el suelo y fue a buscar otro mate. Cuando volvió:

–Tiene que tomar leche, la señora. Estos maman hasta tarde.

–La vieja hizo un gesto desdenoso, entre dos chupadas:

–¿Quién va perder tiempo en eso? (PLÁ, 2014, p. 222).

O corpo está vivo, enquanto os seus órgãos se exprimem e funcionam. Podemos pontuar que em relação à sua forma, apresenta diferenças físicas, porque há corpos grandes, pequenos, fortes, magros. No entanto, vale frisar, generalizando, em sua essência, ele não difere um do outro quanto ao seu funcionamento, mas pode ser castigado, algemado, crucificado, desfigurado, torturado. Sua matéria é a mesma e se algum órgão desse corpo entrar em falência, gera a morte; ele é comestível, é “vianda”, elimina urina e fezes.

A seguir, enfocamos o corpo das personagens concebidas por Plá e as particularidades de que eles se revestem no âmbito ficcional.

O poder soberano como a implantação e manifestação de poder no conto “Sisé”

No início desse conto é narrada a triste chegada de Sisé a uma fazenda nos braços do assassino de sua mãe. Verifica-se no princípio da narrativa o poder soberano que define a vida como a implantação e manifestação de poder, aquele de ditar quem deve viver e morrer. A patroa, mãe do assassino, tomava seu mate no pátio, quando seu filho deixou cair a criança perto dela, olhou-a com desprezo. A cozinheira levou o bebê para a cozinha. Deu-lhe leite em uma mamadeira usada para amamentar leitões. Observamos no excerto a cena em que isso acontece:

El hombre dejó caer el burujoncito oscuro a los pies de la señora, le sacó la red sospechosamente parda. La señora lo miró, escupió en el solado:

Nos diálogos reproduzidos, notamos o pouco caso com o qual a menina é tratada e, a fala final da mãe reforça esse menosprezo, essa menos valia do corpo pequenino que tem diante de si. A criança é equiparada a um “animalzinho”, é menos que um porco (recebe leite na mamadeira destinada a esse mamífero); é praticamente “nada”, ideia que vem expressa pelo emprego do pronome neutro “eso/isso”. A esse propósito, salientamos as ponderações de Mbembe, que pontua que

Experienciar a servidão é ser colocado à força na

zona de indiferenciação entre o homem e o animal, nesses lugares onde se observa a vida humana a partir da posição do animal – a vida humana que reveste a forma da vida animal até ao ponto de ser impossível distingui-las, até ao ponto de não se saber se o animal é mais humano do que o homem ou se o homem é mais animal que o animal (MBEMBE, 2014, p. 258).

Ainda conforme o teórico e historiador apontado, toda a submissão desenvolvida implica constantemente esta relação de propriedade, de apropriação e de pertença a outro que não a si mesmo. Assim, a personagem Sisé representa esse não pertencimento, essa desumanização do “Outro”. Dentro desse contexto, antes de prosseguir com a análise do conto, gostaríamos de destacar o fazer poético de Plá. Em conformidade com Roland Barthes, existem duas categorias de textos: os textos legíveis e os escrevíveis, e esse semiólogo francês assevera que

O texto legível é o que pode ser lido, mas não escrito, não reescrito, é o texto clássico por excelência, o que convida o leitor a permanecer no interior do seu fechamento. Os outros textos, os “escrevíveis”, apresentam ao contrário um modelo produtor (e não representacional) que excita o leitor a abandonar sua posição tranquila de consumidor e a se aventurar como produtor de textos (BARTHES *apud* SANTIAGO, 2019, p. 21).

Os textos legíveis são histórias de teor fabuloso dos deuses, semideuses e heróis da Antiguidade, e textos que têm sua origem sagrada, como a Bíblia, literatura fundamental do cristianismo, que podem ser lidos, mas não reescritos. Portanto, como classificou Barthes, é o texto clássico por excelência, que convida o leitor a permanecer no interior do seu fechamento.

O romancista e ensaísta Édouard Glissant afirma que “os grandes livros épicos fundadores da humanidade são livros que dão segurança à comunidade quanto ao seu próprio destino” (GLISSANT, 2005, p. 80). De acordo com

Barthes, “a leitura desses clássicos leva o leitor a uma leitura tranquilizadora e garante seu lugar de cliente pagante em uma sociedade burguesa” (BARTHES *apud* SANTIAGO, 2019, p. 21-22).

Em um outro extremo, existem os textos “escrevíveis”, aqueles que despertam o leitor de sua posição passiva e segura. Nesse sentido, buscamos nas narrativas de Plá essa leitura que provoca o desconforto e desperta a consciência crítica daqueles que aceitam o desafio de ler seus escritos.

Em “Sisé”, a personagem vivia no chão, jogada, e nunca chorava. A desumanidade e o descaso com que ela era tratada fica patente no seguinte trecho dessa narrativa: “La criatura sentada en el suelo de la cocina, chupaba un hueso que la cocinera le pasaba de su plato” (PLÁ, 2014, p. 222). A alimentação dada a ela é aquela destinada aos cães – ossos dos quais a carne já foi comida por um adulto. Debaixo de surras e gritos, em uma atmosfera de brutalidade, Sisé foi crescendo. Às vezes, para fugir de toda aquela violência, se escondia nas copas das árvores, mas sempre era encontrada pelos cães e peões da fazenda. Essa realidade vivenciada pela personagem revela o seu “não-lugar”, o seu não pertencimento àquele espaço e àquela família, e mesmo que estivesse vivendo ali desde bebê, ela sabia que não pertencia àquele espaço.

Por outro lado, verifica-se que Sisé tenta criar um mundo próprio, quando se escondia nas copas das árvores, uma tentativa de escapar daquele domínio, daquele universo de maus tratos e falta de afeto. As pessoas em seu entorno ignoravam-na. Ao se dirigirem a ela, era sempre por intermédio de gritos e empurrões. Sisé mal sabia falar, fato que se configura no relato como um silenciamento e uma proibição de se manifestar e se expressar, que se constitui por uma relação que envolve alguém que ordena/censura e aquele que aceita/obedece tal imposição. A respeito da imposição do silêncio ao indígena, Mbembe assim se manifesta:

[...] Aliás, “mandar” requer, acima de tudo, o poder de impor o silêncio ao indígena. A vários títulos, a colônia é um lugar onde não é permitido ao colonizado falar de si. Esta negação da palavra relaciona-se com o confinamento do colonizado na esfera da aparição nua: quer como refugio e resíduo, quer como esvaziado de qualquer conteúdo, aquele cuja vida, desprovida de outro significado que não o outorgado pelo senhor, só tem valor direto devido à sua aptidão para o lucro. [...] (MBEMBE, 2014, p. 188-189).

Complementando essas ideias, o estudioso assinala ainda que o ato de mandar vem sempre acompanhado pela vontade de humilhar, de insultar e de fazer sofrer, e isso se verifica ao longo do conto em análise, no que tange ao tratamento conferido à menina. O único bem que ela possuía eram uns grãos de feijões dentro de uma lata de café. Esse bem simbólico nos remete às tradições indígenas, a um objeto específico: o chocalho que representa festividades na cultura originária. O som ecoa a música, a dança e sua ancestralidade. Nesse sentido, verifica-se na narrativa que não é dado a Sisé qualquer direito de pertença social, de ter uma família e a sua condição de órfã é imposta pela violência e pela força. Ela é privada dos laços de sangue, de instituições, ritos e símbolos, os quais, de acordo com Mbembe (2014), são os elementos que tornam precisamente um corpo vivo. Dessa maneira, observa-se aqui o corpo como refugio, como algo desprezado, nu e esvaziado.

Com oito anos Sisé começou a trabalhar na sede da fazenda servindo mate aos patrões. Se a vida dela já era difícil, cheia de violência, privações e humilhações, isso tudo foi amplificado nessa nova etapa de sua existência, conforme se pode depreender da passagem transcrita abaixo, quando ela é abusada sexualmente:

Fue al terminar esa misma primavera un día lluvioso, pero no de noche sino de siesta, cuando el patrón llamó a Sisé a su pieza, cerró la puerta, la tomó en vilo del brazo, la echó en la cama y desplomó sobre ella sus ochenta kilos de musculatura recia y de hueso pesado. Sisé creyó que el

patrón la iba a matar (PLÁ, 2014, p. 226).

Sisé foi estuprada pelo patrão, e posteriormente pelos filhos dele. Mesmo sendo a indízinha que sofria todas as categorias de violência, era ela também quem sofria discriminação. Os assassinos e estupradores não sofreram nenhuma punição, uma vez que formavam parte do sistema patriarcal, que atua em defesa do homem e lhe garante todas as regalias, ao passo que a mulher é objetificada, desvalorizada, é uma presa sexual que não pode se defender. Por volta dos doze anos, a personagem sentiu que seu corpo começou a mudar, mas não entendia, visto que ninguém conversava com ela e não tinha informações para saber e entender o que se passava com o seu corpo.

Observa-se que, mesmo vivendo em um ambiente híbrido, com vários empregados, peões, cozinheiras etc., não havia solidariedade e diálogo nesse espaço. Essas personagens se alienam na condição colonial e se reduzem a estereótipos, que até podem ser positivos, mas o mais comum é que sejam negativos e segundo Bhabha, “o estereótipo tem como função, estratégias discursivas e psíquicas mais significativas do poder discriminatório” (BHABHA, 2019, p.118-119) e acabam por evidenciar uma forma de discurso para a conexão de uma série de diferenças e discriminações, que embasam as práticas discursivas e políticas da hierarquização racial e cultural.

No conto, Sisé é uma estrangeira em seu próprio país, vive em um estado absoluto de opressão e discriminação. No dia de Natal ela sumiu. Cães foram acionados para localizá-la e os peões encontraram-na no meio do milharal com um recém-nascido em seus braços. Quando tocaram seu corpo, perceberam que estava frio e imóvel, e o de seu filho ainda com o cordão umbilical estava igual ao de sua mãe, imóvel e sem vida.

Dessa forma, os uivos dos cães anunciaram a morte da personagem e seu silêncio eter-

no. Na sequência das ações, o narrador assim se expressa: “Caminaban los peones en fila india, precedidos por los perros. Allá lejos en el aire de la mañana se oyó un sonido flébil y gozoso. Era día de Navidad. La campana de la capilla lejana anunciaba la venida del Niño Dios” (PLÁ, 2014, p. 230). Na sede da fazenda todos comemoravam o Natal e a chegada do menino Jesus, fato que configura toda a hipocrisia dos seus donos, uma vez que negaram o direito à vida a dois seres inocentes, silenciaram suas vozes e permitiram que morressem, sem qualquer remorso ou sentimento de pesar.

A respeito da composição do conto, um texto bastante relevante para nossa análise é “A filosofia da composição”, publicado em 1846, de autoria do contista norte-americano Edgar Allan Poe (1999), que expõe uma série de fatores envolvidos no processo de produção de uma narrativa curta, ao tratar da extensão do conto e a reação que ele consegue provocar no leitor, ou o efeito que a leitura lhe causa. Para Poe, a unidade de efeito ou impressão é o ponto da maior importância.

A composição literária ocasiona, portanto, um efeito, um estado de “excitação” ou de “exaltação da alma”. E o processo de escrita precisa começar com a escolha do efeito que o autor pretende criar. Conforme Poe (1999), nenhum detalhe de sua composição pode ser atribuído a acidente ou intuição, e o trabalho deve ser realizado passo a passo, até o final, com a precisão e a rígida consequência de um problema matemático. Ainda de acordo com o autor de “A queda da casa de Usher”, após estabelecer a intenção, extensão e o efeito, o escritor deve definir o tom da obra. Esse pode ser de alegria, melancolia, tristeza, satisfação etc. Posteriormente, o efeito artístico, a natureza das palavras, pretexto para se recorrer à palavra e ao tema. Em conformidade com Poe (1999), uma criação literária não é uma iluminação divina, é um trabalho feito por meio da razão e do planejamento.

Desse modo, diante dos apontamentos de Poe (1999), em seu texto “A filosofia da compo-

sição”, observa-se que a criação do conto “Sisé” foi um trabalho elaborado por meio da razão e do planejamento, uma vez que o corpo de Sisé no mundo diegético concebido por Plá é objeto de discurso e objeto de conhecimento, que evoca o passado sob os signos da violência, do silêncio e de um presente histórico. Verifica-se no primeiro parágrafo do conto o biopoder, o poder soberano de matar ou deixar viver e a necropolítica de deixar viver para fazer morrer.

É plausível notar que o conto “Sisé” traz uma consciência histórica e espacial, já que a personagem enreda-se em uma extensão de servidão, maus tratos, humilhações, violações e, dessa maneira, a narrativa propõe uma reflexão crítica acerca do nosso tempo, enquanto objeto de discurso e objeto do conhecimento e, assim, observamos, por meio do relato, relações entre história, identidade e memória. Essa narrativa serve para propor um estilo de reflexão crítica acerca do momento em que vivemos e que nos permite questionar — quem é “descartável” e quem não é? A este propósito, parafraseando Mbembe, caberia perguntar — Que lugar é dado à vida? E em especial ao corpo que nasce da violência, da humilhação, da exploração? No mundo diegético de Plá, o corpo é silêncio, é exploração, é morte, como se confirma pela trajetória da pequena indígena, protagonista da história.

A infância saqueada no conto Cayetana

Semelhante à estrutura do conto “Sisé”, a narrativa do conto Cayetana se inicia com uma cena dialogada:

–Cayetana, andá buscar la carne.

–Cayetana, en Pinozá se vende naranja a cuatro pesos el cien.

Andá comprar.

–Cayetana, fregáme ese piso que está sucio.

–Cayetana, andá traer la silla que está en lo del carpintero.

–Cayetana, “enjaguá” mis medias. Pronto.

–Cayetana, prendé el horno. Vamos hacer sopa.

–Cayetana, andá regar mi picardía blanca.

Cayetana hacía todas estas cosas y algunas más (PLÁ, 2014, p. 119).

No excerto acima verifica-se que o tom é de ordem e de mando, exige a obediência sem questionamentos. As frases no imperativo são repetitivas, retratando o discurso autoritário. Cayetana foi deixada por sua mãe aos cuidados das irmãs Olmedo, quando tinha sete anos. O tratamento das irmãs a ela era sempre no imperativo: Cayetana também servia para as irmãs o mate da manhã e da tarde. Sempre com frases que expressavam ordens, as irmãs controlavam-na e exploravam-na, exigindo que trouxesse e levasse convites, pratos doces, salgados e mensagens, além de ser responsável pela limpeza da casa, fazer as compras, cozinhar, sendo escravizada por elas.

No começo sua mãe, Rufina, ainda via sua filha, quando ia à casa das irmãs para lavar roupa, mas acabou sumindo, deixando-a à mercê das duas irmãs:

Cayetana quedó de propiedad exclusiva de las

señoritas. Egidia le cosía los arlequinados vestidos; Eulalia, le carpía la cabeza con una arcaica maquinita de cortar pelo – la del finado señor Olmedo – que no funcionaba como una seda precisamente, y que arrancaba a Cayetana lágrimas en cada sesión (PLÁ, 2014, p. 120).

Cayetana, deitada à noite na cama feita com sacos velhos na cozinha, chorava e sentia frio na cabeça. Além disso, “Cayetana no tenía amigas. No le daban tiempo para ello. Como no había niños en la casa, no disfrutaba del privilegio de las niñeras, que salen con las criaturas a la vereda y participan de los juegos” (PLÁ, 2014, p. 121). O desejo dela era ser babá, assim poderia sair com as crianças e participar das brincadeiras.

No fragmento acima é possível notar a imagem como um ponto de identificação com o outro. Para Bhabha, a imagem torna presente algo que está ausente, ainda de acordo com esse crítico, “A imagem é a um só tempo uma substituição metafórica, uma ilusão de presença, e, justamente por isso, uma metonímia, um signo de sua ausência e perda” (BHABHA, 2019, p. 95). Dentro desse contexto, o desejo de Cayetana não era ser o “outro”, não era tomar o lugar do outro, seu desejo era o de ser vista, considerada, aceita, de ser criança, de poder ter um tempo para si mesma, ter contato com outras pessoas e gozar de um pouco de liberdade.

A única pessoa que conversava com Cayetana era uma velha vendedora de batatas, que às vezes lhe fazia pequenos agrados, e chegou a dar-lhe uma laranja e um pequeno melão. Quando Cayetana tinha por volta de treze para catorze anos, chegou de Buenos Aires o sobrinho das Olmedo, Eduardo, o preferido das senhoras, porque era doutor. Cayetana nunca tinha trabalhado tanto, trazia e levava mensagens, era ela também quem lustrava os sapatos dele, passava suas roupas, preparava-lhe o banho, e servia-lhe o mate na cama.

O assédio sexual não tarda a se iniciar, conforme se verifica no fragmento que segue:

“Cuando estaba inclinada sobre el pozo tirando de la cuerda para sacar agua para el baño del “doctor”, le pellizcaron una nalga” (PLÁ, 2014, p. 122). Cayetana, ao sentir aquela invasão em seu corpo, assustou-se e deixou o balde cair, quebrando-o. Tomou uma surra das Olmedo por quebrar o balde. Na manhã seguinte, não queria levar o mate aos aposentos de Eduardo, porém as Olmedo lhe deram outra surra. Sobre os castigos Foucault, tece a seguinte ponderação:

Os castigos sempre tiveram como objeto o corpo, com a intenção de controlar suas forças. Por meio de várias estratégias, com múltiplas origens, o corpo está inserido em um campo político, no qual as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônia, exigem-lhe sinais (FOUCAULT, 1987, p. 29).

Para o referido filósofo francês, “O corpo só se torna força útil se, ao mesmo tempo, ele for corpo produtivo e corpo submisso” (FOUCAULT, 1987, p. 29). Ainda seguindo o pensamento foucaultiano, a lógica política da disciplina é criar um ambiente em que seja impensável outro cenário. A disciplina expõe as regras, cabendo aos corpos cumpri-las. Nesse sentido, observa-se que o corpo de Cayetana é inteiramente exposto à vontade das senhoras, as quais obtém o máximo de rendimento dele. O corpo de Cayetana é submisso e explorado, escravizado. Em relação à escravidão, vale salientar que

Durante a escravatura, a plantação afigurava-se como a engrenagem essencial de uma ordem selvagem na qual a violência racial cumpria três funções. Por um lado, visava enfraquecer as capacidades dos escravos para assegurarem a sua reprodução social, na medida em que eles nunca conseguiriam reunir os meios indispensáveis para uma vida digna desse nome. Por outro lado, a brutalidade tinha uma dimensão somática. Pretendia imobilizar os corpos, destruí-los, se necessário. Por último, atacava o sistema nervoso e procurava extinguir todas as capacidades

das suas vítimas de criarem um mundo de símbolos próprio. Sendo as suas energias, na maior parte do tempo, gastas em tarefas de sobrevivência, eram forçados a viver a sua vida como uma reprodução (MBEMBE, 2014, p. 259, grifos do autor).

Diante do trabalho excessivo, das noites mal dormidas, dos castigos, dos deboches que ela sofria na rua devido às suas roupas ou ao corte de seu cabelo, percebe-se um sistema cruel que visa destruir e imobilizar seu corpo. De maneira semelhante a Sisé, Cayetana foi estuprada, e o agente perpetrador desse crime não foi punido e nem recebeu qualquer reprimenda:

Tocó a su término la vacación del señorito Eduardo. Las tías, sentimentales, le hicieron las valijas con mucho cariño y previsión, metiéndole en ellas mucho ñandutí para la señora y dulce de leche para la familia. Cayetana fue la encargada de llevar las valijas hasta el muelle. Iba delante de ellos, un trecho, llevándolas a empujones y deteniéndose a cada rato, porque eran pesadas (PLÁ, 2014, p. 123).

No universo da diegese, observa-se uma sociedade parasita, que explora a mão de obra infantil e também revela uma sociedade que naturaliza a violência, a exploração e a objetivação da figura feminina. Fica assim evidenciado o estado de servidão de Cayetana, e após três meses da partida de Eduardo, ela sumiu. As irmãs a procuraram por toda parte, mas não a encontraram.

Las señoritas Olmedo acudieron a la comisaría. Esta no tuvo éxito, dijo, en la pesquisa. Lo más seguro es que ni se molestaran en buscar. Porque cuando una chica como Cayetana desaparece, de sobra se sabe el porqué; se pierde para todos, menos para uno.

Las hermanas buscaron en vano durante mucho

tiempo otra “hija” que reuniese las virtudes de Cayetana. No la encontraron (PLÁ, 2014, p. 124).

Verifica-se que enquanto o corpo de Cayetana é dócil, cativo e sujeito a trabalhos forçados, o de Eduardo é tratado, vestido e alimentado. Nessa perspectiva, mesmo tendo a mesma matéria física, como pontuou Mbembe, tecidos, órgãos, carne comestível “viande”, os dispositivos históricos transformam e produzem os corpos, determinando a dimensão cultural e histórica que eles representam no universo discursivo do relato. Dessa forma, tais discursos podem localizar-se no âmbito da identidade racial, do gênero, da sexualidade etc., consequentemente girando em torno do corpo.

Dentro desse contexto, segundo os estudos culturais (SZURMUK et al., 2009), os corpos podem ser pensados como construções culturais, como “significante”, cujos significados e cujas configurações vão transformando-se historicamente ao ritmo de redefinições em torno da legitimidade simbólica e cultural de distintos grupos sociais.

Doze anos transcorreram, e uma vendedora de verduras passou pela casa das Olmedo. As irmãs, conversando com ela, descobriram que Cayetana viveu na casa de sua tia por doze anos e morrera havia dois meses, e que deixara uma filha que também se chamava Cayetana, com onze anos e morava com uma parente, muito pobre. As irmãs, “por caridade”, foram buscar Cayetana e tudo recomeçou outra vez. A pretensa caridade é uma forma de legitimarem a opressão e a escravização exercida sobre seres mais fracos, incapazes de se defender e obrigados a aceitar uma vida de miséria e de provações.

Dessa forma, percebe-se que os corpos das personagens Sisé e Cayetana se limitam à identidade biológica, deixando evidente a morte social das personagens, pois não há extensão de suas identidades, representam o desconforto identitário, nos quais a autoridade está concentrada no poder colonial. Assim, são estigmatizadas,

oprimidas e castradas. Para os estudos culturais (SZURMUK et al., 2009), a problemática do estatuto histórico e político do corpo está longe de fornecer uma base metodológica homogênea. Assim, esses estudos partem da premissa de que o corpo é o resultado de histórias e tecnologias políticas específicas, que constantemente problematizam seu status e seu lugar no mundo social, na ordem cultural e no domínio do natural.

Sendo assim, da mesma forma que a obra de arte é aberta a diversas perspectivas e interpretações, o corpo também o é. Para Foucault (1996), ele é matéria física, porém não é inerte e sem vida, mas sim uma superfície moldável, transformável, moldável por técnicas disciplinares e de biopolítica. Nesse sentido, segundo Fanon (1961), o corpo também é responsável pela raça e por seus ancestrais.

Dessa maneira, ele carrega características de uma identidade, que segundo Hall (2003), diz respeito àqueles aspectos que surgem de nosso pertencimento a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais. O conto analisado ilustra tal fato ao revelar a opressão dos mais pobres em solo latino-americano e, em particular, da mulher, que continua sendo violada e explorada pelas classes dominantes e, em específico, pelos homens que se pautam pelos postulados patriarcais.

O estigma da raça no conto “Siesta”

No terceiro e último conto escolhido para este artigo, “Siesta”, deparamo-nos com a personagem María, filha de Deolinda, uma empregada doméstica que, aos quinze anos, engravidou de Ciriaco, filho de sua patroa, Doña Ceferina. Observemos a sua descrição:

María, que está de rodillas en el suelo, se yergue asustada. Su manecita morena suelta el trapo y deshace rápido el nudo que mantiene recogida en la cintura la pollerita desteñida. Le mira con sus ojos negros y oblicuos, un poco a flor de pómulos. (Nadie en la familia tiene los ojos así, ha dicho

Doña Ceferina). Mueve la cabeza a derecha e izquierda, asustada, incapaz de decir una palabra (PLÁ, 2014, p. 211-212).

Verifica-se que as personagens Sisé, Cayetana e María representam um molde criado por suas formas externas, uma imagem do conceito de identidade, modelos criados pelo coletivo da sociedade. Por esse viés, nota-se que as personagens são um conjunto de estereótipos que, segundo Bhabha (2019), trata-se de uma estratégia discursiva de discriminação e de hierarquização. No caso em tela, as três representam o estereótipo da mulher latina, pobre, com parentesco de indígenas, uma raça/etnia frequentemente desprezada pela elite branca. Conforme assinala Stuart Hall

A raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente ponto específico, de diferenças em termos de características físicas - cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. - como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro (HALL, 2006, p. 63).

Observa-se essa diferenciação dos grupos quando a voz narradora acrescenta, entre parenteses, que a avó de María pontuou que ninguém na família tinha olhos assim. Essa marca simbólica, a que a personagem dona Ceferina se referiu como um traço que não faz parte de sua família, é um signo de exclusão. Fica evidente aqui aquela ideia de identidade unificada com características e traços iguais. Para Fanon (1961), a raça é o efeito interno do olhar do outro e uma manifestação de crenças e desejos. É uma operação do imaginário, o lugar onde se encontram as regiões obscuras e sombrias do inconsciente. A respeito da raça, Achille Mbembe ressalta que

A raça está por detrás da aparência e sob aquilo de que nos apercebemos. É também constituída pelo próprio ato de atribuição - esse meio pelo qual certas formas de infra vida são produzidas e institucionalizadas, a indiferença e o abandono, justificados, a parte humana do Outro, violada, velada ou ocultada, e certas formas de enclausuramento, ou mesmo de condenação à morte, tornadas aceitáveis (MBEMBE, 2014, p. 66).

A raça transforma-se em um dispositivo social que segrega, separa, cataloga os seres de uma sociedade. A fala da avó de María atribui à personagem características do “outro”, que não fazem parte de seu grupo familiar. É a partir disso que o abandono, a indiferença e a violência são justificáveis. Ciriaco estava tirando sua siesta, mas María não o deixava dormir, pois sua “avó” (Ña Ceferina) havia saído e em sua ausência não gostava que María ficasse ociosa. Nessa sequência de ações, pode-se observar o poder disciplinar, cujo objetivo básico consiste em produzir um ser humano que possa ser tratado como um corpo dócil, segundo as acepções de Foucault (1996). Nota-se esse poder disciplinar sobre o corpo da personagem, as imposições e o controle, porque mesmo ausente, sua avó tem controle sobre ele.

Como Ciriaco não conseguia dormir com o vai e vem de María, começou a recordar os momentos que passou com a mãe dela, Deolinda, e principiou a duvidar que María fosse sua filha. Sentiu ciúmes e procurou traços de seu amigo Juan em María. Essa, por sua vez, morava com sua “avó” e seu “pai” desde os seis anos. Nesse trecho da narrativa, ela estava com onze. Diante da impossibilidade de dormir, Ciriaco pede que María lhe faça um mate:

Sus manecitas morenas enjugan el mate, lustran la bombilla, trémulas. Se apresura, soplando el fuego con toda la fuerza de sus pequeños pulmones.

—¡Qué!... Ese mate, ¿está o no está?

–Ya voy, ya voy enseguida... –Casi afónica.

Llega por fin, con la calabacita y con la pava; los ojos a flor de pómulos miran a Ciriaco con asustada obsecuencia. Ciriaco no ha vuelto a entrar en el cuarto. [...] La chica deja la pava en el suelo, alarga a Ciriaco el mate. Él lo toma sin mirarlo, lo lleva a los labios, sobe.

–Está frío, chiquilina estúpida (PLÁ, 2014, p. 218).

No prosseguimento das peripécias narrativas, ocorre uma cena de violência, na qual o incesto quase se consuma:

–Esperá un poco. Vení acá.

Ciriaco sonríe. Una sonrisa torcida, que le hace horrible de ver. Toma a la pequeña del brazo, violentamente. Mate y pava caen al suelo. La boca de la chica se crispa de terror. Cree que va a golpearla.

–Papá...

–Yo no soy su papá... me oye, ¡grandísima idiota!... La puta de tu madre se lo cree, no más... pero yo no soy tu padre... y me la van a pagar (PLÁ, 2014, p. 218).

Nesse ponto da narrativa Ciriaco tenta estuprar María, e nos damos conta de que ao procurar traços do “outro” nela, que justificariam a violência e violação em relação a esse “outro”. Em sua imaginação, o fato de o personagem não considerar María como sua filha seria uma justificativa para violá-la, violentá-la: “La chiquilina gime afónica de terror; una reacción puramente

instintiva, primaria, le lleva de pronto a prender ciegamente sus dientes en la mano que la amordaza. Y muerde con una desesperación de animalito en cepo” (PLÁ, 2014, p. 219).

O terror invade o corpo de María e a personagem desesperada morde a mão de Ciriaco e consegue escapar, e foge desesperada:

Ciriaco suelta una maldición; la chiquilina escapa, tropezando, en busca de la calle.

Huye ciega, sin saber nada sino de su terror; sor-da y sin voz; el viento entra en su boca abierta y la deja de madera. No ve el ciclista que viene a toda velocidad calle abajo por la vereda desierta; el ciclista, ciego él también, pero de calor, no la ve tampoco. La embiste, la lanza brutalmente de costado. La chiquilina salta en el aire, cae como un fardo, rebota sordamente; no se levanta (PLÁ, 2014, p. 219).

É possível constatar nessa narrativa, e também nas outras duas analisadas, uma característica padrão da violência: a exibição do corpo, morto, inerte; o inimigo eliminado. Percebem-se ainda aspectos constantes da violência doméstica, com a violação do corpo no espaço privado. Vivendo sob a supervisão do olhar racista e machista, María, a personagem do conto “Siesta”, é a única que reage à violência, mas também paga um alto preço por essa atitude.

Para Julio Cortázar, “o contista tem uma maneira especial de entender e ver o mundo” (CORTÁZAR, 1974, p. 150-151). Compreende-se que um bom contista é aquele que busca sempre o excepcional no cotidiano e a criação espontânea se dá no exame crítico que esse escritor tem da época a que pertence. Ainda conforme o escritor argentino (CORTÁZAR, 1974), um conto é significativo quando quebra seus próprios limites com a explosão de energia espiritual, que ilumina bruscamente algo que vai além da pequena história que conta.

Nessa perspectiva, os três contos estudados cumprem eficazmente essa premissa e desvelam um universo ficcional no qual o corpo feminino sofre as agruras e os tormentos perpetrados pelos homens, que violentam, assassinam e destroem-no, sem piedade e amparados por uma postura advinda do sistema patriarcal, que lhes garante o poder de vida e de morte sobre corpos que, para eles, nada mais são que objetos de prazer, criados para seu usufruto e exploração.

Considerações finais

Nas narrativas curtas analisadas, o espaço doméstico é visto como local de violação e o corpo como um campo simbólico, habitado por representações históricas dramáticas de violência, silêncio, abandono e solidão. Nesse sentido, a exploração física e sexual sofrida pelas personagens nos faz refletir a respeito daquela indagação de Mbembe (2014): se o animal é mais humano do que o homem, ou se o homem é mais animal que o próprio animal. Parece-nos que a resposta encontra-se no período do final do questionamento que ele propõe.

É pertinente salientar que nos contos “Sisé”, “Cayetana”, “Siesta”, ocorrem manifestações daquilo que se convencionou denominar como biopolítica e necropolítica e são justamente essas concepções que nos fazem enxergar os corpos simbólicos no mundo diegético de Josefina Plá. Observamos que as personagens que povoam o universo fictício da autora fazem parte de um sistema social, cultural e econômico castrador. As narrativas apresentam semelhanças e características de ações e discursos que vão muito além da ficção.

No conto “Sisé”, o vazio da palavra transborda a extensão semântica do conto, refletido na perda da mãe, na falta de pertencimento e de afetividade. Já em “Cayetana”, nota-se como os corpos são destruídos e imobilizados, escancarando como o sistema elimina o “Outro”. Por sua vez, em “Siesta”, os estereótipos são justificativas para violação e extermínio daquele que é

diferente, que não seria familiar, que teria sido gerado por outro.

Em tal contexto é cabível concluir que as narrativas ultrapassam os limites daquilo que é possível exprimir através da linguagem escrita. Verifica-se também que, ao recorrer à escrita, Josefina Plá não apenas mimetiza formas e aparências, mas vai além delas, evidenciando como o corpo da mulher latino-americana e indígena é transformado em objeto, escravizado, espoliado e desprezado como uma roupa velha, após ser violado e não possuir mais utilidade para aquele que exerceu o ato de posse de seu corpo.

O papel da escrita, evidenciado nos escritos de Plá, é posicionar o leitor diante de um espaço privado do cotidiano repleto de violência física e psicológica, e a esfera privada é vista como campos da morte, que buscam erradicar a pluralidade da condição humana. Em suma, o passado torna-se presente no mundo diegético de Plá, revelando como a violência afeta o corpo feminino, em uma sociedade pautada pelo sistema patriarcal, e na qual a mulher (sobretudo as mais pobres, de outras etnias como as indígenas) é encarada como mercadoria, como algo sem valor, cuja vida pouco ou nada vale e pode ser descartada sem consequências.

Assim, os corpos femininos dos contos estudados deixam uma sensação de inquietação e desconforto no leitor, pois problematizam as relações entre homens e mulheres, e demandam reflexões e apontam elementos para possíveis mudanças ou, pelo menos, para uma conscientização da problemática que transborda em cada um deles.

REFERÊNCIAS

- BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2019.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CORTÁZAR, Julio. Alguns aspectos do conto. In: CORTÁZAR, Julio. Valise de cronópio. São

Paulo: Perspectiva, 1974.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Lisboa: Ulisseia limitada, 1961.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalheite. Petrópolis, Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. Poder-corpo. In: FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

GLISSANT, Édouard. Introdução a uma poética da diversidade. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Portugal: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

OLIVEIRA, Geovana Quinalha. Corpo: experiência e linguagem em Josefina Plá. Raído, Dourados, MS, v. 10, n. 21, jan./jun. 2016, p. 90-101. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/5212/2746>. Acesso em: 02 jun. 2022.

PLÁ, Josefina. Cuentos completos, I. Asunción: Servilibro, 2014.

PLÁ, Josefina. Cuentos completos, II. Asunción: Servilibro, 2014.

POE, Edgar Allan. Poemas e Ensaio. Tradução de Oscar Mendes e Milton Amado. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 1999.

SANTIAGO, Silviano. Uma literatura nos trópicos: edição ampliada. Pernambuco: Editora Cepe, 2019.

SZURMUK, Mónica (coord.) et al. Diccionario de estudios culturales latino-americanos. México: Siglo XXI Editores: Instituto Mora, 2009. Disponível em: <<https://elpaginaslibres.files.wordpress.com/2009/12/diccionario-de-estudios-culturales-latinoamericanos.pdf>> Acesso em: 03 jul. 2021.

Submissão: junho de 2022.

Aceite: dezembro de 2022.

“EU? SOU MAIS O PRETO”: A DESCONSTRUÇÃO DOS PAPÉIS SOCIAIS DE GÊNERO NA NARRATIVA INFANTIL CHEGA DE ROSA! (2013), DE NATHALIE HENSE

Yuri Pereira de Amorim²

Resumo: Objetivamos, neste artigo, apresentar uma leitura analítica da obra literária potencialmente endereçada ao público infantil *Chega de rosa!* (2013), de Nathalie Hense. De modo mais detalhado, intencionamos discursar, com base no enredo literário selecionado como *corpus* de investigação, sobre a desconstrução dos papéis sociais de gênero praticada pela protagonista e seus colegas, Alberto e Carlos. Para além desse propósito, pretendemos observar se a questão temática do livro de Hense (2013) é perpassada pela linguagem estilística literária (MARTINS, 2000) ou, contrariamente, pelo discurso didático-moralizante. Os resultados alcançados indicam que: 1) a literatura pode ampliar a experiência ética e estética dos sujeitos leitores; 2) o gênero não é algo rígido, estável e inato, pelo contrário, é construído socialmente, sofrendo modificações com o passar do tempo e nas diferentes sociedades (BUTLER, 2021).

Palavras-chave: Literatura infantil. Desconstrução de gênero. *Chega de rosa!* (2013). Nathalie Hense.

“I? I AM THE BLACKEST”: DECONSTRUCTION OF SOCIAL GENDER ROLES IN CHILDREN’S NARRATIVE CHEGA DE ROSA! (2013), BY NATHALIE HENSE

Abstract: In this article, we aim to present an analytical reading of the literary work potentially addressed to children *Chega de rosa!* (2013), by Nathalie Hense. Moreover, we intend to discuss, based on the literary plot selected as a *corpus* of investigation, the deconstruction of social gender roles practiced by the protagonist and her colleagues, Alberto and Carlos. In addition, we intend to observe whether the thematic issue of the book by Hense (2013) is permeated by the literary stylistic language (MARTINS, 2000) or, adversely, by the didactic-moralizing discourse. The results achieved indicate that: 1) literature can expand the ethical and aesthetic experience of the readers; 2) gender is not something strict, stable and innate, on the opposite, it is socially constructed, undertaking changes over time and in different societies (BUTLER, 2021).

Keywords: Children’s literature. Gender deconstruction. *Chega de rosa!* (2013). Nathalie Hense.

1 Trabalho desenvolvido com fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2 Doutorando em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). E-mail para contato: yuriamorim123@hotmail.com

Palavras introdutórias

Nos últimos anos, questões relacionadas aos estudos de gênero têm recebido notabilidade por parte de diversas áreas do conhecimento, tais como da Psicologia, da Sociologia, da História, entre outras. Para além dos âmbitos supramencionados, a literatura, ao articular conteúdo e forma (CANDIDO, 2004), configura-se como uma manifestação artística capaz de dissertar, simbolicamente, sobre assuntos vitais aos seres humanos (dentre eles, a temática de gênero), afinal, conforme assevera o pesquisador Ricardo Azevedo (2005, p. 32), “através da ficção e da linguagem poética, os assuntos subjetivos, assuntos que não implicam nem são passíveis de lição, sistemas de controle e soluções unívocas, mas, sim, de opiniões pessoais, emoções, conflitos e controvérsias, podem vir à tona”. Desse modo, os escritores, ao jornadearem pelo terreno da linguagem literária, podem versar, em seus escritos literários, sobre temas tabus e espinhosos por via da plurissignificação, da indagação e da reflexão.

Na esteira dessas ponderações, objetivamos, neste trabalho, conceber discussões em torno da desconstrução dos papéis sociais de gênero na narrativa potencialmente voltada ao público infantil *Chega de rosa!* (2013), de Nathalie Hense. De modo mais específico, intencionamos discursar, embasados no enredo literário elencado como corpus de análise, sobre a desconstrução dos estereótipos sociais de gênero atribuídos, recorrentemente, a meninos e meninas (e a homens e mulheres) em razão das características sexuais de cada um. Pretendemos observar, ainda, se a questão temática do livro literário de Hense (2013) é acompanhada de uma linguagem estilística (MARTINS, 2000) – que caracteriza a literatura – ou, do contrário, se é perpassada pelo discurso didático-moralizante que, comumente, acomete projetos literários potencialmente endereçados ao público infantil e juvenil.

No que concerne à narrativa de Hense,

Chega de rosa!, ela foi publicada inicialmente na França, em 2009, sob o título *Marre du rose*, pela editora Albin Michel. No Brasil, a obra foi traduzida por Rafaela Moreira dos Santos³ e introduzida no mercado literário em 2013, pela editora SM. As ilustrações presentes ao longo de toda a trama são de autoria de Ilya Green. O livro, protagonizado e narrado por intermédio de uma focalização autodiegética⁴ (GENETTE, s.d.), apresenta a história de uma menina⁵ inconformada com os papéis sociais de gênero que a família e a sociedade esperam que ela e os seus amigos (Augusto e Carlos) representem.

3 Embora questões intrínsecas à tradução não se constituíssem enquanto o foco principal de nosso estudo, consideramos imprescindível salientar a importância do tradutor na transposição e adaptação de obras originalmente escritas em outros idiomas para o vernáculo brasileiro, afinal, é por meio desses profissionais que os leitores brasileiros possuem a oportunidade de ler, em Português, narrativas originalmente escritas em outras línguas. O trabalho do tradutor requer, nos dizeres de Leyla Perrone-Moisés (2013, p. 74), “[...] conhecer a tática de luta e os passos da dança, o ‘pulo do gato’ efetuado pelo escritor. Como na outra língua, os obstáculos são outros, ele [o tradutor] deve recompor esse pulo, variando seu jeito e seu percurso segundo os acidentes do novo terreno”. Destarte, quanto mais lapidada for a tradução empreendida pelo responsável da área, melhor serão conservados os recursos estéticos criados pelo autor(a) para imprimir literariedade ao seu livro. Assim, o trabalho do tradutor é digno de pesquisas acadêmicas minuciosas.

4 Para Gérard Genette (s.d., p. 244), a narração autodiegética é aquela em que “[...] o narrador é o herói da sua narrativa”. Em outras palavras, na focalização autodiegética o narrador, ao passo que narra o enredo, é o personagem protagonista da trama.

5 Ao longo da narrativa, o nome da personagem principal não é mencionado, por essa razão, iremos nos referir a protagonista por meio de expressões como: “personagem principal”, “protagonista”, “personagem narradora”, entre outras. Em nossa concepção, o fato de a escritora não ter apresentado o nome da personagem narradora no decorrer da trama pode estar associado a uma questão de estender a identificação entre leitores (com ênfase naqueles que se identificam com a categoria identitária feminina) e protagonista, isto é, as experiências da narradora com relação aos estereótipos de gênero não são restritas à ela e ao seu núcleo de convivência, logo, os leitores que se reconhecem na personagem (ou nas vivências experienciadas pela garota) podem conceder o próprio nome à protagonista, pois ambos experienciam situações análogas.

No decorrer do enredo, ao passo que o leitor presencia a narradora constantemente contes-
tando os estereótipos sociais de gênero que o
âmbito familiar e coletivo tenta atribuir a ela e a
seus colegas, ele contempla a coragem e a valen-
tia da protagonista que, ao preferir brincar com
pedras, fósseis, dinossauros, guindastes, insetos,
entre outras coisas, rompe com discursos hege-
mônicos relacionados ao binarismo de gênero.

Em se tratando de Nathalie Hense, uma
pequena biografia da escritora pode ser encon-
trada na última página de seu compêndio literá-
rio (Chega de rosa!⁶):

autora de livros infantojuvenis, *Nathalie Hen-
se* trabalha como redatora publicitária [...]. So-
nhando ser poeta desde pequena, só depois de
adulta passou a se dedicar à literatura. Nathalie
mora em Raincy, a cerca de dez quilômetros do
centro de Paris, na França (HENSE, 2013, p. 36,
grifos da autora).

Para o desenvolvimento da pesquisa, opta-
mos pela metodologia descritivo-qualitativa de
natureza interpretativa (THOMAS; NELSON,
1996). Em outras palavras, o nosso trabalho
percorreu as seguintes etapas: 1) procedemos
pela leitura do livro literário de Hense (2013),
realçando excertos que abordassem a temática
da desconstrução dos papéis sociais de gênero
e recursos estilísticos manejados pela autora; 2)
selecionamos e revisamos aportes teórico-críti-
cos relacionados aos estudos literários e de gêne-
ro; 3) procedemos pela análise dos fragmentos
literários anteriormente selecionados, seguindo
uma linha interpretativa, isto é, manifestando o
olhar do pesquisador acerca do tema seleciona-
do como foco de averiguação.

Com relação aos motivos que nos leva-
ram a eleger o enredo de Hense (2013) como

6 É importante destacar que a obra literária de Nathalie
Hense, *Chega de rosa!* (2013), não possui sistema de nu-
meração, contudo, para melhor situar os sujeitos que se
debruçam sobre este estudo, optamos por atribuir nu-
meração de páginas ao compêndio literário supracitado.
Desse modo, consideraremos como página um (1) a que
pode ser visualizada logo após a capa do livro.

corpus de análises, destacamos os seguintes: 1)
a necessidade de se evidenciar, ainda nos dias
atuais, que não são precisamente as caracterís-
ticas sexuais que constituem o que é tido como
masculino e feminino em uma determinada so-
ciedade, ao invés disso, são as representações e
os discursos produzidos socialmente que insti-
tuirão, efetivamente, a masculinidade e a femi-
nilidade de dada instância coletiva (LOURO,
2003); 2) a pertinência de se observar a lin-
guagem manejada pela autora para representar
o tema da desconstrução dos papéis sociais de
gênero no livro supracitado, ou seja, observar
se o tema em questão é retratado por via de um
discurso estético, proporcionando literariedade
ao texto, ou, do contrário, se opera por meio
do discurso didático-moralizante; 3) a proximi-
dade e identificação pessoal do autor desta pes-
quisa enquanto leitor com a narrativa e com as
temáticas abrangidas ao longo da obra *Chega
de rosa!* (2013). É relevante assinalar esta justifi-
cativa, pois compactuamos com a ideia de Jean
Starobinski (1976) quando o teórico assevera
que nenhum objeto de investigação é elegido de
maneira inocente, pelo contrário, parte de nos-
sas preferências pessoais e de nossa maneira de
olhar o mundo.

1 A desconstrução dos estereótipos sociais de gênero em *Chega de rosa!* (2013), de Nathalie Hense

María Teresa Andruetto (2012), no de-
correr do livro *Por uma literatura sem adjetivos*,
propõe algumas discussões valorosas para pen-
sarmos o campo epistemológico da literatura
infantil e juvenil. Dentre as reflexões empreen-
didas pela autora, convém destacar, neste estu-
do, o momento em que a estudiosa questiona a
serventia da ficção. Andruetto (2012) explicita
que, quando queremos nos inteirar sobre as pa-
lavras, locomovemo-nos, recorrentemente, em
direção ao dicionário; para contemplar as notí-
cias da atualidade, buscamos por jornais e revis-
tas; mas para onde vamos quando estamos inte-

ressados em saber sobre nós mesmos? De acordo com a escritora:

Nós, os leitores, vamos à ficção para tentar compreender, para conhecer algo mais acerca de nossas contradições, nossas misérias e nossas grandezas, ou seja, acerca do mais profundamente humano. É por essa razão, creio eu, que a narrativa de ficção continua existindo como produto da cultura, porque vem para nos dizer sobre nós de um modo que as ciências ou as estatísticas ainda não podem fazer. Uma narrativa é uma viagem que nos remete ao território de outro ou de outros, uma maneira, então, de expandir os limites de nossa experiência, tendo acesso a um fragmento de mundo que não é o nosso (ANDRUETTO, 2012, p. 54).

Nesse sentido, a literatura é uma expressão artística que possibilita aos indivíduos entrar em contato com anseios, sentimentos e temas relativos aos seres humanos, isto é, por via do texto literário temas considerados espinhosos, ambíguos, e subjetivos (o amor, o gênero, a sexualidade, entre outros) podem emergir (AZEVEDO, 2005), como resultado, o leitor tem a chance de cruzar as fronteiras de sua própria experiência, tornando-se mais benevolente para consigo e para os que estão em seu entorno. Estas ponderações se posicionam harmoniosamente com as ideias de Tzvetan Todorov (2020), quando o teórico búlgaro elucida que:

[...] a literatura amplia o nosso universo, incita-nos a imaginar outras maneiras de concebê-lo e organizá-lo. Somos todos feitos do que outros seres humanos nos dão: primeiro nossos pais, depois aqueles que nos cercam; a literatura abre ao infinito essa possibilidade de interação com os outros e, por isso, nos enriquece infinitamente. Ela nos proporciona sensações insubstituíveis que fazem o mundo real se tornar mais pleno de sentido e mais belo. Longe de ser um simples entretenimento, uma distração reservada às pessoas educadas, ela permite que cada um responda melhor à sua vocação de ser humano (TODOROV, 2020, p. 23-24).

Portanto, ao nos debruçarmos sobre os livros de ficção e poesia, entramos em comunhão com o(s) outro(s) e, a partir desse entrosamento, avistamos horizontes outrora não observados ou não contemplados a contento. Desse modo, a literatura, à medida que promove instantes de prazer e fruição estética, converte-se em um elemento significativo na transformação e organização da vida humana (CASTRILLÓN, 2011). Em outras palavras, as obras literárias são artefatos valiosos e imprescindíveis para a humanização dos sujeitos leitores, pois confirma nos seres humanos:

[...] aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinação das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor (CANDIDO, 2004, p. 180).

Assim sendo, os livros literários, por meio de personagens e universos inventados, abrem espaço para que o leitor lance olhares complacentes para o seu semelhante e para temáticas que, muitas vezes, são consideradas de difícil tratamento pela sociedade ocidental. Dentre os diversos assuntos abarcados pela literatura, interessa-nos, neste estudo, discorrer sobre a temática de gênero.

No contexto ocidental, questões relativas à investidura de gênero são introduzidas aos sujeitos desde a primeira infância. A antropóloga Adriana Piscitelli (2009), ao suscitar reflexões em torno da temática supracitada, pontua que:

Entre nós, desde que um bebê nasce ele é tratado de forma diversa se for menino ou menina, e aprende a se comportar de determinadas maneiras. Aos meninos, se oferecem bola e carrinho para brincar, às meninas, bonecas e casinha; o menino é estimulado a ser mais agressivo, e a menina, a “se comportar” (PISCITELLI, 2009, p. 130).

À vista desse entendimento, assim que uma criança é deslocada, através de intervenção médica, de “bebê” para “menino” ou “menina”, uma série de discursos e atos começam a ser reiteradamente lançados em direção a esses corpos, de modo a instituí-los enquanto um corpo masculino ou feminino (BUTLER, 2019). De acordo com Guacira Lopes Louro (2020, p. 15):

A declaração “É uma menina” ou “É um menino” [...] começa como uma espécie de “viagem”, ou melhor, instala um processo que, supostamente, deve seguir determinado rumo ou direção. A afirmativa, mais do que uma descrição, pode ser compreendida como uma definição ou uma decisão sobre um corpo. [...] O ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um “dado” anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórica e binário. Tal lógica implica que esse “dado” sexo vai determinar o gênero e induzir a única forma de desejo. Supostamente, não há outra possibilidade senão seguir a ordem prevista. A afirmação é “um menino” ou “é uma menina” inaugura um processo de masculinização ou de feminização com a qual o sujeito se compromete.

Em outras palavras, o sexo, na sociedade ocidental, é tido, ainda na atualidade, como algo inato, natural, “[...] decorrente das distinções corporais entre homens e mulheres, em especial daquelas associadas às suas diferentes capacidades reprodutivas” (PISCITELLI, 2009, p. 118). Sob essa ótica de compreensão, o senso comum (às vezes munido de uma linguagem “científica”) se apoiará, constantemente, no campo da distinção sexual para fundamentar e legitimar as desigualdades sociais existentes entre homens e mulheres (LOURO, 2003). Para além dessa questão, a partir da designação “é um menino” ou “é uma menina”, uma série de condutas serão empreendidas repetidamente em sentido a esses corpos, com finalidade de circunscrevê-los no terreno da masculinidade ou feminilidade. É importante ressaltar que a construção da masculinidade e da feminilidade ocorrerá no interior de uma estrutura marcada pela heterossexuali-

dade compulsória, “[...] em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual” (BUTLER, 2021, p. 53).

Tomando como base essas considerações, o nosso entendimento sobre gênero estará em conformidade com o pensamento de Judith Butler (2021, p. 69), quando a filósofa norte-americana assegura que “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser”, ou seja, o gênero será considerado como socialmente construído. Assim, ao entendermos que o gênero é fabricado socialmente, “percebemos que uma série de características ‘naturalmente’ femininas ou masculinas corresponde às relações de poder. Essas relações vão ganhando a feição de ‘naturais’ de tanto serem praticadas, contadas, repetidas e recontadas” (AUAD, 2021, p. 19). Os meninos e/ou as meninas (e os homens e/ou as mulheres) que perturbarem as normas regulatórias de gênero serão marcados como corpos desviantes, conseqüentemente se tornarão vítimas das pedagogias de punição, defrontando-se com exclusões, castigos e conversões (LOURO, 2020).

Sob essa percepção, principiaremos as análises de nosso trabalho, na intenção de observar a desconstrução dos papéis sociais de gênero na narrativa especialmente endereçada ao público infantil *Chega de rosa!* (2013), de autoria de Nathalie Hense. Para além da desconstrução dos estereótipos sociais de gênero, observaremos a linguagem acionada pela autora para tematizar a questão supramencionada, isto é, investigaremos se a escritora maneja estratégias estilísticas (MARTINS, 2000) para imprimir literariedade ao enredo, ou, contrariamente, se procede pelo uso do discurso didático-moralizante. Ao iniciar a leitura da narrativa, o leitor, de imediato, depara-se com a insatisfação da protagonista em relação à cor rosa:

Eu? Sou mais o preto.

Meninas normalmente gostam de rosa,

só que para mim

o rosa dói na vista!

O mesmo vale para as princesas,

o blá-blá-blá das princesas,

os laços e também as bonecas.

Se ainda por cima forem cor-de-rosa,

aí é que me dá enjoo (HENSE, 2013, p. 4-6).

Logo na primeira linha do excerto é possível observar a inconformidade da personagem narradora para com os papéis sociais de gênero previamente estabelecidos pela instância coletiva. Ao preferir a cor preta em detrimento da rosa, a protagonista subverte as normas sociais de gênero e instantaneamente se torna um corpo desviante, conseqüentemente, “[...] suas escolhas [...] passam a marcar a fronteira e o limite, o espaço que não deve ser atravessado” (LOURO, 2020, p. 17). Mais do que demarcar a zona que não deve ser ultrapassada, a personagem, ao apreciar a tonalidade preta e apresentar desgosto pelo rosa, coloca em questão a suposta feição “natural” do gênero. Em outros dizeres,

a menina abre caminhos para que o leitor possa refletir sobre a construção social da masculinidade e da feminilidade. Assim, quando os sujeitos leitores empreendem a leitura do fragmento acima, podem pensar criticamente sobre o fato de as meninas normalmente “gostarem” de rosa, princesas, laços e bonecas. A predisposição das garotas para com os objetos e cor mencionada frequentemente não se dá de maneira voluntária, longe disso, a sociedade, por meio de atos performativos⁷ (BUTLER, 2019), condiciona as crianças, desde o nascimento (mais especificamente, desde a afirmação médica “é um menino” ou “é uma menina”), a desenvolver comportamentos ideais de feminilidade ou masculinidade (este processo é desempenhado considerando as distinções sexuais atribuídas a meninos e meninas). Nesse sentido, os primeiros resquícios da construção social do gênero podem ser observados na gravidez, no preparo do enxoval: rosa para as meninas e azul para os meninos (SILVA, 2016). Destarte, nem sempre as garotas gostam de rosa, laços, entre outros objetos, do contrário, a família (posteriormente a escola e outros órgãos sociais) é quem transmite essas convenções sociais aos filhos e filhas.

Outro elemento digno de nota acerca do trecho literário há pouco citado corresponde ao instante em que a personagem principal afirma não gostar do “blá-blá-blá das princesas” (HENSE, 2013, p. 3). Neste momento do texto, Hense (2013) aciona uma figura de linguagem, a onomatopeia, para fomentar a literariedade do fragmento. Nilce Sant’anna Martins (2000), ao dissertar sobre este artifício estilístico, elucida que as onomatopeias normalmente não estão inseridas no “[...] sistema léxico-gramatical da língua; são sinais inanalísáveis significativamente, quase destituídos de valor significativo próprio; representam globalmente uma situação e não desempenham uma função na frase,

⁷ Para Butler (2019, p. 34), a performatividade “[...] é a reiteração de uma norma ou de um conjunto de normas, e na medida em que adquire a condição de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais é uma repetição”.

equivalendo cada uma delas a toda uma frase” (MARTINS, 2000, p. 49). Ademais, trata-se de um artifício bastante manuseado pelas crianças e adolescentes; assim como pelos redatores de literatura infantil, que, geralmente, buscam estimular o máximo de sugestões interpretativas em fragmentos mínimos (MARTINS, 2000). Isto posto, a escritora, ao proceder pelo emprego da onomatopeia na passagem literária supramencionada, não apenas desencadeia a sonoridade do escrito, como possibilita ao leitor confirmar o desinteresse da personagem para com os diálogos monótonos acerca das princesas. Após a enunciação do ruído “blá-blá-blá”, a narradora personagem determina seu desprendimento para com as figuras supraditas, consequentemente, nenhuma outra palavra precisaria ser manifestada para produzir o sentido geral da sentença.

Prosseguindo com as investigações do enredo, os indivíduos que se debruçam sobre a trama, ao avançarem com a leitura da obra, possuem a chance de observar a personagem central refletindo sobre alguns dizeres manifestados pela mãe em sua direção:

Minha mãe diz que sou

um arremedo de menino.

Ela quer dizer

que sou como um menino,

mas não um de verdade.

É como dizer “aranha na telha”

em vez de “aranha na teia”;

parece, mas não é.

Eu tenho uma aranha

“na telha”, na cabeça:

Pareço, mas não sou... (HENSE, 2013, 8-10).

As queixas empreendidas pela mãe da protagonista em relação à identidade da filha nos dão a oportunidade de retomar algumas discussões elencadas anteriormente, neste caso, as argumentações sobre os corpos desviantes e a demarcação do terreno que não deve ser ultrapassado (LOURO, 2020). Ao não corresponder com os papéis sociais de gênero esperados de uma garota, a personagem narradora, à proporção que é impelida à margem da sociedade, passa a ser observada com mais frequência pelos familiares, pois suas condutas estilhaçam o aspecto aparentemente estável do gênero e sugerem outras formas de expressá-lo. Sob essa percepção, ao subverter as normas cristalizadas pela instância coletiva, a personagem central se torna vítima de discursos e pedagogias corretivas. Portanto, quando a progenitora diz à filha que ela é um “arremedo de menino”, sua intenção é a de ratificar o binarismo de gênero (responsável por consolidar funções específicas e opostas para homens e mulheres) e, simultaneamente, tecer uma crítica sutil em referência ao modo como a filha vive a própria feminilidade. Em conformidade com Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar (2009), o substantivo masculino “arremedo” pode ser manuseado para promover, dentre os vários significados, a ideia de “cópia malfeita”. Dessa maneira, quando a genitora de-

clara que a filha é um “arremedo de menino”, as escolhas lexicais manifestadas por ela produzem uma espécie de julgamento contra a personagem narradora, ou seja, é como se a mãe estivesse desprezando a maneira como a progênita experiencia e produz a própria feminilidade. A mãe (e também o pai da protagonista, como veremos mais à frente), defendem, veementemente, que “[...] meninas não podem gostar de coisas de meninos e vice versa” (HENSE, 2013, p. 28).

Ainda sobre o excerto literário predito, torna-se relevante examinarmos o momento em que a narradora, ao escutar as queixas da mãe, ressignifica o que foi disseminado. A personagem central não quer ser enxergada como um arremedo de menino, pois entende que é “[...] uma menina perfeita, mesmo que [...] não goste de rosa” (HENSE, 2013, p. 32). Sendo assim, a garota recorre aos próprios interesses, neste caso, às aranhas (usualmente associadas ao universo masculino), e cria uma excelente metáfora para o modo como vive a respectiva feminilidade: ela compreende que subverte alguns padrões impostos pela sociedade e, ainda assim, prefere ter uma “aranha na telha” a ter que se submeter aos estereótipos sociais de gênero. É pertinente salientar que Hense (2013), neste ponto da obra literária, emprega o artifício estilístico da paronomásia⁸ para, em nossa concepção, estimular o efeito sonoro e humorístico do texto. A técnica mencionada é caracterizada “[...] como a figura pela qual se aproximam, na frase, palavras que oferecem sonoridades análogas com sentidos diferentes” (MARTINS, 2000, p. 44-45). Deste modo, os vocábulos “telha” e “teia”

presentes na fala da protagonista, embora tenham sentidos distintos, possuem sonoridade semelhantes; consequentemente, o trocadilho acionado pela escritora, ao passo que afasta o livro de uma perspectiva didático-moralizante, impulsiona o humor e a sonoridade do enredo.

Dando seguimento às análises da trama literária, o leitor, em meio ao passar de folhas, constata que a narradora não é a única a desconstruir os papéis sociais de gênero cultivados pelo poder dominante; Augusto, o colega da protagonista, também perturba as regras impostas e reiteradas socialmente. Por desestruturarem as normas, o personagem secundário e a personagem central vivenciam instantes conflituosos no decorrer do livro; momentos que nos dão a chance de ponderar sobre a simbologia dos brinquedos, isto é, sobre o modo como estes objetos, conjuntamente com os jogos e as brincadeiras, são manejados pelo poder hegemônico para incorporar, ainda na infância, espaços e papéis específicos (e desiguais) para homens e mulheres:

Outro dia vi o Augusto

brincando com as bonecas:

ele fazia roupinhas para elas.

Na verdade, eram bonecos,

mas minha mãe diz que costurar

é coisa de menina (HENSE, 2013, p. 12).

8 Chantal Castelli (2013), Doutora em Teoria Literária e Literatura Comparada, constituiu um guia de leitura - para professores - com base na obra literária *Chega de rosa!* (2013), de Nathalie Hense. No guia disponibilizado pela editora SM, Castelli (2013) elaborou uma investigação semelhante à nossa sobre o artifício da paronomásia. A análise desenvolvida pela pesquisadora pode ser acessada a partir do seguinte link: http://www.smbrasil.com.br/download/?p=sm_resources_center/cms/97752459415c8caacf55d249a67dcb42.pdf Acesso em: 30 jul. 2022.

Sei muito bem que sou menina.

Certas coisas não enganam:

tenho uma xoxota, cabelos compridos, com pre-
silhas e pedras que brilham.

Prefiro as pedras...

E também os fósseis,

os dinossauros...

[...] Mas o que eu adoro mesmo

são os guindastes,

os grandes, os gigantes,

que constroem torres.

Meu pai diz que tudo isso

é coisa de menino (HENSE, 2013, p. 16-20).

coletiva, consequentemente, “um trabalho peda-
gógico contínuo é posto em ação para inscrever
nos corpos o gênero e a sexualidade ‘legítimos’”
(LOURO, 2020, p. 16). Logo, quando a mãe
da protagonista diz que costurar é “coisa de me-
nina” e o pai assevera que dinossauros, fósseis,
guindastes, entre outros brinquedos são “coisas
de menino”, a finalidade dos progenitores da
personagem central é a de censurar masculi-
nidades e feminilidades que estão em descon-
formidade com o binarismo de gênero. Além
do mais, os discursos produzidos pelos pais da
narradora possuem o propósito de “retificar” os
corpos transgressores, isto é, são manifestações
discursivas que almejam alinhar a expressão de
gênero dos sujeitos indóceis ao modelo impos-
to e cultivado socialmente. Para tal, os genitores
buscam, por intermédio da linguagem, reiterar
quais são os brinquedos (e, inconscientemente,
os espaços) específicos para meninas e meninos
(e futuramente para mulheres e homens). A
psicóloga Marina Castañeda (2006), ao versar
sobre a função dos jogos na vida de meninos
e meninas (e aqui ampliamos para os brinque-
dos), explica que:

Os jogos das meninas preparam-nas para o tra-
balho doméstico que lhes caberá na idade adulta;
aprendem a cuidar de bebês, a cozinhar, a limpar
e arrumar a casa. No entanto, os jogos dos me-
ninos não os preparam nem um pouco para as
responsabilidades de adultos: afinal, poucos me-
ninos tornar-se-ão vaqueiros, soldados, policiais
ou atletas profissionais. Tampouco vão dirigir
naves espaciais ou liderar batalhas intergalácti-
cas. Os jogos dos meninos certamente também
não lhes ensinam a trocar fraldas ou lavar roupas.
Não: enquanto as meninas se preparam para ser
donas de casa, os meninos aprendem passatem-
pos divertidos que continuarão a cultivar quando
crescerem (CASTAÑEDA, 2006, p. 248-249).

Estes dois trechos da narrativa de Hense
(2013) são significativos para evidenciarmos
que, tanto a personagem narradora quanto Au-
gusto, desestabilizam os modelos sociais de gê-
nero consolidados e naturalizados pela instância

Na esteira dessa colocação, os brinquedos
(e jogos) oferecidos às meninas estão, recorren-
temente, associados ao espaço privado (isto é,
relacionados ao universo doméstico); por outro
lado, os brinquedos cedidos aos meninos estão,

habitualmente, correlacionados ao espaço público (ou seja, ligados ao mundo dos negócios e do entretenimento). Este raciocínio vai ao encontro dos estudos de Matheus Estevão da Silva e Tânia Suely Brabo (2016), quando os pesquisadores informam que os brinquedos fornecidos aos meninos os preparam para ocupações que requerem autonomia, liderança e agressividade; em contrapartida, os brinquedos disponibilizados às meninas as instruem para funções relativas à maternidade e ao âmbito doméstico. À vista desse entendimento, os pais da narradora de *Chega de rosa* (2013), ao condescenderem com a ideia de que existem brinquedos exclusivos para meninos e meninas, estão reforçando o binarismo de gênero e impedindo que meninos pratiquem e absorvam, por meio da simbologia do brinquedo, atividades da esfera doméstica (costurar, cozinhar, limpar, lavar, entre outras) e impossibilitando que meninas incorporem afazeres do espaço público (administrar, liderar, entre outras). Esta atribuição desigual de atividades (e também de brinquedos e jogos) para meninos e meninas fomenta o sexismo, definido por Vilma Penagos Concha “[...] como todas aquelas práticas, prejuízos e ideologias discriminatórias que desvalorizam e inferiorizam as mulheres em relação aos homens”⁹ (CONCHA, 2004, p. 157). Para além dessa lógica, a distribuição desproporcional de incumbências para homens e mulheres, à medida que impulsiona o sexismo, condiciona as meninas a internalizarem uma lógica de cuidado como sua principal função social, o que acarretará consequências para a constituição do psiquismo da mulher adulta.

Ainda sobre os últimos dois fragmentos literários referenciados, consideramos pertinente atribuir enfoque analítico ao instante em que a protagonista diz adorar os guindastes, “os grandes, os gigantes” (HENSE, 2013, p. 20). Para manifestar o interesse da personagem para com

o equipamento de elevação e movimentação de materiais pesados, Hense (2013) procede pelo manejo da hipérbole, figura de linguagem reconhecida por José Carlos de Azeredo (2021, p. 537) como “[...] um recurso estilístico de modalização, pois explicita o grau de envolvimento e o interesse que o enunciador tem pelo fato anunciado. A expressão exagerada amplia o seu ponto de vista sobre a matéria apresentada, revelando seu juízo passional do fato”. Perante esta concepção, a escritora, ao trazer para a cena enunciativa os vocábulos “grandes” e “gigantes” em um espaço curto de proximidade, não apenas confere grandeza aos guindastes (possibilitando aos leitores que criem uma imagem mental do dispositivo), como denota a afeição demasiada da protagonista para com o equipamento supradito.

Caminhando para o final de nossas análises, os leitores que dedicam um tempo à leitura da obra literária de Hense (2013) conhecem, no desenvolver da trama, um terceiro personagem que subverte as investidas de gênero cristalizadas pela sociedade: Carlos. O personagem secundário, ao manifestar sentimentos de vulnerabilidade e preferências pelas artes (música e pintura), torna-se mais uma das vítimas dos discursos discriminatórios e das pedagogias repressivas:

O Carlos tem medo

de qualquer coisa.

Apesar de ele pintar

flores e joaninhas,

como as meninas,

9 Tradução nossa para: “[...] como todas aquellas prácticas, prejuicios e ideologías discriminatorias que desvalorizan e inferiorizan a las mujeres con relación a los hombres” (CONCHA, 2004, p. 157).

apesar de todo mundo dizer

que ele é sensível demais,

sei muito bem

Que ele é um menino.

[...] Em vez de carrinhos,

ele preferiria receber

um colar de pérolas

ou um bastão de baliza colorido,

e que tocasse música.

Mas todos dizem

que isso é coisa de menina (HENSE, 2013, p. 22, 26).

Este fragmento literário nos fornece condições para pensarmos a relação entre sexo, gênero e desejo (BUTLER, 2021) – questão posta tangencialmente em outro momento deste estudo. Butler, ao discorrer sobre a construção do gênero, assegura que:

O gênero só pode denotar uma *unidade* de experiência, de sexo, gênero e desejo, quando se entende que o sexo, em algum sentido, exige um gênero – sendo o gênero uma designação psíquica e/ou cultural do eu – e um desejo – sendo o desejo heterossexual, e portanto, diferenciando-se mediante uma relação de oposição ao outro gênero que ele deseja. A coerência ou a unidade internas de qualquer dos gêneros, homem ou mulher, exigem assim uma heterossexualidade estável e oposicional. Essa heterossexualidade institucional exige e produz, a um só tempo, a univocidade de cada um dos termos marcados pelo gênero que constituem o limite das possibilidades no interior do sistema de gênero binário oposicional. Essa concepção do gênero não só pressupõe uma relação casual entre sexo, gênero e desejo, mas sugere igualmente que o desejo reflete ou exprime o gênero, e que o gênero reflete ou exprime o desejo (BUTLER, 2021, p. 52, grifo da autora).

Portanto, os sujeitos pertencentes à sociedade ocidental são impelidos, desde a infância, à tríade sexo-gênero-desejo. Em outras palavras, o sexo (menino ou menina) condiciona o gênero (masculino ou feminino) e este orienta o desejo (a heterossexualidade). A heterossexualidade, por sua vez, será imposta como correta pela instância coletiva para regular o binarismo de gênero, isto é, esta sexualidade será a base para legitimar uma oposição entre homens/machos e mulheres/fêmeas. Considerando essa questão:

[...] aos três anos, no mais tardar, a criança identifica-se seja como um menino, seja como uma menina, e aprende a se comportar como tal. Isso pode parecer evidente – mas as coisas nem sempre acontecem desse modo. Há meninos que desde a mais tenra idade se sentem mais identificados com as meninas e, preferem brincar com elas de boneca em vez de jogar futebol com seus colegas. Esses meninos podem desenvolver condutas, atitudes e gostos que são geralmente associados ao sexo oposto. Logo, são chamados de meninos “efeminados”, Têm aparências e condutas que não são as de seus colegas – e esses os identificam como diferentes, e lhe infligem, com frequência, todo tipo de gozação e agressões (CASTANEDA, 2007, p. 74).

Os meninos e/ou as meninas que exteriorizarem a masculinidade ou feminilidade de modo distinto do esperado socialmente lidarão, frequentemente, com diversos tipos de pedagogias corretivas; procedimentos propagados não apenas pelos colegas de classe, mas também pela família, pela escola como um todo e por outras instituições sociais (pelas igrejas, pelo Estado, entre outras). Nesse sentido, os meninos, por exemplo, que demonstrarem comportamentos e/ou predileção por objetos considerados como sendo próprios do universo feminino, não apenas serão designados como “efeminados”, como terão suas expressões de gênero confundidas com suas orientações sexuais (afinal, serão constantemente vistos como homossexuais por manifestarem uma masculinidade contrária à esperada). Assim, o poder hegemônico, no intuito de recuperar estes corpos indóceis, delineará uma série de ações punitivas para posicionar os transgressores no campo da heteronormatividade e da masculinidade almejada dos homens.

Destarte, ainda que Carlos, o personagem do livro literário de Hense (2013), não tenha sido lido enquanto um menino “gay” ou “efeminado” pelos outros personagens da trama, suas preferências e modo de expressar o gênero são repetidamente associados, na sociedade ocidental, como sendo atributos indicativos dos homens homossexuais (como se a homossexualidade fosse vivenciada de uma única forma por todos os indivíduos do campo social). Logo, quando “todos dizem” ao Carlos que música, colar de pérolas, sensibilidade e medo são marcas do espaço feminino, o objetivo é o de recriminar a masculinidade do personagem, afinal, as preferências e emoções manifestadas por ele não refletem a masculinidade (e o desejo heterossexual) requerida dos garotos/homens. Para ser considerado um “homem de verdade”, na perspectiva de gênero naturalizada pelo ocidente, Carlos precisaria se distanciar ao máximo da meiguice, passividade, fragilidade e cuidado - relacionado às mulheres - e deveria reproduzir traços de agressividade, valentia, coragem e força - con-

duitas atribuídas aos homens (AUAD, 2021). Além do mais, o personagem secundário não precisou ter sido chamado (pejorativamente) de “gay” ou “efeminado” para que constituíssemos uma análise relacionando sexo-gênero-desejo (BUTLER, 2021); Hense (2013), ao proceder pela economia de recursos narrativos no trecho literário há pouco elencado, redige uma passagem literária sucinta, mas carregada de significados sociais. Sob essa vertente de compreensão, a escritora comprova, novamente, a sua sintonia para com a tessitura da arte literária.

Considerando os excertos literários investigados, três são os personagens que desconstruem, cada um ao seu modo, os estereótipos sociais de gênero no enredo de Hense (2013): a protagonista narradora, Alberto e Carlos. Três crianças diferentes que, com esperteza e sagacidade, convidam os leitores a estilhaçarem a feição supostamente rígida, estável e natural do gênero.

Das palavras finais

Com base nas análises apresentadas ao longo deste estudo, foi possível alcançar os objetivos pretendidos inicialmente, neste caso, evidenciamos que a narrativa escrita por Nathalie Hense (2013) discorre sobre o tema da desconstrução dos papéis sociais de gênero por intermédio da articulação entre conteúdo e forma (CANDIDO, 2004), isto é, a autora lança mão de uma série de estratégias estilísticas (onomatopeia, paronomásia, hipérbole, construção de um narrador autodiegético, entre outras) para imprimir literariedade ao livro *Chega de rosa!* (2013), logo, a obra versa sobre a temática de gênero sem se aproximar de uma perspectiva didático-moralizante – linguagem que frequentemente recai sobre projetos literários destinados ao público infantil e juvenil.

Para além dessa questão, constatamos que a literatura é uma manifestação artística capaz de dissertar, simbolicamente, sobre assuntos vitais aos seres humanos, como resultado, o texto

literário possibilita que os leitores ampliem os limites da própria experiência, tendo possibilidades de se tornarem mais condescendentes para consigo e para com o outrem (ANDRUETTO, 2012). Ademais, verificamos que a linguagem literária, ao apresentar variados universos e personagens com diferentes identidades, cria condições para que os leitores reflitam e indaguem sobre questões impostas como norma pela sociedade ocidental, neste caso, tivemos a chance de refletir sobre a suposta feição natural do gênero.

É importante mencionar, ainda, que as investigações desenvolvidas ao longo deste trabalho não exauram a possibilidade de estudos para com o projeto literário constituído por Hense (2013), ao contrário, abre horizontes analíticos para que outros pesquisadores possam se envolver. Sendo assim, cientistas podem se debruçar sobre a narrativa potencialmente destinada ao público infantil *Chega de rosa!* (2013), para, por exemplo, discursar sobre outros pontos verbais do enredo aqui não examinados, sobre o código imagético habilmente produzido por Ilya Green, sobre a relação entre tradução e publicação em língua original, entre outras perspectivas dignas de apreciação.

Por fim, a presente pesquisa é uma tentativa, por parte da crítica literária especializada, de dar a conhecer, a leitores (e) críticos interessados, uma narrativa especialmente dedicada ao público infantil que aborda a desconstrução social dos estereótipos de gênero de maneira crítica, ética e estética. Livros como o de Nathalie Hense (2013) são significativos para instaurar modelos positivos de identificação e representação, afinal, as crianças que se debruçarem sobre as aventuras vivenciadas pela personagem central e seus colegas (Alberto e Carlos) podem perceber que não há nada de errado em expressar uma masculinidade ou feminilidade fora da hegemonia, longe disso, ter uma “aranha na teia” é uma graciosidade que só os valentes conseguem conservar e cultivar.

Referências

- ANDRUETTO, María Teresa. Por uma literatura sem adjetivos. Tradução de Carmem Cacciocarro. São Paulo: Pulo do gato, 2012.
- AUAD, Daniela. Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- AZEREDO, José Carlos. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2021.
- AZEVEDO, Ricardo. Aspectos instigantes da literatura infantil e juvenil. In: DE OLIVEIRA, Ieda. (org.). O que é qualidade em literatura infantil e juvenil?: com a palavra o escritor. São Paulo: DCL, 2005. p. 25-46.
- AZEVEDO, Ricardo. Formação de leitores e razões para a literatura. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.ricardoazevedo.com.br/wp/wp-content/uploads/Formacao-de-leitores.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2022.
- BUTLER, Judith. Corpos que importam: sobre os limites discursivos do “sexo”. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: Crocodilo Edições, 2019.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 21. ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. Vários escritos. São Paulo: Duas Cidades, 2004.
- CASTAÑEDA, Marina. A experiência homossexual: explicações e conselhos para homossexuais, suas famílias e seus terapeutas. Tradução de Brigitte Monique Hervot e Fernando Silva Teixeira Filho. São Paulo: A Girafa Editora, 2007.
- CASTAÑEDA, Marina. O machismo invisível. Tradução de Lara Christina de Malimpensa. São Paulo: A girafa, 2006.
- CASTELLI, Chantal. Guia de leitura para o professor: chega de rosa!. 2013. Disponível em:

http://www.smbrasil.com.br/download/?p=/sm_resources_center/cms/97752459415c8caacf55d249a67dcb42.pdf. Acesso em: 30 jul. 2022.

CASTRILLÓN, Silvia. O direito de ler e de escrever. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Pulo do gato, 2011.

CONCHA, Vilma Penagos. Sexismo en la literatura infantil y juvenil: una exclusión para ser cuestionada. In: ACCORSI, Simone. (org.). Género y literatura en debate. Colombia: Universidad del Valle, 2004. p. 141-165. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/bitstream/handle/unal/53372/9586703096.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 jul. 2022.

HENSE, Nathalie. Chega de rosa!. Ilustrado por Ilya Green. Tradução de Rafaela Moreira dos Santos. São Paulo: SM, 2013.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Sales. Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa versão monousuário 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MARTINS, Nilce. Introdução à estilística: a expressividade na língua portuguesa. 3. ed. São Paulo: T.A., 2000.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque; SZWAKO, José. (orgs.). Diferenças, igualdade. São Paulo: Berlendi e Vertecchia Editores, 2009. p.116-150.

SILVA, Matheus Estevão. Entre brinquedo de menino e de menina: papéis de gênero, bullying e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem. Encontro diálogos sobre dificuldades de aprendizagem: definições e possibilidades de intervenção, p. 132-145, 2016.

SILVA, Matheus Estevão; BRABO, Tânia Suely. A introdução dos papéis de gênero na infância: brinquedo de menina e/ou de menino? Trama Interdisciplinar, v. 7, n. 3, p.127-140, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/54830099/9856-41653-1-PB.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.

STAROBINSKI, Jean. A literatura. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novas abordagens. Tradução de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976, p. 132-143.

THOMAS, Jerry; NELSON, Jack. Tipos de pesquisa considerando os procedimentos utilizados. 1996. Disponível em: <http://www.ergonomia.ufpr.br/Tipos%20de%20Pesquisa.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2022.

TODOROV, Tzvetan. A literatura em perigo. 11. ed. Tradução de Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2020.

Submissão: setembro de 2022

Aceite: dezembro de 2022.

“WHO ARE YOU WORKING FOR?”: THE ROLE OF 24 VILLAINS FOR REINFORCING THE MASTER NARRATIVE OF U.S.A EXCEPTIONALISM

Davi Silva Gonçalves¹

Abstract: The purpose of this article is to analyse some events taking place in the television show 24 as to identify if and how they respond to the master narrative of U.S.A. history, values, and nationalism. More specifically, the study focuses on the depiction of Arab, Russian, and Chinese villains as to analyse how they are constructed and, as such, what these representations might mean. With the theoretical framework brought by Said (1979), among others, the study identifies how Jack Bauer, the series hero, is not only defined by his actions, but by how they differ from the actions of his antagonists. Interestingly enough, while foreign villains are called fundamentalists due to their religion or blind nationalism, findings demonstrate how the greatest fundamentalist of the series is Bauer himself.

Keywords: Jack Bauer. U.S.A. history. 24

“PARA QUEM VOCÊ TRABALHA?”: O PAPEL DOS VILÕES DE 24 HORAS PARA REFORÇAR A NARRATIVA MESTRE DO EXCEPCIONALISMO ESTADUNIDENSE

Resumo: O propósito deste artigo é analisar alguns eventos que ocorrem na série 24 horas para identificar se e como eles respondem à narrativa mestre da história, valores e nacionalismo estadunidenses. Mais especificamente, o estudo enfoca na construção de vilões árabes, russos e chineses para analisar como eles são construídos e, assim, o que essas representações podem significar. Com o aparato teórico de Said (1979), entre outros, o estudo identifica de que maneira Jack Bauer, o herói da série, não é apenas definido por suas ações, mas por como elas diferem das ações de seus antagonistas. Curiosamente, enquanto os vilões estrangeiros são chamados de fundamentalistas em razão de sua religião ou nacionalismo cego, os achados demonstram como o maior fundamentalista da série é o próprio Bauer.

Palavras-chave: Jack Bauer. História dos E.U.A. 24

1 Doutor em Estudos da Tradução (PGET/UFSC). Professor adjunto na UNICENTRO, campus de Irati. E-mail: da-visg@unicentro.br

Introduction: The United States and the construction of the “Others”

Jack Bauer: How many people that trusted you lost their life today because you were doing your job? / Nina Mayers: How many died because of you, Jack? (24, S1, E24)

Throughout history and historical moments, the idea of who is the villain has proven to be intricate, and profoundly dependent on the perspective one looks at him/her. Sometimes, though it is not even possible to look at villains themselves, since one might not have access to them, at first. This is when stereotypes are needed: so to fill in a blank space, to inform us on these people we are supposed to disagree with, to fear, and/or to despise. As Najm (2019, p. 87) puts it, “cultural stereotypes are used increasingly in interactions between ingroups and outgroups and represent the automated processing of our knowledge and past experiences stored in long-term memory”. Therefore, as stereotypes are repeated, they are also reinforced and, eventually, we simply expect the villain to fit in that mould that has already been shaped accordingly.

Of course these stereotypes are constructed in a way to privilege a certain side to the detriment of another. In this sense, “positive stereotypes are usually auto-stereotypes associated with excessive self-estimation, while negative stereotypes have a long history of devaluation of other groups” (NAJM, 2019, p. 90). We fear what we do not know and vice versa. In this article, this fictional villain is taken as analogous to the Other: for these are fictional villains invented to the sake of a specific agenda which depends on their caricature. About the Other, Edward Said (1979, p. 5) reminds us that the division Orient and Occident is a man-made one: “Therefore, as much as the West itself, the Orient is an idea that has a history and a tradition of thought, imagery. and vocabulary that

have given it reality and presence in and for the West. The two geographical entities thus support and to an extent reflect each other”.

The Occident depends on the Orient as much as the Self depends on the Other and the hero depends on the villain: these are complementary elements, which are defined by the role played by their negatives. If we take the U.S. case into consideration, the history of the country suggests “that neither Hollywood nor the White House will be able to do without constructing Others whom to run up against. This partly roots in the historical foundations of the United States history” (MARCOS; COLÓN, 2016, p. 22). In a way, U.S.A. nationalism might also be related to an intense loathing and abomination against what is foreign – and against what is simply felt or represented as foreign, even when it is not. The cultural representation of the other, thus, has not only a symbolic role, but a concrete one: at the same time as it reflects what U.S.A. citizens feel regarding the Other, it helps shape and reshape their opinion: guaranteeing a certain idea of this Other.

In the 18th century the French and the British had set up a number of (shifting) alliances and/or arrangements with various indigenous North-American Indian peoples; (post-) Revolutionary Americans did not feel committed to maintaining those, opening the way to expansionism and ultimately to genocide. As the process of expansion to the West began, so did the process of denial of the Other. Yet, there was no sound reason for settlers to claim an utter superiority, aside of firepower, over the natives. In fact, Indian natives were one of the most recurrent Others in emerging Hollywood in general, and the Western genre in particular. The United States seems to depend much more on the construction of the Others, mostly for its short history and the necessity of compressing the process by which previous Empires have created their social imaginary in a much more abbreviated span of time. Most of what the United States had to claim their superiority

was, in fact, derived from the European roots they somehow wanted to differentiate from. (MARCOS; COLÓN, 2016, p. 22)

The incipit of U.S.A. master narrative, then, has allowed the country to be built against different settings at different historical times: against Native Americans, Soviet Union, China, the Middle East, Mexicans etc. Compressing the process by which previous nations have concocted this imaginary of Self versus the Other, a certain approach was necessary for this to work. Therefore, and since mass media provides average Westerners with a direct channel to “know” the Other, “the role of Hollywood depictions of these ‘outsiders’ becomes essential, as most people do not have other ways to access those cultures but by seeing their representation on the screen” (MARCOS; COLÓN, 2016, p. 12). Be it literature, cinema, series, HQ... many artistic productions are instilled with a perspective on the Other which gives the audience not simply a description, but an explanation for motivations, rituals, and beliefs that are foreign to the Self. During this process, “in a quite constant way, Orientalism depends for its strategy on this flexible positional superiority, which puts the Westerner in a whole series of possible relationships with the Orient without ever losing him the relative upper hand” (SAID, 1979, p. 7).

Understanding Orientalism here as analogous to the villainization of the Other, such flexibility emerges then as not that flexible in terms of cultural superiority and inferiority. When one looks at this issue from a Marxist perspective, it does not become less relevant. On the contrary, it reminds us that there is a reason for everything; and that even the fictional idea of the Other is generally guided by the market. “The Western market economy and its consumer orientation have produced (and are producing at an accelerating rate) a class of educated people whose intellectual formation is directed to satisfying market needs” (SAID, 1979, p. 325). Consumer orientation, in such sense,

is deeply rooted in cultural or even ideological orientation, regardless of our being cognizant or not of this silent voice manipulating our behaviour. Still according to Said (1979, p. 325), when one looks at the construction of the Self, “there is a heavy emphasis on engineering, business, and economics, obviously enough; but the intelligentsia itself is auxiliary to what it considers to be the main trends stamped out in the West”.

Artistic productions are part of this intelligentsia responsible of generating a fictional pattern to fit in the Occident – and consequently the Orient. Throughout history, “its role [the West] has been prescribed and set for it as a ‘modernizing’ one, which means that it gives legitimacy and authority to ideas about modernization, progress, and culture that it receives from the United States for the most part” (SAID, 1979, p. 325). To define what is modern, one needs a definition of the antique; and the same is true for progress versus declension, intelligence versus ignorance, good versus evil. As such, seeing the Other as the villain, in a linear historical *crescendo*, has given authority and legitimacy to a master narrative that not only privileges the U.S.A., but also animalises its “opponents”, depriving them of their humanity and, therefore, justifying their slaughter.

Taking that into account, the purpose of this article is to analyse some events taking place in the television show *24* as to identify if and how they respond to the master narrative of U.S.A. history, values, and nationalism. More specifically, the study focuses on the depiction of Arab², Russian, and Chinese villains as to

2 Sometimes, the villains who emerge in the series are depicted as Arabs, Muslims, or Middle Eastern, and very often interchangeably (i.e. in many occasions, the very same villain, with no country of origin, is called Middle Eastern, or Muslim, or Arab and vice versa). Accordingly, in my analysis I simply repeat the information used to characterise them in the scene or episode in question. Even though this might look as generalisation, I have chosen not to “standardise” them by selecting only one of these adjectives precisely because I know they are not synonymous.

analyse how they are constructed and, as such, what these representations might mean. Bokiniec (2010, p. 197) explains how the series works: “24 has a unique visual and narrative construction. Each season is one day in life of agent Jack Bauer, who has to stop some major crisis or catastrophe (nuclear bomb, third world war, bioweapon attack, assassination of US President etc.) in 24 hours”. After one watches two or three seasons of 24, soon s/he realises another pattern: since the series is rather long if compared those of the same nature (24 episodes), generally there are two great events to be solved (one at hour 12th and the other at hour 24th).

Each episode presents one hour in “real” time and in order to follow different narrative threads the screen splits, usually into three or four panels, showing what characters in different places are doing at a given moment. The time pressure is further emphasized by the clock ticking on the screen. (BOKINIEC, 2010, p. 197)

Time, then, is of the issue. Running out of it to stop a bomb, or a military attack, a deadly virus, or the deadline given by a villain, Jack Bauer takes us with him through his many errands so that we do not get bored with this “real” time mode. Regarding the villains, each season brings a different array of them. As one could have imagined, though, for 24, the Middle East is the main source of evil. As Najm (2019, p. 96) reminds us, “Arabs have for a century been portrayed as bad, evil terrorists causing explosions, shallow, silly, naive, lustful and extravagant, far from civilisation, inseparable from their tents and camels, arrogant, nervous, rich, and stupid in Hollywood movies”. In 24 this is not different. The Arab family is toxic, the Arab villain is guided by selfish reasons and does not think twice before killing innocent lives of even his wife or children if needed. As a matter of fact, one of the most recurrent sentence coming from the mouth of Arab villains is that: “no one is innocent”.

Nevertheless, and even though the number of Arab villains is the greatest in the series, the villain who is present in most of the seasons is Chinese: Bauer’s torturer, Cheng Zhi. Regardless of his problematic depiction, it is commendable that Zhi is played by a Chinese-American actor, Tzi Mia. After all, “Hollywood has a habit of indiscriminately casting any Asian actor in any Asian role; a Chinese actor may portray a Korean character, and vice versa” (PABER, 2018, p. 8). As it happens to the stereotypical idea of the Muslim villain, or the African villain (who by the way is there in Jack Bauer’s film, that is not analyzed in this article), one is provided thus with the stereotypical idea of the Asian villain. “This perpetuates the idea that Asia is a monolith with interchangeable cultures even though Asia is made up of dozens of countries, each with their own different culture and traditions” (PABER, 2018, p. 8).

Both the Middle Eastern and Chinese villains are there to “replace” (or better complement) another classic villain, that has appeared in Hollywood after the Native Americans and remained for a long time: The Russian villain. Once they were all around, but, as the communist threat was over, they had to share their spot with other enemies of U.S.A., in this case Middle Eastern, Chinese, Mexican, African etc. As Walters (2012, p. 37) sets forth, “in the current era, there has been a resurgence of films with Russian characters or themes involving Russia. This clearly marks a resurfacing of interest in storylines involving Russians which had dropped immediately after the end of the Cold War”. Seemingly, after one gets into Western imaginary, it is not easy to leave.

2. Discussion: “Stay the hell out of my country”

If the identity of the Other is built as opposed to that of the Self, before looking at 24’s villains one must reflect a little bit on Jack Bauer: the series hero. Like most popular tele-

vision shows of its time, the protagonist is characterized as much better than the other characters, who easily give up, turn to corruption, go rogue, die etc. As such, he is morally superior, capable of saving victims in situations that seem hopeless or willing to make impossible sacrifices (e.g. exchanging his life for the welfare of the U.S.A. even after he is abandoned by the government to suffer torture for almost two years). Emotionally superior, functioning effectively even when his wife dies, or he is forced to kill a partner, or his daughter is kidnapped. No torture breaks Bauer and no challenge beats him. As a matter of fact, the most competitive struggles of the series only happen because his opponent is given an advantage over him – e.g. his hands are tied, he is not able to see, he is suffering from a heart condition or something else.

Jack Bauer goes through everything, gets nothing in return and, even though, is always willing to die for this greatest purpose: protecting the U.S.A. and U.S.A. citizens. There are several occasions when, for a single detail, his life is saved at the last minute. This provides us with emotional moments when he talks to people who he loves and when, once again, he shows no weakness or selfishness. As Bokinić (2010, p. 195) puts it, because the archetype of U.S.A. idealised series protagonists are characterized “as main, most developed characters around which the whole story evolves, we automatically adopt their point of view and want them to succeed in whatever it is they are doing, although they sometimes do horrible and unacceptable things”. The audience is gradually guided to agree with Jack Bauer, notwithstanding what happens because, even when he is inflicting pain on someone, that “person”, the villain, has already been completely dehumanized beforehand.

It is true that, from season 1 to 6, an array of different villains from varied countries are presented to those watching *24*. However, given time and space constraints, in this analysis I shall focus here on season 4, 5, and 6 (2005–2007) as to understand how the Arab, Russian,

and Chinese identities seem to be consciously built in parallel to the historical contexts wherein these seasons belong. Moreover, it is in the last 3 seasons that the series gain elements of complexity unseen beforehand. Nevertheless, a brief summary of what happens before them might be relevant.

In season 1 (2001), Jack Bauer manages to stop the plans of the Serbian antagonist Victor Drazen, who wishes to assassinate both David Palmer (a presidential candidate) and the protagonist himself due to a past grudge specifically against these two characters. In season 2 (2003), Jack Bauer fights an Oil consortium conspiracy which tries to benefit from the attempt of militant Islamic fundamentalist Syed Ali, who tries to detonate a nuclear bomb in Los Angeles. Although the terrorist alleges he has worked alone, this role season revolves around a fake recording implicating his nation (Afghanistan) – which would justify military action against it and, as a result, “be good for business”. In season 3 (2004), Bauer infiltrates Mexican Salazar drug cartel, but fails to fulfil his mission: intercept the sale of a bioweapon which ends up in the hands of a British former MI6 agent looking for vengeance against the U.S.A.

From season 1 to 3, it is already very easy to have a clear idea of who this Jack Bauer person is. Best shooter, best fighter, best agent, Bauer is a personification of U.S.A. national idealisation of heroism. Moreover, and even though he seems to be guided by an unflappable moral compass, “Jack maintains a perverted version of civil disobedience, as he sometimes justifies his disregard for protocol and orders of his superiors with ‘because it was a bad decision’ phrase” (BOKINIEC, 2010, p. 201). Sometimes this means going against blackmailing orders from terrorists who threaten to kill his family, sometimes this means ignoring clear instructions from his superiors – and even the president. “Jack breaks the law for the sake of at least some kind of his own morality: morality the basic rule of which is ‘saving the innocent’. The problem is

that he puts himself in the position of deciding who is innocent” (BOKINIEC, 2010, p. 201). The series helps him with that, by making the innocent U.S.A. white and beautiful children, women who are spanked by their terrorist associates (who they wish to scape from), or the best president the United States has ever seen (later to be replaced by the worse).

The antagonists are likewise categorically stereotyped. These are so savage, so cruel people, that the audience goes through a cathartic moment when they watch Jack Bauer torturing them. About these tortures, which bring Bauer a lot of headache as his government starts judging him for his acts (what an ideal!), it is important to understand how, again, the series manipulates us into agreeing with the protagonist. One of the greatest illustrations of that is the characterization of Senator Blaine Mayer, who conducts an investigation of human rights violations committed by U.S.A. agents. This very senator ends up killed by the foes that Bauer is chasing, and notwithstanding the latter’s attempts at stopping them. Again, it is worth reminding that *24* is broadcasted in a very specific time of U.S.A. history: the precise moment when it is undergoing the effects of 09/11 in its political, social, and ideological movements.

In the age of terrorism, the question of human rights has been debated, and during this debate the basic, core values as to which there seemed to be a wide consensus, have been undermined, as the more primitive emotions took over. The new kind of TV shows seem to answer to this newly established ambiguity, sometimes having a huge ideological input (BOKINIEC, 2010, p. 195)

It even sounds like a provocation that the most prominent figure against human rights violations when it goes to national security suspects is murdered while Jack Bauer (the greatest violator) is only trying to protect him. If this outcome is taken into account, it is difficult to conclude that the senator was right while the

agent was wrong: and that is precisely the point. “In his defense, Bauer does not commit these crimes because he’s a sadistic psychopath; he breaks laws to save the country from terrorists bent on using nuclear, biological, or chemical weapons on U.S. soil” (YIN, 2008, p. 279). In this sense, maybe the series success is justified by its idea to bring nuclear bombs (S2 and S6), lethal viruses (S3) and nerve gas (S5), nuclear power plants melting and shooting down of Air Force One (S4). Thereby, “the threats in the 24 universe are not purely hypothetical. They run the gamut of terrorism fears of the American public” (YIN, 2008, p. 279). Following 9/11 attacks in 2001, 24 benefits greatly from U.S.A. nationalism and Islamophobia.

But now, let us look more specifically to events taking place in season 4. Set eighteen months after S3, here Jack’s enemy is Habib Marwan, who controls a series of Middle Eastern terrorist cells launching coordinated attacks against the U.S.A all at the same time. Oddly enough, “Middle Eastern” here is taken as a broad term but every characters seem to be extremely similar in their beliefs and behaviour to one another. A curious and symptomatic case is that of the Araz family, formed by Navi Araz, Dina Araz, and Behrooz Araz.

Involved in the plot to launch the attacks on U.S. soil, the family relationship starts to devolve when Behrooz girlfriend Debbie (who is not a Muslim, which is something the family does not take very well) interferes by following him to a secret location (S4, E2, 28:25-30:04). Even though he tries to keep that from his parents, they are told by an associate. As a result, Dina Araz invites her for a visit, and, after a drink, precisely at the moment Behrooz tries to scape with her, he finds out his mother has poisoned the girl (S4, E4, 28:09-29:34). Even though Behrooz suffers with Debbie’s death, his parents are in consonance, until Navi decides the boy is also a threat: and, therefore, he needs to die (S4, E6, 24:42-25:16). This is when Dina changes her behaviour and, as time passes, she

goes from a secondary character to a crucial one to help Jack Bauer and the other agents stop the attacks.

Image 1: Behrooz takes care of Dina



S4, E9, 08:02

What is interesting about the Araz family, in what regards the representation of Muslims, is how easily they dismantle. If, at the beginning, they are nonchalant about the things they believe in, at the first difficulty everyone turns against one another. In order: The mother decides to kill her son's girlfriend, the father decides to kill the son, the mother decides to betray the father and finally the father starts chasing both mother and son as to kill them both. Compared to Jack Bauer's family, values, and followers, it is evident how weaker his opponents are: which reinforces the idea that there are not simply two sides, but a righteous one, and an equivocate one. As such, we have the Araz family as the Other.

About this, it is important to bear in mind that "not every representation of the Other is 'useful', neither in Politics, nor in movies" (MARCOS; COLÓN, 2016, p. 13). Which is to say that it is no good to present Muslim as "normal people", inasmuch as U.S. identity depends on emphasising its superiority over "theirs". "We should also take into consideration that when we talk about a common use

of Otherness as a 'nemesis' we are referring not only to some Other destined to be feared, condemned, and fought; but also to someone to be fascinated about" (MARCOS; COLÓN, 2016, p. 13). This is why even though we have the Other as the enemy, we also have it as the ally: Bauer's Mexican love affair, the Muslim agent sent to help him etc.

Even if it were an isolate case, the stereotypical portrayal of the Araz family would be a problematic one given the context of Islamophobia in the United States. This idea of the Muslim-American neighbor as a terrorist, has generated a lot of violence triggered by the feeling that terror "could be next door". Nevertheless, there is another case – and an even more shocking one. At the end of the first episode in season 6, we meet a U.S. family formed by the parents Ray, Jillian, and the boy Scott Wallace. While they are discussing the attacks that occurred early in the day, the family realises that Scott's friend, Ahmed Amar, a Middle-Eastern neighbor across the street, is about to be assaulted by Stan, who breaks into his house asking him to "stay the hell out of my country" (S6, E1, 26:56).

Pressured by Scott, Ray intervenes and defends the Muslim boy from his attacker. So far so good, but, at the end of this very episode, there is a conversation between the Muslim terrorist Abu Fayed and Ahmed: and here we find out that he is, indeed, a threat to the country. At this point (S6, E1, 41:35 onwards) we fear for the Wallace family, since they have invited Ahmed to stick with them until things calm down a little. In the next episode, after a sentimental speech from Scott about friendship, Ahmed goes home to pick up a package to Fayed. What he does not know is that Stan is waiting for him. For some minutes, then, the audience sees itself cheering up for this intolerant neighbor who, notwithstanding the lack of proof, is actually beating up a very dangerous terrorist. This is coherent with Bokinić (2010, p. 195) assumption that, by manipulating our feelin-

gs towards despising or cheering up for certain characters or even outcomes, the show “undermines and distorts the traditional and common sense differences between heroes and villains” (BOKINIEC, 2010, p. 195). At the end of this very scene, however, Ahmed picks up a gun, kills Stan, and reveals himself to Scott, making him (and later his family) his hostage (S6, E2, 31:32-33:33).

Image 2: Ahmed Amar reveals himself



S6, E2, 32:06

Even though, when it goes to villains, Muslim characters are the vast majority in 24, they are not alone whatsoever. Before that, let us just go back to Bauer’s need to “go dark”, because this is relevant in terms of understanding for how long he is chased by his opponents. Seasons 1 and 3 are the only seasons that, at the beginning, Bauer is actively working for C.T.U. (The fictional Counter-Terrorist Unit). At the beginning of season 2 (2003), due to the death of his wife Teri, he is no longer an agent, although he is reinstated. In season 4 (2005) he is working as a bodyguard for the Secretary of Defense (released from C.T.U. because of a heroin addiction resulting from his infiltration in the Mexican cartel).

During this season, Jack invades the Chinese consulate to capture a suspect and a collateral damage of his visit is that the Chinese consul is killed. Consequently, Chinese government

wants to take him to a Chinese prison – and, because of that, U.S.A. agents sent by the White House attempt to kill him as a security measure, given he was an asset carrying sensitive information. Aided by his team, he manages to escape; and, when season 5 starts (2006), we find out he has been renamed Frank, and pretends to work with civil construction. Reinstated again, he is automatically put on the spotlight; and, after saving the world two more times, he is abducted and taken to China, where he remains for almost two years before a deal between the two countries takes place at the beginning of season 6 (2007).

From the accidental death of Chinese consul until the series finale, the obsession of the Chinese government with Jack Bauer is relentless. Cheng Zhi appears as a minor rival in season 4 (2005), but, after he tortures Jack during his time in China, he grows as a villain in the following seasons. After the Middle Eastern stereotype, now we get, thus, to the Asian one. In the words of Paber (2018, p. 27), “Asians are also plagued by the ‘model minority’ stereotype, which parade them as an example for people, showing them to be intelligent, overachieving, and technologically savvy”. Even though, at first, this does not look exactly as a negative thing, “this stereotype can undermine the struggles of Asians who do not fit this ‘model minority’, or contribute to the idea that they are antisocial, awkward, and lacking proper communication skills, which could lead to peer rejection” (PABER, 2018, p. 27).

First of all, it is important to remember that, even though the Chinese agree to release Bauer, they secretly keep Audrey Raines (Jack’s girlfriend, and the daughter of the secretary of defense) captive to use her as leverage later. On his own, Cheng Zhi “exaggerates” in the plots he concocts, reason why even the Chinese government wants him arrested. As a result, he feels betrayed by his country and works intensely to cause a war between the U.S.A. and China, as vengeance against both. Again, we see how

betrayal is a common thing for Jack Bauer's enemies who share a very weak moral compass, in opposition to Bauer himself who loses his job and credibility, is persecuted by his own government, has to watch three love companions die and, regardless, is always fighting at the righteous side.

Image 3: Jack Bauer is released by Cheng Zhi



S6, E1, 09:12

Prior to that, in season 5 (2006), the narrative revolves around President Charles Logan preparations to sign an Anti-terrorism treaty with Yuri Suvarov, the Russian President (S5, E3, 09:03-09:25). At first, the president is seen as another victim of his compatriot Vladimir Bierko (S5, E9, 19:16-19:54), who is eager to launch biological attacks both in the U.S.A. and in Moscow in a terror campaign. Suvarov, on his turn, seems to have a close relationship with the U.S.A president Charles Logan. When he is informed that the Russian consul Anatoly Markov was withholding information about Dmitri Gredencko, another ultranationalist terrorist, the president aids C.T.U. and even agrees with Jack Bauer's breaking into the Russian consulate and torturing Markov (S6, E13, 38:30-39:45).

Later, however, when Suvarov finds out that the the U.S.A. is also planning peace treaties with the fictional country called Islamic Republic of Kamistan, he fears that this would

weaken Russian economic influence in the Middle East. Therefore, he is behind the assassination of the President Omar Hassan, the sale of nuclear fuel rods to Middle Eastern factions, and the murder of Renee Walker (another one of Bauer love associates). Again, we are given a clear glimpse on the weakness of Bauer's enemies, who move from partnership to conflict without showing any sign of doubt or remorse.

The Russian as the Other might seem to be a rather outdated cultural approach given the period when 24 is broadcasted. According to Walters (2012, p. 3), up to this time "many Cold War era Americans had never met a Russian, their entire experience with Russian culture is based on what they see in the media, meaning that in large part films from this period were not just a mirror of society's views, but the primary source". In a nutshell, 24 is evidence that we are still dealing with the debris of Cold War stereotypes on Russians.

Image 4: Suvarov ordering Markov to surrender



S6, E13, 39:04

As set forth by Marcos and Colón (2016, p. 19): "the mechanization Hollywood used as an argument to degrade the Soviet enemy becomes a Friendly reasoning with which they belittle the underdeveloped Arab Other, who

has nothing to do with the hyper-technological American Self". During many moments of the series, the audience may have this impression that, regardless of the enemy, s/he always seems to represent something more "vintage" in comparison to the U.S.A. When families get together they look far too traditional, too male chauvinistic, too fanatic about religion or their nation. At the same time, they lack technology. The only thing that antagonists seem to do better than the U.S.A. is to deceive and to betray (even among their own).

Of course given the nature of this analysis, the whole construction of each enemy of U.S.A. became a little bit superficial. However, done separately, and with every particular and minor element taken into account we would see how the many characteristics converge. "Thus not only is the Other mutable, but the arguments that are used to despise them are too; and this could seem normal, as they are presented to be so from both the politico-ideological (White House) and the cultural (Hollywood) environment" (MARCOS; COLÓN, 2016, p. 19). It is not simple amusement: 24 is part of a whole effort to justify many things, such as violence against the weaker, the hegemony of the U.S.A. in relation to other nations, and the idea that laws can be bent depending on the situation.

3. Final remarks: The fundamentalist hero vs. fundamentalisms

As expected, the analysis demonstrates how the Middle Eastern, Russian, and Chinese villains of 24 play a significant role for reinforcing the master narrative of U.S.A history and protagonism. As highlighted by Marcos and Colón (2016, 0. 23), "Hollywood has systematically vilified groups of peoples as part of the business, with clear ideological bonds/repercussions". This process is not fixed: as U.S. rivals change, so does villains representation in U.S. films and series. The Russians, for instance, "have been both evil and redeemed partner, according

to the exigencies of times, and their Asian counterparts have coped Otherness in a good share of Hollywood's movies, especially when addressing the Vietnam War" (MARCOS; COLÓN, 2016, p. 23). Not much later, still according to Marcos and Colón (2016, p. 23), Russians are replaced by the Arabs, who "impersonated vilified roles from Early Hollywood cinema".

As suggested during the study, 24 seasons and its array of villains impersonating the foreign threat, in parallel with U.S.A. leadership in stopping evil to spread throughout the world, are successful in compressing a political agenda. Marcos and Colón (2016, p. 23) reinforce that this sort of representations provide the U.S. with "a set of ancient, modern and latent threats that reassure the identity of this hastily built country. We may even go further and affirm that these Others are, somehow, the American identity itself". Jack Bauer, the U.S.A. hero, is not only defined by his actions, but by how they differ from the actions of his antagonists. Historically, this has been working rather well, and the U.S. has been able to convince nations overseas about this master narrative: about the fact that it has always been in the right side of history.

The villains, on their turn, have always served their role to guarantee that one would look at them with the needed despise to justify U.S.A. actions out of the screens. "In the times in which it was about forming a nation, the Indians served as the opposite force; when it was the prevailing power in the world that was emerging, it was the turn of the Russians then the Arabs to take up that role" (MARCOS; COLÓN, 2016, p. 23). As a drug that generates addiction, this dependence on a stereotypical villain became an obsession, something that, seemingly, the U.S. can no longer live without. "In the end, it seems unlikely that Hollywood machinery will be able to live without these recurrent Others, fresh fodder for stereotypes, degradations and, ultimately, obliteration" (MARCOS; COLÓN, 2016, p. 23). Sympto-

matic Imperial nations require fear and hate to be periodically administered into the minds of their members, and this becomes easier with we have a clear image of the invisible threats that surrounds us.

As such, and again, it is evident that everything 24 is saying about these foreign characters so ridiculously misrepresented says more about the U.S.A. than it says about them. “The United States have historically created a cast of enemies who are already part of themselves, by stressing the bonds of the states by identifying common fears and threats” (MARCOS; COLÓN, 2016, p. 23). These villains, very similar to one another regardless of their region or agenda, are at the same time never capable of carrying out their plan because of this godly hero who stops history from happening: or, better, who makes sure it happens in the way it is supposed to. In this sense, “Hollywood’s role in the process is not only undeniable; but possibly vital and indispensable, too” (MARCOS; COLÓN, 2016, p. 23). Alone, and abandoned, Bauer fights conspiracies greater than he had imagined and ends up defeating presidents and senators who grimace like monsters when revealing their selfish and cruel deeds.

As Bokinić (2010, p. 210) puts it, Jack Bauer is represented as “the ultimate judge of who is to live and who is to die, and his constant demand of trust brings to mind the ‘leap of faith’, he takes on himself the Christ-like mission of saving humanity (i.e. ‘innocent’ American people) and sacrifices himself frequently”. To ensure the audience that Bauer has a manifest disadvantage in relation to the villains he fight against, he needs to operate in the dark: constantly being persecuted by his own government, agency, and co-workers. The reason for his loneliness is almost always because “no one else can be trusted”: again, if you disagree with Bauer’s actions, you are probably siding with evil. However, the hero does not fight exactly unaided: “He has a circle of believers who trust him unconditionally and are ready for anything

to follow their prophet” (BOKINIEC, 2010, p. 210).

Interestingly enough, while foreign villains are called fundamentalists due to their religion or blind nationalism, the greatest fundamentalist of the series is Bauer himself, who believes in U.S.A. supremacy in almost a spiritual way. At the same time, he depends on a handful of colleagues to “follow” him (one or two, generally to help with satellite information) based on no evidence that he is right, and against all recommendation. If the villains often change their minds, turn against one another or against their own country, Bauer and his followers are inflexible; and they “only kill those they must”. As such, Bauer’s group proves to be the real threat, for they are the only ones who believe unconditionally in a single truth. There is no nationalist greater than Bauer: no other person who could do more for an imaginary community. Paradoxically, then, one could say that there is another, more effective way we can look at the series construction. With minor foreign villains popping up here and there, it seems the most terrifying one has been present from the first to the last episode: The U.S.A. itself.

References

- BOKINIEC, Monika. “Who can find a virtuous CTU agent? Jack Bauer as modern hero, antihero, and tragic villain”. In: Fahraeus et al (eds). *Villains and Villainy: Embodiments of Evil in Literature, Popular Culture and Media*. 2010, pp. 193-213
- MARCOS, Roberto Gelado; COLÓN, Pedro Sangro. “Hollywood and the representation of the otherness: A historical analysis of the role played by the American cinema in spotting enemies to vilify”, *Index Comunicación*, n. 6, v. 1, 2016, pp. 11-25
- NAJM, Najm. “Negative stereotypes of Arabs”, *The Indian journal of social work*, v. 80, n. 1, 2019, pp. 87-114

PABER, Isabel, *The Marginalization and Stereotyping of Asians in American Film*. California: Dominican University of California UP, 2018

SAID, Edward W. *Orientalism*. New York: Vintage Books, 1979.

WALTERS, Kayleigh. "Russian Stereotypes in American Films and How They Have Changed Since the End of the Cold War Or: How We Learned to Stop Worrying and Find a New Russian Image", *Digital Collections, George A. Smathers Libraries, University of Florida*, n. 11, v. 26, 2012, pp. 1-38

YIN, Tung. "Jack Bauer Syndrome: Hollywood's depiction of national security law", *Southern California Interdisciplinary Law Journal*, v. 17, n. 2, 2008, pp. 279-300

24. Executive Producer: Kiefer Sutherland et al. Editor: David Latham et al. United States: Fox, 2001-2010.

Submissão: Agosto de 2022.

Aceite: novembro de 2022.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE E DA ANÁLISE DO DISCURSO PARA RESSIGNIFICAR A LINGUAGEM E O SUJEITO COM SÍNDROME DEMENCIAL

1

Andreza Shirlene Figueiredo de Souza²
Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo³

Resumo: O presente artigo⁴ mobiliza compreender o sujeito de linguagem com síndrome demencial em detrimento da doença orgânica. Assim, o estudo objetiva propor reflexões e rupturas de discursos perenizados acerca da demência, pois parte da problemática, pelo senso comum capturado pelo discurso da Medicina, de concentrar-se na cognição, na fala desviante e não no funcionamento discursivo do sujeito. Para isso, as correntes teóricas que fundamentam este trabalho são a Psicanálise lacaniana e a Análise do Discurso Pecheutiana, uma vez que as duas teorias se imbricam na concepção de sujeito e linguagem. Nesse sentido, a metodologia é basicamente a bibliográfica. Logo, propõe um repensar acerca do sujeito com demência, não o anulando, nem focando na patologia, pois entre o sintomático e não-sintomático as fronteiras se entrecruzam, não havendo um lugar tão bem demarcado, já que nada é completo e dominante.

Palavras-chave: Linguagem. Psicanálise. Análise do Discurso. Sujeito com síndrome demencial. Pulsão Invocante.

CONTRIBUTIONS OF PSYCHOANALYSIS AND DISCOURSE ANALYSIS TO RESIGNIFY LANGUAGE AND THE SUBJECT WITH DEMENCIAL SYNDROME

Abstract: This article mobilizes to understand the subject of language with demencial syndrome to the detriment of organic disease. Thus, the study aims to propose reflections and ruptures of perseeded discourses about dementia, because part of the problem, by the common sense captured by the discourse of Medicine, of focusing on cognition, in the devious speech and not on the discursive functioning of the subject. For this, the theoretical currents that underlie this work

- 1 O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE).
- 2 Doutoranda (Bolsista FACEPE) em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco. Professora de Língua Portuguesa no Ensino Médio e técnico-pedagógica de Língua Portuguesa, ambos pela Secretaria de Educação de Pernambuco. E-mail: andrezashirlene@gmail.com
- 3 Doutora em Letras e Linguística (UFPB, 2006). Professora adjunto IV da Universidade Católica de Pernambuco, professora e pesquisadora no Programa de Pós-graduação stricto sensu em Ciências da Linguagem. Líder do grupo de pesquisa do CNPq, Discurso, sujeito e sociedade. Membro do Grupo de Pesquisa Linguagem, Distúrbio e Multidisciplinaridade. E-mail: nadiaazevedo@gmail.com

are Lacanian Psychoanalysis and Pecheutian Discourse Analysis, since the two theories are intertwined in the conception of subject and language. In this sense, the methodology is basically the bibliographic. Therefore, it proposes a rethink about the subject with dementia, not canceling it, nor focusing on the pathology, because between the symptomatic and non-symptomatic the borders intersect, with no place so well demarcated, since nothing is complete and dominant.

Keywords: Language. Psychoanalysis. Discourse Analysis. Subject with demencial syndrome. Summoning Drive.

Introdução

Por muito tempo a concepção de indivíduo, dono do saber cognitivo, reinou nos estudos científicos, como se pode observar com Descartes, que defende o sujeito da certeza, da verdade, segundo informa Lacan ([1964] 2008). Entretanto, com o advento da Psicanálise e o estudo do discurso, principalmente, por base pecheutiana, houve a transmutação de indivíduo a sujeito, pois este é capturado pela linguagem, ou seja, constituído na e pela linguagem que estrutura o inconsciente. Nesse sentido, Althusser (1992, p.08), a partir do Materialismo Histórico, enfatiza a concepção de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela via da ideologia, que se materializa no discurso. Ambas as teorias defendem um sujeito que é estruturado pela linguagem, a saber, é ela que vai ao encontro do sujeito pela pulsão invocante e não o inverso. Logo o sujeito é do inconsciente, clivado, assujeitado tanto ao seu inconsciente quanto às circunstâncias histórico-culturais – leis e seus interditos, representado pelo Outro e ecoado pelo outro. Na Análise do Discurso de linha francesa, além disso, portanto, o sujeito também é ideológico.

Por conseguinte, na Psicanálise, a linguagem é enfatizada como o Outro, como ressalta Lacan ([1957-1958] 1999, p.14) “Outro como sede da fala”, e aborda o sujeito do inconsciente

como um efeito do significante, a saber, é a linguagem que o captura e não ao contrário como acontece com o indivíduo que vai em busca da linguagem “perfeita e completa”. Desse modo, o sujeito e a linguagem não são vistos como uma completude, certeza, mas sim pela incompletude, visão essa que cabe muito bem para ressignificar o paradigma acerca da linguagem e do sujeito com síndromes demenciais, já que pelo viés psicanalítico e discursivo há o real da língua, ou seja, é inerente a toda linguagem as falhas, falhas e equívocos.

Diante disso, a concepção de linguagem tangenciada pelas duas teorias em estudo, também rompe com a estandardização de língua enquanto apenas estrutura ou categoria. E, assim, o sujeito com fala desviante, ou no caso deste estudo, ocasionada pela síndrome demencial, deve ser visto não mais como fadado ao fracasso linguístico-discursivo devido à sua patologia (segundo a concepção que defende o orgânico e o indivíduo empírico). Isto é, se a pessoa com algum Transtorno Neurocognitivo (TNC) for vista apenas pela cognição como propõe a ordem biológica, anula-se o sujeito com toda sua carga pulsional e, ao invés de analisar o funcionamento de seu discurso, focará na sua prisão (AZEVEDO, 2019) desviante linguisticamente, sendo essa a grande problemática que impulsionou o estudo em tela.

Nesse caso, a metodologia abordada é a bibliográfica, pois parte das concepções advindas da Psicanálise lacaniana e da Análise do discurso pecheutiana (AD), já que visa desmistificar paradigmas evocados acerca de pessoas com síndrome demencial, uma vez que pretende valorizar o sujeito, bem como sua linguagem, mesmo desviante, em detrimento da patologia cognitiva. Isto posto, o que está em jogo é o seu funcionamento discursivo. Para tanto, a pesquisa, objetiva propor reflexões e rupturas de discursos perenizados acerca da demência.

Consequentemente, questionamentos surgiram para romper com essa concepção tão petrificada acerca das síndromes demenciais, le-

vando em conta sempre o sujeito e sua linguagem: Por que é necessário a mudança da concepção de indivíduo a sujeito? Se negligenciarmos a concepção de sujeito haverá uma fixação em apenas indicar a patologia na cognição e, conseqüentemente, na sua fala desviante? E se houver uma concentração no desvio da fala e apenas na visão organicista da doença, o que pode gerar? Qual contribuição de se considerar o funcionamento discursivo em detrimento da língua estandardizada? Onde fica a pulsão invocante que move o sujeito do discurso diante da demência?

Portanto, para responder aos questionamentos e reflexões anteriores, este trabalho está segmentado em quatro partes: a primeira parte versará acerca das contribuições psicanalíticas para transmutar o indivíduo a sujeito para enfatizar a grande importância dessa concepção para um novo olhar sobre a sintomatologia. Na segunda parte, haverá reflexões para ressignificar o sujeito com TNC por meio do viés teórico da Psicanálise, visando romper com visões naturalizadas a respeito da demência e do sujeito acometido por ela. Da terceira parte, constará questões que tocam em transpassar barreiras acerca da linguagem desviante, pois há um imbricamento nas fronteiras entre a desviante e não-desviante, como propõe a própria Psicanálise, já que em toda a língua a falhas, visão defendida também pela AD. A quarta parte, toca na concepção discursiva, visando trazer considerações acerca do funcionamento linguístico-discursivo do sujeito em detrimento de uma língua como abstração de uma estrutura. Na quinta parte, aborda a importância da promoção à pulsão invocante (sendo para psicanálise lacaniana uma questão conceitual fundamental), pois todo sujeito é e deve ser movido pela voz, mesmo que tenha alguma questão sintomática. E, por fim, espera-se que essas reflexões venham a interrogar o sujeito-interlocutor deste estudo acerca da temática abordada, uma vez que, todo texto é uma cooperação entre escritor e leitor.

1. Contribuição da Psicanálise para a transmutação do indivíduo a sujeito

Pelo viés psicanalítico, sabe-se que não há espaço para o indivíduo empírico, que é dono de um saber cognitivo, que pensa controlar e dominar a linguagem. Diante disso, a concepção de sujeito da certeza, que domina o que diz, bem como do sentido que quer evocar, é rompida, pois como propõe Lacan ([1964] 2008, p. 36) “falta-a-ser”, ou seja, o inconsciente do sujeito é estruturante de uma falta, já que será sempre um sujeito desejante, logo é a falta que move o sujeito.

Nessa perspectiva, a visão de indivíduo é posta em xeque, desde algumas concepções filosóficas à psicanalítica. Com Descartes temos a ideia de indivíduo dono de seu saber e pensamento, que por ele mesmo controla tudo, domador de sua linguagem e de seus sentidos, isso é verificado a partir de seu famoso enunciado: Penso, logo sou. Com os escritos de Althusser ([1970] 1992), o indivíduo se transmuta a sujeito quando é assujeitado pela ideologia, não sendo mais o ser cartesiano dominado pelo empírico, mas agora capturado pelos discursos/interdiscursos ecoados por fatores ideológicos e que vai construindo sua formação ideológica e discursiva que pauta a concepção da AD.

Isto posto, é pelo viés da Psicanálise, propriamente lacaniana, que se chega ao conceito de sujeito, este é assujeitado pelo Outro, que é da ordem da linguagem por meio do outro (ecos de seu interlocutor) que é perpassado a ele e que vai o capturando através do jogo entre o significante. Dessa maneira, o sujeito deixa de ser empírico para ser social, por isso a noção de assujeitamento. Assim, o sujeito psicanalítico é do inconsciente, já que é constituído na e pela linguagem, e este inconsciente é estruturado como uma linguagem, ele também é dividido, assujeitado, submetido tanto ao seu próprio inconsciente quanto às circunstâncias histórico-culturais.

Vale salientar que, mesmo com a noção de assujeitamento, fazendo a distinção entre o eu (empírico) e o sujeito (assujeitado), a Psicanálise diverge da ideia de sujeito do Materialis-

mo histórico de Althusser, como elenca Ferreira (2010), pois parte de dois conceitos fundamentais: o inconsciente e a pulsão, sendo o sujeito construído pelo campo da linguagem, do inconsciente e do desejo.

Nesse sentido, o sujeito é efeito de linguagem pela cadeia do significante. E, Lacan, detém-se no inconsciente, a partir da tríade: simbólico, imaginário e real, em uma relação de intercambialidade (já defendida no Nó borromeo) entre: sujeito no centro, inconsciente, linguagem e ideologia, como ressalta Ferreira (2010). Outrossim, o simbólico corresponde à ideologia, leis, princípios e significações, ou seja, tudo que está ligado a uma cultura dominante pertencente ao campo da linguagem, da palavra. Já o imaginário, refere-se a imagem que o sujeito registra do mundo. E o real é tudo aquilo que escapa a uma ideia de controle, como pontua Lacan ([1964] 2008, p.59) “um real que escapa”, ou seja, aquilo que falta, desliza. Diante disso, vale pontuar que há uma interligação constitutiva dessas três ordens no inconsciente, o imaginário precisa do simbólico e que está inerente ao real. Vale lembrar também que essa falta acarretada pelo real deve ser vista como algo positivo, pois é o que move o sujeito a buscar uma completude utópica, mas sem ela (pulsão) a busca pelo desejo estaria comprometida.

Para tanto, parece urgente a mudança na concepção de indivíduo do campo do empirismo, do saber, da certeza para a de sujeito proposta pela Psicanálise lacaniana, já que promove um deslocamento e propõe ver o sujeito em seu funcionamento, na sua subjetividade que é constituído não pelo empirismo, mas pela linguagem – Outro. Isto posto, é importante ressaltar que o sujeito é clivado pelo consciente e inconsciente e não mais dono de um saber consciente, pois, só assim os quadros patológicos pelo viés orgânico poderão ser revisitados e ressignificados, indicando que há um sujeito que está sempre em movimento pela linguagem/inconsciente, independentemente, de qualquer situação sintomática.

2. Ressignificando o sujeito com síndrome demencial pelo viés psicanalítico

Sabe-se que a síndrome demencial, seja de qualquer ordem, é vista, pelo menos pelo senso comum (capturado pela ordem da Medicina), como uma doença que, geralmente, fada o sujeito ao fracasso linguístico-discursivo, o aprisionando em uma fixação de seus equívocos, falhas na fala. Isso é reflexo do simbólico no imaginário do sujeito enquanto linguagem, pois todo sujeito é capturado pela linguagem/discurso proferido sobre sua condição, no caso da demência, sujeito doente – demente.

Vale ressaltar que como propõe Beilke (2009) o termo demência é complicador, já que por mais que haja um comprometimento cognitivo pela visão organicista, sabe-se que a mente sempre estará em funcionamento, já que o sujeito/discurso está em constante movimento, sendo o sujeito da linguagem, do inconsciente e da pulsão/desejo. Além disso, é importante destacar também, que o próprio Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais (DSM –V) (2014), muda a nomenclatura demência, pelo Transtorno Neurocognitivo, podendo ser Menor ou Maior, a depender da severidade da dependência, talvez isso se explique, pelo próprio valor pejorativo que o vocabulário carrega na sociedade, pois foi petrificado pelos discursos evocados e capturam os sujeitos de forma bastante negativa.

Ainda em relação ao sujeito pulsional, no caso da demência, parece que ele se concentra e é movido pela pulsão de morte, como questiona Goldfarb ([2004] 2014, p.32) “Seria, talvez, campo de domínio da pulsão de morte?”. Isso acontece, porque a libido é reduzido, ou seja, a pulsão não é mais desejada, devido a contextos sociais e históricos que carregam um peso de desvalorização do idoso que mexe com sua autonomia e reconhecimento social, pois é estigmatizado como um sujeito no fim da vida, portanto, sem peso social e, conseqüentemente, dissolve o eu, marginalizando e excluindo, “O

fato de ser a velhice o momento da existência humana mais próximo à morte, ligado ao declínio físico e a questões culturais, cria campo fértil para uma representação negativa e propicia atitudes de marginalização e autoexclusão” (GOLDFARB, [2004] 2014, p. 18).

Sem falar que para a Psicanálise, o termo patologia não ganha tanta fertilidade, já que defende que o sintoma está na linguagem, desconstruindo a dicotomia normal e anormal - “Os critérios de saúde e doença, de normalidade e anormalidade, não são absolutos, mas situacionais e relativos” (PICHON-RIVIÈRE, [1983] 2009, p.198).

Nesse sentido, para este estudo, a demência, como propõe Goldfarb ([2004] 2014) não deve se concentrar apenas na cognição, na sua ordem neurológica (claro que sem negar investigações sobre ela), mas na memória como fator histórico e social, elemento extremamente essencial para compreender o funcionamento do sujeito com diagnóstico clínico de demência. Com isso, a síndrome demencial ganha outro sentido e olhar, mudando o “par de óculos” para ressignificar esse sujeito acometido pelo TNC.

Como psicanalistas interessados no fenômeno demencial não estudaremos a memória como função neurológica, porém não deixaremos de ficar atentos a tudo aquilo que a pesquisa científica descobrir em relação a esta função tão essencial. Como psicanalistas estudaremos a memória como produção histórica do sujeito psíquico, resultante de seu funcionamento inconsciente, com o qual pretendo contribuir para um aprofundamento dos estudos a este respeito (GOLDFARB, [2004] 2014, p. 23).

E, assim, mostrar que a memória do sujeito é capturada pelo simbólico e refletida no imaginário por meio de seu discurso. Nesse sentido, sempre haverá algo a ser dito pelo sujeito mesmo com diagnóstico de demência, pois está na sua memória social, movida pelo inconsciente e, isso, deve ser valorizado e não ignorado pelo simples fato de se achar, devido a um discurso

cristalizado, que não há mais memória.

Ainda em relação a pulsão, como mola propulsora para o desejo que move o sujeito, “‘natureza humana’ é constituída por pulsões” (GOLDFARB, [2004] 2014, p.17) parece estar corrompida pelo discurso que marginaliza o idoso e, conseqüentemente, mexe com sua libido. Isso pode ser um dificultador, já que pode gerar nele um quadro de demência muito mais por fator social que biológico, já que “o sujeito descentralizado de sua história e de seu destino perde o sentido histórico de sua existência, isto é, o sentido de pertença ao conjunto das relações humanas que cobram significação às singularidades da vida de cada indivíduo” (GOLDFARB, [2004] 2014, p.33).

Além do mais, para a Psicanálise, a demência, segundo Goldfarb ([2004] 2014) seria uma reação à frustração, perda ou fixação, movendo o sujeito a um caminho de regressão narcísica, já que o sujeito como pontua a própria autora citada anteriormente, fazendo referência a Freud a partir da obra deste teórico Introdução ao narcisismo “a pessoa retira seu interesse libidinal dos objetos do mundo e os desloca para si mesmo ou para o órgão doente. A doença faz com que ela regreda a um estágio anterior, infantil, do desenvolvimento. Torna-se narcisista” (GOLDFARB, [2004] 2014, p.93).

Portanto, a síndrome demencial pelo viés psicanalítico no qual é defendido neste estudo, está atrelado a circunstâncias ressoadas pelo simbólico que captura o imaginário do sujeito, desaguando no biológico. Sendo isso, uma consequência da perda da libido como indica Freud, explicando assim, vários sintomas como a perda da capacidade de captar informações novas, mas lembranças antigas muitas vezes intactas, uma vez que a libido está concentrado no passado no qual o sujeito tinha um valor social. Logo, sendo uma questão mais psíquica atrelada ao inconsciente pelo seu entrelaçamento entre o simbólico, imaginário e real que propriamente da ordem orgânica, por isso, faz-se necessário um estudo que intercambie Psicanálise e as síndro-

mes demenciais para ressignificar o sujeito com TNC.

3. Transmutando sentidos cristalizados acerca da linguagem desviante do sujeito com síndrome demencial

É de extrema importância a compreensão de que toda a linguagem é constituída por falta, falha, equívocos, pois segundo a Psicanálise, isso é da ordem do real da língua. Nesse sentido, o que parece ser um problema, é considerado como constituinte de toda prática discursiva, podendo mudar o olhar para essas faltas/falhas na linguagem dos sujeitos com síndrome demencial a partir do funcionamento da linguagem, como coloca Lier-De Vitto (2001, p.246): “produções sintomáticas podem ser ‘formas linguísticas típicas’, mas com regras pragmático-discursivas deficientes que ‘perturbam a comunicação e isolam o indivíduo em seu ambiente’”.

Assim, o real da língua estará sempre presente em qualquer discurso do sujeito, seja ele com fala desviante (sua marca) 5 ou não. Nessa ordem, a noção de erro, vista pelo senso comum, capturada pela categoria/estrutura da língua estandardizada, deve ser ressignificada, já que é visto como intrínseco ao funcionamento da linguagem, como aponta De Lemos (2002, p.49) “o erro como indício de mudança e, portanto, de desenvolvimento”.

Nessa perspectiva, a linguagem higienizada, termo usado por De Lemos (2002) de forma crítica, mas defendida pela norma estruturalista da língua é desmistificada, pois é verificada que a falha faz parte do processo linguístico-discursivo dos sujeitos, e isso não só se desenvolve nas alterações da linguagem, porém em todo funcionamento discursivo.

Desse modo, faz-se necessária a mudan-

ça de paradigma que se tem de fluência e perfeição da linguagem, já que como expõe Lacan ([1964] 2008) o inconsciente é constituído por falta e falha e, conseqüentemente, a linguagem se enquadra nessa ordem também. Logo, não dar mais para o sujeito com demência ser visto como um doente (marcado pelo corpo) fadado ao fracasso linguístico-discursivo, pois como propõem a Psicanálise e a AD, toda linguagem é constituída de falta e incompletudes, ou como elencam Scarpa (2006) e Azevedo (2019) a fluência é uma abstração, já que nenhum sujeito é dono de seu discurso, o que há é uma ilusão de controle.

Por conseguinte, pela estratificação da memória discursiva, que ecoa um discurso já naturalizado sobre as síndromes demenciais e que vem sendo ecoado há muito tempo, é notório o sujeito com demência não se constituir como protagonista nas práticas discursivas, meramente por não conseguir, por vezes, ter uma linguagem fluente e, por isso, não ser impulsionado ao discurso. Essa visão, deve ser desconstruída, pois todo sujeito é sujeito de linguagem e esta é equivocizante.

Consequentemente, parece que a problemática da questão está no outro (interlocutor) que condena o locutor com fala desviante ao estereótipo de um falante ininteligível, a saber, como não competente linguisticamente, “dificuldades levantadas pelo problema geral da compreensão do outro” (CANGUILHEM, [1966] 2020, p.72), como se a compreensão e os sentidos fossem controláveis.

Dessa maneira, é essencial privilegiar o sujeito real e não ideal (de um modelo de funcionamento que está pautado em questões meramente estruturais do sistema linguístico), a saber, o que deve ser levado em consideração é o funcionamento da linguagem/discurso, já que é a partir das relações histórico-sociais que o sujeito se constitui. Nessa circunstância, o real da língua é evidenciado e não banalizado, sendo através dele, o “guincho” para puxar o sujeito com demência para assumir sua posição-sujeito

5 O real da língua faz sua marca na linguagem do sujeito com demência, pois este fica preso no imaginário sob o peso de um real, provocado pela sintomatologia de uma doença degenerativa da cognição e, portanto, da linguagem.

de falante, rompendo com a sua marginalização.

Outrossim, vale ressaltar como elenca Lacan ([1957-1958] 1999, p.21) que pela trama da “existência de uma cadeia de significante”, ou seja, pelo jogo entre o significante poderá haver deslizamentos nos sentidos, já que cada sujeito é único, constituído pelo inconsciente, linguagem e desejo, por isso, não pode controlar a linguagem nem seus sentidos “roda do moinho de palavras, o discurso sempre diga mais do que aquilo que se diz” (LACAN, [1957-1958] 1999, p.21).

Vale pontuar também que as alterações na linguagem, ocorridas nas síndromes demenciais, sobretudo, no Alzheimer, são vistas e avaliadas muito mais por aspectos estruturais do sistema linguístico, como percebido em Budon e Solomon (2018) e Gomes (2007), enquanto os aspectos discursivos são marginalizados. Desse modo, é evidente que as atividades avaliadoras excluem os aspectos sócio-históricos e valorizam os aspectos metalinguísticos, isto é, a concepção de linguagem é de categoria, esquecendo das condições de produção discursivas, sendo essas essenciais para compreender o funcionamento linguístico-discursivo do sujeito, mesmo com TNC.

Portanto, a expressão fala desviante se refere àquela que foge do padrão, que difere de uma língua estandardizada por fatores culturais dominantes. Entretanto, não pode ser desacreditada, pois é por meio dela também que a língua é analisada em funcionamento como qualquer outro processo discursivo, pois compreende o real da língua, já que esta está sujeita à falta e falhas e, conseqüentemente, todo o sujeito faz parte desse jogo de equivocidades.

4. Análise do Discurso como vértice para (re)pensar o funcionamento linguístico-discursivo de sujeitos com demência

A concepção de discurso neste estudo, parte da vertente teórica francesa pecheutiana, que o compreende como um efeito de sentidos

pela inter-relação com a historicidade, ou seja, é pela relação entre linguagem e ideologia que se materializa o discurso. Diante disso, o sujeito e o sentido são efeitos da linguagem por meio do funcionamento discursivo. Dessa forma, o discurso é movente, como propõe Orlandi (2009), e o sujeito também, não podendo estar mais preso a uma visão individual/empirista e nem a língua como estandardização da estrutura.

Nessa ordem, é necessário destacar que a Análise do Discurso parte do imbricamento entre Materialismo histórico, Psicanálise e Linguística, sendo assim, uma disciplina de entrelaçamentos com outros campos para respaldar seus fundamentos teórico-metodológicos e, tornando-se de abordagem interdisciplinar.

Do Materialismo histórico, reconfigurado por Althusser (1992), pauta-se na ideologia que reproduz discursos de um sujeito interpelado, ou seja, o indivíduo se transmuta a sujeito pelo assujeitamento à ideologia, assim, “a ideologia passa então a ser o sistema das ideias, das representações, que domina o espírito de um homem ou de um grupo social” (ALTHUSSER, 1992, p.69). Nesse caso, a reprodução e/ou transformação de discursos nasce da “luta de classes”, como demonstra Pêcheux ([1988] 2014, p.130) “modo de produção que se baseia numa divisão em classes, isto é, cujo ‘princípio’ é a luta de classes”, a partir dos postulados de Marx e do próprio Althusser.

Da Linguística, absorve os ideais de Saussure ([1970] 2012), que vê a língua como um sistema de toda atividade humana, por isso não deixa de ser social. Entretanto, valendo das críticas à teoria de Saussure, podendo ser vista entre a dicotomia entre língua e fala, Pêcheux por meio da noção de fala, propõe a ideia de funcionamento discursivo que parte da inter-relação entre ideologia e historicidade para o desenvolvimento de sentido. Diante disso, Pêcheux ([1988] 2014, p.81) aponta a língua “como a base comum de processos discursivos diferenciados”, logo, o estudo da linguística, ciência dos fenômenos linguísticos, é essencial para o

campo da teoria do discurso, pois se favoreceu dela para reconfigurar conceitos, já que para AD, a língua é um sistema materialista/social e não de formas abstratas (ORLANDI, 2007). Mediante isso, ganha terreno o funcionamento linguístico-discursivo do sujeito em detrimento de uma língua como abstração de uma estrutura e, com isso, perceber que a linguagem é processo/funcionamento e não produto acabado.

Em relação à Psicanálise, advém a concepção de sujeito, base elementar para AD, pois reverbera a ideia de um sujeito constituído na/ pela linguagem, sendo seu efeito. Portanto, para as duas teorias o sujeito é do inconsciente, assujeitado pelo Outro/ideologia, não podendo mais ser visto como indivíduo, já que pelo processo de assujeitamento sem se dar conta disso (o que Pêcheux elenca como esquecimento), ele não é a fonte de seu dizer, nem controlador de sentidos, uma vez que pode equivocizar via inconsciente, ou seja, cometer falhas, deslizar, isso acometido pelo real da língua⁶.

Diante de tudo isso, a Análise de Discurso, é trazida à baila neste trabalho, pois, como foi tratado anteriormente, configura-se como uma disciplina de entremeio, já que por meio de diferentes campos do conhecimento, ela se concebe, justamente, no terreno de divergências e de ligações transversais, pautando seu fundamento analítico teórico-metodológico.

Assim, a análise do Discurso, compreende a relação da língua com a exterioridade, movendo o discurso às condições de produção de uma dada conjuntura. Nessa ordem, o discurso para AD é visto como materialidade ideológica, inerente a uma certa formação discursiva (FD), como defende Pêcheux ([1988] 2014, p.82): “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes”.

Nessa circunstância, essa movência discursiva se dá pelo imbricamento e contradições

das próprias formações discursivas por meio dos embates ideológicos. Dessarte, para a AD, o que deve ser analisado é o funcionamento discursivo e, não apenas a estrutura da língua; perpassado pelas formações imaginárias, formações ideológicas e discursivas, interdiscursos que movem o sujeito para gestos de interpretação de sentidos, ou dizendo de outra maneira, para os efeitos de sentido durante as práticas discursivas.

Nessa perspectiva, ideologia e sujeito se imbricam, uma vez que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia” (ORLANDI, 2012, p.153). Assim, o sujeito não é mais do reino do empírico, mas perpassado pelo inconsciente, ideológico e social, sendo assim, uma posição-sujeito, determinada pelas relações imaginárias, ou seja, é pelo discurso que se percebe a posição/lugar social que o sujeito assume diante das práticas discursivas. Isto posto, é relevante pensar nos sujeitos acometidos por síndromes demenciais, pois a ideologia irá interpelar qual posição-sujeito assumem no discurso diante de seu sintoma, qual FD reproduz isso? Nessa ordem, na maioria das vezes, são ressoados discursos que o fadaram ao fracasso social e, conseqüentemente, linguístico-discursivo, ou seja, estão presos no imaginário um eco de insucesso sob o peso de um real e excluídos do simbólico pela sua marginalização.

Em vista disso, são as FDs que determinarão qual posição social o sujeito com demência irá identificar-se, evocada pelo seu discurso. No entanto, vale ressaltar que é necessário perceber que as próprias formações discursivas passam por batimentos, já que elas vivem em constante trânsito, não sendo homogêneas, mas heterogêneas, ou seja, para que um determinado sujeito se identifique em uma FD, ele perpassou por outras FDs em um processo de contraidentificação e desidentificação até o de sua identificação, em um movimento permanente.

Conseqüentemente, o sujeito com síndrome demencial pode reproduzir em seu discurso uma identificação em uma FD de doente, pois seu imaginário, foi capturado pelo simbólico, ou

6 Pela Psicanálise e reverberada pela AD, o real da língua é constituído pelo equívoco, deslize e falta da linguagem durante as práticas discursivas, logo, a falha é constituinte de todo processo de linguagem, nesse caso, a idealização de uma língua é uma abstração.

seja, pela ideologia da Medicina (ordem do discurso irreversível) e, ressoada pelo social, como enfermo, condenando a ser um sujeito debilitado. E, por consequência, marginalizado-o, o que pode gerar a angústia e empurrá-lo para um estado de demência mais acentuado pelo discurso evocado através de interdiscursos.

Paralelamente, compactuamos com que Pêcheux ([1988] 2014) defende, os discursos podem ser transformados, uma vez que surgem constitutivamente da resistência. Nesse sentido, pela via discursiva, o sujeito com demência pode ser ressignificado na relação entre memória-linguagem, ou seja, não pode ser apenas visto pela falha na cognição e alteração na linguagem. No entanto, é preciso o sujeito ser bombardeado pelo viés discursivo, sempre o invocando ao discurso, para que a cognição reaja melhor, pois mesmo com comprometimento da memória-linguagem, haverá algo a ser materializado que nem sempre será pelo verbal.

Portanto, para a AD, é necessário ver o sujeito e sua linguagem em funcionamento pelo viés discursivo, uma vez que vai para além da caixinha do homogêneo, pois o real se mostra constitutivo de todo processo linguístico-discursivo. Apesar disso, esse real fica mais marcado em sujeitos com alteração de linguagem, como no caso, dos demenciados.

5. Onde fica a pulsão invocante diante das falas sintomáticas na síndrome demencial?

A pulsão para a Psicanálise desde Freud, constitui um elemento fundamental para mover o sujeito a buscar o desejo. Logo, Lacan acrescenta a pulsão invocante (voz) ao seu fundamento teórico e, consequentemente, aos conceitos elementares da Psicanálise ao “dar a voz um estatuto de objeto, dito de objeto a” (MILLER, 2013, p.01), dando a voz o direito de um lugar de relevância na constituição do sujeito desde mesmo o infans.

Além do mais, como Lacan expõe ([1964] 2008, p.160) “a pulsão não é impulso”, pois ultrapassa a realização direcionada a um outro e ao orgânico, e chama a desejar, isto é, vai para

além da satisfação instintual. Diante disso, a pulsão pela invocação/voz se torna a causa do desejo primordial pelo Outro, desejo esse que se faz pela falta, e que move o sujeito pela ausência na presença, já que “se descobre igualmente apelante e, consequentemente desejante” (VIVÈS, 2009, p. 330). Nessa circunstância, pensemos: no sujeito com alteração de linguagem, parece, por vezes, que essa etapa é negligenciada, pois essa relação de ser apelante e desejante é perdida, já que não há uma invocação/voz que o chame para esse jogo do “reconhecimento do Outro e de sua falta” (VIVÈS, 2009, p. 330).

Nessa ordem, a pulsão invocante faz emergir um sujeito, pois é invocado pela sua relação com o Outro pela voz, essa ideia é defendida por Vivès (2009, p.329) “o sujeito nasce na relação com a voz do Outro”. Isto posto, a pulsão invocante para com o sujeito com síndrome demencial parece ser interrompida, provavelmente, pela concepção de que os sujeitos com desvios na fala, parece, por vezes, não serem dignos de uma invocação, pela simples questão de haver um estranhamento no som/fala do outro. Entretanto, esse estranhamento estar centrado no interlocutor.

Diante disso, o sujeito com fala desviante, como acontece em algumas demenciais, como o Alzheimer, são petrificados pelo outro ao não acesso a pulsão invocante, ou seja, a voz não é “dada” ao outro, o que pode comprometer ainda mais seu discurso, já que se não há pulsão, não há desejo de se pôr na ordem do discurso, de ser sujeito de seu discurso. À vista disso, deixa de ser sujeito/protagonista do discurso para sempre ser o objeto, regalado a um eterno fracasso linguístico-discursivo. E, assim, consequentemente, o circuito da pulsão invocante “entre ser chamado e um se fazer chamar” (VIVÈS, 2009, p.330) é comprometido.

Haja vista, como elenca Vivès (2009), a voz chama o sujeito a ser, pois para que ele tenha existência é fundamental que o Outro o invoque, puxe-o ao desejo pela invocação. Logo, parece pertinente a ideia defendida por Gold-

farb ([2004] 2014) de que a demência está atrelada à perda do desejo/libido do sujeito, fazendo com que as lembranças antigas o aprisionem, pois é lá que estão sua reprodução para a pulsão de vida, já que nelas era pulsionado, invocado, a saber, havia voz que o chamava a ser sujeito. No entanto, no momento presente, é marginalizado e excluído pela idade ou pelo desvio biológico da demência, e, talvez, por isso não se interesse por guardar as informações atuais, já que não há uma pulsão para este presente.

Para tanto, a pulsão invocante se faz necessária para a constituição de qualquer sujeito, já que este é composto pela invocação, pois ela o chama a ser sujeito como pontua Vivès (2009), inclusive, para aquele que se encontra fixado em algum sintoma que desvia e/ou escapa. Nesse sentido, é preciso o sujeito ser convocado pela voz, já que não existe um eu sem o outro. E, por fim, é preciso repensar na importância dessa pulsão para além de infans, crianças e adultos não-sintomático, mas para qualquer sujeito, sobretudo, o idoso com síndrome demencial, já que este, na maioria das vezes, é silenciado pelo simples fato de estar desacreditado por sentidos ideológicos de fim da vida, sintomas de demência, fala desviante, excluindo-o de seu convívio social.

Para efeito de fim

A partir das concepções advindas da Psicanálise, principalmente lacaniana, e da Análise do Discurso pecheutiana, foi percebida a importância de seus fundamentos teóricos para ressignificar noções fortemente naturalizadas por discursos de ideologias que petrificam os sujeitos com síndromes demenciais e em alguns casos de sua linguagem desviante. Além disso, para transmutar a ideia de indivíduo centrado no empírico a sujeito que é perpassado pelo Outro, bem como a relevância da pulsão invocante para a composição de qualquer sujeito, defendida pela corrente psicanalítica.

Assim, a Psicanálise e a AD mostram que o sujeito não é centrado, dono de seu discurso, definido pelo orgânico, mas dividido, entre a brecha do consciente e inconsciente, sendo um sujeito da ordem da linguagem (constituído por ela) do desejo e da ideologia, por isso, não deve ser visto apenas como do campo orgânico, mas do psíquico atravessado pelo imaginário, simbólico real. Por conseguinte, essas ideias são de extrema importância para este estudo, pois não se centra na patologia da demência, mas no funcionamento do sujeito e da sua linguagem real e não ideal⁷ nas síndromes demenciais.

Com isso, averigua-se a relevância dessas teorias, já que propõem ampliar “a lente” acerca dos sujeitos com síndromes demenciais, mostrando que eles devem ser vistos para além de suas limitações sintomatológicas, e que ali há um sujeito que precisa ser invocado e não silenciado, acreditado e não renegado, investido e não excluído, e, assim, dar voz e vez a eles, independentemente de sua condição neuronal e de sua linguagem que desvia.

Portanto, o estudo primou pelo sujeito em detrimento de seu quadro demencial, uma vez que rompe com a forma biologizante de ver as síndromes demenciais, a linguagem e, consequentemente, o sujeito, bem como deslizar sentidos perenizados acerca das questões citadas, propondo desconstruir conceitos engessados e ecoados por discursos do senso comum ou médico, tirando o peso organicista da demência. Devido a isso, em termos teóricos, a Psicanálise “cai como luva” nas mãos de quem ver o sujeito com toda sua subjetividade, carga pulsional e alteridade, não podendo aprisioná-lo em “caixinhas” do que é certo, biológico, neuronal, e do que é errado, doentio. Por fim, não esquecer que cada sujeito é único e perpassado pelo Outro por meio do outro e não mais do reino do empí-

7 Segundo a Psicanálise o real da língua seria aquilo que escapa, que falha ou falta, algo que é inerente a qualquer linguagem e sujeito, independe de ser sintomático ou não. Enquanto o ideal, pelos sentidos naturalizados, é tudo aquilo que não desvia de uma língua estrutural/estandardizada.

rico. Ademais, não há como sustentar a questão da patologia na linguagem, sintoma na linguagem como sinal de erro na concepção da análise linguística tradicional ou na etiologia orgânica, como corpo biológico, mas sim, ressignificar a interpretação para a fala desviante por meio do viés discursivo.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1992.
- Associação Psiquiátrica Americana. (2014). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (5ª ed.). Arlington, VA: American Psychiatric Publishing.
- AZEVEDO, Nadia Pereira Gonçalves de et al. A linguagem atípica e o silenciamento em afasia e gagueira: uma análise discursiva. *Estudos da Língua(gem)*. Vitória da Conquista v. 17, n. 1 p. 37-54 Jan/mar de 2019.
- BUDSON, Andrew; SOLOMON, Paul. *Perda da Memória, Doença de Alzheimer e Demência: Guia Prático para Clínicos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.
- CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Tradução: Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020, p. 01-185.
- GOMES, Juliana Brazolin. A linguagem em sujeitos com Demência de Alzheimer sob a ótica de uma concepção enunciativo-discursiva. *Estudos Linguísticos XXXVI* (2), maio-agosto, 2007. p. 293 / 300.
- DE LEMOS, Cláudia Thereza Guimarães. Das Vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas (42) 41-69, jan./jun.2002.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso*. Organon: Revista do Instituto de Letras da UFRGS. v.02, n.48. 2010.
- GOLDFARB, Delia Catullo. *Demências: clínica psicanalítica*. 1ª reimpressão da 2ª ed. São Paulo: casa do Psicólogo, 2014, p. 01-97.
- LACAN, Jacques. *O seminário: as formações do inconsciente*. 1ª ed. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- LACAN, Jacques. *O seminário: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. 2ª ed. Tradução de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- LIER-DE VITTO, Maria Francisca; FONSECA, Suzana Carielo. Linguística, aquisição da linguagem e patologia: relações possíveis e restrições obrigatórias. *Letras de hoje*, Porto Alegre. v.36, nº 03, p.433-439. setembro de 2001.
- LIER-DE VITTO, Maria Francisca. Sobre o sintoma – déficit de linguagem, o efeito da fala no outro, ou ainda...? *Letras de hoje*, Porto Alegre. v.36. nº03, p.245-251, setembro de 2001.
- MILLER, Jacques-Alain. Jacques Lacan e a voz. *Opção lacaniana online nova série*. Tradução de Lourenço Astua de Moraes e Renata Cecchetti. Ano 4. Número 11. Julho 2013, p. 01-13.
- PICHON-RIVIÈRE, Enrique. *O processo grupal*. Tradução: Marcos Aurélio Velloso e Maria Stela Gonçalves. 8ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- ORLANDI. Eni Puccenelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2009.
- ORLANDI. Eni Puccenelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. 5ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2014.
- PÊCHEUX, Michel. *Análise Automática do Discurso*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi e Greciely Costa. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2019.

SCARPA, Maria Ester. (Ainda) sobre o sujeito fluente. In: LIER-DE VITTO, Maria Francisca; ARANTES, Lúcia. Aquisição, Patologia e Clínica de linguagem. São Paulo: EDUC, FAPEP, 2006, p.161-180.

VIVÈS, Jean-Michel. Para introduzir a questão da pulsão invocante. Tradução de Júnia Mitre Haddad. Revista Latinoam. Psicopat. Fund. São Paulo. V.12, n.02, p. 329-341, junho 2009.

Submissão: julho de 2022.

Aceite: dezembro de 2022.

CADÊ A PALAVRA QUE ESTAVA AQUI? O IMPLÍCITO COMEU! IMPLÍCITOS SEMÂNTICOS NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Joselias da Costa Matos¹

Sônia Maria Nogueira²

Resumo: Este artigo tem como principal objetivo analisar a abordagem do fenômeno semântico implícito em atividades no LDLP, além dos objetivos específicos de verificar a presença de palavras ou ideias implícitas e identificar a contribuição do trabalho com implícito no LDLP. O corpus da pesquisa constitui-se do livro didático Português Contemporâneo: diálogo, reflexão e uso, volume 1, 1º ano do Ensino Médio, de William Cereja, Carolina Vianna e Christiane Damien, (2016), aprovado no PNLD 2018. Com base nas análises realizadas em discussão com os estudos de autores modernos, constatou-se que palavras ou ideias implícitas são abordadas de forma recorrente em atividades no LDLP sob a perspectiva da construção dos sentidos do texto e contribuem para a formação do leitor reflexivo e crítico.

Palavras-chave: Semântica. Implícito. Língua portuguesa. Livro didático.

WHERE IS THE WORD THAT WAS HERE? THE IMPLICIT HAS EATEN! SEMANTIC IMPLICITS IN THE PORTUGUESE LANGUAGE TEXTBOOK

Abstract: The main objective of this article is to analyze the approach of the implicit semantic phenomenon in activities in the Portuguese language textbook, besides the specific objectives of verifying the presence of implicit words or ideas and identifying the contribution of the work with implicit in the Portuguese language textbook. The research corpus is constituted by the textbook Português Contemporâneo: diálogo, reflexão e uso, volume 1, 1st year of high school, by William Cereja, Carolina Vianna, and Christiane Damien, (2016), approved in PNLD 2018. From the analysis performed in discussion with the studies of modern authors, it was found that implicit words or ideas are addressed recurrently in activities in the Portuguese language textbook from the perspective of the construction of the meanings of the text and contribute to the formation of reflective and critical reader.

Keywords: Semantics. Implicit. Portuguese language. Textbook.

1 Mestrado em Letras do Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UE-MASUL. Docente de Língua Portuguesa e Língua Espanhola no Instituto Federal do Maranhão - IFMA. E-mail: joselias.matos@uemasul.edu.br

2 Doutora em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Adjunta da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL. E-mail: sonianogueira@uemasul.edu.br

Considerações iniciais

“Cadê o bolo que estava aqui? O gato comeu!”

A brincadeira popular serviu de inspiração para a formulação do título de nosso trabalho, por ser uma construção passível de paráfrase com o estudo da palavra ou ideia que não aparecem de forma explícita, mas que o aluno tem de buscá-la para construir os sentidos do texto lido. Essas informações – palavras ou ideias – implícitas constituem um fenômeno semântico.

E sobre esse fenômeno semântico repousa a análise deste trabalho de investigação, buscando perceber a presença, o papel e a importância de se trabalhar em sala de aula com atividades que desenvolvam a construção dos sentidos implícitos nos textos presentes no livro didático de língua portuguesa (doravante LDLP) da educação básica, mais especificamente, do 1º ano do ensino médio, aprovado no PNLD 2018-2020, com vigência estendida até 2021.

Dada a relevância dos estudos semânticos para o desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos e a pouca atenção reservada ao ensino dos fenômenos semânticos em sala de aula, é que nos deparamos com o seguinte problema de pesquisa: como o fenômeno semântico implícito é abordado no LDLP?

Destarte, objetivamos principalmente analisar a abordagem do implícito em atividades no LDLP. E buscamos também verificar a presença de palavras ou ideias implícitas nos textos do livro didático e identificar a contribuição do trabalho com implícito para a construção dos sentidos do texto.

Para isso, utilizamos os delineamentos da pesquisa qualitativa com estudo exploratório. E, quanto aos meios utilizados, lançamos mão da pesquisa documental, como é o caso do livro didático. O corpus da pesquisa constitui-se do livro didático *Português Contemporâneo: diálogo, reflexão e uso*, volume 1, 1º ano do Ensino Médio, de William Cereja, Carolina Vianna e Christiane Damien, (2016), da editora Saraiva,

aprovado no PNLD 2018.

As discussões, em relação aos implícitos explorados pelos autores nas atividades de leitura e compreensão de texto, estão baseadas nos estudos de Bechara (2015), Oliveira (2017), Abrahão (2018), Ilari (2019) e outros.

Esta pesquisa insere-se no Grupo de Estudos Linguísticos do Maranhão – GELMA, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. E com nosso trabalho, esperamos contribuir com o avanço do ensino de semântica na sala de aula da educação básica e com a divulgação científica dos estudos semânticos realizados no meio acadêmico, apontando para o trabalho com o livro didático em nosso país.

A princípio, discorreremos sobre o LDLP, a BNCC e o PNLD. Em seguida, apresentamos o aporte teórico sobre semântica e, na sequência, a seção correspondente à metodologia utilizada. A seguir, a análise do corpus e a interpretação dos dados. Por fim, temos a apresentação dos resultados da pesquisa na conclusão do trabalho.

O livro didático de língua portuguesa, a BNCC e o PNLD

Em 2018, entrou em vigor o novo documento normativo da educação básica brasileira, aplicado exclusivamente à educação escolar – a Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Até então, os componentes curriculares tinham como referência para sua formulação os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, que traziam os conhecimentos e as competências e habilidades a serem desenvolvidas.

Entre as habilidades e competências a serem desenvolvidas em língua portuguesa, o referido documento versa sobre a língua portuguesa como geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade (BRASIL, 2000, p. 22). Nisso, percebe-se que o uso da linguagem está atrelado a redes de significações que implicam fatores como leitura e análise de textos, seleção de gêneros e tipos dis

Desse modo, um importante e necessário, se não o principal, suporte para os diversos textos a serem trabalhados na sala de aula é o livro didático, utilizado pelo professor de língua portuguesa como ferramenta pedagógica no processo de ensino e aprendizagem da disciplina nos anos finais da educação básica. Essa ferramenta, bastante utilizada em sala de aula e adotada nas escolas da rede pública de ensino, passa por um processo de avaliação e seleção submetidas ao Programa Nacional do Livro Didático – PNLD para, posteriormente, se aprovado, compor o Guia de Livros Didáticos que é enviado às escolas para que os professores procedam com a escolha daquela coleção a ser utilizada na prática pedagógica no próximo triênio.

E, para uma escolha assertiva, o professor deve considerar algumas metas a serem alcançadas com o uso do livro didático como recurso metodológico, por exemplo, “é preciso que os estudantes sejam bons leitores, o que demanda a capacidade de construção de sentidos” (BRASIL, 2017, p. 9).

Destarte, a geração de significações e a construção de sentidos constituem-se em aspectos relevantes para o desenvolvimento da competência comunicativa dos estudantes. Bechara (2015, p. 401) afirma que “todo problema que lide com a significação é, em certo sentido, semântico” e o trabalho com o LDLP em sala de aula deve incluir tópicos voltados para o estudo do significado – campo de estudo da Semântica.

A Semântica no livro didático de língua portuguesa

Abrahão (2018, p. 22) define a semântica como “o conjunto de fatores variados e complexos que garantem a sua [de uma língua] significação”. O ensino de semântica no LDLP contribui para que o aluno compreenda o funcionamento da língua e se torne um usuário crítico e reflexivo, leitor e produtor de textos orais e escritos, não só no âmbito escolar, mas principalmente na vida.

Mas, qual semântica ensinar, haja vista a diversidade de abordagens que esse campo dos estudos linguísticos apresenta? Reunimos algumas das denominações: semântica diacrônica, semântica lexical, semântica estrutural, semântica formal, semântica sentencial, semântica gerativa, semântica funcional, semântica interpretativa, semântica prototípica, semântica argumentativa, semântica do discurso, semântica de contextos e cenários, entre outras.

Não há uma resposta única para a pergunta proposta e cada professor que ministra o componente língua portuguesa traz para a disciplina um enfoque específico no ensino de semântica (ABRAHÃO, 2018, p. 22). Assim sendo, optamos por tratar o papel da semântica no ensino de língua portuguesa no livro didático sob o aspecto dos fenômenos semânticos no contexto de sala de aula. E, embora Ilari (2019) use a denominação “temas de semântica”, utilizamos o termo fenômeno semântico com o mesmo sentido apontado pelo autor: “operações que realizamos o tempo todo, sem nos preocuparmos em teorizar, quando usamos a língua no dia a dia” (ILARI, 2019, p. 11), considerando que:

Até há pouco tempo, esses fenômenos não tinham muito espaço nos livros didáticos. Dá para se imaginar que o espaço a eles dedicado nas aulas também não era lá muito grande. Hoje, porém, já se começa a perceber uma mudança de atitude por parte de alguns autores de livros didáticos de português em relação aos fenômenos do significado no sentido de dedicarem mais atenção a questões semânticas. (OLIVEIRA, 2017, p. 153).

O autor, ao abordar essa questão dos fenômenos semânticos no ensino de língua portuguesa, destaca o papel do livro didático como suporte a essa abordagem sobre aspectos semânticos em sala de aula. Além disso, corrobora com Ilari ao afirmar que os fenômenos semânticos são “parte integrante de nossas vidas” (OLIVEIRA, 2017, p. 153).

Pesquisa realizada em 2013, coordenada pela professora Dra. Dieysa Kanyela Fossile, da Universidade Federal do Tocantins (UFT/Campus Araguaína), sobre a semântica no LDLP, comprovou o pouco espaço que esses fenômenos ocupavam nos manuais. Seus estudos, com análise de manuais de Português da década de 1990, revelaram que “assuntos de âmbito semântico são tratados de maneira simples, superficial e de acordo com a gramática normativa tradicional” (FOSSILE, 2017, n.p.).

Por outro lado, a mudança que percebemos, hoje, na abordagem dos fenômenos semânticos no LDLP, é decorrente, entre outros fatores, do início do processo de avaliação pedagógica dos livros didáticos pelo PNLD em 1996. E, embora pesquisas venham sendo realizadas nessa área, são muitos os fenômenos semânticos a serem explorados em sala de aula nas atividades de leitura, análise e produção de textos do LDLP, como: polissemia, sinonímia, antonímia, paronímia, metonímia, paráfrase, ambiguidade, negação, metáfora, frases feitas, expressões idiomáticas, implícito, e outros.

Isso porque a construção dos sentidos do texto requer, às vezes, um esforço a mais por parte do interpretante, uma vez que o explícito no texto pode não ser suficiente para a compreensão da mensagem pretendida pelo seu emitente, pois “todo texto se constrói [...] por aquilo que está posto em palavras, frases e períodos e por aquilo que não está posto explicitamente, mas que é significativo para estabelecer um sentido ao texto [...]” (FRANÇA, 2012, p. 64).

Apresentamos a seguir alguns aspectos metodológicos do trabalho de pesquisa.

Metodologia

Este trabalho utiliza os delineamentos da pesquisa qualitativa com estudo exploratório, considerando-se que “O estudo exploratório apoia-se sobretudo em revisões da literatura e restringe-se a trabalhos realizados com base em textos ou informações divulgadas na literatura

científica” (MEDEIROS; TOMASI, 2020, p. 22).

E, quanto aos meios utilizados, lançamos mão da pesquisa documental, uma vez que “qualquer elemento portador de dados pode ser considerado documento” (GIL, 2019, p. 61), como é o caso do livro didático. Para tanto, o corpus da pesquisa constitui-se do livro didático Português Contemporâneo: diálogo, reflexão e uso, volume 1, 1º ano do Ensino Médio, de William Cereja, Carolina Vianna e Christiane Damien, (2016), da editora Saraiva, aprovado no PNLD 2018.

Nosso objeto de estudo são os implícitos semânticos presentes no LDLP, mais especificamente as palavras e as ideias implícitas exploradas pelos autores da obra em atividades de leitura e análise de textos.

Palavras e ideias implícitas no livro didático de língua portuguesa

O livro Português Contemporâneo: diálogo, reflexão e uso, volume 1, 1º ano do Ensino Médio, de William Cereja, Carolina Vianna e Christiane Damien (2016), da editora Saraiva foi aprovado no PNLD para o triênio 2018-2020, conforme o selo indicativo presente na capa do livro (Figura 1).

Figura 1. Capa do livro didático



Fonte: Cereja, Vianna e Codenhoto (2016)

O livro apresenta uma proposta de ensino pautada no uso reflexivo da língua que permita ao aluno desenvolver com eficiência sua capacidade de leitura e produção de textos, apoiado na compreensão e do trabalho com a construção de sentidos, partindo da relação que ele já tem com a linguagem (CEREJA; VIANNA; CODENHOTO, 2016, p. 3). Nessa proposta, os conceitos e conteúdos gramaticais são trabalhados na obra sob a perspectiva de sua importância na construção dos gêneros e dos sentidos dos textos, conforme explicitam os autores nas Orientações didáticas direcionadas ao professor, em anexo no final do livro.

As atividades também são propostas ao aluno sob essa perspectiva da construção de sentido do texto, trazendo textos de gêneros e tipos variados com questões de análise do tipo abertas e de pesquisa, o que leva o aluno ao exercício da reflexão acerca dos fatos da língua e à análise de como o conceito gramatical estudado contribui para a construção de sentidos do texto. Sobretudo, nas seções intituladas Foco no texto, Aplique o que aprendeu e Texto e enunciação presentes em todas as unidades didáticas do livro na parte destinada, exclusivamente, ao trabalho de um tópico gramatical específico Língua e linguagem, contida em todos os capítulos.

Identificamos a presença desse fenômeno semântico em uma atividade de leitura e análise de texto no capítulo 3 da Unidade 1 do livro, como mostra a Figura 2:

Como se observa na Figura 2, a primeira instrução ao aluno é de leitura do texto, cujo gênero textual é uma tira de Laerte, apresentada em quatro quadrinhos. No texto, o marido dialoga com a esposa logo após escutar o som da campainha tocando e, ao final, ela arranca a campainha da parede e a traz ao marido.

Nas questões 1 e 2, os autores buscam levar o aluno a iniciar o processo de construção de sentidos do texto levando em conta o reconhecimento da significação da onomatopeia presente nos dois primeiros quadrinhos, bem como da focalização na atividade realizada e na expressão

facial do marido nos três primeiros quadrinhos. Depois disso, o aluno é instruído a reler as falas do marido, reproduzidas no próprio enunciado da questão 3 (Figura 2), em que os autores afirmam haver “um dado implícito, que só pode ser percebido se considerada a situação de comunicação em que elas ocorrem” (CEREJA; VIANNA; CODENHOTO, 2016, p. 71).

Percebemos que, para chegar à construção do sentido implícito, os autores instruem o aluno a reescrever as referidas falas do marido, tornando explícita sua intenção. Além de instigá-lo com mais duas perguntas diretas a refletir sobre a atitude da esposa frente à (não) polidez do marido. Com início na identificação do implícito do texto – a omissão do verbo “atender” na fala do marido, segundo a resposta proposta à questão 3.a – o aluno poderá concluir que, embora a mulher tenha compreendido o sentido implícito na fala do marido, ela resolve agir “de maneira a deixar clara a sua discordância em relação à atitude dele” (CEREJA; VIANNA; CODENHOTO, 2016, p. 71).

Mesmo que o conceito de implícito não tenha sido exposto ao aluno e nem haja sugestão por parte dos autores para o professor trabalhá-lo em sala, pressupõe-se um conhecimento prévio do aluno acerca desse fenômeno semântico.

A segunda ocorrência, na obra, está localizada em um dos capítulos destinados ao estudo da semântica, intitulado Semântica (II) em que os autores, inicialmente, apresentam o conceito de implícito seguido do gênero textual anúncio como exemplificação de uso desse fenômeno. E, na sequência, os autores fazem uma relação do implícito com outro fenômeno: a indireta, como mostra a Figura 3:

Para Ilari (2019, p. 92), a indireta é identificada como “As mensagens linguísticas [que] comportam às vezes implícitos que não podem ser previstos com base apenas no sentido literal.”. Neste trabalho, enfocamos o implícito semântico e buscamos identificá-lo no corpus sem, contudo, estabelecer as relações deste fenômeno com outros.

Figura 2. 1ª ocorrência de implícito

Leia a tira:



(Disponível em: <http://uful.virgula.uol.com.br/wp-content/uploads/2008/08/tira18.gif>. Acesso em: 20/7/15.)

1. Onomatopeia é um recurso de linguagem que consiste na representação gráfica de um som.
 - a. Identifique a onomatopeia empregada na tira. **ZÉÉÉÉÉ!**
 - b. Qual som essa onomatopeia reproduz? **O som de uma campainha.**
2. A propósito dos três primeiros quadrinhos, responda:
 - a. Com qual atividade o homem que aparece na tira está se ocupando? **A leitura de um livro.**
 - b. Como está sua expressão facial? **Mal-humorada/rabugenta.**
3. Releia as falas do homem: “Eulália, a campainha.” / “A campainha, Eulália!!!”. Há, nessas falas, um dado implícito, que só pode ser percebido se considerada a situação de comunicação em que elas ocorrem.
 - a. Reescreva essas falas, explicitando a intenção do homem. **Eulália, atenda a campainha.**
 - b. Em relação à polidez, isto é, à cortesia, educação, como você avalia essas falas da tira? **Pouco polidas, grosseiras, mal-educadas.**
 - c. O que se espera que a mulher vá fazer quando ela passa ao lado do homem no 3º quadrinho? **Que ela vá atender à porta.**

Fonte: Cereja, Viana e Codenhoto (2016, p. 71)

Figura 3. 2ª ocorrência de implícito

Implícitos e indiretas

Para compreendermos de fato um enunciado, é preciso haver entre os interlocutores o compartilhamento de certos conhecimentos e pressupostos, pois é esse compartilhamento que possibilita entender os *implícitos* e as *indiretas*.

Implícitos são dados e informações socialmente compartilhados, supostamente por todos, e que, portanto, não precisariam ser explicitados.

Leia o anúncio de lançamento imobiliário abaixo.

O enunciado procura chamar a atenção do leitor, fazendo uma brincadeira com um valor de nossa sociedade, sustentado por uma mentalidade machista: meninos devem namorar, meninas, não. Assim, ao omitir o verbo *namorar* quando faz referência a *filha*, o enunciado não apenas ressalta as qualidades do jardim, mas também faz piada com o pensamento machista referido anteriormente. Direcionando-se ao responsável pela compra da casa própria, o anúncio apela para o ciúme que, em geral, existe do pai em relação à filha, explorando jocosamente a ideia de que meninas não devem namorar.

Indiretas, por sua vez, consistem em, tomando-se por base alguns implícitos, não dizer diretamente o que se pretende, pressupondo que, por compartilharem conhecimentos, os interlocutores compreenderão o que se quer expressar.

Leia a tira:



(Alexandre Beck. Acervo do cartunista.)

Fonte: Cereja, Viana e Codenhoto (2016, p. 154)

Neste caso, os autores trazem uma tira de Armandinho como exemplo. Armandinho dialoga com uma mulher adulta que, supostamente, discursava com sua mãe e que, num determinado momento da conversa, dirige-se a ele expondo uma admiração pelo seu crescimento, além de fazer-lhe uma pergunta, habitualmente, dirigida aos meninos de sua idade. No quadrinho seguinte, Armandinho responde negativamente para, no último quadrinho, realizar a seguinte pergunta à sua interlocutora: “Por que não procura alguém de sua idade?”.

Com base no texto, infere-se que os autores consideram o aspecto extralinguístico para formulação do conceito de implícito ao afirmarem que “são dados e informações socialmente compartilhados” e que “não precisam ser explicitados” (CEREJA; VIANNA; CODENHOTO, 2016, p. 154). Isso caracteriza o tipo de sentido implícito cujo sentido literal não é suficiente para prever a mensagem (ILARI, 2019, p. 92). Desse modo, o aluno será capaz de aplicar seus conhecimentos adquiridos sobre esse fenômeno com mais propriedade nas atividades de leitura e análise de textos diversos, como no caso da Figura 4:

Nesta atividade, o aluno é instruído a ler uma tira de Caco Galhardo em que três personagens masculinas dialogam entre si sobre seu sucesso com as mulheres, sentados em torno de uma mesa. Ao construir os sentidos do texto, na 1ª questão, o aluno é levado, primeiramente, a identificar o humor da tira observando a fala da personagem Chico, o homem de bigode que se encontra sentado à direita. E deve perceber que o efeito de humor está baseado em um implícito presente na fala dessa personagem no último quadrinho: “Míopes sem óculos me adoram”, (CEREJA; VIANNA; CODENHOTO, 2016, p. 155).

Segundo a resposta proposta pelos autores para a alternativa “c” da questão 1 referida anteriormente, o implícito correspondente é “o de que pessoas que são míopes não enxergam bem quando estão sem óculos” e que “O humor está

na ideia de que as míopes só se interessam por Chico porque não o enxergam direito” (CEREJA; VIANNA; CODENHOTO, 2016, p. 155). A resposta sugerida está de acordo com a teoria, anteriormente, exposta por eles na seção Língua e linguagem deste capítulo sobre semântica (ver Figura 3).

Os autores continuam a explorar o implícito nas duas questões seguintes. Na 2ª questão, o aluno deve focar na linguagem não verbal da tira, sobretudo nas características físicas das personagens para a construção de outro sentido implícito no texto. Os autores sugerem como mensagem implícita que as mulheres não se interessam por Chico por ele não corresponder aos padrões de beleza vigentes na sociedade ocidental contemporânea (CEREJA; VIANNA; CODENHOTO, 2016, p. 155) e, com isso, indicam que esse é o sentido implícito construído levando em conta as características físicas das personagens.

Por último, remetendo a uma temática sociocultural, a 3ª e última questão leva o aluno a refletir sobre “Que estereótipo quanto ao gosto feminino na escolha de namorados está implícito na tira, como um todo?” (CEREJA; VIANNA; CODENHOTO, 2016, p. 155). Nesse exercício de reflexão sobre a cultura a que pertence, o aluno é motivado a reconhecer a importância desse recurso semântico para a expressividade de dados convencionados socialmente e utilizados em situações de comunicação, seja na produção ou na recepção de textos. Para essa questão, os autores apresentam a seguinte resposta: o implícito é “O de que as mulheres, em geral, se interessam essencialmente pela aparência masculina, o que as levaria a namorar apenas homens altos, fortes, bem-vestidos” (CEREJA; VIANNA; CODENHOTO, 2016, p. 155).

Na Figura 5, observa-se um texto do tipo expositivo, retirado e adaptado da Internet. Inicialmente, há somente a informação prévia de que se trata de texto portador de recursos semânticos já estudados na unidade didática do livro e uma instrução para o aluno

Figura 4. 3ª ocorrência de implícito

Leia a tira:



(Chico Galhardo. Acervo do cartunista.)

1. O humor da tira se deve principalmente às falas da personagem de bigode.
 - a. No 1º quadrinho, duas personagens contam vantagem sobre seu sucesso com as mulheres. Para isso, tomam por base características físicas delas. Quais são essas características físicas? *Ser loiras ou morenas.*
 - b. No 2º quadrinho, Chico responde à pergunta com base na aparência física? Justifique sua resposta. *Não, pois ser míope não tem relação com aparência física, mas, sim, com deficiência na visão.*
 - c. No 3º quadrinho, Chico dá mais detalhes sobre sua afirmação anterior. Qual implícito é base para o efeito de humor resultante dessa fala? *O de que pessoas que são míopes não enxergam bem quando estão sem óculos. O humor está na ideia de que as míopes só se interessam por Chico porque não o enxergam direito.*
2. Observe a parte não verbal da tira.
 - a. Como são, fisicamente, os dois homens que falam no 1º quadrinho? Como estão vestidos? *São altos, encorpados, vestem calça, camiseta, usam sapatos e um deles veste um casaco.*
 - b. Como é fisicamente a personagem Chico? Como ele está vestido? *É baixinho, barrigudo, usa um short curto e chinelos.*
 - c. Em que sentido as características físicas das personagens contribuem para a construção de sentidos na tira? *Por Chico fugir a padrões de beleza valorizados socialmente, fica implícito que as mulheres não se interessariam por ele.*
3. Que estereótipo quanto ao gosto feminino na escolha de namorados está implícito na tira, como um todo? *O de que as mulheres, em geral, se interessam essencialmente pela aparência masculina, o que as levaria a namorar apenas homens altos, fortes, bem-vestidos.*



Fonte: Cereja, Viana e Codenhoto (2016, p. 155)

Figura 5. 4ª ocorrência de implícito

O texto a seguir apresenta vários dos recursos semânticos estudados neste capítulo. Leia-o.

.....

Coisas que só quem vive atrasado pode entender

- Nunca ter de esperar por ninguém, já que você sempre consegue chegar mais tarde do que a outra pessoa (mesmo se ela própria estiver atrasada).
- Só se considerar atrasado após 40 minutos do horário; afinal, na sua cabeça existe aquela "tolerância" de meia hora (mas na das outras pessoas não).
- Já ter usado todas as desculpas para justificar seu atraso, quando a verdade é simples: a falta de pontualidade faz parte do seu ser.
- Saber que você nunca moraria em Londres.
- Perder a credibilidade com seus amigos — ninguém consegue acreditar que você vai chegar na hora.
- O sofá é sempre um grande inimigo de todos os seus compromissos — ele simplesmente não te larga.
- "Estou no caminho" ou "Chego em 5 minutinhos" não significam nada para você.
- A previsão do tempo já está definida quando você chega na hora: "Nossa, VAI CHOVER HOJE, hein!"

(Disponível em: <http://www.obaoba.com.br/comportamento/noticia/25-coisas-que-so-quem-vive-atrasado-vai-entender>. Acesso em: 10/7/2015. Adaptado.)

Fonte: Cereja, Viana e Codenhoto (2016, p. 157)

realizar sua leitura:

Entre as cinco questões de análise do texto, o implícito é explorado em três delas. Na 2ª questão, o enunciado versa o seguinte: “Em ‘você nunca moraria em Londres’, há, no contexto, um implícito e uma indireta.” (CEREJA; VIANNA; CODENHOTO, 2016, p. 158). Em seguida, é dada ao aluno a instrução de justificar essa afirmação. Como resposta concernente ao implícito, os autores citam a pontualidade britânica e sugerem ao professor que comente com os alunos sobre a relação existente entre estereótipo e implícitos, neste caso específico.

A próxima questão instrui o aluno à releitura de um excerto do texto, a saber “O sofá é sempre um grande inimigo de todos os seus compromissos – ele simplesmente não te larga.”, para responder a seguinte pergunta: “Quais dos recursos semânticos estudados ocorrem no trecho? Justifique sua resposta.”. A fim de chegar à resposta pretendida, o aluno deve considerar o contexto comunicativo. No que diz respeito

ao implícito, os autores, a título de resposta, pontuam que na segunda parte do trecho “está implícita a ideia de que a pessoa fica deitada no sofá, em vez de se preparar com antecedência para seus compromissos.” (CEREJA; VIANNA; CODENHOTO, 2016, p. 157-158).

Na 4ª questão, há a mesma proposta da questão anterior de identificação e explicação dos recursos semânticos, porém, com base no seguinte trecho: “A previsão do tempo já está definida quando você chega na hora: ‘Nossa, VAI CHOVER HOJE, hein!’” (CEREJA; VIANNA; CODENHOTO, 2016, p. 158). Entre os recursos semânticos estudados, o implícito se faz, novamente, presente e, segundo os autores, consiste no fato de que o interlocutor do texto chega sempre atrasado.

Observamos então a coerência dos autores entre as respostas sugeridas para essas questões e o significado por eles atribuído aos implícitos.

Por fim, a última ocorrência, no livro didático, corresponde a uma atividade de constru-

Figura 6. 5ª ocorrência de implícito



4. Como é próprio da linguagem publicitária, no anúncio em estudo há economia de meios, ou seja, o texto verbal é enxuto e, para ser compreendido, é preciso que o leitor faça inferências e o complementa, percebendo o que está implícito.
- De que outra forma o enunciado “Novo Honda Civic. Espetaculoso” poderia ter sido redigido? Poderia ter sido redigido assim: “O novo Honda Civic é espetaculoso” ou “Este é o novo Honda Civic, espetaculoso”.
 - Compare a redação que você deu ao enunciado à redação original e conclua: Que justificativa pode ser dada para a opção feita pelo anunciante?
 - Em relação à palavra *tecnológico*, indique, entre as segmentações abaixo, a que corresponde ao processo pelo qual ela foi formada:

4. b) A redação original cria uma pausa entre *Civic* e *espetaculoso*, o que aumenta o efeito surpresa resultante do prego do neologismo si mesmo surpreende

Fonte: Cereja, Viana e Codenhoto (2016, p. 313)

ção do sentido implícito em um anúncio publicitário que promove determinada marca de automóvel (Figura 6):

Na imagem do anúncio, vemos vários automóveis da mesma marca, cor e modelo percorrendo um deserto e indo todos na mesma direção. Nos cantos superior esquerdo e inferior direito, vemos o nome da marca divulgada no anúncio publicitário e, no canto superior direito, observamos destacados alguns itens do automóvel com suas respectivas descrições. O anúncio publicitário conta, ainda, com duas frases: “Dois adjetivos podem ocupar o mesmo lugar no espaço”, na parte superior e “Novo Honda Civic. Espetacnológico”, na parte inferior.

Na atividade de leitura e análise do texto, percebe-se o enfoque dado ao neologismo “espetacnológico” proposto pelo anunciante no texto. Como se observa na Figura 6, na questão 4, esse enfoque recai sobre o fenômeno semântico implícito, pela sua relevância para a construção do sentido do anúncio, considerando a linguagem característica deste gênero textual expressa no próprio corpo da questão: “no anúncio em estudo há economia de meios, ou seja, o texto verbal é enxuto” (CEREJA; VIANNA; CODENHOTO, 2016, p. 313).

Cereja, Vianna e Codenhoto (2016, p. 313) complementam essa afirmação indicando que o leitor deve fazer inferências e complementar o texto para que o mesmo seja compreendido, ou seja, para construir os sentidos do texto. Sugerem, para isso, que se perceba “o que está implícito”, especificamente, no trecho destacado e referido anteriormente.

E, por meio das perguntas formuladas na mesma questão, o aluno é incentivado a redigir esse mesmo trecho de forma a preencher o hiato existente entre as duas frases que o compõem, o que o levaria a ter de considerar o que está implícito. Como pista ao professor, os autores apresentam duas possibilidades de reformulação do trecho, mas sem qualquer indicação de qual seja o implícito requerido por eles. Contudo, o professor será capaz de inferir, mediante

as respostas sugeridas, que se trata da omissão da forma verbal do presente do indicativo na 1ª pessoa do singular do verbo de ligação “ser” que, ao não ser explicitado, segundo os autores, “aumenta o efeito da surpresa resultante do emprego do neologismo” (CEREJA; VIANNA; CODENHOTO, 2016, p. 313).

Percebemos, pois, que as possibilidades de identificação do implícito, nesse caso específico, não se restringem à ausência da forma verbal, como pressupõem os autores, mas também, na possibilidade de modificação do sentido da palavra espetacnológico com o uso de um advérbio modalizador, como por exemplo simplesmente, anteposto ao neologismo. De acordo com Martelotta (2012, p. 57), os modalizadores podem ser definidos como advérbios que operam no componente modal da sentença, “expressando algum tipo de intervenção do falante”. E é justamente pela possibilidade dessa intervenção alterar o sentido do vocábulo referido que sugerimos como exemplo de resposta à pergunta 4. a) (Figura 6) a seguinte construção frasal: “Novo Honda Civic é simplesmente espetacnológico.”.

Com base na análise apresentada, verificamos que as atividades são propostas pelos autores sob a perspectiva da construção de sentidos do texto, independentemente do gênero ou tipologia a que corresponda, possibilitando ao aluno aprofundar suas possibilidades de leitura e análise de textos.

A análise demonstra, ainda, que a semântica é tratada pelos autores como um conteúdo relevante e significativo para os estudantes e, por isso, destinaram dois capítulos do livro ao estudo de alguns aspectos semânticos, como: ambiguidade e polissemia, sinonímia e paráfrase, negação e ironia, expressões idiomáticas e frases feitas, implícitos e indiretas. Além disso, muitos desses fenômenos semânticos aparecem, reiteradamente, nas atividades de leitura e análise de texto, como é o caso do implícito.

Considerações finais

Foram identificadas cinco ocorrências do fenômeno semântico implícito no corpus e analisadas à luz dos referenciais teóricos que embasam a pesquisa. Com isso, notamos que esse fenômeno semântico é utilizado como estratégia para a construção de sentidos em textos do tipo narrativo e expositivo, de gêneros textuais como tira e anúncio, e em diferentes contextos de comunicação, além de ser trabalhado em questões instigadoras em todas as atividades.

Por isso, o trabalho com esse fenômeno semântico no livro didático permite ao aluno refletir sobre a língua e o mundo em que está inserido e a fazer uso da linguagem para compreender de forma crítica os sentidos produzidos nos textos.

Sob essa perspectiva, o professor poderá trabalhar com os conteúdos semânticos, independentemente do conteúdo gramatical clássico específico abordado naquele mesmo capítulo, evidenciando-se a importância do uso do livro didático como ferramenta a ser utilizada para a inclusão da semântica em sala de aula.

Desse modo, atingimos os objetivos propostos pelo trabalho de investigação. Pois, constatamos que o implícito é abordado de forma recorrente em atividades no LDLP sob a perspectiva da construção dos sentidos do texto, verificamos que há a presença de palavras ou ideias implícitas nos textos e atividades do LDLP, e identificamos a contribuição que o trabalho com implícito no livro didático traz para o processo ensino-aprendizagem do aluno no âmbito escolar e na vida.

Por fim, verificamos que o estudo de implícito no LDLP possibilita ao aluno não apenas construir os sentidos do texto, mas também ser um usuário reflexivo e crítico da língua a que faz uso, além de contribuir para incentivar o ensino da semântica nas aulas de língua portuguesa nas escolas públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Virgínia Beatriz Baesse. *Semântica, enunciação e ensino*. Vitória, ES: EDUFES, 2018.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 38 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio: Parte II – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*. Brasília, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf. Acesso: 02 fev. 2022.
- CEREJA, William Roberto; VIANNA, Carolina Assis Dias; CODENHOTO, Christiane Damien. *Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso*, v.1. São Paulo: Saraiva, 2016.
- FOSSILE, Dieysa Kanyela. *A semântica no livro didático de língua portuguesa: um estudo realizado a partir de exemplares do início dos anos 90*. *Linguagem*. São Carlos, v. 27 (2), 2017.
- FRANÇA, José Marcos de. *Os implícitos no ensino da leitura: pressupostos e subentendidos*. *Interdisciplinar*. Ano VII, v. 16, jul-dez de 2012, p. 61-75.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2019.
- ILARI, Rodolfo. *Introdução à semântica: brincando com a gramática*. 8. ed. 4ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2019.
- MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. *Redação de artigos científicos: métodos de realização, seleção de periódicos, publicação*. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2020.
- MARTELOTA, Mário Eduardo. *Advérbios*

– conceito e tendência de ordenação. In: OLIVEIRA, Mariângela Rios de; CEZARIO, Maria Maura (orgs.). *Adverbiais: aspectos gramaticais e pressões discursivas*. Niterói: Editora da UFF, 2012, p. 13-96.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. *Manual de semântica*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

Submissão: março de 2022.

Aceite: setembro de 2022.

“AI PALAVRAS, AI PALAVRAS... QUE ESTRANHA POTÊNCIA, A VOSSA!”

Ev'Ângela Batista Rodrigues de Barros¹

Resumo: Neste artigo, proponho-me a discutir concepções de graduandos do Curso de Letras do que sejam as palavras e suas potencialidades. Abrangendo quatro semestres de atividades letivas remotas, no período pandêmico (2020 a 2022), as 99 conceituações fornecidas – postadas no ambiente virtual de aprendizagem Canvas – à guisa de atividade de sondagem e/ou avaliativa, evidenciam que alguns critérios se sobrepõem a outros – aspectos funcionais semântico-pragmáticos (empregabilidade, flexibilidade, significado/sentido), que superam as menções aos formais. Numa análise qualitativa, com base em aporte teórico sociointeracionista e discursivo, percebe-se que os estudantes procedem a escolhas (lexicais, do gênero, do estilo etc.), evidenciando um projeto de dizer que evidencia maior ou menor engajamento com a atividade pedagógica proposta. Conclui-se que, embora não consigam evidenciar um conceito cabal (e por vezes repetirem certas expressões formulaicas nas concepções explicitadas), há uma e-laboração, um *ato de linguagem*, nos moldes do que discute Charaudeau (1983, 1995).

Palavras-chave: Potencial das palavras. Análise qualitativa. Abordagem sociointeracionista. Ato de linguagem.

“OH WORDS, OH WORDS... WHAT A STRANGER POWER YOU HAVE”

Abstract: In this article, I intend to discuss conceptions of undergraduates of the Letters Course of what words are and their potential. Covering four semesters of remote teaching activities, in the pandemic period (2020 to 2022), the 99 concepts provided - posted in the Canvas virtual learning environment - by way of probing and/or evaluative activity, show that some criteria overlap others - semantic-pragmatic functional aspects (employability, flexibility, significance/meaning) which surpass formal mentions. In a qualitative analysis, based on socio-interactionist and discursive theoretical support, it is clear that students make choices (lexical, gender, style etc.), evidencing a project of saying that shows greater or lesser engagement with the pedagogical activity proposal. It is concluded that, although they are not able to evidence a complete concept (and sometimes they repeat certain formulaic expressions in the explicit conceptions), there is an e-laboration, a language act, as discussed by Charaudeau (1983, 1995).

Keywords: Potential of words. Qualitative analysis. Socio-interactionist approach. Language act.

1 Pós-doutora em Estudos do Texto e do Discurso (UFMG). Mestre e doutora em Estudos Linguísticos (UFMG). Professora do PPG e da graduação em Letras da PUC Minas. Coordenadora do Curso de Letras/Chefe de Departamento de Letras da PUC Minas. Coordenadora Setorial de Publicações e Produções Acadêmicas da Proex PUC Minas. Editora da Revista Conecte-se! <https://orcid.org/0000-0001-8094-2329>. E-mail: evangelab@pucminas.br

Introdução

Principiando essa discussão sobre a palavra, aludo, como mote (e título), ao belo poema ceciliano² “Romance das palavras aéreas”, integrante de sua obra *Romanceiro da Inconfidência* (1967). As palavras vão no vento, ao serem enunciadas oralmente, e, em sua efêmera existência, podem (trans)formar mundos e (des)construir realidades. A esse respeito, o filósofo espanhol Larrosa Bondía (2002), em belíssimo ensaio sobre língua(gem) e experiência, reiterando sua convicção de que “as palavras produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação” (2002, p.20), afirma:

Eu creio no poder das palavras, na força das palavras, creio que fazemos coisas com as palavras e, também, que as palavras fazem coisas conosco. As palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras, não pensamos a partir de uma suposta genialidade ou inteligência, mas a partir de nossas palavras. E pensar não é somente “raciocinar” ou “calcular” ou “argumentar”, como nos tem sido ensinado algumas vezes, mas é sobretudo dar sentido ao que somos e ao que nos acontece. E isto, o sentido ou o sem-sentido, é algo que tem a ver com as palavras. E, portanto, também tem a ver com as palavras o modo como nos colocamos diante de nós mesmos, diante dos outros e diante do mundo em que vivemos. E o modo como agimos em relação a tudo isso. Todo mundo sabe que Aristóteles definiu o homem como *zôon lógon échon*. A tradução desta expressão, porém, é muito mais “vivente dotado de palavra” do que “animal dotado de razão” ou “animal racional”. (...) O homem é um vivente com palavra. E isto não significa que o homem tenha a palavra ou a linguagem como uma coisa, ou uma faculdade, ou uma ferramenta, mas que o homem é palavra, que o homem é enquanto palavra, que todo humano tem a ver com a palavra, se dá em palavra, está tecido de palavras, que o modo de viver próprio desse vivente, que é o homem, se dá na palavra e como palavra. (LARROSA BONDÍA, 2002, p.20-21, grifos meus).

A justificar tal empréstimo – longo excerto –, vale lembrar que o outro habita em nós, e, às vezes, é difícil, mesmo num texto acadêmico, não ecoar uma voz a que atribuímos maior beleza e exatidão do que foi dito. Para Bakhtin ([1929] 2003, p. 101), “toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo da cadeia dos atos de fala.” Assim, o presente artigo traz uma discussão do valor e da força da palavra, da essencialidade do agir humano por meio da língua(gem): embora novo, “irrepetível” – no sentido de que não há outro texto idêntico a este –, é familiar, no que tange à polifonia que aqui se reconhecerá, seja por meio da alusão a ideias (endossando ou confrontando-as, intertextualmente), seja pelo recurso a diferentes formas de marcar a presença de outrem na construção deste discurso (citações diretas e indiretas, paráfrases, ilhotas citacionais etc.).

Rotineiramente lidamos com uma série de conceitos ou noções, das mais diferentes esferas e níveis de complexidade, como se fossem cristalinos, estabelecidos de forma inequívoca para todos de uma determinada comunidade – de falantes, de profissionais etc. A uma mínima reflexão sobre eles, nota-se que atuamos com certos reducionismos, a fim de representar a realidade ou lidar com ela, falar do que/de quem nos cerca com alguma segurança (ainda que esta seja bem tênue).

O linguista Mario Perini (1997), na esteira das concepções gerativistas chomskyanas (de que somos dotados de um aparato inato que se revela tanto no domínio de uma Língua-E (external) quanto de uma Língua-I (internal)), assegura que os falantes nativos de uma língua natural qualquer dominam uma “doutrina gramatical implícita” (o conhecimento vernacular, tácito sobre a língua) e uma “doutrina gramatical explícita”:

nosso conhecimento da língua é ao mesmo tempo altamente complexo, incrivelmente exato e

2 [MEIRELLES](#), Cecília. *Obra Poética*. 2a Ed. Rio de Janeiro: José Aguilar Editora, 1967, p.560-561.

extremamente seguro. (...) Será preciso, primeiro, distinguir dois tipos de conhecimento, aos quais se dão as designações de “implícito” e “explícito”. (...) qualquer falante de português possui um conhecimento implícito altamente elaborado da língua, muito embora não seja capaz de explicitar esse conhecimento. (PERINI, 1997, p. 3; grifos meus).

Para confirmar seu ponto de vista, apresenta e discute variados exemplos (como a sequência “Os meus pretensos amigos em Belo Horizonte”) e evidencia que somos capazes de emitir julgamentos de aceitabilidade bastante uniformes (descartando, por exemplo, *Meus os em Belo Horizonte pretensos amigos), mesmo que não tenhamos tido contato previamente com dada expressão ou sentença; não sendo aprendizagens escolares, ou mesmo competências de que tenhamos consciência, tratar-se-ia de “mais um aspecto do nosso conhecimento implícito dos mecanismos da nossa língua; somos capazes de tomar decisões e fazer julgamentos de aceitabilidade com segurança, baseando-nos em um tipo de conhecimento que manejamos com facilidade quase incrível” (PERINI, 1997, p.4-5). Assim, evidenciamos nosso conhecimento gramatical por sabermos selecionar adequadamente as palavras e as enfrasarmos de forma apropriada, o que demanda um conhecimento sofisticado do emparelhamento forma / significado: esse domínio tácito ou explícito, tem sido um dos principais objetos de investigação da ciência linguística, contemporaneamente.

Este artigo se organiza da seguinte forma: feito esse preâmbulo, em que alguns esteios da análise a ser mostrada já se evidenciaram, na próxima seção apresento concepções teóricas caras à análise. Em seguida, trago dados produzidos por 99 estudantes do 3º e 6º períodos do Curso de Letras (num universo de 144) de uma instituição de ensino superior (IES) comunitária, a PUC Minas. Por fim, algumas considerações à guisa de conclusão – certamente, sem pretensão de exaurir o tema.

2. Língua, discurso, enunciado, palavra: diferentes perspectivas, diferentes concepções

No escopo de um conjunto de abordagens denominadas formalistas, como a Gerativa, defendida por Peter Culicover (2014), tem-se como premissas que: a) língua é conjunto de cadeias de palavras e morfemas, a que se atribuem condições de boa formação ou regras; b) as regras constituem a gramática de uma língua e são parte do conhecimento linguístico do falante nativo; c) uma tarefa do linguista é formular e testar hipóteses sobre o que as regras da língua são, ou seja, determinar a gramática; d) tanto o conhecimento do falante quanto a hipótese / testagem do linguista são acepções de “gramática” (CULICOVER, 2014, p. 465-4663, tradução minha). Embora não discorde de algumas premissas dessa abordagem, entendo que ela, por deixar o falante fora do ato de língua(gem), já que se toma como pressuposto um “falante ideal”, foca numa das dimensões (a formal), mas negligencia outras.

Tentativas de compreender o que conhecemos da realidade e como a conhecemos / a representamos (metacognição) vêm desde a Antiguidade Clássica, a cujos alicerces filosóficos nos remetemos, não raro, para respaldarmos discursos e análises atuais. Contrapondo-se a uma concepção de vinculação direta entre realidade / representação desta pela língua(gem) – a que denomina “objetivismo abstrato” –, Volóchinov pondera que:

- 3 No original, “A central assumption of Mainstream Generative Grammar (and other theories) is that a language is a set of strings of words and morphemes that meet a set of well-formedness conditions. In MGG these are expressible as RULES. The rules constitute the grammar of the language and are part of the native speaker’s linguistic knowledge. One task of the linguist is to formulate and test hypotheses about what the rules of a language are: that is, to determine the grammar. The linguist’s hypothesis and the native speaker’s knowledge are both called the GRAMMAR.” (CULICOVER, 20014, pp.465-466).

A língua, como sistema de formas normativas e idênticas é uma abstração que pode ser justificada de modo teórico e prático apenas do ponto de vista da decifração e ensino de uma língua alheia e morta. Esse sistema não pode ser a base à compreensão e explicação dos fatos linguísticos em sua vida e formação. Ao contrário, ele nos desvia da realidade viva e em formação da língua e de suas funções sociais, embora os defensores do objetivismo abstrato pretendam que o seu ponto de vista tenha uma significação sociológica. A base teórica do objetivismo abstrato se origina nas premissas do pensamento racionalista e mecanicista, dificilmente capazes de fundamentar a compreensão correta da história, apesar de a língua ser um fenômeno puramente histórico. (VOLÓCHINOV, 2018, p. 199; grifos meus).

Essa perspectiva implica considerar que os elementos específicos da língua – categorias abstratas (como palavras, expressões, frases, locuções etc.) – são portadores de significação somente porque inscritos no quadro de um sistema linguístico específico, com o aporte de um quadro de referências peculiar (o daquela comunidade de falantes); a partilha desses valores é que subjaz à construção dos enunciados, sempre novos e únicos, a cada (inter)ação linguageira (enunciação) dos sujeitos falantes. Refletindo sobre a importância do papel de sujeitos ativos, que interagem na/pela língua(gem) – já que é por meio dela que nos constituímos intersubjetivamente, numa relação dialógica e responsiva, Bakhtin salienta:

Na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor. (BAKHTIN, 2003, p. 113).

Assim, é compreensível a afirmação de que os sentidos das palavras são sempre contextuais: elas expressam, a cada vez, julgamentos de valor que anunciam/enunciam/ denunciam um sistema axiológico em que se inscrevem esses (co)enunciadores. Essa contextualidade das enunciações acaba por marcar todo discurso por um diálogo com textos (intertextualidade) e discursos (interdiscursividade) outros, o que leva Authier-Revuz (2004) a afirmar que “não é senão em relação aos outros discursos, no ‘meio’ que eles formam e ‘com’ eles, que se constrói todo discurso; os outros discursos são seu exterior constitutivo” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 35).

Também para Foucault (2008), as relações a serem analisadas a partir dos enunciados, não se inscrevem estritamente no âmbito do explicitado pelas palavras, mas, de forma mais abstrata, em dimensões que lhe são externas:

As relações discursivas (...) não são internas ao discurso: não ligam entre si os conceitos ou as palavras; não estabelecem entre as frases ou as proposições uma arquitetura dedutiva ou retórica. Mas não são, entretanto, relações exteriores ao discurso, que o limitariam ou lhe imporiam certas formas, ou o forçariam, em certas circunstâncias, a enunciar certas coisas. Elas estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes (pois essa imagem da oferta supõe que os objetos sejam formados de um lado e o discurso, do outro), determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los etc. Essas caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática. (FOUCAULT, 2008, p.50-51, grifos meus).

A palavra está sempre carregada de conteúdo(s), de sentido(s) ideológico(s) ou vivencial(-is): reagimos a elas quando ressoam em nós, quando se organizam em enunciados, em textos, nos quais se materializam discursos.

Charaudeau (1983 apud MACHADO, 2019) substitui o termo “enunciado” por conceito mais amplo e compreensivo, utilizando o sintagma “ato de linguagem”. A cada momento que este ocorre, as palavras assumem nuances diferentes, a depender de quem fala (que vozes permeiam sua fala) e para quem fala; de que contexto ou situação particular este sujeito fala e seu coenunciador responde; com que intenções o fazem; que pontos de vista, nesse ato de linguagem, assumem ou imputam a outros etc. Isso implica dizer que o sujeito comunicante / interpretante age sobre o mundo (e é afetado por esse agir e suas consequências):

Um ato de linguagem [...] é fruto de uma intencionalidade, a dos sujeitos falantes, parceiros de uma troca. Ele depende, pois, da identidade destes, resulta de uma visada de influência e traz em si um propósito sobre o mundo. Além disso, ele se realiza em um dado tempo e espaço, determinando o que chamamos comumente de uma situação. (CHARAUDEAU, 1995, p. 101).

Aprender a falar uma língua significa aprender a construir enunciados, organizados em gêneros (orais ou escritos) – significa, também, ir introjetando um sistema de referências, de representações, de crenças etc. Em relação à forma com que revestimos nossos enunciados, “[os] gêneros do discurso organizam o nosso discurso quase da mesma forma que o organizam as formas gramaticais (sintáticas). Nós aprendemos o nosso discurso em formas de gênero e, quando ouvimos o discurso alheio, nós adivinhamos o seu gênero pelas primeiras palavras.” (BAKHTIN, 2003, p.283). Então seria correto dizer que não aprendemos palavras ou gêneros como categorias estanques, já que não enunciamos nem compreendemos o que recebemos, responsiva / responsavelmente, com base em segmentos dissociados de um contexto.

Ao discursivizarmos nossa visão do mundo e da realidade, “sempre trazemos de antemão o todo da nossa enunciação, na forma tanto de

um determinado esquema de gênero quanto de projeto individual de discurso. Não enfiamos as palavras, não vamos de uma palavra a outra, mas é como se completássemos com as devidas palavras a totalidade” (BAKHTIN, 2003, p. 292; grifos meus) – ou seja, cenarizamos o mundo e nossas intenções/ intencionalidades por meio da palavra: é da essência do humano “ser palavra” e agir pela palavra. No entanto, nem sempre nos apropriamos de todas as palavras ou as usamos de forma concertada: isso se relaciona ao nicho sociocultural, econômico, geopolítico etc., em que nos inserimos. Uma forma de explicitar isso, seria afirmar, com Volóchinov (2018) que:

A palavra é o *médium* mais apurado e sensível da comunicação humana. A significação, a representatividade da palavra como fenômeno ideológico e a clareza excepcional da sua estrutura signíca já seriam suficientes para colocá-la no primeiro plano da ciência das ideologias. (...) A realidade da palavra, como a de qualquer signo, está localizada entre os indivíduos e é produzida por meio do organismo individual, sem a ajuda de quaisquer instrumentos e sem nenhum material extracorporeal. Isso determinou o fato de que *a palavra se tornou material signíco da vida interior: a consciência* (discurso interior). Pois a consciência foi capaz de se desenvolver apenas graças a um material flexível e expresso por meio do corpo. A palavra foi justamente esse material. (VOLÓCHINOV, 2018, pp. 99-100; grifos do autor).

Ressalte-se que esse autor faz uma distinção no que tange ao uso das palavras e enunciados, seja na nossa língua materna (vernacular), seja numa outra: para ele, “[a] palavra materna é ‘de casa’, e ela é percebida como uma roupa habitual, ou melhor ainda, como aquela atmosfera costumeira na qual vivemos e respiramos.” (VOLÓCHINOV, 2018, p.188); já uma “palavra alheia estrangeira” pode trazer grandes embarços e obstáculos tanto em sua seleção quanto em seu emprego, dada a ausência de familiaridade, ao domínio mais profundo das multiplicidades de sentidos e potencialidades.

Sendo os gêneros (para Bakhtin e Volóchinov) mediadores entre as práticas de linguagem e as construções de língua dos falantes, pode-se compreender que as formas (lexicais e/ou gramaticais) são adquiridas por suas propriedades comunicacionais e sociopragmáticas. A aprendizagem e o uso se dão a partir de suas propriedades funcionais, em contextos comunicativos significativos, inscritos no nível das esferas de atividades e dos gêneros do discurso:

A língua materna - sua composição vocabular e sua estrutura gramatical - não chega ao nosso conhecimento a partir de dicionários e gramáticas, mas de enunciações concretas que nós mesmos ouvimos e nós mesmos reproduzimos na comunicação discursiva viva com as pessoas que nos rodeiam. (BAKHTIN, 2003, p.282-283).

Nem sempre é fácil, porém, perceber, por meio da materialização (o discurso), os liames subjacentes à discursivização. Nossos discursos se acham povoados (mas não determinados) por discursos prévios, que se vão amalgamando como se fossem coisas pensadas por nós, originalmente ditas por nós sem que antes tenham sido enunciadas, jamais; essa ilusão é constitutiva do discurso (os “esquecimentos”, conforme Pêcheux). Para ele, um texto nunca é isolado, porque integra uma “matriz do sentido, inerente à formação discursiva” de que este faz parte. Seria impossível uma leitura subjetiva (personalista) de um texto (a despeito das ambiguidades sintáticas e/ou semânticas presentes), porque se dá um “esquecimento da ordem da enunciação”, que seria uma “ilusão referencial”, constitutiva do “efeito-sujeito em relação à linguagem”, nomeado por Pêcheux como “esquecimento nº 2”: o sujeito crê na “possibilidade monossêmica da linguagem”, no entanto lança mão de determinadas construções parafrásticas, e não de outras, em seu discurso, embora sempre haja tais potencialidades (CORACINI, 2005, p. 36). Nossas seleções lexicais, com que aparentemente relacionamos de forma natural palavras e coisas, são

direcionadas por aspectos dos quais não temos consciência, e isso nos dá uma sensação de realidade do pensamento expresso em nosso discurso.

O outro esquecimento – o de número 1 ou “ideológico” é do âmbito do inconsciente: temos a “ilusão da originalidade do nosso dizer”, embora, na realidade, estejamos sempre retomando sentidos preexistentes. Para Orlandi, “esse esquecimento reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem” (ORLANDI, 2003, p.35). Embora se realizem em nós/nossos discursos, os sentidos são determinados pelo nicho socioeconômico, político, ideológico em que nos inscrevemos, com as correspondentes formações discursivas (FD) com que lidamos cotidianamente.

Assim, em cada enunciado apresentado interpenetram-se interdiscursos: aquilo que ora se fala já foi dito em outro tempo e espaço, o que revela que as palavras não são exclusivas daquele que as profere: as palavras “significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nossas palavras” (ORLANDI, 2003 p.32); em decorrência, “o sentido é determinado pelas posições ideológicas e as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que a empregam” (ORLANDI, 2003 p.43)⁴. Perceber / apreender o que é efetivamente comunicado num ato de linguagem pressupõe a compreensão de processos socio-cognitivos, pragmáticos e retóricos situados ou focalizados.

Charaudeau (1995, p.101) pondera que cada ato de linguagem resultaria em duas atividades languageiras, a “simbolização referencial” e a “significação”, como instauradoras do processo de semiotização do mundo. Trata-se de um processo complexo, tanto de um sujei-

4 Não foi pretensão deste trabalho verticalizar em nenhuma das versões teóricas aqui trazidas, complexas e que já suscitaram teses e obras inteiras. Antes, visou-se a tecer um panorama do aporte das últimas décadas sobre a palavra e o discurso, mostrando que muitas dessas abordagens não dialogam entre si, mas enfocam a palavra e(m) suas multifaces nas práticas languageiras.

to individual quanto coletivo, que remete a um duplo movimento: para dentro (endocêntrico) e para fora (exocêntrico) daquele ato de linguagem específico. Nesse sentido, seu ponto de vista coaduna-se com a afirmação de que toda palavra é sempre bivocal, porque é fruto de uma troca dialógica. Isso implica, para Machado (2019), que, num ato linguageiro,

entramos em contato com esse *eu linguageiro* ou *sujeito de linguagem* que, ao exprimir seus enunciados, passa de indivíduo ou *sujeito-comunicante* possuidor de uma vida fora da linguagem a *sujeito-enunciador*. Este, por sua vez, ao usar a palavra, dirige-se a um *tu-ideal*, um *tu-imaginário* (no caso da comunicação escrita) ou então a um *sujeito-destinatário* preciso (no caso da comunicação oral). Se tudo se passar bem, se o enunciado enviado ao outro – no caso, o sujeito que o interpretará o *eu-interpretante* (tal como Charaudeau o nomeia em seus primeiros escritos, tais como os de 1983) for mais ou menos aceito, o circuito da comunicação estará operando-se. (MACHADO, 2019, p.762).

Authier-Revuz defende que as diversas “línguas” dentro de uma língua (os falares, as distintas perspectivas criadas – literárias, ideológicas, sociais) não se excluem mutuamente, mas se intersectam de formas diferentes, se entrecruzam em novos falares, sempre em relações dialógicas:

As línguas são concepções do mundo, não abstratas, mas concretas, sociais, atravessadas pelo sistema das apreciações, inseparáveis da prática corrente e da luta de classes. É por essa razão que cada objeto, cada noção, cada ponto de vista, cada apreciação, cada entonação, que se encontra no ponto de intersecção das fronteiras das línguas – concepções do mundo – é englobado numa luta ideológica violenta. (BAKHTIN, 1934, p.113 *apud* AUTHIER-REVUZ, 2004, p.30).

Assim, é plausível falar que um “jogo complexo das fronteiras móveis, que constituem, atravessando, esses “falares” é o de práticas linguageiras socialmente diversificadas e contradi-

tórias, inscritas historicamente no interior de uma mesma língua” (idem, p.30). Esse plurilinguismo ou coexistência de vozes revela pontos de vista específicos sobre o mundo (conforme salientado por Bakhtin, acima, em excerto de *Du Discours Romanesque*, 1934).

3. Analisando concepções de estudantes de Letras

Comunicamo-nos por textos, que veiculam discursos – não usamos itens soltos, desconexos, fora de um enfrasamento adequado, conforme salienta Marcuschi (2008):

Todos nós sabemos que a comunicação linguística (e a produção discursiva em geral) não se dá em unidades isoladas, tais como fonemas, morfemas ou palavras soltas, mas sim em unidades maiores, ou seja, por textos. E os textos são, a rigor, o único material linguístico observável, como lembram alguns autores. (MARCUSCHI, 2008, p. 71).

Entretanto, na maioria das vezes, nos Cursos de Letras, não é possível abarcar o epifenômeno que é a língua de uma vez; por razões didáticas, é preciso modularizar o foco: uma disciplina prioriza a fonética e fonologia, outra, a morfologia, a sintaxe, a pragmática. É preciso deixar claro aos alunos que, apesar de os holofotes estarem sobre um dos componentes, em nenhum momento se pode desconsiderar que, mentalmente, não há tal modularização (conforme duradoura crença, sob o reinado da teoria gerativo-transformacional – abordagem cognitivista que vem sendo revista, atualizada, a partir de novos conhecimentos sobre a mente/o cérebro humanos e sua capacidade de linguagem).

Nesta seção, trago à luz a análise de dados que venho coletando sistematicamente – alguns, sob a égide de uma sondagem (diagnostico inicial), ou de atividades cotidianas –, no bojo de duas disciplinas – Tópicos Gramaticais (3º período) e Morfologia e Léxico (6º período) do Curso de Letras em uma universidade comunitária,

a PUC Minas. Não sendo atividades avaliativas, os alunos são convidados a realizá-las, mas não há sanção, caso não o façam. Dado um prazo para que opinem, normalmente, a primeira semana de aulas, é feita a discussão dos conceitos apresentados por eles, para evidenciar o que está no cerne da compreensão já introjetada de cada categoria, bem como o que ficou faltante. Esse é o ponto de partida para as leituras teóricas subsequentes. Um critério para a atividade é que devem explicitar seus conceitos sem consulta a fontes quaisquer (impressas ou virtuais).

Abordo, aqui, os que selecionei dos quatro últimos semestres letivos (2º semestre 2020, 1º e 2º semestres de 2021 e 1º semestre de 2022), dada a facilidade de ter os registros no ambiente de aprendizagem do ensino remoto, o Canvas, antes do retorno ao presencial.

Usamos substantivos basicamente para nomear e categorizar - nem sempre, porém, as (sub)categorizações são discretas, com traços facilmente recortáveis. As concepções explicitadas por alunos de graduação, a seguir, evidenciam a dificuldade em estabelecer limites de cunho formal, funcional ou semântico-pragmático.

Na disciplina Morfologia e Léxico, no 6º período, turma do 1º semestre de 2021, foi pedido aos alunos que conceituassem “frase” e “palavra”. Vejamos as respostas – apenas 5 estudantes – de uma turma de 26 – responderam:⁵

Nesse caso, notam-se conceitos “protocolares” de frase, similares ao que são difundidos nas gramáticas normativas estudadas na educa-

ção básica, sem reflexões adicionais sobre os limites da abordagem gramatical frástica: veem-se equívocos referentes a “toda palavra com sentido completo” (nem toda palavra completa é frase) além de que uma frase monossilábica pode ser descontextualizada. Quanto à conceituação de palavra, repetem-se versões parciais do conceito – ex. “É um conjunto de sons” – ou letras” – e a indicação de ser um “lexema”, termo técnico não esclarecido. Embora os critérios adotados – formais, sintáticos, semântico-pragmáticos – sejam pertinentes, não são suficientes para uma visão consistente.

Abaixo, compilaram-se resultados de respostas de alunos do 3º período, na disciplina Tópicos Gramaticais, à pergunta: “para você, o que é palavra?” Foram obtidas 15 respostas de uma turma com 32 graduandos.

Quadro 2. Concepções de estudantes de Letras (2º semestre de 2021) - Para você, o que é palavra?

1. “Palavra é um grupo de determinadas letras que se unem e formam um sentido, letras sozinhas não significam nada, mas quando estão juntas formam palavras, aí começa a ter sentido, pois palavras formam frases, que formam textos e por aí vai.” (TF)

2. “Um conjunto de letras que passam a significar algo. Não tem muita regra de tamanho forma se é falado pela boca ou pelos gestos.” (LS)

3. “Uma manifestações verbal ou escrita formada por um grupo de fonemas e códigos complexos.” (PA)

[e completa]:

“Os códigos linguísticos profa, como por exemplo o Alfabeto.” (PA)

4. “Palavras seriam junções de letras que nomeiam as coisas que nós temos, fazemos, somos e dão sentidos as frases e contextos...” (LK)

5. “Palavra me remete ao conceito de classe

5 Como se tratava de um fórum, o(a) graduando(a) deveria responder primeiro e depois veria as respostas dos colegas. Alguns davam “likes” nos conceitos formulados por colegas, evidenciando aprovação / endosso. As respostas foram transcritas como se encontravam, sem correção de minha parte, a fim de não falsear o registro feito pelos estudantes. Também optei por não colocar “sic” evidenciando desvios linguísticos, porque o objetivo da atividade não era o de promover retextualizações a partir de uma norma ortográfica (considerando-se aqui tanto a “ortografia lexical” (convenções ortográficas) quanto a “ortografia gramatical” (no que tange à concordância verbal / nominal, regência verbal / nominal, colocação pronominal etc.

gramatical, pois na escola nós vemos várias classes gramaticais que são diferentes umas das outras.” (LG)

6. “Uma forma de se expressar quando juntas em um determinado contexto.” (KR)

7. “Expressões que significam o cotidiano” (KM)

8. “Palavras são signos que nomeiam, coisas, sentimentos, pessoas.” (MG)

9. “Reunião de letras que configuram sentido, expressão” (MO)

10. “Palavra é a atribuição de significados as coisas.” (SP)

11. “Palavra seriam letras que juntas nos dão a oportunidade de expressão e comunicação” (IS)

12. “Palavra é uma unidade linguística que é constituída por um conjunto de letras. O objetivo dessas junções são representar ideias.” - like 1 – (JD)

13. “A palavra é uma forma de compor significado aos objetos da realidade” - like 1 – (FJ)

14. “Uma combinação de códigos com a capacidade de atribuir sentido a algo, de forma que ela possa representar um conceito.” - like 1 – (IM)

15. “Palavra é uma capacidade humana de tentar expressar e nomear as coisas” - like 1 – (DA)

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Nota-se, nos conceitos explicitados pelos alunos, o recurso a critérios variados, como:

- a) *Formal*: “Palavra é um grupo de determinadas letras que se unem”; “letras sozinhas não significam nada”; “Palavra me remete ao conceito de classe gramatical, pois na escola nós vemos várias classes gramaticais que são diferentes umas das outras”; “Não tem muita regra de tamanho forma se é falado pela boca ou pelos gestos..”; “Uma manifestações (sic) verbal ou escrita formada por um grupo de fonemas e códigos comple-

xos”; “seriam letras que juntas ..”; “reunião de letras”; “Palavra é uma unidade linguística que é constituída por um conjunto de letras”; “A palavra é uma forma”; “Uma combinação de códigos”;

- b) *Semântico-pragmático*: “Um conjunto de letras que passam a significar algo”; “e dão sentidos as (sic) frases e contextos”; “nomeiam as coisas que nós temos, fazemos, somos”; “Expressões que significam o cotidiano”; “Palavras são signos que nomeiam, coisas, sentimentos, pessoas.”; “Uma forma de se expressar quando juntas em um determinado contexto”; “Palavra é a atribuição de significados as (sic) coisas”; “seriam letras que juntas nos dão a oportunidade de expressão e comunicação”; “O objetivo dessas junções são (sic) representar ideias”; “forma de compor significado aos objetos da realidade”; “a capacidade de atribuir sentido a algo, de forma que ela possa representar um conceito”; “Palavra é uma capacidade humana de tentar expressar e nomear as coisas
- c) *Sintático*: “palavras formam frases, que formam textos e por aí vai”; “

Se tentarmos sintetizar, temos que: “Palavra” é uma unidade [um conjunto de letras / fonemas / sílabas / uma forma linguística] / “códigos” (“símbolos” / “alfabeto”)]; é um signo [que nomeia, representa: ideias, sentidos, significados, conceitos]; tem função de [dar oportunidade de comunicação e expressão]. Considerando esse feixe de traços, parece-me que se abarcam as várias dimensões do que seja “palavra” – no entanto, cada graduando não a percebe de forma global, mas sempre destacando uma nuance. Além disso, que se pode dizer do modo verbal utilizado em grande parte dos conceitos, o futuro do pretérito? Uma hipótese seria o uso como indicativo de probabilidade, de possibilidade – tentativamente, o aluno vai elaborando sua conceituação (foi pedido que não consultassem materiais da disciplina em busca de conceitos prontos); outra possível interpretação é que os respondentes não queriam comprometer-se totalmente como enunciadores, imputar-se um ponto de vista que, posteriormente, se verificaria incorreto. De toda forma, é interessante notar

que, a despeito da formação escolar tradicional, em que critérios formais têm prioridade, aqui os semântico-pragmáticos (do uso, do valor referencial para a representação de ideias, para a “expressão e comunicação”) prevalecem.

Como dinâmica inicial da disciplina Morfologia e Léxico, turma de 6º período (1º semestre / 2022), obteve-se o retorno de 25 respondentes, numa turma de 26 alunos:

Quadro 3. Concepções de estudantes de Letras (2º semestre de 2021) - Para você, o que é palavra?

1. “unidade lexical básica conforme admissão ao dicionário”. (BD)
2. “Palavra é o que promove a tessitura de textos que, por sua vez, promovem discursos para fazer sentir, para fazer sentido”. (CV)
3. “A junção de sons a significados (signo e significante). Também entendo palavra como ‘unidades’ da língua, estabelecidas convencionalmente por uma determinada comunidade de falantes”. (JW)
4. “conjunto de signos que formam um sentido”. (AL)
5. “Organização de letras e sílabas aos quais foram atribuídos sentidos” (LV)
6. “um conjunto de signos que formam um conceito semântico e sintático, assim podendo funcionar junto a outras palavras” (EL)
7. “Conjunto de letras que se juntaram devido a algum contexto histórico para expressar algo”. (AM)
8. “Palavra é um conjunto de signos que exprimem um significado e podem ser enquadrados sintaticamente”. (VS)
9. “Palavra: unidade designadora”. (MB)

10. “Conjunto de fonemas que expressam ideias. Palavras podem ser proferidas e escritas.” (LP)

11. “Conjunto de morfemas que juntos formam um significado”. (LC)

12. “conjunto de sons e letras de uma língua. Uma unidade da linguagem.”

13. “Manifestação da linguagem”. (TA)

14. “Palavra: uma categoria sintática; conjunto de letras com significado.” (LG)

15. “Palavra é a tradução mais ampla de todas as ações, emoções, coisas, lugares, pessoas, a definição de tudo!” (IC)

16. “Palavra? Representação multiforme”. (SG)

17. “O que dá sentido ao texto por meio da linguagem.” (SA)

18. “Som imagético. Força vital.” (LG)

19. “Palavra: um conjunto de morfemas organizados de uma determinada maneira, variando de acordo com a língua.” (AB)

20. “Palavra é o que acontece quando juntamos a vontade de ser entendido com a capacidade humana de falar.” (AP)

21. “Um signo, codificado, que através de significantes gráficos, devidamente combinados, carrega o potencial de despertar significados.” (RR)

22. “Palavra: é uma unidade oral ou escrita, que em conjunto e/ou inseridos em um contexto expressa um pensamento / emoção / ideia” (IV)

23. “Quando em conjunto dá significado a nossas emoções.” (DG)

24. “Para a fonologia, é o conjunto de fonemas de caráter semântico, de ordem cultural / geográfica. Para a sintaxe, é o elemento na ordem sintagmática, cuja função dependerá de

sua posição ou ordem morfológica”. (IV)

25. “Uma expressão que identifica alguma coisa” (MC)

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Como no quadro precedente, vemos o recurso a variados critérios:

- a) *Formais*: “unidade lexical”; “junção de sons a significado (signo e significante)”; “organização de letras e sílabas”; “unidades estabelecidas convencionalmente”; “som imagético”; “unidade oral ou escrita”; “conjunto de fonemas”; “signo, codificado”; “admissão no dicionário”;
- b) *Semântico-pragmáticos*: “inseridos em um contexto expressa um pensamento / emoção / ideia”; “unidade designadora”; “carrega o potencial de despertar significados”; “dá significado a nossas emoções”; “é o que promove a tessitura de textos que, por sua vez, promovem discursos para fazer sentir, para fazer sentido”;
- c) *Sintáticos*: “, é o elemento na ordem sintagmática, cuja função dependerá de sua posição ou ordem morfológica”; [signos que] “podem ser enquadrados sintaticamente”; “formam um conceito semântico e sintático, assim podendo funcionar junto a outras palavras”.

Alguns conceitos me chamaram a atenção, por evidenciar um olhar sobre a questão da materialização dos textos / discursos por meio das palavras, não apenas com o olhar sobre o aspecto formal:

- a) “Palavra é o que **promove a tessitura de textos** que, por sua vez, **promovem discursos** para fazer sentir, para fazer sentido”.
- b) “Palavra é o que acontece quando **juntamos a vontade de ser entendido** com a capacidade humana de falar.”
- c) “Palavra? Representação multiforme”.

Noto, aqui, uma maior visada sobre o conceito de palavra, no que tange à consideração da tessitura textual, que se dá por meio desse elemento primordial, bem como do uso dela em suas múltiplas dimensões para a construção de textos / discursos a partir da representação (processos de referência com que transformamos

objetos da realidade em objetos-de-discurso, nos termos de Mondada e Dubois, 2003).

Por fim, trago à luz, para rápida discussão, outra atividade, desta vez, avaliativa, realizada com estudantes do 6º período (2º semestre de 2020 / 27 respondentes em turma de 30 alunos): a partir da leitura e análise do poema de Cecília Meireles – “Romance das palavras aéreas” (da obra **Romanceiro da Inconfidência**) foram instados a conceituar palavra e, em seguida, indicar qual seria a “estranha potência” desse elemento linguístico. Também precisavam postar antes a resposta para ter acesso à dos colegas. Por serem respostas longas, vou destacar (em *itálico*) os pontos que julgo fulcrais para a discussão em tela:

Quadro 4. Concepções de estudantes do 6º período - O que é palavra? – tendo como base a leitura de poema “Romance das palavras aéreas”

1.1 - O que é palavra? [Procurem conceituar sem consultar fontes externas]

1. “O que usamos para expressar nossas ideias, o que usamos para falar, produzir comunicação com outros e expressar sentimentos etc. Dentro de uma frase, são partículas que as formam, que são formadas por outras partículas chamadas sílabas.”

2. “Palavra é o berço de tudo que precisamos fazer, desde um poema bem arranjado até um simples pedido de desculpas ou diálogo em mesa de bar, tecnicamente é uma das noções que o ser humano tem de comunicação, em cada meio que está apresentado pode significar alguma coisa diferente. A capacidade de externar pensamentos, sentimentos, emoções e reflexões. Apesar de primordial, a palavra pode vir acompanhada de outros “adornos” tais como gestos, expressões e etc.

3. A palavra pode ser escrita, digitada, desenhada, mas nunca sai com tanta potência quanto a palavra falada com o tom certo para determinada situação.”

4. “Palavra é uma das noções que o ser humano

tem de comunicação em cada meio que está apresentado. Ela tem a capacidade de exteriorizar pensamentos, emoções e inquietudes de cada indivíduo. Sendo assim, esse processo pode ser transmitido tanto pela forma oral quanto de outras maneiras, ou seja, durante uma conversa virtual, em que ambos os lados conseguem transmitir seus pensamentos e não falar nada oralmente.”

5. “Palavra é o que conceitua objetos, situações, sentimentos e etc. Elas são carregadas de história e pré-conceitos, são mutáveis, se textualizam por meio das relações humanas. É muito comum, por exemplo, no meio de um diálogo, os envolvidos criarem palavras a partir de outras que já existem - isso mostra o quanto a palavra é viva, no poema de Cecília Meireles, vemos que ela diz: “ai, palavras, ai, palavras, / sois de vento, ides no vento, no vento que não retorna, e, em tão rápida existência, tudo se forma e transforma!”/ Essa é uma boa conceituação da mutatividade das palavras - a palavra, também, está completamente relacionada à língua. A língua, assim como as palavras, se desenrola nas relações e na história.”

6. “A palavra é o que usamos para nos comunicar, a base da linguagem, que se dá pela comunicação de uma ou mais pessoas, pelo diálogo, originado pelas frases ou palavras criadas por nós. Possuem significado e sentido, mesmo sozinhas ou acompanhadas de outras palavras.

7. “Quando eu penso em palavras, penso em unidades estruturais de um discurso. São como a língua, são entendidas e usadas naturalmente em um enunciado. Podemos inclusive criar palavras com a nossa bagagem de combinações mentais, dependendo a situação e necessidade.”

8. “Palavra é uma unidade da língua imbuída em significado, que de forma geral conceitua tudo, seja real ou irreal, como sentimentos, sensações, objetos etc.”

9. “Palavra é uma unidade linguística utilizada para formar frases e passar alguma mensagem. É um conjunto de letras (ou morfemas) que é unido para exprimir a definição de algo.”

10. “A palavra pode ser vista como uma forma de nomear as coisas, mas essa definição não vale somente para os substantivos, haja vista que as palavras estão em uma categoria maior, já que podem ser verbos, advérbios, conjunções, preposições, pronomes e, é claro, substantivos. A palavra foi criada para ser uma forma de expressão, além da maneira gestual e corporal. Estas pequenas unidades funcionam oralmente e na forma escrita, mas, por significarem tudo que conhecemos, abrangem várias definições que encadeiam discussões, textos, conversas, entre outros.”

11. “Palavras são unidades básicas de uma língua, segmentadas de maneira arbitrária e convencional, mas facilmente reconhecidas por seus falantes a partir dos conhecimentos linguísticos que eles adquirem. Embora, na escrita, as palavras sejam claramente demarcadas por espaçamentos ou sinais de pontuação, no contínuo da fala, a tarefa de determinar o que é ou não uma palavra não é tão simples. Ademais, a aquisição da escrita contribui para que o falante perceba a segmentação convencional do contínuo da fala em palavras - fato que se evidencia na escrita de uma criança em fase de alfabetização, ou de um adulto que aprende a escrever.

12. “Palavras são mecanismos inventados para materializar as concepções de mundo, tanto coletivas quanto individuais, e exteriorizar sentimentos. Além disso, são flexíveis, uma vez que podem ter sua forma e significado alterados para satisfazer as necessidades advindas da comunicação. Por fim, as palavras também podem ser entendidas como unidades complexas da língua.”

13. “Não é uma tarefa fácil definir o que seria

palavra diante da complexidade que este tema apresenta, mas poderíamos dizer que seria um recurso da língua usado para comunicação, que é bastante dinâmico.”

14.“Eu entendo palavra como uma unidade linguística que carrega um sentido em conjunto com as demais e a depender do contexto em que aparece, seja a palavra verbalizada ou escrita. As palavras, quando faladas dentro de um discurso oral, por assim dizer, não possuem separação, ou seja, a interpretação de onde acaba e onde começa uma determinada palavra vai ao encontro da capacidade do falante de compreender cada uma dessas unidades. Já as palavras escritas são um conjunto de letras separadas por espaços em branco e que, assim como na oralidade, possuem sentido. As palavras então, por fim, são essas já mencionadas unidades que se “entrelaçam”, elas juntas, seja no âmbito oral ou escrito exercem o mesmo papel. Acredito que poderia se dizer que é a menor unidade da língua, no que se refere à produção de sentido, já que letras “jogadas” não inferem sentido. Além disso, as palavras demonstram muitas coisas, são como signos, daí a noção de significante e significado, onde significado é a palavra que “ocupa o lugar” de alguma outra coisa, uma espécie de conceito abstrato, o significante, que seria o “palpável”, o objeto em si por assim dizer. Por exemplo, significante: Cama, significado: Móvel longo em que a pessoa se deita para dormir/descansar —Se não me engano esse é um conceito de Saussure. A escolha do uso de determinadas palavras ou o tom em que elas são utilizadas pode atingir de maneira diferente o leitor/ouvinte.

15.“Palavras são unidades de comunicação usadas para nos expressarmos propriamente.”

16.“Compreendo o conceito de palavra como um conjunto de símbolos gráficos – da escrita -ou fonéticos – da fala - que agrupamos formando enunciados e estes por sua vez, são utilizados para comunicação. A palavra deve se remeter a algum símbolo, um significado a qual

ela denomina, por isso, para ser compreendida como palavra deve ser um segmento gramatical e não agramatical. Em perspectiva semelhante, vemos no poema de Cecília Meireles “Romance das palavras aéreas” as seguintes estrofes: “ai! com letras se elabora...” “que estranha potência, a vossa! / todo o sentido da vida / principia à vossa porta;” que acabam por apontar a concepção de palavra sendo voltada a elaboração, uma composição formada por letras e ao seu significado, na potência que eles têm, por carregarem todo o sentido da vida.”

17.“Construções dialógicas, orais ou escritas que buscam organizar de forma coerente os pensamentos, opiniões e expressões humanas, gerando assim uma comunicação e interação social.”

18.“É a menor unidade da língua, podendo ter vários significados que apenas serão compreendidos dentro de um contexto. Dificilmente elas conseguem ser suficientes para se expressar sozinhas.”

19.“As palavras, ou itens lexicais, são componentes elementares da língua. Esses componentes combinam-se para formar as sentenças que, por sua vez, combinam-se para formar os enunciados. Essas unidades linguísticas fazem parte do léxico mental dos falantes, um conjunto de conhecimentos internalizados que são empregados nos atos de fala. Porém, na oralidade, as palavras não são naturalmente separadas, enquanto, na escrita, cada item lexical é discriminado, o que facilita sua identificação. As palavras podem ainda ser separadas em diferentes categorias, as classes gramaticais, de acordo com sua forma, seu sentido e comportamento nas sentenças - suas características semânticas, sintáticas e morfológicas.”

20.“A palavra em si pode ser vista como um objeto de importância perante a língua, em forma oral ou escrita, pois com ela os indivíduos conseguem

interagir com outros e conseguindo compreendê-las de forma concreta. Além disso a palavra e uma conjunção de letras que ajuda a identificar outros seres ou objetos em uma sociedade qualquer.

21. “De acordo com o poema de Meireles e com o que penso em relação ao assunto, creio que a noção de palavra é algo muito maior do que, por exemplo, está no dicionário. Ela não é apenas um signo ou parte de um código presente nas modalidades escrita e oral. Ela é algo que, por sua vez, carrega discursos e um “poder” – ou potência como diz a poeta – que influencia constantemente nosso modo de dizer, pensar e agir. Através da palavra, controlamos e somos controlados, influenciamos e somos influenciados. Por fim, ela não é somente, como afirmei, um símbolo ou representação da linguagem, mas sim uma instância que é evidenciada em aspectos semióticos e multimodais.”

22. “Grupo de fonemas com uma significação. São utilizadas para a comunicação entre seres humanos.”

23. “De acordo com Margarida Basílio, no capítulo “Por que formação de palavra?”, palavras são elementos que nos servem para a formação de enunciados. Outra noção que nos é trazida, ainda nos primeiros parágrafos do referido texto, é a de que esses elementos são criação humana, que surge do momento de sua necessidade. Dessa maneira, considerando essa noção e, em diálogo com o poema de Meireles, é possível dizer ainda que palavras são elementos de significação, representação. Essa força representativa pode ser vista nos versos: “todo o sentido da vida/ principia à vossa porta”.

24. “Palavra é uma unidade linguística que produz significado. Por exemplo, um conjunto de letras formam palavras. E tais palavras tem suas classificações como, substantivo, adjetivo, advérbio etc.”

25. “Unidade que caracteriza os objetos e seres do mundo. Carrega emoção, pensamento, intenção e entonação. É subjetiva nos seus significados, sempre mudando dependendo da forma qual foi empregada.”

26. “Palavra é uma unidade da língua, isto é, uma unidade composta por letras, fonemas etc., que compõem o léxico e nos ajuda a comunicar uns com os outros, seja pela escrita ou pela fala.”

27. “Palavra seria menor conteúdo da comunicação verbal, que exprime algum significado.”

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Uma visão geral das respostas revela o recurso a critérios:

- a) *Formais*: são “partículas” (em relação às sentenças e textos de que tomam parte) formadas por partículas (as sílabas, morfemas, as letras, etc.) – traço apontado por 4 estudantes; podem ser escritas (e demarcadas por espaçamentos ou sinais de pontuação) ou orais (e, neste contínuo, não é tão simples determinar o que é ou não uma palavra – vocábulo fonológico x morfológico); conjunto de símbolos gráficos (escrita) ou fônicos (fala) – apontado por 8 estudantes; podem ser bases para processos de formação lexical (derivação ou composição); são unidades estruturais do discurso / da língua; fazem parte do léxico mental dos falantes”;
- b) *Funcionais*: “unidade linguística utilizada para formar frases e passar alguma mensagem”; “as palavras, ou itens lexicais, são componentes elementares da língua. Esses componentes combinam-se para formar as sentenças que, por sua vez, combinam-se para formar os enunciados” (2); “...primordial, a palavra pode vir acompanhada de outros ‘adornos’ tais como gestos, expressões e etc.”
- c) *Semânticos*: “conceitua objetos, situações, sentimentos e etc.” (2); “Possuem significado e sentido, mesmo sozinhas ou acompanhadas de outras palavras.”; “menor unidade da língua, no que se refere à produção de sentido” (2); podem “ter vários significados que apenas

serão compreendidos dentro de um contexto”;

- d) *Pragmáticos*: tecnicamente é uma das noções que o ser humano tem de comunicação / um recurso da língua usado para comunicação / uma comunicação e interação social (10 graduandos); tem a capacidade de exteriorizar pensamentos, emoções e inquietudes de cada indivíduo (4); expressa intenção e entonação;

Destaco alguns conceitos que, de forma semelhante ao apontado por autores como Bakhtin e Volóchinov, indicam o eixo axiológico e ideológico das palavras:

- a) “A escolha do uso de determinadas palavras ou o tom em que elas são utilizadas pode atingir de maneira diferente o leitor/ouvinte.”
- b) “(...) a noção de palavra é algo muito maior do que, por exemplo, está no dicionário”. (...) Ela não é apenas um signo ou parte de um código presente nas modalidades escrita e oral. Ela é algo que, por sua vez, carrega discursos e um “poder”;
- c) “Construções dialógicas, orais ou escritas; uma instância que é evidenciada em aspectos semióticos e multimodais”.
- d) “mecanismos inventados para materializar as concepções de mundo, tanto coletivas quanto individuais, e exteriorizar sentimentos”.

Os alunos apresentam concepções que indicam considerarem a organização das palavras em gêneros (“é o berço de tudo que precisamos fazer, desde um poema bem arranjado até um simples pedido de desculpas ou diálogo em mesa de bar”) e da historicidade das palavras (“A língua, assim como as palavras, se desenrola nas relações e na história.”).

Por fim, focalizo uma última questão da mesma atividade avaliativa, que tomava por mote a discussão do seguinte excerto do poema:

“Ai, palavras, ai, palavras, / que estranha potência, a vossa! /
todo o sentido da vida / principia à vossa porta;
o mel do amor cristaliza / seu perfume em vossa rosa; / sois o
sonho e sois a audácia, / calúnia, fúria, derrota...
A liberdade das almas, / ai! com letras se elabora... / E dos ve-
nenos humanos / sois a mais fina retorta:
frágil, frágil como o vidro / e mais que o aço poderosa! (Cecília Meireles)

Dada a pergunta a seguir, deveriam respondê-la com base nos conhecimentos prévios, sem recurso a outras fontes:

Quadro 5. Concepções de estudantes do 6º período: pergunta 1.2 - Em que consiste o poder das palavras, a “estranha potência” delas?”

1. “Seu poder consiste no que elas podem significar, o que elas expressam e o que podem significar. Em determinado contexto ou tom que são empregadas, as palavras têm “pesos” diferentes sobre nós e sobre o outro, o que torna sua “potência” algo estranho de se explicar.”

2. “A tal potência citada repetidamente no poema de Cecília Meireles, se dá ao fato de só a palavra poder descrever algumas coisas e em outras vezes nem ela mesma consegue ter tal função. Os humanos têm que saber usar bem este poder, para que consiga usa-la como aliada. A “estranha potência” é o que move as palavras, é o que faz que uma mesma palavra dita de modos diferentes possa ter também significados diferentes. Isso não poderia ser exercido por nenhuma outra espécie. Como citado por Perini, o “poder” é desenvolvido por todas as pessoas em seu tempo e em sua maneira, sem que saibamos o porquê.”

3. “O poder das palavras consiste na habilidade que o ser humano tem de sabê-las sem poder exteriorizar o porquê. A sua estranha potência está na classificação de uma situação e categorizá-la com alguma palavra, com alguma expressão. Isso não poderia ser exercido por nenhuma outra

espécie. De acordo com Perini⁶, esse “poder” é o mesmo que saber andar, sabemos como é feito o processo, porém não sabemos como e nem o porquê.”

4. “As palavras são o que dá sentido às coisas. Alguns sentimentos, por exemplo, são abstratos e difíceis de descrever, uma forma de dizer o que eles são, é através das palavras. A palavra amor, diz respeito a um sentimento subjetivo e até abstrato, mas compreendemos quando alguém diz: eu te amo. Porque a palavra amor está conceituando aquele sentimento. O poder das palavras está no quanto elas criam significados, servem como forma de expressão, isso me lembra o que disse Bakhtin, na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, quando afirmou que a palavra é uma espécie de ponte lançada entre um interlocutor e um ouvinte. Essa ponte é o que permite interações dos mais diversos tipos: diálogos cotidianos, palestras, ensino de algo etc. O poder das palavras reside na forma como elas conectam os falantes, são carregadas de acontecimentos históricos, criam significados e são múltiplas.”

5. “As palavras são uma das formas de se comunicar com outras pessoas e carregam significados enormes. Essa “potência” denominada por Meireles é caracterizada pela pluralidade da língua, por conseguirmos nos expressar com apenas uma palavra, e pela adaptação que as palavras sofrem em determinados contextos. Cada palavra tem seu próprio significado e propósito.”

6. “As palavras como diz Cecília Meireles, nos versos a seguir de seu poema “ROMANCE DAS PALAVRAS AÉREAS”: Ai, palavras, ai, palavras, que estranha potência, a vossa! todo o sentido da vida principia à vossa porta; o mel do amor cristaliza. Tem uma potência em estruturar

enunciados que comunicam até o sentido da existência. Toda significação humana, como o “sentido da vida”, o que o sentimento de amor causa em um indivíduo: “o mel do amor cristaliza” etc. São estruturados através desse poder das palavras em significar coisas que vão além do mundo “real”.”

7. “Pelo que puder compreender do poema, a “estranha potência” das palavras está em seu caráter adaptativo, em sua “mutação”, sua variabilidade. Ou seja, as palavras são potentes por se metamorfosearem, ou melhor, por serem moldadas pelos seus falantes ao longo dos tempos.”

8. “O poder das palavras consiste na força que elas têm quando se quer passar uma mensagem sobre algo ou alguém.”

9. “O poder das palavras está no fato de conseguirem resumir ou referenciar uma ideia. A “estranha potência” delas é porque ao mesmo tempo em que são capazes de definir ou referenciar algo, nos servindo como objeto para uma melhor comunicação, ela também representa uma construção fluida e falha, pois a língua está em constante mudança e, dificilmente, uma palavra conseguirá sintetizar algo perfeitamente. Principalmente quando se trata de sentimentos, que, no geral, são a base para a construção de poemas como esse.”

10. “As palavras são poderosas, afinal, por nomearem tudo que temos conhecimento, podem atingir cada pessoa de uma maneira diferente, seja por um lado positivo ou negativo. Elas podem ser vistas de forma amigável em cartas de amor, músicas, poemas, e de forma desagradável em discussões e diálogos, por exemplo. Dessa forma, as palavras podem criar efeitos diferentes em cada usuário da língua, o que demonstra essa “estranha potência”.

11. “As palavras, no poema de Cecília Meireles, são uma metonímia para a linguagem humana.

6 No período em que estavam realizando a atividade, começamos a discutir alguns ensaios do livro *Sofrendo a Gramática*, de Mario Perini. Alguns alunos resgataram trechos da obra como aporte teórico, embora tenha sido pedido para não consultarem quaisquer textos.

O poder das palavras advém da faculdade da linguagem, que nos é constitutiva. Nesse sentido, é por meio delas que significamos nossas experiências no mundo e, por isso, “todo o sentido da vida principia à sua porta”. Apesar de serem efêmeras como o vento, são “mais que o aço poderosas”, pois as palavras fundamentam a própria existência humana - “reis, impérios, povos e tempos” giram ao seu impulso. Eis a “estranha potência” da palavra/linguagem: é precisamente nela e por ela que “tudo se forma e transforma», que construímos nossas identidades, agindo intersubjetivamente para significar o mundo e a nós mesmos.”

12.“A “estranha potência” das palavras consiste nas múltiplas características que estas assumem e a capacidade de transitar e se renovar entre os contextos de interação, por exemplo, a dualidade significativa dos diminutivos (ora carinhosos, ora pejorativos). Vale destacar que essas características não se restringem ao campo linguístico, uma vez que as palavras indicam a posição do sujeito no tempo e no espaço, designando-o social e economicamente. Além disso, as palavras são usadas para determinar relações de poder vigentes, não só em sua forma escrita, como também na oral. Por fim, as palavras, submetidas à criatividade e à vontade humana, possuem a “estranha potência” de traduzir a complexidade e as oposições que nos compõem enquanto seres humanos.”

13.“Como diz o seguinte verso do poema em relação às palavras: “em tão rápida existência/tudo se forma e transforma!”. Como podemos perceber, as palavras são bem dinâmicas, podemos formar novas palavras a partir de outras, podemos criar palavras novas. As palavras também assumem sentidos variados, ou seja, elas têm o poder de se transformar.”

14.“Como diria Cecília Meirelles, elas possuem uma estranha potência. Num sentido mais romântico, podem doer mais que uma facada ou podem sangrar mais que um ferimento aberto.

Mas na prática, as palavras são pequenas, ditas ou escritas, mas a depender da escolha de quais palavras usar em um determinado contexto, oral ou escrito, ou então qual entonação usar em uma determinada palavra, enfim, tudo isso interfere na forma como o ouvinte ou leitor interpreta aquilo que ouve ou lê. As palavras não voltam, uma vez lidas ou ouvidas, não há como “desouvir” ou “desler”, as mesmas palavras usadas para ofender podem servir para elogiar, daí a importância da intenção, do contexto e da compreensão.”

15.“O poder das palavras reside em sua capacidade de serem usadas para expressar os mais diversos e/ou complexos tópicos, de serem moldadas a todas as necessidades.”

16.“As palavras são usadas para denominar objetos, coisas, pessoas, sentimentos por isso nos transmitem um tipo de significado / significante a partir do seu signo / palavra. As palavras são um código ligado a um significado, e o conjunto delas permitem com que nos comunicamos por meio da formação de enunciados, assim, essa é a estranha potência das palavras. A potência das palavras também pode ser vista no seguinte trecho “Reis, impérios, povos, tempos, /pelo vosso impulso rodam...” nos indicando a tamanha influência que as palavras estabelecem na sociedade, são a partir de suas composições e das formações de sentenças que a sociedade encontra margem para diálogos e para rápidos desenvolvimentos.”

17.“As palavras têm a capacidade de gerar sentido. Não sabemos exatamente quando a primeira palavra foi falada ou escrita, o que sabemos é que nos primórdios da humanidade necessitava-se de maneiras concretas e compreensíveis de comunicação, então surgiu uma unidade organizacional: as palavras. Palavras são ilimitadas, criadas e insistentes, assim como a criatividade humana; é algo extraordinário, poderoso modificável e constitutivo do humano. Assim como a citação do personagem Albus

Dumbledore da Saga Harry Potter diz: “Palavras são, na minha nada humilde opinião, nossa inesgotável fonte de magia. Capazes de formar grandes sofrimentos e também de remediá-los.” Palavras não são apenas letras soltas, elas são nossa forma de expressão, comunicação e organização de pensamentos, o poder que uma palavra carrega é tal qual o poder de uma história, podem acalmar ou causar guerras, tudo depende daqueles que as dizem.”

18. “Conforme citado na questão anterior, as palavras podem ter diversos significados, dependendo do contexto para serem compreendidas com clareza. As palavras podem expressar sentimentos, alegria, frustrações e podem mudar rapidamente o humor de alguém dependendo da forma em que são usadas. São de extrema importância para a comunicação humana e para firmar relações. Aí consiste o poder das palavras.”

19. “O poder das palavras consiste no papel central que elas exercem nas interações simbólicas humanas, que, por sua vez, determinam a forma como percebemos o mundo. É justamente com as palavras que construímos nossa existência em sociedade e, portanto, todos os domínios da vida humana estão permeados pela linguagem verbal. No poema “Romance das palavras aéreas”, Cecília Meireles chama a atenção para esse poder, mostrando como as palavras ditam o curso da história humana e impactam profundamente as experiências subjetivas e sociais de cada indivíduo.”

20. “A estranha potência” em que Meireles aponta, a palavra tem o poder de ajudar, manipular, questionar diante de comunicações com outros seres além de ajudar na construção de frases e textos para eles conseguirem dialogar com um e outros. Além disso elas podem ser transformadas de formas diferentes que levam a significados completamente diferentes, assim exibido mais as potências em que as palavras possuem no nosso dia-a-dia.”

21. “De acordo com Meireles (1967): “(...) todo o sentido da vida principia à vossa porta”, ou seja, se pensarmos que tudo o que existe no mundo – e falo de tudo mesmo, objetos, sentimentos, novas tecnologias – precisa ser nomeado e, se não é “nomeável”, inventa-se um jeito. O fato de querermos (nós humanos) decodificar, analisar, inventar sempre novas nomenclaturas evidencia o fato de as palavras “terem poder” – como quer o senso comum – e de, através delas, lermos o mundo e torná-lo mais conhecido e compreensível a todos.”

22. “Trata-se do poder de criar ou contradizer sentidos, capaz de libertar ou aprisionar em diferentes contextos, capaz de construir, destruir, modificar. É através das palavras que temos concepções em diversas esferas.”

23. “A “estranha potência” das palavras consiste no poder de transformação que elas possuem. Essa característica, versificada por Meireles em “[...] e, em tão rápida existência, / tudo se forma e transformal”, é apresentada na obra “Teoria Lexical”, de Margarida Basílio, que demonstra o fenômeno da formação das palavras, seus processos e, também, as motivações que nos levam a essa criação.”

24. “Levando em conta o poema de Cecília Meireles, vemos o poder que as palavras têm. A potência de estabelecer algo ou destruir, a potência de fazer o outro entender o que nós queremos dizer. No entanto, por meio disso percebemos a tamanha importância da palavra nas relações humanas, no ato de se expressar, se comunicar etc.”

25. “A estranha potência das palavras está em seu dinamismo e contradições. São efêmeras pelo vento, mas carregam significado do mundo, movem países, podem prender e libertar, e também, em promessas incertas.”

26. “As palavras são fonte inesgotável de expressão e comunicação. É com elas e através

delas que o ser humano pode transmitir seus pensamentos, sentimentos e desejos aos seus interlocutores. São elas que compõe o léxico de uma língua e é com ela que várias obras foram escritas, como a bíblia católica e demais livros religiosos, documentos antigos, poemas, contos, crônicas, romances e outros de grandes autores como Guimarães Rosa, Graciliano Ramos etc. Além disso, é com as palavras que o ser humano interage. É como Clarice Lispector escreveu em *A Hora da Estrela* (1977): “A palavra é meu domínio sobre o mundo”.

27. “O que consiste no poder da palavra, o poder de expressar ideias, sentimentos, adjetivo.”

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

É consideravelmente difícil reduzir o que foi dito acima, com tanta liberdade de expressão, com uma profusão de palavras, a uma visão sintética. Tentativamente, pode-se dizer que os graduandos apontaram, como potência (ou potencial) das palavras:

- a) *sua funcionalidade e plasticidade (adaptabilidade)*: “podem criar efeitos diferentes em cada usuário da língua”; “seu caráter adaptativo”; “sua variabilidade”; “é precisamente nela e por ela que tudo se forma e transforma”; “formas de se comunicar com outras pessoas e carregam significados enormes”; “potência em estruturar enunciados que comunicam até o sentido da existência”; “na classificação de uma situação e categorizá-la com alguma palavra, com alguma expressão”; “força que elas têm quando se quer passar uma mensagem sobre algo ou alguém”; “são capazes de definir ou referenciar algo, nos servindo como objeto para uma melhor comunicação, ela também representa uma *construção fluida e falha, pois a língua está em constante mudança*”; “múltiplas características que estas assumem e a capacidade de transitar e se renovar entre os contextos de interação”; “a dualidade significativa dos diminutivos (ora carinhosos, ora pejorativos)”; “são bem dinâmicas, podemos

formar novas palavras a partir de outras”; “assumem sentidos variados”; “*uma vez lidas ou ouvidas, não há como ‘desouvir’ ou ‘desler’*”; “capacidade de serem usadas para expressar os mais diversos e/ou complexos tópicos, de serem moldadas a todas as necessidades.”; “o conjunto delas permitem com que nos comunicamos por meio da formação de enunciados”; “a capacidade de gerar sentido”;

- b) *sua contextualidade*: “o que elas expressam e o que podem significar / O poder das palavras está no quanto elas criam significados, servem como forma de expressão”; “no contexto têm pesos diferentes / o que faz que uma mesma palavra dita de modos diferentes possa ter também significados diferentes”; “a pluralidade da língua, por conseguirmos nos expressar com apenas uma palavra, e pela adaptação que as palavras sofrem em determinados contextos”; “*poder de criar ou contradizer sentidos, capaz de libertar ou aprisionar em diferentes contextos, capaz de construir, destruir, modificar*”;
- c) *seu valor para a construção de identidades e (inter)subjetividades*: “por ela que tudo se forma e transforma”, que *construímos nossas identidades, agindo intersubjetivamente para significar o mundo e a nós mesmos*”; “a tamanha importância da palavra nas relações humanas, no ato de se expressar, se comunicar *as palavras ditam o curso da história humana e impactam profundamente as experiências subjetivas e sociais de cada indivíduo*”; “As palavras são *fonte inesgotável de expressão e comunicação* / é com as palavras que o ser humano interage através delas, lermos o mundo e torná-lo mais conhecido e compreensível a todos”; “São de extrema importância para a comunicação humana e *para firmar relações*”;
- d) *seu valor simbólico, histórico e ideológico*: “o poder das palavras reside na forma como elas *conectam os falantes, são carregadas de acontecimentos históricos, criam significados e são múltiplas*”; “o poder que uma palavra carrega é tal qual o poder de uma história, podem acalmar ou causar guerras, tudo depende daqueles que as dizem”; “são usadas para *determinar relações de poder vigentes, não só*

em sua forma escrita, como também na oral”; “O poder das palavras consiste no *papel central que elas exercem nas interações simbólicas humanas*, que, por sua vez, determinam a forma como percebemos o mundo”;

- e) *sua possibilidade de mostrar ao interlocutor um determinado repertório cultural* (construção da autoimagem): [segundo Clarice Lispector]: “A palavra é meu domínio sobre o mundo”; “apresentada na obra “Teoria Lexical”, de Margarida Basílio, que demonstra o fenômeno da formação das palavras, seus processos e, também, as motivações que nos levam a essa criação.”; “[Assim como a citação do personagem Albus Dumbledore da Saga Harry Potter diz]: “Palavras são, na minha nada humilde opinião, nossa inesgotável fonte de magia. Capazes de formar grandes sofrimentos e também de remediá-los.”; “De acordo com Perini, esse “poder” é o mesmo que saber andar, sabemos como é feito o processo, porém não sabemos como e nem o porquê.”

Essa última categoria foi uma forma metadiscursiva de voltar-me ao foco desta análise: usamos, como nossas, palavras de outrem; atraímos-las a um interlocutor como forma de indicar o quanto sabemos sobre determinado tema – como Bakhtin afirmou, há tempos,

Desde o início [...] o enunciado se constrói levando em conta as atitudes responsivas, em prol das quais ele, em essência, é criado. O papel dos *outros*, para quem se constrói o enunciado, é excepcionalmente grande, como já sabemos. Já dissemos que esses outros, para os quais o meu pensamento pela primeira vez se torna um pensamento real [...] não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação discursiva. Desde o início o falante aguarda a resposta deles, espera uma ativa compreensão responsiva. É como se todo o enunciado se construísse ao encontro dessa resposta. (BAKHTIN, 2003, p. 301, grifo do autor).

Em todas as atividades escolares aqui apresentadas os graduandos tinham uma imagem de um enunciário – ainda que fosse a professora, como leitora privilegiada a quem endereçavam sua escrita, mas também os colegas, que poderiam ler e “curtir”

os conceitos elaborados e postados –; nessas condições de produção (esfera escolar, ambiente virtual de aprendizagem, no período letivo remoto, atividade avaliativa ou não etc.), é plausível supor que tenham tentado fazer sua tarefa da melhor maneira, tenham feito a seleção lexical mais zelosa possível, de modo a construir uma imagem positiva de si.

5 Considerações finais

Falar sobre palavras é tarefa apenas aparentemente fácil: a complexidade (lembrando que vem do latim *complexus*, que significa: “aquilo que está tecido junto”) mostra que se trata de noção preñe de nuances, múltiplas faces e dimensões que podemos abordar. Como professores (seja do ensino fundamental, médio, superior ou pós-graduação), importa-nos conhecer as concepções prévias que trazem nossos alunos, como ponto de partida para avanços posteriores. Dessa forma, aqui se buscou evidenciar como se pode ser um “professor pesquisador” dessas acepções ou concepções: toda a análise parte do que foi explicitado por alunos de graduação em Letras, em atividades corriqueiras de duas disciplinas. Confirmando o que prenuncia Bakhtin, os graduandos “e-laboraram”, isto é, trabalharam (evidenciaram um labor, um trabalho linguístico) em que consideraram saberes partilhados, saberes específicos de um campo do saber (morfossintaxe, por exemplo), visaram construir uma atitude positiva ao texto que postaram em resposta à demanda escolar. Tudo isso reafirma que, num ato linguageiro, o “eu” enunciatador reflete sobre seu discurso, considerando a quem ele se dirige (e mesmo, se vale a pena realizar este trabalho, este ato de linguagem. Muitos alunos, por não serem atividades avaliativas, não as realizaram, apenas assistiram à discussão dos conceitos expressos por colegas.

Tais apreciações levaram a que os graduandos procedessem, também, à “escolha do gênero do enunciado e a escolha dos procedimentos composicionais e, por último, dos meios

lingüísticos, isto é, do estilo do enunciado.” (BAKHTIN, 2003, p. 302, grifo do autor) – alguns foram sucintos, objetivos; outros, usaram conotação, escreveram de forma mais abrangente. Ser mais leve ou mais formal, evidenciar determinado repertório cultural ou não, elaborar um conceito mais amplo ou mais sucinto etc. – tudo isso vai ao encontro de um planejamento de dizer, em que várias dimensões são valoradas.

Por fim, é preciso lembrar que, num texto acadêmico, cada área tem suas regras, sua normatização – no caso das Ciências Humanas, inserções de vozes alheias (citações diretas e indiretas, alusões, ilhotas citacionais, paráfrases) têm um peso considerável, no sentido de demonstrar conhecimento da episteme da área (diferentemente da forma com que se aduzem outras fontes, por exemplo, no caso das Ciências Exatas). De toda forma, o que seria esse recurso a vozes outras? Uma forma de endossar saberes, respaldar dizeres e mostrar que, embora nunca sejam original e exclusivamente nossas (já que não somos a fonte primária de um dizer / um saber), elas são sempre nossas. E embora nunca saibam tudo, a forma de sondagem e eliciação do que os alunos já conhecem nos ajuda a ver que sabem bastante...

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Palavras incertas. As não coincidências do dizer. São Paulo: Unicamp, 1998.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail M. Estética da Criação Verbal. SP: Martins Fontes, 2003.
- CORACINI, Maria José R.F. Ler Pêcheux hoje. No limiar das dúvidas e (in)certezas. Estudos da língua(gem). Vitória da Conquista. v.1, 2005. p.31-40.
- CULICOVER, Peter. The history of syntax. The Routledge Handbook of Syntax, 2014. pp. 465-489.
- CHARAUDEAU, Patrick. Les conditions de compréhension du sens de discours. In: Anais do I Encontro franco-brasileiro de Análise do Discurso. UFRJ: CIAD-Rio, 1995.
- CHARAUDEAU, Patrick. Dize-me qual é teu corpus que te direi qual é a tua problemática. Diadorim, Rio de Janeiro, v.10, p. 01 - 23, dez. 2011.
- LARROSA BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Revista Brasileira de Educação. Jan/fev./mar./abr. 2002. p.19-29
- MACHADO, Ida L. O ato de linguagem segundo a Semiologia: implicações, explicações e aplicações práticas. Gragoatá, Niterói, v.24, n. 50, p. 760-772, set.- dez. 2019.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p. 71-81.
- [MEIRELLES](#), Cecília. Obra Poética. 2a Ed. Rio de Janeiro: José Aguilar Editora, 1967, p.560-561.
- MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referencialização. In: Referencialização. Clássicos da Linguística. São Paulo: Contexto, 2003. pp. 17-52.
- ORLANDI, Eni P. Dispositivo de análise. In: Análise do Discurso. Princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- PERINI, Mário Alberto. Sofrendo a gramática. São Paulo: Ática, 1997.
- VOLOCHINOV, Valentin N. Marxismo e filosofia da linguagem. Trad. Sheilla Grillo; Ekaterina Volkova Américo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.
- Submissão: março de 2022.**
Aceite: dezembro de 2022.

O CONTEXTO DE SITUAÇÃO E O CONTEXTO DE CULTURA NO GÊNERO MEME

Ana Paula Santos de Souza¹
Shemilla Rossana de Oliveira Paiva²

RESUMO: Este artigo objetiva realizar um estudo de análise do Contexto de Situação e do Contexto de Cultura no gênero meme. A escolha do material analisado foi feita por dois motivos, primeiro, por tratar-se de um gênero facilmente acessível e bastante presente nas redes sociais, e, segundo, por exigir do eleitor a mobilização de distintos conhecimentos para que consiga construir os sentidos deste gênero, o que implica dizer que os sentidos não podem ser obtidos apenas em face ao que está exposto na superfície textual. A análise foi fundamentada na Gramática Sistêmico-Funcional (GSF), levando em consideração as ideias desenvolvidas por Halliday e Matthiessen (2014), bem como pelas atualizações promovidas e apresentadas por Fuzer e Cabral (2014). Os resultados apontam que o Contexto de Situação e o Contexto Cultural se configuram como importantes aliados no processo de construção de sentidos, deixando evidente que para que o uso social da linguagem ocorra é necessário ir além da materialidade linguística.

Palavras-chave: GSF. Contexto de Situação. Contexto de Cultura. Gênero meme.

THE CONTEXT SITUATION AND THE CONTEXT CULTURE IN THE MEME GENRE

ABSTRACT: This article aims to realize an analysis study of the Context Situation and the Context Culture in the meme genre. The choice of the analyzed material was made for two reasons, first, because it is an easily accessible and very present genre on social networks, and, second, because it requires the voter to mobilize different knowledge to be able to build the meanings of this genre, which implies that meanings cannot be obtained only in view of what is exposed on the textual surface. The analysis was based on Functional Systemic Grammar (FSG), specifically taking into account the ideas developed by Halliday and Matthiessen (2014), as well as updates promoted and presented by Fuzer and Cabral (2014). The results indicate that the Situation Context and the Cultural Context are configured as important allies in the process of construction of meanings, making it clear that for the social use of language to occur, it is necessary to go beyond linguistic materiality.

Keywords: FSG. Context Situation. Context Culture. Genre meme.

1 Doutoranda em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: anapaulassletras@gmail.com

2 Doutoranda em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: shemilliarossana@gmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os sentidos de um texto são construídos a partir da interação existente em dada situação comunicativa, o que implica dizer que diversos fatores devem ser levados em consideração, como os sujeitos interactantes, os propósitos destes sujeitos e o contexto. Pensando assim, utilizamos, aqui, a perspectiva teórica sistêmico-funcional, a qual prima pelo uso real e concreto da linguagem, abarcando, dessa forma, as mais variadas formas de manifestações linguísticas e seus respectivos sentidos.

Sob esse viés, realizamos uma análise do meme, um gênero emergente veiculado, principalmente, nas redes sociais, espaço de constantes interações. Tal gênero tem por característica precípua a viralização, portanto, a recorrente propagação na mídia de uma notícia, mas esse seu caráter viral também lhe confere sentidos vários, pois quem o dissemina, além de distantes interpretações, pode realizar alterações, o acréscimo de um texto não verbal, por exemplo.

Diante disto, entendemos que o processo construção de sentidos de um meme exige do leitor a realização de inferências, para tanto, o contexto é um elemento indispensável. Assim, realizamos a análise de três memes, tomando por foco as duas variáveis de contexto apontadas pela Gramática Sistêmico-Funcional: o Contexto de Situação, ambiente imediato no qual o texto está de fato funcionando; e o Contexto de Cultura, que inclui as ideologias, as convenções sociais e instituições.

Nossa análise foi fundamentada, principalmente, na Gramática Sistêmico-Funcional, de Halliday e Matthiessen (2014), e nos estudos e atualizações dessa gramática voltados à Língua Portuguesa, de Fuzer e Cabral (2014).

GRAMÁTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL (GSF)

Na obra *An Introduction to Functional Grammar* (1985), que foi posteriormente revisada e ampliada

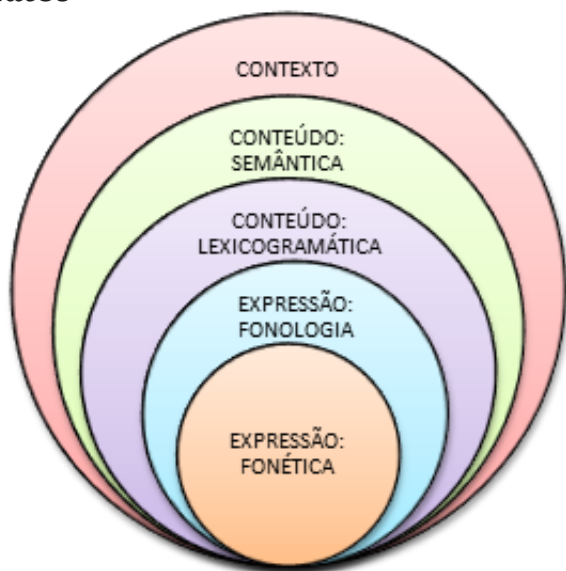
por Matthiessen, são apresentadas as grandes contribuições de Halliday. O linguista aborda a língua em uso, mostrando como as práticas sociais são representadas e demonstradas no uso concreto da linguagem (FUZER; CABRAL, 2014)

“Halliday recusa as descrições meramente estruturais até então dominantes em linguística, elegendo o uso como marca fundamental de caracterização de uma língua e, consequentemente, da sua descrição.” (GOUVEIA, 2009, p. 15). Nesse viés, a teoria Linguística Sistêmico-Funcional compreende o sistema linguístico e as funções da língua, o que implica dizer que essa teoria vislumbra o sentido além da materialidade linguística, contemplando também os usos socio-interacionais.

A Gramática Sistêmico-Funcional (GSF) se refere, de acordo com Vian Jr. (2014, p. 424) “aos estudos, análises e descrições relativos ao estrato das formas, isto é, aspectos lexicogramaticais”. A GSF explica, a partir das realizações lexicogramaticais, o que leva o texto a ter determinados significados, compreendendo tanto que há fatores que corroboram para a construção de sentidos como o contexto, os papéis sociais assumidos pelos sujeitos interactantes (falante/escritor e ouvinte/leitor) e suas intenções comunicativas.

De tal modo, as escolhas lexicogramaticais realizadas pelo sujeito escritor/falante são possíveis graças à organização sistêmica da linguagem que baseia na gramática, e esta, por sua vez, está organizada em estratos. A Figura 1 ilustra a organização da linguagem em estratos e evidencia como contexto se integra ao sistema linguístico.

Figura 1 – A linguagem como sistema de estratos



Fonte: Halliday e Matthiessen (2014, p. 26, adaptado).

Os estratos são interdependentes e envolvidos pelo contexto, dessa forma, ao fazer uma análise linguística na perspectiva sistêmico-funcional, é preciso considerar que as realizações lexicogramaticais escolhidas pelo sujeito escritor/falante não apresentam significado se analisadas isoladamente, afinal fazemos o uso da linguagem consoante as distintas situações comunicativas diárias.

Halliday aponta três metafunções, ou funções, da linguagem, a saber, metafunção ideacional, metafunção interpessoal e metafunção textual. A ideacional é realizada por meio das funções experiencial e lógica, é “responsável por expressar as experiências do sujeito, incluindo o mundo externo e o mundo interno de sua própria consciência. Isso significa que, ao utilizar a linguagem para expressar sua experiência de mundo, o usuário está incluindo situações internas” (MENDES, 2010, p.15). A interpessoal responsável pelas relações sociointeracionais, que podem ser expressas pelos “papéis sociais, que podem até incluir os papéis de comunicação estabelecidos pela própria metafunção, em situações variadas de interação: estabelecer e manter relações, influenciar, expressar pontos

de vista, sugerir etc.” (MENDES, 2010, p.15). E a textual é “responsável por manter ligações entre a própria linguagem e as características da situação de interação”. Além de habilitar “os sujeitos envolvidos a interagir através da produção e compreensão de textos, por meio do estabelecimento de relações coesivas entre uma sentença e outra no discurso” (MENDES, 2010, p.15).

O texto e os sentidos

Em um texto temos a materialização da linguagem, que é um recurso para criar significado, logo, o texto é um processo de fazer sentido no contexto. Halliday e Matthiessen (2014, p. 3) afirmam que o termo “texto” faz referência “a qualquer instância da linguagem, em qualquer meio, que faz sentido para alguém que conhece a língua.”³ Gouveia (2009) lista a noção básica de texto:

- O que produzimos quando comunicamos ou interagimos;
- Falado ou escrito ou não verbal;
- Individual ou coletivo;
- Composto de apenas uma frase ou de várias (a extensão não é relevante);
- Uma coleção harmoniosa de significados apropriados ao contexto;
- Realizado por orações
- Um processo contínuo de eleição semântica.

Um texto não é uma mera junção de palavras, mas, sim, uma junção de significados. Quando lido, novos sentidos são agregados a ele. Ao realizarmos uma segunda leitura de um mesmo texto, por exemplo, ‘enxergamos’ novos sentidos, pois somos sujeitos em constante transformação, sem contar que os contextos também mudam. Se utilizo um texto com o intuito de ministrar uma aula, tenho um propósito, porém, se utilizo este mesmo texto com o

3 The term ‘text’ refers to any instance of language, in any medium, that makes sense to someone who knows the language; we can characterize text as language functioning in context (cf. Halliday & Hasan, 1976: Ch. 1; Halliday, 2010). (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 3)

intuito de defender um ponto de vista perante uma entrevista avaliadora, meu propósito muda, certamente, os sentidos de tal texto também.

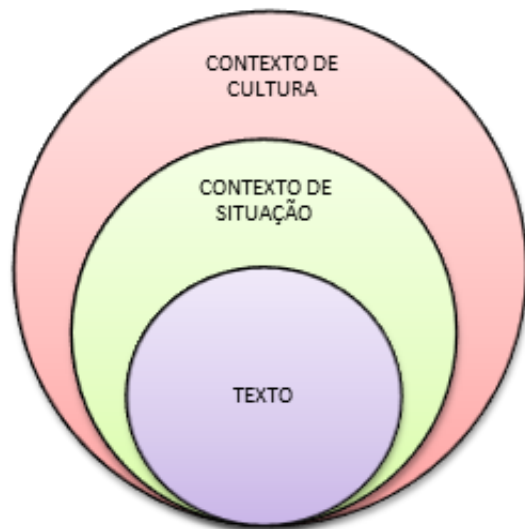
Sob esse viés, para analisar um texto se utilizando da perspectiva da GSF, precisamos lançar um olhar sobre o gênero, o(s) propósito(s) e o contexto, além de saber que o contexto do leitor também trará novas visões.

Como abordado aqui, o texto é formado por vários sentidos, sendo estes construídos a partir de interações e contextos, logo, os sujeitos interactantes e a situação comunicativa (daí entram os gêneros) são fatores essenciais nessa construção.

O Contexto de Situação e o Contexto de Cultura

Texto e contexto estão imbricados, assim, a linguagem é um instrumento de ação condicionado às variáveis contextuais. Portanto, o texto está inserido no que Halliday e Matthiessen (2014) nomeiam de Contexto de Situação e no Contexto de Cultura, como mostra a Figura 2.

Figura 2 – Texto em contexto



Fonte: Fuzer e Cabral (2014, p. 26)

O Contexto de Situação, conforme Fuzer e Cabral (2014, p. 27), “é o ambiente imediato no qual o texto está de fato funcionando.” O que implica dizer que o texto vai ter determinado sentido por estar funcionando naquele contexto. Para melhor explicar esta variável contextual,

as autoras utilizam as seguintes sentenças.

Falante A: - Bah, ontem fui para casa pendurada no Bombeiro.

Falante B: - Ainda bem que eu pego o T. Neves.

Para que haja a compreensão devida das sentenças, é necessário que os sujeitos envolvidos na situação comunicativa estejam no mesmo Contexto de Situação, caso contrário, outras interpretações podem ser feitas. Bombeiro e T. Neves são linhas de transporte coletivo, logo, o Falante A diz que o ônibus da linha em questão foi lotado, enquanto o Falante B diz que o ônibus da sua linha não estava lotado. Essas interpretações são possíveis porque os sujeitos interactantes estão no Contexto de Situação, dessa forma, constroem significados consoantes o ambiente imediato.

Portanto, pode-se prever o que o texto traz antes mesmo de lê-lo, pois seu lugar antecipa sua função (FUZER; CABRAL, 2014, p. 27). O Contexto de Situação apresenta três variáveis, a saber, campo, relações e modo. A variável campo diz respeito à atividade realizada pelos participantes, à natureza social. A variável relações diz respeito aos participantes, aos papéis que desempenham, à interação social exercida por eles. Por fim, a variável modo diz respeito à função exercida pela linguagem, ao veículo utilizado para a concretização desta e às intenções dos sujeitos interactantes.

Já o Contexto de Cultura, consoante Fuzer e Cabral (2014, p. 27), refere-se “ao ambiente sociocultural mais amplo, que inclui ideologia, convenções sociais e institucionais”, envolve práticas sociais mais amplas associadas a distintos países e grupos étnicos, práticas institucionalizadas em grupos sociais, como a escola, a família, a igreja, etc. Logo, ele está associado ao propósito social, ao que está acordado por uma sociedade.

Considerando as sentenças anteriormente citadas, podemos afirmar que o Contexto de Cultura na situação comunicativa retratada diz

respeito aos diversos transportes coletivos que as pessoas, na nossa cultura em especial, utilizam para se locomover.

Esta variável de contexto está relacionada aos gêneros, tendo em vista que estes surgem para atender a um determinado propósito social, novos gêneros surgem enquanto outros caem em desuso, sendo isto inerente à cultura, que muda através do tempo e exige objetivos sócio comunicativos distintos e variados.

O gênero meme

O gênero meme surgiu graças ao universo digital e tem por principal característica a viralização. Em face à emergência das tecnologias digitais, atingir um público grande se tornou fácil, as informações são acessadas instantaneamente. Dessa forma, os memes se tornaram uma ferramenta que disseminam ideologias variadas e com cunho crítico e reflexivo. Assim, uma de suas funções, a que utilizamos aqui, é satirizar temáticas que se tornaram notícia na mídia.

Este gênero se constitui pela junção de distintos gêneros, como, por exemplo, comentário, charge, citação, e exige do sujeito leitor um situar-se no contexto de produção do texto para agregar sentidos ao mesmo. Cabendo destacar que a disseminação do meme carrega diversas marcas de autoria, cada detalhe acrescentado produz novos sentidos, como afirma Lima-Neto (2020, p. 6)), ele se “replica por imitação: ele acaba pulando de cérebro em cérebro e pode ser perpetuada por milênios [...] se espalham em torno de uma cultura”. Logo, ao lê-lo, teremos que levar em consideração os vários interactantes, os vários sujeitos autores.

Diante destas especificidades, acreditamos que tal gênero se configura como fecundo para realizamos uma análise do mesmo usando como recursos o Contexto de Situação e o Contexto de Cultura, uma vez que para interpretá-lo é preciso diversas inferências, que serão suscitadas graças as variáveis contextuais apontadas por Halliday e Matthiessen (2014).

METODOLOGIA

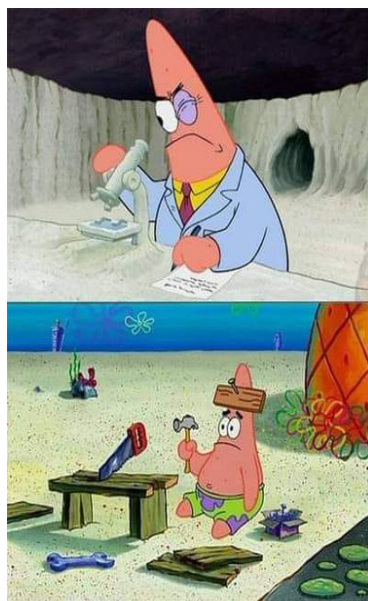
A escolha do material analisado foi feita por dois motivos, primeiro, por trata-se de um gênero facilmente acessível e bastante presente nas redes sociais, e, segundo, por exigir do leitor a mobilização de distintos conhecimentos para que consiga construir os sentidos deste gênero, o que implica dizer que os sentidos não podem ser obtidos apenas em face ao que está exposto na superfície textual.

Deste modo, foram selecionados três memes, um na rede social Twitter e dois na rede social Facebook (nas páginas Sincero Oficial e Barbie Fascista). Em relação às temáticas tratadas, não tivemos a intenção de dá ênfase a nenhuma, pois escolhemos os textos de modo aleatório nas redes sociais, tendo em vista que nossa intenção foi realizar uma interpretação que visa dá destaque às variáveis contextuais e sua importância na construção de sentidos.

ANÁLISE

O *meme* pode possuir distintas intenções comunicativas, como provocar o riso ou convencer o leitor de algo, mas costumeiramente este gênero tem a função de satirizar alguma temática, principalmente uma temática que faça presente de forma recorrente na mídia. Assim, tecemos a seguir interpretações acerca dos textos que escolhemos para realizar a nossa análise, que, por sua vez, está subsidiada pelas variáveis de contexto hallidyanas, o Contexto de Situação e o Contexto de Cultura, essenciais na construção de sentidos.

TEXTO 1



**Brasileiros
votando no
Big Brother**

**Votando em
político**

Fonte: Twitter⁴

O Texto 1, divulgado na rede social Twitter, exibe o personagem Patrick representando o brasileiro e as duas formas deste votar. No primeiro quadro é evidenciado como o brasileiro se comporta quando vai votar no programa da Rede Globo, o Big Brother Brasil, e, no segundo quadro, como o brasileiro se comporta quando vai votar em políticos que governarão o país. No primeiro caso (parte superior), o personagem está com vestimentas e ferramentas típicas de cientista, o que denota ações estudadas, portanto cautelosas. Já no segundo caso, o personagem utiliza apenas um short, vestimenta não associada a um evento formal, e demonstra desconhecimento ao utilizar ferramentas como prego e serrote, podendo, inclusive, causar um acidente, que seria justamente a consequência de um voto inconsciente.

O Texto 1, nesse sentido, tece críticas ao modo que o brasileiro vota, não dando a devida atenção ao eleger seus governantes, que podem mudar o rumo de um país, diferente de um programa de TV. Assim, no Contexto de Situação,

entendemos que o texto tem a finalidade de criticar como o brasileiro vota (variável de campo). Para representar as duas distintas formas do brasileiro se comportar é utilizado o personagem Patrick (que juntamente com autor e o leitor formam a variável relações). A linguagem utilizada é a não verbal (personagem, vestimentas, ferramentas, etc.) e a verbal escrita, simples informal e de fácil entendimento (variável modo).

Já no que concerne ao Contexto de Cultura, tal texto remete ao comportamento do brasileiro que, por vezes, é inconsequente diante de situações sérias, a exemplo da política, e é cauteloso diante de situações superficiais, como um programa de TV, que fornece apenas entretenimento e resultados poucos significativos na vida da população de um país.

TEXTO 2

Como a fatura do meu cartão tá /
como eu tô



Fonte: Facebook⁵

O Texto 2, divulgado na rede social Facebook, aborda a temática do comportamento diante fatura do cartão de crédito, para representar este tema, usa-se imagens do filme *Titanic* (que denota uma ideia de tragédia). A primeira imagem (esquerda), faz referência à fatura do cartão de crédito, mostra o navio afundando, revelando que trata-se de uma conta alta a se pagar, logo, algo trágico. Já a segunda imagem (di-

4 Disponível em: < <https://twitter.com/memedepressivos/status/1362084191396126725?lang=da>>. Acesso em 22 de junho de 2021.

5 Disponível em: < <https://www.facebook.com/SinceroOficial/>>. Acesso em 22 de junho de 2021.

reita), faz referência à atitude do devedor diante da dívida, mostra um dos instrumentistas que toca mesmo diante da tragédia anunciada, o que implica dizer que o devedor continua se comportando "normalmente", mesmo sabendo que terá de se deparar com a dívida.

Dessa forma, tal texto retrata, de forma crítica e bem humorada, a situação de quem costuma se endividar ao fazer uso do cartão de crédito. No Contexto de Situação, inferimos que o texto tem a finalidade satirizar o comportamento do endividado diante fatura do cartão de crédito (variável de campo). Para representar a situação comunicativa em questão, utiliza-se o filme Titanic e o próprio autor, que se insere na situação, sendo isto notório com a sentença como eu tô (ambos e o público leitor são a variável relações). A linguagem utilizada é a não verbal (imagens) e a verbal escrita, simples informal e de fácil entendimento (variável modo).

No tocante ao Contexto de Cultura, o Texto 2 faz referência ao comportamento comum a muitas culturas, principalmente a brasileira. As pessoas costumam ter surpresas negativas ao se depararem com a fatura do cartão de crédito. Sendo este comportamento denunciador também de uma sociedade consumista, na qual as pessoas gastam além de suas possibilidades financeiras e comprometem sua renda.

TEXTO 3



Fonte: Facebook⁶

O Texto 3, também divulgado na rede social Facebook, aborda a temática racismo no Brasil. Para tanto, o texto usa a imagem da boneca Barbie, bastante conhecida pelo público infantil e adulto. A Barbie em questão possui características distantes dos traços das pessoas que sofrem racismo, olhos azuis, pele clara, cabelo loiro, reforçando ainda mais a presença do racismo, tendo em vista que se trata de uma figura que nunca vivenciou, ou desconhece, tal problemática, daí o nunca nem vi.

Portanto, este texto, se utilizando de linguagem verbal e não verbal, faz uma crítica à negação do racismo, faz uso da ironia para evidenciar a crítica. Assim, no Contexto de Situação, inferimos que o texto tem a finalidade de criticar a negação do racista (variável de campo). Para corroborar com a ironia presente nos textos, usa-se a figura da Barbie branca (que juntamente com o leitor formam a variável relações). A linguagem utilizada é a não verbal (imagens), como nos Textos 1 e 2, e a verbal escrita, simples informal e de fácil entendimento (variável modo).

O Contexto de Cultura no Texto 3 remete a uma das problemáticas que ainda se faz pre-

⁶ Disponível em: < <https://www.facebook.com/barbiefascista/photos/a.2129028167346537/2253164194932933/>>. Acesso em 22 de junho de 2021.

sente no nosso cotidiano, o racismo. Herança do período escravocrata que ainda carece de discussões, tendo em vista que ainda se perpetua. Destarte, para entender este texto como irônico e crítico, é preciso estar ciente dessa realidade, compreender que o negacionismo só contribui para a perpetuação desse crime.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da perspectiva sistêmico-funcional aqui adotada, podemos afirmar que para que haja a construção de sentidos em um texto é necessário levar em consideração o contexto, pois este norteará todo o processo de construção, de compreensão e de interpretação textual.

Sob esse viés, por meio da análise dos memes, percebemos o quanto as variáveis de contexto hallidyanas são profícuas no processo de significar, uma vez que possibilitam uma leitura que vai além da materialidade linguística, elas suscitam inferências acerca do contexto imediato no qual o texto está de fato funcionando (Contexto de Situação) e quais as ideologias, convenções sociais e instituições que se fazem presentes nas realizações linguísticas feitas por sujeito falante/escritor (Contexto de Cultura), sendo estes fatores decisivos em uma interpretação eficiente, ou seja, que os propósitos comunicativos aconteçam.

Por fim, cabe salientar que ao nos comunicarmos estamos sendo condicionados ao contexto. Assim, toda comunicação é permeada pela finalidade comunicativa dos sujeitos interactantes, condicionada, inevitavelmente, às variáveis de contexto.

REFERÊNCIAS

FEZER, A.; CABRAL, S. R. S. (Orgs). Introdução à Sistêmico-Funcional em Língua Portuguesa. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Departamento de Letras Vernáculas, Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa, 2010.

GOUVEIA, C. A. M. Texto e gramática: uma introdução à Linguística Sistêmico-Funcional. Matraga, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, p. 13-47, jan./jun. 2009.

MENDES, W. V. As circunstâncias e a construção de sentido no blog. Dissertação (Mestrado em Letras). 130 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Departamento de Letras, Pau dos Ferros - RN, 2010.

LIMA-NETO, Vicente. Meme é gênero? questionamentos sobre o estatuto genérico do meme. Trab. linguist. apl. 59 (3) • Sep-Dec 2020. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/01031813834991620201116>> Acesso em 22 de jun. de 2021.

Submissão: abril de 2022.

Aceite: setembro de 2022.